

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

ANA MARTA DE OLIVEIRA ALVARES

**CONSELHOS MUNICIPAIS: ESPAÇOS DE DISPUTA POLÍTICA, TRINCHEIRAS
DOS CONFLITOS SOCIAIS**

FRANCA
2024

ANA MARTA DE OLIVEIRA ALVARES

**CONSELHOS MUNICIPAIS: ESPAÇOS DE DISPUTA POLÍTICA, TRINCHEIRAS
DOS CONFLITOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Desenvolvimento Social.

Linha de Pesquisa: Instituições, cidadania e políticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa.

FRANCA

2024

A473c Alvares, Ana Marta de Oliveira
 Conselhos Municipais: : espaços de disputa política,
 trincheiras dos conflitos sociais / Ana Marta de Oliveira Alvares.
 -- Franca, 2024
 421 p. : il., tabs., fotos, mapas

 Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
 Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
 Franca
 Orientador: Agnaldo de Sousa Barbosa

 1. controle democrático. 2. mobilização social. 3. participação
 social. 4. conselhos municipais. 5. análise de política. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA MARTA DE OLIVEIRA ALVARES

**CONSELHOS MUNICIPAIS: ESPAÇOS DE DISPUTA POLÍTICA, TRINCHEIRAS
DOS CONFLITOS SOCIAIS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de concentração: Desenvolvimento Social

Linha de Pesquisa: Instituições, cidadania e políticas sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca – SP

Membro Titular: Prof^a. Dr.^a Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Campus de Franca – SP

Membro Titular: Prof^a Dr.^a Abigail Silvestre Torres

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Núcleo de estudo e pesquisa em Seguridade Social e Assistência Social (NEPSAS)

Franca, 10 de junho de 2024.

À Mariah Alvares Guerra, minha filha.
E a todos que amo, sem a necessidade de
nomes ou vocativos, pois com certeza o sabem.

À Diléa Zanotto Manfio, em memória, referência de luta por meio dos Conselhos
Municipais de Saúde, Segurança e Comunidade, grandiosa professora pós-doutora,
filósofa e pesquisadora, incentivadora da leitura, que me presenteou com meu
primeiro livro, Sagarana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor Agnaldo de Sousa Barbosa, aos docentes e discentes do Programa de Análise de Políticas Públicas - 2022/2024, aos meus familiares, amigas e amigos, colegas de trabalho e profissão, a SEBES, a chapa ECUSS - Ética, Compromisso, União e Serviço Social do CRESS/SP, Conselhos, conselheiros municipais e militantes de Bauru/SP, não podendo deixar de nomear Cícero Júnior que me emprestou um computador para escrever esta dissertação, minhas referências profissionais: Márcia Cunha, Renata Garcia, Telma Carvalho, Rosana Maia e Jade Colpani, e minha querida avó, Wyldes Chiampi Alvares, professora primária, responsável por toda poesia da minha infância.

RESUMO

A presente pesquisa objetiva discutir como tem se organizado o controle social das políticas públicas nos Conselhos Municipais do município de Bauru, São Paulo, através de análise conjuntural da participação popular e das expressões democráticas deste território, em comparação com o contexto nacional, após o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e o histórico atravessamento de período pandêmico no país. Para isso, busca analisar documentos com estes dois recortes, federal e local, estudos e legislações para conhecer a estrutura das instituições participativas relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, como os Conselhos de Direitos e os Movimentos Conferenciais. Como produto, prioriza mapear estratégias de superação e entraves dos grupos políticos e movimentos sociais, quanto à inserção dos usuários e trabalhadores na conformação da agenda pública e a garantia de uma estrutura que permita efetiva mobilização e participação popular nas decisões das prioridades governamentais. Em seu aspecto teórico-metodológico, compreende-se como um Estudo de Caso Ampliado, de caráter exploratório, qualitativo, valendo-se ainda de revisão bibliográfica e da abordagem de análise de política. A reflexão se alicerça na perspectiva crítica quanto ao sistema de controle social brasileiro, trazendo à luz a problematização de que, em um contexto político neoliberal, a efetiva participação das classes subalternizadas na gestão das políticas públicas constitui um grande desafio, devido a desresponsabilização do Poder Executivo local perante os Conselhos Municipais, o que precariza seu funcionamento, estrutura e composição, como demonstra a análise apresentada pela pesquisa empírica.

Palavras-Chave: controle democrático; mobilização social; participação social; conselhos municipais; análise de política.

ABSTRACT

This research aims to discuss how the social control of public policies has been organized in the Municipal Councils of the municipality of Bauru, São Paulo, through a conjunctural analysis of popular participation and democratic expressions in this territory, compared with the national context, after the government of President Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) and the historical period of pandemic in the country. Therefore, this study seeks to analyze documents with these two sections, federal and local, studies and legislation to learn about the structure of participatory institutions related to the planning, implementation, and evaluation of public policies, such as Rights Councils and Conference Movements. As a product, it prioritizes mapping out strategies for overcoming the obstacles faced by political groups and social movements in terms of including users and workers in shaping the public agenda and guaranteeing a structure that allows for effective mobilization and popular participation in decisions on government priorities. In its theoretical-methodological aspect, it is understood as an Expanded Case Study, of an exploratory, qualitative nature, also using a bibliographical review and the policy analysis approach. This reflection is based on the critical perspective of the Brazilian social control system, bringing to light the problem that, in a neoliberal political context, the effective participation of the subaltern classes in the management of public policies is a major challenge due to the lack of accountability of the local Executive Branch toward the Municipal Councils, which makes their functioning, structure, and composition precarious, as demonstrated by the analysis presented by empirical research.

Keywords: democratic control; social mobilization; social participation; municipal councils; policy analysis.

IMPACTO ESPERADO

Este trabalho tem como impacto social e científico esperado a sistematização de conhecimentos cruciais à efetividade do controle social democrático, com destaque para priorização de investimentos em consonância com interesses coletivos, contribuindo para a promoção da paz, justiça e instituições eficazes, saúde e bem estar, educação de qualidade, igualdade de gênero e redução de outras formas de desigualdade.

EXPECTED IMPACT

This work's expected social and scientific impact is the systematization of knowledge, which is crucial to the effectiveness of democratic social control, with emphasis on prioritizing investments in line with collective interests, contributing to the promotion of peace, justice, effective institutions, health and well-being, quality education, gender equality, and reduction of other forms of inequality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - A lacuna entre os princípios e as práticas da ciência (segunda parte)	34
Quadro 2 - Relação dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos	98
Figura 1 - Divulgação do evento “Minha Cor é o Brasil”	39
Figura 2 - 39 Conselhos Municipais de Bauru	76
Figura 3 - Página da Casa dos Conselhos no site da Prefeitura Municipal de Bauru	96
Figura 4 - Linha do tempo dos Conselhos Municipais de Bauru	98
Figura 5 - Reprodução das mídias sociais da Prefeitura Municipal de Bauru	107
Figura 6 - Banheiros Multigêneros do Mc Donald’s Bauru	116
Figura 7 - Divisão estadual do território das DRADS	212
Figura 8 - Municípios que compõem a DRADS Bauru	212
Figura 9 - DRADS Bauru e a divisão territorial de seus 39 municípios	213

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - IDConselho do CMAS Bauru, segundo o Censo SUAS de 2019 a 2022.....	214
Tabela 2 - Comparação do IDConselho entre os municípios da DRADS Bauru de 2019 a 2022.....	215
Tabela 3 - Ranking entre as dimensões avaliadas pelo IDConselho em 2019, 2020, 2021 e 2022.....	217
Tabela 4 - Dados gerais dos questionários enviados.....	249
Tabela 5 - Pergunta 1: Condição de participação.....	251
Tabela 6 - Pergunta 2: Idade.....	251
Tabela 7 - Pergunta 3: Identidade de gênero.....	252
Tabela 8 - Pergunta 4 - Expressão de gênero.....	253
Tabela 9 - Pergunta 5: Orientação afetiva-sexual.....	254
Tabela 10 - Pergunta 6: Quesito Raça/cor.....	254
Tabela 11 - Pergunta 9: Escolaridade.....	255
Tabela 12 - Pergunta 13: Vínculo empregatício atual.....	257
Tabela 13 - Pergunta 15: Escolaridade paterna.....	258
Tabela 14 - Pergunta 17: Escolaridade materna.....	258
Tabela 15 - Pergunta 19: Representação no Conselho.....	259
Tabela 16 - Pergunta 21: Participação em Comissão.....	260
Tabela 17 - Pergunta 22: Frequência de participação nas reuniões e atividades.....	261
Tabela 18 - Pergunta 23: Capacidade deliberativa.....	262
Tabela 19 - Pergunta 24: Conhecimento sobre o regimento interno.....	263
Tabela 20 - Pergunta 25: Abertura ao debate.....	264
Tabela 21 - Pergunta 26: Participação em organização ou movimento social.....	264
Tabela 22 - Pergunta 28: Participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas.....	266
Tabela 23 - Pergunta 29: Envolvimento político partidário.....	266
Tabela 24 - Pergunta 30: Cumprimento das deliberações conferenciais/estaduais/federais....	267
Tabela 25 - Pergunta 31: Acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos.....	268
Tabela 26 - Pergunta 32: Ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas.....	268
Tabela 27 - Pergunta 33: Acessibilidade e divulgação.....	269
Tabela 28 - Movimento Conferencial.....	274

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFC	Associação dos Aposentados da Fundação CESP
AAPIB	Associação dos Aposentados, Pensionistas, Idosos de Bauru e Região
ABD	Associação Bauru pela Diversidade
ABMCJ-SP	Associação de Mulheres de Carreira Jurídica
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AEAPS	Associação das Entidades Assistenciais e Promoção Social
Ambulatório TT	Ambulatório de Assistência à Saúde de Pacientes Travestis e Transexuais
AMICOP	Associação de Mulheres Indígenas do Centro Oeste Paulista
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAMAGIS	Associação Paulista de Magistrados
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
ATCCC	Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês
ATIBA	Associação Terceira Idade de Bauru
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BR	Brasileiro
CACS FUNDEB	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
CADEM	Conselho Municipal de Apoio ao Desenvolvimento
CADS	Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual
CAE	Conselho Municipal de Alimentação Escolar
CAFS	Cooperativa de Agricultores Familiares Solidários
CAISAN	Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEAPcD	Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CES	Conselho Municipal de Esporte
CESEC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CF 88	Constituição Federal de 1988
CIAM	Centro Integrado de Atendimento à Mulher

CIAVI	Centro Integrado de Atenção às Vítimas de Violência
CICA	Comissão Inclusiva da Criança e Adolescente
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIMST	Conselho Intersindical Municipal de Saúde do Trabalhador
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMB	Conselho do Município de Bauru
CMC	Conselho Municipal de Política Cultural
CMCN	Conselho Municipal da Comunidade Negra
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDH	Conselho Municipal dos Direitos Humanos
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CME	Conselho Municipal de Educação
CMH	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
CMJ	Conselho Municipal da Juventude
CMM	Conselho Municipal de Mobilidade
CMPC	Conselho Municipal de Política Cultural
CMPCVD	Comitê Municipal de Prevenção e Combate às Violências Domésticas
CPMD	Conselho Municipal da Pessoa Deficiente
CPID	Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Deficiente
CMPM	Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CMTCS	Conselho Municipal de Transparência e Controle Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD/LGBT	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
CNDAS	Conferência Nacional Democrática de Assistência Social
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNSAN	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CODEPAC	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru
COMAD	Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
COMDURB	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Bauru
COMETI	Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil
COMSEA	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
COMTI	Conselho Municipal de Tecnologia E Inovação

COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
COMUDE	Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência
COMUPDA	Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais
COMUPI	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa
COMUSAE	Conselho Municipal dos Usuários de Água e Esgoto
COMUSP	Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA/SP	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Paulo
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
CORDE	Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência
COSALI	Coordenadoria de Segurança Alimentar
COVID	Corona Virus Disease - Doença do Coronavírus
CPA	Comissão Permanente de Acessibilidade
CPD	Convergência pelos Direitos
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
CRADI	Centro Regional de Atenção ao Deficiente e Idoso
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CRM	Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
CRSANS	Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CTA	Centro de Testagem e Aconselhamento
CTBA	Curitiba
CTRE	Conselho Municipal do Trabalho e Renda
CUTPMB	Conselho dos Usuários de Transportes de Passageiros do Município
DAE	Departamento de Água e Esgoto
DDM	Delegacia da Mulher
DeMuS	Direito e Mudança Social

DF	Distrito Federal
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DISE	Delegacia de Investigações de Entorpecentes da Polícia Civil
DIU	Dispositivo Intrauterino
DJ	Disk Jockey - quem brinca com discos
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECUSS	Ética, Compromisso, União e Serviço Social
EGPM	Escola de Gestão Pública Municipal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
FACTI	Fundo Municipal de Apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação de Bauru
FDR	Fundo de Desenvolvimento Rural
FEI-SP	Fundo Estadual do Idoso de São Paulo
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Social
FMDCA	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente
FMDE	Fundo Municipal de Desenvolvimento Esportivo
FMDU	Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano
FMH	Fundo Municipal de Habitação
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
FMM	Fundo Municipal de Mobilidade de Bauru
FMPA	Fundo Municipal de Proteção Animal
FMPM-BAURU	Fundo Municipal de Políticas para Mulheres - Bauru
FNTSUAS	Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS
FNU-SUAS	Fórum Nacional dos Usuários do SUAS
FONSEAS	Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social
FTE	Fundo de Tratamento de Esgoto do DAE Bauru
FUMPAD	Fundo Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas
FUMPEDE	Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
FUMPI	Fundo Municipal da Pessoa Idosa
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros
GOV	Governo
GREB	Grêmio Recreativo Energético de Bauru
GRESF	Grêmio Recreativo Energético do Estado de São Paulo
HIV	Human Immunodeficiency Virus - Vírus da Imunodeficiência Humana
IAP	Índice de Arquitetura Participativa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBB	Instituto de Biociências de Botucatu
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa
ID Jovem	Programa Identidade Jovem
IDConselho	Índice de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social
IEI	Índice de Estrutura Institucional
IEP	Índice de Efetividade da Participação
IEP-E	Índice de Efetividade da Participação de caráter empírico
IFMC	Instituto Formando Mentes Coletivas
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGM	Índice de Gestão Municipal
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
INCT	Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPRESPA	Instituto Profissional de Reabilitação Social 1º de Agosto
ISTs	Infecções Sexualmente Transmissíveis
ITE	Instituição Toledo de Ensino
JC	Jornal da Cidade
JOMI	Jogos da Melhor Idade
LAI	Lei de Acesso à Informação
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais
LIESB	Liga das escolas de samba e blocos de Bauru
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LUOS	Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo
MDB-RJ	Movimento Democrático Brasileiro do Rio de Janeiro
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MP	Medida Provisória
MROSC	Marco Regulatório das Organizações Sociedade Civil
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEPSAS	Núcleo de Estudo e Pesquisa em Seguridade Social e Assistência Social
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD	Organisation for Economic Cooperation and Development
OEDH	Observatório de Educação em Direitos Humanos
OIJ	Organização Ibero-Americana da Juventude
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
OSC	Organização da Sociedade Civil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Planejamento e Análise de Políticas Públicas
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEP	Profilaxia Pós-Exposição ao HIV
PFL	Partido da Frente Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNI	Política Nacional do Idoso
PNIPPD	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
PNPS	Política Nacional de Participação Social
POMPI	Política Municipal da Pessoa Idosa
POS	Programa de Orientação da Rede de Proteção Social
PPA	Plano Plurianual
PPB	Partido do Povo Brasileiro
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição ao HIV
ProJovem	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMAI	Programa Municipal de Atenção ao Idoso
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido Socialista Democrático Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RBDC	Rede Brasileira de Conselhos
REAB	Feira de Reabilitação de Bauru

Rede PENSSAN Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa
REVIDA	Rede de Enfrentamento da Violência
RG	Registro Geral
RME	Rede Mulher Empreendedora
SAA	Secretaria Nacional de Assistência Social
SAC	Sociedade Amigos da Cultura
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAGRA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
SANS	Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
SDG	Secretário-Diretor Geral
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEAR	Secretaria Municipal de Administrações Regionais
SEBES	Secretaria Municipal do Bem-Estar Social
SEDECON	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda
SEDS-SP	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de São Paulo
SEMEL	Secretaria de Esportes e Lazer
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
SEPROCOP	Secretaria de Projetos Comunitários
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI-Bauru	Serviço Social da Indústria de Bauru
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SNJ	Secretaria Nacional da Juventude
SNPS	Sistema Nacional de Participação Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUV	Sport Utility Vehicle - Veículo Utilitário Esportivo
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIP	Universidade Paulista
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USC	Universidade do Sagrado Coração
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CONSELHOS MUNICIPAIS: ESPAÇOS DE DISPUTA POLÍTICA, TRINCHEIRAS DOS CONFLITOS SOCIAIS

INTRODUÇÃO.....	21
1 A Observação Participante e o Estudo de Caso Ampliado.....	30
2 A Participação e o Controle Social no Brasil.....	47
2.1 Disputas pelos espaços de controle social de 2013 a 2023.....	51
3 Conjuntura atual do controle social bauruense.....	67
4 Breve histórico dos Conselhos Municipais vinculados à Assistência Social em Bauru.....	105
4.1 COMAD e a Política de Redução de Danos.....	105
4.2 CADS, a linguagem não binária, sua recomposição e a articulação nacional pela diversidade sexual e de gênero.....	111
4.3 Conselhos de Assistência Social: espaços de questionamento de um Estado de desigualdade social.....	122
4.4 O Conselho Tutelar e os desafios do CMDCA.....	133
4.5 COMSEA e CAISAN: uma política em desenvolvimento.....	140
4.6 CPM, seu fundo municipal e a Casa da Mulher Brasileira.....	154
4.7 COMUDE e a Coordenadoria da pessoa com deficiência.....	169
4.8 COMUPI e o lazer como um direito da pessoa idosa.....	178
4.9 CMJ Bauru: uma história de 19 anos até sua implementação.....	189
5 Perfil dos Conselhos Municipais vinculados à Assistência Social em Bauru.....	204
5.1 Perfil do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas.....	204
5.2. Perfil do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual.....	207
5.3 Perfil do Conselho Municipal de Assistência Social.....	211
5.4 Perfil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente..	225
5.5 Perfil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.....	228
5.6 Perfil do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres.....	231
5.7 Perfil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.....	235
5.8 Perfil do Conselho Municipal da Pessoa Idosa.....	239
5.9 Perfil do Conselho Municipal da Juventude.....	243
6 Análise geral dos questionários de perfil e avaliação.....	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	274
REFERÊNCIAS.....	283
ANEXO A - Respostas dos Formulários enviados pela ATCCC.....	291

INTRODUÇÃO

Por compreender a importância das estruturas de controle e participação social para o acesso da população a direitos essenciais à vida, o presente estudo adota os Conselhos de Políticas Públicas como objeto de pesquisa.

Mesmo que estabelecidos em um contexto político contraditório, os Conselhos representam grande avanço na luta pela consolidação da democracia brasileira. Ressaltam-se as possibilidades de contínua mobilização e estruturação enquanto grandes potencialidades, dentre as demais estratégias de controle social. Segundo Raichelis (2011), ainda que essas práticas participativas tenham trazido muitos avanços, precisamos reconhecer os limites acerca da partilha de poder entre Estado e sociedade civil, “[...]efetivamente, se trata de um processo em curso, que movimenta um grande número de sujeitos e organizações, e que permanece ativo no Brasil [...]” (Raichelis, 2011, p. 25).

A partir desta perspectiva, buscou-se analisar as estruturas de governo, as escolhas governamentais e as possíveis formas de articulação e mobilização social que contribuem para o exercício do controle democrático das políticas sociais e, conseqüentemente, para a conformação de uma agenda pública que atenda a interesses diversos, se efetive na disputa orçamentária e fomenta a autonomia e emancipação dos sujeitos, pois algumas possibilidades e estratégias de mobilização social estão previstas dentro da própria organização da política e da estrutura governamental, de forma institucionalizada, mas isso não quer dizer que estejam garantidas, que elas ocorram efetivamente e que as mesmas se materializam no cotidiano das práticas.

Muitos são os debates, atuais e de outrora, quanto a eficácia do aparato democrático de controle social estabelecido em nosso país. Esses espaços representam e lutam, de fato, pelos interesses das classes trabalhadoras? Tem-se realmente que reconhecer seus limites, principalmente considerando sua inserção nos moldes do capital, e problematizar sua implementação. Assim como analisar a realidade de forma consistente, questionando o investimento em tais aparatos neste momento histórico, e de que forma podemos definir estratégias de avanço e potencialização (Moreira, 2011).

A esta análise de conjuntura é que este trabalho se propôs, ou seja, buscar entendimento sobre o estado da arte das articulações e participações de usuários de

políticas públicas e partícipes de movimentos sociais, nas atividades, discussões e decisões dos Conselhos Municipais de Bauru. Para que, a partir da reflexão quanto à realidade, possamos então desenvolver possíveis estratégias em direção ao alcance de justiça social como, por exemplo, formas de efetivar a descentralização da gestão das políticas públicas, a ampliação de sua diversidade, sua reconstrução coletiva, fortalecida quanto à participação dos usuários dos serviços, aumentando vozes e atores para alcance dos interesses da sociedade, de forma combativa à tradição autoritária brasileira, também nas diversas outras dimensões da vida social (Raichelis, 2011). Nas palavras de Iamamoto (2021):

É na dinâmica tensa da vida social que se ancoram a esperança e a possibilidade de defender, efetivar e aprofundar os preceitos democráticos e os direitos de cidadania - preservando inclusive a cidadania social, cada vez mais desqualificada -, na construção de uma forma histórica de sociabilidade que se oriente no sentido de ultrapassar a esfera da necessidade para o universo presidido pela liberdade, possibilitando o desenvolvimento de todos e de cada um dos indivíduos sociais (Iamamoto, 2021, p. 202).

Quanto à importância do controle social, Fonseca, Scalco e Castro (2018), ressaltam a importância da atenção aos microterritórios por meio de associações de bairro, lideranças locais e espaços populares menos institucionais e padronizados, mas não menos eficazes. Ainda que o enfoque seja dado a um programa de distribuição de alimentos, o estudo desses autores desperta o olhar para articulações que respeitem a heterogeneidade dos atores e dos territórios, como elemento crucial para que uma política atinja seus objetivos e alerta quanto ao necessário cuidado, linguagem e responsabilidade para que as políticas públicas brasileiras não reproduzam desigualdades.

A atualidade da investigação conjuntural de Lüchmann (2020), em estudo sobre as interfaces socioestatais, como Ouvidorias, Conselhos Gestores e *Facebooks* governamentais, se assemelha aos objetivos deste trabalho, dando destaque aos Conselhos por sua natureza deliberativa e baixo grau de participação. Observa que na década de 2010 havia mais de 30 mil Conselhos Municipais no país e mais de 100 conferências nacionais, tendo ocorrido também a expansão de audiências e consultas públicas, ouvidorias e *Facebooks* governamentais. Incorpora termos como Democracia Digital, E-participação e Ciberdemocracia e menciona o decreto n. 8.243/2014 da presidenta Dilma Rousseff que instituiu a Política Nacional

de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS e o desmonte que o mesmo sofrera por Bolsonaro, para suscitar a necessidade de fortalecimento, conexão e ampliação do caráter relacional das estruturas participativas institucionais e populares, tendo em vista os baixos índices de participação por parte da sociedade civil e a falta de interlocução, comunicação e articulação, entre os diversos Conselhos.

Outro estudo que alicerçou o processo de pesquisa deste tema foi o levantamento e a criação de banco de dados realizado por Carla Bezerra et al. (2022a), que demonstra graficamente quais os tipos e quais foram os danos causados aos Conselhos pelo decreto de Jair Messias Bolsonaro, nº 9.759 de 2019.

Martelli, Tonella e Coelho (2021), argumentam que as instituições participativas como os Conselhos e as conferências são fundamentais, pois viabilizam o encontro dos atores denominados como invisíveis, ressaltando a importância da construção coletiva das agendas, da atenção aos arranjos técnico-administrativo e político-relacional, da participação institucionalizada e do potencial das articulações entre o Estado e a sociedade para o desenvolvimento de políticas realmente democráticas.

Em artigo sobre a qualidade da participação em Conselhos Gestores da Assistência Social, de Costa e Botelho (2018), iniciam com uma reconstrução histórica que perpassa os Conselhos Comunitários de 1970, Conselhos Populares de 1980, até os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, a partir da Constituição de 1988, vinculados a termos como interlocução, representação, fortalecimento democrático, democracia participativa, cidadania, participação social ativa, acesso ao poder, inclusão e controle social na deliberação de políticas públicas. Tendo em vista que a importância da participação nos Conselhos se dá por sua qualidade e não apenas por sua existência pró-forma, e que é esta qualidade que determina a capacidade deliberativa do foro, o artigo em questão se preocupou para além do desenho institucional, em escutar conselheiros do município de Abaeté, de Minas Gerais, por meio de entrevistas em 2014, analisando documentos e interpretando os resultados das Conferências Municipais de Assistência Social em determinado município.

O estudo de Costa e Botelho apontou para a fragilização dos Conselhos devido à baixa qualidade da participação, indicando a necessidade de preparação dos conselheiros representantes dos órgãos governamentais e das organizações da

sociedade civil, e a importância do monitoramento e da avaliação das políticas públicas. A pesquisa versa sobre desequilíbrio da paridade, falta de autonomia em função da influência da secretaria municipal e de suas interferências nas deliberações, baixo índice de frequência nas atividades, problemas entre a indicação de representantes e pessoas de fato com disposição e envolvimento em lutas sociais, falta de mobilização e divulgação para que a população compreenda a importância de participar. As entrevistas mostraram perspectivas antagônicas entre os representantes da sociedade civil e do governo, pois esses últimos relataram acreditar que a sociedade civil se encontrava em igualdade de condições e autonomia e que a secretaria não interferia nas pautas e decisões.

Ressalto do referido artigo duas reflexões para diálogo com o objeto em estudo nesta dissertação. A primeira, quanto ao não rompimento do ideário de que para participar é necessário ser especialista, ou que as classes populares deveriam ser primeiramente educadas para assim poderem experienciar a política, mantendo assim o poder de controle da classe dominante. A segunda, quanto ao desenho institucional, a organização da sociedade civil e o envolvimento das representações não garantir democracia e efetivação de direitos na gestão de políticas públicas, ainda que ampliem o diálogo e a negociação (Botelho; Costa, 2018).

Em consonância com a identidade científica atrelada aos referenciais de análise política, consideram-se os modelos organizados por Thomas R. Dye (2009), com a perspectiva de responder o problema e atingir o objetivo deste estudo por meio do reconhecimento dos padrões institucionais, das estruturas, dos grupos, da racionalidade dos sistemas e possíveis jogos e conflitos envolvidos no processo de gestão de políticas públicas, da formação das agendas ao acompanhamento da formulação, da implementação e da avaliação por meio dos Conselhos e Conferências Municipais, pois:

Todos nós talvez prefiramos viver num sistema político em que cada um tenha voz igual na formulação de políticas; em que muitos interesses distintos proponham soluções para os problemas públicos; em que a discussão, o debate e a decisão sejam abertos e acessíveis a todos; em que as escolhas políticas sejam feitas de forma democrática; em que a implementação seja razoável, justa e compassiva. Mas só porque tenhamos preferência por um sistema político não significa que tal sistema necessariamente vá produzir políticas de defesa nacional, educação, bem-estar social, saúde ou justiça criminal, que sejam significativamente diferentes. As relações entre *processo* e *conteúdo* devem ainda ser pesquisadas (Dye, 2009, p. 106).

Nesta mesma perspectiva destacam-se as proposições de Tatagiba (2022):

No plano teórico, a ascensão da extrema direita nos mostra que há ainda um caminho a percorrer na compreensão dos sentidos atribuídos à sociedade civil. Embora o campo de pesquisa tenha superado concepções despolitizadas da sociedade civil responsáveis por eclipsar suas relações com as instituições políticas, resquícios neo-tocquevillianos persistem na expectativa de que os movimentos sociais produzam necessariamente efeitos democráticos e de que uma sociedade civil “vibrante” é sinônimo de desenvolvimento de uma política e cultura democrática (Tatagiba et al, 2022, p.19).

Especificamente, o principal objetivo da presente dissertação é discutir como tem se organizado o controle social das políticas públicas nos Conselhos Municipais do município de Bauru, do estado de São Paulo, por meio de análise conjuntural da participação popular e das expressões democráticas deste território, em comparação com o contexto nacional, após o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e o histórico atravessamento de período pandêmico no país.

Quanto aos objetivos específicos, buscou analisar documentos e reportagens com estes dois recortes, federal e local, estudos e legislações para conhecer a estrutura das instituições participativas relacionadas ao planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas, como os Conselhos de Direitos e os Movimentos Conferenciais, assim como viabilizar levantamento de estratégias para a potencialização das possibilidades democráticas de participação popular na garantia de acesso a direitos sociais através das políticas públicas, dos Conselhos Municipais vinculados a Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social.

Justifica-se esta pesquisa, através do alcance de seus objetivos, pois estes possuem potencial de contribuir de forma relevante para o fortalecimento dos segmentos sub-representados da sociedade, estruturalmente excluídos dos processos decisórios, a partir da construção de mapeamento e espaços de reflexão quanto a importância de estratégias de mobilização social para acesso a direitos, como a própria participação social, no cotidiano das práticas diárias de assessoria e trabalho nos Conselhos Municipais. De acordo com Schwartz e Batista (2022):

Uma maior participação da sociedade poderia repercutir em posturas mais ativas, tendo em vista as oportunidades de refletir sobre si mesmos e sobre o meio em que estão inseridos, comprometidos com desafios e problemas próprios de seus contextos sócio-históricos, atentos às demandas que surgem da coletividade e da pluralidade de ideias. [...] Rompe-se assim com os modelos pré determinados, passando a considerar os sujeitos, suas

experiências pessoais e sociais, ampliando-se as percepções sobre qualquer que seja o objeto investigado, permitindo o constante reposicionamento perante as demandas e as transformações que emergem de seus contextos de pesquisa (Schwartz e Batista, 2022, p. 271).

Ainda enquanto justificativa, ressalta-se a relação do tema com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS, organizados pela ONU - Organização das Nações Unidas, para atenção à Agenda 2030 no Brasil, tendo em vista a importância mundial destes acordos, como nos itens 10.2 e 10.3, do objetivo 10: “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, que versam:

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (ONU, 2015).

Por sua vez, o Objetivo 16: “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, também expressa a relevância da participação em seu item 16.7: “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”.

Por fim, o Objetivo 17: “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”, também dialoga em seus subitens sobre a sustentabilidade da coerência entre as políticas, a implementação de políticas de erradicação da pobreza, em prol do desenvolvimento sustentável, portanto, democrático, e especificamente no ponto 17.17, quanto ao incentivo e promoção de “parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias”.

Em alternativa às escolhas metodológicas que procuram afastar o pesquisador do objeto pesquisado, estando a temática alinhada com minhas atividades laborais, para a realização deste trabalho, elegeu-se o Estudo de Caso Ampliado, por seu compromisso com a racionalidade da teoria, defendida por Michael Burawoy, ao aplicar o modelo reflexivo da ciência à Etnografia e escolher o comprometimento como caminho para o conhecimento sociológico (Burawoy, 2014).

Desempenhar a função de assessoria técnica aos Conselhos estudados, proporcionou a aplicação do método da Observação Participante, que pôde ser praticada na interlocução com tais instâncias participativas, por meio de diálogo cotidiano com os conselheiros, ao acompanhar da construção de suas pautas até a avaliação de suas intervenções. Como fruto desta parceria, o estudo em questão cooperou na construção coletiva de instrumental de pesquisa junto aos 9 Conselhos vinculados à Política Pública de Assistência Social, para levantamento dos perfis e de avaliação da própria Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês da SEBES, resultando em questionário composto por 35 perguntas, que contemplam preocupações dos próprios Conselhos, como a diversidade etária, social, profissional, racial, sexual e de gênero. Assim, a autorização concedida pela SEBES, viabilizou pesquisa documental e a composição do histórico destes Conselhos, já que tais atividades são inviáveis durante o expediente da equipe.

A partir da Teoria Crítica, buscou-se analisar o controle democrático em Bauru, interior do estado de São Paulo, através dos Conselhos Municipais, em contexto pós-pandêmico e conservador, conforme as declarações da atual prefeita municipal, “negra, evangélica e conservadora”, reflexo da conjuntura nacional neoliberal¹, que serve de apoio à política oligárquica local. Justifica-se assim a narrativa deste estudo, que relaciona o contexto político do Brasil e de Bauru. Segundo Burawoy:

O estudo de caso ampliado aplica a ciência reflexiva à etnografia, com o objetivo de extrair o universal do particular, mover-se do “micro” ao “macro”, conectar o presente ao passado e anteciper o futuro - tudo isso construído sobre uma teoria preexistente (Burawoy, 2014, p.42).

Não há neutralidade em se fazer ciência, muito menos em analisar políticas públicas, sendo assim, a partir desta escolha participativa, aposta-se que a credibilidade do estudo parte da transparência de suas bases teóricas e político-ideológicas, demonstrando responsabilidade e abertura para que cada leitor e analista construa sua própria perspectiva do fato ao problematizar os elementos em estudo. Conforme observam Castro et al.:

¹ Fenômeno oligárquico global de dominação classista, econômico, mercadológico, social, político e jurídico, mascarado pela poética libertária individual e empreendedora, que ocasiona a centralização da riqueza e sucateamento dos investimentos sociais (Menchise; Ferreira; Álvarez, 2023).

Ampliar o conhecimento sobre como os governos formulam e implementam suas políticas públicas, principalmente que opções são escolhidas, por que foram selecionadas e quais os caminhos trilhados no processo de sua implementação, além da percepção de quais as consequências imediatas e o legado para o futuro é, sem dúvida, uma agenda central para a gestão pública, para a pesquisa acadêmica e aplicada, bem como para o controle social (Castro; Ribeiro; Campos; Matijascic, 2009, p.55).

Esta dissertação é composta por 6 capítulos e seus subitens. O primeiro capítulo dedica-se especificamente à apresentação da relação metodológica com o objeto de pesquisa. O segundo, intitulado como: “A Participação e o Controle Social no Brasil”, cuida de descrever o processo de criação e desenvolvimento das principais instâncias participativas na estrutura governamental, iniciando pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas com foco na Constituição Federal de 1988. O subitem: “Disputas pelos espaços de controle social de 2013 a 2023”, adota o período de 10 anos para destacar as principais mudanças federais em relação à estrutura de participação e controle social, partindo da esfera nacional brasileira, tendo em vista os impactos que reverberam nas instituições municipais correspondentes. Cuidando de atrelar atores políticos e sociais enquanto protagonistas, apresentando também redes, manifestações e estratégias de luta de movimentos sociais.

O capítulo: “Conjuntura atual do controle social bauruense”, é dedicado a apresentar o cenário do município de Bauru em relação a seu governo corrente, com transcrição de Audiência Pública local, apresentação das principais informações sobre os Conselhos locais e casos como a instituição do COMUSP. O quarto capítulo contextualiza exemplos considerados emblemáticos, relacionados aos 9 Conselhos de direitos e políticas públicas vinculados administrativamente à Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - SEBES, através da narração de casos, como do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas - COMAD e a Política de Redução de Danos, o CADS e a tentativa de proibição da linguagem neutra e o histórico do CMAS Bauru, antecedido por breve retrospectiva quanto aos principais movimentos relacionados à política de Assistência Social no Brasil, com foco nos mais de trinta anos dos Conselhos Municipais de Assistência Social, para os quais se dedica o subitem que os descrevem como: espaços de questionamento de um Estado de desigualdade social.

O quinto capítulo se organiza da mesma forma e ordem que o quarto, entretanto, trata exclusivamente da observação dos resultados apresentados

individualmente por cada um dos Conselhos Municipais vinculados à SEBES, apresentando os dados levantados pelo questionário encaminhado pela Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês - ATCCC, para avaliação e reconhecimento do perfil das Instâncias Participativas em estudo.

Quanto ao sexto capítulo: “Análise geral dos questionários de perfil e avaliação”, este se preocupa com a escuta dos conselheiros municipais, tendo em vista a parceria para elaboração das perguntas e análise dos dados relativos às 305 respostas obtidas no anteriormente referido questionário, que celebram a primeira experiência de compreensão dos perfis dos Conselhos e de seus conselheiros para planejamento e avaliação das ações da própria ATCCC.

Observa-se que os Conselhos de Políticas Públicas são arenas de constantes embates sociais, políticos e ideológicos. Sua existência, permanência e estrutura nos municípios, é termômetro tanto da esfera federal como do poder executivo eleito localmente. Há certa preferência da direita brasileira à democracia representativa, enquanto a esquerda propõe, ou ao menos aparenta, fomentar a democracia direta participativa. Jair Bolsonaro já deixou a cadeira de Chefe do Executivo, mas o movimento que o concedeu este poder permanece vivo e sua vertente mais conservadora e radical, popularmente chamada de “bolsonarismo”, exemplificada a seguir nas movimentações de 8 de janeiro de 2023, influi na realidade local, como expresso no caso do município de Bauru.

Por fim, se fortalecidos, estimulados em sua diversidade e em conexão com o processo de reconhecimento de problemas e elaboração das políticas públicas, os Conselhos e Conferências podem de fato traduzir suas atividades e discussões na garantia de serviços públicos de qualidade, através de exercícios de cidadania e mobilização, dos quais se destacam práticas decoloniais de educomunicação e resistência política, potencializando suas intervenções com o método de análise política.

Para que assim, a partir de uma reflexão coletiva, diversa, plural, possam ser coletivamente planejadas intervenções na realidade sócio-histórica que nos constitui, a qual também constituímos (Schwartz e Batista, 2022).

1 A Observação Participante e o Estudo de Caso Ampliado

Declaradamente inspirada no método de estudo de caso ampliado, proposto por Michael Burawoy no livro “Marxismo Sociológico”, de 2014, este capítulo busca apresentar aos leitores o contexto de desenvolvimento desta pesquisa e os fatores cotidianos que atravessaram, e continuam atravessando, as interações necessárias ao alcance dos objetivos de estudo e o processo de desenvolvimento deste trabalho até a composição desta dissertação. Como o processo de pesquisa também constrói seu próprio objeto, esse capítulo permaneceu em constante reconstrução durante o estudo, registrando o processo da observação participante.

Ao iniciar o percurso enquanto discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas - PAPP da UNESP Franca, em março de 2022, o problema de pesquisa que me inquietava o bastante para que quinzenalmente, eu, pesquisadora iniciante, dirigisse os 300 quilômetros entre a minha residência e a universidade, oferecendo caronas para arcar com o custo; se relacionava, especificamente, com a análise da política de Assistência Social, pois atuava como assistente social, servidora pública municipal, nos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social.

O principal questionamento era compreender como tem se organizado a mobilização social e o controle democrático nos 39 Conselhos Municipais de Assistência Social do território da DRADS - Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social de Bauru, durante o período pandêmico.

Pleitear uma vaga de mestrado só foi possível, dez anos após minha graduação, por meio de um processo coletivo de estudos, reflexões e apoio entre mulheres militantes, que juntas discutem direitos humanos e sociais e as políticas públicas, na ausência local de movimentos extra sindicais organizados de trabalhadores. E por isso a escolha de um programa de mestrado profissional, para aplicação prática dos conteúdos nos serviços prestados à população.

Em meio ao processo de pesquisa passei a atuar em outro espaço laboral, em programa para acesso ao mundo do trabalho e no monitoramento dos serviços socioassistenciais da rede de Proteção Social Básica, mais próxima da gestão da pasta e fisicamente dentro do espaço da Secretaria Municipal do Bem Estar Social

de Bauru - SEBES. Concomitantemente, ao compor o grupo de estudos e pesquisa DeMuS - Direito e Mudança Social e concluir as disciplinas do primeiro ano do Programa de Pós-Graduação, encontrei-me permeada por diversas outras pautas e questionamentos, inclusive pela ausência de suporte teórico e técnico para as ações necessárias ao cotidiano, a implementação das políticas públicas, que visassem o controle democrático por meio do aprimoramento e do aprofundamento das práticas, na busca da otimização dos recursos e da atenção aos interesses públicos, de acordo com a própria população usuária.

Como eu já adentrava o segundo biênio enquanto conselheira municipal de Assistência Social, iniciou-se assim um processo de aproximação ao setor da SEBES denominado ATCCC - Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês. Na época, ainda em 2022, tendo em vista a prévia autorização da responsável da pasta, as duas servidoras que assessoravam os Conselhos tiveram um papel essencial ao fomentar a adoção desta temática de estudo, inclusive por serem fonte de diversas outras dúvidas e questionamentos.

Em janeiro de 2023 fui surpreendida com o convite da secretária municipal, após a aposentadoria de uma das servidoras em questão, para compor a equipe da assessoria, ficando assim recomposta por duas assistentes sociais e uma agente administrativo para assessoria de 9 Conselhos municipais, 2 comissões, 1 comitê e 1 câmara intersetorial, ligadas à secretaria responsável pela política de Assistência Social, sendo eles: o CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social, o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o COMAD - Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, o COMSEA - Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, o CADS - Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, o COMUDE - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o COMUPI - Conselho Municipal da Pessoa Idosa, o CMPM - Conselho Municipal de Políticas Públicas para Mulheres e o CMJ - Conselho Municipal da Juventude; a Comissão Colegiada da Casa dos Conselhos; a COMETI - Comissão Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; o CMPCVD - Comitê Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica; e a CAISAN - Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

Após o atravessamento do período pandêmico e três contaminações pelo vírus COVID-19, enquanto trabalhadora da linha de frente da Assistência Social, em meio ao contexto político e social nacional e local, ao perceber a relevância e a

urgência da discussão da mobilização e do controle democrático nos demais Conselhos assessorados, o próprio setor iniciou processo de reflexão e reorganização, se tornando este, um novo caminho para minha experiência de pós-graduação no PAPP.

Desta forma, os capítulos que seguem possuem claras intenções de contribuir na organização democrática desses Conselhos e adotam o modelo da Ciência Reflexiva, “que abraça não o afastamento, mas sim o engajamento como via para o conhecimento sociológico” (Burawoy, 2014, p.42), por meio de aberta utilização da técnica da Observação Participante e aplicação do método de caso ampliado, debruçando-se sobre o momento presente a partir da compreensão conjuntural, ampliando-se no tempo e no espaço, em busca da superação de entraves à ampla participação e capilarização das discussões de maneira diversa.

A adoção deste método de pesquisa ocorreu por meio do reconhecimento do cumprimento dos quatro princípios básicos apresentados em “*Etnografia sem Fronteiras*” (Burawoy; Burton & alii, 1991). Segundo Burawoy (2014, p.36): “O primeiro princípio é a ampliação do observador dentro da comunidade a ser estudada. O observador une-se aos participantes no ritmo de vida, no espaço e no tempo deles”.

Neste estudo, o primeiro princípio, foi cumprido por meio da participação em todas as reuniões, capacitações, conferências e articulações necessárias ao funcionamento dos Conselhos. Por sua vez, o segundo princípio, a atenção aos eventos significativos, lutas e contradições, acompanhado do terceiro princípio, a relação retroalimentativa entre os microprocessos e as macroforças; e, por fim, o quarto princípio, ampliar a teoria para compreender quais dessas forças e como estas atuam no contexto em estudo, foram contemplados durante o andamento desta pesquisa.

Sendo assim, cumpre-se com o critério dialógico e de interação no fluxo cotidiano das práticas, esta última, guiada pela teoria, neste caso, a teoria crítica, versando com o estudo radical, das raízes das questões sociais, em consonância com a dialética marxista do Serviço Social. Como afirma Burawoy (2014, p.46): “O estudo de caso ampliado é capaz de ir a fundo nos binômios políticos de colonizador e colonizado, branco e negro, metrópole e periferia, capital e trabalho, para descobrir múltiplos processos, interesses e identidades”.

Desta forma, considerando a análise da implementação das políticas públicas, em questão nos Conselhos estudados, durante sua prática, e a participação dos atores pesquisados na modelagem de tais políticas, esta pesquisa adota, prioritariamente, uma perspectiva *bottom-up*, como apresenta Secchi (2012):

Já um pesquisador usando a perspectiva bottom-up parte da organização empírica de como a política pública vem sendo aplicada na prática, as estratégias dos implementadores, das artimanhas dos policytakers, dos problemas e obstáculos práticos, para então verificar “como a política pública deveria ser”, entender os porquês das desconexões, e tentar compreender como o processo de elaboração da política pública chegou a imprecisões prescritivas (Secchi, 2012, p. 48 e 49).

Quanto à divisão metodológica, a partir da participação no universo de estudo, as análises desta pesquisa se organizam em três diálogos, como expresso por Burawoy sobre a ciência reflexiva, a saber:

A ciência reflexiva parte do diálogo (virtual ou real) entre o observador e os participantes e, então, encaixa tal diálogo dentro de um segundo diálogo, entre processos locais e forças extralocais que, por sua vez, pode ser entendido tão-somente através de um terceiro diálogo ampliado: da teoria consigo mesma (Burawoy, 2014, p.42).

O primeiro diálogo é caracterizado pela interação entre pesquisadora e partícipes das atividades dos Conselhos Municipais, sejam eles conselheiros, presidentes ou assessores. O segundo diálogo prioriza a análise do contexto social e político em Bauru e no Brasil, culminando no terceiro momento, da teoria consigo mesma, ao relacionar a prática municipal expressa em seus registros documentais e normativos, com o arcabouço teórico escolhido.

Por buscar compreender como são constituídos os Conselhos, não com o foco nos indivíduos ou nas instituições, mas na situação social, este estudo se utiliza do que Burawoy chama de “métodos positivos auxiliares”, ao analisar os dados coletados por questionário da própria ATCCC quanto à classe social, quesito raça/cor, gênero, representação de movimentos sociais, escolaridade pessoal e familiar dos conselheiros municipais das gestões em vigor, para reflexão quanto às “forças que pesam sobre o âmbito da pesquisa etnográfica” (Burawoy, 2014, p.65).

Quanto à adoção de análise integradora do contexto nacional, estadual e municipal, ressalta-se a necessidade histórica de se relacionar o conhecimento situacional em um relato do processo social e de experimentação das forças sociais

mais amplas, como as questões que atravessam a participação social no cotidiano da população usuária de políticas públicas: ou seja, estruturas “coloniais” e racistas da sociedade, a necessidade de venda do tempo e da força de trabalho no capitalismo, o adoecimento da população, o período pandêmico, a mobilidade e a configuração espacial urbana, o gênero e a divisão das tarefas. Burawoy (2014, p.72) alerta que: “a situação social transforma-se em um processo social porque a ação social pressupõe e reproduz seu regime de poder”.

Sendo assim, não há como não rejeitar teorias ou julgamentos do senso comum, que atribuem a baixa participação da população nos espaços de controle social ao desinteresse e até mesmo à incapacidade cognitiva, e como não buscar embasamento para facilitar o acesso ao controle social de forma democrática, socializando suas informações, ampliando o reconhecimento de suas possibilidades, articulando e capilarizando o debate nos territórios e equipamentos públicos, aproximando usuários e trabalhadores das políticas públicas dos processos de gestão, implementação e otimização de recursos.

Essa perspectiva se justifica tendo em vista que, de acordo com Burawoy (2014, p. 80): “No modelo positivo, a ciência social mantém-se atrás e observa o mundo que estuda, ao passo que no modelo reflexivo, a teoria social intervém no mundo que ela procura entender, desestabilizando sua própria análise”. Desse modo, pesquisar, observar, interagir e intervir tornam-se processos diários e concomitantes, dentre os quais se destaca a busca pelo embasamento legal e a observância dos efeitos de poder em cada um dos princípios reflexivos e do método do estudo de caso ampliado, anteriormente citados. Para melhor compreensão, apresenta-se a sistematização defendida por Burawoy, no Quadro 1, específica a ciência reflexiva:

Quadro 1 - A lacuna entre os princípios e as práticas da ciência (segunda parte)

Ciência Reflexiva		
Princípios reflexivos	Método de caso ampliado	Efeitos de poder
Intervenção	Ampliação do observador ao participante	Dominação
Processo	Ampliação das observações no tempo e espaço	Silenciamento
Estruturação	Ampliação do processo às	Objetivação

Ciência Reflexiva		
	forças	
Reconstrução	Ampliação da teoria	Normalização

Fonte: Burawoy, 2014, p. 87.

Ao dissertar quanto a relação entre os fatores elencados no Quadro 1, Burawoy sustenta que:

Enquanto no modelo positivo o hiato resulta dos efeitos de contexto, no reflexivo resulta dos efeitos de poder. Intervenção, processo, estruturação e reconstrução são ameaçados por dominação, silenciamento, objetivação e normalização. Entretanto, as autolimitações dos princípios reflexivos resultantes da ubiquidade do poder não são motivos para o abandono do estudo de caso ampliado, assim como os efeitos de contexto não são motivos para o abandono da pesquisa quantitativa. O objetivo é examinar essas limitações para levá-las em conta e, talvez, reduzi-las (Burawoy, 2014, p.80).

Ao escolher vivenciar este processo de pesquisa por meio do método de caso ampliado, cada um dos efeitos fora relacionado com o contexto estudado, compondo assim a análise, o aprendizado e a atenção para as contenções necessárias aos possíveis vieses. Outro fator que motivou a aproximação do capítulo à rotina e linguagem da ATCCC é o ideal de qualificar a interação pesquisa e pesquisados, partícipes e observadora participante, por meio da aproximação sociolinguística, tendo em vista a complexidade do texto de Michael Burawoy aqui apresentado, junto ao esforço de não reduzi-lo ou simplificá-lo de forma vã que desmereça tão importante teoria.

Assim, busca-se estabelecer a possibilidade de melhor compreensão do texto, durante ou mesmo após o término do estudo, ao proporcionar o retorno aos pesquisados, por meio de diálogos inteligíveis e de uma relação coerente com a preferência pela “[...] técnica da observação participante, isto é, o estudo dos outros em seu tempo e espaço” em detrimento à “técnica da entrevista, ou seja, o estudo dos outros no tempo e espaço do entrevistador [...]” Burawoy (2014, p. 87). Desta forma, além do tempo e do espaço, também há a preferência pela linguagem dos participantes, em detrimento da linguagem dos teóricos ou acadêmicos.

Quanto à dominação, além de reconhecer minha branquitude, como também o faz Michael Burawoy, ressalto a relação de poder advinda do conhecimento e dos cargos políticos. Por vezes interpelada pela pouca idade, trinta e três anos, e pela

experiência de apenas cinco anos no serviço público municipal, em meio a conselheiros mais velhos, presidentes de Conselhos e assessores em sua maioria próximos à aposentadoria, aptos ou já aposentados, destaca-se ainda o fato de que, no Brasil, apenas 0,8% da população possui título de mestrado, de acordo com relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (OECD, 2022).

Desta forma, enquanto participante, o contato com o meio acadêmico, ou sua ausência, pode por vezes influenciar nas relações, por meio de estigmas, expectativas ou pela hierarquização de conhecimentos e informações. Assim como as demais relações de dominação presentes, como pressões e atribuições dos cargos políticos e de chefia, considerando que a ATCCC é ligada diretamente ao gabinete, portanto, hierarquicamente à secretária municipal da pasta.

Enquanto observadora, por mais relevante que seja o objetivo deste estudo, qual seja inovar, ampliar e aprimorar as práticas de democratização dos espaços municipais de controle social e, que exista consenso quanto a necessidade de seu alcance por parte dos atores envolvidos, sempre haverá divergência e impossibilidades, previsíveis e imprevisíveis, que exigirão diálogo, negociação, convencimento ou desistência.

Já o silenciamento, explícito no comportamento e na ausência de usuários nas reuniões, é frequentemente alvo de discussão quanto às possibilidades de superação. São constantemente pontuadas a viabilidade de reuniões descentralizadas nos territórios de CRAS, Associações de Moradores e nas Organizações da Sociedade Civil, assim como a não reprodução de linguagem rebuscada, do estranhamento em caso de debates e do funcionamento cartorário dos Conselhos, em apenas aprovar deliberações discutidas previamente por um grupo fechado e específico.

Emulando uma velha máxima do pensamento marxista, Burawoy (2014, p.82) afirma: "A ideologia dominante apresenta os interesses da classe dominante como sendo os interesses gerais". Sendo assim, na ausência dos usuários, como estão sendo resguardados seus interesses? Há nos Conselhos Municipais diversidade de participantes e de participações necessárias para debates que divergem dos interesses hegemônicos?

O silenciamento também pode ocorrer pela pressão contextual, ainda mais em tempos de polarização política como instaurada no município² e no país a partir das eleições de 2018 e 2020 e pelo receio da perda de recursos públicos advindos de convênios e bancos de projetos, como forma de punição a possíveis posicionamentos contrários. Em espaços diferentes, os mesmos atores podem se expressar de formas diferentes, conforme os sentimentos e sensações que o ambiente e as situações provocam. Sendo importante a convivência em locais e circunstâncias diferentes, oportunizadas nas conferências, capacitações, intervalos, *coffee breaks*, confraternizações, manifestações, eventos de luta e defesa de pautas políticas, pois, como observa Burawoy:

Uma vez que o silenciamento é inescapável, nós precisamos ficar atentos às vozes novas ou reprimidas, para desalojarmos ou desafirmos nossas configurações artificialmente congeladas e estarmos prontos para remodelar nossas teorias para incluírem essas novas vozes, isso sem dissolvê-las num burburinho (Burawoy, 2014, p. 83).

A partir de janeiro de 2023, diversas foram essas oportunidades de convivência, captação e amplificação de vozes: Semana Municipal sobre o Autismo promovido pelo COMUDE, evento na OAB no Dia do Orgulho promovido pelo CADS, Capacitação dos Conselheiros do CMAS, Capacitação dos Conselheiros do COMSEA, Capacitação sobre os Bancos de Projetos, Pré-Conferências Territoriais e Reuniões Preparatórias das Conferências Municipais de Assistência Social, Juventude e de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, reuniões diagnósticas e mobilizadoras de coletivos para os pleitos da sociedade civil do CMJ, CADS, COMUPI e COMAD, o fluxo cotidiano da Casa dos Conselhos e as Reuniões Interconselhos, Audiências Públicas e manifestações de rua e virtuais que serão citadas nos próximos capítulos.

Outra oportunidade de convivência e manifestação dos Conselhos são suas premiações. A exemplo, em julho de 2023, momento presente da redação deste capítulo, o Conselho Municipal da Comunidade Negra³, ainda que não contemplado

² Suéllen Rosim, 32 anos, primeira mulher a ocupar o cargo de chefe do Poder Executivo em Bauru, eleita em 2020 com 55,98% dos votos, pelo partido Patriota, coligação PSL, PP e MDB. Em fevereiro de 2021, o então governador de São Paulo, João Dória (PSDB), acusou Suéllen em coletiva de ter deixado de proteger a população do Covid-19 para ser vassala de Bolsonaro. Em setembro de 2021, Suéllen e Bolsonaro foram autuados por não utilizarem máscaras em manifestação na Avenida Paulista, durante a pandemia. Em 2023, Suéllen assumiu cargo no PSD, seus familiares estão à frente do PP e do PSC.

³ Página no Instagram: <https://www.instagram.com/p/CvCRit7OGpE/?igsh=MWJxNnl3YWlvOXFjZg==>

neste estudo por vincular-se à outra política pública, a da Cultura, ao fazer parte do contexto pesquisado e protagonizar um caso emblemático para as análises aqui desenvolvidas, provocou diversas reações nos Conselhos assessorados pela política de Assistência Social.

Em consonância com o Dia Internacional da Mulher Negra, Latina e Caribenha, coletivos e movimentos sociais negros promovem, em diversos municípios brasileiros, medalhas e premiações para homenagear mulheres pelo relevante trabalho em relação à pauta antirracista, nomeando tais iniciativas como, por exemplo, com o nome de Tereza de Benguela⁴.

A Prefeitura Municipal de Bauru, após divulgar a “2ª Edição do Prêmio Tereza de Benguela”, que aconteceria no dia 25 de julho de 2023, em continuidade a 1ª edição realizada em 22 de julho de 2022⁵, excluiu tais publicações, tendo em vista que o Conselho Municipal da Comunidade Negra de Bauru alterou o nome do evento para “Homenagem às Estrelas Negras de Bauru”, em nova publicação no site da prefeitura em 24 de julho de 2023⁶, e acrescentou uma homenageada entre as escolhidas pelos conselheiros, a prefeita municipal.

No dia em questão, durante a entrega do prêmio à prefeita, ouviram-se vaias e protestos. Dentre os manifestantes havia mais de um conselheiro do próprio Conselho que entregava o troféu, que alegavam não haver acordo quanto a indicação da Chefe do Poder Executivo, tendo sido este o motivo para a alteração do nome do evento, pois os movimentos sociais que propuseram o “Prêmio Tereza de Benguela” desde sua primeira edição, não concordavam com a indicação, pois Suéllen Rosim, atual prefeita, possui recente e documentada presença em evento denominado “A minha cor é o Brasil⁷”, divulgado por meio do seguinte cartaz, apresentado pela Figura 1:

⁴ Tereza de Benguela: liderança quilombola brasileira nascida em 1700.

⁵ Notícia da 1ª Edição do Prêmio: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=41127>

⁶ Notícia da Homenagem: <https://www2.bauru.sp.gov.br/materia.aspx?n=43317>

⁷ Página do Instagram: <https://www.instagram.com/minhacoreobrasil?igsh=djRsdzRveXc4M3Vl>

Figura 1 - Divulgação do evento “Minha Cor é o Brasil”



Fonte: Minha Cor é o Brasil, 2022.

Como se pode observar, o evento lista em seu cartaz suas temáticas e defesas: “A importância da família real na abolição da escravatura”; “A meritocracia não tem cor”; “O sucesso não tem cor”, “A cultura e o racismo não tem cor”; “Vitimização e Racismo Negro”; “O Brasil não é um país racista!”, afirmações e teorias que divergem das prerrogativas do próprio Conselho Municipal da Comunidade Negra, como descrito na Nota de Repúdio da 2ª Edição do Prêmio Tereza de Benguela, do Instituto Formando Mentes Coletivas⁸.

⁸ Nota de Repúdio - 2ª Edição do Prêmio Tereza de Benguela
https://www.instagram.com/p/CvQTdrzOi_d/?igsh=MTdqbgVhOTB4Z2lxdA==

Ainda assim, a liderança do Conselho, mesmo sem unanimidade, decidiu por manter a troca da homenagem à Tereza de Benguela pela homenagem à prefeita⁹, que, ao ser vaiada, proferiu a seguinte frase, registrada por vídeos¹⁰ divulgados nas mídias sociais dos populares presentes: “eu não costumo falar com a minoria”. A presidência do Conselho justificou a indicação pelo apoio que têm recebido da Chefe do Executivo, assim como pela necessidade de articulação para acesso à verba pública. Os manifestantes foram escoltados por policiais armados e por seguranças particulares.

Estar atento às vozes discordantes, principalmente àquelas não comumente incluídas nos processos participativos, como a população negra e periférica, e registrá-las, é caminhar em direção à reconstrução teórica, social e histórica.

Por sua vez, Burawoy (2014, p.83) ao tratar do terceiro efeito de poder, explicita que: “A objetivação, ou seja, o problema de hipostasiar as forças sociais como coisas externas e naturais, é um perigo inerente a essa abordagem.” Sendo assim, questiona-se: quais são as forças também reproduzidas internamente em tais instituições participativas? Reconhecer que a estrutura afeta o cotidiano, mas, que a rotina também constrói e altera a estrutura social local, revela a importância de se conhecer os processos territoriais contraditórios e de resistência, assim como a diversidade na composição dos Conselhos por meio do perfil de seus membros.

Como exemplo, o caso do COMAD em episódio relacionado à Política de Redução de Danos, que será aprofundado adiante, mas que, de antemão, protagonizado por um sistema político municipal com forte tendência conservadora, serviu, entre outras coisas, para expor a ideologia do poder público municipal quanto à autonomia dos Conselhos; nesse caso, expressa pela ideia de subordinação de suas ações, manifestações e deliberações à administração pública, gerando diversos questionamentos. Fato que, ao alcançar grandes proporções midiáticas, faz coro com a afirmação de que: “Enquanto abraçamos a objetivação, devemos sempre estar preparados para os processos subterrâneos que irrompem e despedaçam o campo de forças” (Burawoy, 2014, p.84).

⁹ Contextualização audiovisual publicado pelo Instituto Formando Mentes Coletivas: <https://www.instagram.com/reel/CvKcrzGMzgO/?igsh=MjVtemg3ZHp4bTEEx>

¹⁰ Registro audiovisual de Henrique Perazzi de Aquino, presente no episódio descrito: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0g6B8jrEKRuW88DVe6dYg6rEnn3boVjuZPWcrRqbzid8wxvW5EyRi9pRReW8ArB3l&id=100000600555767&sfnsn=wiwspwawes

Por fim, ao discorrer sobre o efeito da normalização, citando inclusive a aplicação da teoria pós-colonial de Frantz Fanon em sua análise, Burawoy destaca:

Desafiar ou moderar a normalização demandaria o aprofundamento da análise em perspectivas de baixo para cima, levando mais a sério as categorias subalternas e, em poucas palavras, trabalhando mais de perto com aqueles cujos interesses o estudo supunha servir (Burawoy, 2014, p. 85).

Sendo assim, este estudo busca problematizar as relações de poder, a colonização dos corpos, espaços e pensamentos, observar o contexto e as correlações de forças, sem maiores pretensões e elucubrações teóricas ou macroestruturais, mantendo o foco no objeto deste estudo, que por si só já é capaz de despertar inovações e intervenções sociais democráticas, conscientes de suas limitações; uma delas, por exemplo, diz respeito a como lançar luz e soluções para o que é popularmente conhecido no servidorismo público como síndrome de “Gabriela”, que descreve o jargão: “sempre fiz assim”, ao ofertar a possibilidade de discussão de formas diferentes de se praticar, por exemplo, a mobilização social e o controle, de forma democrática. Burawoy salienta:

Uma ciência reflexiva autocrítica, por outro lado, toma o contexto como dado, porém, revela os efeitos de poder para que eles sejam melhor entendidos e controlados. Ao revelar os limites da liberdade humana, os limites da ciência reflexiva possibilitam as bases para uma teoria crítica da sociedade (Burawoy, 2014, p. 86).

Uma das célebres reflexões quanto aos Conselhos baseia-se na complexidade de sua própria natureza: um instrumento de controle social (controle da sociedade sobre o poder público quanto à atenção aos interesses públicos) de iniciativa e responsabilidade do próprio ente público, mas que não se caracteriza como controle institucional interno ou externo. Ou seja, cabe à administração pública garantir as condições para seu próprio controle, sendo esta mais uma agenda na disputa pelo escasso recurso público: a ampliação da equipe da ATCCC e dos instrumentos necessários para a devida mobilização e publicização das atividades e informações pertinentes ao controle social democrático.

Outra reflexão possível é que, mesmo sendo parte do serviço público, a assessoria aos Conselhos também lida com questões internas e externas à instituição, inerentes às relações humanas, como a hierarquização, a competição e

divergências políticas e ideológicas, tanto as próprias do ambiente laboral, como as expressas nos discursos e debates junto a sociedade civil nos Conselhos. Um trabalho que depende do voluntariado por parte dos conselheiros da sociedade civil, normalmente, em horário comercial. Desta forma, quem são seus conselheiros? Existe espaço para debate? Existe o registro das vozes discordantes? Como é realizado o direcionamento dos trabalhos em busca de construções coletivas? As reuniões apresentam quórum, informações e estímulo para tais construções? Quem consegue se fazer presente de forma assídua?

Retomando a ideia do registro histórico, tal prática aparenta ser uma das lacunas em relação aos Conselhos. Pouco se tem documentado sobre as lutas e processos de cada uma dessas instâncias participativas. Grande parte das pastas de processos jurídicos dedica-se apenas ao registro do pleito eleitoral, das indicações do poder público e da sociedade civil e dos decretos de nomeação. Há também registros à parte das minutas, resoluções e procedimentos necessários às conferências municipais, entretanto, escapa ao texto dos documentos a descrição da mobilização, da articulação, os atores envolvidos, o diagnóstico, o acompanhamento das propostas, a descrição das moções, quando há o anexo do relatório conferencial final. Sendo assim, a seguir, será tecido breve histórico de cada Conselho estudado.

As atas das reuniões ordinárias e extraordinárias são um bom exemplo de intervenção. Até janeiro de 2023, estas não eram publicadas no Diário Oficial do Município, e ainda não são feitas de maneira regular, normatizada e periódica, desta forma, o acesso era resguardado apenas aos conselheiros para sua aprovação na reunião seguinte. Anteriormente o acesso da população às atas só poderia ser feito via solicitação junto à ATCCC, que ainda não possui organização a contento, dificultando inclusive o acesso da própria secretaria ao material. A problemática se estabelece ao passo que, observado que as atas não constituem as pastas processuais dos Conselhos e restam arquivadas apenas nos computadores da assessoria, mudanças no efetivo e falhas tecnológicas podem facilmente apagar o registro de tais atividades, podendo comprometer seu compartilhamento futuro, ao ser solicitado, por exemplo, por meio da LAI - Lei de Acesso à Informação, restando a necessidade de obtê-las por complexas pesquisas no Diário Oficial, nos casos onde foi realizada a publicação.

Em consonância, aplica-se o mesmo entendimento às pautas e informações prévias para o qualificado acesso às reuniões e conteúdos em discussão. Que,

quando é feito, são apenas publicados no Diário Oficial do Município com alguma antecedência, não determinada. O Diário Oficial é um instrumento acessível aos usuários e trabalhadores das políticas públicas em questão? Cumpre-se assim o papel de publicização? É eficaz e eficiente quanto a mobilização social?

Com efeito, como primeira tarefa, realizou-se em 02 de março de 2023, a partir da autorização da secretária da pasta, a abertura de chamado ao setor de tecnologia da informação para construção de página específica aos Conselhos Municipais¹¹, para divulgação das reuniões, publicação de calendários anuais com todas as reuniões ordinárias, pautas, atas, regimento interno, lei de instituição, composição da gestão, resoluções, normativas e os resultados deste estudo.

Acrescenta-se que já haviam informações no site da Prefeitura Municipal¹², entretanto, encontravam-se desatualizadas e distribuídas junto a cada uma das secretarias às quais os Conselhos deveriam possuir vínculos administrativos. Não sendo localizados responsáveis para a atualização desses dados em cada uma das pastas, sugeriu-se assim uma página unificada, alimentada por drive compartilhado, para que os próprios conselheiros e assessores possam conferir e atualizar, facilitando o acesso da população e aprimorando a divulgação dos Conselhos do município. Outras intervenções ocorreram durante o processo de pesquisa, como estudo do efetivo e do organograma necessário à ATCCC para o adequado desempenho das funções e cumprimento das normativas e legislações municipais.

Outra prática de apagamento histórico é a referência de instituição dos Conselhos por sua legislação municipal mais recente, desconsiderando a verdadeira criação. Podemos citar o CMAS, que apresenta no cabeçalho de seus documentos apenas a última legislação, de 2001, sendo que este pode ser considerado um dos Conselhos pioneiros no país, criado em 1991, antes mesmo do Conselho Nacional instituído pela LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social, em 1993.

Ainda que aparentam ser alterações singelas, ao fazê-las de forma crítica, consciente e coletivamente, unindo teoria e prática, após a devida compreensão de seus efeitos, essas intervenções, por meio da produção e execução de conhecimentos, remetem à perspectiva defendida por Burawoy, quando este observa que:

¹¹ <https://sites.bauru.sp.gov.br/casaconselhos/>

¹² <https://www2.bauru.sp.gov.br/>

Aqui, nós temos uma forma artesanal de produção do conhecimento em que o produto governa o processo. O objetivo da pesquisa não é direcionado para o estabelecimento de uma "verdade" definitiva sobre o mundo externo, mas sim à contínua melhoria da teoria existente. Teoria e pesquisa são inseparáveis. O estudo de caso ampliado é, então, um modo artesanal de produção de conhecimento em que o criador da pesquisa é, simultaneamente, seu executor (Burawoy, 2012, p.92).

Ressaltamos ainda a possibilidade de práticas como a organização de registro fotográfico, mídias sociais, regulamentação de Semana Municipal do Controle Social e de Fórum Permanente interconselhos, luta por espaço físico em região central e com condições prediais mais amplas e acessíveis, que serão descritas nos capítulos que seguem. Este estudo busca pela consolidação da equidade e da justiça social de forma mais ampla? Sim. Mas partindo e objetivando o aprofundamento na teoria crítica, e mais especificamente, na teoria democrática deliberativa, ainda mais participativa.

Concluindo quanto às motivações para a aplicação deste método ao contexto dos Conselhos Municipais vinculados administrativamente a Assistência Social, ressalta-se que o método possibilita contribuições teóricas e práticas para o objeto em estudo, em consonância com os produtos finais de uma pesquisa científica de um programa de mestrado profissional, contribuindo com os partícipes por meio de intervenções espaciais e temporais, de novos elementos teóricos aos diagnósticos, existentes a partir da ciência reflexiva e da observação participante, de forma direta, espacial, temporal e aberta, também por meio da análise de política alicerçada na perspectiva crítica, suscitando a diversidade e a identidade local, como demonstra Burawoy:

A ciência reflexiva realiza-se por meio da eliminação dos efeitos de poder e da emancipação do mundo da vida. Mesmo quando esse caráter utópico é frustrado ou mitigado, o estudo de caso ampliado mede a distância a ser percorrida até a utopia. Ao destacar os universos etnográficos do local, este método desafia a suposta onipresença do global - seja esse global representado pelo capital internacional, pelas políticas neoliberais, pelo espaço dos fluxos ou pela cultura de massas (Burawoy, 2012, p.96).

Ainda que as propostas elencadas por este estudo não sejam sustentadas no tempo, estas encontram-se documentadas nos registros da ATCCC, nas articulações sociais e nos vínculos que, de forma inerente, ocasionaram. Não é secundária a intenção de que os atores sintam-se fortalecidos ao vivenciar processos de

intervenção por meio da reflexão crítica e teórico-metodológica, estimulando assim, o protagonismo necessário aos processos de mudança.

Para tal, reforça-se a importância e as possibilidades da aplicação do método de análise de política, que assim como o método do estudo de caso ampliado minimamente viabiliza a medição da distância entre a situação problema e a meta almejada, pois, a análise de política também pressupõe discutir as possíveis alternativas à realidade, por meio de distintas formas de perceber o problema e da multiplicidade de vozes que compõem a experiência do ciclo das políticas públicas. Nas palavras de Serafim e Dias:

A Análise de Política pode ser entendida como um conjunto de observações, de caráter descritivo, explicativo e normativo, acerca das políticas públicas, que corresponde, respectivamente, às perguntas a respeito de “o que/como é?”, “por que é assim?” e “como deveria ser?”. Essa última dimensão dos estudos de Análise de Política imprime aos estudos pertencentes ao campo um caráter bastante peculiar, no qual o “deve ser” assume uma importância fundamental. Essa característica constitui uma diferenciação ainda mais relevante em um contexto como o atual, em que às reflexões teóricas é imposta uma assepsia ideológica (Serafim; Dias, 2012, p.127).

Sendo assim, ainda que este estudo também se utilize do modelo institucional de análise de políticas públicas, este é complementado pelo marxismo sociológico de Burawoy, observando não apenas a instituição Conselho, mas seus atores, os conselheiros e servidores, buscando compreender também suas complexidades. Quanto aos “padrões estruturados de comportamento de indivíduos e grupos”, Thomas Dye, ao discorrer sobre o modelo institucional de análise de política, destaca:

Esses padrões estáveis de comportamento dos indivíduos e dos grupos podem afetar o teor das políticas públicas. As instituições podem ser configuradas para facilitarem certas consequências políticas e obstruírem outras. Podem favorecer certos interesses na sociedade e desfavorecer outros. Certos indivíduos ou grupos podem ter maior acesso ao poder governamental em um conjunto de características estruturais do que em outro (Dye, 2009, p.103).

Após afirmar que “o impacto dos arranjos institucionais nas políticas públicas é um problema empírico que merece investigação”, Dye, conclui:

Talvez descubramos que tanto a estrutura quanto as políticas são em grande parte determinadas por forças econômicas ou sociais, e os

diferentes arranjos institucionais terão pouco impacto independente sobre as políticas, se as forças subjacentes permanecem constantes (Dye, 2009, p.103).

Reside aí a importância da escolha teórica adotada para o diálogo final entre as etapas de análise desta pesquisa, escolha esta que expressa o projeto de sociedade almejado e a ideologia política do autor do estudo. Nas palavras de Lascoumes e Le Galès (2012, p.136): “a pesquisa exige a tomada de partido para que as posições sejam colocadas à prova, por isso é indispensável se posicionar.” Quanto a “Mobilização no espaço concorrencial”, estes autores ressaltam:

A mobilização dos atores a propósito dos desafios e dos problemas se dá de forma concorrencial. Construir socialmente um problema público significa, ao mesmo tempo, nomear para definir, qualificar para torná-lo tangível e suscitar uma mobilização de atores que se transformam em interlocutores da causa. Mas essas três dinâmicas interdependentes não se completam em um espaço social neutro, vazio de qualquer outro autor, notadamente de grupos de veto (Lascoumes; Le Galès, 2012, p.150).

Em contexto neoliberal, o acesso a direitos sociais, civis e políticos pela parte mais vulnerável e periférica da população, por muitas vezes, parece utópico, assim como a justiça social pode parecer um termo genérico. Entretanto, se um Conselho Municipal legalmente constituído elenca vicissitudes da questão social como um problema público, com base jurídica e diagnóstica, as quais até o momento pudessem ser consideradas apenas como infortúnio, esse Conselho possui potencial para gestar força necessária à disputa da agenda e do recurso público, fomentando planos municipais que priorizem o alcance de garantias fundamentais e mobilizando o direito para efetivá-las enquanto políticas públicas.

Ainda assim, como exposto, tem-se que considerar os Conselhos como espaços de heterogênea clivagem política, controvérsias e disputas e que, sem que um coletivo ou um ator social construa um problema enquanto um problema público, este permanece no campo privado, individual, portanto, quando atendido ou resoluto, acontece na seara assistencial, da benesse, ou da responsabilidade social empresarial, para abatimento tributário, por exemplo.

Isto posto, parte-se para esta outra etapa de análise: a observação das forças atuantes no contexto brasileiro de participação e controle democrático, seus grupos, jogos e contrapesos.

2 A Participação e o Controle Social no Brasil

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em seu Artigo 21, defende em seu primeiro item que: “Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos” (ONU, 1948). Tal citação é considerada importante marco da validação da participação popular direta no Estado, para além do sufrágio da democracia representativa.

Por sua vez, no Brasil, a intervenção direta da sociedade civil no governo, comumente denominada de Controle Social, continua até os dias atuais, em 2024, como terreno de incansáveis disputas políticas. Neste cenário, destaca-se o pioneirismo e a resistência de algumas das primeiras instituições participativas do país, como exemplo as atividades do Conselho Nacional de Saúde, desde 1937, e o relevante histórico dos Conselhos na área da educação junto à máquina pública, desde 1842.

O Ministério da Educação, relaciona em seu portal virtual oficial, que as experiências brasileiras de controle social na educação iniciaram em 1842, inspiradas no modelo inglês, e que em 1846 foi criado o Conselho Geral de Instrução Pública, por iniciativa da Câmara dos Deputados. Em 1911 foi criado o Conselho Superior de Ensino (Decreto nº 8.659/1911) e:

A ele seguiram-se o Conselho Nacional de Ensino (Decreto nº 16.782-A, de 13/01/1925), o Conselho Nacional de Educação (Decreto nº 19.850, de 11/04/1931), o Conselho Federal de Educação e os Conselhos Estaduais de Educação (Lei nº 4.024, de 20/12/1961), os Conselhos Municipais de Educação (Lei nº 5692, de 11/08/1971) e, novamente, Conselho Nacional de Educação (MP nº 661, de 18/10/94, convertida na Lei nº 9.131/95).

O atual Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação (MEC.GOV.BR).

A formalização estrutural das instituições participativas surgiu no Brasil em contexto de luta pela redemocratização, após vinte e um anos de período ditatorial, de forte repressão política e social, e sustenta-se até hoje, atravessando a história por entre capítulos da luta de classes.

Destaca-se que a Constituição de 1988 absorveu reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte”, sendo reconhecida como “Cidadã” por ter incluído mecanismos de participação direta, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular e por materializar a democracia participativa por meio dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, regulamentando a intervenção da sociedade nas decisões do Estado em todos os níveis, do local à União (municipal, estadual e federal) (Rocha, 2008).

Rocha (2008, p.136) ressalta: “[...]que as gestões das políticas da Seguridade Social, da educação e da criança e do adolescente deveriam ter caráter democrático e descentralizado”. A autora pontua ainda que:

A inscrição de espaços de participação da sociedade no arranjo constitucional das políticas sociais brasileiras apostou no potencial das novas *institucionalidades* em mudar a cultura política do país, introduzindo novos valores democráticos e maior transparência e controle social na atuação do Estado no tocante às políticas sociais (Rocha, 2008, p.136).

Em seus Princípios Fundamentais, no artigo 1º, Parágrafo Único, a Carta Magna, ao afirmar o Estado Democrático de Direito, estabelece que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” De acordo com Silva; Jaccoud; Beghin (2005), a sétima Constituição Federal¹³ (1988), após longa e conflituosa mobilização social e política dos anos 70 e 80, instituiu o arcabouço jurídico que consolidou o regime democrático brasileiro, resguardou direitos sociais e ampliou o envolvimento dos atores sociais em processos descentralizados de decisão e implementação das políticas sociais. Estes autores ressaltam que:

A partir da nova Carta constitucional, os conselhos se institucionalizaram em praticamente todo o conjunto de políticas sociais no país, representando uma nova forma de expressão de interesses e de representação de demandas e atores junto ao Estado. Ao mesmo tempo, proliferaram outras formas de participação social na prestação de serviços e na própria gestão do social, impulsionando um movimento que havia adquirido novo vigor desde ao menos o início da década de 1980 (Silva; Jaccoud; Beghin, 2005, p.373).

Após Emendas Constitucionais, como a nº 19 de 1998, a CF 88 passou ainda a mencionar o princípio de Transparência, acesso às informações e registros administrativos, atendimento às reclamações de usuários de serviços públicos e

¹³ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

avaliações periódicas internas e externas para garantia da qualidade dos serviços. O Artigo 37 prevê em seu parágrafo terceiro que “A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta [...]”; valendo-se dessa perspectiva, este estudo parte da análise das legislações e decretos brasileiros quanto ao Controle Social, para construção de um panorama das relações Político-Sociais dos governos federais, na formulação, acompanhamento e avaliação das Políticas Públicas.

Há que se considerar que a participação social passa de um status de proibição, no período da ditadura, a um status de obrigatoriedade, impulsionado por um arcabouço legal assegurado na Constituição de 1988, fruto de lutas sociais. Esta mudança ocorre em um contexto bastante diferente. Enquanto existia uma conjuntura de mobilização e efervescência política crescente nos anos de 1980, e que a sociedade civil era hegemonizada por forças progressistas, as décadas seguintes são marcadas por um progressivo refluxo dos movimentos sociais, no contexto de reestruturação capitalista, receituário neoliberal e de consequentes contrarreformas do estado (Bravo; Correia, 2012, p.132).

Ainda que tênues, ressaltam-se lutas e vitórias dos movimentos sociais por intermédio do controle social no Brasil, como a própria concretização de uma Constituição como a Federal de 1988, que prevê direitos sociais.

O texto constitucional de 1988 é um marco na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais. Articulada com tais princípios, a Constituição alargou o projeto de democracia, compatibilizando princípios da democracia representativa e da democracia participativa, e reconhecendo a participação social como um dos elementos-chave na organização das políticas públicas. De fato, com a Constituição de 1988 a participação social passa a ser valorizada não apenas quanto ao controle do Estado, mas também no processo de decisão das políticas sociais e na sua implementação, em caráter complementar à ação estatal. Desde então, a participação social tem sido reafirmada no Brasil como um fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais. Com maior ou menor sucesso, esta foi uma das importantes inovações institucionais ocorridas no Brasil pós-Constituinte (Silva; Jaccoud; Beghin, 2005, p.374).

O artigo 10 prevê a participação de trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos, o artigo 14 respalda o sufrágio universal e dispositivos democráticos como o plebiscito, referendo e a iniciativa popular; o artigo 194 assegura a participação da comunidade e a gestão democrática e descentralizada da Seguridade Social, como responsabilidade do Estado; o artigo 198 indica a participação na política de Saúde, e por sua vez, o artigo 204, a

participação e o controle social na política de Assistência Social. Esses e outros artigos da Lei Maior, que rege o ordenamento jurídico no país, asseguram constitucionalmente tanto a participação direta como a representativa, através do voto ou da organização de segmentos populares da sociedade civil, incorporando-as como preceitos cidadãos e democráticos.

A Constituição brasileira estabeleceu sistemas de gestão democrática em vários campos de atuação da Administração Pública, tais como: o planejamento participativo, mediante a cooperação das associações representativas no planejamento municipal, como preceito a ser observado pelos municípios (Art. 29, XII); a gestão democrática do ensino público na área da educação (Art. 206, VI); a gestão administrativa da Seguridade Social, com a participação quadripartite de governos, trabalhadores, empresários e aposentados (art.114, VI), e a proteção dos direitos da criança e do adolescente (Rocha, 2008, p.136).

Da mesma forma, destacam-se também as conquistas do SUS - Sistema Único de Saúde, neste mesmo ano, do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, da LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social em 1993, do Estatuto das Cidades em 2000, do estabelecimento dos Movimentos Conferenciais e dos Conselhos de Direitos e Políticas Públicas organizados nas três esferas governamentais, da instauração de Ouvidorias e Fóruns, das Práticas de Orçamento Participativo, da participação no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Diretor Participativo.

Ressalta-se também que diversas foram as práticas e pautas dos Movimentos Sociais que por iniciativa da sociedade civil emplacaram demandas e urgências da população como prioridade na Agenda Política, transformando-as em políticas públicas, como os Serviços Socioassistenciais do SUAS, por exemplo, normatizados pela Tipificação Nacional, Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Efetivos ou não, especialmente os Conselhos e as conferências, são constantemente protagonistas de embates políticos, ou seja, ao apresentar as disputas e correlações de forças ideopolíticas que influem nesses espaços, demonstra-se que os mesmos possuem relevância na governabilidade do país, e se materializam como trincheiras dos Movimentos Sociais na disputa da agenda pública em prol da população mais vulnerável, como se sustenta a seguir.

Ao compreender o Estado enquanto uma instituição complexa, jurídica, política, partidária, decisória, capilarizada e eleita, portanto, representante da ideologia hegemônica dentre a população neste específico recorte histórico, as

análises de suas ações e escolhas precisam se aprofundar até o entendimento do projeto de sociedade que cada governo almeja para o país.

Explicita-se acordo com o conceito de políticas públicas como uma forma de compreensão das questões sociais. Ou seja, como um problema público, relacionado à inviolabilidade de direitos e liberdades constitucionais, em maior ou menor escala, provoca ou não consequente formulação de diretrizes que visam normatizar condutas, estruturar, sistematizar e/ou realizar ações operacionais de enfrentamento a esses problemas coletivos.

Tais intervenções, são elaboradas por organismos multilaterais, como por atores estatais, não governamentais e redes de políticas públicas, considerando multicêntricos protagonismos, que demonstram a intencionalidade da intervenção de seus propositores na realidade.

Sendo assim, acrescenta-se que o Estado brasileiro é constitucionalmente responsável por garantir e financiar o planejamento de diretrizes, políticas públicas, que respondam às demandas sociais da população, proporcionando efetiva oferta de serviços, principalmente no que tange aos direitos sociais e garantias fundamentais.

A prioridade e a forma como o protagonista decide intervir, e permite intervenções, demonstra também seus objetivos e a intencionalidade de sua decisão/ação. Ou seja, dentro do sistema societário, as políticas públicas, assim como as instituições participativas, também podem ser paradoxais e tendenciosas, atendendo a projetos de coletivos específicos. E é nesta dinâmica que os conceitos de *policy*, decisões e ações, e *politics*, jogo, se inter-relacionam (Serafim; Dias, 2012).

2.1 Disputas pelos espaços de controle social de 2013 a 2023

Como marco inicial de análise em relação ao Controle Social no contexto brasileiro, enquanto observadora participante, inicia-se evocando as ondas reacionárias suscitadas por meio das manifestações pelo passe livre em junho de 2013. Um dos mais complexos e controversos fenômenos sociais que pude acompanhar pessoalmente o efervescer.

Sobre o assunto, o Relatório Final do Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”, que aconteceu em Brasília em 2022, conclui quanto aos debates de sua mesa de abertura, que contou Renato Simões, Gilberto Carvalho, Wagner de Melo Romão, Leonardo Avritzer e Kátia Lima, que:

Uma avaliação comum perpassou todas as falas: embora o sistema de participação institucionalizada construído entre 2003 e 2016 tenha levado a importantes avanços nas políticas públicas brasileiras, tais avanços foram insuficientes. Dois expositores mencionaram as jornadas de junho de 2013 como marco histórico que revelou essa insuficiência. Naquele momento, as massas que foram às ruas exigindo maior responsividade do Estado não tinham conhecimento do arcabouço participativo estabelecido no país. O sistema institucionalizado de participação assim se mostrou incapaz de chegar ao cotidiano e à consciência da população, para além de “élites” mobilizadas (Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”, 2022, p. 6).

Em resposta, em 2014, o governo Dilma Rousseff lançou a PNPS - Política Nacional de Participação Social, dedicada à formulação de políticas públicas, com vistas a fortalecer as instâncias participativas, como Conselhos, Conferências e Ouvidorias, na ampliação do diálogo e da influência da sociedade civil na construção dos serviços públicos, sob o slogan “Participação Social como Método de Governo”. As principais ações foram: o SNPS - Sistema Nacional de Participação Social, a utilização das tecnologias de informação no fortalecimento dos canais de comunicação existentes, criando o Canal Participa.br; o Compromisso Nacional pela Participação Social, acordo entre as esferas Federais, Estaduais e Municipais para articulação das Instâncias Democráticas; e a regulamentação do MROSC - Marco Regulatório das Organizações Sociedade Civil pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

O Decreto que regulamenta o PNPS, Nº 8.243, de 23 de maio de 2014, apelidado por grupo políticos de matriz conservadora como Decreto “Bolivariano”, “Golpista” e até mesmo “Bolchevique”, sofreu diversos ataques midiáticos, tendo em vista que seu método de elaboração aconteceu coletivamente através de processo participativo que submeteu a minuta do decreto às contribuições sociais a partir de consulta pública. Entretanto, foi acusado de populista e de não participar o Congresso em sua elaboração, enfrentando dificuldades parlamentares para sua aprovação, como pelo Deputado Mendonça Filho, fomentador de alguns dos apelidos e do Projeto de Decreto Legislativo 1491/14 que tentou derrubar a PNPS, como se a Constituição só previsse a democracia representativa, como se a

participação cidadã e direta da sociedade civil já não estivesse em curso e regulamentada há tantos anos no país.

Nesse sentido, compreende-se que, por mais avanços e ganhos políticos e sociais que a implementação da nova constituição tenha representado no campo da materialização de um projeto democrático de sociedade, sobretudo ao apoiar-se no dever do Estado de elaboração e execução de políticas públicas nas áreas da Saúde, da Assistência e Previdência Social, isso não se deu sem um amplo movimento contrário correspondente às tendências e interesses do mercado neoliberal, acirrando as contradições já presentes na realidade social.

Um exemplo das pressões políticas e sociais, e das influências religiosas, econômicas e mercadológicas pode ser dado ao relatar o ato de encerramento do governo Dilma em 2016. A fragilidade da democracia e a misógina¹⁴ desconstrução de imagem pública da presidenta¹⁵, viabilizaram impeachment por crime de responsabilidade fiscal, justificado por uma “pedalada fiscal”¹⁶ posteriormente legalizada e anteriormente utilizada por outros governos sem que houvesse qualquer objeção. Cabe destacar discursos como do até então deputado Jair Bolsonaro, no dia 17 de abril de 2016, na votação para o início do processo, descrito pelo Jornal Digital do Grupo Jornalístico Poder 360:

Naquele dia, Bolsonaro se destacou dos colegas por louvar, em plenário, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, declarado torturador pela Justiça. Mas seu voto também adiantou os principais motes da campanha que, 2 anos depois, o levaria ao Palácio do Planalto. O processo contra Dilma Rousseff fora iniciado pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (MDB-RJ), em 2 de dezembro de 2015 –Cunha seria preso no ano seguinte e condenado por corrupção. Bolsonaro parabenizou o presidente da Casa pelo início do processo. Fez várias menções à ditadura militar, pela qual Dilma havia sido torturada, e usou a frase que se tornaria seu slogan de campanha em 2018: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” (Poder 360, 2021).

Após a destituição de Dilma Rousseff, Michel Temer assumiu a Presidência da República em 31 de agosto de 2016, por ter sido vice-presidente no mandato PT

¹⁴ Dilma protagonizou diversas publicações em redes sociais que ultrapassaram limites pejorativos de formas pornográficas, patriarcais e estigmatizantes em relação ao seu gênero e cargo político.

¹⁵ Reportagem de edição extraordinária da revista Veja sobre o impeachment, publicada em 18 de abril de 2016, descreve Marcela Temer, esposa do então vice-presidente Michel Temer, com a frase “bela, recatada e do lar”.

¹⁶ O termo “pedalada fiscal” faz alusão a uma manobra orçamentária estratégica para cumprimento de metas fiscais que simulam o equilíbrio econômico, por meio de alterações nos repasses de verbas públicas.

- Partido dos Trabalhadores de 2010 a 2016¹⁷. Nesta data afirmou que sua principal meta era efetivar reformas e limitar gastos públicos e, ainda que em meio a diversas manifestações e paralisações, em menos de dois meses de governo, em 10 de outubro de 2016, aprovou a PEC - Proposta de Emenda à Constituição 241 na Câmara dos Deputados, congelando os gastos federais por vinte anos.

Quanto à participação e ao Controle Democrático, em junho de 2017, Temer publica o Decreto 9.076/2017, “[...]que transfere atribuições do ConCidades ao Ministério das Cidades. A partir de agora a pasta pode, por exemplo, editar novo regimento e convocar a conferência sem consultar o conselho” (Franceschinelli; M., Maués; Leirner, 2021).

Em julho de 2017, Temer aprovou a Lei 13.467/2017, Reforma Trabalhista que flexibilizou a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943. Em fevereiro de 2018, o decreto 9.288, que autorizou intervenção federal no Rio de Janeiro por meio da Polícia Militar e das Forças Armadas, que, segundo o relatório de pesquisa do IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:

[...] ao longo da intervenção, aumentou o número de homicídios decorrentes de ação policial no estado, que atingiram o recorde de 1.532 mortes no ano de 2018. Por outro lado, não foram observadas iniciativas de investigação e esclarecimento de tais eventos, que poderiam desencorajar o uso desproporcional da força pelas polícias em parte importante destes episódios, como foi apontado pelo Observatório da Intervenção/Cesec e pela Ouvidoria Externa da Defensoria Pública do Estado de Rio de Janeiro em diversas ocasiões (Armstrong; Rodrigues, 2019, p.48).

Durante seu curto e impopular¹⁸ governo, de acordo com a ementa do acórdão do Superior Tribunal de Justiça, habeas corpus número 509.030-RJ (2019/0128782-2), de relatoria do ministro Antonio Saldanha Palheiro, Temer foi acusado por crime de corrupção ativa e passiva, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, além de investigações vinculadas à Usina Angra 3. Tais acusações resultaram em breve prisão preventiva.

Em contínuo fluxo de amplificação de vozes neoliberais e de novas formas, virtuais, de se fazer campanha política na eleição de 2018, vimos crescer a intolerância e os discursos de ódio em solo nacional, culminando na substituição de Michel Temer pelo candidato representante da extrema-direita, Jair Bolsonaro em

¹⁷ Michel Temer foi deputado federal pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro por seis mandatos, dos quais em três foi Presidente da Câmara dos Deputados.

¹⁸ De acordo com pesquisa do Datafolha, o governo Temer atingiu o recorde de 82% de rejeição.

janeiro de 2019. Temer e Bolsonaro possuem afinidade em seus discursos de posse, ao priorizar questões econômicas, fiscais e termos como “enxugar a máquina pública”, construindo relação direta com teorias minarquistas, que defendem o Estado Mínimo Neoliberal.

Através da edição da Medida Provisória - MP 870 que estrutura o governo, Bolsonaro sinalizou suas intenções. Cortou 13 ministérios, transferiu a demarcação de terras indígenas e quilombolas e o Serviço Florestal Brasileiro para o Ministério da Agricultura, extinguiu o Ministério do Trabalho e a distribuição de suas atribuições entre Economia, Justiça e Cidadania. Entretanto, a MP 870 sofreu diversas modificações pelo Congresso, por exemplo, devolvendo a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI e a demarcação de terras indígenas ao Ministério da Justiça.

Como parte do objetivo deste estudo, ao pesquisar quanto o papel e a relevância da Participação Social para os governos federais, ao relacionar o impacto do governo Bolsonaro na estrutura participativa destaca-se que este, também por meio da MP 870, Lei 13.844/2019, acabou por sucatear o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, instituído desde 1993, símbolo na luta contra fome, imprescindível para o alcance da retirada do Brasil do Mapa Mundial da Fome em 2014, e potência, de baixo custo em relação aos gastos públicos, no desenvolvimento de políticas de produção de alimentação segura, nutricional e sustentável, e no enfrentamento à mortalidade infantil e à obesidade (Agência Câmara de Notícias, 2019).

Quanto ao baixo custo da estrutura de controle social, ressalta-se que em 2016, o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada realizou pesquisa entre os Conselhos Nacionais e verificou de 50% dos pesquisados possui até 2 servidores trabalhando como apoio técnico aos Conselhos (Avelino et al., 2017b). Ou seja, a força motriz dos Conselhos é voluntária, quando de fato há investimento na política e suas construções e deliberações, são efetivamente ouvidas e implementadas em benefício da sociedade civil.

O controle democrático já enfraquecido pelo Decreto 9.076/2017 e pela MP 870, sofre a maior parcela do desmonte no centésimo dia do governo Bolsonaro, data da revogação do Decreto 8.243/2014 que regulamentava o PNPS e da apresentação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, apelidado de “Revogação”.

Por meio deste, Bolsonaro “extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal”, como Conselhos, comissões, fóruns e demais colegiados federais de participação social, a exemplo da extinção do Conselho Nacional de Política Indigenista. Ao analisar este decreto, Bezerra et al (2022a) ressalta:

Nele, utilizando-se de denominação a mais ampla possível, decretaram-se extintos todos os colegiados da administração pública federal – direta e indireta –, ou seja, conforme definido ilimitadamente pelo próprio decreto, conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e “qualquer outra denominação dada ao colegiado”. Assim, os conselhos nacionais instituídos por portaria ou decreto restavam extintos, a não ser que enviassem à Casa Civil justificativa para sua permanência até o dia 28 de junho daquele ano. À Casa Civil, subordinada diretamente ao presidente, foi atribuída a competência de deferir ou não as solicitações de permanência (Bezerra et al., 2022a, p.7).

O Decreto nº 9.759 também apresenta exposição de motivos tecida por Onyx Dornelles Lorenzoni, então Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que se refere aos Conselhos como “supérfluos”, “desnecessários”, propondo medida de “extinção em massa”:

2 Trata-se de proposta busca controlar a incrível proliferação de colegiados no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da extinção em massa de colegiados criados antes de 1º de janeiro de 2019 cuja recriação não seja proposta de imediato e segundo rígidas regras destinadas a evitar colegiados superfluos, desnecessários, de resultados práticos positivos desconhecidos e com superposição de atribuições com as de autoridades singulares ou de outros colegiados (Lorenzoni, 2019, p.1).

Na conclusão de seus argumentos demonstra como o Controle Social é compreendido como um ataque ao poder da democracia representativa, como contraponto às autoridades do poder executivo e do legislativo, como segue:

6 Quanto ao último ponto, cumpre destacar inclusão na proposta da revogação do Decreto nº 8.2143, de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências. Esse ato, utilizando de linguagem deliberadamente imprecisa, visa estimular a criação e o fortalecimento de colegiados integrados por grupos políticos específicos para se contrapor ao poder das autoridades eleitas tanto para o Executivo quanto para o Legislativo.

7 Verdadeiramente, uma aberração cuja revogação é urgente. Não foi sem motivo que o decreto tornou-se popularmente conhecido como "Decreto Bolivariano" (Lorenzoni, 2019, p.2).

Na rede social Twitter¹⁹, em resposta ao Tweet do perfil “@republica_ctba” de 13 de abril de 2019, que dizia: “Bolsonaro assina decreto que deve acabar com os “soviets” do PT”, o Presidente da República, através do perfil certificado, “@jairbolsonaro”, na mesma rede social, em 14 de abril de 2019 às 11h55, profere:

Gigantesca economia, desburocratização e redução do poder de entidades aparelhadas politicamente usando nomes bonitos para impor suas vontades, ignorando a lei e atrapalhando propositalmente o desenvolvimento do Brasil, não se importando com as reais necessidades da população (Bolsonaro, 2019).

Em contraponto ao senso comum que atribui aos Conselhos certa rotatividade entre as mesmas instituições, ou a participação das mesmas organizações em todos os Conselhos, em 2016, o IPEA também registrou pesquisa entre os Conselhos Nacionais que apontou que 77% das instituições que os compunham, o faziam em apenas um colegiado (Avelino et al., 2017a).

Em tentativa de barrar o “Revogação”, retomar e ampliar a experiência participativa no Brasil, em janeiro de 2021, na edição de 20 anos do Fórum Social Mundial, de forma virtual, a CPD - Convergência pelos Direitos, a RBDC - Rede Brasileira de Conselhos e a “Campanha Gente é pra brilhar e não morrer de fome”, realizaram a oficina “TRANSCONSELHOS — A potência dos Conselhos Participativos do Brasil”²⁰.

A oficina destacou que 100% dos municípios no Brasil possuem Conselhos, somando mais de 60 mil espaços de democracia participativa, afirmando que o “Brasil tem uma das maiores e mais longas experiências de controle social da democracia do mundo” (Franceschinelli; Maués; Leirner, 2021).

[...] *Transconselhos* significa pensar soluções para as vulnerabilidades da consolidação e evolução dos mecanismos de controle e colaboração social. É questionar a quem privilegia a paridade dos conselhos. É pensar na diversidade de acesso, questionar as cadeiras marcadas, a ausência de eleições dos conselhos e indicações de membros por quem deveria ser alvo do controle social. É garantir visibilidade e educação para participação social. É ampliar o envolvimento do terceiro setor, e também ressuscitar o Sistema Nacional de Participação Social, reforçando seu caráter plural, participativo e democrático, com força de lei para que este não seja morto ou fique novamente, gravemente ferido como fez o atual desgoverno. É também, por fim, construir inteligência social coletiva por meio da instrumentação e articulação complexa dos conselhos, e da sua contraparte social participativa (Franceschinelli; Maués; Leirner, 2021).

¹⁹ Rede social para publicação de mensagens curtas: <https://twitter.com/>

²⁰ https://www.youtube.com/watch?v=3hrrT9wfsMQ&ab_channel=RedeBrasileiradeConselhostv

O Decreto nº 9.759 apresentava de forma genérica a extinção de uma média de 700 colegiados, com ou sem participação social. Sendo assim, não atingiu as proporções planejadas por seus propositores, pois o PT - Partido dos Trabalhadores, interpôs a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6.121), para barrar o desmonte de Conselhos assegurados por leis ordinárias.

Por meio desta ADI, o Supremo Tribunal Federal afirmou pela primeira vez que os Conselhos de Políticas Públicas são formas de concretização do princípio de participação da CF 88, obrigando que estivessem explícitos no decreto todos os Conselhos que a presidência propunha revogar, não podendo ser feita a extinção em um pacote, como proposto no Decreto 9.759/2019. Sendo assim, o governo foi obrigado a redigir novos decretos, e o fez, desta vez específicos, que extinguíram Conselhos e somaram-se a outras medidas de drásticas alterações da composição, do número de cadeiras da sociedade civil, da frequência de reuniões, do formato de indicação dos conselheiros e seus presidentes (Bezerra et al., 2022a).

São exemplos os decretos: 9806/2019, que alterava o Conselho Nacional do Meio Ambiente; o 9784/2019 que encerra com 54 colegiados da Casa Civil e com o “Conselhão”, como é apelidado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; o 9926/2019 que altera as disposições do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e dezenas de outros decretos emitidos em junho de 2019, como o 9893/2019 sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; 9894/2019 do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua; e o 9987/2019 quanto a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

Outro exemplo significativo foi o Decreto 10.003/2019, que dispunha sobre Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, pois em relação a este, o Ministério Público Federal entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 622/DF), em relação à interrupção do mandato, a retirada do processo eleitoral, restringindo as reuniões apenas ao formato virtual, definindo que o presidente da república indicaria o presidente do Conselho, reduzindo os membros da sociedade civil de 22 para 4.

Julgada pelo Tribunal Pleno apenas em março de 2021, sob relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, a ADPF 622/DF, publicada em 21 de maio de 2021,

foi concluída, com a seguinte Tese: “É inconstitucional norma que, a pretexto de regulamentar, dificulta a participação da sociedade civil em Conselhos deliberativos”.

Ainda assim, entre os 96 Conselhos com participação da sociedade civil afetos, 24 não sofreram alterações, 14 foram inativados, 21 foram revogados e 37 sofreram alterações. Os mais afetados foram da área do meio ambiente e direitos humanos, os menos afetados foram os ligados ao desenvolvimento econômico, com representações empresariais, e os com maior permanência foram os correlatos as políticas sociais, saúde, educação e assistência social. A diferença entre o impacto sofrido pelos Conselhos foi relacionada com fatores como, pautas que confrontam mais ou menos o governo, inserção na comunidade e desenho/estrutura institucional (Bezerra et al., 2022a).

Tais decretos parecem seletivamente direcionados pelo governo federal, tendo em vista que foi dada certa prioridade em desmanchar estruturas que poderiam se colocar de forma contrária aos discursos e posicionamentos da gestão federal, como os Conselhos responsáveis por pautas identitárias (LGBTQIAPN+, indígenas e raciais) e relacionadas ao meio ambiente, políticas sobre drogas, cidades, direitos humanos e atividades rurais afetas à segurança alimentar e a agricultura familiar.

Alguns dos Conselhos que resistiram à extinção, passaram por atualizações ministeriais de suas normativas, o que acarretou restrições como a redução do número de membros/conselheiros, limitações das reuniões, impossibilidade de criação de grupos de trabalho, e em muitos casos, descaracterização de suas funções. Há registro de Conselhos que perderam por completo a representação da sociedade civil, como o Conselho Nacional de Política sobre Drogas, que se tornou um grupo apenas interministerial. Por estes motivos, novamente em 2021, organizações ativistas da Participação Social realizaram a “Semana de Descomemoração de dois anos do Decreto 9759/2019” (Blog da Redação, 2021).

A Rede Democracia e Participação²¹, Rede Brasileira de Conselhos²², Rede de Conselhos da Pessoa Idosa do Vale do Paraíba e Litoral Norte²³, a Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada²⁴, os Agentes de Pastoral Negros²⁵, a

²¹<https://www.democraciaeparticipacao.com.br/>

²²<https://www.rbdc.org.br/>

²³<http://www.rededeconselhos.com/>

²⁴<http://www.ciranda.net/>

²⁵<https://sites.google.com/site/agentesdepastoralnegros/>

Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político²⁶, e o Instituto Hori - Educação e Cultura, articularam o Manifesto-ação: “Participação social e Democracia caminham juntas: O Brasil precisa de Conselhos”, que afirma: “Ser conselheira(o) é ser voluntária(o) do aprimoramento e do aprofundamento da cultura democrática” (Rede Democracia e Participação, 2021).

Em seu texto, este manifesto repudia o Decreto 9759/2019, como um atentado à democracia materializada nesses espaços de deliberação e debate dos interesses públicos e das lutas diárias dos cidadãos. O compreende como um impedimento à transparência, à definição mais democrática das políticas públicas, que fragiliza o combate à corrupção e a fiscalização dos recursos públicos, comprometendo o acesso da população às informações. O manifesto defende que em todos os níveis, a construção das políticas públicas deve ocorrer coletivamente e em espaços plurais, com a presença ativa da sociedade civil. Reafirma a necessidade de revogação das normativas que levaram ao desmonte dos Conselhos e de tantos órgãos colegiados, denunciando práticas autoritárias e ineficazes do Estado brasileiro (Rede Democracia e Participação, 2021).

Ainda relacionada às tentativas de resistência dos Conselhos, em junho de 2022, foram lançadas as Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil - Lula Alckmin 2023-2026, da Frente “Vamos juntos pelo Brasil”, documento que incorporou parte das reivindicações dos movimentos sociais pró-conselhos e que cita a participação social nos itens 6, 31 e 49; a retomada do processo participativo em seu item 108; as novas instâncias de participação popular direta no 109; o fortalecimento de um novo federalismo no 110; e nos itens 112 e 114, apresenta os instrumentos de controle de políticas públicas (Vamos juntos pelo Brasil, 2022a).

No dia 27 de outubro de 2022, três dias antes das eleições do segundo turno, foi publicada a “Carta para o Brasil do Amanhã”, também do candidato Lula, com treze compromissos, sendo o décimo terceiro denominado “Democracia e Liberdade”, o qual cita que “a reconstrução do Brasil exige uma gestão pública competente, responsável, aberta ao diálogo e com a mais ampla participação da sociedade” (Vamos juntos pelo Brasil, 2022b, p.8).

Após a eleição em 2022 do atual Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, o período de transição entre os governos Bolsonaro e Lula, também movimentou a

²⁶<https://reformapolitica.org.br/>

estrutura de Controle Social Brasileira, para que organizada, tecesse análises críticas e propostas para o novo governo, tendo em vista a necessidade diagnóstica quanto a erosão dos espaços cívicos.

Quanto aos indicativos, observa-se como exemplo a “Carta da Rede Democracia e Participação: Três propostas por mais e melhor participação social no novo governo Lula”. Documento construído coletivamente por esta rede, formalizada em 2019, formada por ativistas, acadêmicos, organizações e movimentos sociais de 50 grupos brasileiros e do exterior, que sugere: OP - Orçamento Participativo Nacional que incentive a criação de OPs nos 5.570 municípios brasileiros, também como processo educativo e democrático; Proteção dos Conselhos de Políticas Públicas através de Instituições Legais, prestação de contas dos Conselhos Nacionais aos demais, fortalecimento dos Conselhos Municipais em sua perspectiva aprimoradora de políticas públicas, democratizante, aberta e diversa; e a retomada dos movimentos conferências nacionais, para monitoria de seus objetivos e decisões, atribuindo efetividade e credibilidade aos processos decisórios (Rede Democracia e Participação, 2022).

A estas formas de participação social podem e devem ser acrescidas outras modalidades de intermediação entre o governo federal e a sociedade civil. Mecanismos de participação têm sido desenvolvidos no mundo inteiro e é possível trabalhar criativamente para ampliar a participação social (Rede Democracia e Participação, 2022).

Desta vez, com o intuito de colaborar com o Conselho de Participação Social do Gabinete de Transição Governamental, a Rede Democracia e Participação, o INCT - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação e a Rede Brasileira de Orçamento Participativo se uniram para a realização do Seminário “A Reconstrução da Participação Social no Brasil”²⁷, de 7 a 8 de dezembro de 2022, que levantou diversas propostas.

No Relatório Final do Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil” (2022), são encontrados trechos diagnósticos que apontam para tendências anteriores ao governo Bolsonaro que já sujeitavam a participação como mera “escuta”, por meio das ausências do caráter deliberativo, dos recursos financeiros, da vinculação entre fóruns, da paridade entre sociedade civil e Estado, do equilíbrio

²⁷<https://www.youtube.com/watch?v=FK25JEg3Q9Q>

de gênero e de raça, além de práticas como indicação de membros e presidentes aos colegiados. Nas palavras da relatoria:

- Participação popular existiu em grande escala, mas limitada, em alguns casos quanto à devolutiva do que foi discutido e deliberado. O desmonte em algumas áreas também se iniciou antes mesmo do golpe, com redução de recursos e incentivos.
- Participação como método se concretizou parcialmente: mais efetiva onde havia mais pressão sociedade civil e maior sensibilidade das lideranças do governo.
- Diálogo limitado com a sociedade organizada. Necessário incluir o povo, e ir além desenho de Conferências e Conselhos. Além de diversificar os grupos da sociedade civil que acessam os espaços, especialmente em termos de gênero, raça, juventude (Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”, 2022, p. 17).

Sendo assim, concluiu-se também que os Conselhos não estavam plenamente implementados nos municípios e que por si só, Conselhos e Conferências não são capazes de democratizar o Estado brasileiro sem um sistema de participação social mais amplo e direto (Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”, 2022).

Nozaki et al (2022), no Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental 2022, publicado em dezembro de 2022, apresenta o que denomina de “Radiografia do Desmonte do Estado e das Políticas Públicas”, dividida em três grandes áreas: Desenvolvimento social e garantia de direitos; Desenvolvimento Econômico e Sustentabilidade; e Defesa da Democracia, Reconstrução do Estado e da Soberania. Nesta última, a participação social é um dos temas de destaque. Dois outros capítulos também se relacionam com os Conselhos: “Sugestões de medidas para revogação e revisão” e “Proposta de nova estrutura organizacional dos Ministérios”.

Já em sua introdução, o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental de 2022, destaca:

A construção programática para as saídas da grave crise que o Brasil atravessa foi realizada a partir de um amplo e participativo processo público, no qual foram recebidas mais de 13 mil contribuições, durante a campanha presidencial, por meio de uma plataforma digital especialmente criada para essa finalidade.

[...]Em consonância com esse compromisso, o Gabinete de Transição inovou ao incorporar a participação social ao processo de transição governamental, com a criação de Grupos Técnicos (setoriais e transversais) para a elaboração deste documento.

[...]Essa intensa mobilização foi marcada pela pluralidade de visões de mundo e pela diversidade regional, de gênero e raça, além de um forte viés

técnico. A riqueza de olhares e percepções contribuiu para a construção de um abrangente mapa situacional do Estado brasileiro e de suas políticas públicas (Nozaki et al, 2022, p. 6 e 7).

Desta forma, como primeiro ato, o Presidente Lula não apenas recompõe a estrutura proposta no governo Dilma Rousseff, como amplia e fortalece suas instâncias, capilarizando a participação social em todos os ministérios, e criando uma central de coordenação democrática no cerne da Secretaria Geral da Presidência da República, a qual, historicamente, simboliza as prioridades de cada mandato. Em 1º de janeiro de 2023, entre outras medidas, por meio do Decreto 11.371/2023, Lula revoga os Decretos 9.759 e 9.812 de 2019, reorganiza Ministérios e Conselhos, a exemplo da retomada do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Na contramão, nos dias que seguiram à posse, pode-se observar grande fluxo de movimentação manifestante dos apoiadores da oposição. Ao completar uma semana de comemoração dos Conselhos quanto à revogação do Decreto 9.759/2019, em 8 de janeiro de 2023, Brasília presenciou ataques ao Estado Democrático de Direito. Radicais invadiram a Esplanada dos Ministérios, o Supremo Tribunal Federal e o Congresso, depredaram o Palácio do Planalto por completo, clamavam por Intervenção Militar, não apenas enquanto golpe para substituição da figura política eleita para a presidência, mas alegando preferência por um governo conservador ditatorial, por meio de episódios de barbárie e vandalismo escatológico.

Os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 mostraram que o Estado Democrático de Direito pode estar em evidente risco no país, pois, diferente do golpe e das reações que aconteceram em 2016, os invasores solicitavam que fossem abolidos os poderes Judiciário e Legislativo, não apenas para retirada do político eleito para o poder executivo ou que colocasse em questão a validade do processo eleitoral, mas um clamor, tolerado e, em investigação quanto ao fomento, pelo próprio presidente derrotado.

Ainda quanto o objeto de estudo desta pesquisa, em 31 de janeiro de 2023, a partir do Decreto nº 11.406/23, foi criado o Conselho de Participação Social da Presidência da República, este, constituído por 68 representantes de organizações da sociedade civil, 5 representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, presidido pelo próprio Presidente, e na sua ausência, pelo Ministro de

Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem sua função definida no Artigo 2º:

O Conselho é instância destinada à oitiva da sociedade civil para:

I - assessorar o Presidente da República no diálogo e na interlocução com as organizações da sociedade civil e com a representação de movimentos sindicais e populares; e

II - promover o diálogo com a Secretaria-Geral da Presidência da República quanto à participação social na execução de políticas públicas (Brasil, 2023, p.1).

Por sua vez, o Decreto nº 11.407/23 institui o Sistema de Participação Social, que coordena as relações entre o Governo Federal, Movimentos Sociais e Organizações da Sociedade Civil, por meio da criação de assessorias de Participação Social e Diversidade em todos os ministérios, para colaboração na elaboração e avaliação de políticas públicas, fortalecendo especificamente duas das quatro secretarias que compõe a Secretaria-Geral da Presidência da República, a Secretaria Nacional de Participação Social e a Secretaria de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas. Desta forma, os processos de constituição dos colegiados e o chamamento das conferências nacionais tornam-se permanentes, estimulando o processo de participação social nos territórios.

Considerando as anteriormente citadas “promessas de campanha”, segue como desafio ao novo governo, o investimento na educação popular, no Plano Plurianual Participativo, no aprimoramento da participação por meio da capilarização dos debates nos territórios e em formatos digitais, da diversificação dos espaços de controle social, dos Orçamentos Participativos federal e municipais, do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, das políticas públicas sociais como pautas prioritárias na agenda e no debate, e de amplas e gratuitas formações para uma cidadania crítica e reflexiva.

Entende-se que para a efetividade de tais medidas participativas, estas precisam, principalmente, estar atreladas ao orçamento público, mas também de pactuação com o congresso, para que sejam reorganizadas e legisladas, em meio às constantes disputas políticas em todos os níveis, do federal ao municipal e local.

O controle democrático, de fato, permanece ainda enquanto meta para os movimentos sociais da classe trabalhadora e periférica, para que de fato sejam compartilhados, de forma acessível, tanto os processos decisórios quanto os de

execução e implementação das políticas públicas, a partir do financiamento público e do investimento em processos coletivos, associativos e cooperativos.

Por sua vez, a mobilização se apresenta como um desafio tanto ao Estado, para o devido cumprimento de suas prerrogativas legais enquanto responsável pela sustentação das instâncias de controle social; como para a população, motivada pela necessidade de sobrevivência em meio às ameaças necropolíticas.

Mobilizar é necessário para ocupar o controle democrático diversamente, consolidando o que, após as referidas manobras do governo Bolsonaro, se revelou frágil. No campo minado entre quem consegue ou não acesso aos serviços públicos, de quem é alvo ou vítima para a própria (in)segurança pública, os Conselhos são uma possibilidade de trincheira e interferência estrutural.

Por meio da experiência do “Revogaço”, compreende-se que a estrutura de controle social era e ainda é insuficiente. A participação social precisa ultrapassar as estruturas conferenciais e dos Conselhos, e ser reconstruída e instrumentalizada a partir de práticas de organização, educação e comunicação popular, articulação com movimentos sociais, através de um ciclo de participação e capacitação permanente, que dialogue com o cotidiano da população, democratizando-os, sem subordiná-los ao controle e a execução apenas por mãos institucionais.

Aproximar os cidadãos desses espaços de luta e amplificação de vozes, ou melhor, aproximar esses espaços dos cidadãos, deve ocorrer por meio de redes de sustentação da cidadania nos territórios, in loco, onde a vida acontece, onde são executados os serviços públicos, por meio da aproximação dos servidores, usuários, famílias, coletivos e movimentos sociais. Deslocando encontros, descentralizando decisões, viabilizando acesso às informações de maneira inteligível e assertiva.

Dialogar com o protagonismo da sociedade civil de base comunitária e fortalecer os canais de participação popular e construção coletiva direta dos usuários nas políticas públicas, enquanto sujeitos históricos da construção da democracia brasileira, é uma das fases do controle democrático que se mostra relevante e necessária de forma contínua, para que passe a ser orgânica também nas instituições participativas, pois lutar por qualidade de vida, por equidade, já é o dia a dia da população periférica, por entre as filas dos CRAS e dos postos de saúde.

Sendo assim, é necessário que o centro de governo faça o acompanhamento e monitoramento das políticas de participação social, em consonância com os princípios da educomunicação, garantindo processos formativos e decisórios

acessíveis, aprimorando a relação do Estado com a população por meio da utilização de tecnologias, como os meios digitais e assíncronos, que desenvolvam o letramento para acesso a direitos por meio de redes rurais, urbanas e florestais, mas também por meio da presença física nas comunidades e no registro e distribuição dos dados e atividades dos Conselhos de forma transparente. Ou seja, transformar o que temos para que o processo de participação extrapole a inserção de apenas uma parte organizada da sociedade. Tatagiba (2022) debate ainda que:

Embora algumas organizações e ativistas de movimentos fossem mais avessos à interação com governos e instituições participativas, para muitos, ir além da pressão sobre o Estado para ajudá-lo a criar este tipo de programa era consistente com o que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) chamavam de 'projeto democrático participativo' (Tatagiba et al, 2022, p.15).

Sendo assim, a participação institucional serviria como mais um elemento de aprofundamento democrático, por contribuir para a renovação das conexões entre representação e participação direta dos grupos populacionais, normalmente à margem dos processos decisórios vinculados às políticas públicas e intervenções do Estado. Justificando-se assim a busca por entender o perfil e diversificar os atores de tais Conselhos, para fortalecer a perspectiva apresentada por Avritzer (2022, p.111): “[...] esses espaços propiciaram a expressão de segmentos que tinham pouco acesso ao Estado, a expressão de opiniões sobre políticas públicas e a formulação de modos de atuação do Estado de modo a incluir segmentos antes marginalizados”.

Como no episódio referente ao Prêmio Tereza de Benguela, descrito com o propósito de apresentar as forças sociais em disputa, a arquitetura participativa deve ser capaz de levar os conflitos sociais para dentro da máquina pública, não apenas para visibilidade das pautas, mas para disputar o acesso da população em vulnerabilidade social aos direitos básicos (Tatagiba et al, 2022).

Sendo assim, para que tais Instância Participativas de fato implementem práticas democráticas e republicanas, além da diversidade de sua composição, suas pautas devem ser construídas coletivamente, embasar suas deliberações em dados estatísticos, promover a escuta da população e viabilizar um espaço profícuo ao debate, com foco na capacitação dos partícipes para influir nas decisões e na qualificação das relações estabelecidas.

3 Conjuntura atual do controle social bauruense

Para compor uma reflexão sintética sobre as decisões do Poder Executivo bauruense em relação ao controle social, apresentam-se breves observações quanto ao histórico político do município, assim como estratégias eleitorais da atual Chefe do Poder Executivo, condições dos Conselhos vinculados ao Gabinete e da Casa dos Conselhos e por fim, predominantemente, discussões da audiência pública sobre o diagnóstico e os desafios do controle social frente ao papel dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, tendo em vista a multiplicidade de olhares expressos nas falas de cada um dos representantes que utilizaram da tribuna para compartilhar os entraves enfrentados em Bauru, tal qual a possibilidade de análise da interlocução estabelecida com o secretariado e com a vereança local, e dos possíveis frutos de tal iniciativa.

De acordo com o site da Prefeitura Municipal de Bauru²⁸, de 2003 a 2023 o município teve seis governantes no poder executivo, respectivamente, chefiado por Nilson Ferreira Costa²⁹, eleito em 2000, tomou posse como prefeito em 01 de janeiro de 2001 e atuou até 20 de setembro de 2003, data em que teve seu mandato cassado por improbidade administrativa, após escândalo relacionado à merenda escolar, sendo substituído por seu vice, José Augusto Vieira Dudu Ranieri, do PFL, que assumiu o cargo por menos de um mês, de 20 de setembro de 2003 a 13 de outubro de 2003, quando Nilson Ferreira Costa retornou e seguiu no cargo até o fim, em 31 de dezembro de 2004.

Por sua vez, José Gualberto Tuga Martins Angerami, do PDT, cumpriu seu mandato sem interrupções, de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2008, assim como seus sucessores. Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça, do PMDB, teve dois mandatos como prefeito, de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2016. Clodoaldo Armando Gazzetta, do PSD, foi prefeito de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2020, perdendo sua tentativa de reeleição para Suéllen Silva

²⁸ <https://www2.bauru.sp.gov.br/prefeitos.aspx>

²⁹ Nilson Ferreira Costa: era um ex-vereador da cidade (1954 - 1963) e também deputado federal pela UDN (1964 a 1966), que enquanto vice-prefeito já havia comandado o executivo de Bauru por duas vezes, de 27 de agosto de 1998 a 02 de dezembro de 1998, e de 03 fevereiro de 1999 a 31 de dezembro de 2000, o prefeito Antônio Izzo Filho, do PPB, na prefeitura de Bauru, foi cassado por improbidade administrativa, expulso do partido e acusado, chegando a ter sido preso, por atentado contra à vida de vereadores.

Rosim³⁰, candidata pelo partido Patriota, que tomou posse em 01 de janeiro de 2021, e segue em exercício até o momento da redação deste texto, em 2024.

Suéllen Rosim, primeira mulher eleita para o cargo no município de Bauru, recebeu 89.725 votos, 55,98% do total de votos válidos. Outro fato chama atenção na eleição de 2020, de acordo com o TSE - Tribunal Superior Eleitoral, 86.636 eleitores não foram às urnas, somados aos votos em branco, 7.457 e aos votos nulos, 16.373, representam mais de 40% dos 270.749 eleitores bauruenses³¹. Portanto, Suéllen foi eleita com 33% do total de eleitores, contra 26% de seu adversário e 41% de abstenções, nulos e brancos. Além da competição eleitoral e do porte do município, o estudo realizado por Cervi e Borba (2022), indica que outras variáveis influem nos resultados das eleições:

Em 2020, a sociedade brasileira já tinha sido profundamente afetada pela pandemia da Covid-19. Para além da tragédia que vitimou milhares de brasileiros, a pandemia impactou diretamente a realização das eleições municipais. Pela primeira vez em nossa história política, as datas reservadas ao primeiro e segundo turnos das eleições tiveram que ser adiadas como medida para conter o avanço da doença.

[...]A expansão da doença, a falta de vacinas e seus efeitos ainda pouco conhecidos por especialistas e pela comunidade médica arrefeceram o ânimo das campanhas e provavelmente levaram as pessoas permanecerem em confinamento em suas residências para evitar o risco de contaminação.

[...]Eleitores com escolaridade fundamental são os que mais se abstiveram na eleição. Em relação às faixas etárias, entre 40 e 54 anos houve a menor abstenção no primeiro turno de 2020 (Cervi; Borba, 2022, p. 616).

Jornalista que trabalhou como repórter e apresentadora para a grande mídia local, “TV TEM”, afiliada à TV Globo e cantora gospel, integrante de uma família que se encontra a frente tanto de uma rede de igrejas neopentecostais, como alternando cargos no comando de partidos políticos de direita, Suéllen apresentou amplo apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro, inclusive durante o ápice da pandemia.

Outra observação possível é em relação ao Poder Legislativo municipal. A Câmara Municipal de Vereadores de Bauru, em sua 33ª legislatura, possui 17 cadeiras de vereadores, dentre essas apenas duas são ocupadas por mulheres (Chiara Ranieri e Estela Almagro) e duas por pessoas negras (Estela Almagro e Júlio César). A Câmara Municipal de Bauru é atualmente constituída por 2

³⁰ <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2020/2030402020/62197/250000733762>

³¹

https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/cruzamento-de-vota%C3%A7%C3%A3o?p0_turno=2&session=216411150196690

vereadores de partidos considerados de esquerda, e 15 filiados aos partidos de centro e de direita, em sua maioria, que se autodenominam conservadores.

Especificamente à pauta deste estudo, destaca-se que seis Conselhos municipais estão ligados administrativamente ao gabinete do poder executivo. Sendo eles: Conselho Municipal de Transparência e Controle Social, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos, no momento inativos, Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG Centro Sul, Conselhos Municipal de Proteção e Defesa dos Animais e o Conselho Municipal de Mobilidade que, na prática, é assessorado pela Secretaria Municipal de Planejamento. Da mesma forma, em Bauru, em seus quase 20 anos de existência, a Casa dos Conselhos, permaneceu 10 deles vinculada ao gabinete central e os últimos 10 anos, à Secretaria do Bem-Estar Social, como definido pela Lei Municipal nº 6.482, de 17 de dezembro de 2013, referente ao processo administrativo 63.851/13 apensado ao processo nº 16.039/03 (capa), que a altera a redação do art. 2º da Lei Municipal nº 5.043, de 27 de outubro de 2003, que cria a Casa dos Conselhos de Bauru e sua Comissão Colegiada.

Por sua vez, a motivação para constituição do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos em Bauru, previsto pela Lei Federal 13.460/2017³² em seus artigos 18 a 22, foi a notificação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, citando o Comunicado SDG 21/2018³³, onde consta a obrigatoriedade tanto da instituição do COMUSP quanto da divulgação da “Carta de Serviços ao Usuário” de acordo com o artigo 7º da mesma Lei Federal, que ainda não se encontram ativos na cidade até o momento, em 2024.

Desta forma, sendo acatado pelo município, nas diretrizes em que promulga a formação do COMUSP, por meio do Decreto Municipal 16.097/2022 e do Chamamento Público 01/2022, publicado no diário Oficial de 31 de dezembro de 2022, a prefeita Suéllen Rosim estabeleceu os critérios de constituição deste Conselho.

O COMUSP seria, de acordo com o Decreto, o espaço de acompanhamento e avaliação dos serviços prestados, sendo estes especificamente relacionados: ao Atendimento à população em geral, a Educação, Saúde, Assistência Social, Limpeza

³² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm

³³

<https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/comunicado/comunicado-sdg-212018-lei-federal-1346017-proteca-o-e-defesa-direitos-usuario>

Pública, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana e Segurança, através de composição paritária de titulares e suplentes, sendo 8 representantes dos órgãos da Administração Pública e 8 representantes dos usuários dos serviços públicos municipais, ou seja, um titular e um suplente para cada um dos serviços relacionados, tanto da sociedade civil como do governo.

Para tal finalidade, foi publicado o Chamamento 01/2022 que, para pleitear as cadeiras de representação da sociedade civil, propunha duas etapas, inscrição e eleição dentre os inscritos, por meio de audiência pública. Ainda no Chamamento 01/2022, no item 5, quando das “Condições para participação e investidura”, dentre os requisitos essenciais exigidos para as cadeiras de usuários: “g) apresentar comprovação de que possui formação educacional compatível com a área a ser representada ou experiência profissional aderente à área a ser representada, inclusive mediante atuação voluntária na área a ser representada” (Bauru, 2022, p.55).

Para inscrição também seria necessário o envio de documentação mínima, que compreende Registro Geral ou documento profissional equivalente, comprovante de residência de no mínimo 6 meses, comprovante de votação na última eleição, o preenchimento de formulário de inscrição e declaração, com modelos anexos e, por fim e com destaque, “currículo contendo formação educacional, experiência e atuação voluntária na área a ser representada”, ou seja, tornando necessário que para representar os usuários de serviços públicos municipais, o munícipe minimamente tenha que ter estudado, trabalhado ou atuado como voluntário na área pleiteada (Bauru, 2022).

Vencido o prazo de inscrição, em 02 de fevereiro de 2023, a Comissão de Seleção, da qual fiz parte, analisou as investiduras e avaliou a admissibilidade, aceitando todas as proposições, exceto uma, em duplicidade. No total foram recebidas 5 inscrições, 4 válidas que englobam apenas 3 áreas de interesse, pois 2 delas competiriam pela titularidade ou suplência no quesito “Atendimento à população em geral”, 1 para Limpeza pública e 1 para Educação. Sendo assim, lavramos coletivamente a Ata da primeira reunião desta Comissão, que ocorreu em 17 de fevereiro de 2023, para analisar as proposições encaminhadas em resposta ao Chamamento 01/2022, apontando para necessárias alterações no texto do Chamamento, corrigindo também o Decreto.

Ao concluir a Ata, fora indicado que fossem reabertas as inscrições, a partir da alteração dos critérios e maior divulgação do certame dentre a população usuária, suprimindo a letra p) do item 8.3, quanto ao Processo Eleitoral que indica: “Findo o processo de eleição, inexistindo a suficiência de inscritos ou na hipótese de vacância na representação, a Chefe de Executivo poderá indicar usuários observada a formação intelectual dos mesmos, de acordo com interesse ou aceite expressamente manifesto” (Bauru, 2022). Fora sugerido que, na ausência de inscritos, os Conselhos Municipais responsáveis por pautas similares às 8 áreas do COMUSP, realizassem a indicação de usuários.

Tais sugestões de alteração e supressão foram acatadas pela Secretaria de Negócios Jurídicos e pelo parecer da Procuradoria, sendo publicado novo Decreto, nº 16.811³⁴ de 12 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial do Município em 22 de junho de 2023, já com a correção do artigo 5º. Por sua vez, o cancelamento do Edital foi comunicado por meio de publicação no Diário Oficial do Município de 18 de julho de 2023:

A Senhora Prefeita Municipal, considerando justificativa apresentada pela Comissão de Seleção do Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos – COMUSP, decide pelo CANCELAMENTO do certame, de acordo com o art. 49, parágrafo terceiro da Lei Federal nº 8.666/93 e a súmula 473 do STF. Aguarde –se eventual manifestação dos interessados, nos termos do art. 109, inc. I, alínea “c”, da Lei 8.666/93. Bauru, 13/07/2023 – Comissão de Seleção do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos – COMUSP (Bauru, 2023a, p.17).

Relacionando-se com o objetivo deste trabalho quanto à participação da classe trabalhadora nos processos decisórios e de controle democrático das políticas públicas, foi dado o suporte necessário a continuidade do processo eleitoral junto à Comissão de Seleção em questão, para contribuição na eleição dos membros da sociedade civil do COMUSP que, até o primeiro chamamento publicado, aproximava-se mais à estrutura de voto censitário que dos preceitos de participação popular na gestão pública.

Após o cancelamento do edital, foi publicado novo chamamento, 01/2023, no Diário Oficial do dia 12 de agosto de 2023, assim como a retificação do Decreto, contemplando as correções da Comissão de Seleção. Findando o período de inscrições, o qual, mesmo após solicitações da Comissão via ata, não teve a devida

³⁴ https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/decretos/dec16811.pdf

divulgação dos territórios e serviços públicos por parte da assessoria de imprensa do gabinete, no dia 28 de setembro de 2023, foi publicado o resultado do Chamamento 01/2023:

A Comissão Eleitoral torna pública que houve a inscrição de apenas um candidato, Sr. Erbert Bonora de Quadros, na área de atendimento à população em geral, porém inabilitado por não ter apresentado comprovante de votação da última eleição, conforme previsto no “item 5.1 – f”. Conforme consta no item 7.5 do Edital de Chamamento, a Comissão de Seleção aguardará as indicações que serão feitas por Conselhos Municipais até 11/10/2023 (Bauru, 2023b, p.18).

Sendo assim, lamentavelmente, todas as cadeiras de usuários precisaram ser indicadas pelos Conselhos Municipais, seguindo os critérios do certame, mas, cabe ressaltar que, sem a intervenção da Comissão de Seleção para alteração de tais critérios, todas as vagas de usuários seriam, de acordo com o primeiro Chamamento, indicadas pela própria Chefe do Executivo, mediante a análise “curricular”.

Para garantir a qualidade e a diversidade de indicações dos Conselhos, foram realizadas diversas tratativas para dirimir possíveis dúvidas e colaborar no processo de mobilização, ainda assim, destaca-se a dificuldade relatada por todos os Conselhos envolvidos para efetivar as indicações de usuários, demonstrando a fragilidade da participação dos usuários também em cada uma dessas estruturas participativas.

Ainda que o prazo tivesse sido determinado até 11 de outubro, até 10 de novembro, quando ocorreu a última reunião da Comissão, as indicações ainda não haviam sido entregues em sua totalidade. Não havendo outra convocação de reunião da Comissão, foi publicado Decreto Municipal 17.365 de 20 de fevereiro de 2024, de nomeação dos conselheiros do COMUSP, no Diário Oficial de 27 de fevereiro de 2024, entretanto, a posse dos mesmos aconteceu apenas em 27 de março de 2024, quando foi deliberada a data da primeira reunião deste Conselho, para o dia 18 de abril de 2024.

Em relação à Casa dos Conselhos, a Lei Municipal 5.043, de 27 de outubro de 2003, assinada pelo prefeito Nilson Costa, “Dispõe sobre a criação da Casa dos Conselhos Municipais no município de Bauru”. Entretanto, em 2013, esta Lei passou por alteração em seu Artigo 2º, por meio da Lei Municipal 6.482/2013, que se refere a desvinculação da Casa dos Conselhos do Gabinete do Poder Executivo, para

vinculação à SEBES, atribuindo a ela a responsabilidade pelo equipamento. Ressalta-se que na Lei original o Artigo 2º cuidava de descrever que:

A Chefia de Gabinete do Prefeito será responsável pelo apoio e material necessário para a administração, serviço de atendimento ao público, conservação e limpeza periódica da Casa dos Conselhos, e constituirá um quadro técnico e administrativo necessário ao funcionamento pleno e regular da mesma (Bauru, 2003, p.1).

Entretanto, sob nova redação, o mesmo Artigo deixa de responsabilizar a administração pública pelo quadro técnico e administrativo, suprimindo essa especificidade do texto, pontuando ações e medidas indispensáveis ao funcionamento, de forma genérica, como se pode observar:

A Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - SEBES será responsável pelo apoio e material necessários à administração e serviço de atendimento ao público por parte da Casa dos Conselhos, cabendo a ela a elaboração e implementação das ações e medidas indispensáveis ao pleno e regular funcionamento desta (Bauru, 2013, p.1).

Destaca-se que após a nova redação, a SEBES passou inclusive a arcar financeiramente com a equipe (um auxiliar administrativo), manutenção, materiais e mais recentemente, com as instalações prediais, hoje, um aluguel no valor de R\$2.500,00 mensais, para manutenção da casa, que se localiza em região “nobre” da cidade.

Quanto às finalidades da Casa dos Conselhos, o Artigo 1º, § 1º dispõe:

- I - dar apoio ao pleno e efetivo funcionamento dos Conselhos existentes no Município de Bauru e constituído por Lei Municipal;
- II - promover a integração das atividades dos diversos Conselhos Municipais;
- III - facilitar o acesso dos cidadãos aos Conselhos Municipais, especialmente quanto a obtenção de informações e aos Conselhos Municipais, especialmente quanto a obtenção de informações e ao encaminhamento de críticas e sugestões;
- IV - propiciar área física adequada às reuniões dos Conselhos e outras atividades a eles correlatas;
- V - promover a guarda de documentos e outros materiais próprios de cada Conselho;
- VI - fornecer apoio de serviços administrativos e de secretárias necessários ao funcionamento dos Conselhos (Bauru, 2013, p.1).

Por sua vez, o § 2º define que “A Chefia dos Conselhos será dirigida por Comissão colegiada com representação dos Conselhos Municipais em

funcionamento". Esta mesma Comissão fora melhor definida pelo Regimento Interno da Casa dos Conselhos, datado em 2019, registrado por meio de Decreto Municipal 14.273³⁵ de 22 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial do Município de Bauru em 28 de maio de 2019, que inclusive, regulamenta reuniões bimestrais entre os Presidentes e/ou representantes de todos os Conselhos Municipais ativos, vinculados à Casa dos Conselhos, com o objetivo de fomentar as relações interpessoais.

A primeira reunião entre os membros da Comissão Colegiada empossada, e a primeira reunião interconselhos, previstas respectivamente na Lei de 2003 e no Regimento Interno de 2019, ocorreram apenas em fevereiro de 2023 após o início desta pesquisa, por meio do estudo das normativas, da reorganização das informações e atualização dos Conselhos vinculados à Casa dos Conselhos.

Pelo potencial mobilizatório e democrático deste equipamento, de necessário suporte aos Conselhos Municipais, sugere-se que seja discutido e pesquisado com maior profundidade, devido à inequívoca ausência de arcabouço normativo, como legislações, informações sobre suas funções e orientações quanto a sua responsabilidade; configura-se, pois, como uma indicação de tema a ser aprofundado em possível pesquisa de doutoramento.

Atualmente, a partir de 2023, a Casa dos Conselhos de Bauru conta com apenas um servidor, agente de administração e com o apoio de um jovem aprendiz e uma servente de limpeza. Já a Comissão Colegiada, conta com a assessoria técnica desta pesquisadora. Ressalta-se que dos três membros eleitos para essa Comissão, apenas um, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, permaneceu ativo em 2023. Entretanto, após a troca das gestões deste e dos outros dois Conselhos, eleitos para representação no triênio 2022/2025, os três membros serão substituídos em 2024, demonstrando a importância de uma assessoria técnica para a transição entre as gestões e continuidade das pautas em andamento, dentre as quais se destaca a luta por novas instalações prediais e suporte de comunicação para melhor divulgação dos documentos e informações dos Conselhos.

Em consonância com tais solicitações sugeridas pela equipe da ATCCC lotada na Casa dos Conselhos, mas sem que houvesse diálogo prévio, ou convite à participação, no dia 24 de maio de 2023, das 9h24 às 12h24, ocorreu a audiência pública sobre o diagnóstico e os desafios do controle social frente ao papel dos

³⁵ https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/decretos/dec14273.pdf

Conselhos Municipais de Políticas Públicas, realizada por iniciativa da vereadora Estela Alexandre Almagro³⁶, no Plenário da Casa de Leis “Dr. Ulysses Guimarães”.

Foram convocados os secretários municipais de agricultura, administrações regionais, educação, meio ambiente, saúde, cultura, esportes, bem-estar social, planejamento e desenvolvimento econômico. Tendo sido convidados os Conselhos constituídos, entidades, associações de moradores e a prefeita municipal, que como de costume não frequenta a Câmara Municipal, exceto em caráter obrigatório.

Nesta oportunidade, devido ao avançar do horário e a não priorização de tais participações, a palavra não foi concedida a nenhum assessor técnico ou membro da ATCCC, presentes ainda que também não tenham sido convocados. Após articulação com a servidora responsável pelos slides reproduzidos ao vivo, Senhora Andréia Ortolani, arquiteta e urbanista da Prefeitura Municipal de Bauru, esta viabilizou acesso ao material que também segue registrado junto a atividade, no Canal da TV Câmara de Bauru no *YouTube*³⁷.

A audiência foi iniciada com a apresentação de tais slides sobre o tema, descrevendo sucintamente o que são os Conselhos, onde se pode ler: “é um espaço da cidade, para a cidade. É um espaço democrático e apartidário, para a efetivação do direito à participação dos cidadãos!” (Audiência [...], 2023, 4 min 05 s). A vereadora Estela Almagro, prosseguiu com a leitura do material:

O conceito de controle social foi introduzido pela Constituição Federal de 1988, efetivando a participação popular na gestão pública. Os Conselhos são importantes espaços de participação paritária, ou seja, de representantes governamentais e representantes da sociedade civil organizada (Audiência [...], 2023, 4 min 29 s).

A seguir, a Vereadora Estela Almagro apresentou quadro, também elaborado pela servidora Andréia Ortolani, que afirma que Bauru possui 39 Conselhos Municipais, junto ao que seriam suas datas de instituição. Entretanto, ressalta-se que alguns Conselhos constam em datas referentes às atualizações legislativas, como segue demonstrado na Figura 2 abaixo:

³⁶ Filiada ao Partido dos Trabalhadores, é a única vereadora eleita que se denomina radicalmente “de esquerda” na Câmara Municipal de Bauru, sendo também a única negra entre as duas mulheres eleitas para a vereança local.

³⁷ https://www.youtube.com/watch?v=vqbP_TH556Y&ab_channel=TVCAMARABAURO

Figura 2 - 39 Conselhos Municipais de Bauru



Fonte: Audiência [...], 2023, 4 min 54 s.

Ao apresentar a figura acima, a vereadora ressaltou:

[...] aí a gente vai conseguir verificar na década de 80 o primeiro Conselho que foi o Conselho de Ação Cultural, nesse gráfico produzido pela Andrea, são 39 Conselhos, inclusive a necessidade, é um debate que a gente sempre coloca aqui, da proliferação de legislações, e há legislações que, mesmo tendo advindo uma outra, que é o caso da cultura por exemplo, que ainda não tem uma lei que revogue aquela de 40 anos atrás, que criou alguns desses instrumentos. Isso é importante falar porque também dá uma dimensão do cuidado com a legislação que pertine à organização de cada um desses instrumentos que são extremamente importantes (Audiência [...], 2023, 5 min 53 s).

Após a leitura de todos os Conselhos relacionados no quadro, a vereadora Estela apresentou uma linha do tempo, onde se observa que por vezes a instituição dos Conselhos datava em sua real criação e em outros, na data de sua lei atual. E afirmando quanto a dificuldade de se obter informações fidedignas, acrescentou:

[...] No ano passado, nós fizemos um artigo 18 ao gabinete da prefeita, indagando neste artigo 18 a cópia do diário oficial com as composições, a publicação das composições de cada um dos Conselhos existentes aqui pelo arcabouço de legislação municipal. Nós percebemos claramente e isso obviamente não é uma prerrogativa deste mandato do executivo, mas é uma postura meio que reiterada dos governos de que Conselhos são importantes, mas são protocolares, dá-se um pouco mais de atenção aos que tem caráter deliberativo, é o caso, por exemplo, do Conselho Municipal

de Saúde, que tem entre outras atribuições a prerrogativa da aprovação de contas, a gente sabe do último período, alguns entraves inclusive que houveram, Conselho de Educação, que apesar do caráter deliberativo também encontra algumas limitações neste caráter (Audiência [...], 2023, 10 min 35 s).

Dando continuidade, Estela relata que:

[...]no ano passado nós fizemos aqui um esforço junto ao governo municipal de no debate da Lei Orçamentária Anual ao final do ano, após algumas reuniões temáticas em que alguns Conselhos estiveram presentes, [...] um esforço de pautas que eram, que são, defendidas pelos Conselhos municipais, construídas ao longo de todo um ano pelos Conselhos municipais, e a dificuldade que os Conselhos encontravam e encontram de verem retratados na lei orçamentária anual o que foi fruto de debate construídos a partir de audiências, reuniões, encontros, planos municipais, conferências e aí a importância dos Conselhos vem para a pauta mais uma vez, pois nós estamos com uma série de conferências já com seu decênio vencido (Audiência [...], 2023, 12 min 47 s).

Aprofundando o debate sobre o movimento conferencial, destaca:

[...] algumas conferências, por conta do caráter deliberativo de seus Conselhos, acabam bem ou mal acontecendo, mas tantas outras não e alguns Conselhos importantes e estratégicos eu diria que, por exemplo, de direitos humanos, que chega ao final, alguns Conselhos inclusive durante o período da pandemia, o dos direitos humanos é um deles, tendo seu mandato prorrogado por conta das dificuldades das reuniões presenciais e a dificuldade de você eleger realmente representações com as limitações do sistema híbrido ou totalmente virtual, mas estes instrumentos fazem muita falta e são muito importantes, são estratégicos, para a construção de políticas públicas e mais do que para construção das políticas públicas, para construção das diretrizes orçamentárias do município, então nós estamos encerrando, por exemplo, a tramitação na casa da lei orçamentária de 2024 e teremos até setembro a lei orçamentária anual sendo discutida, apresentada e discutida, aqui pela Casa, tá Estela, mas e daí? E daí que nós precisamos superar as dificuldades que nós tivemos ano passado. Porque no ano passado [...] nós fomos indagar quais os mecanismos que estavam sendo utilizados para aferir junto a esses órgãos de controle social a sua opinião ou as suas proposições de questões importantes e estratégicas (Audiência [...], 2023, 14 min 44 s).

Ao validar a qualidade das discussões e dados suscitados pelos Conselhos, menciona:

Por que o Conselho sabe? Porque o Conselho existe exatamente para isso! Não só para aprovar ou desaprovar as contas, mas para debater os rumos da política de saúde do município. E esse é apenas um exemplo. Quando o Conselho da Mulher traz a pauta e trás a necessidade de determinados instrumentos, é porque o faz em cima de dados consolidados num debate durante todo o ano, a cada ano. Da mesma forma o Conselho do Meio Ambiente. Pautas importantíssimas que volta e meia acabam se

transformando em alguma Lei. Que nem sempre essas Leis encontram eco na demanda da organização social (Audiência [...], 2023, 18 min 7 s).

Quanto a evolução das políticas públicas locais:

Às vezes ter essas estruturas também não implicam que elas sejam estáticas, às vezes é preciso mexer na sua composição, aumentar a representação e criar mecanismos. [...] Essa evolução, por exemplo, me incomoda muito Ana, que nós ainda temos uma secretaria do Bem-Estar Social, isso remonta lá na época da ditadura ainda né, nós temos que evoluir com os instrumentos e com as políticas públicas decorrentes da existência desses instrumentos (Audiência [...], 2023, 20 min 46 s).

Quanto à estrutura predial da Casa e sua localização, os comentários foram unânimes, demonstrando profundo descontentamento. Estela profere:

E aí nós temos, eu sempre critiquei, continuo criticando, acho que a existência de uma Casa dos Conselhos teria obrigatoriamente que ter sede num espaço central. [...] eu acho que uma Casa de Conselhos tem que ter plenário, tem que ter auditório, tem que ter equipamentos de audiovisual, tem que ter capacidade técnica para realização de conferências virtuais, não é, tem que ter espaço para sua própria equipe de mídia (Audiência [...], 2023, 21 min 33 s).

Estela acrescenta:

[...] o importante de nós discutimos uma pauta e não necessariamente o governo é que se você consolida leis, mecanismos e instrumentos que garantam que estes Conselhos, que estas associações tenham os mecanismos de serem ouvidas e respeitadas, independente do prefeito que sentar lá no palácio das cerejeiras, vai ter que respeitar, porque aí é uma construção social (Audiência [...], 2023, 29 min 44 s).

Relacionando a efetividade das ações dos Conselhos com o ciclo de políticas públicas, a vereadora continua:

Nós temos várias pautas que a gente debate com a cultura, até que ponto o governo abre para que o Conselho dialogue e construa políticas públicas com o secretário de cultura e o secretário de cultura apresenta para a prefeita que há uma necessidade, um arcabouço de informações e de necessidades da cultura para ser implementado no orçamento. E aí esse vício vai criando essa dicotomia, uma falsa dicotomia, porque o interesse de quem governa e foi eleito pelo povo, tem que ser o de implementar ações que são apontadas por esse mesmo povo, então é esta a razão desta nossa primeira audiência pública com os Conselhos Municipais. Nós não esperamos né, a gente sabe, a urgência de um não é a do outro, eu acho que essa é uma pauta pra ontem, ela tem uma urgência, mas essa é a

minha visão política, eu não posso impô-la para ninguém (Audiência [...], 2023, 34 min 39 s).

Quanto a definição da Agenda Pública e a priorização do investimento dos recursos públicos, pontua:

Me incomoda muito que haja esse divórcio entre o que é feito e discutido na rua, no bairro, não é, no campo de futebol [...] mas nem sempre você encontra as ações que essas pessoas que constroem a política de esporte cotidianamente, na prática, você não vai encontrar necessariamente ela nas ações cotidianas do que é encaminhado através do cash né, o que dita o que vai acontecer de políticas públicas ou não, é para além da boa vontade do discurso, é pra onde eu vou mandar o dinheiro do orçamento, para onde eu mando o que vai acontecer em 2024 com todos esses segmentos (Audiência [...], 2023, 36 min 02 s).

Um dos representantes dos Conselhos convidados a compor a mesa diretora desta Audiência Pública, senhor Paulo Roberto dos Santos Amaral, presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMH, inicia sua fala com a afirmação: “É preciso criar uma relação entre a política de estado e a política de governo, muitas deliberações que acontecem pelos Conselhos, caem em nada” (Audiência [...], 2023, 41 min 30 s). E explica sua posição:

Os Conselhos, eles precisam ser ouvidos e posições deliberativas precisam ser postas em prática. É preciso ter prazo para isso. É preciso que os Conselhos, para poder ser independentes, estejam vinculados ao gabinete da prefeita e não a secretaria que o Conselho tem que fiscalizar, eu tenho que fiscalizar uma secretaria, mas o secretário que normaliza meu Conselho para existir, não que vá ter coisas erradas, mas cria uma condição difícil às vezes em alguns relacionamentos, quando há contrariedade. Então os Conselhos precisam, somente os deliberativos, ter uma melhor relação com os secretários, diretores e com a própria Câmara Municipal, para que o que for deliberado pelos Conselhos, tenha que ser colocado em prática. Se não eles não são deliberativos, se não eles não são a voz da sociedade (Audiência [...], 2023, 44 min 37 s).

Paulo complementa seu olhar sobre a importância do trabalho dos conselheiros:

A constituição determina os Conselhos como os vetores da sociedade, independentes, então cada vez que um Conselho precisar organizar alguma coisa, ele precisar pedir para o secretário e que em alguma vez ele acabar tendo um tipo de senão com aquele secretário, cria um mal-estar, então é preciso criar uma política de estado, uma política em que as deliberações terão prazo para serem atendidas, ou serem discutidas com os Conselhos, não podem é continuar os Conselhos se encontrarem de forma voluntária, e é muito difícil alguns Conselhos se reunirem apenas uma vez no mês, como o de saúde, a habitação e alguns outros Conselhos, porque são Conselhos

com demandas muito grandes, não é, nosso Conselho cria muitas reuniões (Audiência [...], 2023, 45 min 45 s).

Especificamente ao equipamento físico da Casa dos Conselhos e a atual situação das Associações de Moradores em Bauru, Paulo profere:

No meu ponto de vista, a casa dos Conselhos está mal localizada, há muita dificuldade para as lideranças participarem, é fundamental que ela venha para uma região mais central. Em razão das associações de moradores, o setor está colapsado, precisamos renovar uma discussão em relação à participação somente junto a SEAR, há projetos para isso, existentes, e nós queremos poder estar participando de uma forma mais efetiva, preciso que os secretários vejam os líderes e os presidentes de Conselhos, como aliados, participativos e propositivos, diferenças partidárias discutimos no momento certo (Audiência [...], 2023, 49 min 10 s).

Sobre a vinculação da Casa dos Conselhos à Secretaria Municipal do Bem-Estar Social - SEBES, Estela Almagro pontua:

[...] acho um equívoco de qualquer, quaisquer prefeitos a interpretação de se colocar embaixo do guarda-chuva da secretaria de assistência social, as políticas públicas, a política de assistência, é política pública específica, ainda que a intenção tenha sido boa, a melhor forma de saber se é boa ou não, sujeita ao debate. Põe na mesa, se tivesse colocado na mesa, seguramente teria ouvido isso. Nem deve ser, porque o grau de responsabilidade que a secretaria já tem sobre “n” temas (Audiência [...], 2023, 50 min 10 s).

A senhora Maria da Glória Lima dos Reis Cruz, até então presidente do Conselho Municipal de Políticas para Mulheres - CMPM, que também compunha a mesa diretora deste Audiência Pública, acrescentou:

A Casa dos Conselhos ninguém quer dar mais, eu tenho participado, para você alugar aqui é mais caro, ninguém quer pagar, a verdade é essa, ninguém quer pagar o custo de descer a Casa dos Conselhos [...] as políticas têm que ser construídas da beirada, daqui dos pobres, dos mais necessitados, da pessoa em situação de violência, da pessoa em situação de vulnerabilidade para lá, e não sair da prefeitura, só pelo CadÚnico para cá (Audiência [...], 2023, 55 min 11 s).

Participando de modo online, a senhora Ariani Queiroz Sá, até então presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COMUDE, solicitou a palavra e acrescentou, sobre as legislações que são votadas à revelia dos Conselhos Municipais pertinentes:

Temos um projeto de Lei que é voltado para pessoa com deficiência, o Conselho nunca foi chamado para uma discussão, para saber o parecer do Conselho. Quando foi criada a lei do monocular, o Conselho ficou sabendo depois que a Lei foi publicada, um absurdo, mas tudo bem. E também assim, por exemplo, quando foram criadas as vagas de estacionamento rotativo para os autistas, o Conselho não foi chamado para opinar, para dar o seu parecer, entendeu. Não foi na minha gestão, mas essa lei, ela foi dada como inconstitucional, porque dentro do código de trânsito, vagas de estacionamento rotativo é para pessoa com problema de mobilidade, não é questão de patologia, entendeu, então a pessoa pode ser autista, a pessoa pode ter hidrocefalia, a pessoa pode ser surda, não é condição da deficiência, mas é condição da mobilidade, se todas as pessoas com outras deficiências que tem problemas de mobilidade elas serão contempladas na lei de trânsito, tudo isso teria sido evitado se o Conselho tivesse sido consultado, na época, né, lá em 2018 (Audiência [...], 2023, 1h 12 min 37 s).

Posicionando-se em relação à estrutura predial da Casa dos Conselhos, ressaltando a complexidade necessária a compreensão das barreiras físicas e sociais impostas às pessoas com deficiência, Ariani destaca:

Em relação à Casa dos Conselhos é realmente um lugar extremamente longe, nós do Conselho das Pessoas com Deficiência não nos reunimos lá porque é difícil, tem apenas duas linhas de ônibus para o local, a acessibilidade do entorno da Casa é ruim, a acessibilidade dentro da Casa também não é contemplativa, embora tenha acesso, nós pessoas com deficiência física, conseguimos entrar, tem banheiro adaptado, está tudo certo nessas questões, o problema é o espaço da sala onde existe as reuniões, nós somos em seis cadeirantes dentro do Conselho, seis cadeirantes não cabem naquela sala, entendeu. E ocupamos a sala com seis cadeirantes, mas e aí, e o resto fica aonde? (Audiência [...], 2023, 1 h 14 min 15 s).

Trazendo para a pauta as recentes inovações propostas a partir da lotação da ATCCC na Casa dos Conselhos, Ariani relata:

Bom então, isso é um outro ponto que já está sendo discutido, agora existe sim uma pauta bem legal que agora tem a Comissão dos Conselhos e Comitês que está funcionando dentro da Casa dos Conselhos, e está com uma roupagem nova, que eu achei muito bacana, está sendo feita uma interação de reuniões entre os Conselhos, inclusive estendo aqui o convite para as próximas reuniões, a gente discute problemas que os Conselhos têm em comum. Em relação a todas as questões de apoio da administração pública, questão de problema estrutural do próprio Conselho, o que o Conselho precisa, o que o Conselho pode cobrar, essas reuniões são feitas a cada dois meses, é muito legal, se vocês não participaram, os presidentes de Conselho e comitês também, eu acho que deveriam, porque é a união dos Conselhos que a gente vai conseguir dar um boom, em toda essa situação (Audiência [...], 2023, 1 h 15 min 07 s).

Finalizando sua participação, Ariani aproveita para mencionar quanto a presença variável entre de 10 a 15 representantes dos Conselhos Municipais nesta audiência, tanto presencialmente como virtual:

[...] eu acho que a gente tem realmente que fazer essas pontuações mais vezes, é uma pena que tem poucos Conselhos presentes e virtuais também, não está os trinta e poucos Conselhos que existem em Bauru. Essa é uma pauta para os Conselhos, eu acho que todos os presidentes e vice-presidentes de Conselho deveriam estar presentes para discutir um assunto que é tão importante (Audiência [...], 2023, 1 h 16 min 39 s).

A Audiência continua a partir da retomada do foco central das discussões por parte da proponente, vereadora Estela Almagro:

Eu queria só propor, dado o tempo, que as falas fossem no sentido do espírito da audiência, a questão de criar os mecanismos para esse diálogo direto e formas que a gente tem de fazer com que esses debates, essa construção anual, periódica dos Conselhos, se retrate na Lei Orçamentária Anual que nós vamos receber em setembro, certo, que eu sei que a pauta de todos os Conselhos, como a Ariani bem colocou aqui, é extensa, é grande, e eu sei que há um represamento, justamente por que a gente precisa tirar algumas barreiras que foram criadas. Já parece ser uma unanimidade a inadequação de onde está sediada a Casa dos Conselhos, é um apontamento e a própria estrutura da Casa, e a questão da gestão sob a égide de uma secretaria. Vamos nos pautar no espírito da audiência porque se não nós não teremos tempo hábil de aprofundar como gostaríamos, porque depois de ouvir os representantes dos Conselhos, nós precisamos ouvir os representantes do governo, pois a gente precisa criar esses mecanismos, não fizemos uma audiência só para obter o diagnóstico, queremos o prognóstico também (Audiência [...], 2023, 1h 23 min 50s).

Em tempo, Estela passa a palavra para a senhora Sônia Maria Santos Medeiros da Silva, representando os Conselhos de Saúde e também de Habitação de Interesse Social:

[...] quando a gente fala em Conselhos a gente tem que primeiro falar sobre um local adequado para que eles se reúnam, e a gente tem muita dificuldade, há anos que venho lutando contra isso. Entra prefeito e sai prefeito, todos prometem que vão tomar uma providência, inclusive na última reunião na casa da Isabel no Gasparini a prefeita se comprometeu a mudar a Casa dos Conselhos. Eu sou muito cética a esse respeito, pois eu acho que não tem interesse. É um local muito longe, quem mora nas periferias, que geralmente os conselheiros não fazem parte da ala mais rica da sociedade e sim das periferias, não tem carro na maioria deles, dependem de ônibus, então são dois ônibus para ir e dois ônibus para voltar, quando chegam em casa já é muito tarde, então essa é minha cobrança sobre a mudança da Casa dos Conselhos, que é uma coisa que interessa a todos os Conselhos (Audiência [...], 2023, 1h 25 min 25s).

Logo após, obteve a palavra, o senhor Paulo Roberto Alves Maia, até então presidente do Conselho Municipal de Política Cultural - CMC, de Bauru:

Eu estou há dois anos no Conselho, completo em agosto, na primeira reunião com a primeira e antiga secretária e na primeira reunião com o novo secretário, eu expus a necessidade, eu coloquei a necessidade de trazer o diálogo, o debate, colocar na mesa do Conselho as discussões sobre política cultural em Bauru, mas isso é algo que não aconteceu na gestão da secretaria anterior e a gente tá sentindo falta na gestão do secretário Paulo, por exemplo, a maioria das decisões da secretaria vem a toque de caixa ao Conselho, não foi discutido previamente ou colocado na mesa como sabiamente a Estela colocou, que é de extrema importância a função do Conselho é ajudar o poder público e a secretaria ao discutir a política pública, nós estamos ali pra isso. [...] tem que ser valorizada também a proposta do Conselho para os editais. Isso não chegou na mesa do Conselho de Cultura, como nunca chegou a LDO, discutir a questão orçamentária, [...] nós descobrimos que o dinheiro que foi para a pasta da cultura, caiu em porcentagem. No governo anterior era 1,3% da previsão orçamentária, e após a secretaria apresentar o PPA e a LDO, nós fizemos o cálculo e descobriu que o dinheiro destinado à pasta da cultura caiu de 1,3 para 0,8% e são alguns milhões que fazem muita falta para se construir política cultural em Bauru (Audiência [...], 2023, 1h 28 min 17s).

Também foi ouvida a senhora Marina de Pinho, servidora municipal, diretora do Departamento de Trabalho, Emprego e Turismo da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Renda - SEDECON, enquanto representante do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR:

Eu faço parte do COMTUR há nove anos já, desde que entrei na secretaria de desenvolvimento, a data lá está falando em 2018, mas foi uma readequação, o que é interessante do COMTUR é que são quatro membros apenas do poder público e são 13 cadeiras da sociedade civil e sociedade civil organizada, [...] em 2017 fizemos toda a documentação para pleitear o título de município de interesse turístico, então o COMTUR foi vital para construção desse plano diretor, do inventário da oferta, e quando a cidade de Bauru ganhar esse título de município de interesse turístico, que significa uma verba de 800.000,00 reais anuais para a infraestrutura básica em turismo, quem vai determinar onde vai ser utilizado vai ser o COMTUR e eles têm plena consciência desse dever que eles têm e dessa importância que eles têm para destinar recursos que a gente consiga através do governo do estado (Audiência [...], 2023, 1h 35 min 35 s).

Para dar continuidade a escuta aos presidentes dos Conselhos Municipais presentes, foi chamada a compor o debate, a senhora Maria José Masé Bettini dos Santos, conhecida como Masé, até então presidente do Conselho Municipal de Educação:

[...] quando eu olho para o Conselho da Educação e olho para as gestões anteriores, a gente não teve a preparação dos conselheiros, ou seja, faz a eleição como um rito, coloca as pessoas lá como se as pessoas tivessem nascido conselheiras, tem que saber aconselhar e ser conselheira, e aí a gente não tem uma noção do que é fazer esse trabalho tão importante. [...] quando eu assumi o Conselho como presidente que eu tinha tido uma experiência como membro e acabei sendo vice-presidente, mas não tinha oportunidade de nenhuma atuação e nem de entender como era o andamento do Conselho. Quando eu assumo o ano passado a gente no final, foi até meio conturbado, nós tivemos bastante problema com a administração, no sentido de constituir o Conselho e também ter publicado o decreto de nomeação e posse, tanto que nós fomos eleitos em novembro e o decreto só saiu em junho de 2022, então a gente trabalhou até com uma insegurança jurídica se a gente foi ver, e depois ele retroage para poder validar nossa atuação e deliberações que nós já havíamos tido (Audiência [...], 2023, 1h 37 min 27 s).

Sobre a inserção das necessidades dos Conselhos Municipais na LOA, o desempenho da função de conselheiro e a continuidade dos Conselhos, Masé destaca:

A gente não sabia até então que nós poderíamos ser incluídos nesse recurso e também ter um percentual destinado à manutenção do Conselho. Nós temos aprendido isso a trancos e barrancos. Nós vínhamos solicitando já da secretaria desde que assumi, a associação do Conselho na união nacional, estadual e regional dos Conselhos Municipais, porque, para fazer realmente a formação, para que cada conselheiro que chegue possa acionar essa união de Conselhos e ter a formação para saber como é que ele faz, as atividades como conselheiros. Não a gente ler lá na lei as competências e atribuições do Conselho, a gente precisa saber como fazer, como requisitar, até porque todos nós trabalhamos voluntariamente, nós não temos todo nosso tempo disponível, a gente faz um trabalho voluntário e tenta conciliar com as atividades particulares, com o trabalho e com as sociais que a gente tem. E eu até anotei, que assim, o que é importante, eu acho que cada presidente de Conselho faça isso, a gente precisa formar não só os conselheiros que estão, mas ir formando pessoas para que elas possam também ir ocupando esses lugares e não fazer um retrocesso ou estagnar cada um (Audiência [...], 2023, 1h 41 min 41 s).

Masé relata ainda, com pesar, sobre a falta de respaldo do poder público para viabilizar melhor capacitação e maior envolvimento nas atividades do Conselho:

Nós tivemos recentemente um episódio muito chato, porque teve um Encontro Estadual de Conselhos em Itapetininga, nós reivindicamos o recurso com antecedência, o secretário autorizou, deu parecer favorável a essa participação e liberação de recurso, só que quando a Finanças vai nos orientar de como requerer o recurso, ela orientou não inteiramente, porque nós fizemos no papel e na véspera da gente viajar o recurso teria que fazer no sistema e o recurso demoraria cinco dias para ser liberado e tinham dado um arranjo que não concordamos e não vem ao caso agora, tivemos só no primeiro dia não conseguimos ir tentando resolver essas questões, no segundo dia liberaram um micro ônibus e nós arcamos do nosso bolso com refeição e no terceiro dia não tivemos nem transporte, nem ajuda de custo,

e fomos com nossos próprios recursos. Fica difícil se voluntariar e ainda você ter que trabalhar na sua formação para você atuar, você ter que custear isso (Audiência [...], 2023, 1h 44 min 08 s).

Ainda sobre a falta de recursos e materiais para a execução de tarefas básicas dos Conselhos Municipais, pontuou:

[...] nós tentamos fazer a penúltima reunião de forma híbrida, nem na secretaria de educação nós tínhamos internet, eu tive que fazer, como já tínhamos convocado ela híbrida, tive que fazer com meu celular, para poder manter o sistema com meu 4g para poder dar aos colegas que estavam virtual, então, esse controle social que nós fazemos é importante e se a secretaria da educação, no caso, e as outras demais secretarias, elas deveriam ver com bons olhos porque nós temos aí a representação de vários segmentos da sociedade e tem colaboração (Audiência [...], 2023, 1h 46 min 08 s).

Para encerrar, Masé (Audiência [...], 2023, 1 h 49 min 30 s) deixa uma mensagem aos demais colegas conselheiros: “Nós ocupamos um espaço muito importante e vamos sempre nos preocupar também com aqueles que virão depois nos substituindo nessa jornada de manter os Conselhos vivos e atuantes”. Ouvida a representante do Conselho Municipal de Educação, foi chamada a plenária a senhora Fabiana Lima, servidora da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN:

A gente vê uma dificuldade muito grande da participação de técnicos também nos Conselhos, a gente fala muito da população, cobra, porque que o munícipe não participa existe ‘n’ razões, é um lado que é importante, porque que todos os secretários foram convocados aqui, porque vocês são secretários de uma pasta que é responsável por um Conselho, quando nós vamos fazer levantamento de quem são os atuais presidentes para trabalhar com o plano diretor e com a LUOS, a gente liga nas secretarias e: “não faço ideia quem é agora; não tenho esse contato”, isso pra mim é um absurdo. Mas o que acontece, eu tenho visto que nos últimos dez anos está tendo uma campanha muito forte de desmobilização dos Conselhos [...] minha briga interna sempre foi de que as secretarias indiquem técnicos que possam subsidiar os Conselhos, não adianta nada chegar um representante do poder público que vai lá e não sabe nada do assunto, não se interessa da pauta e não tem ninguém que o cobre da participação. Uma colaboração que eu tenho que pedir, secretários por favor coloquem técnicos ou se interessem um pouco mais pelo trabalho dos Conselhos (Audiência [...], 2023, 1h 54 min 14 s).

Fabiana Lima (Audiência [...], 2023, 2 h 00 min 50 s) encerra defendendo que: “Nós temos sim no quadro da prefeitura técnicos que levam essa questão a sério, o que não temos é apoio”, sendo posteriormente complementada pela vereadora Estela Almagro:

[...] a participação ou por indução ou por obrigação ou porque foi contagiado pelo reunionismo ou por uma crise de status, tem gente que quer ser de Conselhos, porque olha, eu sou membro do Conselho e assina em qualquer lugar que é membro do Conselho. E talvez não busque entender e o governo da mesma forma. Ah, eu preciso indicar tanto aqui, pega alguém aí, vê aí quem tá disponível e põe, e se você for fazer um controle de faltas em reuniões, você vai perceber uma responsabilidade do poder público gigante pela ausência e pela não funcionalidade de muitos dos Conselhos (Audiência [...], 2023, 2 h 03 min 10 s).

Quanto às especificidades do Conselho Municipal de Saúde e os conhecimentos necessários aos gestores e conselheiros, foi chamada a se posicionar, a senhora Rose Lopes:

Tem que conhecer muito bem a lei que criou o SUS 8080/90 e também ter um grande conhecimento da importância dos Conselhos que é a lei 8.142, onde institui o controle social dentro do SUS [...] como ele é um órgão deliberativo por lei federal nós temos que tomar conhecimento antes das atitudes do poder público, tem que chegar até o Conselho, tem que ser deliberado pelo Conselho e se o Conselho não deliberar, não é para gastar a verba, pois não vai servir a sociedade dentro daquela necessidade atual. O que tem acontecido conosco nessa última gestão é que está vindo para nós através da imprensa, muito depois que já foi feito. Estão sendo feitas compras que não se adaptam a nossa necessidade, compra-se pó de café proibido para uso humano e joga-se fora. [...] Essa situação, não ouvir os Conselhos vem daquele próprio fator que a Estela bate em cima que é o conhecimento e o respeito aos Conselhos, que somos, que são voluntários, nós nos dedicamos, nós estudamos, vamos nas reuniões, enquanto muitas vezes o poder público não vai. Nosso Conselho tem vaga para a Secretaria de Educação, SEBES, mas nunca aparecem nas reuniões, mas eles têm o assento, onde eles poderiam discutir as ações, como a saúde dentro das escolas, mas eles não comparecem (Audiência [...], 2023, 2 h 05 min 34 s).

Rose acrescentou ainda que:

Cada Conselho tem seu regimento, o nosso Conselho é regido por Lei Federal, estava dentro da constituição, precisa ser mais respeitado, nós não temos um espaço dentro da secretaria, nós não temos equipamentos fornecidos pela secretaria, não temos nem divulgação e verba para divulgação, isso porque falta diálogo, precisa ter mais diálogo e quando nós pedimos diálogo, oficializamos pedido de reunião, não é agendada a reunião. Não é realizada a reunião, então nós realmente estamos pedindo que nessa reunião seja esclarecido essas polêmicas (Audiência [...], 2023, 2 h 12 min 09 s).

Na sequência, foi chamada a senhora Helenir Latanzio, presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Bauru, pelo segundo mandato consecutivo:

[...] o que eu percebi em todos os Conselhos que aqui falaram, a questão mesmo do diálogo entre os Conselhos e os gestores. Eu acho que isso é de fundamental importância, é a partir disso que o Conselho consegue caminhar e discutir a política pública. Porque o Conselho não vai conseguir discutir a política pública se não tiver o gestor envolvido. Uma coisa que eu não concordo que o Paulo até falou, que os Conselhos têm que ficar vinculado ao gabinete. Cada Conselho deve ficar vinculado ao gestor da política pública e trabalhar em conjunto. Eu acho que é de suma importância isso, acho que a participação nos Conselhos tanto do poder público quanto da sociedade civil é de suma importância nesse diálogo dentro do Conselho. O que acaba acontecendo gente, eu percebo muitos Conselhos que há uma rixa entre poder público e sociedade civil, ficam brigando dentro dos Conselhos ao invés de discutir a política e a política tem que ser discutida, tem que ter desavença, tem que ter questionamento? Tem! Mas tem que ter respeito também (Audiência [...], 2023, 2 h 14 min 14 s).

Quanto a necessidade de capacitação dos conselheiros e os fatores excludentes das atividades, Helenir ressalta:

[...] a maior parte dos conselheiros quando eles vão participar de algum Conselho, eles não sabem nem o porquê eles estão lá. [...] o conselheiro tem que ficar empoderado para ele poder acompanhar aquela política afeta ao Conselho. Se ele não estiver empoderado para isso, se ele não tiver conhecimento, ele vai se desestimular da participação e não vai entender, principalmente nossos usuários. Tem muitos Conselhos que levam para as reuniões siglas, linguagem muito técnica que usuário não compreende, é importante uma linguagem mais clara e definida para que os conselheiros participem ativamente e consigam entender a política (Audiência [...], 2023, 2 h 16 min 40 s).

Para complementar a fala dos representantes dos Conselhos, foi convidado a fazer uso da palavra o senhor Clodoaldo Meneguello Cardoso, participante de forma presencial, professor doutor da Unesp Bauru, fundador e coordenador do Observatório de Educação em Direitos Humanos - OEDH, pesquisador sobre intolerância, militante dos Direitos Humanos e um dos idealizadores do, até então inativo desde a pandemia COVID-19, Conselho Municipal dos Direitos Humanos - CMDH, criado em 2011:

Considero essa uma audiência que mexe no coração da democracia. Uma coisa é ter uma audiência de uma parte da cidade, outra coisa é ter uma audiência sobre a nossa vida política, nossa vida em sociedade. Eu queria registrar essa importância desse ato, porque não é possível nós atingirmos, resolvermos problemas parciais, se não tivermos essa visão do todo desta sala. E esse todo, chama democracia. [...] Democracia é um regime de poder, é uma estrutura de poder, uma estrutura de vida, criada em um movimento chamado liberalismo, que conquistou os grandes direitos individuais, civis, na época, ora a sociedade evolui e percebeu que esses direitos individuais são inúteis se não tivermos resolvidas as grandes questões sociais [...] democracia não é delegar poder, quando eu voto no presidente eu não estou delegando poder para ele não, ele é um

representante do meu poder, do poder do povo e aqui foi falado, quantas vezes que fulano de tal se decide achando que ele possui o poder. Ele não tem o poder, a democracia é um regime justamente que você elege alguém para representar o seu poder, ele não tem poder, tanto assim que ele tira, que sai e muda. Por isso que o que estamos fazendo é a alma da democracia, aqui é o poder, ora, para exercer esse poder é preciso de algumas condições, é preciso que tenhamos uma educação política, é preciso uma educação de direitos humanos desde a infância, [...] nada é obrigado, pois valores não se obrigam, se discutem (Audiência [...], 2023, 2 h 19 min 03 s).

Traduzindo seu posicionamento em exemplos, professor Clodoaldo explica:

Muito bem, esse nosso momento aqui é muito importante porque, aquela democracia social reverteu, nós não voltamos para democracia liberal, foi além, foi para o neoliberalismo, que é o liberal extremo, cada um cuida da sua vida, não estou falando que o neoliberal é corrupto ou come criancinha, mas ele vai cuidar da vida dele e dos filhos dele, quando pode. E muitas vezes ele tem na ideia dele que o todo é a soma das partes. Se cada um limpar a frente da sua casa, Bauru não estará limpa, pois jogará o lixo em algum lugar. Quem vai discutir o lixo? A contaminação do solo? Vamos deixar para o poder público, aí chega a democracia representativa. Mas a ultraliberal é a que estamos vivendo no mundo, ou tomamos consciência, ou paramos de falar do meu filho para falarmos das nossas crianças. Ir na reunião de pais para falar dos nossos filhos, dos nossos netos, isso perpassa todos os Conselhos (Audiência [...], 2023, 2 h 24 min).

Após suas explicações, Clodoaldo contribui com sugestões práticas:

Aí tenho uma proposta de encaminhamento, me parece que tudo isso que foi falado abalou não só os Conselhos, sindicato, qualquer organização coletiva, na universidade acabaram com os grêmios, diretórios, alguém aparece na reunião lá? Não! Ainda bem que surgiram os coletivos populares, do contrário, acabou. Toda a estrutura de participação social na democracia social, desmontou. Precisamos ter consciência disso, se nós não tivermos consciência disso, ficaremos no varejo aqui. Como atacar isso? Como tentar? A nossa luta é uma luta de resistência, nós temos o vento a favor aí, um novo governo federal. Porém, toda a estrutura é neoliberal. [...] Tem coisas em comum faladas aqui. Estrutura física, em uma cidade de 400.000 mil habitantes nós temos uma sala e não um auditório? Curso de formação? Tem problemas comuns. Quantos Conselhos estão desativados? [...] precisamos de um fórum permanente que discuta as grandes questões dos Conselhos. E aí nós vamos buscar forças e estruturas, tem estrutura que é de comunicação, a Estela falou, comunicação é fundamental hoje. As igrejas têm uma coluna no jornal, os Conselhos não tem. Não entendo isso. É paga aquela coluna no jornal? Os Conselhos que são a alma da cidade não tem uma coluna no jornal. Então são questões que a gente tem que pensar junto e descobrir caminhos juntos aí (Audiência [...], 2023, 2 h 26 min 23 s).

Para continuidade da Audiência Pública, foi atendida a solicitação da palavra feita pelo senhor Casimiro Abreu Neto, líder comunitário e conselheiro tutelar, participante de forma online:

[...] a gente percebe a necessidade de uma ampla divulgação e não somente uma divulgação no Diário Oficial. Porque Diário Oficial as pessoas não leem, são algumas pessoas, uma minoria, que faz a leitura do Diário Oficial, então há necessidade de ampliar essa divulgação para a população e para os próprios envolvidos que, por vezes tem alguns envolvidos, no exemplo que eu vou citar, a Associação de Moradores, que não são notificados das eleições, né, e a gente viu a importância das Associações de Moradores na participação, porque são eles que têm um conhecimento da região e do bairro que eles moram, isso dificulta quando não fica sabendo, não tem ampla divulgação (Audiência [...], 2023, 2 h 31 min 48 s).

Quanto aos fatores limitantes da participação da sociedade civil nas atividades dos Conselhos Municipais, Casimiro acrescenta:

Também pontuar a questão das reuniões, como a gente sabe os Conselhos em sua maioria são paritários entre o poder público e a sociedade civil, mas as reuniões por vezes precisam haver uma rotatividade, se não dos dias, dos horários. Porque muitas das vezes as reuniões são feitas em horários que independem a participação da população e da representação de alguns segmentos, não do poder público, porque normalmente a reunião, em geral, é feita ali em dia e horário de trabalho e só o servidor vai ao local da reunião (Audiência [...], 2023, 2 h 33 min 40 s).

Prosseguindo, a senhora Ellen Beatriz Santos Fonseca de Castro, servidora pública e vice-presidente do Conselho Municipal de Mobilidade de Bauru, foi chamada ao microfone, presencialmente na Câmara Municipal:

Eu queria realmente reforçar a questão da falta de respeito do poder público com as decisões colegiadas, temos alguns exemplos para dar, como nosso plano de mobilidade, ele era para ter sido uma lei e não um decreto, e às vezes a gente não consegue cobrar nossas pautas, tem diversas demandas engavetadas, que tem acontecido de forma recorrente nos últimos anos e a gente acaba perdendo até um pouco da vontade, percebemos os conselheiros perdendo a motivação de vir trazer as solicitações ao governo. Então, há uma falta de atenção sobre isso (Audiência [...], 2023, 2 h 36 min 37 s).

Quanto a Casa dos Conselhos, Ellen relata caminhos para novas instalações:

Na questão da Casa dos Conselhos, também nós não utilizamos, o Conselho de mobilidade não utiliza a Casa dos Conselhos pelo local, por causa da falta de espaço também, então, até foi me pedido para falar sobre o Edifício Pioneiro, houve uma conversa sobre a sessão do Edifício Pioneiro da Unesp, e a Unesp já devolveu o edifício para a defensoria. Ali seria um edifício que seria de grande valia, pois ele fica na Avenida Rodrigues Alves e seria de fácil acesso para todos. Então houve essa discussão, pessoal do COMUDE também estava aprovando essa conversa, após não sei que rumo que tomou (Audiência [...], 2023, 2 h 37 min 14 s).

Sobre a especificidade da mobilidade em Bauru, Ellen afirma:

[...] nosso Conselho está vinculado ao gabinete, nós não temos hoje ninguém pensando a mobilidade, nós não temos uma infraestrutura da mobilidade na cidade, é algo que está ultrapassado, não dá para apenas gerir trânsito, precisamos planejar, e exige uma secretaria como diversas cidades, mas no mínimo uma diretoria, a mobilidade urbana não pode-se deixar de lado, pois aglutina diversos outros saberes, outras pastas, outros trabalhos (Audiência [...], 2023, 2 h 38 min 44 s).

Para representar a sociedade civil e as Associações de Moradores, foi convocado o senhor Jesus Adriano dos Santos:

O que me chama atenção na cidade de Bauru é que a gente não consegue se organizar a nível de Associação de Moradores e até de Conselhos, alguma coisa está errada, será que somos nós, os membros que querem participar, os moradores que querem participar, ou os gestores? Eu digo isso de uns anos pra cá, precisamente do Rodrigo Agostinho, Gazetta e por último a prefeita Suellen e agora estamos tendo problemas sérios, muito sérios, e isso deixa a gente hiper chateado, se nós enquanto representantes não levar nossa colaboração, por que que não leva? Se leva, por que não somos ouvidos? [...] Um martírio para fazer eleição do Conselho Gestor, o que a gente não pode fazer e não fez, que era proibido, de fazer divulgação de nós para nossa comunidade, chamar a comunidade. Como vai ter eleição se ninguém está sabendo? É complicado. Teve eleição, para a gente conseguir trazer e buscar a participação de quem quisesse participar, foi um parto. [...] a falta de divulgação da própria secretaria incomoda, querem a participação popular, mas não divulgam e não deixam a gente divulgar, enquanto Associação de Moradores, a gente tem todo o procedimento para fazer as eleições e faz um estardalhaço pra chamar o povo a participar, eu fiquei muito e estou chateado com esse tipo de situação gente. Estou aqui com o diário oficial, das eleições, dez meses depois sai a publicação do Conselho Gestor? Gente, até quando isso vai continuar assim? (Audiência [...], 2023, 2 h 40 min 55 s).

Representando a Comissão Colegiada da Casa dos Conselhos, foi à tribuna o senhor Ricardo Alexandre Pereira, que havia sido indicado ao cargo pelo Conselho Municipal de Saúde, do qual fez parte até 13 de setembro de 2023, sendo posteriormente substituído. Na oportunidade, relatou:

A Casa dos Conselhos hoje, desde do mês de janeiro, ela passou a ter uma nova dinâmica e a ter uma vida orgânica, foram mais de 500 a 600 atendimentos presenciais, mais de 70 reuniões, Conselhos que estavam um pouco inertes começaram a ser reativados e eu tenho certeza que muitos Conselhos vão ser reativados com o passar do período [...] deixo o convite a senhora vereadora para que vá até a Casa dos Conselhos, ver como ela está hoje, senti-la, vê-la, ouvi-la, porque hoje ela tem uma nova dinâmica, ela tem vida, ela pulsa e muitos Conselhos, como foi dito, vão voltar a funcionar a medida que as coisas forem sendo desenvolvidas, tendo vida orgânica. Foi liberado pelo executivo, ela deu um posicionamento favorável a nós locarmos um lugar maior, porém, foi dito aqui sobre Rodrigues Alves

7-48, onde era a procuradoria do estado, existe um problema enquanto adequação e investimento que teria que ser feito lá, mas foi dada carta verde para que nós possamos alugar um lugar mais amplo e maior. E inclusive estamos pesquisando para trazer propostas palpáveis para o executivo, para que ela possa juntamente, através da SEBES, alugar um espaço maior para agregar todos os Conselhos (Audiência [...], 2023, 2 h 46 min 06 s).

Antes de concluir sua fala, Ricardo (Audiência [...], 2023, 2 h 49 min 35 s), observa: “[...] existem posicionamentos diferentes, mas o alvo principal é fomentar união dos Conselhos como está sendo feito por meio de reuniões bimestrais, porque não havia isso antes”.

Após a escuta dos representantes dos Conselhos Municipais, Associações de Moradores, Lideranças de Bairro e movimentos sociais, a Audiência passou a ser composta pela resposta dos secretários municipais presentes. Dentre esses inicia-se este relato com destaque as ponderações da senhora Giulia da Cunha Fernandes Puttomatti, secretária da pasta da saúde, recém-chegada ao município, comprometendo-se a apoiar técnica e financeiramente o Conselho Municipal de Saúde - CMS:

Eu sugeri a convite do presidente Claudio, cujo o mandato está vencido desde abril, então nós desde que eu cheguei dia dez, nós já fizemos duas reuniões com a comissão eleitoral, criamos rapidamente a comissão, estamos dando celeridade, está em elaboração, houve ontem à tarde inclusive na secretaria uma eleição dessa comissão eleitoral técnica para a gente dar celeridade [...] logo que nós conversamos na primeira vez já havia tido o entendimento sobre a importância da gente formar e qualificar bons conselheiros de gestão no município, inclusive formalizando um orçamento para essa capacitação, coisa que nunca houve nas secretarias anteriormente, é importante você ter dentro do orçamento uma verba que justifique e precise ser lançada mão para fazer essa atualização. Então sugerimos e foi aprovado prontamente pela prefeita e pelo secretário de finanças, um orçamento de R\$100.000,00 ano para destinação exclusiva a capacitação e representatividade dos conselheiros nesses fóruns, inclusive para deslocamento e tudo que for preciso, isso está previsto, é importante que a gente operacionalize e dê condições reais para isso acontecer (Audiência [...], 2023, 2 h 58 min 25 s).

Assim como Ricardo e Sônia Maria, Giulia (Audiência [...], 2023, 3 h 00 min 42 s), também pontuou quanto à aprovação de nova sede para a Casa dos Conselhos pela prefeita: “[...] isso já foi colocado aqui, a prefeita já se comprometeu em reativar a Casa dos Conselhos, melhorando a infraestrutura, isso foi inclusive transmitido para o Conselho quando da primeira reunião que a gente teve”. Giulia prossegue suas colocações, mencionando o processo conferencial e a regularização do Conselho Municipal de Saúde:

Além disso, estamos com doze delegados representando Bauru na etapa macrorregional da 9ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de São Paulo, então isso pra começar a nossa conversa sobre fortalecimento do Conselho, todos estamos no meio do processo de construção da eleição do Conselho, nós precisamos agora trabalhar com os membros dos Conselhos para acelerar e formalizar a prorrogação do mandato até o final desse processo eleitoral, que já está com uma comissão eleitoral criada, sendo acompanhado, agora, o que nós temos que fazer é dar celeridade a isso, nosso papel em relação ao Conselho não se esgota aí, é um primeiro passo de reorganização e de portas abertas, prestando contas, que é o nosso papel (Audiência [...], 2023, 3 h 01 min 35 s).

Tendo em vista a vinculação da Casa dos Conselhos com a secretaria municipal dedicada à política de Assistência Social, assim como o foco de análise desta pesquisa nos Conselhos Municipais afetos a ela, registra-se a seguir as pontuações da senhora Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo, secretária da pasta, que inicia sua fala retomando sobre a administração da Casa:

[...] de fato ela era gerenciada, toda responsabilidade de custeio, de manutenção, de estrutura, era por parte do gabinete, e aí em 2013 isso passa a ser responsabilidade da SEBES, então isso dentro do orçamento, de tudo que a gente tem, do pessoal que a gente tem. Então quando eu assumi a secretaria eu pedi para que de fato a gente tivesse esse colegiado ativo dentro da Casa dos Conselhos, justamente para que eles pudessem trazer as demandas, para que a gente desse funcionamento, porque desses 39 Conselhos que foram citados, 9 pertencem a SEBES e os demais às outras secretarias. O que a gente vem trabalhando e vem falando com o colegiado, nesse sentido sim, tivemos essa abertura, já foi conversado inclusive com a prefeita, ela deu mesmo aval para que a gente possa procurar um outro local, então o que nós pedimos é que esse colegiado juntamente com representantes do COMUDE e do COMUPI, porque são aqueles que trazem uma demanda maior em termos de acessibilidade, para que a gente procure e tenha esse imóvel adequado. De fato ele é pequeno, ele é uma casa, na verdade, que fica no Estoril, o que a gente precisa de fato é um auditório, até porque tem Conselhos que tem bastante gente participando, e isso já é uma vontade nossa (Audiência [...], 2023, 3 h 02 min 32 s).

Ana Cristina informa ainda sobre a lotação da ATCCC e da equipe específica na Casa dos Conselhos:

O que nós mudamos a partir deste momento, e desde janeiro nós colocamos, porque a SEBES, dentro da sua equipe técnica, nós temos duas assistentes sociais que prestam assessoria para os Conselhos que são ligados à SEBES. Por que não prestam assessoria a todos os demais? Porque nós não temos capacidade técnica para entender tudo que acontece em todas as secretarias, então para todos aqueles Conselhos que são vinculados à SEBES, nós temos essas duas profissionais que lá ficam. Nós encaminhamos para lá uma servidora que é da SEBES para assessoria em termos administrativos, a gente já está pedindo mais um administrativo e

peçoal de limpeza, para manutenção do local, porque isso tem sido solicitado pra gente também em termos de funcionamento mesmo do local e aí independe se está nessa casa que estamos no Estoril ou em outro local mais adequado, que de fato estamos à procura, foi apresentado pelo colegiado para a gente quatro locais dos quais eu pedi para que fosse feita a visita com os membros dos Conselhos, para que a gente tenha esse aval que realmente esse é o local mais adequado, aquele que atende a necessidade de todos, então de fato nós temos várias reuniões que estão acontecendo, outras acontecem em outros setores do município (Audiência [...], 2023, 3 h 04 min 15 s).

Em relação a capacitação e assessoria dos Conselhos, Ana Cristina explica:

Em termos de formação para os conselheiros, que foi algo colocado, a SEBES é sempre requisitada por diversos Conselhos, mesmo aqueles que não são ligados à SEBES, porque nós já temos isso dentro do nosso planejamento, já temos inclusive um setor que chama Capacita SUAS, que é destinado à formação dos trabalhadores do SUAS e também dos conselheiros, e fora isso nós temos os profissionais que vem acompanhando ao longo do tempo toda a formação, todos os Conselhos e até em termos de documentação, como se faz para acessar esses documentos. O que chega para a gente muitas vezes de queixas, é justamente isso: a equipe que lá está, assessora os Conselhos vinculados à SEBES, mas existem questões que eles requerem assessoria de outras secretarias, às quais os Conselhos estão vinculados. Isso é fato que, estando em um local maior, precisa conversar entre poder executivo, nós secretários, quem será o profissional de referência que os Conselhos podem procurar dentro das secretarias para que possam ter esse aval, essa assessoria técnica que a gente fala (Audiência [...], 2023, 3 h 05 min 40 s).

Concluindo sobre o atendimento das demandas levantadas na Audiência Pública, Ana Cristina afirma:

Por isso nós temos essa questão que veio desde 2003, agora faz 20 anos, inclusive o próprio colegiado está se organizando no sentido de ter uma menção, uma comemoração em relação a isso, tem chamado todos os Conselhos para participação que se dará no mês de outubro, se eu estiver errada que alguém me corrija, é nesse sentido da gente procurar de alguma forma fortalecer, porque dentro da SEBES nós temos essa ligação muito direta com todos os Conselhos e a gente sabe a importância disso, não só no sentido das deliberações em termos de recurso financeiro, mas principalmente para que a gente consiga construir junto a política pública. Enquanto a Casa dos Conselhos estiver com a SEBES, enquanto secretária o que eu posso me propor, é que a gente procure atender essas necessidades que têm sido trazidas pelos Conselhos (Audiência [...], 2023, 3 h 07 min 41 s).

Parte-se então para análise da fala final da vereadora Estela Almagro, promotora da Audiência Pública aqui brevemente descrita:

O que eu quero dizer ao encerrar essa audiência pública é que ela não termina nessa primeira, naturalmente, e aqui o debate principal, apesar de

termos passado pelas eleições, por quem é responsável pelas eleições, pelo processo de transparência, pela casa e a funcionalidade dela, pela dinâmica de publicização das reuniões, das eleições, das atas, [...] quando você dentro de um tema não consulta, não dá voz para o controle social você acaba caindo em equívocos desagradáveis, [...] quando a gente diz que acredita no controle social, em cada gesto na sua atuação você tem que fazê-lo, é o que nós faremos daqui para frente no tocante a isso, mas o ponto mais importante dessa discussão de hoje, era isso aqui ó, grana, orçamento, nós podemos alugar uma casa gigantesca, muito bem localizada para fazer a sede, que é importantíssimo, eu defendo mesmo, como abri audiência dizendo. Tem que ser bem localizada, tem que ter acessibilidade, tem que ter equipamento, e acho que ainda faltam uma série de instrumentos para disponibilizar à população as informações, não só as eleições, os debates havidos nos Conselhos em suas atas, mas as políticas públicas é o que tem de mais caro, mais importante, dentro dos Conselhos e é na lei orçamentária que virá em setembro que nós faremos a verdadeira aferição do peso que o governo dará ou não aos Conselhos Municipais, que não adianta falar tem tantos milhões para a SEAR, mas as associações estão sendo ouvidas sobre as prioridades do bairro, e o secretário ao dizer isso para a prefeita será ouvido? Criou-se esse fluxo, demanda, portador da demanda e executor da demanda? É isso que nós vamos precisar discutir, que nós vamos precisar aprofundar, qual pasta? Qual área? Todas (Audiência [...], 2023, 3 h 11 min 10 s).

Estela parte mais uma vez em defesa ao controle social bauruense:

O que nós queremos mudar é um comportamento institucional, que invisibiliza os Conselhos Municipais, essa é a parte mais importante desse debate e ela não se perdeu [...] O que nem tem dinheiro, não tem política, vai ficar no campo da intenção ou da promessa. O Clodoaldo foi muito feliz, o poder continua onde ele sempre esteve, na mão do povo e vocês são porta-vozes desse poder enquanto representantes de organismos de controle social, quaisquer que sejam, deliberativos ou não, tem que ter voz (Audiência [...], 2023, 3 h 14 min 07 s).

Enquanto equipe, os servidores lotados na Casa dos Conselhos, acompanham o cumprimento das demandas colocadas, inclusive das promessas de auxílio, como de entrega, que até o momento não se efetivou, tanto do resumo desta audiência como do arcabouço legal sugerido:

Já falei para vocês, eu vou mandar digitalizado para cada Conselho, para cada presidente de Conselho, espero que os senhores e as senhoras discutam com os conselheiros, essas legislações que eu pretendo apresentar aqui na cidade, isso aqui atrapalha, isso aqui ajuda, isso aqui poderia ser dessa forma, não vou eu que estou defendendo que os segmentos sejam ouvidos, impor uma lei (Audiência [...], 2023, 38 min 58 s).

A vereadora Estela, ainda detalha:

[...] eu pesquisei e fiz um arcabouço que eu quero enviar para todos os Conselhos de algumas legislações que existem em algumas cidades do sul,

de São Paulo, de outros estados, que criam determinados instrumentos para os Conselhos Municipais e não apenas instrumentos mas também cria obrigações, como a divulgação prévia das atas, das datas de reunião no site, a consolidação de acesso das pessoas a quem compõem essas estruturas, por que às vezes as pessoas nos procuram: você sabe quem é do Conselho tal? Critérios para que as eleições e as regras em torno da composição das eleições desses Conselhos possam ser amplamente divulgados (Audiência [...], 2023, 23 min 41 s).

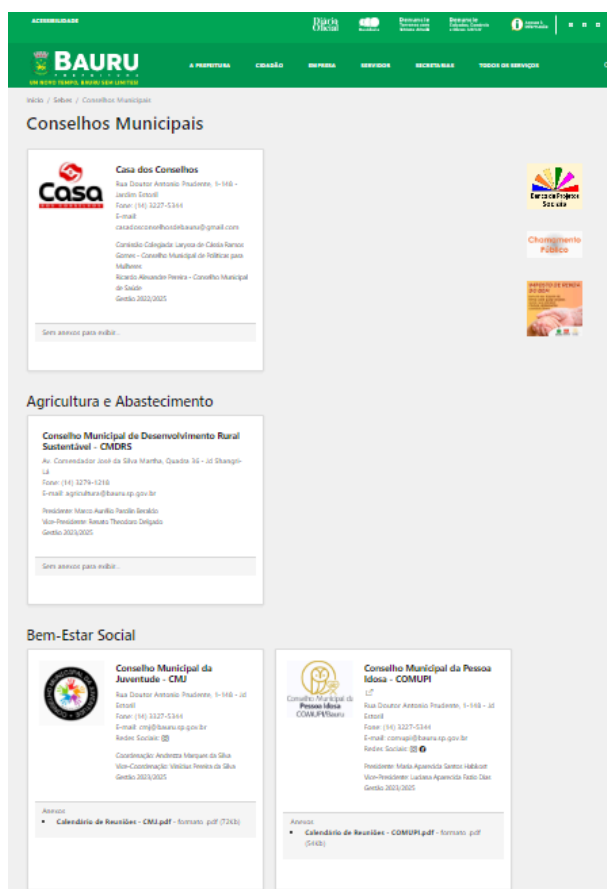
E por fim, foi prevista uma continuidade desta Audiência Pública antes da finalização da LOA, que infelizmente, não aconteceu:

Nós vamos fazer um resumo dos encaminhamentos dessa audiência pública, vamos encaminhar a vocês, como indicativos se estaremos sendo fiéis aos apontamentos feitos aqui, antes de encaminhar isso ao executivo e também para que esse resumo norteie nosso próximo passo, na próxima reunião que nós teremos que não vai demorar não, pois nós temos que fazer esses avanços antes de setembro para que a gente possa fazer valer essas diretrizes que nós apontamos aqui (Audiência [...], 2023, 3 h 15 min 08 s).

Em relação ao prognóstico dado a Casa dos Conselhos, pontua-se duas questões: a falta de reconhecimento dos servidores que ali prestam serviços aos Conselhos e à população, que não foram convocados ou ouvidos, o que acarreta na omissão de projetos já em andamento, como a luta pela Semana Municipal do Controle Social a ser iniciada com uma semana de comemoração dos 20 anos da Casa dos Conselhos em outubro de 2023, uma página exclusiva aos Conselhos no site da prefeitura, o calendário anual das reuniões bimestrais interconselhos e os dados atualizados dos Conselhos ativos; e que, ainda que divulgados no Diário Oficial e no site da prefeitura, não é suficiente para devida comunicação, inclusive para com a Câmara Municipal de Vereadores, que, como apontado na audiência parcialmente transcrita acima, desconhecia até maio e, ainda deve não reconhecer a totalidade do que é realizado, sendo este mais um segmento a ser escutado, os trabalhadores das políticas públicas, reforçando a perspectiva dos usuários.

Demonstra-se a seguir, por meio da Figura 3, como se apresenta a página dos Conselhos Municipais no site da Prefeitura Municipal de Bauru, iniciada em março de 2023, gerenciada pela equipe de Tecnologia da Informação e alimentada pela equipe da Casa dos Conselhos, a partir das informações e solicitações dos Conselhos vinculados:

Figura 3 - Página da Casa dos Conselhos no site da Prefeitura Municipal de Bauru



Fonte: https://www2.bauru.sp.gov.br/sebes/casa_conselhos.aspx

Destaca-se que após a Audiência, três ganhos significativos foram registrados: a concreta destinação de R\$100.000,00 ao Conselho Municipal de Saúde, prometida pela secretária da pasta, prevista na Lei Municipal 7.769 de 11 de dezembro de 2023, que estima a receita e fixa a despesa do município na LOA 2024; a atualização da Lei Municipal 7.715 de 29 de agosto de 2023, aprimorando dispositivos normativos do Conselho Municipal de Educação; e a criação de ficha orçamentária da SEBES, denominada Controle Social, destinada aos Conselhos vinculado à Assistência Social que não possuem fundos municipais próprios.

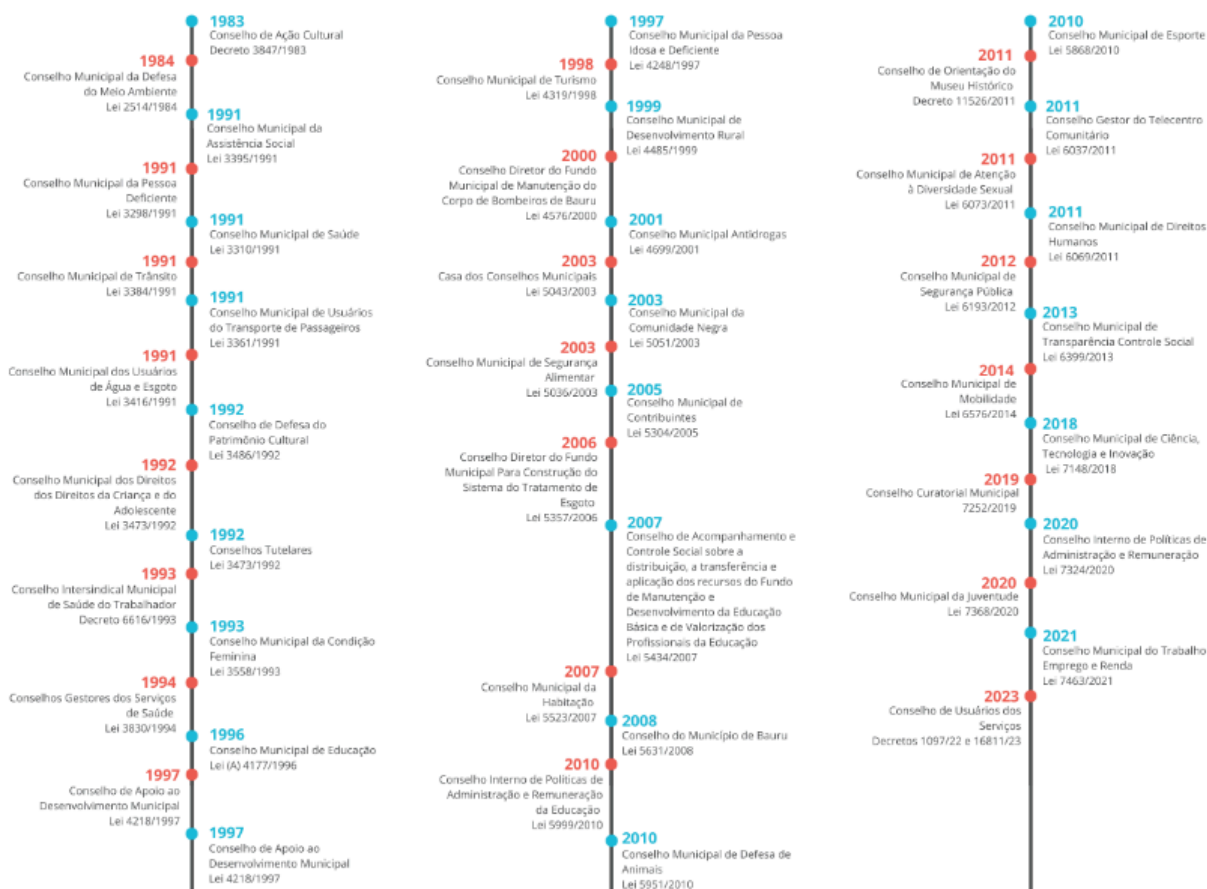
Sobre a mudança de espaço físico da Casa dos Conselhos, em conjunto, os presidentes dos 32 Conselhos ativos e vinculados, solicitaram por diversas vezes uma reunião com a prefeita, senhora Suellen Rosim, entretanto aguardam, sem resposta, desde o dia 14 de agosto de 2023. Até o presente momento da pesquisa, quase um ano após tais relatos, o trâmite ainda se encontra registrado em estágio inicial nos processos administrativos, que se referem tanto a locação de imóvel no centro da cidade, como a cessão de uso do Edifício Pioneiro.

Por não conseguirem o prometido encontro com a prefeita, a Comissão Colegiada da Casa dos Conselhos, com duas novas membras, ainda aguardando a indicação do terceiro membro por parte do Conselho Municipal de Saúde, convocaram reunião com a senhora Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo, secretária municipal da SEBES, no dia 29 de janeiro de 2024. Nesta oportunidade, compareceram 12 presidentes de Conselhos, os quais depois repassaram o conteúdo discutido ao grupo de *WhatsApp* dos presidentes e vices de Conselhos Municipais, aplicativo que possui 47 membros até o momento.

A reunião concluiu com a previsão para o fechamento de contrato de locação de salas no calçadão comercial central de Bauru, Batista de Carvalho, se aprovadas pelos engenheiros da Secretaria de Obras, até o mês de março de 2024. E que esta alternativa se apresenta mais viável que a cessão do Edifício Pioneiro, o qual necessita de diversas reformas e não atende a urgência de mudança da sede dos Conselhos.

Ao verificar as informações gerais de todos os Conselhos apresentadas na Audiência Pública descrita, foram constatadas, algumas divergências com os dados levantados e atualizados pela Casa dos Conselhos. Para melhor visualização, as informações coletadas diretamente das legislações municipais foram transportadas para a Figura 4, esta que difere a data de criação do Conselho, das datas de suas legislações atuais, sendo esta de fato, uma linha do tempo que marca a criação dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos:

Figura 4 - Linha do tempo dos Conselhos Municipais de Bauru



Fonte: autoria própria.

Para facilitar a análise comparativa entre os Conselhos e as secretarias, e o entendimento do contexto geral dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos, apresenta-se também o Quadro 2, atualizado quanto a atividade, vinculação, existência de Regimento Interno, natureza, paridade, regulação de Fundo Municipal, mídias sociais e atualização da gestão em vigência:

Quadro 2 - Relação dos Conselhos Municipais vinculados à Casa dos Conselhos

Ativo	Nº	Vinculação	Nome do Conselho	Regimento Interno	Natureza	Paridade poder público e sociedade e civil	Possui Fundo Municipal	Link de site, página da web ou @ das mídias digitais	Atual Gestão
SIM	1	SEBES	CMAS	SIM	Deliberativa	30 e 30	SIM, FMAS	NÃO	2022/2024
SIM	2		CMDCA	SIM	Deliberativo e controlador	20 e 20	SIM, FMDCA	https://sites.bauru.sp.gov.br/cmdca/Default.aspx https://www.facebook.com/mdcabauru/ https://www.instagram.com/mdcabauru/	2022/2024

SIM	3		COMUPI	SIM	Deliberativo, consultivo e fiscalizador	26 e 26	SIM, FUMPI	https://sites.bauru.sp.gov.br/comupi/ https://www.instagram.com/comupi_bauru_pessoaidosa/ https://www.facebook.com/comupibauru2021/	2023/2025
SIM	4		COMUDE	SIM	Deliberativo, consultivo e fiscalizador	20 e 20	Em implantação	https://www.facebook.com/COMUDEBauru/ https://www.instagram.com/comudebaurusp/	2021/2023
SIM	5		CADS	SIM	Consultivo	12 e 12	NÃO	https://www.facebook.com/cadsbauru/ https://www.instagram.com/cadsbauru/	2023/2025
SIM	6		CMPM	SIM	Deliberativo e consultivo	20 e 20	Em implantação	https://www.instagram.com/conselhodamulherbauru/	2023/2025
SIM	7		COMSEA	SIM	Consultivo, articulador e fiscalizador	16 e 32	NÃO	https://www.facebook.com/comseabauru/	2022/2024
SIM	8		COMAD	SIM	Consultivo, normativo e deliberação	18 e 18	SIM, FUMPAD	https://www.instagram.com/comadbauru/	2023/2025
SIM	9		CMJ	SIM	Consultivo	20 e 20	NÃO	https://www.instagram.com/cmjbauru/	2023/2025
SIM	10	SAGRA	CMDR	SIM	Consultivo	4 e 28	SIM, FDR	NÃO	2023/2024
SIM	11	CULTURA	CMCN	SIM	Consultivo e fiscalizador	5 e 15	NÃO	https://m.facebook.com/p/Comunidade-Negra-de-Bauru-100069151931743/ https://www.instagram.com/comunidadenegrabauru/	2023/2025
SIM	12		CODEPAC	SIM	Consultivo	8 e 8	NÃO	https://sites.bauru.sp.gov.br/codepac/	2023/2025
SIM	13		CMPC	SIM	Consultivo, deliberativo e fiscalizador	12 e 12	NÃO	https://www.facebook.com/profile.php?id=100064631594876/ https://www.instagram.com/cultura_bru/	2023/2025
SIM	14	SEDECON	CADEM	SIM	Consultivo	8 e 14	NÃO	NÃO	2022/2024
SIM	15		COMTUR	SIM	Deliberativo consultivo e fiscalizador	8 e 13	NÃO	https://sites.bauru.sp.gov.br/comtur/comtur.aspx https://www.instagram.com/comtur.bauru/	2022/2024
SIM	16		COMTI	SIM	Consultivo	16 e 30	SIM, FACTI	NÃO	2023/2026
SIM	17		CTRE	NÃO	Deliberativo	6 e 12	SIM	NÃO	2022/2024
SIM	18	EDUCAÇÃO	CME	SIM	Consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo e fiscalizatório	22 e 34	NÃO	https://sites.bauru.sp.gov.br/cme/camara_fundeb.aspx	2021/2023
SIM	19		CAE	SIM	Consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo e fiscalizatório	2 e 12	NÃO	https://sites.bauru.sp.gov.br/cme/camara_cae.aspx https://www.instagram.com/cae_bauru/	2022/2026

SIM	20		CACS FUNDEB	SIM	Consultivo, propositivo, mobilizador, deliberativo, normativo e fiscalizatório	10 e 12	NÃO	https://sites.bauru.sp.gov.br/cme/camara_educacao_basica.aspx	2023/2026
SIM	21	SEMEL	CES	SIM	Consultivo, normativo, disciplinar, deliberativo e propositivo	8 e 18	SIM, FMDE	https://www2.bauru.sp.gov.br/semel/conselho_esporte.aspx	2022/2024
NÃO	22	GABINETE	COMUSP	NÃO	Consultivo	16 e 16	em formação	NÃO	em formação
SIM	23		CMM	SIM, DO 14/11/2015	Consultivo, propositivo, fiscalizador e de assessoria	30 e 30	SIM, FMM	https://www.facebook.com/cmmmbauru/ https://instagram.com/mobilidade_bauru	2022/2024
SIM	24		CMDH	em formação	Consultivo e fiscalizador	8 e 16	em formação	https://sites.bauru.sp.gov.br/cmdh/ https://www.facebook.com/cmdhbauru/	em formação
NÃO	25		CMTCS	em formação	Consultivo, deliberativo, avaliador e fiscalizador	8 e 34	em formação	NÃO	em formação
SIM	26		CONSEG Centro-Sul	NÃO	Deliberativo	20 e 10	em formação	https://www.facebook.com/profile.php?id=615512195389	em formação
SIM	27		COMUPDA	Lei 5951/2010 e Lei 7343/2020	Consultivo e deliberativo	14 e 14	SIM, FMFA	https://www.facebook.com/comupda.bauru/ https://instagram.com/comupda.bauru/	2022/2024
SIM	28	SEMMA	COMDEMA	SIM, DO 12/11/2022	Consultivo, deliberativo e de assessoramento	30 e 30	SIM, FMMA	https://www2.bauru.sp.gov.br/semma/comdema.aspx	2023/2025
SIM	29	SEPLAN	CMH	SIM, Resolução 48 CMH	Deliberativo	14 e 28	SIM, FMH	NÃO	2023/2025
SIM	30		CMB	Resolução 001/2021 - DO 17/04/21	Deliberativo	24 e 42	SIM, FMDU	https://www2.bauru.sp.gov.br/seplan/conselho_municipio.aspx	2022/2024
SIM	31	SAÚDE	CMS	SIM	Deliberativo	10 e 46	SIM	https://www.facebook.com/ConselhoMunicipalDaSaudeBauru/ https://www2.bauru.sp.gov.br/saude/conselhos.aspx	2022/2024
NÃO	32		CIMST	NÃO	Consultivo	6 e 6	NÃO	NÃO	2022/2024
SIM	33	EMDURB	CUTPMB	SIM, Decreto 8595/1999	Consultivo	4 e 30	NÃO	https://www.emdurb.com.br/conselhousuarios	2023/2024
SIM	34	DAE	COMUSAE	SIM, Decreto 12517/14	Consultivo	12 e 22	NÃO	NÃO	2022/2024

Fonte: autoria própria.

De forma sintética, a análise da Audiência Pública em questão justifica a dedicação direcionada ao relato da mesma, pois esta permite conclusões sobre o conjunto das falas registradas, as quais revelam as percepções dos atores sociais envolvidos acerca do papel e da importância dos Conselhos, e de como o poder público cumpre com sua responsabilidade de garantia do controle social democrático, permitindo uma interpretação sobre os conflitos e interesses que reverberam nos espaços de controle social do município, desmascarando, não de forma generalizada, por meio da luta dos Conselhos pela superação do estigma e da prática cartorária e pró-forma, certo antagonismo com prefeita e seus secretários municipais.

Ainda que a proposição desta iniciativa demonstre esforço direcionado à aproximação, a distância entre os Poderes e os Conselhos é ainda denotada por meio da participação na Audiência de menos que 50% dos 32 Conselhos ativos, também exemplificada pelos editais e legislações citadas que foram erroneamente aprovadas, sem a consulta de tais órgãos, que poderiam ofertar consultoria específica e assertiva, pela ausência de consulta aos dados e servidores da Casa dos Conselhos.

Ressalta-se que as conclusões da Audiência corroboram com os esforços de união transdisciplinar entre os Conselhos enquanto uma potente ferramenta para a qualificação das políticas públicas em Bauru. Os resultados alcançados demonstram que as Audiências, se acompanhadas de outras formas de reivindicação, documentação e acompanhamento das demandas após a dissolução da mesa e da plenária, ainda se constituem como espaços viáveis de apoio à mobilização do direito, tendo em vista os avanços conquistados por meio desta ocasião.

Entretanto, é indiscutível o acordo com os partícipes ao apontarem a desresponsabilização do governo local, demonstrado pela falta de apoio, publicização, diálogo, suporte físico e técnico, a insuficiência da estrutura da Casa dos Conselhos, a falta de conhecimento e priorização que culmina na descontinuidade entre as gestões e na inativação de Conselhos com legislações vigentes, indicação de servidores à revelia dos mesmos, que comumente não possuem condições ou interesse em atuar de fato, com qualidade e comprometimento ao ocuparem a função de conselheiros representantes do poder público, ainda que, no discurso, reconheçam a importância do controle democrático,

sendo necessária os meios para a garantia de seu real funcionamento, em detrimento às composições meramente protocolares.

Uma das demandas levantadas na Audiência, além do relacionamento com as secretarias, que viabilize tanto a fiscalização como um trabalho conjunto, é a atenção às legislações municipais. Essa normatização, além de manter os Conselhos atualizados em relação às pautas nacionalmente discutidas, visa colaborar com a garantia do caráter permanente de tais instituições participativas, para que não restem vulneráveis ao sucateamento e suscetíveis estratégias político-partidárias.

A importância dos Conselhos aparece repetidamente vinculada à captação de recursos, entretanto cabe destacar que seu papel relaciona-se prioritariamente ao apontamento de demandas, prioridades e à otimização dos recursos públicos de acordo com o interesse público, por meio do acompanhamento e da fiscalização. Para isso, a Audiência apontou para a urgência de aproximar as deliberações dos Conselhos e das conferências à LDO, para que de fato haja influência, de ordem pública e democrática, nas diretrizes orçamentárias do município.

Como exposto pela vereadora proponente, a Audiência não alcançou, em apenas uma reunião, seu objetivo principal: criar mecanismos que possibilitem incorporar as construções periódicas dos Conselhos na LDO, superando debates meramente diagnósticos, mas desenvolvendo estratégias de superação dos diversos entraves já conhecidos, apontando para o acúmulo da necessidade de escuta, demonstrado pela quantia de conteúdo represado.

Ainda assim, ao cumprir com o papel de escuta, levantou questões como as dificuldades de conciliar trabalho, vida pessoal e atuação honorífica nos Conselhos, por parte dos conselheiros, que muitas vezes mantêm essa posição com recursos próprios, como para transporte, alimentação e capacitação, como exemplificado, demonstrando que, além de não ser estimulado, o controle social depende do interesse, das condições e da dedicação de seus voluntários.

Desvela-se, portanto, a precarização da relação: portador da demanda e executor da demanda, expressa na ausência de governança sobre questões sociais que se relacionam com mobilidade, juventude e direitos LGBTQIAPN+, por exemplo, restando aos Conselhos oxigenar e fomentar, por meio do debate e da mobilização, a inovação das políticas públicas territoriais.

Por sua vez, as manifestações de resistência ao sucateamento por parcela dos conselheiros, alertam-nos quanto às lacunas de atuação do poder público, que deixam transparecer seu entendimento quanto à urgência dos problemas públicos pautados, reforçam o caráter neoliberal da estrutura governamental, que cumpre de forma protocolar com os princípios de controle, mas também reprime, invisibiliza, desprestigia ou negligencia a organização popular coletiva, como expressa na participação social, nas associações de moradores e nos Conselhos, por exemplo.

Após a apresentação do contexto, resta a escuta da perspectiva dos partícipes, ultrapassando apenas a atenção à presidência ou representação de cada Conselho, para reconhecimento do perfil daqueles que têm mantido o funcionamento dessa estrutura de controle social, tanto enquanto servidores indicados pelo poder público, quanto membros da sociedade civil, que desempenham suas funções de conselheiros enquanto trabalho honorífico. Para tal, foi desenvolvido junto à ATCCC, mediante a aprovação da secretaria municipal da pasta, senhora Ana Cristina de Carvalho Sales Toledo, questionários enviados virtualmente aos 9 Conselhos Municipais vinculados à SEBES, enquanto recorte de análise em meio ao universo de 32 Conselhos ativos, tendo em vista o limite de tempo e a priorização de profundidade e qualidade para o estudo proposto.

Este questionário, que só permite respostas anônimas, também foi validado na banca de qualificação desta pesquisa, composto por 35 perguntas, dentre as quais apenas 5 são abertas e 2 em caráter dissertativo, as demais 28 perguntas foram estruturadas para respostas fechadas, por meio de alternativas. As primeiras 29 perguntas se dedicam à construção do perfil desses conselheiros e as 6 demais, à avaliação das atividades e de tais estruturas participativas.

Algumas das perguntas objetivam análises específicas para alguns dos Conselhos, como o entendimento sobre o perfil geracional, a orientação sexual, o gênero e a realidade socioeconômica retratada por meio da escolaridade e da profissão dos conselheiros e seus genitores, por exemplo, com base em análises sociológicas. Muitas dessas perguntas tiveram por vezes sua intencionalidade questionada por parte dos participantes, que demonstraram surpresa, por exemplo, ao saber que existe no município um Conselho específico sobre diversidade sexual e de gênero.

Enquanto a descrição contextual e a análise documental buscam a perspectiva ecológica, considerando os ecossistemas dos participantes em ação, o

questionário visa reconhecer o perfil e a avaliação dos atores. A motivação de tais perguntas baseia-se na crença que a diversidade dos atores pode contribuir para a democratização da estrutura participativa por meio de perspectivas e vivências plurais, reconhecendo que, como exposto por Thomas Dye e Luciana Tatagiba na introdução, nem sempre essa poderá ser uma afirmação, mas que a constatação de crônica homogeneização do perfil, pode sim ser interpretada como normalização de um projeto hegemônico de sociedade, direcionando as análises não apenas aos atores, mas às suas ações.

Para aprimorar a diversidade e a pluralidade de tais Conselhos, primeiro é necessário conhecer o atual contexto. Sendo assim, analisar o perfil dos conselheiros é o primeiro passo para o planejamento de ações de qualificação e fortalecimento democrático de tais instituições, aferindo a adesão dos Conselhos às pautas do cenário público, como o debate de gênero e raça, abordando a legitimidade das representações por grupos e indivíduos notoriamente dedicados a defesa de pautas igualitárias, também relacionadas a gênero, sexualidade, juvenicídio periférico, defesa dos povos originários e tradicionais. Lutas estas que envolvem a dimensão de classe, normalmente não debatida, evitando-se discussões quanto ao Estado patrimonialista, com padrões relacionais clientelistas como, por exemplo, com as mulheres negras, que sofrem todo tipo de violação de direitos, para as quais “o Estado sempre foi um Estado de exceção e que a democracia para elas nunca passou de uma miragem” (Tatagiba et al, 2022, p.22).

Para registro do método do estudo de caso ampliado e alcance dos objetivos da pesquisa, os próximos subitens descrevem as principais informações e a observação participante quanto a cada um dos 9 Conselhos Municipais vinculados à Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês da Secretaria do Bem-Estar Social, também já contemplados neste panorama dos Conselhos municipais vinculados à Casa dos Conselhos, seguido da análise dos resultados dos questionários encaminhados pela ATCCC, quanto ao perfil dos conselheiros e a avaliação das atividades, acompanhado da totalidade das respostas de cada Conselho, anexas no final desta dissertação.

4 Breve histórico dos Conselhos Municipais vinculados à Assistência Social em Bauru

4.1 COMAD e a Política de Redução de Danos

O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas, conhecido no município pela sigla COMAD, foi criado em 6 de julho de 2001 junto ao Sistema Municipal Antidrogas, por meio da Lei Municipal 4.699. Entretanto, na época, era nomeado como Conselho Municipal Antidrogas. Seu novo nome acompanha as atualizações técnicas sobre o tema, regulamentado por meio da Lei Municipal 6.030, de 14 de março de 2011, tendo o caput de seu artigo 1º alterado pela Lei nº 6.464, de 13 de dezembro de 2013, e ganhado uma nova redação para o artigo 9º, na Lei Municipal 6.670 de 21 de maio de 2015.

De acordo com a legislação vigente, são suas atribuições: Promover a atuação coordenada e a integração dos órgãos municipais, governamentais ou não, dos movimentos comunitários organizados e das representações das instituições existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço de combate ao uso indevido de álcool e outras drogas; Formular, apreciar, aprovar, acompanhar e manter atualizadas as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos da Política Municipal sobre álcool e outras drogas; Cadastrar, fiscalizar, orientar e emitir parecer técnico sobre o funcionamento e a metodologia adotados por instituições públicas e privadas que, no âmbito do município, promovam atividades de prevenção, recuperação, tratamento e reinserção social para os que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas, priorizando nessas atividades o modelo psicossocial e as evidências científicas; e acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos de seu Fundo Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e outras Drogas – FUMPAD.

O COMAD é de composição paritária em número total de 36 membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 18 representantes do poder público e 18 da sociedade civil. Ressalta-se que os conselheiros titulares e suplentes possuem a mesma responsabilidade e compromisso ético-político de construir uma Política Municipal sobre Álcool e Outras Drogas. Por sua vez, esta deve dispor de estratégias de redução de danos sociais à saúde e à vida, do usuário de álcool e outras drogas, seus familiares e entorno, por meio do enfrentamento coletivo dos

problemas relacionados ao consumo e ao abuso, por meio da intersetorialidade e da integralidade de políticas públicas específicas e nacionalmente reconhecidas.

A atual gestão do COMAD tomou posse em 24 de julho de 2023, após a publicação do Decreto 16.894, de 12 de julho de 2023, que nomeia os integrantes para o biênio 2023-2025. Como grande desafio, a atual gestão, sob a presidência da senhora Bruna Pessenda e vice-presidência de Magna Gabriella Viganó Cavalcanti, possui a continuidade dos trabalhos da gestão anterior, incluindo as dinâmicas relacionais com o poder executivo local.

A prefeita de Bauru, em consonância com os já revogados Decretos 9.759 e 9.812 de 2019, do ex-presidente Bolsonaro, a quem se manteve aliada, reproduz o cerceamento aos Conselhos Municipais, como exemplificado nos ataques sofridos pelo COMAD em 2023.

No dia 9 de fevereiro de 2023, a prefeita Suéllen Rosim recorreu a suas redes sociais particulares para gravar vídeo em caráter de esclarecimento e crítica a folder do COMAD, ainda em desenvolvimento, para ação de Redução de Danos no carnaval. Transcrevendo as palavras do vídeo publicado por meio de seu Instagram, a prefeita diz: “um folder que está sendo produzido pelo COMAD, esse folder traz apologia ao uso de drogas”; afirma ainda que é “um completo absurdo, primeiro que a prefeitura não tem absolutamente nada a ver”, “vamos inclusive notificar o Conselho para que não haja continuidade dessa elaboração e muito menos a impressão desse tipo de material” (Rosim, 2023). Como forma de ilustrar a manifestação da Prefeita Municipal, segue a Figura 5, publicada no site do Jornal da Cidade:

Figura 5 - Reprodução das mídias sociais da Prefeitura Municipal de Bauru



Fonte: Moraes, 2023b.

Em reportagem de Tisa Moraes, no Jornal da Cidade, principal jornal local, publicado em meio físico e digital através do JCNET.com.br, do dia 14 de fevereiro de 2023, com os respectivos título e olho: “Prefeitura diz que Comad não pode divulgar cartilha para o Carnaval- Segundo o Executivo, pôlder com cuidados ao consumir álcool e outras drogas só poderia ser distribuído com aval da Sebes”.

A Prefeitura de Bauru informou que o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas de Bauru (Comad) não possui autonomia para executar medidas sem a autorização da Secretaria Municipal do Bem Estar Social (Sebes), pasta à qual está subordinado. Assim, segundo a administração, o órgão não tem poder para imprimir e distribuir o pôlder que estava elaborando para alertar usuários de álcool e outras drogas sobre os cuidados ao consumir substâncias psicoativas (Moraes, 2023a).

A matéria acrescenta ainda que:

“O conselho tem caráter consultivo, ou seja, de análise e proposta sobre determinado assunto, bem como normativo, que trata da interpretação de

assuntos de sua responsabilidade. O conselho, portanto, não tem poder executório ou autonomia", esclareceu a prefeitura nesta segunda-feira (13), a pedido do JC (Moraes, 2023a).

Sem atribuir o nome de sua fonte, identificando o autor do discurso como a “prefeitura”, a matéria continua:

“Seus atos devem ser efetivados pela secretaria responsável, não tendo a liberalidade de executar medidas definidas em deliberação colegiada, e que devem estar em acordo com a política municipal antidrogas e com a política de trabalho da pasta a qual está vinculada. Sendo assim, não teve nenhuma autorização da secretaria responsável”, completou. [...] todos os integrantes do órgão que atuam em secretarias foram convocados a participar de uma reunião pública na Câmara Municipal para, justamente, discutir a recente orientação elaborada pelo Comad sobre políticas públicas sobre drogas. Por iniciativa do vereador Eduardo Borgo (PMB), o encontro ocorrerá das 10h às 13h (Moraes, 2023a).

Nesta oportunidade³⁸, que ocorreu no dia 16 de fevereiro de 2023, em que foram chamados apenas os conselheiros representantes do poder público para prestar esclarecimentos, ignorando os membros da sociedade civil, o vereador Borgo além de receber explicações sobre a política nacional de redução de danos, comparou a redução de danos relacionada a álcool e outras drogas à distribuição de preservativos para estupradores:

Eu não tenho doutorado ou mestrado, mas 17 anos advogando na área criminal a gente acaba, nós sabemos que infelizmente existe estupro de vulnerável, existe pedofilia, e nem por isso entendo que deveria fazer uma cartilha ensinando, por exemplo, estuprador a usar um preservativo ou um lubrificante para estuprar uma criança. Desculpa o exemplo é forte, mas me perdoa (Reunião [...], 2023, 42 min 56 s).

Por sua vez, o jornalista Nelson Itaberá (2023) em sua nota no site Contraponto, denominada “N. 405 Suéllen erra e para sindicato assedia servidores na política de redução de danos”, afirma:

ERRA DUAS VEZES

Como chefe de governo, a jornalista e prefeita Suéllen Rosim expôs, indevida e injustamente, servidores indicados pelo próprio governo e, ainda, representantes da sociedade civil ao dar divulgação pública de conteúdo ainda em elaboração de folder para posterior aplicação específica prevista na Política Nacional de Redução de Danos. Membros do Comad, conselho independente e que não se vincula à vontade ou posição religiosa-política

³⁸ <https://legisvideos.bauru.sp.leg.br/video/1121>

da prefeita, apontaram hoje, com documentos, que no último dia 7 de fevereiro foi aprovado, em ata, a elaboração de conteúdo para ação (dirigida) no período de carnaval (Itaberá, 2023).

Quanto à redução de danos, Itaberá profere: “Não adianta partir para o erro de juízo de valor moral, ou de posição pessoal neste campo. É tema científico... O erro, de origem, está, entre outros, exatamente em por peso religioso nisso...”. Diversas instituições nacionais, como projetos de extensão universitárias, se mobilizaram para demonstrar apoio ao COMAD Bauru. O jornalista Nelson Itaberá (2023) continua:

Ficou decidido, pelo grupo do Comad, a elaboração de conteúdo (folder) com texto a ser apreciado pelos membros. Mas a prefeita correu às redes sociais, à noite, de forma afoita, para atacar os integrantes do Comad. Errou duas vezes porque, como chefe de governo, atuou como militante pessoal em relação a tema que não conhece, expôs servidores e membros da sociedade ao crivo (perigoso) do "justiçamento" moral e ainda, tornou o conteúdo (para poucos, dirigido) massificado por sua ação. Fez, praticou, no fim, o inverso da não disseminação de suposta apologia ao uso de drogas (Itaberá, 2023).

O acesso da prefeita ao conteúdo ainda em desenvolvimento e em posse apenas dos próprios conselheiros também foi questionado pela presidente do Conselho, senhora Magna Viganó Cavalcanti, na Reunião Pública promovida na Câmara Municipal. O sindicato, também presente, se manifestou em apoio, assim como os Conselhos Profissionais das categorias de Serviço Social e Psicologia. Itaberá (2023) acrescenta:

A avaliação do Sindicato dos Servidores Municipais é de que a prefeita é quem tem de ser representada pelos prejuízos que cometeu aos terceiros. Contraditoriamente, a prefeita costuma reagir, como jornalista, quando considera que alguma matéria foi divulgada sem ouvir o "lado da administração". E ela tem razão neste caso! O governo de Suéllen de fato dificulta o acesso a informações públicas, a assessoria de imprensa do governo não é instância facilitadora da obrigação de dar transparência, mas um portão de represamento de dados, conteúdos.
[...] A reação impulsiva, ou proposital, da prefeita impediu que se inteirasse do conteúdo e estágio da discussão. Ou seja, no mérito é evidente que o governo municipal deve exercer sua função de ponderar o formato e linguagem para conteúdos de ações, em políticas públicas.
Bastava o senso de chamar, conversar... antes de correr para a rede social para espalhar um folder, em elaboração (Itaberá, 2023).

Para que se compreenda a posição relegada aos Conselhos Municipais em Bauru, como no caso do COMAD, é que se propôs o acompanhamento dos

desdobramentos e a conclusão deste episódio, que parece ser emblemático para a discussão de autonomia, participação e controle social, pois, por vezes, a compreensão de controle social parece estar mais atrelada com o controle da sociedade pelo poder público que o contrário.

Os dois lados foram ouvidos pelas autoridades competentes, pois o vereador Borgo prestou queixa à DISE - Delegacia de Investigações de Entorpecentes da Polícia Civil, e a prefeita enviou o caso ao Ministério Público, via Promotoria de Saúde, endereçado ao promotor Enilson Komono. Entretanto, até o fim de janeiro de 2024, o processo permanece arquivado, sem manifestação, tendo o Conselho recebido os ofícios: nº01/2023 do 1º Cartório DISE e o ofício nº10/2023 da 2ª Promotoria de Justiça Aux., solicitando esclarecimentos por parte da polícia.

Em resposta aos referidos ofícios foram, respectivamente, elaborados os ofícios 002/ de 15 de fevereiro de 2023 e 005/ de 04 de julho de 2023 do COMAD, que apresentam, dentre uma série de referências científicas sobre a Política Pública de Saúde específica à Redução de Danos, um compilado dos fatos, narrados pelo próprio Conselho:

Diante de toda a comoção pública iniciada a partir da divulgação da chefe do executivo, os representantes do colegiado buscaram amparo no Ministério Público de São Paulo, tendo solicitado uma reunião com o ilustríssimo promotor Dr. Fernando Massele Helene, em 16 de fevereiro de 2023, visando a orientação preliminar sobre condutas pertinentes, visto que o COMAD, por ser órgão deliberativo de controle social, possui autonomia em relação ao poder executivo.

Nesse sentido, discutiram quais seriam os procedimentos no âmbito civil, criminal e administrativo que poderiam adotar para se resguardarem diante da efetiva publicização do conteúdo. Esse ato lesou de forma contundente a visibilidade que o órgão detém, afetando, até mesmo, os membros do conselho. Parte dos membros são servidores e profissionais da área, com décadas de experiência no trato com usuários de drogas e tiveram seus nomes e cargos maculados pela atitude, s.m.j., inconsequente da prefeita que valendo-se de seu cargo, por meio de live, acabou por expor tais pessoas e os fatos de forma precipitada.

Contudo, até o momento, o colegiado não pautou pela iniciativa das representações possíveis (nas diferentes esferas jurídicas), pois além de lidarem com o desgaste de toda essa situação, o colegiado passou pelo processo de Pleito Eleitoral, e está em transição de gestão, aguardando a posse dos conselheiros eleitos para a gestão 2023-2025, motivo pelo qual a Sra. Magna Gabriella Viganó Cavalcanti ainda se encontra no cargo de Presidente até a eleição de nova Diretoria Executiva na reunião que ocorrerá em 11 de julho de 2023 (COMAD, 2023).

Até o momento, não houve relato de nenhuma penalidade administrativa direcionada aos conselheiros representantes do poder público convocados para a

Reunião Pública provocada pelo vereador Borgo, descrita acima, entretanto, analisando as atividades do Conselho ao longo do ano de 2023, percebe-se grande desmotivação por parte dos servidores públicos que esvaziaram as reuniões subsequentes, como demonstra o registro das atas, estendendo-se inclusive ao enfraquecimento das reuniões da nova gestão.

Como consequência, percebe-se, portanto, o enfraquecimento do Conselho e a manutenção de suas atividades por resistência de cerca de 4 membros mais atuantes, envolvidos e ativos. Quanto às suas intervenções, destaca-se que após o ocorrido, o coletivo Bem Te Vi, de redução de danos, se aproximou ainda mais do COMAD, testificando a importância do envolvimento da sociedade civil e dos movimentos sociais nos Conselhos, que, ainda de que forma voluntária ou honorífica, como preferem nomear os teóricos, esses atuam sem “amarras” administrativas. Em relação à cartilha e à intervenção para redução de danos no carnaval, tanto de 2023 como no de 2024, não ocorreram devido à forte pressão social.

Recentemente, em primeiro de fevereiro de 2024, houve nova Reunião Pública convocada pela vereadora Estela Almagro, por provocação do Coletivo de Redução de Danos, Bem Te Vi. Desta vez a reunião fora denominada como: “Ações sobre a Política de Redução de Danos no Carnaval 2024”, registrada por vídeo no Canal da TVCâmara Bauru³⁹. Na oportunidade, o representante do Conselho Regional de Psicologia, aproveitou para enaltecer o trabalho da Casa dos Conselhos no ano de 2023, adjetivando-o como legado à democracia bauruense.

4.2 CADS, a linguagem não binária, sua recomposição e a articulação nacional pela diversidade sexual e de gênero

O Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual - CADS foi criado por meio da Lei nº 6.073, de 18 de maio de 2011. Sua composição é paritária, sendo integrado por 12 membros titulares, sendo 06 do poder público e 06 da sociedade civil, com seus respectivos suplentes.

O CADS possui caráter consultivo e tem como principal função assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas

³⁹ https://www.youtube.com/watch?v=GSJE5SwQA_A&ab_channel=TVCAMARABAURU

LGBTQIAPN+, ainda que em sua legislação ainda se encontra grafado como “orientação GLBT (gay, lésbica, bissexual e transgêneros)”. Seu objetivo versa sobre sensibilizar, mobilizar, implementar e divulgar ações, com articulação intersetorial e interinstitucional entre as demais Políticas Públicas com vistas à garantia de direitos desta população.

Mesmo antes da criação deste Conselho, o movimento LGBT local tem buscado transformar suas necessidades e demandas em políticas públicas que de fato revertam as vicissitudes que assolam o segmento, atuando firmemente na articulação nacional e intersetorial, na institucionalização de propostas e na mobilização do direito, via Ministério Público, Defensoria, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, como exemplificado pela criação da Associação Bauru pela Diversidade - ABD, Organização Não Governamental, em 2008, data que marca a primeira edição da denominada Parada da Diversidade, em consonância com as reconhecidas “Paradas Gay” no território nacional. A Parada de Bauru chegou a ser reconhecida como a segunda maior do Estado de São Paulo, superando a marca de 50 mil participantes.

Em 2010, ressalta-se a instituição da "Semana de Combate ao Preconceito e a Discriminação", realizada na quarta semana do mês de agosto, por meio do Decreto Municipal nº 5.972 de 27 de setembro de 2010, que atribui a responsabilidade de articulação desta semana à SEBES.

Destaca-se que a aprovação deste projeto de lei não ocorreu sem que houvessem intensos debates, e o principal deles, pautava-se na necessidade de ampliar a discussão identitária LGBT às demais formas de opressão existentes, negando que o segmento fosse priorizado. Ainda assim, tendo em vista a promoção anual de grandes eventos e a histórica sobreposição do envolvimento do CADS na Semana Municipal, tal data permanece sendo reconhecida como principal alusão à luta pelos direitos da comunidade LGBT.

Nesta mesma semana, acontece a entrega do Prêmio “Eu faço a diferença”, quando em todos os anos são escolhidas por meio de organizações escolhidas pela ABD, pessoas, empresas e entidades que fazem a diferença na promoção da inclusão social e no combate ao preconceito, à discriminação e à desigualdade em diversos aspectos.

Ainda em 2010, outro fato marca o pacato cotidiano bauruense, Naomi Sayox, mulher trans, se inscreveu para participar do concurso “Rainha do Carnaval” da

Secretaria Municipal de Cultura, que por sua vez, sentiu-se obrigada a criar uma nova categoria, surgindo, também em parceria com a ABD, um novo concurso, denominado “Rainha da Diversidade”, que até então, é realizado em todos os carnavais da cidade.

Após a aprovação da "Semana de Combate ao Preconceito e a Discriminação", iniciou-se grande movimentação popular para fomento à criação do CADS, conquistada no ano seguinte, em 2011.

Em 18 de agosto deste mesmo ano, o Diário Oficial do município publicou a Portaria SEBES nº 099 de 16 de agosto de 2011 que convocou a primeira Conferência Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, considerando a necessidade de implantação da Política Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, realizada nos dias 24 e 25 de agosto com o tema “Por um País livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais- LGBT”.

Ainda que Bauru seja destaque no Estado de São Paulo enquanto um município tradicionalmente conservador, ressalta-se que a cobrança para que o município efetuassem a criação de Conselho Municipal viria apenas em 2013, por parte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, via ofício-circular nº16/2013, assinado por seu presidente Gustavo Bernardes, endereçado ao prefeito da época, senhor Rodrigo Agostinho.

O surpreendente protagonismo de Bauru na pauta LGBT estende-se também ao primeiro registro, em 2012, de uma Certidão de Casamento entre pessoas do mesmo sexo, declarando Charles Bulhões e Cauê de Oliveira, marido e marido, após a justiça conceder o direito de converter a união estável dos dois em casamento.

Em 2014 conquistou-se a aprovação da Lei Municipal nº 6.525, de 26 de junho de 2014, que “dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de transexuais e travestis nos registros municipais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências”.

Por sua vez, o ano de 2017, foi um dos mais movimentados, colocando Bauru na mídia mundial. O primeiro fato foi a escalção de Tiffany Abreu, mulher trans, no time de vôlei Sesi-Bauru, habilitando-a para disputar a Superliga feminina; sendo assim, Tiffany passou a ser a primeira atleta trans a jogar em um campeonato oficial

de nível profissional no Brasil. Em sequência, a aprovação do Decreto Municipal nº 13.475 em 04 de agosto de 2017, que institui o Cadastro Municipal e a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Município de Bauru, tornando-se a primeira cidade do país a expedir um documento oficial para respeito ao nome social, na impossibilidade de regularização efetiva do RG e do CPF. Documento financiado pela SEBES e emitido por meio da Cáritas Diocesana, conferindo efetividade à referida Lei Municipal 6.525 de 2014.

Em 12 de novembro de 2020, foi inaugurado junto ao Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA, órgão da Secretaria Municipal de Saúde onde são realizados testes rápidos de HIV, Hepatites, Sífilis e administração de PEP e PrEP, profilaxias pré e pós contato com HIV, o Ambulatório de Assistência à Saúde de Pacientes Travestis e Transexuais de Bauru, conhecido como Ambulatório TT. Além de acompanhamento médico geral, o ambulatório possui assistente social, psicólogo e enfermeiros, disponibilizando tratamento ginecológico, urológico e hormonioterapia, de segunda-feira, das 17h às 21h.

Outro caso protagonizado por Bauru nas redes sociais de todo país, com amplo alarde e comoção social, também relacionado a pauta LGBT, foi a disputa travada entre a rede de *fast food*, McDonald's e a prefeita Suellen Rosim, em novembro de 2021. Figuras políticas locais, o vereador Borgo e o vereador Serginho Brum, já haviam gravado e postado um vídeo⁴⁰ em suas redes sociais sobre a existência dos banheiros unissex, mas foi o vídeo de uma senhora bauruense⁴¹ que fez o caso ganhar repercussão, ainda que no vídeo dos vereadores, o senhor Luiz Eduardo Borgo já houvesse proferido frases como:

O McDonalds está utilizando o banheiro individual unissex, banheiro para homem e para mulher, tentando colocar na cabeça de nossas crianças a ideia da não-binariedade, da neutralidade de gênero, enfim, tudo isso que vocês vem acompanhando pela internet, pela televisão pela imprensa[...] o banheiro, pelo que a gente viu aqui, ainda é individual, mas é uma forma de já trabalhar na cabeça de nossas crianças essas histórias que vocês vem acompanhando, e nós iremos lutar contra isso aí (Vereadores [...], 2021, 15s).

Por sua vez, a mídia local vincula a imagem da mulher que popularizou seu conteúdo, com uma conhecida militante do fenômeno político intitulado como “Bolsonarismo”, senhora Fátima Aparecida Pleti, que anos depois foi julgada pelo

⁴⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=umzb71Lt7M8>

⁴¹ <https://www.youtube.com/watch?v=sLtUeb8QN2E>

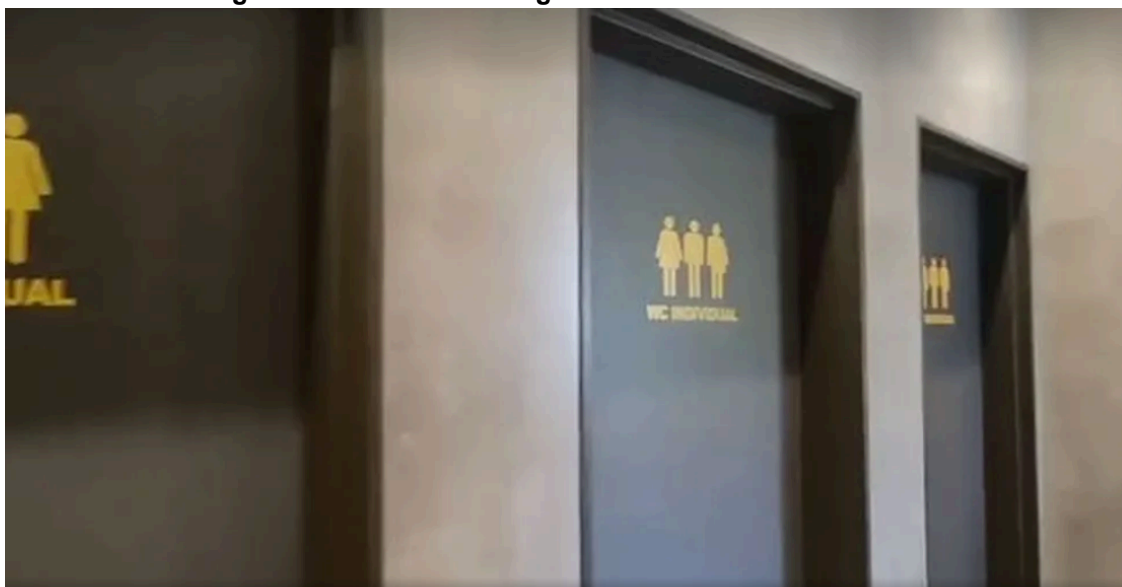
Supremo Tribunal Federal e detida em Brasília por sua participação e organização de caravana para os eventos golpistas e de vandalização que ocorreram nas sedes dos poderes em 8 de janeiro de 2023. Ressalta-se que não foram encontradas evidências de serem a mesma pessoa, pois não há registro do vídeo em suas redes sociais.

O vídeo se tornou mundialmente conhecido, pois, a senhora chega a repetir por mais de três vezes que a rede McDonald's é comunista, e que tal medida de universalização dos banheiros, além de nojenta, provém do comunismo:

Gente, é um absurdo, tô aqui no McDonald's, olha isso aqui, todos os banheiros olha, todos os banheiros, tem que fechar essa imundice desse comunista, em todas as cidades, aqui é a cidade de Bauru, eu não admito isso na minha cidade, eu não quero usar um banheiro com homem e com mulher, onde todo mundo usa o mesmo banheiro, de jeito nenhum, eu sou contra isso, tá, eu sou contra, eu não aceito eu quero que todos os vereadores de Bauru dêem um jeito nisso e que cada cidade, cuidem das suas cidades, vigiem os banheiros públicos de todos os lugares, restaurantes, McDonald's principalmente porque está aqui ó, McDonalds, olha o que eles estão fazendo, quero que todos vigiem sua cidade, todos, é um absurdo, criança usa o mesmo banheiro, mulher, é um absurdo isso, é o comunismo na nossa cidade de Bauru, uma vergonha isso, uma pouca vergonha, McDonald's comunista, nunca entrei nesse lugar, é a primeira vez que entro para nunca mais entrar, que absurdo gente, que absurdo, é muito absurdo, é nojento, chega a ser nojento. Olha isso gente ó, aqui ó, Nações Unidas, é um absurdo isso (McDonald's [...], 2021, 1 s).

Ainda que protagonizando diversas notícias nos mais variados tipos de mídias sociais e canais comunicativos nacionais e de renome internacional, assim como diversos shows de humor e *stand-up comedy*, a senhora foi levada a sério pela Prefeita Municipal de Bauru. A prefeitura, por meio da Vigilância Sanitária, interpretou que a iniciativa do Mc Donald's feria os Artigos 95 e 96 da Lei Municipal 3.832 de 1994, o Código Sanitário de Bauru, emitindo nota oficial, autuando a franquia. Pois como demonstra a Figura 6 a seguir, não haviam banheiros específicos e exclusivos aos gêneros feminino e masculino:

Figura 6 - Banheiros Multigêneros do Mc Donald's Bauru



Fonte: Assis, 2021.

Nesta oportunidade, diversas redes jornalísticas solicitaram declarações da presidência do CADS Bauru, o que pode ser verificado na internet, como exemplificado por notícia da filial regional do site globo.com:

‘Ações afirmativas, públicas ou privadas, vocacionadas a combater opressões históricas, sistemáticas e estruturais, como a criação de banheiros “agênero” não devem ser vistas como suspeitas ou indesejadas, mas como imperativos da igualdade em nossa sociedade’, ressalta Taylise Rochelli Zagatto, presidente da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB e do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. Além disso, Taylise comenta que o uso de banheiros por transgêneros, de acordo com o gênero que estes se identificam, encontra amparo nos direitos da personalidade e na dignidade da pessoa humana, previstos na Constituição Federal.

Ela ainda salienta que na defesa do estado democrático de direito e de uma sociedade plural e diversa, não é admissível que as instituições reproduzam discriminação e comportamentos de um grupo dominante sobre uma minoria.

Taylise também reforça que no Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão foi debatida e que os municípios que visavam ‘a censura no debate sobre identidade de gênero e orientação nas escolas, tiveram a sua inconstitucionalidade declarada pela nossa Corte Suprema’ (Assis, 2021, on-line).

Ainda como exemplo dos grandes desafios deste Conselho no município de Bauru, o mesmo vereador, também citado anteriormente no caso do COMAD, Luiz Eduardo Penteado Borgo, filiado ao PSL até fevereiro de 2022, quando passou para o PMB, foi autor de Projeto de Lei que tentou proibir o uso da linguagem neutra em

Bauru, iniciado em 25 de outubro de 2021, registrado por meio do Processo 254/2021, que, em sua exposição de motivos, seu próprio propositor, discorre:

Trata-se de Projeto de Lei que VEDA expressamente a utilização da denominada "linguagem neutra" do "dialeto não binário" ou qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa na grade curricular e no material didático de instituições de ensino públicas ou privadas, em documentos oficiais das instituições de ensino, em editais de concursos públicos, assim como em ações culturais, esportivas, sociais ou publicitárias que recebam verba pública de qualquer natureza, no âmbito do município de Bauru (Bauru, 2021, p.3).

Para que fosse dada continuidade ao Projeto de Lei, o Processo fora encaminhado à Consultoria Jurídica, em 09 de fevereiro de 2022, o procurador Arildo de Lima Júnior, redigiu:

Ao determinar como o Poder Executivo, através de seus órgãos, deve proceder na formulação de seus documentos, invadi esfera administrativa, ficando patente a ofensa ao princípio da harmonia e separação dos Poderes, incorrendo em inconstitucionalidade formal.

Praticamente, o município não possui nenhuma capacidade legislativa sobre educação, como preconiza a Constituição Federal em seus art. 22, 24 e 30, cabendo-o executar os encargos da educação infantil e fundamental, mas não legislar sobre tais matérias, a não ser no devido respeito aos encargos próprios de seu sistema de ensino (pessoal, gestão, financiamento e administração), exceção feita ao piso salarial do ensino básico, demonstrando que, se a intenção do presente busca tal propósito, incorreria também em vício de iniciativa.

[...]Neste sentido, pelo exposto, em que pese a nobre iniciativa e motivação do digno autor do presente projeto de lei, Processo de nº 254/21, sob olhar estritamente jurídico, verifica-se a presença de elementos que promovem sua inconstitucionalidade, assim, essa Consultoria Opina que o mesmo não merece ter o seu processamento legislativo continuado por afrontar princípios apontados (Bauru, 2021, p. 08 e 09).

Para posicionamento da Chefe do Executivo, o Processo foi novamente encaminhado para parecer, desta vez na Procuradoria Jurídica, quando em 08 de março de 2022, Elton Johnny Petini, concluiu da seguinte forma:

Assim sendo, entendo que padece de inconstitucionalidade o presente projeto de lei por ter tratado de matéria que pode ser - ou já é - disciplinada pela União por meio do Ministério da Educação, ou pelo Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Educação, e por violar a prerrogativa da iniciativa do projeto de lei pelo Executivo, ferindo-se o princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, previsto no art. 5º da Constituição Federal e estendido pelo art. 144 da Constituição Estadual aos Municípios, caracterizando-se manifesta ingerência do Poder Legislativo sobre o Executivo, o que deve ser rechaçado (Bauru, 2021, p. 17).

Por fim, ante aos posicionamentos do Processo, Borgo solicitou a retirada do Projeto de Lei em 01 de abril de 2022. Por sua vez, questiona-se, qual foi o envolvimento do CADS - Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual, enquanto colegiado consultivo durante o processo de discussão deste projeto, tendo em vista a especificidade da pauta e sua instituição desde 18 de maio de 2011, através da Lei Municipal 6.073/2011, que também relaciona suas atribuições:

- I - assessorar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse das pessoas com orientação GLBT (gay, lésbica, bissexual e transgêneros);
- II - propor aos secretários municipais o desenvolvimento de atividades que contribuam para a efetiva integração cultural, econômica, social e política dos seguimentos GLBT;
- III - analisar e avaliar propostas de parcerias, convênios, termos de cooperação e outros afins, que forem endereçados às Secretarias Municipais;
- IV - propor, avaliar e acompanhar a realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e atualização, na sua área de atuação, a serem ministrados no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, bem como da sociedade civil (organizações não-governamentais);
- V - fomentar o estabelecimento de laços de cooperação entre o Poder Público e as instituições acadêmicas, autárquicas, organizações profissionais, empresariais, culturais e outras relacionadas às suas atividades;
- VI - pronunciar-se sobre matérias que lhe sejam submetidas pelos secretários de governo municipal;
- VII - colaborar na defesa dos direitos das pessoas com orientação GLBT, sobretudo por todos os meios legais que se fizerem necessários; e
- VIII - elaborar seu regimento interno (Bauru, 2011, p.1)

Dentre as lutas internas e próprias ao CADS e seus conselheiros, encontra-se a atualização de sua Lei de instituição para alteração da natureza consultiva para deliberativa, abertura de fundo municipal e acréscimo da questão de gênero dentre as suas normatizações e também em sua nomenclatura.

Ressalta-se que em 28 de julho de 2023 encerrou-se o mandato da gestão CADS 2021/2023. Desta forma, já em 03 de junho de 2023 fora publicado o Edital e Regimento do Pleito Eleitoral da Gestão CADS 2023/2025, após eleição e acordo de Comissão Eleitoral própria. Durante o processo de redação do Edital notou-se que, historicamente, desde sua instituição, as 12 cadeiras da sociedade civil deste Conselho eram indicadas por apenas uma organização de defesa da pauta LGBTQIAPN+, a anteriormente referida ABD, que possui fundadores e membros da diretoria filiados a partidos de centro como MDB e PSDB, desempenhando cargos

políticos na Câmara Municipal de Bauru, enquanto base do governo, em um município que possui diversas organizações plurais que lutam nesta mesma pauta.

Sendo assim, e tendo em vista que para o pleito CADS 2023/2025 até os próprios membros da Comissão Eleitoral constituem diferentes movimentos sociais e organizações que lutam contra a LGBTfobia, a organização da assembleia de eleição foi embasada pelo artigo 5º da Lei Municipal 6073/2011, que institui o Conselho:

Os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão indicados por entidades de defesa à diversidade sexual, com personalidade jurídica, sede e atuação no Município de Bauru há pelo menos 02 (dois) anos e indicados à Secretaria do Bem-Estar Social – SEBES, por meio de ofício, devendo constar a qualificação dos eleitos para nomeação do Prefeito Municipal de Bauru (Bauru, 2011).

Seguindo tais critérios, foi realizado diagnóstico municipal para levantamento de organizações que atendessem aos requisitos solicitados pela Lei. Por meio deste, a ATCCC conseguiu mobilizar 10 organizações de luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+ em Bauru. Resultando em 23 candidatos habilitados para concorrer às 12 cadeiras da sociedade civil, conforme publicado no Diário Oficial do Município de Bauru em 29 de junho de 2023.

A escolha dentre os habilitados ocorreu por meio de reunião plenária em 17 de julho de 2023, conduzida pela Comissão Eleitoral, quando os próprios candidatos puderam votar entre si quem seriam os 12 conselheiros da sociedade civil, titulares e suplentes, e o cadastro reserva em caso de substituições durante os dois anos de mandato. Após acordo entre todos os presentes o processo foi montado e encaminhado para os devidos trâmites na Secretaria de Negócios Jurídicos.

Em meio ao processo de pleito, logo no final da Gestão CADS 2021/2023, a presidente do Conselho, senhora Taylise Rochelli Zagatto e mais um membro do Conselho, senhora Amanda Bassoli, de acordo com a escolha do pleno, foram convidadas para um encontro com os Conselhos Municipais do Estado de São Paulo que defendem a garantia de direitos à população LGBTQIAPN+ e a diversidade sexual e de gênero. Evento esse que aconteceu em São João da Boa Vista no dia 22 de julho de 2023. A Secretaria Municipal do Bem-Estar Social conduziu as representantes por meio de viatura e motorista da pasta e o evento significou grande impulso articular e motivador às inovações pretendidas pelo CADS Bauru.

Cabe destacar que dentre os 645 municípios paulistas, apenas 22 possuem Conselhos Municipais formalizados especificamente direcionados à pauta da diversidade sexual, alguns deles inativos a exemplo da própria cidade de São Paulo, tornando-se alarmante a necessidade de fomento à discussão nacional quanto à importância desses espaços no país que, pelo décimo quarto ano, mais mata pessoas trans e travestis no mundo (Benevides, 2023). Sendo assim, o CADS Bauru está entre os 12 Conselhos Municipais ativos no Estado de São Paulo.

Consta publicado no Diário Oficial de 05 de agosto de 2023, o Decreto nº 16.966, de 04 de agosto de 2023, de nomeação dos novos conselheiros do CADS para gestão 2023/2025. A posse dos mesmos ocorreu no dia 10 de agosto de 2023, no auditório do gabinete do poder executivo municipal. Os trabalhos iniciais do pleno elegeram Amanda Bassoli como nova presidenta do CADS Bauru e se dedicaram para a reorganização administrativa e regimental do Conselho.

Um dos grandes desafios do CADS Bauru é instituir no município, assim como os demais Conselhos, um movimento conferencial específico, em consonância com o movimento nacional, inédito no município, ainda que a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, tenha acontecido em Brasília, de 06 a 08 de junho de 2008; seguida da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBTs, realizada de 15 a 18 de dezembro de 2011, com o tema: “Por um País livre da pobreza e da discriminação, promovendo cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”; e da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada de 25 a 27 de abril de 2016, com o tema: “Por um Brasil que criminalize a violência contra LGBT”. Por fim, a 4ª Conferência Nacional em defesa desta pauta, foi convocada em 2018, entretanto, não foi realizada, descontinuando-se, até então, o movimento conferencial LGBT no país.

Para alcance deste objetivo, em 01 de novembro de 2023 foi aberto o processo administrativo 165.208/2023, que solicitava ao poder público a viabilização do acesso para os representantes do CADS Bauru ao 1º Encontro Nacional dos Conselhos LGBTQIA+, promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+. Tendo em vista a aprovação do custeio do transporte, da alimentação e da estadia, compareceram no evento em Brasília, nos dias de 07 a 10 de dezembro de 2023, a

senhora Amanda, presidente do CADS e o senhor Wesley Machado Fucciolo, conselheiro representante do poder público, indicado pela SEBES. De acordo com a comunicação oficial do evento via e-mail, esta oportunidade objetivava viabilizar diálogo entre Conselhos Estaduais e Municipais sobre o andamento e a gestão das políticas públicas pertinentes, com vistas à apreensão do panorama dos Conselhos nos diferentes territórios brasileiros e à coleta de subsídios para a construção da Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+.

Logo após a referida atividade nacional em Brasília, em 26 de dezembro de 2023, o atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, convocou por meio do Decreto 11.848/2023 a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras.

O Decreto prevê que a atividade ocorrerá de 14 a 18 de maio de 2025, em Brasília-DF, com o tema "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+". As principais organizações envolvidas serão: Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, presidido pelo ministro Silvinho Almeida e a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

O Decreto menciona ainda que as conferências municipais deverão ocorrer entre 2 de janeiro e 30 de junho de 2024, enquanto as estaduais devem ocorrer de 01 de julho de 2024 a 28 de fevereiro de 2025, prevendo ainda o período de novembro de 2024 a fevereiro de 2025 para as conferências livres.

Dentre os objetivos citados, destaca-se elaborar as diretrizes do Plano Nacional de Promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania das Pessoas LGBTQIA+ e implementar políticas públicas destinadas ao enfrentamento da discriminação.

Até o momento, nenhum comunicado oficial foi recebido pelo CADS ou pelo município, restando os responsáveis em aguardo para as providências quanto a realização da etapa conferencial municipal em Bauru, assim que devidamente capacitados pelos documentos federais.

4.3 Conselhos de Assistência Social: espaços de questionamento de um Estado de desigualdade social

Os Conselhos de Assistência Social foram implementados a partir da década de 1990, ressaltando a criação do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social em 1993, instituído pela LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, e a primeira Conferência Nacional de Assistência Social em 1995.

Por sua vez, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Bauru, foi criado por meio da Lei Municipal nº 3.395, de 11 de outubro de 1991, com o principal objetivo de promover a integração das ações assistenciais desenvolvidas na cidade, como a proteção à família, à maternidade, à criança, ao adolescente, ao idoso e às pessoas com deficiência. A mesma Lei Municipal também deu origem ao Fundo Municipal de Assistência Social, gerido com a participação do CMAS.

Em 1996, a Lei Municipal nº 4.147 de 25 de fevereiro, revoga a Lei de 3.395 de 1991, entretanto, poucas foram as alterações sofridas, ressaltando-se seu caráter deliberativo, participativo, permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, na época, composto por 28 membros do poder público e 28 da sociedade civil, ou seja, 56 conselheiros entre titulares e suplentes.

Em 06 de dezembro de 2001, por meio da Lei nº 4.764, sua instituição fora atualizada, elevando o número de cadeiras para 60 conselheiros, tornando-se assim um dos maiores Conselhos do município e o maior vinculado administrativamente à SEBES.

Seu principal objetivo é aprovar a política municipal de Assistência Social, fixando normas para inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, procedendo às inscrições e a fiscalização das mesmas. Cabe também ao CMAS orientar e controlar o Fundo Municipal de Assistência Social, órgão da Administração Pública, gerido pela Secretaria do Bem Estar Social, responsável por captar e aplicar os recursos destinados a esta política pública.

Muitos foram os avanços desta política pública no Brasil, principalmente no governo Lula (2003 a 2011). Com destaque para a aprovação do SUAS – Sistema único de Assistência Social na Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, e sua implantação, em 2005, e a concepção do FNTSUAS – Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS em 2009, na VII Conferência Nacional de Assistência Social; ainda que nesta época o contexto se caracterizava como de “refluxo dos

movimentos sociais, de despolitização da questão social”, pois vivenciava-se a criminalização dos movimentos sociais e a fragmentação das lutas de classes, como aborda Bravo (2011, p. 54-55).

Em 2014, no governo da presidenta Dilma Rousseff (2011 a 2016), ressalta-se a criação do FNU-SUAS - Fórum Nacional dos Usuários do SUAS. Entretanto, com a queda desse governo, o cenário político e democrático no Brasil reinicia um novo período de crise, e como resposta às tentativas de desmonte do SUAS após o golpe de 2016, surge nesse mesmo ano a Frente Nacional em Defesa do SUAS, que mobilizou mais de 300 entidades de todo país com seu manifesto, em uma luta organizada contra a barbárie e o conservadorismo, pela política pública e garantia dos direitos sociais.

Em consonância, neste mesmo período, após a eleição do presidente Bolsonaro, nos meses de março e abril, o Ministério da Cidadania decidiu por não realizar a Conferência Nacional de Assistência Social em 2019, e o CNAS, foi palco de debates entre o governo e as representações da sociedade civil, do CONGEMAS – Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social e do FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social.

Como resposta, um grande movimento social fora organizado, articulado pela Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social. Este, construiu resistência ao mobilizar trabalhadores e usuários da Assistência Social e ao realizar as Conferências Democráticas de Assistência Social, discutindo pautas como o sucateamento da política em detrimento aos benefícios e serviços socioassistenciais e as tentativas de silenciamento dos Conselhos, dentre outras. Um dos informes construídos por este movimento trouxe a seguinte análise:

[...] estamos vivendo um cenário de grandes retrocessos em políticas e direitos sociais. O que presenciamos é o desmonte dos sistemas públicos estatais. Na Assistência Social não é diferente, já que a partir de 2016 não ocorreu mais pactuações que ampliassem os serviços socioassistenciais ou recursos para os atuais implantados. Além do congelamento dos recursos diante das medidas impostas pela Emenda Constitucional nº 95/16, a proposta de reforma da previdência atinge diretamente o SUAS, seja pelas possibilidades da situação de miséria atingir milhões de brasileiros com as novas regras propostas pelo governo federal para o Benefício de Prestação Continuada, ou pelas demais alterações no sistema previdenciário que inviabilizam a Seguridade Social solidária, democrática e universal (CNDAS, 2019, p. 4-5).

Diante deste contexto, a Assistência Social encontrou grande desafio, e junto à população, travou nova batalha em fevereiro de 2020, quando se iniciou a pandemia COVID-19 no Brasil. Esta que acirrou desigualdades e potencializou a sociabilidade digital individualista e burguesa de um sistema capitalista. Cotidianamente, sentimos as mudanças nos processos coletivos e na convivência comunitária. Os efeitos atravessaram não apenas a saúde individual e pública, considerando-se a necropolítica aplicada, mas também as interações sociais, familiares e laborais.

Como destacado, vivemos em um país marcado por profundas desigualdades e essa estrutura desigual promove também condições particulares para a produção de doenças em sujeitos com diferentes inserções de classe, raça/etnia, gênero e sexualidade. Esse processo rebate diretamente nas possibilidades de se prevenir, curar e tratar da COVID-19, uma vez que o vírus tem como forma de prevenção básica, a chamada etiqueta de higiene e o distanciamento social- o que não é possível de ser efetivado para grandes contingentes da população brasileira (CASTRO et al., 2021, p. 116).

Nesta soma de efeitos pandêmicos com um governo ultraliberal, a Assistência Social foi compreendida como serviço essencial à população, conforme Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020), junto à política de saúde, e constituiu a linha de frente no combate à pandemia e aos profundos impactos que esta surtiu nas classes subalternas. Enquanto diversos setores governamentais fecharam suas portas físicas, os equipamentos da Assistência Social ampliaram suas ofertas e atendimentos desde o início da pandemia em 2020, e assim permaneceram em 2021 e 2022; isso, mesmo sem o devido financiamento e adequado recebimento de recursos, sob mudanças significativas, como a substituição do Programa Bolsa Família pelo Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, e com a criação de Programas Sociais Estaduais, de forma autoritária, sem diálogo ou consulta à sociedade civil, representada nos Conselhos em todas as esferas de governo.

Em que pese o status de essencialidade que os serviços do SUAS receberam com a pandemia, não há como não discutir as condições em que tal política pública vem sendo gestada e, ao mesmo tempo, a necessidade, agora maior que antes, de mobilização social para garantia do acesso a direitos fundamentais através da participação dos mais plurais segmentos sociais para os quais a Assistência Social fora criada para atender, como forma de resistência a tantos retrocessos.

Em 2021, o processo conferencial da política de Assistência Social foi proposto pelo CNAS, com destaque em seu terceiro eixo de discussão: “Controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS e a importância da participação dos usuários”. Seus Informes 1 e 4, trouxeram as seguintes perguntas como questões norteadoras, despertando-me a curiosidade necessária a propor esta pesquisa:

1. Quais os caminhos para se estimular e ampliar a participação dos usuários em fóruns, conselhos e outros espaços de participação popular e do exercício do controle social? 2. Quais os grandes obstáculos para o exercício do controle social em uma perspectiva de defesa e garantia de direitos? 3. Como os CRAS, CREAS, CENTRO POP e entidades socioassistenciais podem contribuir para a consolidação de um paradigma de gestão democrática e participativa? 4. Quais estratégias podem ser ofertadas para garantir a participação qualificada dos usuários nos conselhos? 5. Como sensibilizar e estimular a participação dos usuários no controle social do SUAS? 6. Que estratégias devem ser utilizadas para garantir a participação dos trabalhadores do SUAS nos conselhos? (CNAS, 2021, p. 18-19).

Entretanto, a pandemia impôs limites físicos a processos os quais já apresentavam diversas dificuldades. Intensificou a virtualidade, dificultou o acesso, aprofundou o isolamento, reduziu a convivência comunitária, sobrecarregou o SUS – Sistema Único de Saúde, expôs a população que depende exclusivamente deste sistema de saúde, a qual sobreviveu, com menores possibilidades de distanciamento social, à uma doença letal e de alto contágio, que encobriu sorrisos, abafou nossas vozes e dificultou nossa respiração. Fenômeno que reverberou em mim enquanto assistente social, na época coordenadora de um CRAS e conselheira titular do Conselho Municipal de Assistência Social de Bauru, de maneiras que atravessaram as esferas profissionais e pessoais, visto que também tive a saúde comprometida por três comprovadas contaminações de coronavírus, sendo portadora de doença autoimune.

Em meio ao adoecimento das equipes, da falta de acesso da população usuária do SUAS, da escassez de recursos financeiros, efetivar a proteção social e realizar a mobilização das conferências em 2021 foi um grande desafio. Diversas foram as estratégias utilizadas, pois:

O direito à participação social assegura ao SUAS, portanto, seu caráter democrático e participativo, como espaços privilegiados para o exercício do protagonismo e da luta por direitos, vocalizando a diversidade de demandas da sociedade brasileira e o empoderamento dos cidadãos. O SUAS tem no conjunto de suas seguranças socioassistenciais, ou seja, tem dentre seus

compromissos publicamente declarados e assumidos, o do desenvolvimento da autonomia, que dialoga diretamente com o exercício da participação social. Dessa forma, promover a participação permanente e qualificada dos usuários - nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua - CENTRO POP, Centros Dia, nas Unidades de Acolhimento, entidades socioassistenciais e nos conselhos, dentre outros - é imperativo para que se possa afirmar que as ações estão sendo ofertadas na perspectiva da garantia de direitos [...] (CNAS, 2017, p.8).

Dau, Palassi e Silva (2019), em estudo sobre consciência política e participação da sociedade civil no Conselho de Assistência Social do município de Vitória-ES, direcionam o foco para os atores e não para o funcionamento da estrutura do Conselho. Utilizam-se do modelo analítico de consciência política de Sandoval (2001) para interpretação dos posicionamentos dos partícipes e concluem que as diferentes representações da sociedade civil (trabalhadores, usuários e entidades) possuem distintas identidades coletivas, formas de atuação e sentimentos, como de justiça e eficácia política, afirmando também a existência de entraves até que nesses espaços ocorram diálogos efetivos entre o governo e a sociedade civil.

Por sua vez, em artigo sobre a participação e a efetividade dos Conselhos de assistência social na gestão desta política pública, a partir dos dados do Censo SUAS de 2012, Carlos, Silva e Almeida (2018), constroem dois índices: o Índice de Efetividade da Participação - IEP, referente a qualidade da participação, e o Índice de Gestão Municipal - IGM, quanto ao desempenho da gestão. Estudam condições e efeitos da participação e duas condicionantes, o pertencimento regional e o porte populacional. Em consonância com o índice de Gini, afirmam que, nos municípios de pequeno porte, ainda que os Conselhos sejam normalmente menores em estrutura e qualidade institucional, devido à menor complexidade da gestão, o efeito destes, nos resultados da política municipal de assistência social, é maior.

Martins e Jacinto (2021), concluem, em publicação sobre a (des)coordenação federativa do SUAS de 2016 a 2020, quanto a falta de financiamento e responsabilização das esferas estadual e federal, tendo em vista que os gastos municipais com a Assistência Social são muito maiores que os demais, para qualificação da implementação da política nos territórios, incluindo para efetiva viabilização dos espaços de controle social, tendo em vistas a perspectiva *bottom up* que parte das propostas e intervenções dos Conselhos Municipais às esferas

superiores, como o movimento conferencial. Acrescenta que a partir do golpe presidencial de 2016 as medidas ultraneoliberais adotadas, a tensão moralizante e descoordenação intergovernamental diminuíram o investimento nas políticas públicas, enfraquecendo a proteção social e atropelando o pacto federativo e as deliberações das instâncias democráticas.

Já a pesquisa sobre o controle social e a gestão dos recursos públicos da Assistência Social na pandemia COVID-19, de Barreto e Feres (2021), apresenta as experiências vividas em 2020 e 2021 em dois Conselhos Municipais de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro, Macaé e Campos dos Goytacazes, ao discutir os desafios da proteção social, a autonomia, o controle social dos recursos destinados à Assistência Social durante a pandemia e a proclamação da economia em detrimento à vida, pelo governo Bolsonaro, observando-se ações descoordenadas entre os entes federativos, a falta de diálogo, o desfinanciamento da política de Assistência Social e as fragilidades das gestões locais.

Em 2022, foi publicado na revista Opinião Pública, artigo sobre efetividade e institucionalização dos Conselhos de Assistência Social, por meio da análise de padrões e variações da participação nos municípios brasileiros de 2012 a 2018, de Almeida, Ribeiro, Carlos e Silva, (2022). Este, com o foco na efetividade deliberativa, apresenta dados do Censo SUAS (2012-2018) para analisar o perfil, padrões de decisão e condições de funcionamento de tais instituições participativas, subnacionais, as quais, em análise longitudinal, demonstraram-se uniformes. Ao apresentar o Índice de Efetividade da Participação de caráter empírico - IEP-E, em sua conclusão, descreve o funcionamento dos Conselhos como estável, sugerindo ainda desestabilização entre 2016 e 2017, datando o início de constrangimentos à participação e o início do desmonte da política de Assistência Social.

Ao examinar as interações entre Estado e Sociedade, na política de Assistência Social, de 2004 a 2020, Santos (2021), em artigo sobre a participação dos usuários na política de assistência social, dialoga sobre ativismo institucional, movimentos sociais e instituições participativas, além dos Conselhos e Conferências. Faz referência a comunidade política, dentro e fora da esfera estatal, institucional e extrainstitucional, como o Fórum Nacional de Usuários do Sistema Único de Assistência Social e a Frente Nacional em Defesa do SUAS e da Seguridade Social, destacando a complexidade, a fluidez e a forte influência das

interações socioestatais na construção e na execução da política de Assistência Social.

O Índice de Estrutura Institucional - IEI e o Índice de Arquitetura Participativa - IAP foram utilizados por Martelli, Tonella e Coelho (2021) para analisar dez segmentos de políticas públicas, em artigo sobre a estrutura institucional e a arquitetura participativa. Os autores concluíram, a partir de uma visão multidimensional das capacidades estatais, que a Assistência Social se classifica como forte nas duas estruturas, institucional e participativa, a partir do pressuposto que quanto mais sólida for a estrutura institucional, maior a probabilidade das deliberações também se solidificarem. Demonstram que a história da Assistência comprova a importância das comunidades de política para a consolidação e expressão de seus valores essenciais na execução de uma política pública.

Desta forma, demonstra-se, em consonância ao estudo de Carla Bezerra et al. (2022a), que, na perspectiva federal, a inserção da comunidade e a estrutura proporcionada pelo desenho institucional dos Conselhos Municipais de Assistência Social, se testifica de fato em maior resiliência desta política pública frente a possíveis futuros desmontes, assim como tem demonstrado no breve histórico traçado nas páginas anteriores.

Quanto à realidade municipal, ainda que durante um governo de extrema direita, tanto no poder executivo quanto legislativo, a gestão atual do CMAS de Bauru, biênio 2022/2024, foi nomeada pelo Decreto Municipal nº 16.457, de 13 de dezembro de 2022 e tomou posse em 15 de dezembro de 2022. As reuniões do CMAS são realizadas em formato híbrido, presenciais na Casa dos Conselhos e online por meio da aplicação *Google Meet*, de acordo com o calendário anual das reuniões ordinárias, aprovado na 1ª reunião do ano, publicado no Diário Oficial por meio de resolução, divulgada aos trabalhadores do SUAS por meio das instituições socioassistenciais do terceiro setor e de execução direta. Por sua vez, os conselheiros são convocados por meio da publicação da pauta no Diário Oficial do Município, assim como por divulgação através de e-mail, grupo e lista de transmissão do *WhatsApp*.

Como importante marco, tivemos nesse período de análise local, a 14ª Conferência Municipal da Assistência Social que ocorreu nos dias 25 e 26 de maio de 2023 com o tema “Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos”, oportunidade que reuniu mais de 600 pessoas para discutir tão

importante política pública. Esta, foi a primeira vez que uma conferência municipal de Assistência Social contou com equipe de cobertura audiovisual, com a ExpoSUAS, exposição de todas as organizações inscritas no CMAS, independentemente de financiamento por termo de colaboração com o poder público e exibição do vídeo SUASfalas, edição audiovisual com vídeo-mensagens de todas as organizações e serviços socioassistenciais de Bauru, ambas iniciativas, propostas e produzidas pela equipe da ATCCC.

Outra participação importante desta Assessoria Técnica aos Conselhos, foi a oferta de capacitação na reunião regional da DRADS Bauru, em 24 de outubro de 2023, com o mesmo tema conferencial, com o objetivo de colaborar no preparo dos 39 municípios da mesma divisão territorial que Bauru, para a 13ª Conferência Estadual da Assistência Social, que ocorreu nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2023 em Sumaré - SP e posteriormente, na 13ª Conferência Nacional da Assistência Social, que aconteceu nos dias 05, 06, 07 e 08 de dezembro de 2023 em Brasília – DF.

Ressalta-se que a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social encaminhou 8 delegados para a 13ª Conferência Estadual, dentre eles a autora desta dissertação, enquanto secretária executiva deste Conselho. Para compartilhar a experiência estadual com o CMAS Bauru, eu, Selma Miranda dos Prazeres, Daiane Cordeiro de Mattos Souza e Kahena Quintaneiro Bizotto, comparecemos a 20ª Reunião do CMAS Bauru, em caráter ordinário, que aconteceu no dia 22 de novembro de 2023, às 9 horas na Casa dos Conselhos, com acesso virtual por meio do aplicativo *Google Meet*.

Nesta oportunidade, registrada em ata e vídeo, foram levantados alguns aspectos positivos como: a aproximação com a DRADS Bauru, pois às vezes o trabalho desta diretoria parece subjetivo e distantes de nós, enquanto trabalhadores e usuários; estarmos juntos enquanto coletivo, conhecendo o corpo técnico e os representantes dos demais 38 municípios dessa divisão territorial, uniformizados, organizados sobre pautas prioritárias da região, priorizando necessidades de acordo com o porte dos municípios; participar de três dias de trabalho muito intenso, manhã e tarde na conferência e de discussões noturnas entre a delegação, viabilizando uma experiência imersiva de aprendizagem; a manifestação e o posicionamento de várias participantes de Bauru na plenária; testemunhar uma plenária participativa e diversa, pois haviam muitos representantes de movimentos sociais de pessoas com

deficiência, LGBT's, população em situação de rua, coletivos negros, indígenas e de religiões de matriz africana, reivindicando seus direitos; presenciar a deliberação por novo percentual na divisão da paridade, atualmente bipartite, entre poder público e sociedade civil, alterando a recomendação para uma composição quadripartite, 25% de usuários, 25% trabalhadores, 25% organizações da sociedade civil e 25% poder público; a união dos trabalhadores do terceiro setor com os trabalhadores da execução direta e com os usuários do SUAS, que foi essencial para superarmos os entraves que aconteceram no evento; e o aprimoramento das observações da política local, após observação do contexto estadual, alargando a perspectiva analítica dos delegados de Bauru sobre o funcionamento da Assistência Social no município.

Dentre os pontos negativos, ressalta-se a falta de conhecimento técnico aplicado na condução das mesas diretoras, inclusive chamando uma mulher trans, que se apresentava por nome, vestimentas e demais estereótipos femininos, de senhor, conduta que foi imediatamente rechaçada por vaias, assim como também foram vaiadas as mesas pela forma como conduziam os trabalhos, nos três dias de evento.

Não houve respeito ao tempo determinado de fala ou a sistematização de réplicas e tréplicas, defesas e contraditórios; as questões de ordem foram desvirtuadas de suas funções; não havia condição climática para permanecer durante todo o período no espaço da plenária por falta de ar condicionado; não havia sinal de telefone ou internet para trabalho remoto e contato com filhos e familiares; a falta de organização e diálogo favoreceu um ambiente de disputa, com conflitos, xingamentos e discordâncias desnecessárias, desfavorável à atenção dos partícipes; o regimento interno demorou um dia e meio para ser aprovado, o que deveria ser debatido nas primeiras horas da conferência, prejudicando o evento, desgastando a plenária e reduzindo o debate do cerne da conferência, precarizando o tempo de estudo, a construção de manifestos e moções, e a deliberação de propostas; falta de reflexão coletiva quanto a persistência de proposituras com viés colonizador, como a flexibilização das regras e do acesso para exclusão de famílias dos benefícios socioassistenciais; higienista e estigmatizante, como a solicitação de periculosidade para os trabalhadores do SUAS.

Ainda assim, algumas outras questões merecem destaque. A primeira delas é quanto à numeração dos eventos, 13ª edição estadual e nacional e 14ª edição

municipal, tendo em vista o cancelamento sofrido em 2019 e a realização de conferência democrática, como já mencionado. Outro ponto foi a escolha para o local da realização do evento estadual, fortemente criticada pelo público, por se tratar de um espaço para retiro religioso evangélico, que não comportou a estadia de todos os participantes. A presença de símbolos e frases religiosas também chegou a ser pontuada pela plenária.

Um dos fatos mais marcantes desta conferência foi a falha dos aparelhos de votação. Cada delegado recebeu um aparelho individual de votação, entretanto, ao ser testado, mais de 50% apresentou mau funcionamento. Diversos testes foram feitos e entre confusões da empresa terceirizada contratada, responsável pela votação, e a mesa diretora dos trabalhos, quase todo um período conferencial fora perdido, com troca de aparelhos, testes de votação e deliberação pela permanência ou substituição do aparelho em detrimento do antigo método dos crachás. Chegaram a ser proferidas frases pela mesa diretora que demonstravam confusão entre os procedimentos para cálculo de resultado das deliberações e quórum para as votações.

A mesa diretora mal conseguia organizar as intervenções da plenária e as questões de ordem, quase sem equipe de apoio para colaborar com os trabalhos, a delegação bauruense chegou a assumir algumas das funções urgentes que se colocavam, como administração de tempo e posse de microfone. Foi percebida certa confusão sobre a função do Regimento Interno da Conferência, pois artigos e parágrafos foram debatidos como se fossem deliberações de propostas, entretanto, comprometeram o real tempo de debate de propostas e moções.

Quanto às propostas, a divisão em grupos para debate dos eixos foi profícua, mas a metodologia escolhida fez retornar a plenária final questões já definidas nos eixos, desta forma, a riqueza de detalhes dos debates em cada uma das salas, foi praticamente perdida. Por falta de energia elétrica, tempo e clareza metodológica, os delegados escolhidos como representantes dos eixos temáticos acabaram por permanecer além do horário e retornando mais cedo no dia seguinte para colaborarem com a sistematização final, por vezes o processo se apresentava esvaziado.

Uma outra observação possível foi a divisão de vozes da plenária entre vaiais e apoiadores de propostas identitárias. Ao serem colocadas especificidades da população em situação de rua, de pessoas trans e da LGBTQIAPN+, em geral,

pessoas com deficiência e da população preta e parda periférica, ouviam-se gritos e intervenções como: somos contra cotas, todos temos os mesmos direitos, o SUAS é para todos e somos todos iguais. Nota-se certa confusão entre igualdade e equidade. Ao serem propostos serviços socioassistenciais específicos ao acolhimento de pessoas da sigla LGBTQIAPN+, tendo em vista os altos índices de violência e morte, ouviam-se protestos dizendo que já são atendidos nos demais serviços.

Lembrando-nos dos estudos de Boaventura de Sousa Santos, 2003, p.56: “[...] temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Acredito que ainda possamos construir uma política pública de assistência social que considere proteger, com maior afinco, àqueles e àquelas que mais sofrem, que mais morrem, por suas diferenças em relação aos padrões patriarcais, coloniais e dogmáticos, que não podem e não representam a população brasileira.

Sendo assim, apenas pelos delegados do município de Bauru, foram redigidas e aprovadas 3 moções na Plenária Final: repúdio à apropriação indevida das aposentadorias e Benefícios de Prestação Continuada, ameaçadas pelo aliciamento de financeira, saques impessoais e venda casada de produtos e empréstimos bancários; repúdio à privatização das penitenciárias e a criminalização da pobreza; e recomendação quanto a metodologia e os trabalhos das mesas diretoras da Conferência Estadual. Com destaque a aprovação de propostas da Conferência Municipal de Bauru sobre a obrigatoriedade de concurso público para os cargos das DRADS, e necessidade de divulgação e diálogo perante a sociedade civil, por meio do investimento e capacitação da comunicação dos Conselhos.

A 13ª Conferência Estadual também levantou algumas questões cruciais para reflexão, inovação e superação de entraves locais, como: Falta de orientação aos secretários executivos dos Conselhos de Assistência Social; necessidade de maior investimento em comunicação, mídias sociais e diálogo intersetorial; necessário destaque e dedicação à palavra Social, recomendado pela renomada professora Aldaíza Sposati, que abrilhantou o evento, ressaltando a visão coletiva, científica e territorial dessa política assistencial; a importância da implementação da vigilância nos municípios; menção à região de Bauru pelo aumento do cadastro único de pessoas indígenas, apontando para a necessidade de estudo e dedicação sobre a pauta indigenista no SUAS deste território; o despertar para a priorização do público

LGBTQIAPN+, em especial às mulheres trans, para as comunidades indígenas, ciganas e quilombos urbanos; necessidade de garantia de orçamento para o Conselho e suas conferências; o cumprimento de equipe específica e exclusiva à assessoria dos Conselhos de Assistência Social; necessidade de estudo para compreensão do custo de cada um dos serviços socioassistenciais; conhecimento para um questionamento mais estratégico quanto ao financiamento estadual e federal da política de Assistência Social; urgência em implantar, aprimorar e fortalecer os Conselhos Gestores de Usuários dos serviços e as intervenções dos usuários na avaliação e no planejamento dos serviços socioassistenciais, em consonância com o que é cobrado para inscrição de novas organizações no CMAS Bauru; é imprescindível e urgente a consolidação dos fóruns e demais movimentações locais de representação de usuários e trabalhadores, do contrário, como serão preenchidas as vagas nos Conselhos e nas Conferências? Por fim, a formação e o trabalho efetivo de comissão de acompanhamento das deliberações conferenciais, a partir de reuniões iniciais com os delegados e o estudo dos relatórios finais, acompanhando o cumprimento das deliberações e preparando devidamente o município para a próxima conferência.

Quanto à socialização das informações das 3 delegadas participantes da 13ª Conferência Nacional com o CMAS Bauru, acontecerá na reunião ordinária do CMAS de fevereiro de 2024, entretanto, a previsão de publicação das propostas conferenciais nacionais é para abril de 2024.

4.4 O Conselho Tutelar e os desafios do CMDCA

A Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, este que, em seu artigo 88, inciso II, estabelece a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. No município de Bauru, este Conselho foi criado em 1992, por meio da Lei Municipal 3.473/92, destacando seu objetivo principal: garantir a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Conhecido pela sigla CMDCA, esse órgão deliberativo e controlador das políticas públicas municipais de atendimento à criança e ao adolescente, é composto por 20 membros titulares e seus respectivos suplentes, de composição paritária

entre representantes do poder público municipal e sociedade civil. Esta mesma Lei municipal também cria o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar de Bauru.

Por sua vez, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMDCA, atua como captador e administrador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do CMDCA, ao qual é vinculado. Todo ano ocorrem inscrições das entidades da sociedade civil neste Conselho, e após a devida inscrição e acompanhamento, essas passam a poder pleitear o recebimento de recursos do FMDCA, por meio de iniciativa denominada Banco de Projetos.

Este processo é dado por meio de Chamamento Público e de Edital publicado no Diário Oficial do Município, que obrigam as entidades a comprovar, mediante apresentação de documentos, as atividades realizadas no que diz respeito às políticas públicas para proteção dos direitos da criança e do adolescente e a redação de projetos completos, que especifiquem a execução da dotação solicitada. O FMDCA além de receber verbas públicas, também capta recursos por meio da destinação direcionada de Imposto de Renda, por meio de *hotsite* específico.

As reuniões do CMDCA são realizadas de forma híbrida, presenciais na Casa dos Conselhos e online por meio da aplicação *Google Meet*, de acordo com o calendário anual de reuniões ordinárias, aprovado na 1ª reunião do ano e publicado em suas mídias sociais e no Diário Oficial no município. A este calendário são acrescidas reuniões extraordinárias e reuniões das comissões e da diretoria executiva, de acordo com a necessidade e as demandas postas ao e pelo Conselho. Os conselheiros e a sociedade são convocados por publicação das pautas no Diário Oficial e por meio da listagem de e-mails e no grupo do *WhatsApp*.

A atual gestão do CMDCA foi nomeada para o biênio 2022/2024 pelo Decreto Municipal 16.486 de 26 de dezembro de 2022 e tomou posse em 29 de dezembro de 2022, sendo assim, em novembro de 2024 ocorrerá Pleito Eleitoral para eleger a gestão 2024/2026. Este Conselho, além de plenária e diretoria executiva, possui ainda uma comissão de inscrição, uma comissão de fiscalização, uma comissão de normatização, uma comissão de eventos e duas de seleção de projetos. Elegendo Comissões Especiais sempre que necessário. Demonstrando ser um Conselho de intenso trabalho para seus membros.

Por sua vez, o Município de Bauru possui dois Conselhos Tutelares. O primeiro, denominado Conselho Tutelar 1, foi criado pela já citada Lei 3.473 de 1992,

mas estabelecido apenas em 1995, já o segundo, o Conselho Tutelar 2, foi criado no ano de 2010. O Conselho Tutelar é um órgão colegiado permanente, uma estrutura autônoma, não-jurisdicional, vinculada apenas administrativamente. Seu principal objetivo é zelar sobre o cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, através das medidas protetivas, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, inicialmente regulamentados pela Lei Municipal 6.169 de 20 de dezembro de 2011, alterada pela Lei Municipal 6.714 de 2 de setembro de 2015, e pela Lei Municipal 7.670 de 26 de dezembro de 2022.

Os Conselhos Tutelares de Bauru são compostos por 5 conselheiros titulares e 5 membros suplentes, cada, eleitos pela sociedade civil para gestões de 4 anos. A gestão atual tomou posse em 10 de janeiro de 2024, e permanecerá até janeiro de 2028. Entretanto, a eleição dos mesmos não ocorreu sem tensões políticas e sociais.

De acordo com a publicação do Diário Oficial do município de Bauru do dia 07 de dezembro de 2023, em sua página 38, onde consta o Relatório de Processamento de Denúncia do CMDCA Bauru, os conselheiros membros da Comissão Especial receberam e-mail com denúncia anônima de violação do Edital do processo seletivo para conselheiros tutelares de Bauru e da Resolução 231/2022 do CONANDA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, com imagens da candidata Carla Martins, veiculadas por duas páginas do Facebook, uma página de um pastor e de uma organização da sociedade civil.

Após a ciência dos membros, fora convocada uma reunião online no dia 27 de novembro de 2023 para processar a denúncia, entretanto, foi observado que as publicações não feriam o edital, mas, o fazia a OSC em relação aos artigos 8º e 9º da Resolução 231/2022 do CONANDA, quanto das propagandas eleitorais pela internet, notificando o denunciante, a candidata e o representante do Ministério Público. Entretanto, o processo foi arquivado após a defesa de Carla comprovar que a mesma não possui vínculo com o religioso e que as publicações não haviam tido nenhuma repercussão, tendo em vista que as páginas mal possuem seguidores, as publicações não possuem compartilhamentos ou curtidas e permanecem ativas, para comprovação dos fatos relatados, independente da data de publicação.

Esta mesma publicação do Diário Oficial de Bauru também registra que foram realizadas reuniões para produção de provas do processo administrativo de número 171.160/2023 e da Comissão Especial, nos dias 29 de novembro de 2023 e 04 de

dezembro de 2023, quanto à denúncia de boca de urna e abuso de poder religioso por parte de outra candidata, Patrícia Ana Dias Monteiro.

As diversas denúncias recebidas sobre a conduta desta candidata, envolviam mídias de áudio e vídeo que comprovaram ao menos três episódios onde um mesmo pastor incitava fiéis da igreja Universal, no dia da eleição, para votarem na candidata Patrícia, fazendo com que os presentes repetissem o nome e o número da candidata, tanto no período da manhã, como no período da tarde.

Por sua vez, o Diário Oficial publicado em 21 de dezembro de 2023, da página 39 a 41, apresenta mais detalhes sobre a denúncia, os procedimentos de averiguação e resultados do julgamento. Especificamente, sobre reunião da Comissão Especial no dia 20 de dezembro de 2023, foi exarada a decisão de impugnar a candidatura de Patrícia Dias Monteiro, cabendo ainda recurso e sustentação oral por parte da defesa da candidata. Após recurso e novo julgamento, os advogados de defesa acusaram os denunciantes e a Comissão da prática de “perseguição religiosa”, em entrevista para jornalistas locais, anexa ao processo. Além de nomearem a Comissão como um “tribunal de exceção”, admitindo não comparecer ao julgamento como estratégia, enquanto haviam justificado a ausência por “questão imprevisível”, ficando nítida a postura de tentar retardar o processo, tendo em vista que em nenhuma das oportunidades produziram provas.

Tendo em vista que a Resolução 231/2022 do CONANDA em seu artigo 8º, assim como o item 14.1 do Edital do processo seletivo para conselheiros tutelares de Bauru, afirmam que o candidato responde pelos excessos de seus apoiadores, Patrícia fora condenada por ter se omitido de sua responsabilidade de orientar quanto às normas amplamente divulgadas e que havia se declarado ciente, tendo a igreja que frequenta há mais de 15 anos, influencia e presta voluntariado, comprovado inclusive pelas testemunhas de defesa, praticado abuso de poder religioso e boca de urna, mesmo cientes das vedações, gerando inidoneidade quanto a moral de sua candidatura, durante a campanha, protegendo assim, via impugnação, a lisura do processo eleitoral.

A concretização desta punição se transformou, aos olhos dos movimentos sociais progressistas em uma ampla onda de esperança, por ser histórica a impunidade dos candidatos ao Conselho Tutelar no município em eleições passadas, mesmo mediante denúncias com embasamento jurídico e provas concretas, como filmagens de ônibus comprovadamente contratados por religiosos,

conduzindo fiéis até os locais de votação. Pela primeira vez, houve união da sociedade civil com o poder público para julgar uma conduta do Conselho Tutelar, em um trabalho coletivo que gerou de fato a impugnação por abuso de poder religioso e boca de urna. Muito provavelmente a candidata mobilize a justiça em esferas superiores, mas até o momento o caso resta como relatado.

Outro ponto a ser destacado sobre a eleição do Conselho Tutelar que ocorreu em 2023 foi a utilização das urnas eletrônicas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE pela primeira vez. Tendo em vista erro no edital do Conselho Tutelar, cometido pela empresa contratada para elaboração do mesmo, o processo eleitoral em Bauru atrasou, apresentando-se tardio e dessincronizado em relação ao nacional. Entretanto, ao ocorrer as eleições no município, o TSE elogiou o trabalho do CMDCA, dando maior atenção ao local, tendo em vista menor demanda devido à finalização dos processos em outras cidades.

Esta gestão do CMDCA carrega ainda o mérito de conduzir processo de averiguação de denúncias quanto à conduta indevida de conselheira tutelar empossada em 2020, por assédio moral em relação a usuários e trabalhadores. Esta chegou a ser advertida verbalmente, entretanto, não foi necessária a sanção tendo em vista a proximidade do término de sua gestão. A conselheira em questão não concorreu à reeleição.

Quanto ao movimento conferencial, em Bauru, o evento mais recente fora a 12ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que aconteceu em dezembro de 2022 e teve como tema “A situação dos direitos humanos de crianças e adolescentes em tempos de pandemia da Covid-19: violações e vulnerabilidades, ações necessárias para reparação e garantia de políticas de proteção integral, com respeito à diversidade”. Antecedida pela edição 11ª, de novembro de 2018, que teve como tema a “Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”. Já em 8 de julho de 2009, ocorreu a 1ª Conferência Lúdica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de Bauru, com o objetivo de proporcionar um espaço para discussão das políticas de atendimento através das oficinas lúdicas, seguindo os temas estabelecidos pelo CONANDA.

Em 2022 a Conferência envolveu três eventos principais, em 31 de outubro ocorreu a etapa preparatória, em parceria com o SENAC Bauru, envolvendo mais de 147 pessoas. Em 9 de novembro aconteceu a Conferência Lúdica, na organização da sociedade civil IPRESA, recebendo uma média de 250 crianças e adolescentes.

E por fim, em 07 de dezembro de 2022, a plenária da 12ª Conferência, propriamente dita, na estrutura física da Faculdade Anhanguera.

Em relação às esferas estadual e federal, tendo em vista a convocação a toque de caixa por parte do governo do Estado de São Paulo, não houve prazo suficiente para a participação de Bauru na Conferência Estadual, que aconteceu de 6 a 8 de dezembro de 2023. Por sua vez, a conferência nacional estava prevista para acontecer em novembro de 2023, mas foi prorrogada, e provavelmente acontecerá, de acordo com a 318ª Assembleia Ordinária do CONANDA, de 2 a 4 de abril de 2024.

Infelizmente, no ano de 2023, pós-conferência municipal, não houve acompanhamento das propostas conferenciais por parte do CMDCA Bauru, tendo em vista a intensa agenda do colegiado que passou do processo de seleção do Banco de Projetos ao Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, sendo convocado diversas vezes à mídia e à Câmara Municipal para prestar esclarecimentos sobre os calendários, as publicações no Diário Oficial e principalmente sobre as diversas polêmicas que atravessaram o Conselho em 2023.

Ressalta-se que o CMDCA, por seu importante papel deliberativo e gestão de fundo com grande montante de recursos, por exemplo, R\$501.601,00 já previstos para projetos na LOA 2024, é um espaço de disputa entre representações das organizações da sociedade civil de Bauru. Observa-se que existem pressões para a manutenção da direção da gestão vinculada a membros da Associação das Entidades Assistenciais e Promoção Social - AEAPS, que vinha há anos, até 2023, com praticamente a mesma diretoria, composta por diretores das maiores e mais antigas OSC's da cidade, e, como exemplo, ex-secretários municipais da secretaria responsável pela Assistência Social. Com o envolvimento dos membros do Conselho na eleição da AEAPS, percebe-se também que a atual chapa eleita para a Associação em questão, foi renovada, mesclando membros antigos e novos representantes atuantes na causa dos direitos da criança e do adolescente.

Cabe destacar que, aos municípios de grande porte como Bauru, tanto o Conselho específico à Política de Assistência Social, como o Conselho relacionado aos direitos da criança e do adolescente, é indicado pelos Conselhos Nacionais e pelos Ministérios e Secretarias Estaduais, a assessoria destes por profissionais específicos. Entretanto, a Assessoria Técnica de Bauru consta com duas técnicas

para assessoramento de 9 Conselhos, incluindo a secretaria executiva do CMAS, comissões e comitês.

Sendo assim, a falta de assessoria específica, de respaldo jurídico, alinhamento das estruturas, definição dos papéis e atribuições, tanto no Conselho como na Secretaria responsável pela Política de Assistência Social, favorecem para que o papel do CMDCA seja, na maioria das vezes, responder às questões já postas com urgência, normalmente mobilizadas pelo Ministério Público, pela Chefe do Poder Executivo, ou por vereadores da Casa de Leis, raramente conseguindo atuar de maneira preventiva, planejada, ou com vistas a antecipar responsabilidades deste colegiado, tornando-se rotineira a prática de prestar esclarecimentos, os questionamentos de prazo, a resolução de problemas dos Conselhos Tutelares e dos projetos aprovados pelo Banco como, por exemplo, o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta - TAC, referente às 32 horas obrigatórias de Capacitação aos conselheiros tutelares, até então desconhecidas pelos conselheiros.

Outra questão, levantada em ata pelos conselheiros partícipes das análises dos projetos encaminhados ao banco, é a necessidade de ações pontuadas pelas organizações sociais se tornarem políticas públicas, a exemplo: o projeto de acompanhamento do desenvolvimento de bebês prematuros, e o projeto de diagnóstico e acompanhamento do desenvolvimento escolar de crianças com questões auditivas. Em ambos os exemplos, existem dados oficiais quanto a demanda e a atual ausência de serviços públicos de saúde para atendimento contínuo e garantido a todas as crianças e adolescentes, enquanto direito social. Tendo em vista que tais projetos são financiados apenas por um ano. O FMDCA acaba por financiar como projeto um serviço que deveria se tratar de uma política de Estado.

Outra demanda emergente, pontuada nas reuniões do Conselho, é o necessário e urgente desenvolvimento de ações práticas e campanhas quanto à gravidez na adolescência e o trabalho infantil, ainda que se tenham eventos e datas em alusão a essas pautas, os mesmos não têm surtido efeito sobre os crescentes índices de gestações em meninas menores de 18 anos e na alarmante presença de crianças em semáforos na cidade.

Como exemplo de ação, para a inclusão da neurodiversidade de crianças e adolescentes no SUAS, foi proposta e efetivada a contratação de cuidadores de demanda específica para cada organização executora do Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes. Portanto, frente às constantes denúncias de trabalho infantil nas ruas, quais providências serão tomadas para além do que já é realizado, sem efetivo resultado?

Soma-se a esta pauta, capacitações sobre crianças da sigla LGBTQIAPN+, o aprimoramento da Vigilância Socioterritorial e as disputas com o Poder Judiciário quanto a obrigatoriedade municipal de participação dos CRAS nos estudos de caso e audiências dos casos de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e de Destituição do Poder Familiar, sobrepostas à participação e ao envolvimento das equipes dos CREAS, do fórum e dos Serviços de Acolhimento e Família Acolhedora, sobrecarregando as equipes que deveriam se dedicar no desempenho de ações preventivas.

4.5 COMSEA e CAISAN: uma política em desenvolvimento

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COMSEA foi criado por meio da Lei Municipal 5.036 de 15 de outubro de 2003, substituída pela Lei Municipal 5.205 de 12 de novembro de 2004, que por sua vez foi alterada pela Lei Municipal 5.271 de 20 de julho de 2005. Entretanto, a Lei Municipal 6.039, de 23 de março de 2011, reestrutura novamente a composição do Conselho, sendo, por fim, revogada e atualizada pela Lei Municipal 6.371, de 21 de junho de 2013.

Uma das diferenças entre as Leis é o caráter decisório. Em 2003, de acordo com o artigo 2º, o Conselho era deliberativo em sua competência legal e consultivo nos demais casos. Já na Lei de 2004, o artigo 1º confere apenas caráter consultivo ao COMSEA.

A primeira lei, de 2003, em seu artigo 4º, parágrafo 4º, menciona que a participação de outras pessoas, além dos conselheiros, com direito a voz, fica a critério do Conselho. Outra questão divergente é que no parágrafo seguinte, 5º, as funções da Secretaria Executiva do Conselho deveriam ser exercidas por servidores do gabinete do Poder Executivo, garantindo também o espaço físico para as atividades. Nesta Lei, não fica clara a definição da paridade das 38 cadeiras, somando-se titulares e suplentes, entre o poder público e a sociedade civil. E com destaque, no Artigo 9º, constitui o Fundo Municipal de Segurança Alimentar de

Bauru, que seria gerido por este Conselho e poderia receber recursos advindos de doações de pessoas físicas e jurídicas, dotações orçamentárias e outras receitas.

Na Lei de 2004, o COMSEA passa de 38 para 44 cadeiras, sendo 16 representantes governamentais e 28 da sociedade civil organizada. Assim como a Lei anterior, o artigo 4º, parágrafo 10 e 11, cita a necessidade de convite por parte do COMSEA para a participação nas reuniões, tanto de pessoas da sociedade civil, como de representantes de órgãos ou entidades públicas. Ainda que no artigo 1º, parágrafo único, vincule o COMSEA a SEBES, no artigo 7º relega ao “Governo Municipal”, de forma genérica, a responsabilidade de assegurar os meios necessários ao funcionamento deste Conselho, como suporte administrativo e técnico, e recursos financeiros. Ressalta-se que fica excluída desta legislação a criação do Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Bauru, e assim permanece até os dias atuais, em 2024.

Por sua vez, a Lei de 2005 aumenta as cadeiras do COMSEA de 44 para 48, sendo 32 deles, titulares e suplentes, da sociedade civil organizada, até a reestruturação proposta pela Lei 6.039 de 2011, atualizando as instituições que compõem o Conselho e novamente reduzindo o número de cadeiras para 42.

No ano de 2011, especificamente em 6 de julho, também foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, convocada pelo Decreto Municipal 11.542 de 16 de maio, com o tema "Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos" e, vinte dias depois, em 26 de julho deste mesmo ano, a 1ª Conferência Regional, sendo ambas organizadas pelo COMSEA Bauru, com o apoio da SEBES e da Comissão Regional. Ainda em 2011, o COMSEA Bauru também enviou representantes para a 4ª Conferência Estadual e Nacional.

No ano seguinte, em 23 de maio de 2012, Bauru assinou a adesão à Rede-SANS, que fomenta a articulação entre pessoas e instituições em busca da garantia do direito à alimentação saudável, viabilizando a participação de técnicos do município em capacitações e seminários de incentivo à adesão ao SISAN, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2013, a atual Lei Municipal 6.371, ainda em vigor, revoga o texto de 2011 por completo, acrescenta caráter articulador e fiscalizador à natureza consultiva do COMSEA Bauru, e mais uma vez amplia a composição deste Conselho, passando a ser composto por 54 membros, 27 titulares e 27 suplentes, sendo 18 representantes do poder público e 36 da sociedade civil. Ainda em 5 de julho de 2013, por meio da

Lei Municipal 6.390, por iniciativa do COMSEA, o município instituiu a “Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”, passando esta a fazer parte do calendário oficial da cidade, preferencialmente na semana do dia 16 de outubro, quando é celebrado o dia mundial da alimentação.

Por sua vez, a Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, é uma oportunidade ímpar para a discussão e promoção de temas tão caros ao COMSEA, como a própria segurança alimentar e nutricional sustentável e o Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA de forma permanente.

Ainda em outubro de 2013, o Conselho, em parceria com a UNIP, realizou concurso para escolha de seu logotipo, durante a primeira Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Bauru, com a participação de alunos do curso de nutrição. A logo escolhida pela banca de profissionais foi oficializada em 24 de agosto de 2014, a partir do Decreto Municipal 12.558, que dispõe sobre a utilização da imagem em documentos, correspondências, eventos e ações promovidas.

Em 07 de março de 2014, por meio do Decreto Municipal 12.431, fica estabelecida em Bauru a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, denominada como CAISAN, como marco para o estabelecimento do SISAN no município. No mês seguinte, em 16 de abril de 2014, foi publicado o Decreto Municipal 12.456, de posse da primeira gestão da CAISAN Bauru, biênio 2014/2015.

Quatro meses depois, em 8 de agosto de 2014, Bauru assinalou o interesse na adesão ao SISAN junto ao Ministério do Desenvolvimento Social, a Câmara Interministerial e a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de São Paulo, sendo aprovada em 4 de março de 2015, por meio da assinatura do termo de Adesão 06/2015, conforme demonstra o processo SAA 14.459/2014.

O ano de 2015, trouxe consigo a realização da 2ª Conferência Regional de Segurança Alimentar Nutricional, no dia 9 de junho, com o tema "Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por direitos e soberania alimentar", trazendo a questão da soberania alimentar para o debate entre os 39 municípios da Região Administrativa de Bauru, estimulando, mais uma vez, a adesão ao SISAN. Nesta oportunidade também foram eleitos os membros da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para o biênio 2015/2017. Já em 12

de novembro de 2015, entrou em vigor o Decreto Municipal 12.930, que nomeou os novos membros do COMSEA, também para o biênio 2015/2017.

Em 07 de janeiro de 2016, o Decreto Municipal 12.992 nomeou os integrantes da CAISAN, biênio 2015/2017. Em 9 de janeiro de 2016, foi publicada no Diário Oficial do Município, a Portaria nº 2, de 7 de janeiro de 2016, que nomeia a assistente social Adriana Rocha Grando Puttini da SEBES, como Secretária Executiva da CAISAN.

Em 2018, foi publicado o Decreto Municipal 13.694 de 6 de março, designando os membros da CAISAN para o biênio 2018/2020. Por sua vez, o Decreto Municipal 13.716, de 2 de abril de 2018, nomeou os membros do COMSEA Bauru para este mesmo biênio, 2018/2020, este que, em seu término, foi prorrogado pelo Decreto Municipal 14.828 de 9 de junho de 2020, por mais 180 dias, tendo em vista a histórica pandemia causada pelos índices letais do vírus COVID-19.

Em 10 de novembro de 2020, foi publicado o Decreto Municipal 15.086, que nomeou os conselheiros do COMSEA para a gestão 2020/2022. Entretanto, não houve nomeação para a CAISAN neste mesmo período, devido aos impactos da Pandemia e os Planos de Contingência em vigor.

No Diário Oficial de 15 de janeiro de 2022, foi publicada a portaria nº 004, de 14 de janeiro de 2021, que designou Chahida Jacqueline Obeidi como Secretária Executiva, CAISAN; e em 26 de janeiro de 2022, o Decreto Municipal 15.890 nomeou novos integrantes para a CAISAN, biênio 2022/2024.

Diante deste breve histórico, no momento, a gestão atual do COMSEA Bauru é composta por 54 cadeiras, das quais apenas 44 estão preenchidas, tendo em vista a ausência de indicação para 10 cadeiras de representação da sociedade civil. Ainda que seja o Conselho, dentre os 9 aqui estudados, com maior percentual de participantes da sociedade civil, dois terços em relação a um terço do poder público, a definição institucional das cadeiras também provoca a maior ausência de indicação e número de cadeiras vazias no recorte estudado.

Esta gestão, biênio 2022/2024, foi nomeada pelo Decreto Municipal 16.527 de 12 de janeiro de 2023, e tomou posse em 31 de janeiro de 2023. As reuniões do COMSEA são realizadas de forma híbrida, presencial no espaço físico estadual, Canal Direto SP+Perto, e online por meio da aplicação *Google Meet*, de acordo com o calendário anual das reuniões ordinárias, aprovado na 1ª reunião do ano, acrescido das reuniões extraordinárias, de acordo com a necessidade e urgência

das pautas do Conselho. Os conselheiros são convocados por publicação da pauta no Diário Oficial do Município e por meio de convocação por e-mail e grupo no *WhatsApp*.

Quanto a capacitação na temática deste Conselho, no dia 14 de abril de 2023, fora promovida em parceria com a prefeitura de Bauru, a SEBES, a Coordenadoria de Segurança Alimentar - COSALI, o CONSEA/SP, a CATI e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, a capacitação sobre a “Implementação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”, pela até então Coordenadora Estadual de Segurança Alimentar, Vanuzia Teixeira de Souza, no SEST/SENAT de Bauru, para toda a região.

No dia 05 de junho de 2023, foram retomadas as visitas às cooperativas de agricultores familiares, rotina do COMSEA que havia sido cancelada desde o início da pandemia COVID-19. Nesta oportunidade pudemos visitar a Cooperativa de Agricultores Familiares Solidários - CAFS, fundada em 17 de dezembro de 2009, única das quatro cooperativas de Bauru que se encontra em plena atividade, um assentamento de agricultores familiares, localizado no bairro Horto Florestal Aimores, ocupando territórios tanto do município de Bauru como de Pederneiras, com direção e maior parte de sua constituição, feminina. A visita e a entrevista foram realizadas com Maria Aparecida Luz, representante do coletivo.

O ano de 2023 também foi um agitado ano conferencial, onde foi trabalhado o tema "Erradicar a fome e garantir direitos com Comida de Verdade, Democracia e Equidade". Iniciando pela pré-conferência de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, que ocorreu no dia 26 de junho, no período da tarde, de forma híbrida, presencial na Casa dos Conselhos de Bauru e online pela aplicação *Google Meet*.

Nesta oportunidade, Bauru contou com um treinamento ofertado pela professora e palestrante Maria Rita Marques de Oliveira, coordenadora do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação da UNESP de Botucatu, representando a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN, suscitando rodas de conversa com o intuito de levantar desafios e propostas sobre o tema da 2ª Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Bauru. Após esta iniciativa, a Assessoria Técnica do Conselho e os membros do COMSEA, levaram aos territórios rodas de conversa, com o intuito de descentralizar as informações, capilarizar o debate sobre o DHAA e a Soberania Alimentar e mobilizar a população para a Conferência.

A 2ª Conferência Municipal SANS foi convocada pelo Decreto Municipal 16.841 de 27 de junho de 2023. Sua plenária ocorreu em 26 de julho de 2023, das 8h às 17h, no SEST/SENAT, obedecendo ao estabelecido pelo movimento conferencial regional, estadual e nacional, que organizou o debate em três eixos: Eixo 1 – determinantes estruturais e macrodesafios para a soberania e segurança alimentar e nutricional; Eixo 2 - sistema nacional de segurança alimentar e nutricional e políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação adequada; e Eixo 3 – democracia e participação social; para que houvesse a possibilidade de participar dos debates nas demais esferas, considerando a relevância e urgência em construir compromissos para efetivar o direito à alimentação, previsto no art. 6º da Constituição Federal e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na região e no município.

A 2ª Conferência Municipal de SANS, contou com a participação presencial da professora Maria Rita Marques de Oliveira, que proferiu a palestra magna do evento. Esta Conferência também deliberou as propostas e ações vinculadas para a atualização do Plano Municipal de Segurança Alimentar, além de definir as propostas estaduais e federais, as moções e delegados, que serão encaminhadas à Conferência Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Os delegados eleitos para representar o município na Conferência Regional, foram: Marco Aurélio Parolin Beraldo, Michelle Karen de Brunes Ferreira e Ivan de Mattos, pelo poder público; e Vitória Regina Silva Góes, Amanda Rodrigues Alves Nunes, Milena Viola dos Santos, Ana Laura Pio Pinholi, Taylise Rochelle Zagatto, Vinícius Felipe Sacardo Silvestre e Luís Gustavo Patrício Nunes Pinto, pela sociedade civil.

No dia 25 de agosto de 2023 aconteceu a etapa Regional da VI Conferência Estadual de SANS, referente a CRSANS Bauru. O local escolhido pela regional foi o mesmo prédio estadual onde acontecem as reuniões do COMSEA Bauru, tendo em vista a lotação da CATI Bauru neste mesmo equipamento. Entretanto, por falta de representação ativa do município na CRSANS Bauru, o Conselho obteve as informações apenas pela mídia comum, não obtendo tempo hábil para inscrição prévia, como posto obrigatório pelo evento. Entretanto, a realização e correto envio do relatório final da Conferência Municipal, habilitava os delegados municipais a participarem da etapa regional.

Ao receberem o link de inscrição para ouvintes e o regimento da Etapa Regional, houve grande estranhamento por parte dos conselheiros pela utilização de termos como, “Conferência Fechada”, pela organização da atividade. Ainda que sem inscrição, enquanto Assessora Técnica do COMSEA Bauru, compareci no evento e fui surpreendida pela solicitação de apoio por parte da organização, que alegou problemas técnicos nos formulários de inscrição. Somando-me ao único colaborador estadual envolvido, acompanhado apenas dos representantes regionais e funcionários da CATI Bauru, participei ativamente no cadastramento dos participantes, direcionando a escolha do eixo e a entrega dos crachás. Também fora solicitado pela organização do evento, com um dia de antecedência, quando disponibilizado o regimento Interno para análise, que os municípios trouxessem lanche, pois, assim como na inscrição, houveram impedimentos administrativos para garantir a alimentação nesta etapa conferencial de SANS.

Destaca-se que os representantes do município de Bauru se dividiram para contemplar todos os eixos, participando ativamente na consolidação e apresentação de propostas, redigindo moções quanto a desorganização da etapa e a importância da previsão de ações específicas à população LGBTQIAPN+ e indígena na região, e sendo indicados para participar da etapa estadual: Michelle Karen de Brunes Ferreira e Ivan de Mattos, pelo poder público; e Vitória Regina Silva Góes, Amanda Rodrigues Alves Nunes, Milena Viola dos Santos, Ana Laura Pio Pinholi e Taylise Rochelle Zagatto, da sociedade civil. Destaca-se que, ainda que eleitos, os representantes do poder público e Amanda Rodrigues, da sociedade civil, não puderam participar da etapa Estadual.

O embarque para a Conferência Estadual de SANS foi agendado para o dia 26 de setembro de 2023. Nesta data, de acordo com orientações oficiais recebidas por e-mail do Conselho Estadual, conduzimos as delegadas da sociedade civil até o espaço físico do Canal Direto SP+Perto, em Bauru, local onde encontrariam o ônibus oficial do evento até a cidade de Barretos-SP. Entretanto, fomos recebidas

com hostilidade pelos funcionários do local⁴², que não haviam sido avisados do encontro.

A 6ª Conferência Estadual de SANS aconteceu nos dias 27 e 28 de setembro de 2023, como citado, na cidade de Barretos⁴³. As delegadas bauruenses relataram que a organização da Conferência Estadual se equiparou com a etapa Regional, sendo que o porte do evento e o número de participantes muito maior, em média 350 pessoas, favoreceu confusões também em maiores proporções, como a falta de logística, de climatização adequada, sem água e sem comida.

Considerando o cerne conferencial, o tempo de debate foi extremamente reduzido por questões administrativas e burocráticas, por exemplo, a discussão de 80 propostas em menos de 100 minutos, sem a priorização de horário para refeições dos conferencistas, ainda que o tema fosse segurança alimentar. Pontuaram também conflitos e hostilidades entre a organização do evento e parte dos delegados, incluindo troca de ofensas entre a mesa diretora e delegados que propunham destaques no Regimento Interno. O clima de tensão estava posto desde antes do início do evento, pois João Dornellas, havia sido deposto do cargo de presidente do CONSEA-SP, 6 dias antes da Conferência Estadual, que era, assim como a Conferência Nacional, para ter acontecido em 2019, revogadas junto ao Conselho Federal pelo ex-presidente Bolsonaro.

Outra especificidade foi o elogio à previsão de cotas indígenas, quilombolas, para assentados, pessoas com deficiência, com menção a priorização de mulheres, pessoas pretas e cotas LGBT's, escancarando uma diferença negativa em relação à Conferência Municipal de Bauru, menos diversa e com quase nenhuma proposta que contemplasse tais populações, tendo em vista que as poucas propostas que haviam sido levantadas para a votação, não foram as mais votadas pela Plenária, metodologia que culminou inclusive em eixos que não tiveram nenhuma proposta no

⁴² Além do constrangimento para que não fossem utilizados os banheiros e bebedouros deste prédio público, uma das conselheiras foi seguida e questionada quanto à utilização de suas vestes tradicionais, da etnia indígena a qual pertence. Fui convidada a retirar meu carro imediatamente do estacionamento. A delegação aguardou a saída do ônibus no sol, permanecendo em pé na calçada. O ônibus não pôde entrar no estacionamento e permaneceu com o pisca alerta acionado, ocupando uma faixa completa de uma avenida de grande fluxo de veículos. Ao retornarem, as informações foram repassadas ao COMSEA e a CATI Bauru, para comunicação com a direção do local.

⁴³ As partícipes ressaltaram quanto a simbologia do Estado de São Paulo ter realizado a Conferência em uma cidade mundialmente conhecida por rodeios, assim como o recebimento de material sobre o agronegócio convencional, em uma perspectiva de monocultura em larga escala, logo na mesa de credenciamento.

documento final, como as relacionadas à pesquisa e inovação. A senhora Taylise Zagatto, exemplificou outra dificuldade municipal na socialização da experiência conferencial: a falta de priorização de pessoas trans, principalmente mulheres trans pretas, periféricas, em situação de rua, nas ações de busca ativa do SUAS. Enquanto crítica ao movimento Estadual, também foi extremamente relevante a observação da ausência de cotas para agricultores, com a priorização para os agricultores familiares.

Infelizmente, no último dia do evento, aconteceu caso ainda mais grave de discriminação, tendo em vista que uma das conselheiras foi perseguida até entrar no banheiro, no espaço da faculdade municipal onde aconteceu o evento, por indivíduo do sexo masculino, pertencente a um grupo que reproduziam barulho, batendo nos lábios com a mão vocalizando a vogal “u”, estereotipicamente creditado aos povos indígenas, de forma ofensiva. Os organizadores do evento foram notificados para tratativa com a faculdade, tendo sido aberto um processo administrativo, em forma de sindicância.

Parte das delegadas se reuniram para compartilhar, como previa a pauta, a experiência das etapas regional e estadual, na 9ª Reunião Ordinária do COMSEA, que aconteceu no dia 20 de outubro de 2023, devidamente registrada por meio de pauta e gravação audiovisual. Ressalta-se todas as participantes registraram grande contentamento em participar do movimento conferencial, a despeito das imprudências e da falta de organização, tendo em vista o profícuo espaço de diálogo, debate e luta por direitos, com os mais diversos agentes sociais, viabilizando, de fato, influência nas deliberações que serão consideradas no aprimoramento das políticas públicas referente a SANS. Destaca-se também que foram eleitas dentre as quase 140 vagas de delegados representantes do Estado de São Paulo, para a Conferência Nacional, as senhoras, Vitória Regina Silva Góes, Milena Viola dos Santos e Taylise Rochelle Zagatto.

De 16 a 20 de outubro de 2023, o COMSEA Bauru, em parceria com o Conselho de Alimentação Escolar - CAE e com a Prefeitura Municipal, por meio de suas secretarias, realizou a 12ª Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, em diversos bairros do município. A abertura da Semana ocorreu por meio de palestra, novamente, da professora Maria Rita Marques de Oliveira, com o tema “Os padrões alimentares salvam vidas”.

Ainda no primeiro dia de eventos da semana, aconteceu uma partilha sobre os princípios do movimento Comunidade que Sustenta a Agricultura - CSA, através de vivência e roda de conversa com Wagner Santos do CSA Brasil, com o objetivo de conectar agricultores da região e consumidores da cidade por meio da economia solidária e estimular o consumo de alimentos orgânicos sustentáveis. Para o encerramento deste dia, aconteceu uma roda de conversa com o tema “Só com alimento se faz saúde?”, entre profissionais de diferentes áreas: Educação Física, Psicologia, Nutrição, Serviço Social e Mobilidade, junto a CAISAN, o COMSEA, o CAE, representantes da CATI e das secretarias municipais e agricultores de Bauru e região.

No segundo dia de evento, 17 de outubro de 2023, aconteceu visita no Projeto Municipal Cemeia; Mutirão na Horta Comunitária do Jardim Nova Esperança; e Roda de Saberes: “Tradições Alimentares Indígenas e os Desafios nos Contextos Escolares”, para suscitar debates e reflexões sobre como os ambientes escolares podem ser espaços de aprendizagem de diferentes culturas e de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da alimentação, reconstruindo memórias territoriais, com foco na cultura indígena, negligenciada na região. Esta atividade foi mediada pela psicóloga Vitória Regina Silva Góes, conselheira do COMSEA, com a participação de mulheres da Terra Indígena Araribá e da juventude indígena de contexto urbano de Bauru.

No terceiro dia, 18 de outubro, ocorreu degustação e o “Café com conversa: Aproveitamento e inovações culinárias para evitar o desperdício”, sobre a utilização do leite na fabricação de ricotas e iogurtes, no território do CRAS 9 de Julho, com beneficiários do Programa Viva Leite. Mais a noite, aconteceu a “Roda de Conversa: Controle Social, Soberania Alimentar e Direito Humano à Alimentação Adequada em Bauru” na XVII Jornada de Nutrição da universidade UNISAGRADO, com a participação de representantes femininas do COMSEA, CAE, CAISAN, SEBES, ATCCC e da delegação bauruense para o movimento conferencial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - 2023.

O quarto dia da semana, 19 de outubro, contou com visita à Estância Santa Inês, com o tema: “Conhecendo, na prática, o sistema de produção orgânica da propriedade”. Por fim, para encerramento da 12ª Semana Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, na sexta-feira, 20 de outubro de 2023, aconteceu uma reunião aberta do COMSEA, para lançamento do 2º Plano Municipal

de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e para o compartilhamento do movimento conferencial 2023.

Imediatamente após a Semana de SANS, deu-se início a “Semana de Comemoração aos 20 anos da Casa dos Conselhos de Bauru”, promovida pela Prefeitura Municipal, por meio da ATCCC/SEBES, em parceria com os Conselhos da cidade, do dia 23 a 27 de outubro de 2023, quando foram realizadas diversas atividades⁴⁴ para divulgação dos Conselhos Municipais.

No Diário Oficial de 25 de novembro de 2023, foram publicados tanto a Portaria CAISAN nº 01, de 22 de novembro de 2023, nomeando Ana Flávia Merchan Ferraz Grizzo, para o exercício das funções de Secretária Executiva da CAISAN, quanto a Resolução CAISAN nº 01, de 22 de novembro de 2023, que tornou público o 2º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Bauru.

Como destaque no trabalho desta gestão do COMSEA e da CAISAN, ressalta-se o estudo do 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizado para elaboração do 2º Plano. Tendo em vista que o primeiro documento recebeu críticas de sua própria equipe de elaboração, por ter sido uma primeira tentativa de planejamento, mais semelhante a um compilado de ações interdependentes já realizadas pelo município. Como estratégia para qualificação do segundo documento, foi feita uma parceria com o IBB/UNESP, Centro de Ciência e Tecnologia para Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional da UNESP de Botucatu, recebendo assim uma consultoria específica para diagnóstico e sistematização do plano em questão, junto a articulação dos setores envolvidos na redação, como as diferentes secretarias que compõem a CAISAN.

O Plano Municipal é um compromisso assumido pelo poder público municipal, visando o combate à fome e a desnutrição, por meio da minimização do desperdício de alimentos e da promoção do direito à alimentação adequada através de políticas públicas eficazes. O 2º Plano refere-se ao quadriênio 2022-2025, publicado em atraso em 2023, devido à pandemia COVID-19, que contou com estratégias contingências de combate à fome, acirrada pela imposição de afastamento de diversos trabalhadores, como benefícios emergenciais suplementares.

⁴⁴ O COMSEA participou da Roda de Conversa de abertura entre representantes dos Conselhos ativos vinculados à Casa dos Conselhos; promoveu a divulgação de suas atividades na Feira Livre do Parque Vitória Régia, com aferição de pressão arterial, glicemia, orientação com nutricionista e dentista, distribuição de kits de higiene bucal, hidratação e proteção solar para prática de atividades físicas, mudas frutíferas e informações; e do Cine debate de encerramento, na Praça Kaingang.

Como mencionado, as propostas da 2ª Conferência Municipal de Bauru foram divididas entre os desafios colocados pelo Governo Federal, trazendo as sete diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para cada diretriz, foram descritas as ações desenvolvidas no município, em consonância com o Plano Plurianual - PPA, o Plano Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, acrescidas das iniciativas das organizações da sociedade civil.

Caminhando para o final do ano de 2023, aconteceu a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN, de 11 a 14 de dezembro, em Brasília, com mais de 2 mil participantes. Este evento teve grande importância para o controle democrático nacional, pela recriação do CONSEA e pela apresentação da Política Nacional de Abastecimento Alimentar, das novas diretrizes para alimentação saudável em escolas e da Estratégia Nacional de Alimentação Saudável nas cidades.

Assim como fizeram em relação às etapas regional e estadual, as delegadas representantes de Bauru, também expuseram suas observações ao COMSEA. As participantes relataram problemas com traslado, tendo que arcar com as despesas do transporte entre o hotel e aeroporto; com a acessibilidade do local da Conferência; com a falta de alimentação para intolerantes, alérgicos, vegetarianos e veganos; com a oferta de comida azeda, pontuando a ida ao hospital de uma participante de outro município; falta de tempo para consolidação das discussões dos grupos de trabalho por suas representações; diversas alterações do cronograma foram realizadas para que fosse possível a visita do presidente Lula ao evento, que por fim, não aconteceu; dificuldades na realização de moções e votações por meio digital, sem apoio técnico e administrativo para que se fizesse de forma física e presencial; e a falta de nexo causal na oferta de cotas para pessoas LGBT's, sem que a pauta fosse abordada, gerando desgastes e conflitos por falta de organização do evento.

De forma positiva, destacaram a diversidade de participantes, contribuindo para articulações entre movimentos sociais de diferentes Estados brasileiros, o reconhecimento de diversos Programas, Projetos e possibilidades para execução da política pública de segurança alimentar no município e o aproveitamento da experiência para aprimoramento das atividades locais do COMSEA, assim como da próxima Conferência Municipal.

Quanto aos Serviços e Programas ofertados no município, relacionados ao trabalho do COMSEA, existe a gravação de um programa especial da TV Câmara de Bauru de 2014⁴⁵, que enumera iniciativas locais pela Segurança Alimentar, assim como também o faz o 2º Plano Municipal de SANS. Compõem a rede de ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município:

- O Benefício Eventual por Situação de Vulnerabilidade Temporária - Auxílio Alimentação, promovido setor de Benefícios Eventuais da SEBES em parceria com os CRAS, ofertado de forma temporária, como forma de garantia de direitos, realizada em pecúnia, por meio de cartão magnético, e, na ausência do cartão, em forma de cesta básica;

- O Programa Estadual Viva Leite, desenvolvido por meio de convênio com a SEDS-SP, executado pela SEBES e pela Secretaria Municipal de Saúde, que ofertam a distribuição gratuita de leite fluido, pasteurizado, com teor mínimo de gordura 3%, enriquecido com Ferro (aminoácido quelato) e Vitaminas A e D, com a meta de atendimento de 440 crianças, de 6 meses a 5 anos e 11 meses de idade;

- O Restaurante Bom Prato, por meio de convênio da OSC Aelesab com o Governo Estadual, localizado na região central da cidade, que oferta 1.300 refeições diárias, sendo 300 cafés da manhã por R\$0,50, 700 refeições no almoço por R\$1,00 e 300 refeições no jantar por R\$1,00;

- O Banco de Alimentos do CEAGESP Bauru, que coleta, seleciona e distribui alimentos oferecidos por produtores e comerciantes atacadistas. São distribuídos em média 230 mil Kg de alimentos, para 25 OSC's cadastradas;

- A Cozinha Comunitária, que oferta, por dia, 50 refeições no café da manhã e 200 refeições no almoço, desenvolvendo também, no período da tarde, atividades do Programa Municipal de Inclusão Produtiva, para profissionalização de produtores de alimentos, fortalecimento da ação coletiva e promoção de ações de educação alimentar e nutricional;

- O Programa Mesa Brasil do SESC Bauru, que objetiva o combate à fome e ao desperdício de alimentos, desenvolvido em Bauru desde 2003, em parceria com o Sindicato do Comércio Varejista de Bauru e a UNISAGRADO, de início, sendo acrescido o vínculo com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB em 2005, para promover aquisição de alimentos via Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Ou seja, os produtos são comprados da CAFS, garantindo renda

⁴⁵ https://www.youtube.com/watch?v=w2nANhdhccA&ab_channel=TVCAMARABAURO

aos agricultores familiares, curtos circuitos de comercialização, diminuindo custos e emissões de poluentes no transporte, promovendo a distribuição de alimentos orgânicos e o enriquecimento nutricional e a diversidade alimentar para os beneficiados, tendo em vista que após a seleção dos produtos, estes são encaminhados para 117 instituições atendidas pelo programa, que participam ainda de algumas das ações educativas e de capacitação, principalmente de suas cozinheiras;

- O Programa de Aquisição de Alimentos, conhecido como PAA, também é executado em Bauru pelo Governo Federal de forma indireta, em parceria da CONAB com a SEBES, que entrega os alimentos às famílias vulneráveis dos CRAS, com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SAGRA, que oferta o transporte e a capacitação técnica dos agricultores familiares, e da CAFS, enquanto cooperativa de agricultores familiares que produz os alimentos que são comprados e doados;

- As Hortas Comunitárias Urbanas, um projeto da Prefeitura Municipal por meio da SAGRA. Algumas de iniciativa comunitária, outras que no início foram promovidas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e também, articulações próprias dos CRAS, Secretaria Municipal de Administrações Regionais - SEAR e da SAGRA, junto a lideranças comunitárias. São ofertadas capacitações, apoio operacional, maquinário, controle de mato e formigas, cercamento, preparo de solo, doação de mudas de hortaliças e fornecimento de insumos, como adubo;

- Em Bauru, o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido pela sigla PNAE, atinge os 30% de produtos comprados de agricultores familiares, como orientado pelas normativas federais, entretanto, os mesmos não são produzidos na região de Bauru, como prioriza o programa. Uma das dificuldades é a falta de cadastro, formalização e estímulo aos agricultores locais. E quando já estão em pleno funcionamento, como a CAFS, não conseguem pleitear apenas o montante que conseguem produzir, tendo em vista que as propostas ofertadas abarcam todo o território municipal, demandando grandes quantidades de cada alimento. Já houve a oferta territorializada, em passado recente, entretanto, pela falta de logística para a distribuição dos alimentos produzidos localmente, o Chamamento retornou a ser feito em sua totalidade, beneficiando produtores maiores e de outros Estados;

- As Feiras Livres, Feiras dos Produtores Rurais e Feiras da Reforma Agrária, são organizadas em Bauru majoritariamente pela SAGRA, entretanto, algumas edições voltadas ao artesanato, às culturas imigrantes e às raízes culturais locais,

também são produzidas pela Secretaria Municipal de Cultura. Atualmente, existem mais de 44 feiras distribuídas nos bairros e em todos os dias da semana;

- Como novidade, no dia 31 de janeiro de 2023, a Prefeitura Municipal, por meio da SAGRA, inaugurou a Cozinhamento, programa da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, em parceria com o Fundo Social de São Paulo, que oferta a instalação de cozinhas industriais profissionais para capacitações voltadas a segurança alimentar e nutricional sustentável, ao combate ao desperdício, a manipulação adequada de alimentos não convencionais e ao incentivo à geração de emprego e renda. Para funcionalidade do equipamento, serão realizadas parcerias com a SEBES, enquanto o COMSEA realizará chá de cozinha, para doação de utensílios não financiados pelo governo.

Dentre as atividades do COMSEA ainda previstas para o início de 2024, ressalta-se a apresentação da pesquisa sobre o “Mapa da Fome” em Bauru, trabalho orientado pela professora Maria Angélica Martins Lourenço Rezende, da UNISAGRADO, desenvolvido em parceria com alunos no curso de nutrição, entre eles, Milena Viola, integrante da delegação bauruense nas 4 etapas do movimento conferencial de SANS, 2023.

4.6 CPM, seu fundo municipal e a Casa da Mulher Brasileira

No Brasil, a colonização não representou apenas a subordinação territorial e comercial-produtiva, mas cultural e identitária, desta forma, a sociedade brasileira foi alicerçada por bases ideológicas patriarcais e capitalistas, ou seja, ocorreu também a colonização dos corpos, hábitos, relações e da subjetividade, como a alimentação, a espiritualidade, códigos, signos e comportamentos sociais. Padrões e subordinações estamentais também foram estabelecidos quanto ao gênero, com funções bem definidas para manutenção das regras de lucro e poder.

A hierarquização em um contexto binário gera, automaticamente, a submissão de parcela dos indivíduos, neste caso, compreendendo-se o recorte de gênero, da parcela do sexo feminino. Nesta mesma perspectiva dual, enquanto são fortalecidas as opressões, também são construídas resistências, e a luta pela garantia de direitos equânimes às mulheres ganha um nome, o Feminismo, que, de acordo com Fáveri:

O Feminismo é entendido como um compromisso político para pôr fim à sujeição das mulheres; e luta contra todas as formas de opressão da vida, as violências, pelo fim do sexismo, da exploração sexual, da desigualdade de direitos, da discriminação, dos preconceitos, e luta por justiça social (Fáveri, 2014, p.4).

Os movimentos sociais de mulheres e de ideologia feminista efervesceram em todo o mundo e aos poucos tomaram espaços públicos com posicionamentos políticos, assim também como foram apropriados pela moda e pelo consumo. Múltiplas foram, e ainda são, as divergências da militância, incluindo nuances de radicalidade e de abordagens estratégicas, pontuando-se também a existência de parcela feminina que não concorda e desaprova os ideais de igualdade entre os gêneros. Como exemplo, o acesso à educação, pois no Brasil, mulheres só tiveram acesso ao ensino médio a partir de 1827, e ao ensino superior, a partir de 1879.

Lideranças políticas, revolucionárias, grevistas e mártires, galgaram visibilidade e reconhecimento, como nas históricas manifestações estadunidenses de 8 de março 1857, em Nova Iorque, quando operárias foram brutalmente reprimidas por se manifestarem contra a exploração que sofriam, e em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City, na “Queima de Sutiãs” em frente ao concurso Miss América, contra os padrões de beleza, a objetificação e a subjugação dos corpos femininos.

Aos poucos, o mundo foi pressionado a realizar mudanças significativas. No Brasil a primeira participação feminina na política data do ano de 1928, por Alzira Soriano. Seguida da conquista do sufrágio facultativo para mulheres casadas autorizadas por seus maridos, solteiras ou viúvas com posses e renda, em 1932, e a queda de tais condicionalidades dois anos depois.

Para o alcance de tais vitórias, foram realizadas movimentações por parte da sociedade civil organizada, que culminaram, não de forma unânime, na institucionalização da causa, pontuando-se divergências quanto à institucionalização, ao envolvimento classista e identitário, como questões da luta racial e LGBT.

Dentre as personalidades brasileiras, ressalta-se Bertha Lutz e a tentativa de criação do Departamento Nacional da Mulher na década de 1930, nos moldes do Women's Bureau estadunidense, até o golpe do Estado Novo em 1937, acompanhada do surgimento de diversos movimentos sociais e associações,

culminando na fundação da Federação das Mulheres do Brasil, em 1949, mesmo ano em que Romy Medeiros fundou o Conselho Nacional de Mulheres, por meio do qual estabeleceu discussões e articulações políticas para a aprovação do Estatuto da Mulher Casada em 1962, que permitiu que mulheres trabalhassem sem autorização do marido, recebessem herança e pudessem solicitar a guarda de seus próprios filhos, e o primeiro Congresso Nacional de Mulheres em 1972 (Santos, 2006).

Para os países latinos e subdesenvolvidos, a derradeira institucionalização da luta pelos direitos das mulheres demorou décadas. Considerando-se um marco o ano de 1972, quando foi determinado que 1975 seria o “Ano Internacional da Mulher” pela Assembleia da ONU, frente aos mais de 100 países que compunham o congresso. Segundo Fáveri, (2014, p.10): “O Ano Internacional da Mulher foi marco para os movimentos em prol da busca da equidade de gênero, porque fez levantar problemas até então imersos e não visibilizados”. Entretanto, sobre o contexto nacional, a autora salienta:

O Brasil dos anos de 1970 vivia um regime ditatorial, caracterizado pela subordinação do Legislativo frente ao poder Executivo, perseguição aos opositores do regime, clandestinidade de partidos políticos de esquerda, proibições do direito de reunião, ou seja, era um tempo em que falar de direitos era difícil. As proposições acerca de questões dos direitos das mulheres perpassavam o mundo do trabalho, direitos previdenciários, e não era do interesse de parlamentares (Fáveri, 2014, p.2).

Em plena ditadura, a comemoração do “Ano Internacional da Mulher”, possibilitou espaços de debate político autorizados pela ONU e a inauguração do Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, e do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, promovendo reivindicações, eventos e manifestos, como a “Carta às Mulheres”, tanto aos militares como aos demais partidos políticos, ainda com visões conservadoras e sexistas, para inserção feminina na política, na ciência e na sociedade de forma geral, tendo em vista que, no Brasil, conquistaram o direito ao acesso ao crédito apenas em 1974.

Por sua vez, no México, no ano de 1975, acontece outro grande marco, a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, da ONU, assistida por mais de 14 mil pessoas, de diversos países e continentes, discutindo o tema “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, que promulgou a “Década da Mulher”, de 1975 a 1985, e aprova um Plano de Ação para efetivas conquistas globais (Fáveri, 2014).

Em meio às tensões religiosas e conservadoras, no território brasileiro, em 1977 houve a aprovação do divórcio, pauta que notadamente representava maior preocupação patrimonial que a relativa à liberdade da mulher e a superação de violências intrafamiliares. Sobrevivendo ao Regime Militar e pela redemocratização do país, em 1979, quando no país passou a ser garantida às mulheres a prática esportiva, foi promovido em Fortaleza o primeiro Encontro Nacional Feminista, com edições anuais até 1987, posteriormente ganhando certa periodicidade, e a criação da Frente de Mulheres Feministas, em São Paulo.

Por sua vez, o Brasil assinou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher da ONU em 1980, legitimando-a em 1984. Neste contexto, durante as eleições estaduais de 1982, foram elaboradas propostas de instituição dos primeiros Conselhos de Políticas para Mulheres, sendo assim, em 1983, tanto em Minas Gerais como em São Paulo, nasceram os primeiros Conselhos Estaduais.

O Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo surge entre conflitos dos movimentos sociais e partidários, entre opiniões diversas sobre a utilidade consultiva e a necessidade de órgão executivo, como uma coordenadoria (Santos, 2006).

As preocupações de parcela ativa da militância partiam do receio da descaracterização do feminismo e do movimento de mulheres, a partir da institucionalização decorrente da participação em órgão governamental, entretanto, o Conselho Estadual de São Paulo conduziu as questões de gênero para discussões internas e estruturais da máquina pública. Yumi Garcia dos Santos destaca:

Sua existência pioneira foi alvo de diversos debates, críticas e avaliações no que se refere à autonomia do movimento de mulheres em relação ao Estado e a representação do movimento no seio da instituição, servindo de base para a posterior criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) (Santos, 2006, p.404).

Por sua vez, em contexto nacional, o ano de 1985 data a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, pela Lei Federal 7.353 de 29 de agosto. Neste mesmo período, os movimentos sociais de cunho feminista também participaram das lutas por direitos constitucionais, como exemplo, por meio do "lobby do batom", para inserção da perspectiva feminina nos debates constituintes, como afirma Fáveri:

Com afincos as lobistas garantiram o direito de a mulher ser considerada chefe de família, o fim do pátrio-poder e da administração dos bens somente pelo homem, bem como o reconhecimento de igualdade salarial para ambos os sexos, e a conquista de quatro meses de licença-maternidade” (Fáveri, 2014, p.4).

No cenário local de Bauru, o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres foi criado com o nome de Conselho Municipal da Condição Feminina por meio da Lei Municipal 3.558, de 06 de maio de 1993. Ligado ao gabinete do poder executivo, cabia a este garantir espaço físico, pessoal técnico e administrativo e recursos financeiros para possibilitar programas e projetos, além das atividades deste Conselho, praticados mediante aprovação de plano apresentado ao prefeito.

O artigo 4º tornava obrigatória a presidência feminina e dividia a composição do Conselho entre Conselho Deliberativo e Corpo Técnico e Administrativo sob responsabilidade da presidência do Conselho. Por sua vez, o 5º caracterizava-o como deliberativo, composto por 15 membros da sociedade civil e 4 conselheiras servidoras públicas municipais afastadas para prestação de serviços exclusivos ao Conselho, das áreas de Saúde, Educação, Jurídica e Promoção Social.

Outro importante marco local foi a promulgação da Lei Municipal 3.866, de 12 de abril de 1995, que criou o Centro Integrado de Atendimento à Mulher, conhecido pela sigla CIAM. No mesmo ano, o Decreto Municipal 7.372 de 21 de julho, nomeou representantes da sociedade civil e do poder público municipal, para compor o Conselho Municipal da Condição Feminina, na gestão 1995/1997. Após a posse do Conselho, foi instituído o Decreto 7.804, de 21 de outubro de 1996, regulamentando a Lei do CIAM, especificando seu funcionamento e atribuições, enquanto órgão subordinado ao Gabinete do Sr. Prefeito Municipal, com apoio e assessoramento do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru.

Seu principal objetivo era o atendimento de mulheres com mais de 14 anos que solicitasse diretamente ou fossem encaminhadas pela delegacia, ou serviços assistenciais, em situação de violência, discriminação e demais violações de direitos, ofertando orientação jurídica, psicológica e social, assim como cursos profissionalizantes, programas educacionais de saúde, cultura, trabalho, cidadania e direitos da mulher, e promovendo eventos como feiras, exposições e atividades correlatas.

Em 1996 também foi assinado o Decreto 7.805, que regulamentou a Lei de criação do Conselho, 3.558/1993, este, ligado ao Gabinete do Prefeito de Bauru, com local próprio e horário de expediente, passa a ter natureza consultiva, normativa, fiscalizadora e representativa. Composto por Comissões de Saúde, Justiça e Trabalho, Educação, e as que mais fossem necessárias, o Conselho deveria discutir questões referentes ao papel da mulher e aos seus problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, elaborando um projeto de atividades para apresentação e autorização do mesmo por parte do executivo. Às comissões cabiam ainda a responsabilidade de divulgação e mobilização social.

Em 28 de julho de 1997, o Decreto 8.010, nomeia as integrantes do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru para a gestão 1997/1999, esta que a partir do Decreto 8.348, de 1 de dezembro de 1998, também constituiu o grupo de trabalho de planejamento e coordenação da Campanha Nacional e do Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar em Bauru, sob o tema: “Uma vida sem violência é um direito nosso”.

Em sequência, os Decretos 8.530 de 1999, 9.041 de 2001 e 9.571 de 2003, nomearam as integrantes do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru para os respectivos biênios de 1999/2001, 2001/2003 e 2003/2005.

Enquanto isso, em âmbito nacional, apenas a partir de 2002 o Código Civil passou a desconsiderar a “falta de virgindade” como um motivo legal para a anulação matrimonial, e em seguida, Lei Federal 10.683 de 2003 instituiu a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para assessoria direta ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres.

Em 2004, o Decreto Municipal 9.706, de 26 de janeiro, convocou a primeira Conferência Municipal de Políticas para Mulheres de Bauru. Em março do mesmo ano, os Decretos 9.732 e 9.740, nomearam os membros da Comissão Organizadora desta Conferência. A 1ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, foi presidida pelo CIAM junto ao Conselho Municipal da Condição Feminina, com o tema: “Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero”.

Em 5 de outubro de 2005, o Decreto Municipal 10.104, nomeou a gestão 2005/2007 do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru, que por sua vez, acompanhou a histórica sanção da Lei Federal conhecida como Maria da Penha, nº

11.340, em 7 de agosto de 2006, e participou da 2ª Conferência Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, convocada pelo Decreto 10.425 de 2007, que aconteceu no dia 26 de abril de 2007, coordenada por este Conselho, em parceria com representantes do poder público e demais movimentos organizados de mulheres. A tarefa proposta pelo movimento conferencial nacional propunha a análise da realidade local e dos desafios para a implementação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, a avaliação das ações dos Planos Municipais anteriores e das resoluções das propostas da 1ª Conferência Municipal, e o debate de caminhos para a ampliação da participação feminina nos espaços e em papéis decisórios.

Após a 2ª Conferência, o Decreto 10.552, de novembro de 2007, nomeou a gestão 2007/2009 do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru, assim como o Decreto 11.118, de dezembro de 2009, que nomeou a gestão 2010/2011.

Reivindicada desde a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru, a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência, com capacidade máxima para o acolhimento de 20 pessoas, foi implantada no município pela SEBES em agosto de 2009 e inaugurada em outubro, com o nome de Marilucia Mauad, assistente social vítima de feminicídio pelo próprio companheiro, com quem tinha um filho, em 2008.

Este acolhimento provisório, de no máximo 180 dias, acompanha apoio psicológico, orientação para o mundo do trabalho, inserção em programas e benefícios governamentais, e acompanhamento técnico posterior ao desacolhimento. Os encaminhamentos são recebidos da DDM e do Centro Integrado de Atenção às Vítimas de Violência - CIAVI, que na época, atendiam todo tipo de vítimas, posteriormente substituído por novos equipamentos públicos, assim como a própria Casa Abrigo para Mulheres, que passou a seguir a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais de 2009 e se mantém por convênio com a SEBES em parceria com OSC.

Já na ausência do CIAM, tendo em vista a aprovação de projeto pelo Governo Federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 26 de novembro de 2010 foi inaugurado em Bauru o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Bauru, o CRM, que, de acordo com sua Norma Técnica de Uniformização, publicada pelo Governo Federal em 2006, devem, em todo o país, ofertar atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico,

desenvolver estratégias de prevenção, articulação e qualificação dos profissionais da rede de atendimento e viabilizar o levantamento de dados locais sobre a violência contra a mulher.

Em Bauru, devido à ausência de órgão de gestão específico às políticas para mulheres, o CRM foi criado no âmbito da SEBES, para atender 350 mulheres que o procuram de forma espontânea ou via encaminhamentos, garantindo a efetivação de seus direitos, sem ferir seu poder de autodeterminação, mas promovendo meios para seu fortalecimento, interrompendo e prevenindo futuros ciclos de violência.

Em Bauru, a orientação jurídica à mulher é desenvolvida pelo Programa de Orientação da Rede de Proteção Social - POS, uma equipe de advogados de Organização da Sociedade Civil conveniada, assim como também é ofertado pela Defensoria Pública, que mantém plantões quinzenais no local com a finalidade de orientar, dar assistência jurídica e encaminhar as mulheres para o acesso à justiça e a garantia do acompanhamento de seus processos.

Também em Bauru, a 3ª Conferência Municipal dos Direitos das Mulheres aconteceu em 26 e 27 de agosto de 2011 com o tema “Mulheres discutem”, convocada pelo Decreto 11.620, como etapa local preparatória para as Conferências Estadual e Nacional de Políticas para Mulheres. Aos objetivos das edições anteriores, soma-se a erradicação da pobreza para o pleno exercício da cidadania pelas mulheres.

No cenário global, as Conferências Mundiais permanecem como marcos diplomáticos para o estabelecimento de tratados, principalmente quanto ao meio ambiente e aos direitos humanos, culminando no alinhamento da atual agenda 2030. No campo das pautas femininas, 2011 marca o início da ONU Mulheres, como demonstra Fáveri:

“À I Conferência Mundial da Mulher, seguiram-se outras três: a II Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Copenhague, Dinamarca, em 1980; a III Conferência Mundial sobre a Década da Mulher, Nairobi, Quênia, de 15 a 26 de julho de 1985; e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz, Pequim, China, de 04 a 15 de setembro de 1995; nesta última, compareceram mais de 180 países e cerca de 35.000 pessoas. Estas Conferências contribuíram como ponto de convergência das atividades coordenadas em favor dos direitos da mulher e sua participação na vida política e econômica, adquirindo dimensão global. No dia 2 de julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU votou por unanimidade a criação do órgão para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), que passou a funcionar em 1º de janeiro de 2011” (Fáveri, 2014, p.10).

Em 2012, o Decreto 11.758, nomeia a gestão 2012/2014 do Conselho Municipal da Condição Feminina de Bauru, partícipe da Câmara Técnica de implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Município de Bauru, instituída pelo Decreto 12.176, de junho de 2013.

Em 10 de março de 2014, foi assinada a Lei Municipal 6.494, ainda em vigor, que reestruturou o Conselho, denominando-o como Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, reafirmando seu caráter consultivo e deliberativo, descrevendo suas atribuições em 10 incisos, dividindo sua representatividade de forma paritária entre 20 membros do poder público e 20 membros da sociedade civil, estes últimos segmentados em representações do sexo feminino organizadas em chapas; de usuários; e de organizações, enquanto conselheiros titulares e suplentes. Sendo assim, o atual CMPM é composto por 20 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes.

Como descreve a Lei 6.494, o CMPM possui o “objetivo de sensibilizar, mobilizar, implementar e divulgar ações em torno desta Política, com articulação intersetorial e interinstitucional entre as demais Políticas Públicas com vistas à garantia de direitos do segmento”. Este Conselho fica vinculado administrativamente à SEBES, e a participação em sua eleição é aberta a qualquer munícipe maior de 16 anos, com documento oficial com foto, seguindo as regras da Comissão Eleitoral vigente.

Após o vigor da nova lei de estruturação do CMPM em março de 2014, em agosto, o Decreto Municipal 12.549, nomeou os membros da gestão 2014/2016. No mês seguinte, em 24 de setembro, a Lei Municipal 6.556 criou a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, subordinada ao Gabinete do Secretário Municipal da SEBES, para formular, coordenar e acompanhar políticas e diretrizes voltadas às mulheres, bem como colaborar com a Secretaria na articulação intersetorial e interinstitucional, visando implantar e fortalecer a rede de atendimento às mulheres, por meio da citação de 17 detalhadas atribuições, com a previsão, no Artigo 4º, de estrutura organizacional, na qual constam: 1 cargo comissionado de livre nomeação enquanto Coordenador de Políticas para as Mulheres, 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Agente Administração, e 1 Servente de Limpeza. Entretanto, até fevereiro de 2024, o único cargo contratado foi a coordenação comissionada, não tendo sido composta a equipe desta Coordenadoria.

Em março de 2015, no Brasil, a partir do advento da Lei do Feminicídio, número 13.104, o assassinato de mulheres é permanentemente julgado como crime de homicídio, e em consonância, em Bauru, em 9 de setembro do mesmo ano, o Decreto 18.870 convocou a 4ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres. Por sua vez, o Decreto 12.871, designou membros para a Comissão Organizadora da mesma, que aconteceu em 11 de setembro de 2015, com o tema: “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”. A 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres foi realizada entre outubro e dezembro de 2015, e a 4ª Conferência Nacional, em março de 2016.

O Decreto Municipal 13.151 de 8 de setembro de 2016 nomeou os membros do CPMU para a gestão 2016/2018, e o Decreto Municipal 13.976, de 31 de outubro de 2018, nomeou a gestão 2018/2020.

Ainda em 2018, mas no cenário nacional, a Lei Federal 13.718 de 24 de setembro, classificou a importunação sexual de mulheres como crime, em seguida, em 27 de novembro, o Decreto Federal nº 9.586, instituiu o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Ambos instrumentos com o objetivo de ampliar e fortalecer as políticas públicas em prol da garantia dos direitos das mulheres, do enfrentamento a toda e qualquer violência e da inclusão das mulheres nos processos de desenvolvimento do país, prevendo o aprimoramento do atendimento humanizado, da formação continuada dos profissionais da Rede Especializada de Atendimento às Mulheres e a realização de campanhas e ações educativas sobre a Lei Maria da Penha.

Em consonância, em Bauru, o Decreto Municipal 14.320, de 22 de julho de 2019, cria o Comitê Municipal de Prevenção e Combate às Violências Domésticas - CMPCVD, citando, dentre outras questões, as especificidades de ciclos de vida, como pessoas idosas, por exemplo.

O Comitê Municipal de Prevenção e Combate às Violências Domésticas possui caráter consultivo e visa subsidiar o poder público na elaboração do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, em relação à aplicação dos recursos destinados à execução das políticas públicas de prevenção e de combate às violências domésticas, compreendidas em suas múltiplas dimensões, permeando quaisquer ciclos de vida. Destaca-se a prerrogativa do CMPVD de encaminhar propostas em conjunto com o CMDCA, COMUPI e COMUDE. O Comitê é

constituído com a participação de duas conselheiras do CPM, assim também, como o CPM possui 2 cadeiras no CMAS.

Já em dezembro do ano de 2019, a Prefeitura de Bauru, por meio da Secretaria de Saúde, inaugurou a Casa da Mulher, com recursos de contrapartida de Instituição de Ensino Superior particular após realização de Estudo de Impacto de Vizinhança, enquanto uma unidade central de atendimentos específicos à saúde deste público, tanto da atenção básica, como de especialidades e urgência. Destaca-se que os atendimentos já aconteciam há um ano, atingindo quase 20 mil pessoas, ainda que sem a total finalização da estrutura.

A Casa da Mulher de Bauru oferta atendimentos de Planejamento Familiar enquanto atenção à saúde reprodutiva e sexual das usuárias, realizando procedimentos contraceptivos como implantação do Dispositivo Intrauterino - DIU e atendimento multidisciplinar para laqueaduras e vasectomias, incluindo atividades para prevenção de gravidez precoce e infecções sexualmente transmissíveis - ISTs, pré-natal, grupos de gestantes, exames complementares, orientação sobre acesso ao benefício salário-maternidade, consultas com endocrinologistas e nutricionistas, ultrassom, mamografia, coleta de papanicolau e avaliação de mamas.

Destacam-se como diferenciais, em relação aos demais estabelecimentos de saúde, consultas ginecológicas para mulheres com deficiência física e mobilidade reduzida, com estrutura tecnológica adaptada para o atendimento inclusivo, assim como acompanhamento odontológico, ginecológico, psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência, oferta de testes rápidos e profilaxia pós-exposição ao HIV, sífilis e hepatite, contracepção de emergência, notificação de violências, encaminhamento para a Delegacia da Mulher - DDM e para o CRM nos casos de acolhimento e medidas protetivas, e por meio de parceria da Prefeitura com a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, oferta orientação jurídica por advogadas, uma vez por semana.

Em 10 de dezembro de 2019, a SEBES promoveu o lançamento da Rede de Enfrentamento da Violência, apelidada de REVIDA, premiada com R\$350 mil reais do Programa Parcerias Municipais do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR, no ano seguinte, em 14 de dezembro de 2020, em conjunto com o Comitê Municipal de Prevenção e Combate às violências domésticas.

Dentre os serviços que compõem as articulações da REVIDA, estão: os CREAS, o CRM, a Casa Abrigo, o POS, a DDM, a Casa da Mulher e o Anexo de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, sendo este último um convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para oferta de atendimentos especiais para resolução de questões jurídicas.

Destaca-se a gestão CPM do biênio 2018/2020, como o colegiado que vivenciou tanto a abertura da Casa da Mulher, da REVIDA, como o enfrentamento à pandemia de COVID-19, tendo seu mandato prorrogado por 180 dias, pelo Decreto Municipal 15.085 de 9 de novembro de 2020. Em sequência, o Decreto Municipal 15.186, de 28 de dezembro de 2020, oficializou o luto devido ao falecimento da senhora Marizabel Moreno Ghiradello, ocorrido dois dias antes, em 26 de dezembro de 2020. Marizabel é reconhecida como uma referência municipal da defesa dos direitos e no combate a violência contra as mulheres, tendo exercido a presidência da Comissão de Ação Social e Cidadania - OAB SP e do CPM.

Em 2021, no país, a Lei 14.192 de 4 de agosto criminaliza a violência política contra as mulheres e estabelece formas para sua prevenção, repressão e combate. Por sua vez, em contexto municipal, o Decreto Municipal 15.602 de 20 de setembro, nomeou os membros do CPM para a gestão 2021/2023, tendo sua Comissão Executiva publicada pelo Decreto 15.692 de 11 de novembro de 2021.

Sob a presidência da senhora Maria da Glória Lima dos Reis Cruz, a gestão 2021/2023 enfrentou diversos desafios, entre eles o questionamento ao poder executivo quanto a ausência da equipe prevista em Lei para a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, até então inoperante; de um Plano Municipal atualizado para verdadeiro impacto nos índices de violência contra mulher; oficialização de seu Regimento Interno, publicado no Diário Oficial de 13 de maio de 2023; da abertura de fundo municipal para recebimento de recursos que possam fomentar a execução das políticas públicas necessárias às medidas de prevenção e combate às situações de risco; e a concretização da destinação de emenda parlamentar para custeio R\$ 200.000,00 do ex-Deputado Federal Rodrigo Agostinho, para aquisição de novas instalações do CRM e da Coordenadoria das Mulheres, por um ano, que serão inauguradas em 2024; acrescenta-se ainda as lutas pela Casa da Mulher Brasileira em Bauru, por meio da efetivação do acordo entre o município de Bauru, a Empresa CPFL e o Ministério Público, que detém recurso para reforma predial de equipamento na Avenida Nuno de Assis, como a troca do telhado e adaptação da

acessibilidade, com a promessa do executivo municipal de custear, via rateio, a Casa Mulher Brasileira mensalmente, em valor de R\$500.000,00.

Ressalta-se que, além de coro aos demais Conselhos vinculados à Casa dos Conselhos na luta por melhores e mais centrais instalações para este importante equipamento público, o CPM também foi chamado pela sociedade a se posicionar em diversas questões, como na contratação de homem para cargo comissionado do alto escalão da Secretaria Municipal de Saúde, sob suspeitas de abuso contra mulher, de acordo com documentação policial em poder da vereança.

Na audiência pública, relatada no capítulo anterior, que ocorreu em 24 de maio de 2023, por iniciativa da vereadora Estela Alexandre Almagro, ao versarem sobre o diagnóstico e os desafios do controle social frente ao papel dos Conselhos Municipais de políticas públicas, diversas representantes dos Conselhos pontuaram o caso, como Ariani Queiroz Sá:

Eu também quero deixar aqui o meu repúdio enquanto Conselho da Pessoa com Deficiência, enquanto mulher com deficiência passível de violência, em relação à contratação desse homem pela secretaria da saúde, acho que é inadmissível isso, não vou criar polêmica em relação a isso, mas eu acho que esse é o momento da gente estar se manifestando. Tá certo? Porque isso é recente, está na mídia, sabe, eu acho sim que qualquer contratação, seja homem, seja mulher, tem que ser investigada a vida da pessoa, porque se eu presto um concurso público, se eu tenho alguma mácula na justiça, eu não vou ser contratado, entendeu? Então que a mesma regra também sirva para contratações para cargos comissionados, digamos né (Audiência [...], 2023, 1 h 17 min 15 s).

A movimentação das conselheiras e da vereadora, em questão, resultou na dispensa do contratado pela secretária municipal da Secretaria de Saúde, afastando-o do cargo e do município, mediante a comprovação da condenação.

Glória, como costuma ser chamada, pontuou ainda nesta Audiência Pública sobre os baixos índices de atualização do Cadastro Único no município, a baixa capilarização, mobilização e busca ativa da política de Assistência Social, e por fim, quanto a importância da intersetorialidade e do orçamento para cumprimento do ciclo de políticas públicas para a garantia de direitos humanos e sociais, questionando sobre a falta de investimento nos Conselhos e em especial, na pauta das mulheres:

[...] que políticas nós vamos construir e que dinheiro vai vir se o cadastro único não contempla essa mulher que mais precisa? Antigamente eu tinha uma certa ingenuidade, como todo mundo tem, e hoje tem que se olhar para

o orçamento, cadê o orçamento das mulheres? Cadê a conversa entre as secretarias? (Audiência [...], 2023, 54 min 54 s).

Por sua vez, a gestão atual do Conselho, 2023/2025, foi nomeada de acordo com o Decreto Municipal 17.191 de 21 de novembro de 2023, mesmo dia em que se iniciou em Bauru a Semana Pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, promovida pela SEBES, por meio da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e do Conselho de Política para Mulheres, em consonância ao 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher, instituído pela ONU em 1999, para a prevenção de violências contra mulheres de qualquer idade.

A programação contou com capacitações para síndicos de condomínios sobre a Lei Municipal 7.694/2023, que responsabiliza residenciais e loteamentos com acesso controlado, pela comunicação de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência; com a palestra sobre Inovações Legislativas no enfrentamento à violência contra a mulher, por Alice Bianchini; conversa com a renomada professora Marilda de Oliveira Lemos sobre o trabalho com homens como forma de enfrentamento à violência contra mulheres; debate com a Coordenadoria de Políticas para Mulheres, o CPM e o CRM com o tema: Universidades e Faculdades Unidas na Proteção à Mulher; e sobre o Protocolo “Não Se Cale”, ministrada pela secretária estadual de Políticas para Mulheres, Sonaira Fernandes. Uma caminhada pelo centro comercial e histórico da cidade, intitulada “Bauru de Todas”, encerrou o evento com a distribuição de flores e panfletos.

Após a Semana, a SEBES, por meio dos CRAS e do CRM, também promoveu a participação do município na campanha mundial contra a violência de gênero, conhecido como “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Anualmente, por meio da realização dos “Encontro Panapanã”, nos territórios de maiores índices de vulnerabilidade social, entre os dias 25 de novembro, como anteriormente mencionado devido ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e 10 de dezembro, considerado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Tais Encontros são nomeados pela designação do coletivo de borboletas, panapanã, como metáfora de inspiração de metamorfoses e libertações, constituídos de rodas de conversa com a participação de mulheres que compartilham suas experiências de superação, para conscientizar e mobilizar ações concretas para

prevenir e eliminar a violência doméstica. Buscam encorajar a participação social na defesa dos direitos das mulheres e meninas em situação de risco.

Após a nomeação da gestão 2023/2025 do CPM no final de novembro, esta só tomou posse em 14 de dezembro de 2023, podendo assim iniciar seus trabalhos em caminho anteriormente pavimentado pela gestão passada, como exemplificado pelas diversas Audiências e Reuniões Públicas da Gestão CPM 2021/2023, para viabilizar a criação do Fundo Municipal de Políticas para Mulheres, em meio aos debates na Câmara Municipal desde junho de 2023, que possibilitaram que, dois dias após a posse da nova gestão, em 16 de dezembro de 2023, fosse publicada no Diário Oficial do município a Lei 7.772, de 12 de dezembro deste mesmo ano, que cria o Fundo Municipal de Políticas para Mulheres - Bauru - FMPM-BAURU, viabilizando a utilização de recursos, inclusive os já conquistados, específicos para a agenda de governança e interesse público pautada por este Conselho.

Após a abertura de Fundo Municipal, o CPM deverá se organizar em comissões de normatização, inscrição e acompanhamento/fiscalização, para compor rol de organizações inscritas e certificadas pelo Conselho, podendo inclusive realizar a abertura de Chamamento Público para Edital de Banco de Projetos, criando uma nova forma de captação de recursos para os projetos, serviços e programas executados no município em defesa das mulheres.

Como destaque, ressalta-se também o reconhecimento do trabalho bauruense pela segunda edição do Prêmio #Rompa TJSP/APAMAGIS - Associação Paulista de Magistrados, na categoria Magistrada/Magistrado, entregue no dia 14 de dezembro de 2023 no Palácio da Justiça, na capital do estado de São Paulo. A Juíza Daniele Mendes de Melo, ficou com o primeiro lugar, devido ao projeto Alô Mulher, executado pelo Anexo da Mulher da Comarca de Bauru, que proporciona acompanhamento multidisciplinar às atendidas que necessitam de medidas protetivas de urgência, colaborando na identificação das violências e das possíveis situações de agravamento do risco, por meio da integração da rede de órgãos e instituições de atendimento e articulação de encaminhamentos para programas de acolhimento.

Ainda que tenham ocorrido mudanças importantes no que diz respeito à participação política das mulheres e seu acesso aos espaços de decisão e poder, os números ainda apontam para uma pequena minoria que alcançou postos políticos de grande poder institucional, apesar das grandes manifestações e lutas travadas.

Entretanto, este caminho nos conduziu aos novos equipamentos que serão inaugurados na cidade de Bauru em 2024, estes que serão novos pontos de partida para outras conquistas.

4.7 COMUDE e a Coordenadoria da pessoa com deficiência

Em nível federal, no Brasil, as questões referentes aos direitos da pessoa com deficiência começam a ser institucionalizadas pelo governo a partir do Decreto 91.872, de 4 de novembro de 1985, que aponta para o primeiro modelo de Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente. A seguir, em 29 de outubro de 1986, o Decreto 93.481 cria a Coordenadoria Nacional para a Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE. Ao reestruturar a CORDE em 1989, a Lei Federal 7.853, institui o primeiro Conselho de políticas públicas nesta temática, o Conselho Consultivo da Corde, paritário, propositivo e consultivo.

Por sua vez, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - PNIPPD, foi instituída pelo Decreto 914, de 6 de setembro de 1993 e, 6 anos depois, é criado o CONADE, por meio do Decreto 3.076, de 1 de junho de 1999, no âmbito do Ministério da Justiça. Em dezembro do mesmo ano, o Decreto 3.298 revogou o Decreto 3.076, instituiu a Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência e manteve a estrutura do CONADE.

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa com Deficiência - CEAPcD foi criado pelo Decreto 23.131, de 19 de dezembro de 1984, antes mesmo do primeiro modelo de Conselho Nacional.

No que concerne à estrutura local estudada, o Conselho Municipal que trata do segmento da pessoa com deficiência é um dos mais antigos de Bauru. Sua Lei de criação completou 30 anos em 2021. A Lei 3.298, de 28 de fevereiro de 1991, foi decretada e promulgada pela Câmara Municipal de Bauru e criou, vinculado à então Secretaria de Projetos Comunitários - SEPROCOM, o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD. De lá para cá, foram seis novas leis que promoveram alterações e revogaram as anteriores, as quais serão aqui apresentadas em ordem cronológica.

A Lei 4.248, de 31 de julho de 1997, decretada e promulgada pela Câmara Municipal de Bauru, reformulou o CMPD, incluindo a Pessoa Idosa, com a

denominação de Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Deficiente, vinculando tal instância à SEBES.

Após 2 anos, em 27 de dezembro de 1999, a Lei 4.497 desmembrou esses 2 segmentos, criando o Conselho Municipal da Pessoa Idosa, também vinculado à SEBES, e no dia seguinte, em 28 de dezembro do mesmo ano, a Lei 4.503, alterou o CMPD, denominando-o Conselho Municipal da Pessoa Portadora de Deficiência – COMUDE. Ambas aprovadas pela Câmara Municipal, sancionadas e promulgadas pelo Prefeito Municipal da época.

Outra alteração promovida pela Lei de 1999 foi a previsão do Censo Municipal da Pessoa com Deficiência, que deveria ser realizado por meio da parceria entre o COMUDE e a SEBES, entretanto, em 2024, não foram encontrados registros que apontam para a realização deste estudo nestes 25 anos, desde sua proposição. Sobre esta questão, a ex-coordenadora do COMUDE, Ariani Queiroz Sá, relatou na Audiência Municipal de 24 de maio de 2023:

[...] o COMUDE, ele tem previsão dentro da Lei, inclusive já andei conversando isso com a Ana Sales no ano passado, sobre a questão municipal do censo da pessoa com deficiência, nós não temos, nós não sabemos quantos nós somos, eu já citei pela base de dados da secretaria de Estado da pessoa com deficiência, até no ano de 2021, nós somos uma gama de pessoas com deficiência muito grande né. Bauru tem mais de 24.000 pessoas com deficiência, é muita gente, e onde nós estamos, como se cria política pública para pessoa com deficiência se nós não sabemos onde elas estão, entendeu? (Audiência [...], 2023, 1 h 18 min 28 s).

Passados quase 5 anos da alteração da Lei em 1999, a Lei 5.114 de 05 de abril de 2004, alterou o número de integrantes e a representação de algumas cadeiras no COMUDE.

Quanto ao acompanhamento e a participação no movimento conferencial nacional, em Bauru, a primeira Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi realizada nos dias 15 e 16 de setembro de 2005, na Instituição Toledo de Ensino - ITE, na Sala do Júri, trabalhando o tema: “Acessibilidade: Você também tem compromisso”, em consonância com a primeira Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, que ocorreu em São Paulo em 30 de março de 2006, e com a Nacional que ocorreu em Brasília de 12 a 15 de maio de 2006.

No contexto municipal, em 2008, a Lei 5.558, de 10 de março, novamente reestruturou e alterou a denominação para Conselho Municipal dos Direitos da

Pessoa com Deficiência, vinculando-o à Secretaria Municipal de Educação. Enquanto em contexto nacional, aconteceu a 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, entre os dias 1 e 4 de dezembro de 2008, precedida pela 2ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência do estado de São Paulo, que aconteceu no dia 28 de agosto, ambas com o tema: “Inclusão, participação e desenvolvimento: um novo jeito de avançar”. Não foi encontrada qualquer informação sobre a realização da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bauru, mas tendo em vista as orientações da 2ª Conferência Nacional, provavelmente Bauru possa ter participado da etapa regional, até 15 de julho de 2008.

A seguir, Bauru sediou em 01 de junho de 2012 a 3ª Conferência Regional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, referente ao Núcleo Regional 8, que abrange as regiões de Bauru, Marília e Presidente Prudente. Organizada pelo Núcleo em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Bauru e com o coordenador do COMUDE Bauru, Eduardo Jannone da Silva, a Conferência recebeu 100 representantes da região de abrangência do Núcleo, levando propostas e delegados para a 3ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que aconteceu nos dias 24 e 25 de julho de 2012, em São Paulo, que por sua vez conduziu o movimento até a Conferência Nacional, que aconteceu em Brasília de 03 a 06 de dezembro de 2012; os três níveis conferenciais trabalharam o tema: “Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Novas perspectivas e desafios”.

Já com o tema: “Os Desafios na Implementação da Política da Pessoa com Deficiência: a Transversalidade como Radicalidade dos Direitos Humanos”, ocorreram a 4ª Conferência Estadual entre os dias 1 e 3 de dezembro de 2015 e a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nos dias 24 a 27 de abril de 2016, em Brasília. Mais uma vez, não foram encontrados documentos que comprovem a realização da edição municipal, entretanto, desta vez, verificou-se que, o Diário Oficial de 15 de outubro de 2015, publicou convocação de reunião extraordinária no dia 20 de outubro, com a pauta única de discutir os preparativos conferenciais. Assim como no 2º e 3º movimento conferencial, Bauru possa ter participado em formato regional.

Em 30 de junho de 2016, Bauru sediou o Fórum Regional sobre “Violência contra Pessoas com Deficiência”. Evento realizado pela SEBES em parceria com a

Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a APAE - São Paulo, como parte integrante do “Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência, Cuidando do Cuidador”, que se dirige até às regionais para mapear a oferta de políticas públicas para a Pessoa com deficiência, oportunizar troca de experiências exitosas e aproximar os Programas Estaduais dos trabalhadores e usuários dos serviços locais.

Ainda em 2016, mas no dia 18 do mês de outubro, Bauru voltou a sediar o evento, em seu 4º encontro, com o objetivo de formular propostas de fortalecimento das atuais ações de enfrentamento e prevenção de violação de direitos contra a pessoa com deficiência.

Em 5 de outubro de 2017, a Lei Municipal 6.975 alterou dispositivos da Lei de 2008, após 9 anos de vigência, ampliando o número de conselheiros, mas mantendo a paridade. E finalmente, em vigor até o momento, foi assinada a Lei 7.134, de 23 de outubro de 2018, que promoveu, a pedido da secretária municipal de educação da época, o retorno da vinculação do COMUDE para a SEBES.

No ano de 2019 a pauta dos direitos da pessoa com deficiência ganhou destaque na agenda do município, influenciando todo o contexto nacional de locação automotiva. Por meio de uma denúncia do então vice-coordenador do COMUDE Bauru, Carlos Eduardo de Oliveira, foi aberta uma ação contra a empresa Localiza; no mesmo ano, a empresa assinou um Termo de Ajuste de Conduta, se comprometendo a garantir um veículo adaptado a cada 20 automóveis de sua frota. A partir desta experiência, o Ministério Público ajuizou contra outras duas empresas, a Movida e a Unidas, obtendo apoio do Superior Tribunal de Justiça - STJ, garantindo assim que fosse validada a regra em todo o território brasileiro.

Por fim, o Decreto Municipal 15.843 de 4 de janeiro de 2022, convocou a atual gestão, do biênio 2021/2023⁴⁶, que participou respondendo os questionários da ATCCC aqui analisados. Destaca-se ainda que Bauru segue representada no biênio 2022/2024 do Conselho Estadual por duas Conselheiras desta gestão, Ariani Queiroz Sá e Rita de Cássia Leal.

⁴⁶ Também foram encontrados, por meio de pesquisa nos arquivos do Diário Oficial do Município de Bauru, os Decretos Municipais de nomeação de outras gestões do COMUDE, como: os Decretos 9.663 de 10 de dezembro de 2003, que nomeou a gestão 2001/2004; 9.817 de 2 de julho de 2004 que nomeou o biênio 2004/2006; 10.271 de 22 de agosto de 2006 da gestão 2006/2008; 10.795 de 19 de dezembro de 2008, gestão 2008/2010; 11.452 de 24 de janeiro de 2011, da gestão 2011/2012; 12.149 de 24 de maio de 2013 da gestão 2013/2014; 12.867 de 8 de setembro de 2015 da gestão 2015/2017; 13.563 de 26 de outubro de 2017, para o biênio 2017/2019; e o Decreto municipal 14.531 de 26 de dezembro de 2019, da gestão 2019/2021.

Após as diversas adequações, o COMUDE hoje é composto por 20 conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 20 cadeiras para a sociedade civil e 20 cadeiras para o poder público. Assim como os demais, suas gestões são de 2 anos, podendo haver uma recondução consecutiva dos membros que possuam interesse e conquistem a renovação da indicação do poder público, no caso da representação governamental, ou a reeleição em nova Assembleia Eleitoral, que define os representantes da sociedade civil.

O COMUDE possui reuniões ordinárias mensais, e extraordinárias quando há necessidade. De forma contínua, também há participação de seus membros representando o Conselho em outros órgãos, como o CMAS, o Fórum Municipal de Educação, a Comissão de Análise do Transporte Público de Passageiros com deficiência, Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Esportes, Comissão Inclusiva da Criança e Adolescente – CICA, o Comitê Municipal de Prevenção e Combate às Violências Domésticas – CMPCVD e a Comissão Permanente de Acessibilidade – CPA, com a possibilidade de concorrer à vaga na Comissão Colegiada da Casa dos Conselhos e no Comitê de Controle Social do Programa Bolsa Família. Assim como em 2005 chegou a compor, o até então inativo, Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Bauru - COMDURB, de acordo com o Decreto 10.065/2005.

Ressalta-se a importância da capacitação continuada dos conselheiros do COMUDE, com destaque quanto planejamento, análise e avaliação de políticas públicas, tendo em vista que além de possuir caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, a legislação deste Conselho descreve competências como formular, acompanhar o planejamento e o orçamento, e avaliar a execução, tanto da implantação como da implementação de políticas de interesse da Pessoa com Deficiência, em toda sua diversidade e complexidade individual, assegurando sua efetividade, incluindo as políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, assistência social, mobilidade urbana e outras que se relacionem aos direitos das Pessoas com Deficiência, assegurando a participação das mesmas neste processo, exigindo o cumprimento das legislações federal, estadual e municipal.

Quanto às especificidades das lutas por políticas públicas eficazes na garantia dos direitos da pessoa com deficiência, Ariani Queiroz Sá, mulher militante e cadeirante, na época à frente do Conselho Municipal de Bauru, e como mencionado, representante no Conselho Estadual, relatou:

[...] infelizmente é uma militância muito difícil, muito difícil mesmo, porque se os outros Conselhos que são todos voltados para as pessoas ditas normais, imagina o Conselho da Pessoa com Deficiência no qual a gente precisa de vários apoios para a gente estar militando, começando pela acessibilidade da nossa cidade que muitas vezes não nos favorece, mas isso é um ponto a ser discutido também em um outro momento, que seria interessante fazer uma discussão mais aprofundada em relação à acessibilidade até mesmo a acessibilidade da própria casa de leis, que muitas vezes é deficitária, enfim, mas assim o que eu tenho a dizer em relação à política da pessoa com deficiência o COMUDE, ele não tem um plano municipal da pessoa com deficiência, tudo que a gente tenta fazer é apagar fogo e pequenos focos de incêndio em relação a nossa militância, né (Audiência [...], 2023, 1 h 9 min 02 s).

Quanto ao caráter consultivo, o Conselho deve ser mobilizado para manifestação ou emissão de parecer técnico sobre projetos, programas, implantações de equipamentos sociais, tanto de entidades governamentais, como não-governamentais. Na mesma Audiência Pública citada no parágrafo anterior, Ariani cita exemplos de no mínimo duas leis municipais com direta referência às pessoas com deficiência discutidas e aprovadas na Câmara Municipal de Bauru, que aconteceram sem nenhuma consulta ou abertura para a participação do COMUDE; inclusive, em um dos casos a lei fora posteriormente considerada inconstitucional por falta de conhecimento técnico específico às patologias envolvidas.

Para o cumprimento das funções do COMUDE, os conselheiros devem ainda propor e incentivar a realização de campanhas de prevenção às deficiências e para a promoção dos direitos para efetiva participação da Pessoa com Deficiência na vida comunitária.

Entre outras atribuições, são frequentes os acompanhamentos e encaminhamentos de denúncias às instâncias competentes, como as relativas ao não cumprimento da garantia de direitos como a acessibilidade ou à negligência e violência sofrida por pessoas com deficiência.

Outro papel historicamente cumprido pelo COMUDE é de capacitação da população quanto aos direitos das pessoas com deficiência, como demonstrado pela tradicional ministração de cursos por meio da Escola de Gestão Pública Municipal - EGPM, formando servidores públicos multiplicadores de tais conhecimentos, favorecendo assim, a qualificação do atendimento nos serviços públicos.

O COMUDE também realiza eventos de mobilização e atividades relacionadas à causa, para dar visibilidade à sua atuação e estabelecer canais de

comunicação entre a sociedade e as pessoas com deficiência, como: a Semana de Combate ao Preconceito e à Discriminação, em parceria com a SEBES e seus demais Conselhos, prevista pela Lei 5.972, de 2010; a Semana Municipal de Prevenção às Deficiências, instituída pela Lei 3.516, de 1992; o Dia Municipal de Luta da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei 4.752, de 2001, celebrado anualmente no segundo sábado do mês de abril; o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, no dia 3 de dezembro; a Mostra Arte sem Barreiras, promovida pela Secretaria Municipal de Cultura; a REAB – Feira de Reabilitação de Bauru; a Virada Inclusiva e o Desfile de Moda Inclusiva, ambos promovidos pela Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo.

Em 2020, com a impossibilidade de realização de tais eventos e encontros presenciais, devido à pandemia COVID-19, ainda assim o COMUDE publicou no Diário Oficial de 16 de maio de 2020 que, para que se cumprisse com o estabelecido em seu Regimento Interno, especificamente em seu artigo 13, que, os trabalhos de fiscalização e deliberação sobre as políticas públicas que tratam dos cidadãos com deficiência de Bauru continuariam acontecendo normalmente, compreendendo que o contexto acirrava ainda mais as vulnerabilidades e riscos sociais desse público, resguardando todas as medidas científicas propostas para o combate do vírus, como o isolamento social e os protocolos e medidas de saúde necessárias. Por sua vez, a Semana Municipal de Prevenção às Deficiências ocorreu por meio de *lives*, viabilizando a participação virtual de pessoas até então não envolvidas nos processos presenciais.

Em 27 de fevereiro de 2020, o Decreto Federal 10.255 convocou a 5ª Conferência Nacional, entretanto, este foi alterado pelo Decreto 10.529, de 26 de outubro de 2020, que por sua vez também foi alterado pelo Decreto 10.879 de 1 de dezembro de 2021, que deixou um Ato do Ministro de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos a cargo de definir o período e o local, e a coordenação da 5ª Conferência Nacional para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nenhum dos atos tiveram continuidade. Ainda assim, em 25 e 26 de novembro de 2021 aconteceu a 5ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo – CEAPcD SP, atentando-se aos protocolos de biossegurança dos órgãos sanitários federais e internacionais, com o tema central: “Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos das Pessoas

com Deficiência”, e o subtema: “Construindo um Brasil mais Inclusivo”. Não foram registradas experiências municipais em Bauru.

No Diário Oficial do município, em 01 de setembro de 2022, foi publicada a Resolução 02/2022 do COMUDE, publicizando os critérios para a inscrição e renovação de inscrição dos serviços, programas e projetos no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Bauru, assim como das Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos. Ainda que sem fundo municipal próprio, a inscrição e relação mais próxima com as organizações possibilita ao COMUDE o acompanhamento e o diagnóstico local das políticas públicas para pessoas com deficiência no contexto local.

Após a superação das condições pandêmicas, já em 2023, a Mostra de Arte sem Barreiras foi prevista pelo Decreto 16.803 de 6 de junho, que instituiu o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Município de Bauru, em seu inciso 18, como um evento de grande relevância realizado pelo COMUDE no mês de outubro.

Nos dias 6, 7, 8 e 9 de março de 2023 aconteceu o Ciclo de Palestras com o tema “Crianças autistas como sujeitos de direitos: Perspectivas da Educação Inclusiva”, organizado pelo COMUDE em parceria com o Ministério Público, na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB Bauru. O evento contou com palestras sobre: “A educação como direito fundamental da pessoa com deficiência: Uma questão de justiça”, ministrada pelo Doutor Eduardo Jannone da Silva; “Por uma educação (mais) inclusiva”, ministrada pela doutora Livia Leme; e “Inclusão não é favor nem bondade”, da doutora Juliana Izar Soares da Fonseca Segalla. As intervenções foram compostas por apresentações culturais e relatos pessoais, como de mães atípicas. Nesta oportunidade, compunha este Conselho como conselheira indicada pelo Conselho Regional de Serviço Social, e realizei o cerimonial de 2 dos 4 dias de evento.

Já em 05 de outubro de 2023, em nova publicação, o Diário Oficial do Município divulgou a Resolução conjunta COMUDE/SEBES 3, de 4 de outubro de 2023, que convocou a 5ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência. Esta, que foi realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2023, nas dependências da Instituição Toledo de Ensino, com o tema central: “Cenário atual e futuro na implementação dos direitos da pessoa com deficiência: Construindo um Brasil mais inclusivo”, discutido por meio de 5 eixos temáticos: Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurando a participação das pessoas com

deficiência; Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada; Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência; Cidadania e Acessibilidade; e os desafios para a comunicação universal.

Com o mesmo tema, estão previstas a 6ª Conferência Estadual de 11 a 13 de março de 2024 e a 5ª Conferência Nacional para julho de 2024. A próxima conferência municipal está prevista para o ano de 2025.

Ainda que o COMUDE permaneça em vacância, em março de 2024, desde dezembro de 2023, em decorrência de atraso nas indicações dos representantes da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e correções para aprovação da minuta do Decreto de nomeação da próxima gestão, 2024/2026, mesmo após a publicação e convocação dos habilitados da sociedade civil no processo eleitoral em 18 de janeiro de 2024, o Projeto de Lei da Criação da Coordenadoria da Pessoa com Deficiência entrou em votação na Câmara Municipal de Bauru no dia 15 de fevereiro de 2024.

Por sua vez, o Diário Oficial do município publicou, no sábado 17 de fevereiro, o Projeto de Lei Nº 05/24, referente ao processo administrativo 4.301/24, sobre a criação da Coordenadoria de Políticas para a Pessoa com Deficiência, apresentando entre suas atribuições a responsabilidade de prestar assistência ao COMUDE, fomentar a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FUMPEDE, realizar a “Semana Municipal de Prevenção às Deficiências e Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”, instituída pela Lei Municipal 7.786, 22 de dezembro de 2023, em parceria com a SEBES, assim como elaborar, também em conjunto com a SEBES e o COMUDE, o Plano Municipal de Política para a Pessoa com Deficiência.

Para executar tais funções, dentre outras atribuições elencadas pelo Projeto de Lei, este, prevê a criação e contratação de cargo em comissão de Coordenador de Políticas para a Pessoa com Deficiência, para a Coordenadoria, e de função de confiança de Diretor de Divisão para a SEBES. A Exposição de Motivos do Projeto, publicada no Diário Oficial, acrescenta ainda que, a Coordenadoria também contará com estrutura organizacional, composta minimamente também por 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Agente de Administração, 1 Servente de Limpeza e 1 Motorista. Ressaltando ainda que a criação da Coordenadoria teria R\$150.959,58 de custo em 2024.

4.8 COMUPI e o lazer como um direito da pessoa idosa

No Brasil, a institucionalização das lutas pelos direitos das pessoas idosas se iniciou junto ao movimento constituinte, sob influência da 1ª Assembleia Mundial sobre Envelhecimento, organizada pela ONU em Viena, em 1982.

No Estado de São Paulo, a organização de um Conselho pelos direitos da pessoa idosa foi inserida na administração pública pela Lei 5.763, de 20 de julho de 1987, posteriormente atualizada pelas Leis 9.802, de 13 de outubro de 1997 e 12.548 de 27 de fevereiro de 2007, que instituem a Política Estadual do Idoso, e pelo Regimento Interno do Conselho, expresso pela Deliberação 008, de 04 de agosto de 2020.

Um ano após a criação do Conselho Estadual do Idoso do Estado de São Paulo, a promulgação da Constituição Federal de 1988, além das inovações relativas à seguridade social e a participação popular por meio do controle democrático, quanto aos idosos, em seu artigo 230, responsabilizou a família, a sociedade e o Estado pelo cuidado dos mesmos, especificando seu direito de participação na comunidade e de viver com dignidade e bem-estar.

Ainda que sem relação direta com os Conselhos, foram observados avanços na direção dos direitos da pessoa idosa em solo paulista, como a criação das Delegacias Especializadas de Proteção ao Idoso, por meio do Decreto 35.696, de 21 de setembro de 1992 e o Projeto Estadual do Leite - Vivaleite, em 1993. Enquanto isso, em toda a união, acontecia a implementação do Benefício de Prestação Continuada - BPC, através da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

Após 6 anos de vigência da Carta Magna, a Lei Federal 8.842, de 4 de janeiro de 1994, instituiu a Política Nacional do Idoso - PNI. Em seu Capítulo 3, da organização e gestão, no artigo 5º, esta Lei prevê que a PNI seria coordenada pelo órgão ministerial de Assistência e Promoção Social com a participação dos Conselhos do Idoso, especificando a existência destes nas três esferas governamentais. No artigo 6º assegura que os Conselhos seriam órgãos permanentes, paritários e deliberativos, e em seu 7º artigo, que a competência destes Conselhos seria a coordenação, supervisão e avaliação da PNI em sua respectiva instância, federal, estadual ou municipal. Posteriormente, em 2003 o

Estatuto do Idoso corrigiria tal competência com os verbos, supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar.

Na conjuntura de implementação da PNI, no município de Bauru, foram fortalecidas as discussões da pauta até a aprovação da Lei 4.248 de 31 de julho de 1997, que alterou o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente - CMPD acrescentando a temática, passando a ser denominado Conselho Municipal da Pessoa Idosa e Deficiente – CMPID, ainda vinculado à SEBES. Sua finalidade constituía atuar na defesa dos direitos dessas pessoas, prestar assessoramento ao formular e encaminhar propostas para a Prefeitura Municipal de Bauru e acompanhar a implementação de política públicas, acrescentando um caráter prático ao colegiado por prever a promoção de intervenções que contribuíssem para a participação efetiva das pessoas idosas e deficientes no cotidiano da comunidade. Neste mesmo ano, 3 meses depois, como citado anteriormente, na esfera estadual, São Paulo proclama, em 13 de outubro de 1997, a Política Estadual do Idoso, por meio da Lei 9.802.

Mais uma vez, por compreender os direitos da pessoa idosa como uma questão de políticas públicas interdisciplinares, destaca-se como marco a publicação por parte do Ministério da Saúde da Portaria 1.395, de 10 de dezembro de 1999, que instituiu a Política Nacional de Saúde do Idoso e, no Estado de São Paulo, o Decreto 44.569, de 22 de dezembro de 1999, que transformou o Projeto Estadual Vivaleite em Programa, garantindo sua instituição no cerne do Programa Estadual de Alimentação e Nutrição, também em benefício das pessoas idosas.

Em Bauru, em 27 de dezembro de 1999, o CMPID é desmembrado de acordo com suas especificidades, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e, através da Lei 4.497, foi criado o Conselho Municipal da Pessoa Idosa - COMUPI, trazendo visibilidade à pauta e maior capacidade de mobilização, tendo em vista seu caráter permanente e sua atuação como órgão deliberativo.

Antes mesmo de qualquer Conferência Nacional e de um Conselho Nacional efetivo, para que se comemorasse 2 anos de COMUPI Bauru, foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa, em 07 de novembro de 2001, na Universidade do Sagrado Coração – USC, com o tema: “Os Desafios atuais: Avanços e Conquistas”. Quanto às Conferências Estaduais, diferentemente das esferas federal e municipal, não foi possível encontrar repositório com suas edições iniciais, entretanto, além de possuir o pioneirismo na instituição do Conselho do

Idoso, o Estado de São Paulo acumula mais de 15 edições Conferenciais até 2024, enquanto veremos a seguir que o federal acumula 5 e o municipal 8.

Ainda que garantido pela Lei Federal 8.842 de 1994, não houve no país a estruturação do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa até o ano de 2002, quando houve a assinatura do Decreto 4.227, em 13 de maio. Nesta época, o Conselho não apresentava composição paritária e possuía caráter meramente consultivo, vinculado ao Ministério da Justiça. Tais avanços foram conquistados progressivamente, o primeiro, foi a paridade através do Decreto 4.287, de 27 de junho de 2002.

Em seguida, em 1 de outubro de 2003, a Lei Federal 10.741, cria o Estatuto da Pessoa Idosa, incorporando maior efetividade a PNI ao legislar rigorosamente sobre as condenações para crimes contra esse ciclo de vida e garantir direitos específicos às pessoas idosas, com destaque a gratuidade do transporte coletivo urbano, por exemplo; também dispendo sobre o Conselho Nacional, entretanto, quanto ao Conselho, seu caráter deliberativo só foi alcançado, por meio do Decreto 5.109, de 17 de junho de 2004, que também descreve suas atribuições.

Em nível local, nos dias 13 e 14 de novembro de 2003, aconteceu a 2ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa aconteceu, no SESI, com o tema: Direitos do Idoso - Avanços e Desafios.

Por meio de pesquisa no repositório dos Diários Oficiais do município de Bauru a partir de busca nominal deste Conselho, foram encontradas 342 publicações, a partir de 2003. A primeira delas faz menção ao Decreto 9.417 e 9.429 de 2003, que dispõe quanto à composição do COMUPI, por meio da nomeação e substituição de conselheiros, demonstrando que a constante recomposição dos membros é crônica há mais de 20 anos, pois tais publicações são recorrentes até o término do período estudado, em 2024.

Em 2004 foi publicado no Diário Oficial no município, em 01 de julho, o Regimento Interno do COMUPI, normatizando seu funcionamento e a organização das diretrizes básicas de sua atuação; o Decreto 9.908, de 09 de novembro, que designa os membros para o biênio 2004/2006; o Decreto 9.921, de 6 de dezembro, concedendo substituições de conselheiros do decreto anterior; e, em 30 de abril de 2004, a Lei 5.130, que instituiu o “Dia Municipal do Idoso”, comemorado anualmente no dia 1º de outubro, evento sob responsabilidade do COMUPI, parte integrante do calendário oficial do município.

Em 2005, foram publicadas no Diário Oficial do município as propostas da 2ª Conferência Municipal do Idoso; as regras para o Cadastro das Entidades de Atendimento ao Idoso, solicitando que as Entidades de Atendimento, particulares ou públicas, filantrópicas ou não, dando o prazo de 6 meses para que inscrevessem seus programas de atendimento, conforme a Lei Federal 10.741 de 2003, apresentando suas documentações comprobatórias; o Decreto 10.056 de substituição de conselheiros, de 18 de julho; e a convocação para a 3ª Conferência Municipal do Idoso por meio da Resolução COMUPI 01/2005, promovida nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, no SESI Bauru, com o tema: “Política Municipal do Idoso”. Em menos de 1 ano, houve a participação na 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em maio de 2006.

Neste ano, foram publicados no Diário Oficial do município de Bauru, o Decreto 10.149, de 6 de janeiro, para substituição de conselheiros; o Regulamento para a Seleção de frase para a Campanha de Vacinação Contra a Gripe em Idosos, promovida para mobilização do público alvo da campanha, por meio da premiação de slogan; o Decreto 10.223, de 23 de maio, para nova substituição de membros; o Decreto 10.268, de 16 de agosto, também para recomposição de conselheiros; a divulgação da 8ª Semana da Terceira Idade, organizada pela Prefeitura, SEBES, COMUPI, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Bauru e Região, pelo Centro Regional de Atenção ao Deficiente e Idoso - CRADI, SESC, SESI, USC, USP, PROMAI e pela empresa de ônibus Grande Bauru, de 23 a 29 de setembro; o Decreto 10.285, de 14 de setembro, novamente de substituição de membros; e a Lei 5.413, de 14 de dezembro, para reestruturação do COMUPI.

Em 2007, de acordo com consulta ao Diário Oficial de Bauru, foram publicados: o Decreto 10.407, de 27 de março, que nomeia os integrantes do COMUPI para o Biênio 2007 a 2009; a Resolução 01/2007, que cria a Comissão Eleitoral Regional da 3ª Conferência Regional do Idoso - Região 3, promovida em 7 de agosto de 2007, na ITE, para eleição de 9 delegados e de 3 candidatos aos assentos do Conselho Estadual do Idoso; os Anais da 3ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Bauru; a Resolução 02/2007, quanto a Comissão Organizadora da 4ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa; em 13 de novembro de 2007, os Anais da 4ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa; e o Decreto 10.561, de 7 de dezembro, que designa membros em substituição ao Decreto anterior.

A 4ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa ocorreu em 01 de outubro de 2007 na USC, com o tema “Política Municipal da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios”, acompanhando a 11ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa de São Paulo, que aconteceu em 28 e 29 de junho de 2008, e as discussões para a elaboração do Plano Estadual para a Pessoa Idosa, publicado em 11 de novembro de 2008, denominado Futuridade.

No Diário Oficial de Bauru, em 2008 foram publicados: o Decreto 10.650, que designa substituição de conselheiros; o resultado do Concurso Cultural “Por uma vida saudável e digna às pessoas idosas” promovido em 26 de abril de 2008; a Resolução 01/2008 que cria a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa da Região 3 do Estado; a Portaria nº 01 de 16 de maio de 2008, que convocou a referida Conferência Regional, realizada no dia 27 de maio de 2008 com o tema central “Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa idosa: Avanços e Desafios”; o Decreto 10.697 que substitui conselheiros; e a Resolução nº 02/2008 que dispõe sobre obrigatoriedade, normatizada pelo Conselho Nacional, de todas as Entidades de Longa Permanência ou Casa-Lar firmarem contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada, nos termos do artigo 35 da Lei Federal 10.741/2003.

O ano de 2009 foi marcado pelo lançamento Estadual do Programa Vila Dignidade, por meio do Decreto 54.285, de 29 de abril. Em Bauru, o ano data a realização da 5ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa, que aconteceu no dia 03 de dezembro de 2009, na USC, com o tema: RENADI - Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa.

Em 2009, foram publicados no Diário Oficial de Bauru: o Decreto 10.955 que nomeia os integrantes do COMUPI para o Biênio 2009/2011; a Resolução 01/2009, que cria a Comissão Eleitoral Regional da 4ª Conferência Regional do Idoso da Região 3, realizada no dia 26 de agosto na USC, para eleição de 9 Delegados e 4 candidatos a assento no Conselho Estadual do Idoso, gestão 2010/2011; a Portaria 93 de 19 de agosto, que convoca a referida Conferência Regional; a publicização da 11ª Semana Municipal da Terceira Idade, que aconteceu de 24 de setembro a 01 de outubro; o Decreto 11.056, que designa conselheiros substitutos; o Decreto 11.103 que regulamenta a Lei Municipal 5.767 de 30 de julho e complementa as Resoluções 303 e 304 do CONTRAN, de 18 de dezembro de 2008, sobre a reserva de vagas

para idosos e pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida; e a Resolução 02/2009, quanto ao Cadastramento das Entidades de Atendimento ao Idoso.

No que concerne aos idosos, o ano de 2010 marca a promulgação da Lei Federal 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que instituiu o Fundo Nacional do Idoso, iniciando um robusto ciclo de financiamento de projetos locais em benefício da pessoa idosa, conferindo recursos aos bancos de projetos, sob a gestão dos respectivos Conselhos, quando instituídos fundos locais, viabilizando o repasse fundo a fundo; e a realização da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em 2010.

O Diário Oficial de Bauru registra em 2010 a publicação da Resolução 01/2010 sobre as Equipes de Fiscalização das Casas de Repouso; os Decretos 11.215, 11.249, 11.302 e 11.416 de substituição de conselheiros; a Resolução 02/2010 que cria a Comissão da 12ª Semana Municipal da 3ª Idade; e o Regimento Interno do COMUPI, publicado em 11 de dezembro.

Em 2011, em Bauru, a 6ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa foi realizada em 7 de julho de 2011, na Associação dos Aposentados, Pensionistas, Idosos de Bauru e Região - AAPIB, trabalhando a temática: “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no âmbito Municipal”; no Estado de São Paulo, de 21 a 23 de setembro, aconteceu a 13ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, com o tema “O Compromisso de todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”; e, completando o ciclo conferencial, ocorreu a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada em Brasília, em novembro, deliberando quanto a criação da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que só seria conquistada em 2016, com a promulgação da Lei 13.345.

Ainda em 2011, foi publicada no Diário Oficial de Bauru a Diretoria Executiva do COMUPI; o Decreto 11.438 de substituição de conselheiros; a Resolução 01/2011 que cria a Comissão Organizadora da 6ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa; a Portaria 083 que convoca a referida Conferência; a Resolução 02/2011 que cria a Comissão Eleitoral da 6ª Conferência Regional da Pessoa Idosa da Região 3 de São Paulo, que aconteceu dia 8 de novembro, no Teatro Municipal de Bauru; e a Portaria 124/2011 que convoca tal Conferência Regional para eleger 9 candidatos da sociedade civil para concorrer às vagas de Conselheiro Titular e Suplente, biênio 2012/2013, do Conselho Estadual do Idoso.

No ano de 2012, foram publicados no município de Bauru os Decretos 11.768 e 11.997 quanto a nomeação de conselheiros o biênio 2012/2014; a Diretoria Executiva, Gestão 2012/2014; o Cronograma anual de datas das reuniões; a Resolução 02/2012 que forma os Grupos de Trabalho; a Resolução 01/2012 sobre a Comissão da 14ª Semana Municipal da 3ª Idade; a recomposição da sua Comissão Executiva; a Resolução 03/2012 sobre o Cadastro das Entidades de Atendimento ao Idoso; e a Resolução 04/2012 sobre as Equipes de Fiscalização das Casas de Repouso.

Destacam-se pelo impacto cotidiano na rotina dos idosos o Programa São Paulo Amigo do Idoso, previsto pelo Decreto Estadual 58.047 de 15 de maio de 2012, a Lei Federal 14.874 de 2012, que reestrutura o Fundo Estadual do Idoso - FEI-SP, sucedidos pelo lançamento do Cartão Amigo do Idoso em 2013.

Em 2013, foram publicados no Diário Oficial de Bauru apenas os Decretos 12.128, 12.206 e 12.281 que designam membros ao COMUPI.

Por sua vez, em 2014, foi publicada em 07 de janeiro a Lei 6.488 que reestruturou o COMUPI, ainda junto à SEBES, agora um órgão colegiado de caráter permanente, consultivo, fiscalizador e deliberativo, de constituição paritária entre representantes da sociedade civil e do governo, para cumprir as normativas e as disposições legais da política da pessoa idosa em Bauru, ao colaborar no planejamento, acompanhar e avaliar as ações e serviços voltados às pessoas idosas, garantindo os direitos e o bem-estar dos mesmos. Meses após, em 03 de abril, a Lei 6.501, estabelece e organiza o Fundo Municipal da Pessoa Idosa - FUMPI, para captação de recursos e repasses específicos. Ainda em 2014, em 09 de outubro, a Lei 6.565, que dispõe sobre a Política Municipal da Pessoa Idosa – POMPI, assegurando direitos sociais e criando condições para a autonomia e a participação efetiva das pessoas idosas na comunidade.

O Diário Oficial também registra a Resolução 01/2014 que cria a Comissão do Processo Eleitoral COMUPI 2014/2016; o Edital de Chamamento Público 01/2014 do Processo Eleitoral para representantes da sociedade civil no Conselho Estadual do Idoso, gestão 2014/2016; o Edital de Eleição da sociedade civil para o COMUPI; os Decretos 12.508 e 12.565, que nomeiam os Conselheiros do biênio 2014/2016; a Diretoria Executiva COMUPI 2014/2016; e o Projeto de Lei de instituição oficial do Concurso Miss e Mister Melhor Idade de Bauru, que surgiu em 2010 por meio da WM Eventos/Trio Los Angeles, realizado anualmente de forma gratuita, na época em

sua 5ª edição, promovido pelo COMUPI e pela SEBES, com o objetivo de atribuir novos olhares ao conceito de beleza e valorizá-lo em pessoas com idade acima de 60 anos e viabilizar melhoria na qualidade de vida e o fortalecimento da convivência e participação familiar e comunitária, oferecendo premiações, lanches, ensaios, a locação dos trajes e serviços de beleza. O casal de idosos vencedores representam, posteriormente, o município na etapa estadual em São Paulo, promovida pela Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade.

Em Bauru, quanto ao COMUPI, o acervo do Diário Oficial de 2015 arquiva a Resolução 01/2015, que cria a Comissão Organizadora da 7ª Conferência Municipal da Pessoa Idosa; a Portaria 08/2015, de 28 de janeiro, que dispõe sobre a convocação da referida Conferência; a Resolução 02/2015 que estabelece critérios para a utilização, fiscalização e controle dos recursos do FUMPI; e a Resolução 03/2015 da Comissão da 17ª Semana Municipal da 3ª Idade.

A 7ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa foi promovida em 18 de março de 2015, na Instituição Toledo de Ensino - ITE, com o tema: Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa – Por um Brasil de todas as idades, em consonância com a 14ª Conferência Estadual, de mesmo tema, que aconteceu nos dias de 28 a 30 de setembro de 2015 em Águas de Lindóia. Na sequência, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em 2016.

Em 2016, foram publicados no Diário Oficial de Bauru: o Regimento Interno do COMUPI; os Decretos 13.008 e 13.049 de substituição de conselheiros; a Resolução 01/2016 de normas municipais para inscrição de órgãos governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa; a Resolução 02/2016 da Comissão da 18ª Semana Municipal da 3ª Idade; o Decreto 13.175, que nomeia os membros para o biênio 2016/2018; e a Diretoria Executiva desta gestão.

Por sua vez, 2017 registra no Diário Oficial documentos como os Decretos 13.363, 13.515, 13.573 e 13.601 de substituição de conselheiros; a Resolução 001/2017 sobre a criação de Equipes de Fiscalização nas Casas de Repouso; a Resolução 002/2017 das normas municipais de inscrição de entidades governamentais e não governamentais; a Resolução 03/2017 sobre a Comissão da 19ª Semana Municipal da 3ª Idade; a Resolução 04/2017 da Comissão do FUMPI; e a Resolução 05/2017 da Comissão Permanente de Análise de Projetos.

Já no ano de 2018, o repertório do Diário Oficial de Bauru conta com a Resolução 06/2018 sobre a Comissão de Análise de Projetos; a Resolução 09/2018

de normas municipais de inscrição das entidades governamentais e não governamentais; a Resolução 08/2018 das Equipes de Fiscalização nas Casas de Repouso; o Decreto 13.731 de substituição de conselheiros; o Edital 180/2018 do Chamamento 18/2018 para seleção de OSC's, sem fins lucrativos, interessadas em Termos de Fomento que tenham por objeto a execução de projetos socioassistenciais; a Resolução 010/2018 de novos critérios para a Inscrição das entidades governamentais e não governamentais; o Decreto 13.942, de 16 de outubro que nomeia os membros para o biênio 2018/2020; e a Diretoria Executiva desta gestão.

Em 2019, foram publicadas no Diário Oficial de Bauru a Resolução 01/2019, quanto a Inscrição das Entidades governamentais e não governamentais no COMUPI; a Resolução 02/2019 da Comissão das Visitas às Casas de Repouso; a Resolução 03/2019 da Comissão de Legislação e Políticas Públicas; a Resolução 04/2018 da Comissão de Finanças, Orçamento e Gestão do FUMPI; a Resolução 05/2019 da Comissão de Eventos e Comunicação Social; a Resolução 06/2019 da Comissão Organizadora da 8ª Conferência Municipal; a Portaria 28/2019 que convoca a referida Conferência; os Decretos 14.214, 14.275, 14.448 e 14.526 de substituição de conselheiros; e a Resolução 05/2019 da Comissão de Eventos e Comunicação Social.

Quanto ao movimento conferencial, as últimas edições realizadas até o momento foram: a 8ª Conferência Municipal de Pessoa Idosa, que aconteceu em 20 e 21 de março de 2019, no Serviço Social do Comércio - SESC Bauru, abordando o tema: "Os Desafios do Envelhecimento no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas", em acordo com a 15ª Conferência Estadual do Idoso, realizada nos dias 11, 12 e 13 de novembro de 2019, e com a 5ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa ocorreu entre os dias 28 de setembro e 01 de outubro de 2021.

Sobre o COMUPI, no ano de 2020, o repositório do Diário Oficial conta com a publicação do Cronograma das Reuniões Mensais; o Decreto 14.857 que substitui conselheiros; a Resolução 04/2020 sobre a Formação de Comissão de Análise de Projetos; e a Resolução 08/2020 sobre a reestruturação das Comissões Permanentes e suas respectivas composições.

Específicas aos contexto pandêmico, foram publicadas a Resolução 01/2020 sobre as Atividades do Conselho em função da prevenção do Coronavírus, suspendendo as reuniões presenciais do pelo prazo prorrogável de 30 dias,

permitindo a convocação dos conselheiros para discutir e aprovar à distância questões urgentes; a Resolução 03/2020 sobre o desígnio de verba às ILPIs filantrópicas, disponibilizando recursos do FUMPI para as ações de saúde para população mais vulnerável à COVID-19, institucionalizada, por meio da aquisição de materiais, gêneros alimentícios, medicamentos, exames, contratação de RH, produtos de higiene e limpeza e EPI's, no valor de R\$ 2.000,00 por idoso institucionalizado; e o Decreto 15.071, de 04 de novembro que prorroga o mandato do biênio 2018/2020 por 180 dias devido à pandemia.

No ano de 2021, foram publicadas no Diário Oficial de Bauru 26 Resoluções quanto ao funcionamento e a composição das Comissões do COMUPI, assim como sobre as condições de inscrição e certificação de OSC's; o Edital do Pleito Eleitoral para o COMUPI; os Decretos 15.389 e 15.585 que nomeiam conselheiros e a Comissão Executiva 2021/2023; o Comunicado 01/2021 do Cronograma das Reuniões Ordinárias; e a Ata da Posse dos conselheiros nomeados para o biênio 2021/2023.

Específica ao período pandêmico, foi publicada a Resolução 07/2021 quanto ao isolamento social para prevenção ao Covid-19, que valida a utilização de ferramentas digitais como o *Google* ou *Zoom Meeting*, o *Hangout*, o *Microsoft Teams*, ou aplicativos de conversa de texto como e-mail e *WhatsApp* para a realização de reuniões tanto da Comissão Executiva, como do Pleno, dos Grupos Temáticos e das Comissões, mediante registro em Ata, mantendo-se as formalidades de pauta, convocação, quórum, ordem do dia e de expediente, abertura da palavra aos conselheiros, registros de votações e elaboração das atas, sendo possível justificar a ausência quando da impossibilidade de acessar o meio virtual utilizado.

Em 2022 o Diário Oficial de Bauru registra documentos como o Edital 26/2022 do Chamamento Público 03/2022 do Banco de Projetos 2022/2023; a Resolução 27/2022 sobre certificação de OSC's; a Resolução 28/2022 com o resultado preliminar do Banco de Projetos; a Resolução 29/2022 sobre o esgotamento do prazo para recurso; os Decretos 16.069 e 16.183 que nomeiam conselheiros substitutos; a Resolução 30/2022 do resultado final do Banco de Projetos; e a Resolução 31/2022 com critérios do FUMPI. Ressalta-se que em 25 de novembro de 2022 o COMUPI recebeu um veículo Fiat/SUV, 3 computadores completos, 1 impressora multifuncional colorida, 1 bebedouro e 1 televisão de 50 polegadas do

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio do Programa de Equipagem para os Conselhos Municipais da Pessoa Idosa, via sistema Pró-DH e Viver, tendo em vista a classificação de Bauru em 11º lugar no ranking nacional do edital de chamamento público.

Nos Diários Oficiais Municipais de 2023, foram publicadas a Resolução 01/2023 da Comissão Eleitoral para o Biênio 2023/2025; o Edital e Regimento Eleitoral do Processo de Eleição; a Resolução 03/2023 quanto ao aditamento do projeto “Abrindo Caminhos para a Inclusão”; o Decreto 16.781, que nomeia os integrantes do Conselho; a Resolução 04/2023 de nomeação da Comissão Executiva; a Resolução 05/2023 do Calendário das Reuniões Ordinárias; a Ata da Posse da atual gestão; a Resolução 06/2023 de nomeação dos membros das diversas Comissões Específicas; a Resolução 07/2023 da Comissão de Seleção e Análise de Projetos; a Resolução 08/2023, de substituição da Comissão Executiva; e do Decreto 17.249 que altera a composição de conselheiros.

O COMUPI é atualmente composto por 26 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil, paritariamente. A gestão atual do Conselho foi nomeada de acordo com o Decreto 16.781, de 25 de maio de 2023 e tomou posse em 06 de junho de 2023, para gestão no biênio 2023/2025. Sua composição inicial foi alterada pelo Decreto 17.249 de 14 de dezembro de 2023. Ressalta-se que conforme as publicações de pautas e atas no Diários Oficial do Município, a partir de março de 2024 o COMUPI abrirá novo edital de banco de projetos, notando-se a movimentação das organizações inscritas neste Conselho, realizando diagnósticos locais e a redação de novos projetos.

Até o momento, foi publicado em 2024 no Diário Oficial de Bauru a Resolução 01/2024 que reformula os critérios de inscrição das organizações governamentais e não governamentais, assim como dos Serviços, Programas e Projetos de atendimento à Pessoa Idosa; e o Decreto 17.315, de 22 de janeiro, que completa a composição de Conselheiros na atual gestão.

Mesmo após os diversos marcos e avanços citados, destaca-se que ainda se faz necessária a luta pela regularização da idade de 60 anos como parâmetro para acesso aos direitos e políticas públicas voltadas às pessoas idosas, tendo em vista que alguns deles são conquistados apenas após os 65 anos de idade, quando não, após os 80 anos de idade.

4.9 CMJ Bauru: uma história de 19 anos até sua implementação

No Brasil, a normatização oficial dos direitos do ciclo de vida relacionado à juventude é datada em 1927, quando foi promulgado o Decreto 17.943 - A de 12 de outubro deste ano, com o objetivo principal de consolidar as leis de assistência e proteção aos menores, conhecido como Código de Menores, posteriormente atualizado em 1979, que fixava a maioria a partir dos 18 anos, apresentando viés punitivista e disciplinar para os que denomina delinquentes e medidas de assistência e abrigo aos de denomina abandonados, expostos ou em situação irregular, com menor ênfase no trabalho, mas estabelecendo proibições laborais aos menores de 12 anos.

Neste mesmo período ficou conhecido como um dos primeiros movimentos sociais da juventude, o tenentismo. Quando jovens militares se mobilizaram e manifestaram contra a oligarquia da República Velha e a favor do direito ao sufrágio universal e secreto.

Quanto às instituições, já organizado em um Conselho Nacional de Estudantes, o movimento estudantil brasileiro fundou a União Nacional dos Estudantes, conhecida pela sigla UNE, no Rio de Janeiro, em 11 de agosto de 1937. A UNE, além de defender a qualidade de ensino e o fortalecimento de diretórios e centros acadêmicos em todo o país, passou a se manifestar contra o nazismo e contra a ditadura militar, período em que foi considerada ilegal, sendo fortemente reprimida com prisões, torturas e incêndios. Após o período ditatorial e o apoio às manifestações conhecidas como Diretas Já, a UNE envolveu-se em lutas contra o neoliberalismo, a privatização da educação e dos bens e patrimônios nacionais e no movimento constitucionista até a proclamação da Constituição de 1988.

Em seu formato original, de 1988, a Carta Magna apenas cita no inciso 15 do artigo 24, do que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, sobre a proteção à infância e à juventude, sendo essa a única menção aos jovens. Após, por intermédio da Emenda Constitucional 65 de 2010, que o artigo 227, incorpora incisos específicos aos jovens, quanto a regulação de seus direitos por parte do Estatuto da Juventude, e da execução e articulação intersetorial de políticas públicas para este ciclo de vida, por meio de Plano Nacional de Juventude, com vigência e elaboração prevista a cada 10 anos.

Em 13 de julho de 1990 foi assinada a Lei 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido pela sigla ECA, beneficiando parcela da população jovem, compreendida dos 15 aos 18 anos, faixa etária para a qual permanece como principal legislação até os dias atuais, mesmo após a instituição do Estatuto da Juventude, que também a contempla.

O ECA avança em relação ao Código de Menores ao partir da perspectiva das vulnerabilidades sociais e negligências sofridas pelas crianças, adolescentes e jovens até 18 anos, resguardando-os ao assegurar sua integração social, defendendo-os de diversas formas de violência, enquanto sujeitos de direito.

Em 13 de julho de 1993, foi publicada a Lei 8.680, que oficializou a Semana Nacional do Jovem, comemorada anualmente nos últimos sete dias do mês de setembro, quando, de acordo com a Lei Federal ainda em vigor, devem os órgãos de comunicação do País reservar espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude, assim como devem os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolver palestras e campanhas sobre o tema.

Em 2002, foi assinada a Lei 10.515 que institui o dia 12 de agosto como Dia Nacional da Juventude. Já em 2005, é instituída a Lei 11.129, de 30 de junho, que cria a Secretaria Nacional da Juventude - SNJ, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem e o Conselho Nacional da Juventude - CONJUVÉ.

No cenário local, por meio de pesquisa nos arquivos do Diário Oficial de Bauru, a partir de busca pela palavra juventude, o primeiro registro encontrado faz menção à solicitação do vereador Rodrigo Agostinho ao Prefeito Municipal para criação do Conselho Municipal da Juventude, na sessão ordinária da Câmara Municipal em 8 de março de 2004. Esta solicitação é seguida de outros documentos que registram os ementários das proposições apresentadas pelos vereadores, como novos pedidos do mesmo vereador, mas desta vez, solicitando a criação da Coordenadoria Especial da Juventude em 23 de maio de 2005, em 28 de agosto de 2006 e em 06 de outubro de 2008; assim como a criação de um Centro de Referência da Juventude em 10 de agosto de 2006. Rodrigo solicita novamente a criação do Conselho nas sessões de 16 de novembro de 2005 e 16 de junho de 2008.

Em 11 de fevereiro de 2008, o Decreto Municipal 10.603 oficializou a realização da 1ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude com a formação de Comissão Organizadora constituída por membros do Poder Executivo, Legislativo, sociedade civil organizada, universidades e outros, da área de abrangência da 7ª

Região Administrativa do Estado de São Paulo. Esse evento foi realizado em Bauru no dia 15 de março, com etapas preparatórias entre os dias 01 à 09 de março de 2008, em consonância com o Decreto Federal de 5 de setembro de 2007, que havia convocado a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, assim como com o Decreto Estadual de São Paulo 52.620, de 11 de janeiro de 2008, que oficializou a 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude.

Adiante, em 28 de março de 2009, o Decreto 10.636 nomeou os representantes de Bauru, eleitos na 1ª Conferência Regional, para a 1ª Conferência Estadual da Juventude, realizada em São Paulo nos dias 29 e 30 do mesmo ano e mês. Federalmente, aconteceu a 1ª Conferência Nacional da Juventude, de 27 a 30 de abril de 2008, em Brasília.

Em 25 de maio de 2009, outro vereador de Bauru, Senhor Roque José Ferreira, utilizou a tribuna da Câmara Municipal para solicitar ao Prefeito que adotasse as ações necessárias para realizar o 1º Encontro da Juventude de Bauru no segundo semestre do corrente ano. Entretanto, não foram encontrados relatos de sua realização por parte do poder público.

Em 2010, após o Decreto Legislativo Federal 566, que aprovou a ata de fundação da Organização Ibero-Americana da Juventude - OIJ, dentre as discussões de sua Convenção, inicia-se o processo de reconhecimento das especificidades dos jovens como sujeitos de direitos na legislação brasileira, como exemplo, através da promulgação da anteriormente referida Emenda Constitucional 65, no bojo das discussões pelo Estatuto da Juventude.

Em continuidade ao movimento conferencial, a 2ª Conferência Municipal da Juventude com o tema “Juventude, Desenvolvimento e Efetivação dos Direitos”, organizada pela SEBES, ocorreu em 10 de setembro de 2011, convocada pelo Decreto 11.611 de 29 de julho deste mesmo ano. Por sua vez, a 2ª Conferência Regional de Políticas Públicas de Juventude, realizada no dia 20 de outubro de 2011, também ocorreu em Bauru, convocada pelos Decretos 11.612 de 29 de julho de 2011 e o 11.655 de 9 de setembro. Já a 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude aconteceu nos dias 29 e 30 de outubro de 2011 e a 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude foi realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro.

Ainda em Bauru, em 24 de maio de 2013, foi assinada a Lei 6.358, que instituiu a Semana Municipal do Hip Hop, realizada anualmente em novembro como parte

integrante do Calendário Oficial de Eventos do Município, devendo essa ser organizada paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil, engajados neste movimento sociocultural. Em seu artigo 2º, esta Lei define que, além dos trabalhos relativos aos 4 elementos do movimento Hip Hop, sendo eles o DJ, o Grafite, o Breaking e o Rap, a Semana acumularia em seu repertório discussões e debates sobre as políticas públicas para a juventude.

Como importante marco, o Estatuto da Juventude, sancionado em 5 de agosto de 2013, enquanto Lei 12.852, criou o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE e programas, como o ID Jovem, em vigor até os dias atuais permitindo descontos e gratuidades em transporte interestadual para jovens em vulnerabilidade socioeconômica, assim como meia-entrada em eventos culturais e esportivos, e o Prêmio Inovação em Políticas Públicas de Juventude.

Além de dispor sobre os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o Estatuto da Juventude garante aos jovens de 15 a 29 anos de idade, os seguintes direitos, distribuídos em 11 bases para as discussões, planejamentos e movimentos conferenciais da juventude, como: 1- o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; 2- à educação; 3- à profissionalização, ao trabalho e à renda; 4- à diversidade e à igualdade; 5- à saúde; 6- à cultura; 7- à comunicação e à liberdade de expressão; 8- ao desporto e ao lazer; 9- ao território e à mobilidade; 10- à sustentabilidade e ao meio ambiente; e 11- à segurança pública e ao acesso à justiça. Ressalta-se que esses são utilizados ainda hoje, em 2024, como eixos conferenciais, acrescidos de item específico ao SINAJUVE.

Em 28 de agosto de 2015 aconteceu, convocada pelo Decreto Municipal 12.843, a 3ª Conferência Municipal da Juventude com o tema “As várias formas de mudar o Brasil”, precedendo a realização da 3ª Conferência Estadual, nos dias 9 e 10 de outubro, e da 3ª Conferência Nacional, que ocorreu de 5 a 8 de dezembro do mesmo ano.

Na esfera nacional, em relação ao SINAJUVE, este foi regulamentado pelo Decreto Federal 9.306, de 15 de março de 2018, alterado pelo Decreto 10.226 de 05 de fevereiro de 2020 e 11.701 de 12 de setembro de 2023, que estabeleceu a criação, organização e articulação da participação do que denomina como Unidades de Juventude, passíveis de cadastramento em plataforma governamental, para o planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação das ações, planos e

programas das políticas públicas de juventude. Por sua vez, quanto ao CONJUVE, desde 2005, sua estrutura, composição e atribuições só foram de fato fortalecidas pelo Decreto 10.069, de 17 de outubro de 2019.

Um dos grandes desafios deste ano de pesquisa, foi o levantamento de informações sobre os Conselhos de Juventude para concretização do Conselho Municipal da Juventude - CMJ de Bauru. Ao ter acesso em maio de 2023 ao Processo 8.945 de 2004, por meio do qual ocorre a consolidação do CMJ Bauru, motivado pelas referidas solicitações do até então vereador Rodrigo Agostinho, que posteriormente se tornou prefeito do município de Bauru por dois mandatos consecutivos, de 2009 até 2017, em seguida deputado e atualmente presidente do IBAMA.

Ainda que o processo tenha se iniciado em 2004, já se completavam 19 anos de debate, sem a implementação do Conselho, inviabilizando a participação de Bauru em processos federais e estaduais para recebimento de recursos, equipamentos e programas, como a Casa da Juventude e o Espaço 4.0.

Após leitura do Processo de 2004 e levantamento documental confirmou-se que: não havia edital ou chamamento para o Conselhos Municipal da Juventude, previamente aprovado; não houve gestão empossada nesses 19 anos de processo; não há registro de nenhuma informação ou documento de 2004 a 2015; não há sistematização de informações sobre as conferências anteriores, tendo sido levantados dados apenas por meio do Diário Oficial e notícias no site da prefeitura.

Apenas em 2015 foi discutido um Projeto de Lei para o CMJ Bauru. Este, apresentava um formato arbitrário de escolha de seus membros, desrespeitando princípios paritários, suprapartidários e eleitorais. Sendo assim, em 2016, após a publicação do Projeto de Lei 09/16 no Diário Oficial de 23 de fevereiro de 2016, jovens ligados a movimentos sociais progressistas lotaram as cadeiras da Câmara Municipal de Bauru em 6 de abril de 2016, em Audiência Pública convocada pelo vereador Roque Ferreira, obtendo sucesso no veto da proposta, defendendo que o CMJ deveria ter caráter deliberativo em detrimento a determinação de caráter meramente consultivo, como proposto, e maior número de vagas, pois a proposta planejava apenas 14 conselheiros titulares e 14 suplentes.

No dia 3 de maio de 2016, foi publicado Edital de Convocação da SEBES, chamando jovens representantes de todos os segmentos da sociedade civil, a participarem de reunião no mesmo dia, sobre a composição e funcionamento do

CMJ, conforme decidido em Audiência Pública do dia 6 de abril. Nesta oportunidade foi constituída uma Comissão da Juventude com jovens que ali apresentaram suas reivindicações. Comissão esta que manteve comunicação com a SEBES para adequação da proposta legislativa, registrada nos documentos físicos encontrados na Assessoria aos Conselhos.

Em 17 de outubro de 2019, foi publicado outro Projeto de Lei, 87/19, prevendo a criação de diversas coordenadorias especiais junto ao Poder Executivo, incluindo no inciso 11º a Coordenadoria da Juventude no § 1º do artigo 4º da Lei Municipal 3.601, de 27 de julho de 1993, com extensa e atualizada Exposição de Motivos. Ainda assim, a iniciativa não prosperou.

Após serem contempladas algumas das propostas dos jovens, o Prefeito Municipal da época, senhor Clodoaldo Gazzetta, apresentou em 12 de novembro de 2019, o Projeto de Lei 98/19, sobre a criação, composição e funcionamento do CMJ, que foi debatido na sessão da Câmara Municipal do dia 3 de agosto de 2020. Uma vez aprovado, sem novos debates e Audiências Públicas junto aos jovens, fato justificado pela gestão da SEBES devido ao período pandêmico, em 17 de agosto de 2020, foi publicada a Lei Municipal 7.368, em vigência atualmente.

Posteriormente, em 18 de setembro de 2021, foi publicada no Diário Oficial a portaria 74/2021 – CMJ/SEBES. Esta, prevê a formação de Comissão Eleitoral para elaborar o edital de concorrência às vagas para representantes da sociedade civil da gestão 2021/2023 do CMJ, colocado em prática por meio dos trabalhos desta Comissão, como registrado por meio de ata de reunião realizada no dia 6 de outubro de 2021, folha 267 e 268 do Processo Físico de instituição do Conselho. Novamente com a justificativa referente à COVID-19, acrescida da aposentadoria e desligamento da maioria dos membros desta Comissão, esta foi desativada, sem a configuração de edital para o processo eleitoral.

O dia 3 de junho de 2023, data a publicação no Diário Oficial do Edital 315/2023, referente ao Chamamento Público 46/2023, da SEBES, com o objetivo de selecionar OSC para operacionalização do Serviço de Acolhimento em República para Jovens do sexo masculino de 18 a 21 anos, no âmbito da Rede de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS, por meio de Termo de Colaboração com o município, regido por Padrão Normativo local, considerando tanto as normativas da política pública de Assistência Social, como da Juventude.

Após a organização de outros Conselhos Municipais e conferências, em 17 julho de 2023, ao receber o Processo do CMJ, a Assessoria Técnica da SEBES retomou a ativação do Conselho e buscou articulação com a Coordenadoria Regional da Juventude para atualização normativa e mobilização dos atores locais, dos movimentos sociais ligados à juventude, resgatando inclusive as sugestões da Audiência Pública de 2016.

A convite do Conselho Estadual da Juventude, em 17 de agosto, das 17h às 20h, a Assessoria participou, de reunião online com 190 municípios do Estado de São Paulo, quando foram socializadas as Resoluções CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 1 e 2/2023, informando sobre a retomada do movimento conferencial, surpreendendo diversos municípios com o curto prazo para os processos de compra e organização, após a interrupção em 2020, junto ao desmonte de diversos órgãos de Controle Social Democrático.

No dia seguinte, em 18 de agosto de 2023, a Assessoria Técnica encaminhou à Secretária Municipal da SEBES, proposta de Portaria para constituição de nova Comissão Eleitoral para estabelecer critérios, normas, cronogramas e a organização do processo de escolha dos representantes da sociedade civil do CMJ, para o Biênio 2023 a 2025. Em acordo, a senhora secretária publicou a portaria 63/2023 – CMJ/SEBES, no Diário Oficial de Bauru de 22 de agosto de 2023.

Em 21 de agosto foi dado início ao Processo, 128.850/2023, para convocação da 4ª Conferência Municipal da Juventude de Bauru, com a indicação dos membros da Comissão Eleitoral junto aos técnicos da SEBES, de forma paritária, enquanto Comissão Organizadora desta Conferência, organizando-se assim o Conselho e a Conferência, ao mesmo tempo.

Após leitura de material preparatório compilado e das normativas Federais e Estaduais, a Comissão Eleitoral se reuniu via aplicação *Google Meet*, em 23 de agosto de 2023, para deliberar o Edital e o Regimento Interno do Processo Eleitoral para a gestão 2023/2025. Elaborado e aprovado pela Comissão, o Edital foi publicado no Diário Oficial de 24 de agosto de 2023, cumprindo seu calendário.

Ressalta-se que os ofícios para indicação das 20 vagas do poder público foram devidamente encaminhados às secretarias municipais constantes na Lei 7.368/2020, em 23 de agosto de 2023, com o prazo de indicação até 04 de setembro de 2023. As inscrições para o pleito das 20 vagas da sociedade civil tiveram 42 inscrições,

destas, 38 foram aprovadas pela Comissão Eleitoral, que publicou os habilitados no Diário Oficial em 5 de setembro de 2023, de acordo com o Edital.

Destaca-se ainda que o processo foi desenvolvido por meio de ampla articulação com a Diretoria de Ensino, Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais, tendo sido divulgada em banner no site da Prefeitura Municipal de Bauru, por panfletos nas escolas, rádios, pela TV Câmara, por meio dos demais Conselhos vinculados à Casa dos Conselhos, no Programa Juventudes do SESC Bauru, presencialmente nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Programas de Estímulo ao Primeiro Emprego do SUAS, e por meio de Instagram, @cmjbauru, promovido pela Comissão Eleitoral para publicação do Edital e estímulo à ampla e diversa participação social.

Após aprovação da minuta proposta pela Comissão Organizadora, pela Secretaria de Negócios Jurídicos, a Prefeita Municipal assinou o Decreto convocatório da 4ª Conferência Municipal da Juventude de Bauru, em 4 de setembro de 2023, sendo publicado no Diário Oficial no dia seguinte, acatando a temática nacional: “Reconstruir no Presente, Construir o Futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver”. Seguindo as orientações norteadoras, tendo em vista que a gestão 2023/2025 do CMJ encontrava-se em processo eleitoral, na ausência de coordenação municipal da juventude ou qualquer outro servidor responsável pela política pública de juventude no município, fui nomeada pela Prefeita e pela Secretária da SEBES como coordenadora da 4ª Conferência Municipal da Juventude, por ter recentemente assumido o desempenho da função de assessoria deste e outros Conselhos e Comissões, lotada na Casa dos Conselhos.

O Processo Pré-Conferencial utilizou metodologias virtuais e presenciais nos territórios. A Comissão do Pleito e os demais membros da Comissão Organizadora da Conferência de Bauru, propuseram enriquecer ainda mais o processo conferencial com a eleição dos candidatos da sociedade civil e com a presença do Presidente do Conselho Estadual da Juventude, Senhor Juliano Borges, o que aconteceu na Plenária Final desta Conferência, em 15 de setembro de 2023, com o auditório do SESC Bauru lotado por mais de 170 participantes.

Cabe ressaltar alguns fatos registrados nas gravações e documentos da 4ª Conferência Municipal, como o referendo de 90 propostas, divididas entre os 12 eixos conferenciais, e a deliberação de 36 propostas finais, sendo 3 propostas para cada eixo, como normatizado pelo movimento nacional, acrescentando a deliberação

plenária municipal para a consideração da totalidade das propostas na redação do 1º Plano Municipal de Políticas públicas para a Juventude. Outra questão foi a relação estabelecida entre a plenária e o palestrante, Senhor Juliano Borges, sendo este ovacionado ao prometer R\$200.000,00 para fomento de políticas públicas para a juventude no município e vaiado ao enaltecer o atual governador do Estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tendo também comentado sobre o Dia da Consciência Negra, práticas sociais relacionadas unicamente ao voluntariado e ao policiamento.

O Regimento Interno da Conferência Municipal, observando o Regimento Nacional e as contribuições publicadas pelo Estado de São Paulo, foi publicado com antecedência e disponibilizado para correções e alterações, sendo rapidamente aprovado, após a incorporação de sugestões dos jovens presentes. A votação das propostas ocorreu por meio de aplicação virtual, gerando rápidos resultados gráficos, assim como a eleição dos conselheiros, sendo que cada candidato foi apresentado por vídeo de até 1 minuto. Entretanto, para a votação de moções e delegados, foi optado por manifestação física.

Concluídos os trabalhos no dia 15 de setembro, foram elaborados os relatórios necessários ao movimento conferencial e aberto processo para custeio da viagem dos delegados eleitos para a Conferência Estadual da Juventude, que aconteceu na cidade de Olímpia nos dias 23 e 24 de novembro, sem que fosse possível participar da Conferência Regional da Juventude que aconteceu no município de Promissão em 18 de setembro de 2023, devido à separação por apenas um final de semana da Conferência Municipal.

Em 11 de novembro de 2023 foi publicado o Decreto 17.162, de 7 de novembro, que designou os integrantes da 1ª gestão do CMJ Bauru, biênio 2023/2025. Neste mesmo dia, foi realizada a posse dos Conselheiros. Já em 23 de novembro foi publicada a pauta e a convocação para a 1ª Reunião Ordinária, que aconteceu de forma híbrida em 27 de novembro. Por sua vez, em 30 de novembro foi publicada a Resolução CMJ Bauru nº 001/2023, designando os membros da Diretoria Executiva do CMJ 2023/2025, seguida da Resolução com o calendário anual de reuniões. Outro marco importante para o CMJ foi a publicação de seu 1º Regimento Interno, em 8 de fevereiro de 2024, por meio da Resolução CMJ Bauru nº 001/2024.

Por intermédio da publicação da Ata da 1ª Reunião, no Diário Oficial de 14 de dezembro de 2023, foi possível acessar o registro da participação dos delegados de Bauru na Conferência Estadual da Juventude 2023. O relato descreve críticas dos delegados unânimes quanto à importante presença de diversos jovens de diferentes opiniões e posições políticas, mas comprometidos com as pautas da Juventude, ainda que alguns não tivessem ao menos participado de etapas conferenciais locais. Destacaram a falta de organização do evento, com pouco entendimento sobre a dinâmica conferencial e o registro de falas inadequadas logo na cerimônia de abertura, que intercalou a pauta com brincadeiras, danças e a presença de mascote. Por fim, comemoração do fato da conselheira Débora Celeste Lopes da Costa, ter sido eleita representante da macrorregião Bauru para a Conferência Nacional da Juventude.

Para compreensão do estabelecido enquanto “falas inadequadas”, procurou-se realizar análise das gravações do evento. A manifestação em questão trata-se do discurso do Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, Doutor Fábio Prieto:

[...] o Brasil é um país livre, não é comunista que assassina gente. Viva la libertad carajo! Viva la libertad carajo! Tava muito comportada essa conferência de vocês, parecia uma conferência de velhos pô, a moçada tava calada aqui, quando a gente era jovem a gente fazia exatamente isso, agora vamos falar (4ª Conferência [...], 2023, 1h 18 min 15 s).

A frase “Viva la libertad carajo” proferida em referência a recente eleição, em 19 de novembro de 2023, de Javier Milei na Argentina, que é no Brasil, apoiado pela corrente de apoio ao ex-presidente Bolsonaro, denominada bolsonarismo, que celebrou o fato, como demonstra vídeo de grande repercussão nacional onde Eduardo Bolsonaro e Milei repetem o slogan, que em sua tradução literal, em português, é composta por palavra de baixo calão. Fábio Prieto é por diversas vezes interrompido por vaia e manifestações da Plenária como gritos contínuos da palavra “inelegível” e “ole, ole ole olá, Lula, Lula!” em apoio ao Presidente Lula, mas também: “Lula, ladrão, seu lugar é na prisão”, pelos apoiadores de Bolsonaro. Após agradecer ao prefeito de Olímpia, Prieto retoma a palavra:

[...] eu estou provocando porque estava muito velho isso aqui, parecia um congresso de juiz, muito chato, congresso de juventude tem que um pouco de barulho, mas tem que ter um pouco educação também, a gente já ouviu, agora vamos falar, obrigado Fernando mais uma vez, eu acho que a moçada vê uma obra como Olímpia, a gente está investindo nisso aqui e me

perguntam muito por que, e a resposta é só uma, a juventude, com toda empolgação que a gente tem, todos nós militamos aqui nos anos 80 pela democratização do Brasil e queremos que isso continue, a gente quer uma democracia real (4ª Conferência [...], 2023, 1h 21 min 03 s).

Fábio aproveita também para citar que em sua história de vida, chegou a ser perseguido pelo Ministério Público, apresentando sua trajetória enquanto juiz, prefeito e secretário, discursando sobre a criação de uma nova Coordenadoria Estadual, no âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania:

[...] nós criamos uma coordenadoria, como existe a coordenadoria da juventude do estado, que eu nomeei o Juliano, nós criamos uma coordenadoria com comunidades indígenas do Estado de São Paulo, fizemos mais do que isso, nós nomeamos um cacique, não um cacique de gritaria de auditório, um cacique lúcido, formado na USP, uma liderança, competente, séria que tem o que falar, não é gritar, eu quero convidar vocês moçada para que vocês vejam que estamos fazendo, o que significa criar uma coordenadoria como essa, significa o que nós estamos fazendo aqui com vocês, estamos dando poder real para vocês, vocês estão aqui para dar opinião, influência, construir políticas que sairão lá na frente (4ª Conferência [...], 2023, 1h 25 min 11 s).

Exibiu vídeo do governador Tarcísio em festividade com aldeias indígenas e, já em desacordo com a maioria dos jovens conferencistas que se posicionaram, continuou atacando as manifestações como “falta de educação”:

Então nós estamos fazendo, e fazer gritaria e malcriação é fácil, mas fazer isso aqui e fazer isso aqui, não é fácil, então nós vamos continuar fazendo, colocando o cidadão brasileiro acima de qualquer autoridade, acima do juiz, acima do promotor, acima do advogado, acima das milícias, acima das instâncias de gritaria, nós vamos colocar o cidadão para mandar, e queremos aqui enfatizar isso, com muito empenho, para isso, a gente quer saudar uma deputada que foi sensível à demanda de todos vocês e que é responsável inclusive pela festa aqui de vocês, que também é jovem, que é a Fabiana Bolsonaro, obrigada Fabiana pelo seu apoio fundamental, para a gente conseguir fazer o evento (4ª Conferência [...], 2023, 1h 27 min 53 s).

Ao enaltecer a comitiva da Fundação Casa, assegura que protegerá o cidadão e a Política Militar:

[...] a gente acredita nisso, nós não vamos deixar gente fazer besteira contra o cidadão aqui em São Paulo, e ir contra a Polícia Militar, se precisar nós vamos reagir, mas nós apoiamos a recuperação da juventude em todos os sentidos, e vamos apoiar, não queremos a nossa juventude na mão do narcotráfico, apoiamos todos os jovens e apoiamos também os jovens da Fundação Casa (4ª Conferência [...], 2023, 1h 30 min 49 s).

Após mencionar a possibilidade de “reação”, profere ofensas aos sindicatos e professores de sociologia e filosofia, reafirmando futuras alterações no currículo escolar:

Porque a gente acha que para salvar a juventude do Brasil, o que a gente tem que dar é oportunidade, não é entregar o jovem nacional para a tia do tráfico, para a tia esposa de bandido traficante, a nossa crença é de entregar a juventude para o progresso, e para ter um prefeito como o Fernando Cunha, com livro na mão e está aqui fazendo coisa boa para vocês depois de muitos anos. Vamos fazer mais, nós vamos pegar o currículo das escolas, hoje vocês nas escolas, aprendem um monte de coisas que não tem função na vida de vocês, o jovem brasileiro, muitos deles, eu sou filho da escola pública, eu estudei em colégio público. No meu tempo o colégio público me ensinou matemática e português, e é por isso que eu estou aqui, por isso que eu fui juiz federal e secretário de estado, porque eu sei matemática e sei português. E a turma do sindicato fica dando aula vagabunda de filosofia, sociologia para que vocês não aprendam nada, vocês vão aprender agora matemática e português, porque vocês vão sentar na cadeira do prefeito, vocês vão sentar aqui na cadeira do secretário, vocês vão ser a liderança, e vocês vão mandar no Brasil (4ª Conferência [...], 2023, 1h 32 min 18 s).

A plenária, tomada por gritos: “Ih, fora! Ih, fora!”, assiste então ao final de seus posicionamentos, quando retoma o jargão em espanhol:

Agora vamos sentar. Eu estou lembrando porque quando eu era juiz federal eu trabalhei com o Flávio Dino, meu amigo, eu tinha visitado a União Soviética na época do Gorbatchov e aí nós chegamos lá na União Soviética e só tinha, eu lembrei dessa história, só tinha um sabor de sorvete, vocês querem tomar só um sabor de sorvete. Vocês acham que o mundo com um só sabor de sorvete é um mundo bom? Nós vamos fazer a liderança da juventude brasileira voltar, vocês vão estar no meu lugar daqui a 20 anos, 30 anos, vão ser vocês, nós vamos botar matemática e português para vocês, para estarem aqui no meu lugar e continuaremos fazendo política para a juventude, fizemos esse congresso, fizemos o aprendiz, vamos mudar o currículo e vamos apoiar a juventude, viva a cidadania! Viva a juventude! E Viva la Libertad! Um abraço para vocês e bom congresso, tudo de bom e boa sorte para vocês. Muito obrigado (4ª Conferência [...], 2023, 1h 34 min 10 s).

Ressalta-se que os comentários no site do Youtube demonstram unicamente reações negativas quanto à organização do evento.

Quanto às demais documentações produzidas pelo CMJ Bauru, a publicação das Atas da 2ª e da 3ª Reunião, no Diário Oficial de 3 de fevereiro de 2024, por sua vez, permitem acesso às discussões quanto ao Regimento Interno, mas, com destaque, também à participação do CMJ na inauguração da República para Jovens, em 12 de dezembro de 2023 e ao debate quanto a participação do Conselho em pautas coletivas e de interesse público.

Na 4ª Reunião deste Conselho, que ocorreu em caráter ordinário no dia 29 de janeiro de 2024, de acordo com a ata publicada no Diário Oficial do dia 14 de março, foi discutida homenagem à militante, recentemente falecida, Tetê Oliveira. Foi

aprovado com unanimidade que ao ser viabilizado Espaço ou Casa da Juventude em Bauru, a mesma seria batizada com seu nome. Ao tratar da operacionalização das ações do Conselho, versaram sobre a constituição de comissões e deliberaram os membros para participar do 2º Encontro Paulista de Gestores e Conselheiros Municipais da Juventude. Destaca-se ainda o compartilhamento das experiências vivenciadas na 4ª Conferência Nacional de Juventude, que aconteceu de 14 a 17 de dezembro de 2023 em Brasília.

Dentre o ocorrido, foi citado que no período da manhã do dia 16, um membro da juventude do Partido Novo gravou uma jovem trans, sem autorização, enquanto discursava no grupo de trabalho do eixo sobre Educação, e que, posteriormente, postou o vídeo em uma rede social ridicularizando a moça. Outras jovens delegadas, em apoio à vítima, debateram com o jovem durante o eixo de Renda e Profissionalização, proferindo palavras de ordem clamando por respeito. Entretanto, a discussão se tornou um conflito físico, obtendo certa pausa ao perceberem uma bandeira do movimento jovem do Partido Novo em chamadas. A polícia foi acionada e o Secretário Nacional da Juventude, senhor Ronald Sorriso, mediou o diálogo até que a situação fosse resolvida.

Quanto à sistematização dos conteúdos e atividades, foi relatado que, ainda que o evento apresentasse um número superior de participantes em relação à etapa estadual, a edição nacional impressionou por sua organização e logística. Com exceção de episódio de intoxicação alimentar, também no sábado, dia 16, que atrasou a programação de domingo, demandando que uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA atuasse especificamente no atendimento dos conferencistas.

Na 5ª Reunião deste Conselho, foi debatido sobre as questões postas pelo grupo de trabalho referente à Casa/Espaço da Juventude, apresentadas em reunião online, de 7 de fevereiro, pelo senhor Juliano Borges, da Coordenadoria Estadual da Juventude do Estado de São Paulo, sendo a principal pauta a governança municipal da e para a juventude, exemplificada por meio da implementação de coordenadoria, secretaria ou diretoria por parte do poder executivo, assim como de comissão, parlamento jovem e demais possibilidades, por parte do poder legislativo e a elaboração e publicação de Plano Municipal da Juventude.

Outro destaque foi a possibilidade de indicação, por meio de ofício do poder executivo municipal, da cessão de espaço de no mínimo 40 metros quadrados para o recebimento dos R\$200.000,00 prometidos na 4ª Conferência Municipal, sob a

possibilidade de entrega de viatura, *backdrop* e equipamentos audiovisuais, que equipariam o suposto “Espaço da Juventude”. Sendo assim, aprovou-se a redação de ofícios para a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, para solicitação de apoio no suprimento de tais demandas; e quanto a formação de um grupo de trabalho específico ao estudo da governança municipal, específica ao poder legislativo, nomeando-se Daniel Vieira da sociedade civil e José Ricardo Rodrigues Passeti.

Houve também o compartilhamento das impressões e experiências dos conselheiros que participaram do 2º Encontro Paulista de Gestores e Conselheiros Municipais da Juventude, em Catanduva, nos dias de 22 a 24 de fevereiro de 2024. Após a exposição de Daniel Vieira, Andreza Marques e Débora Celeste, também apresentei pontuações, tendo em vista que novamente representei a gestão de políticas públicas de juventude do município. Cabe destacar que o evento apresentou claros posicionamentos partidários, relacionados à extrema direita, por meio de discursos de apoio ao ex-presidente Bolsonaro, pautas religiosas, anti-aborto, antidrogas e a favor da defesa do que chamavam de “família, pátria, moral e bons costumes”.

Por fim, para conclusão da 5ª Reunião do CMJ Bauru, foi projetado instrumental de planejamento anual, para redação do Plano de Ação CMJ 2024 junto aos presentes, de acordo com as indicações dos Conselheiros.

De acordo com a publicação da pauta da 6ª Reunião do CMJ Bauru, gestão 2023/2025, no Diário Oficial de 23 de março de 2024, a Ordem do Dia contará com a aprovação Plano de Ação 2024; deliberação sobre o Ofício 02/2024 – Coordenadoria e Fundo Municipal da Juventude e Ofício 03/2024 – Diagnóstico, Plano Municipal de Políticas Públicas para a Juventude e instalação predial para o Espaço da Juventude e anexo das propostas conferenciais; debate quanto a Necropolítica e o Juvenicídio; sobre a eleição para novas representações da sociedade civil no Conselho Nacional da Juventude; e atualizações do Grupo de Trabalho sobre a governança municipal legislativa para a Juventude.

Atualmente o CMJ permanece composto por 20 membros titulares e seus respectivos suplentes, representantes do poder público e da sociedade civil, paritariamente, possui caráter consultivo e tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude. As reuniões do CMJ são realizadas de forma presencial e online, de acordo com o calendário anual das reuniões ordinárias, para as quais os

conselheiros se articulam cotidianamente por meio de grupo do aplicativo *WhatsApp*, as atas são publicadas no Diário Oficial e em breve, com previsão para maio de 2024, em página própria do Conselho vinculada ao site da Prefeitura Municipal, em caráter experimental, para depois ser replicada tal iniciativa aos demais Conselhos ligados à SEBES.

Concluindo quanto a importância da análise de uma perspectiva relacional no estudo dos processos sociais e políticos dos Conselhos, como as descrições deste capítulo quanto aos episódios experienciados por meio da Observação Participante em cada uma das instituições estudadas, assim como observado na composição do CMJ e na recomposição do CADS, explicitando que tantos os personagens como as trincheiras dos conflitos sociais não possuem uma natureza imutável, mas devem ser compreendidos enquanto elementos que continuamente se transformam a partir de intervenções na permeabilidade das estruturas relacionais, não sendo estas responsáveis pelos avanços democráticos, e sim, a força e a organização democrática impressa pelos coletivos. (Tatagiba et al, 2022)

Desta forma, o papel dos representantes da sociedade civil nos Conselhos, ou em cargos de órgãos governamentais e assessorias, não é apenas fiscalizar e comunicar demandas, mas influir na formulação e implementação de políticas públicas e na produção de informações técnicas, não enquanto institucionalização e desmobilização de movimentos sociais, mas como possibilidade de intervenções cotidianas, com finalidades confrontacionais e de resistência dos interesses públicos, por meio do aparato Estatal (Tatagiba et al, 2022).

Sendo assim, passa-se à análise do perfil de cada um dos Conselhos, a partir da participação de seus conselheiros que registraram suas respostas no questionário aplicado pela Assessoria Técnica aos Conselhos, Comissões e Comitês da Secretaria Municipal responsável pela Assistência Social em Bauru.

5 Perfil dos Conselhos Municipais vinculados à Assistência Social em Bauru

5.1 Perfil do Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas

Dentre as 36 cadeiras de conselheiros que constituem o COMAD, apenas 34 foram preenchidas na gestão atual, empossada em 24 de julho de 2023, tendo em vista a aposentadoria de uma servidora, ainda não substituída pela Secretaria de Esportes e Lazer - SEMEL, e a falta de indicação de membro por parte do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG, inativo na época do pleito.

Quanto ao questionário para aferição de perfil e avaliação do COMAD, dos 34 membros empossados, 20 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 59% de respostas, o menor entre os 9 Conselhos estudados. Dentre os conselheiros que responderam o questionário, 65% são titulares. A idade destes possui variação entre 25 e 72 anos, com maior concentração etária entre 30 e 48 anos, já a média das idades é igual a 43 anos.

Quanto às principais características do perfil dos participantes, ressalta-se que 80% se declara cisgênero e 20% outros, entretanto, não há conhecimento de pessoas transgênero neste Conselho, portanto, possivelmente, pode não haver entendimento sobre identidade de gênero, especificamente, segurança para declarar-se cisgênero. Já em relação à expressão de gênero, 70% das respostas são do público feminino e, sobre a orientação afetivo-sexual, 90% se declara heterossexual, enquanto apenas 10% escolheu no formulário a opção bissexual.

Sobre o quesito raça/cor, 85% identifica-se como branca, 10% parda e 5% preta. Apenas 20% declarou possuir algum tipo de deficiência, ou seja, 4 conselheiros, especificando: deficiência física, deficiência visual monocular, fibromialgia e transtornos da coróide.

Especificamente à escolaridade dos participantes, apenas 10% não possui ensino superior, pois 35% conclui o ensino superior, 45% possui especialização, 5% concluiu mestrado e 5% concluiu doutorado. Dentre os partícipes, 70% estudou em escola pública.

Quanto às questões relacionadas ao trabalho, 5% já está aposentado. Dentre os ativos, 60% é estatutário, 20% é celetista e 20% é autônomo. Dentre as

profissões, tiveram mais que uma resposta: 2 advocacia, 4 serviço social, 5 psicologia e 2 enfermagem. 55% já atuou como servidor público.

Em relação às questões geracionais propostas pelas perguntas de número 15, 16, 17 e 18, sobre a escolaridade e profissão de seus genitores, o estudo revela que não houve registro de pais ou mães com mestrado e doutorado, não há mães com especialização e as taxas de desconhecimento são 13% maiores em relação aos genitores. Profissionalmente, as mulheres demonstram ainda ligação com práticas domésticas e de cuidado, como alimentação e limpeza, enquanto todos os homens possuíam profissões externas. Tanto pais quanto mães apresentaram apenas 15% de profissões de nível superior e/ou concursados.

Dentre os membros deste Conselho que responderam ao questionário, 60% declara representar o poder público, 30% a sociedade civil, 5% trabalhadores e 5% usuários. Dentre os 20 participantes, 60% não participa de nenhuma outra organização ou movimento social, dentre as 8 respostas afirmativas registram-se as seguintes especificações: pastoral da criança; organização de moradores e comunidade religiosa; ONG; FTE - Fundo de Tratamento de Esgoto DAE; Saúde mental; Coletivo Bem Te Vi de redução de danos; e “prefiro não citar por motivos próprios”. Apenas 15% têm envolvimento político partidário.

Quanto ao funcionamento do COMAD, apenas 20% dos participantes da pesquisa fazem parte da diretoria executiva e apenas 40% se envolve com o trabalho das comissões do Conselho. 60% afirma participar sempre, 30% às vezes e 10% relata normalmente não conseguir participar. 75% se sente capaz de deliberar nas discussões, enquanto 15% optou por responder parcialmente e 10% relatou não se sentir capaz. 45% conhece o regimento interno, enquanto 45% afirma conhecer parcialmente e 10% relata não conhecer. 60% sente que existe espaço para debate e 40% preferiu a opção parcialmente. 45% participa das Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 45% afirma participar parcialmente e 10%, não participar.

Quando questionados se o Conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, ou, como no caso do COMAD, na ausência do movimento conferência, se acompanha as deliberações dos respectivos Conselhos das esferas estadual e federal, 65% afirma que sim, 30% declara parcialmente e 5% declara não acompanhar.

Por sua vez, ao ser perguntado sobre o acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes, 65% afirma acompanhar, 25% escolhe a opção parcialmente e 10% relata não acompanharem.

Sobre as ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas, 55% afirma realizarem parcialmente, 30% relata que realizam e 15%, que não. Quanto à divulgação e acessibilidade das reuniões (local, horário e acesso à participação), 55% relatam que sim, 30% parcialmente e 15%, que não.

Na questão 34, ao serem questionados sobre: “Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos?”, o tema mais recorrente foi a participação, com destaque aos próprios conselheiros, como apresentados pelos seguintes pareceres:

- “Pouca participação de conselheiros. Pouco conhecimento sobre o assunto da sociedade em geral”;
- “Acredito que a falta de mobilização dos conselheiros, o que leva a dificuldade em deliberar devido a falta de quórum mínimo, além de dificultar discussões e construções coletivas, haja vista que apenas os mesmos conselheiros comparecem com frequência. Assim, o conselho acaba ficando centralizado em poucos membros, e os ausentes acabam nem justificando o que tem impedido sua presença”;
- “Comunicação e envolvimento dos conselheiros”;
- “Falta de espaço físico adequado e a baixa participação social”;
- “Um dos maiores desafios que vejo é de se alcançar o engajamento de todas/os os/as conselheiras/os. Creio que os motivos sejam inúmeros para a falta desse engajamento, mas, pensando especificamente na limitação pessoal de cada uma/um (por exemplo por esgotamento físico e mental, ou qualquer motivo que cause dificuldade de acompanhar a dinâmica do grupo), se apenas generalizarmos como "comodismo" e fizermos comparações entre participantes, não alcançaremos o trabalho em equipe. Também avalio que a qualidade das reuniões, críticas e produtivas, não precisam ser hostis, e que a proximidade e o afeto entre todos/as podem resultar em melhores resultados”;
- “Falta de desconhecimento da população sobre os conselhos”;
- “A frequência de conselheiros”; e

- “Participação efetiva dos conselheiros”.

Entretanto, outros entraves também foram levantados, como:

- “Falta de verba”;
- “Tem que ter reunião híbrido”;
- “Ajuda dos órgãos públicos”;
- “Dos conselhos ou conselheiros? Se for referente a dificuldade como conselheiro, é tangível dizer que o tempo é escasso, mas tudo tem fluído e em 2024 fluíra muito melhor”;
- “Organização”;
- “Acesso de todos as orientações, execução de propostas e maior flexibilidade nos horários das reuniões”; e
- “Verba”.

Por fim, na última questão, de número 35, onde fora solicitado que: “Se desejar, deixe um comentário”, foram deixadas três considerações:

- “Gostaria de agradecer e parabenizar a atuação dos assessores e profissionais da Casa dos Conselhos, pois mesmo com todas as dificuldades de acesso ao local, continuam presentes e solícitos as necessidades dos conselheiros. Um bom 2024 pra todos vocês!”;
- “Gostaria de mais agilidade sobre a posse dos conselheiros”; e
- “Verba”.

Após breve análise das respostas, recorrência de tema referente a participação, possibilita o planejamento de estratégias específicas, por parte da ATCCC. Ao longo de um ano, após a aplicação deste primeiro formulário de avaliação e perfil, espera-se que tal questão tenha sido solucionada por meio de mobilização, estímulo e ressignificação do papel dos conselheiros.

5.2. Perfil do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual

A gestão atual do CADS, 2023/2025, foi nomeada por meio do Decreto Municipal nº 16.966 de 04 de agosto de 2023 e tomou posse em 05 de agosto de 2023. Dentre suas 24 cadeiras de conselheiros, apenas 23 encontram-se

preenchidas, tendo em vista o falecimento de Tetê Oliveira⁴⁷, conselheira da sociedade civil suplente, representante do segmento das lésbicas.

Quanto ao questionário para aferição de perfil e avaliação deste Conselho, dos 23 membros empossados, 21 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 91% de respostas. Dentre os conselheiros que responderam o questionário, 52,4% são titulares.

Quanto à identidade dos participantes, o CADS pode ser considerado um Conselho jovem em relação aos demais, pois a idade média dos participantes é de 38 anos, registrando partícipes de 27 a 58 anos. Dentre os participantes, 85,7% se declarou cisgênero, 9,5% assinalaram a opção outros e 4,8%, uma pessoa, se autodeclara trans.

Em relação à expressão de gênero, 61,9% se identifica como feminino e 38,1%, masculino, não houve opção outros/não binariedade. Já em relação à orientação afetivo-sexual, 42,9% é heterossexual, 33,3% homossexual e 23,8% bissexual, sem registro de assexualidade ou outras opções.

No quesito raça/cor, 52,4% se identifica como branca, 23,8% parda e também 23,8%, preta. Apenas 9,5% possui algum tipo de deficiência, especificamente: deficiência física e deficiência visual e auditiva.

Quanto à escolaridade, apenas 4,8% não possui ensino superior, sendo 47,6% com especialização, 14,3% de mestres e 33,3% de graduados no ensino superior. Destes, 81% estudou em escola pública.

Neste Conselho não há aposentados, 61,9% é trabalhador estatutário, 19% é autônomo, 14,3% celetista e 4,8%, apenas uma pessoa, dedica-se apenas aos estudos. Dentre as profissões declaradas, as mais recorrentes foram: psicólogos, advogados, professores e pedagogos, assistentes sociais e delegadas. Ressalta-se que é expressiva a quantidade de trabalhadores de áreas artísticas e culturais, registrando fotógrafo, filmmaker, designer de laces, cantor e produtor. Dos participantes, 66,7% já atuou como servidor público.

⁴⁷ Esthefania Roberta de Oliveira faleceu em 26 de dezembro de 2023, aos 32 anos. Mulher negra, lésbica, periférica e pessoa com deficiência. Sua trajetória de vida contempla contundente trajetória de militância, uma das fundadoras do Instituto Formando Mentes Coletivas, conhecido como IFMC, filiada ao Psol, foi candidata a vereadora nas eleições de 2020, não ocupando a Câmara por falta de quociente de seu partido pois obteve 1.148 votos, já em 2022 ficou classificada como deputada federal suplente. Tetê cumpria, em meio às amputações, internações e hemodálises, seu papel de conselheira no Conselho Municipal de Política Cultural e no CADS, com muita dedicação e garra. Tetê era líder de um quilombo urbano e deixará muitas saudades, além de sua falta na linha de frente por justiça e equidade #TetêPresente!

Quanto à escolaridade e profissionalização dos genitores, 33,4% dos pais têm ensino superior, enquanto apenas 14,3% das mães atingiu a mesma escolaridade. O mesmo é demonstrado na vida profissional, enquanto 12 mães cuidam dos lares ou trabalham em serviços de limpeza, constando 1 em situação de desemprego e apenas 2 aposentadas e 2 em profissões de nível superior, já os genitores registram 8 aposentadorias e 7 profissões de nível superior.

Analisando os dados referentes ao CADS, constam que: 52,4% dos partícipes declara representar a sociedade civil, 42,9% o poder público e 4,8% os trabalhadores. Apenas 19% está envolvido em cargos da direção executiva do Conselho, mesmo índice de participação em comissões. Em relação à frequência das reuniões, 61,9% afirma participar sempre, 23,8% declara normalmente não conseguir participar, 9,5% às vezes e 4,8%, raramente.

Ao serem questionados se, enquanto conselheiro, “se sente capaz para deliberar (votar) nas discussões?”, 61,9% respondeu que sim, 23,8% parcialmente e 14,3%, declarou que não. Sobre conhecer ou não o Regimento Interno, 71,4% diz conhecer, enquanto 19% afirma que não e 9,5%, parcialmente. Por sua vez, sobre existir espaço para debate, 90,5% respondeu que sim, existe, 4,8% parcialmente e 4,8%, que não existe espaço para debate.

Quanto à participação em organizações e movimentos sociais, 57,1% não participa, e dentre os 42,9% conselheiros que responderam afirmativamente, descrevem participar de: Conselho Gestor do CTA, partido PSOL, coletivo Formando Mentes Coletivas, coletivo LGBT Socialista, OAB por Elas, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ-SP, Coalizão Nacional de Mulheres, coordenação regional do movimento Mães pela Diversidade, organização Transolidárias, Coletivo Vera, Conselho Municipal de Política para Mulheres e Associação Sociedade Amigos da Cultura - SAC.

Sobre participar de Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 42,9% afirma participar, 33,3% escolheu a opção parcialmente e 23,8%, não participa. Quanto ao envolvimento político partidário, apenas 28,6% manifesta engajamento.

Ao serem questionados se “o Conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, ou, na ausência de movimento conferência, acompanha as deliberações dos respectivos Conselhos das esferas estadual e federal?”, 57,1% respondeu que sim e 42,9% respondeu que o faz parcialmente.

Na questão 31, sobre o acompanhamento de organizações, programas e projetos relacionados às políticas públicas pertinentes, 85,7% afirma que sim, enquanto 14,3% escolheu a resposta parcialmente. Já em relação às ações de ampliação do debate, descentralização das reuniões e mobilização de público, 71,4% afirma que o Conselho realiza tais esforços, enquanto 23,8% registra que parcialmente e 4,8%, que não. Quanto à divulgação das reuniões, local, horário e acesso, 85,7% afirma que as reuniões são acessíveis, 9,5% concorda parcialmente e 4,8% que não.

Ao serem perguntados sobre “quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos”, na questão 34, 13 pessoas registraram opiniões, sendo elas:

- “Fundo próprio”;
- “Recursos financeiros para a promoção de ações sociais voltadas a divulgação de informações ao público LBBTQIAPN+”;
- “Diálogo e incentivo à participação da população”;
- “O maior desafio é lidar com o Poder Público, o conselho é limitado, podemos pedir, mas por exemplo a casa de acolhimento, sinto que não somos ouvidos”;
- “Deixar de ser consultivo e para ser deliberativo”;
- “Local mais acessível para a realização das reuniões presenciais”;
- “Apoio institucional quanto à realização dos eventos do conselho, com os custos”;
- “Dias e horários”;
- “Interesse político”;
- “Fazer com que haja uma maior participação”;
- “Devido a minha correria nos últimos tempos com a saúde do meu marido e do meu filho, não estou conseguindo acompanhar o conselho e não consigo opinar”;
- “Ainda tenho dificuldade de entender algumas dinâmicas, algumas decisões saem sem necessariamente passar pelo grupo. Mas no geral a gestão é boa”;
- “Percebo falta de abertura do Poder Executivo ao diálogo com os conselhos; Outro ponto (não é uma crítica, mas uma sugestão) seria buscar maior capacitação para os conselheiros”.

Por fim, na questão 35, apenas uma pessoa deixou um comentário: “Fui indicada para o conselho e estou começando a me inteterar”.

Identifica-se que a ausência de fundo municipal, de recursos próprios e de caráter deliberativo, acaba por subordinar o CADS às decisões governamentais. A ausência de recursos limita a mobilização de participantes, a aproximação de Organizações da Sociedade Civil, a capacitação dos conselheiros e a consolidação de políticas públicas específicas à população LGBTQIAPN+, ainda que os dados comprovem a urgência das mesmas. Sendo assim, as intervenções do CADS assemelham-se aos coletivos e movimentos sociais de luta, questionando o poder público e atuando na conscientização da sociedade contra a LGBTfobia e na mobilização do direito junto ao Ministério Público e às Defensorias.

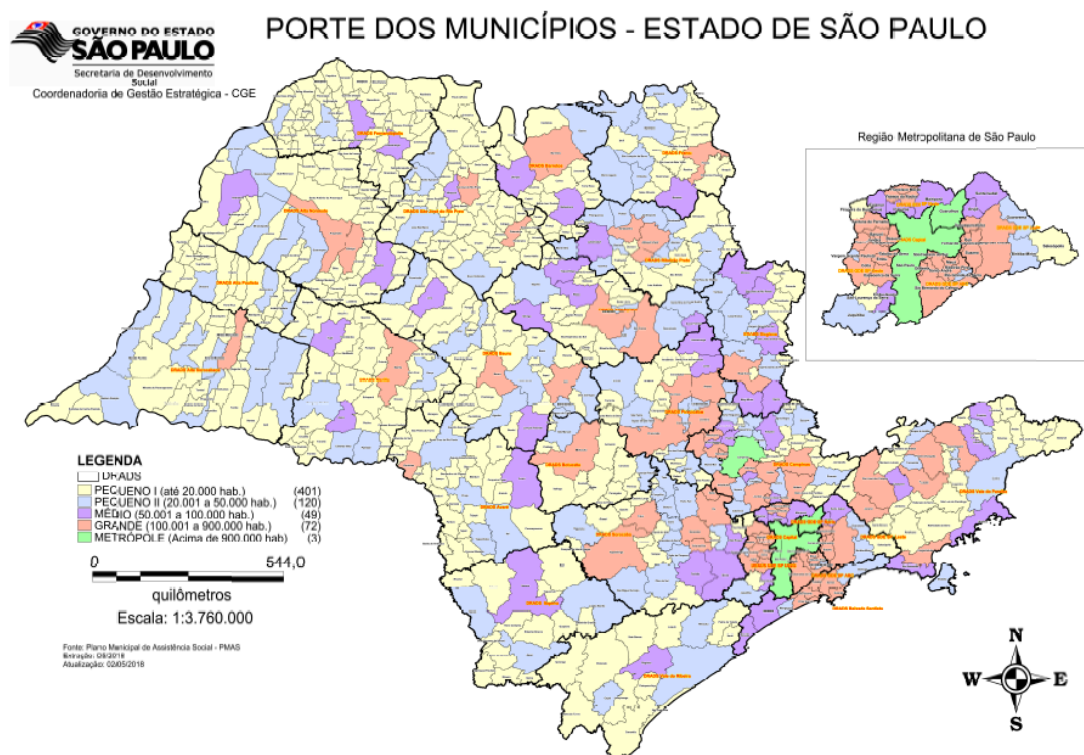
5.3 Perfil do Conselho Municipal de Assistência Social

Como anteriormente mencionado, de acordo com o IBGE, o Estado de São Paulo possui 645 municípios. Estes, na organização administrativa da política de Assistência Social, são divididos em 26 DRADS. A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, conhecida como SEDS-SP, disponibiliza em seu site oficial⁴⁸, no setor de Vigilância Socioassistencial, Informações Socioterritoriais, como exemplo, a Figura 7, que mapeia o estado por meio da divisão das DRADS, delineando seus municípios com legenda de cor, de acordo com o porte:

48

<https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/vigilancia-socioassistencial/informacoes-socioterritoriais/>

Figura 7 - Divisão estadual do território das DRADS



Fonte: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2102.pdf>

Entre as 26 DRADS, a DRADS Bauru, especificamente, possui 39 municípios, listados e representados da Figura 8, a seguir, com seus 39 Conselhos Municipais, demonstrando a capilarização da política de Assistência Social nos territórios:

Figura 8 - Municípios que compõem a DRADS Bauru

5. BAURU	
1. Agudos	21. Itaju
2. Arealva	22. Itapuí
3. Avaí	23. Jaú
4. Balbinos	24. Lençóis Paulista
5. Bariri	25. Lins
6. Barra Bonita	26. Lucianópolis
7. Bauru	27. Macatuba
8. Bocaina	28. Mineiros do Tietê
9. Boracéia	29. Paulistânia
10. Borebi	30. Pederneiras
11. Cabralia Paulista	31. Pirajuí
12. Cafelândia	32. Piratininga
13. Dois Córregos	33. Pongai
14. Duartina	34. Presidente Alves
15. Getulina	35. Promissão
16. Guaiçara	36. Reginópolis
17. Guaimbé	37. Sabino
18. Guarantã	38. Ubirajara
19. Iacanga	39. Uru
20. Igarapu do Tietê	

Fonte: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos>.

Para melhor visualização da DRADS em estudo a Figura 9, a seguir, é uma ampliação da Figura 7, delimitada apenas no território da DRADS Bauru, possibilitando atenção à legenda referente ao porte dos municípios, que também será utilizada na análise dos dados sobre os Conselhos Municipais da seguinte forma: pequeno porte I, caracterizado no mapa pela cor amarela, será denominado PI; pequeno porte II, cor azul, será denominado PII; médio porte, no mapa na cor lilás, será denominado M; e grande porte, cor rosa no mapa, será denominado G:

Figura 9 - DRADS Bauru e a divisão territorial de seus 39 municípios



Fonte: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/2102.pdf>, com modificações pela própria autora.

Por sua vez, a análise do desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social já é oficialmente realizada através dos dados do Censo SUAS, especificamente, através do índice nacional desenvolvido a partir das informações deste censo, denominado IDConselho.

Tendo em vista as questões pandêmicas e políticas apresentadas nos capítulos anteriores, e na justificativa desta dissertação, serão brevemente analisados os dados referentes aos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022, extraídos do site da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI⁴⁹.

Criado em 2015, segundo a Norma Técnica de 2017, o IDConselho constitui-se em indicador sintético, composto por três dimensões (estrutura administrativa, dinâmica de funcionamento e composição do Conselho) para aferir o índice de desenvolvimento dos Conselhos de Assistência Social através de critérios

⁴⁹ <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>

estabelecidos a partir das normativas da SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social e do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e de orientações técnicas do MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e do TCU - Tribunal de Contas da União, atribuindo notas de 1 (menor desenvolvimento) a 5 (maior desenvolvimento) em cada um dos requisitos, até obtenção da média final (Brasil, 2017).

Os arquivos baixados na base de dados governamental são planilhas com as informações dos 5.570 municípios da federação. Constan columns com os códigos do IBGE, região, unidade federativa, nome do município, população, porte, notas para cada uma das dimensões do IDConselho e o índice resultante. Ao abrir a planilha no programa Microsoft Excel 2016, iniciou-se o processo de tratamento dos dados pela separação das linhas referentes ao CMAS Bauru entre os 5.570 municípios brasileiros, nos quatro arquivos, referentes aos anos estudados.

O segundo passo foi a supressão de colunas que não possuem relevância para a análise em questão, como códigos, região e unidade federativa, adequação de colunas e identificação das dimensões por cores, mantendo-se a apresentação do nome, porte, nota das dimensões e índice em colunas específicas.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, que permite uma análise comparativa entre os índices dos censos de 2019 e 2022 do município de Bauru. Ressalta-se que os índices são as médias das notas de cada uma das dimensões, avaliadas através das respostas do Censo SUAS quanto ao cumprimento de requisitos para cada uma das notas, específicos a cada uma das dimensões, como as provisões, recursos, atividades e participações mínimas, de acordo com o porte municipal, como demonstra a publicação da Nota Técnica de 2017⁵⁰:

Tabela 1 - IDConselho do CMAS Bauru, segundo o Censo SUAS de 2019 a 2022

Ano	Município	Porte	Dimensões do IDConselho			IDConselho
			Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho	
2019	Bauru	Grande	3	4	1	2,67
2020	Bauru	Grande	3	5	4	4
2021	Bauru	Grande	3	5	1	3

⁵⁰https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Vigil%C3%A2ncia%20Socioassistencial/NT%20ID%20Conselho_jul_2017.pdf

2022	Bauru	Grande	3	5	1	3
TOTAIS			12	19	7	-
RANKING			2º	1º	3º	-

Fonte: Elaborada pela própria autora a partir dos dados do Censo SUAS.

A observação da tabela permite a constatação de convergência com o referencial teórico, pois a atenção à estrutura e ao funcionamento não garantem adequada composição ou participação democrática. Ou seja, uma estrutura administrativa não adequada ao porte do município, como no caso de Bauru, pela falta de definição orçamentária na LOA, utilização de 3% do IGD com o Conselho, secretaria executiva exclusiva, assim como veículo, telefone e espaço físico de referência, por exemplo, afeta a composição do Conselho, a diversidade de vozes, a participação e a mobilização social.

Destaca-se que ainda que o IDConselho de Bauru tenha melhorado em 2020, por alguma divergência no preenchimento do Censo SUAS, tendo em vista que não houve alteração na composição do Conselho que justificasse o aumento da dimensão 3 para a nota 4, Bauru manteve-se em 2021 e 2022 com a nota 3. Em 2022, a média do IDConselho dos 72 municípios de grande porte do estado de São Paulo foi 3,39, portanto Bauru, nesta comparação por porte, está abaixo da média, entretanto, se comparado com Jaú, único município também de grande porte da DRADS Bauru, Bauru possui um índice superior nos três últimos anos já publicados.

Essa é apenas uma das possíveis representações dos dados em questão, as quais serão acrescidas das observações de outros documentos como relatórios, legislações e diretrizes, baseadas no referencial teórico que fundamenta a pesquisa. Este mesmo dado em relação ao IDConselho pode ser analisado em comparação aos demais municípios do território da DRADS Bauru, por exemplo, como segue na Tabela 2, onde D1 representa a dimensão sobre Estrutura Administrativa, D2 a dimensão sobre a Dinâmica de Funcionamento, D3 a dimensão sobre a Composição do Conselho, e ID o índice IDConselho obtido no ano em questão:

Tabela 2 - Comparação do IDConselho entre os municípios da DRADS Bauru de 2019 a 2022

Município	Porte	2019				2020				2021				2022			
		D 1	D 2	D 3	ID	D 1	D 2	D 3	ID	D 1	D 2	D 3	ID	D 1	D 2	D 3	ID

Agudos	P II	2	3	5	3,33	2	2	1	1,67	3	1	5	3	2	3	3	2,67
Arealva	P I	5	4	5	4,67	3	4	5	4	3	4	5	4	3	4	5	4
Avaí	P I	1	2	1	1,33	3	2	3	2,67	-	-	-	-	3	2	3	2,67
Balbinos	P I	3	1	3	2,33	3	1	3	2,33	3	1	3	2,33	3	2	4	3
Bariri	P II	1	2	2	1,67	1	2	2	1,67	1	2	2	1,67	1	4	1	2
Barra Bonita	P II	3	1	3	2,33	3	1	3	2,33	3	3	3	3	1	2	3	2
Bauru	G	3	4	1	2,67	3	5	4	4	3	5	1	3	3	5	1	3
Bocaina	P I	3	1	3	2,33	3	3	5	3,67	1	4	3	2,67	1	4	3	2,67
Boracéia	P I	1	2	3	2	1	2	3	2	1	2	3	2	1	2	3	2
Borebi	P I	3	1	5	3	3	2	5	3,33	3	2	5	3,33	3	2	5	3,33
Cabrália Paulista	P I	1	4	5	3,33	3	2	5	3,33	3	2	5	3,33	3	2	1	2
Cafelândia	P I	1	2	5	2,67	1	3	2	2	5	2	3	3,33	-	-	-	-
Dois Córregos	P I	3	3	1	2,33	1	3	1	1,67	1	2	1	1,33	1	2	1	1,33
Duartina	P I	1	2	3	2	4	2	5	3,67	1	1	5	2,33	1	3	5	3
Getulina	P I	3	2	5	3,33	3	2	1	2	3	2	5	3,33	3	2	1	2
Guaíçara	P I	1	2	3	2	3	2	4	3	3	2	4	3	3	2	3	2,67
Guaimbê	P I	5	2	5	4	5	2	5	4	1	1	3	1,67	1	1	3	1,67
Guarantã	P I	3	2	3	2,67	3	1	3	2,33	1	1	3	1,67	1	5	3	3
Iacanga	P I	5	4	3	4	3	2	3	2,67	1	2	1	1,33	5	2	1	2,67
Igaraçu do Tietê	P II	3	2	2	2,33	3	3	2	2,67	4	3	3	3,33	3	2	3	2,67
Itaju	P I	1	2	2	1,67	1	2	2	1,67	1	2	2	1,67	3	2	5	3,33
Itapuí	P I	3	5	1	3	3	2	1	2	5	5	1	3,67	3	4	1	2,67
Jaú	G	3	2	5	3,33	3	3	5	3,67	3	3	1	2,33	3	2	1	2
Lençóis Paulista	M	1	5	3	3	3	5	2	3,33	3	5	2	3,33	3	5	5	4,33
Lins	M	5	1	1	2,33	5	4	1	3,33	5	2	1	2,67	5	5	5	5
Lucianópolis	P I	1	2	2	1,67	3	2	2	2,33	5	2	5	4	3	2	5	3,33
Macatuba	P I	3	4	5	4	3	4	5	4	3	2	5	3,33	1	4	3	2,67
Mineiros do Tietê	P I	3	2	3	2,67	3	5	3	3,67	1	2	3	2	3	5	3	3,67
Paulistânia	P I	5	1	2	2,67	3	1	2	2	3	1	3	2,33	3	2	2	2,33
Pederneiras	P II	3	2	5	3,33	1	2	5	2,67	3	4	3	3,33	3	4	3	3,33

Pirajuí	P II	5	2	5	4	3	5	3	3,67	3	2	1	2	5	2	1	2,67
Piratininga	P I	3	5	3	3,67	3	2	3	2,67	3	1	3	2,33	3	5	3	3,67
Pongaí	P I	-	-	-	-	3	1	1	1,67	3	2	1	2	3	2	1	2
Presidente Alves	P I	4	1	1	2	1	5	3	3	1	3	3	2,33	1	3	3	2,33
Promissão	P II	-	-	-	-	3	2	5	3,33	3	2	5	3,33	3	2	5	3,33
Reginópolis	P I	1	2	3	2	1	2	2	1,67	1	4	3	2,67	1	2	2	1,67
Sabino	P I	1	1	2	1,33	3	1	4	2,67	3	1	4	2,67	3	2	4	3
Ubirajara	P I	4	3	5	4	4	2	4	3,33	4	2	3	3	3	2	4	3
Uru	P I	3	5	1	3	3	3	1	2,33	1	2	1	1,33	1	5	1	2,33
TOTAIS		1 0 0	9 1 5	1 1 5	102	1 0 6	9 9 9	1 1 9	108	9 8 8	8 9 9	1 1 3	100	9 5 5	1 1 1	1 0 9	105

Fonte: Elaborada pela própria autora a partir dos dados do Censo SUAS.

Tais dados ressaltam que a região é majoritariamente constituída de municípios de pequeno porte I e que, no período analisado, os municípios de grande e médio porte não possuem necessariamente os melhores índices de desenvolvimento, sendo muitas vezes superados por municípios de pequeno porte I.

Considerando a ausência de informações em 2019 de Promissão e Pongaí; em 2021 de Avaí e em 2022 de Cafelândia, as médias do IDConselho da DRADS Bauru se apresentam da seguinte forma: em 2019 a média foi de 2,68; em 2020, 2,76; em 2021, 2,63; e em 2022, novamente 2,76. Sendo assim, nesses quatro anos, Bauru manteve-se acima da média, em comparação com a média da DRADS Bauru, independentemente do porte municipal.

Quanto a priorização dos municípios sobre a qualidade do atendimento aos requisitos das 3 dimensões propostas pelo Índice, demonstra-se que a maior pontuação foi obtida quanto a composição dos Conselhos, em segunda lugar, quanto a estrutura administrativa, e em terceiro lugar, quanto a dinâmica de funcionamento, como demonstram os cálculos da Tabela 3, abaixo:

Tabela 3 - Ranking entre as dimensões avaliadas pelo IDConselho em 2019, 2020, 2021 e 2022

Dimensões do IDConselho	Estrutura Administrativa	Dinâmica de Funcionamento	Composição do Conselho
2019	100	91	115
2020	106	99	119

2021	98	89	113
2022	95	111	109
TOTAIS	399	390	456
RANKING	2º	3º	1º

Fonte: própria autora

A primeira questão que chama atenção neste estudo é que a menor nota de Bauru é referente a composição do Conselho, dimensão que costuma ser melhor pontuada nos municípios da DRADS Bauru, ao contrário da dimensão do funcionamento, onde os municípios da DRADS menos pontuam, Bauru possui seus melhores resultados, sem considerar o porte municipal nesta análise.

Como descrito no início do subitem 3.3, específico ao CMAS Bauru, sua data de instituição, demonstra certo pioneirismo do município em constituir esta Instância Participativa da Política de Assistência Social e seu Fundo Municipal já em 11 de outubro de 1991, por meio da Lei Municipal 3.395, observando-se que o Conselho Nacional, CNAS, foi criado pela Lei Federal nº 8.742, apenas em 1993. Entretanto, atualmente, o CMAS Bauru ainda é regido pela Lei Municipal 4.715, de 3 de setembro de 2001, não tendo atualizado a composição de seus membros, resultando no rebaixamento de seu índice, por exemplo, pela ausência de representantes de movimentos e organizações sociais próprias aos trabalhadores do setor.

Outra normativa que pode ser destacada é a Resolução CMAS Bauru nº 23 de 2012, ainda em vigor, que orienta as inscrições das Organizações da Sociedade Civil no CMAS Bauru. Em seu Artigo 16, esta Resolução assegura que cabe ao CMAS realizar anualmente audiência pública junto às organizações inscritas:

Art.16 - O Conselho de Assistência Social deverá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as Entidades ou Organizações de Assistência Social inscritas, com o objetivo de efetivar a apresentação destas à comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS (CMAS Bauru, 2012, p.6).

Entretanto, não há registro ou notório conhecimento de que a proposta Audiência Pública tenha ocorrido em quaisquer desses 12 anos desde a publicação da Resolução 23/2012. Outro fator investigado é a ausência de atualização e conhecimento do Regimento Interno do CMAS Bauru e do acompanhamento das

propostas das conferências municipais. Tais informações podem ser confirmadas por meio das respostas aos questionários enviados pela ATCCC para análise do perfil e avaliação do Conselho.

Dentre as 60 cadeiras de conselheiros que constituem o CMAS, apenas 56 foram preenchidas na gestão atual, tendo em vista a aposentadoria de uma servidora, ainda não substituída pela Secretaria Municipal de origem, o afastamento, por tempo indeterminado, por questões de saúde de uma servidora da SEBES e duas alterações de secretaria por parte de servidores indicados e ainda não substituídos.

Quanto ao questionário para aferição de perfil e avaliação deste Conselho, dos 56 membros empossados, todos responderam às perguntas, atingindo um percentual de 100% de respostas, alcançado apenas por mais 2 dentre os 9 Conselhos estudados. Dos 56 conselheiros que responderam o questionário, 48,2% são titulares.

Em relação ao perfil destes, 50% possui idade superior a 45 anos, apresentando variabilidade de 27 a 66 anos, tendo como média a idade de 44 anos. Quanto a identidade de gênero, 89,3% escolheu a alternativa cisgênero, enquanto 10,7% optou por “outros”. Como não há pessoas não binárias ou trans, parte dos participantes pode ter escolhido a alternativa “outros” por desconhecer a cisgeneridade. Já em relação à expressão de gênero, 89,3% identifica-se como do sexo feminino, enquanto 10,7% é masculino.

Na questão 5, sobre orientação afetivo-sexual, 98,2% por participantes se declararam heterossexuais, e 1,8%, bissexual. 76,8% dos conselheiros ativos são brancos, 19,6% pardos e 3,6%, pretos. Apenas 7,1% possui algum tipo de deficiência, sendo: autismo, deficiência motora e deficiência física.

Apenas 5,4% não possui ensino superior, atingindo a marca de 3,6% com doutorado, 16,1% com mestrado e 57,1% com especialização. Dentre esses, 91,1% estudou em escola pública.

Em relação ao mundo do trabalho, 7,1% já está aposentado, 62,5% é estatutário, 21,4% é celetista, 14,3% é autônomo e 1,8% está desempregado. 66,1% dos participantes já atuou como servidor público alguma vez. As profissões com maior número de respostas foram: 26 assistentes sociais, 10 servidores públicos, 3 advogadas, 3 professoras e 3 diretoras de escola.

Quanto ao estudo geracional e de gênero proposto pelas questões de 15 a 18, sobre a escolaridade e profissão dos genitores, as respostas mostram não haver mães com mestrado, nem pais e mães com doutorado. Mostrando que a geração de conselheiros supera de maneira significativa a escolaridade de seus genitores. Outra observação possível é que os homens possuem escolaridade superior às mulheres. O mesmo acontece em relação às profissões, pois os homens registram maior índice de profissões de nível superior e são 20 aposentados ou pensionistas, no caso das mulheres, essas são 14. Dentre as mães, 19 são empregadas domésticas ou donas de casa, com grande índice de profissões do cuidado, como cozinheira, costureira e cuidadora.

Em relação à participação no Conselho, 48,2% declara representar o poder público, 42,9% a sociedade civil, 3,6% os usuários e 5,4%, os trabalhadores. Apenas 10,7% dos participantes ocupam cargos da diretoria executiva, enquanto 51,8% participa de alguma comissão deste Conselho. 55,4% relata participar sempre das atividades, enquanto 25% normalmente não consegue, 12,5% participa às vezes e 7,1%, raramente.

Quando perguntados sobre a existência de espaço para debate, 82,1% concorda que existe e 17,9% afirma existir de forma parcial. 51,8% declara que se sente apto para deliberar durante as discussões, 26,8%, sente-se assim de forma parcial e 21,4% não se sente capaz de deliberar. Em relação ao Regimento Interno, 44,6% afirma conhecer, 30,4% parcialmente e 25% desconhece o Regimento Interno.

Das 56 pessoas que responderam o questionário, 75% não participa de nenhuma organização ou movimento social, sendo eles: outros Conselhos municipais; Movimento Assistentes Sociais de Bauru, pela inserção de assistentes sociais na educação e na habitação; Frente Nacional de Mulheres com Deficiência; movimento pela causa autista; Conselho Regional de Serviço Social - CRESS; Movimento Popular; diretoria de uma creche filantrópica; organizações da sociedade civil como Fundação Toledo e João Bidu; Formando Mentes Coletivas; e Comitê contra o Apartheid na Palestina. Apenas 10,7% dos participantes tem envolvimento político partidário.

Quanto à participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 55,4% afirma que sim, 23,2% participa parcialmente e 21,4% não participa.

Ao avaliarem o Conselho, 80,4% relata que o CMAS acompanha o cumprimento das deliberações conferenciais, enquanto 19,6% afirma que o faz parcialmente. Da mesma forma, 82,1% afirma que o CMAS Bauru acompanha as organizações, serviços, programas e projetos relacionados à política de Assistência Social, enquanto 16,1% concorda que o faz parcialmente e 1,8% acredita que não.

Ao responderem à pergunta 32, sobre a realização de mobilizações, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas, 58,9% acredita que o CMAS Bauru as realiza, 32,1% declara que o fazem parcialmente e 8,9% respondeu que não. Sobre a acessibilidade e a divulgação das reuniões (locais, horários e acesso), 73,2% concorda que sim, 23,2% que são parcialmente acessíveis e divulgadas, e 3,6% responderam que não.

Na questão dissertativa de número 34, espaço reservado para registro das opiniões quanto às principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos, foram colocadas diversas questões, entre elas, alguns participantes relataram não opinar por não estarem participando, ou nunca terem participado, inviabilizando a formulações de sugestões. Das 56 respostas, 14 não trouxeram opiniões.

Entre as pontuações colocadas, a mais recorrente com a falta de envolvimento e participação da sociedade civil e dos usuários da Assistência Social, repetindo-se, cada manifestação à sua maneira, 16 vezes. Também foram recorrentes, com cinco menções, cada uma, questões como: falta de efetiva e comprometida participação dos conselheiros, apontando para a necessidade de fortalecimento dos envolvidos; falta de tempo hábil para análise e clareza nas deliberações de recursos e projetos; falta de discussões mais amplas sobre as políticas públicas municipais afetas; falta de tempo e dificuldades para participação no horário proposto.

Com 4 menções, destacaram questões como: falta de apoio e investimento técnico e financeiro por parte do poder público; e insuficiente mobilização e divulgação das ações e das funções dos Conselhos.

Também apresentaram repetições a falta de comunicação entre os Conselhos; a utilização de linguagem técnica de difícil compreensão; e a centralização das reuniões, apontando para o envolvimento dos territórios e a oferta de reuniões nos serviços socioassistenciais.

Dois relatos não houveram repetições, mas foram registradas: a falta de conhecimento dos conselheiros sobre a política de Assistência Social; a

necessidade de mais capacitações para os conselheiros; e a necessidade de inovação e renovação do Conselho.

Quanto a esta última colocação, acredita-se ser pertinente trazê-la na íntegra, assim como outras manifestações que apresentam maior complexidade e pertinência ao tema desta pesquisa, sendo elas:

- “Precisamos de renovação/inovação do CMAS, precisamos ampliar as discussões sem que haja 'retaliações'. ”;
- “Pontuo a participação efetiva dos membros como sendo um desafio, e neste ponto me baseio em minha própria participação, pois falhei muito em participar e me inteirar melhor das questões e demandas deste conselho e tbm pela falta de tempo e atribuições diárias do cargo que ocupo”;
- “a maior dificuldade em votação de situação que envolva principalmente aprovação para valores, pois na maioria das vezes já se vem pronto, não se passa com antecedência para conhecimento de todos do conselho, não dando tempo hábil para análise e demais dúvidas que temos. entendo que a votação é muito importante, porém não se tem a clareza e transparência do ato”;
- “Ser acessível as pessoas que utilizam a política pública de Assistência social, um desafio é promover a participação do usuário, talvez reuniões descentralizadas poderiam ampliar a participação dos usuários”;
- “Mobilização e divulgação; participação efetiva principalmente da sociedade civil; ausência de capacitação para os Conselheiros. Todos os Conselhos Municipais instituídos necessitam de estímulo para que se efetive o Controle Social, com discussões amplas e igualitárias da Política Municipal afeta”;
- “Os conselhos necessitam de maior investimento técnico e financeiro do poder público para execução de suas atividades”;
- “Linguagem técnica e de difícil entendimento para os usuários, e reuniões centralizadas (que não ocorrem nos territórios) o que dificultam a participação dos usuários”;
- “Participação dos usuarios e sociedade civil, financiamento insuficiente e falta de autonomia para utilização dos recursos”;
- “Que não sejam obrigatórias as presenças de pessoas do poder público (Secretarias) que não sejam engajadas ou minimamente orientadas para as demandas do setor”;

- “Ainda não temos alcance com a população e impacto político”;
- “Apoio governamental para efetivar as deliberações”;
- “Pouco tempo para discussão nas reuniões”;
- “Tornar as reuniões mais voltadas as discussões sobre política públicas e não somente informativas”;
- “Pouca Adesao/Frequência das reuniões. Ampliar as discussões dos projetos a serem aprovados”;
- “Como a demanda de trabalho é extensa muitas vezes as pautas não são aprofundadas pela falta de tempo e isso me deixou um pouco perdida nas primeiras reuniões. Estou compreendendo o funcionamento e todas as normativas que envolvem o conselho e tem sido de grande aprendizado”;
- “O principal obstáculos para a participação é a carga horária exaustiva que não permite a participação plena reuniões”;
- “maior divulgação das reuniões, mais acesso da população, tornar o conselho um espaço com linguagem e ações mais proximas da realidade de vida da população usuária do política de a.s.”;

Na última questão, de número 35, deste questionário para análise do perfil e da avaliação do Conselho, registraram-se 8 respostas:

- “Gostaria de parabenizar este conselho pela dedicação, organização e empenho em tratar tantas questões importantes e pertinentes à nossa sociedade, de forma clara e democrática. Muito obrigada! Um grande abraço!”;
- “ampliação da divulgação das reuniões, ampliação dos convites para a comunidade, sociedade civil, realização das reuniões fora da casa dos conselhos, ex. em uma unidade da sociedade social, realização das reuniões pelo menos uma após as 17hs ou 18hs para que possamos ter uma maior participação”;
- “Compreendo como essencial a participação social pra melhoramos e até elaborarmos políticas públicas, mais efetivas em respostas aos problemas públicos”;
- “A Assessoria técnica do CMAS deverá rever seu posicionamento nas reuniões do CMAS, tendo em vista seu papel enquanto servidor público!”;
- “Está sendo grande desafio participar do Conselho, tendo em vista nunca ter participado anteriormente”;

- “Uma alternativa de descentralização, talvez seria a possibilidade dos Cras realizarem as salas virtuais de reuniões, por meio do link disponibilizado, para acompanhamento e participação dos usuários em tds os Cras. Tb o acompanhamento dos técnicos com explicações e orientações aos usuários durante as reuniões”;
- “Vejo que o Conselho da SEBES é bem estruturado e possui gente atuante, engajada e que conhece as demandas do setor. Mas ao fazer parte do Conselho sem nenhuma afinidade com as pautas, por desconhecimento e falta de inclinação para as demandas apresentadas, acredito que seja necessária uma reforma em relação à nomeação de conselheiros e suplentes do poder público”;
- “na minha opinião nós de outra secretaria não deveríamos participar, não são assuntos que competem a nós”.

Algumas dessas respostas acima acrescentam elementos importantes à discussão. A segunda, sugere ampliação dos convites para a comunidade, a utilização de outros espaços físicos para realização das reuniões e a alternância de horários, como a substituição do período da manhã, às 9h, como normalmente ocorrem, para às 17h ou 18h. Em consonância, a sexta colocação sugere alternativas para a descentralização das reuniões, como a possibilidade dos CRAS reproduzirem ao vivo as reuniões, transmitidas via link, para maior participação territorial e acompanhamento dos técnicos com explicações e orientações aos usuários. Ressalta-se que tal iniciativa também teria potencial capilarizador das discussões entre os trabalhadores do SUAS, tanto servidores como os do terceiro setor.

A quinta colocação explicita que há novas pessoas ocupando o cargo de conselheiro, demonstrando que é um desafio o processo de participação de tal instância.

Por sua vez, a quarta colocação sugere que durante as reuniões do CMAS, a Assessoria Técnica se posiciona de maneira incoerente com o papel dos servidores públicos, e, infelizmente, não aprofunda a crítica para que fique melhor esclarecido seu posicionamento. Diferentemente, a sétima sugestão aponta para a necessidade de reforma no modo como as secretarias indicam servidores para o papel de conselheiros representantes do poder público, para que se tenham pessoas com perfil e afinidade com as pautas. De forma completamente oposta, a oitava e última

sugestão afirma que a pauta do CMAS não compete aos servidores de outras secretarias, sendo assim, em sua opinião, o trabalho intersetorial e o caráter transdisciplinar da política pública de Assistência Social, parece não dialogar com os representantes das políticas culturais, educacionais, ambientais, de esporte, lazer e de saúde, que compõe a gestão.

5.4 Perfil do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Dentre as 40 cadeiras que constituem o CMDCA, apenas 38 foram preenchidas na gestão atual, biênio 2022/2024, tendo em vista a falta de indicação de dois membros por parte do Conselho Comunitário de Segurança - CONSEG, inativo na época do pleito.

Quanto ao questionário para reconhecimento do perfil e de avaliação deste Conselho, dos 38 membros empossados, 33 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 87% de respostas. Dentre os conselheiros que responderam ao questionário, 54,5% são titulares.

Em relação à composição do perfil, a questão de número 2, demonstrou que a idade dos conselheiros possui variabilidade de 29 a 75 anos, com maior concentração de membros entre 42 e 66 anos, sendo a média de idade igual a 49 anos. Quanto a identidade de gênero, 97% se declarou cisgênero, enquanto apenas 3% identificou-se com a opção “outros”. Sobre a expressão de gênero, 69,7% respondeu feminino e 30,3% masculino. Na questão 5, sobre orientação afetivo-sexual, novamente 97% respondeu heterossexual e 3%, bissexual. No quesito raça/cor, 81,8% se considera parte da população branca, 15,2% parda e 3% preta, ou seja, 1 pessoa. Apenas 9,1% possui algum tipo de deficiência, sendo elas: dificuldade de mobilidade, deficiência física e deficiência intelectual.

Em relação à escolaridade, apenas 12,1% não possui ensino superior e 3% respondeu “outros”, dos demais, 15,2% concluiu a graduação, 45,5% fez especialização, 18,2% possui mestrado e 6,1%, doutorado. Do total de participantes, 78,8% estudou em escola pública.

Quanto ao trabalho e profissionalização, 12,1% dos participantes já está aposentado e 63,6% já atuou alguma vez na vida como servidor público em alguma das três esferas. Do total de respostas, 51,5% possui vínculo empregatício como

estatutário, 30,3% é autônomo, 12,1% celetista e 6,1% está desempregado. As profissões mais recorrentes foram assistentes sociais, advogados, professores e coordenadores, majoritariamente profissões de nível superior.

Direcionadas para uma análise sociológica, geracional e de gênero, as questões de número 15 a 18 apontam que, diferentemente dos demais Conselhos estudados, no CMDCA, as mães dos conselheiros possuem maior escolaridade que os pais, demonstrada pelo diferencial de 9,1% de genitoras com mestrado. Neste caso, as mulheres apresentaram 24,2% de conclusão do ensino superior, enquanto os homens apontam para 18,1%. Ainda assim, dentre as profissões, 48% das mães são donas de casa e apenas 21% atuam ou atuaram em profissões de nível superior, enquanto entre os homens, as profissões mais recorrentes são de ensino médio e técnico, como mecânicos, marceneiros, eletricitas, gráfico, assim como comerciantes.

Relacionado à participação no Conselho, 51,5% dos membros que responderam o questionário representam o poder público, apenas 18,2% das pessoas que responderam possuem cargo na direção executiva e 60,6% participa de alguma comissão do CMDCA. Quanto à frequência de participação nas reuniões e atividades do Conselho, 63,6% optou pela resposta “sempre”, 15,2% admitiu participar raramente, 12,1% às vezes e 9,1% declarou normalmente não conseguir.

Ao serem questionados se sentem capazes de deliberar nas discussões, 69,7% respondeu que sim, enquanto 21,2% respondeu parcialmente e 9,1% respondeu que não. Sobre o regimento interno do CMDCA, 48,5% respondeu que conhece, 39,4% conhece parcialmente e 12,1% não conhece. Quanto à existência de espaço para debate, 84,8% concorda que há e 15,2% relata que existe de forma parcial.

Dentre os participantes, apenas 39,4% relatou participar de alguma organização ou movimento social, sendo elas: creches particulares filantrópicas, associações de moradores, Rotary Internacional, Lions Clube, movimentos populares, partidos políticos, times de futebol, ações de voluntariado, Comitê contra o Apartheid na Palestina, AEAPS e organizações da sociedade civil em execução de serviços socioassistenciais. Apenas 15,2% dos participantes tem envolvimento político partidário. Sobre a participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 42,4% afirma participar, 33,3% o faz parcialmente e 24,2% declara não participar.

Na questão de número 30, ao serem perguntados quanto ao acompanhamento das deliberações conferenciais e dos respectivos Conselhos das esferas estadual e federal, 72,7% afirma que sim, 21,2% declara que o CMDCA Bauru o faz parcialmente, e 6,1% que este Conselho não o faz. Em relação ao acompanhamento de organizações, serviços, programas e projetos, 78,8% relata que sim e 21,2%, parcialmente.

Sobre a realização de mobilizações, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas, 63,6% respondeu que sim e 36,4%, parcialmente. Já em relação ao acesso às reuniões, como local, horário e divulgação, 78,8% concorda que acontecem de maneira adequada, 15,2% acredita serem parcialmente acessíveis e 6,1% afirma que não.

Na questão 34, ao ser solicitado relato sobre as principais dificuldades, obstáculos, faltas e desafios, 23 respostas apresentaram alguma colocação; entre elas, foi recorrente o questionamento do horário e local das reuniões. Destacam-se a seguir as respostas não contempladas nos itens anteriormente citados:

- “Em prol da comunidade, projetos e verbas do recurso público”;
- “Local da casa dos conselhos e horários, visto que não é centralizada e nem acessível! Quanto aos horários, não é viável para a classe trabalhadora!”;
- “Participação dos usuários, autonomia na utilização dos recursos, equipe de trabalho insuficiente”;
- “Maior convergência entre as políticas públicas participantes dos conselhos”;
- “Algumas discussões parecem ser apressadas e difíceis de acompanhar.

Parece-me consequência do volume de demandas e não de problemas da executiva que aparenta dedicação com relação à transparência”;

- “Precisamos ampliar diálogo, entendo como dificuldade a burocracia”;
- “Atender o maior numero possível de munícipes”;
- “Preponderância do Poder Público nas decisões”;
- “Implantação de política pública devido orçamento, uma vez que o recurso do CMDCA não é para serviço continuado”.

Por fim, na última questão, foram registrados 3 comentários, sendo um deles para inserção da alternativa “não sei responder” e os demais:

- “Acredito que há uma grande influência da Secretária do Bem Estar Social nesse conselho, acredito que isso prejudique um pouco em certas decisões”; e
- “Gostaria que as reuniões fosse a noite ou sábado de manhã”.

Diferentemente dos demais Conselhos, as respostas do CMDCA não registraram menções à baixa participação de seus membros, e sim, a sobrecarga de trabalho devido à alta demanda, suscitando a necessidade urgente de assessoria jurídica, em especial para orientação das comissões de inscrição e seleção de projetos, e de essencial investimento em marketing, podendo ser interpretado como comunicação, pontuando também quanto a interferência do poder público das decisões e o excesso de burocracia da administração pública.

5.5 Perfil do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Dentre as 54 cadeiras de conselheiros que constituem o COMSEA, apenas 44 foram preenchidas na gestão atual, tendo em vista a falta de indicação de membros por parte do CIESP, do Sistema “S”, da AEAPS, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e representações dos povos originários e tradicionais.

Quanto ao questionário para identificação de perfil e aferição da avaliação deste Conselho, dos 44 membros empossados, 34 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 77% de respostas. Dentre os conselheiros que responderam o questionário, 61,8% são titulares.

Sobre o perfil dos participantes, as respostas à segunda pergunta demonstram que a idade dos conselheiros possui uma variação de 25 a 63 anos, com maior concentração de membros entre os 40 e 45 anos, sendo a média das idades igual a 43 anos. Dentre os participantes, 94,1% se identifica como cisgênero e 5,9% preferiu a opção “outros”. Enquanto em expressão de gênero, 85,3% é de público feminino, 11,8% masculino e 2,9%, uma pessoa, assinalou “outros”. Na questão 5, quanto a orientação afetivo-sexual, 91,2% afirma ser heterossexual, 5,9% bissexual e 2,9 “outros”. Já no quesito raça/cor, 88,2% assinalou branco, 5,9% parda, 2,9% asiática e 2,9% indígena. Não houve manifestação de nenhum tipo de deficiência.

Em relação à escolaridade, apenas um participante, 2,9% dos conselheiros que responderam ao questionário, possui ensino fundamental, dos demais, 29,4% possui ensino superior, 41,2% concluiu alguma especialização, 11,8% é mestre e

14,7% concluiu o doutorado. Do total de respostas, 58,8% estudou em escola pública.

Em relação ao trabalho, apenas 8,8% deste Conselho já está aposentado. 47,1% é celetista, 41,2% é estatutário e 11,8% é autônomo. Não há registro de conselheiros desempregados no COMSEA e 55,9% já atuou alguma vez na vida como servidor público.

Dentre as profissões mais declaradas, se destaca a nutrição, sendo 13 nutricionistas e 1 técnico em nutrição, também se destacam professoras, de nutrição ou não, assistentes sociais e profissionais das áreas de agronomia e veterinária.

Já nas questões de 15 a 18, quanto a escolaridade e profissão dos pais, o estudo revela que as mães, assim como na análise do CMDCA, possuem maior nível de formação superior, pontuando 3,1% a mais que os homens, acrescido de 8,8% de especializações, enquanto os pais não as possuem. Quanto às profissões, a variabilidade de escolha foi maior entre os homens, assim como maior índice de profissões de nível superior. Entre as mulheres, destaca-se ainda o elevado número de mães envolvidas exclusivamente com o trabalho doméstico e profissões de cuidado, como cozinheira e faxineira. Dentre as profissões de nível superior, há maior concentração de mulheres no professorado.

Dos 34 participantes, 44,1% declarou representar o poder público, também 44,1% a sociedade civil, 8,8% a classe trabalhadora e 2,9%, os usuários. Apenas 14,7% desempenha cargo na direção do Conselho, assim como apenas 17,6% participa de alguma comissão interna. Quanto à frequência de participação nas reuniões e demais intervenções do COMSEA, 54,9% afirma participar sempre, 26,5% às vezes, 17,6% relata que normalmente não consegue participar e 2,9% reconhece se envolver raramente.

Ao serem questionados sobre o sentimento de capacidade de emitir parecer nas votações, 47,1% afirmou se sentir capaz, enquanto 38,2% se considera parcialmente capaz e 14,7% respondeu que não, demonstrando insegurança para participar das deliberações do Conselho. Na questão 24, ao ser perguntado se conhecem o regimento interno, 47,1% respondeu que conhece parcialmente, 35,3% conhece e 17,6% não. Desta vez, sobre a abertura do COMSEA Bauru para o debate, 91,2% assegura que existe espaço para o diálogo e 8,8% preferiu dizer que existe parcialmente.

Sobre a participação em organizações e movimentos sociais, 79,4% registra que não participa. Dentre os 20,6% que integra tais grupos sociais, foram listados: Cria Bauru, Bauru Cidade Criativa, Educa Bauru, movimento indígena, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Coletivo Ação Libertária, Associação AMICOP, Mesa Brasil, Movimento AS Bauru e AEAPS. Especificamente à participação em Audiência Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 50% afirma participar, 29,4% registra que não e 20,6%, parcialmente. Do total de respostas, apenas 11,8%, 4 pessoas, possuem envolvimento político partidário.

Ao serem questionados quanto ao acompanhamento do Conselho em relação ao cumprimento das deliberações conferenciais e dos respectivos Conselhos Estadual e Federal, 88,2% relata que sim, 8,8% preferiu opinar como parcialmente e 2,9% que não. Por sua vez, quanto ao acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos relacionados à pauta do COMSEA, 85,3% disse que sim e 14,7% relatou acompanhamento parcial.

Sobre a divulgação e a acessibilidade das datas, locais e horários das reuniões, 79,4% se posicionou de forma positiva, enquanto 11,8% adotou a resposta parcial e 8,8% não concordou, optando por não.

A questão 34, fez emergir questões similares aos demais Conselhos estudados, mas também, algumas declarações com certas especificidades:

- “Transversalidade com outras políticas públicas essenciais ao desenvolvimento de ações que garantam a segurança alimentar”;
- “Desafio de conseguir colocar em prática as ações planejadas com envolvimento de diversos setores”;
- “Se aproximar da população de Bauru, das periferias da cidade, dos movimentos sociais, dos agricultores e agricultoras, da juventude e dos estudantes, do movimento negro, dos outros conselhos de SANS e dos outros conselhos municipais de Bauru”;
- “Executar o Plano Municipal de Segurança Alimentar, porque dependemos do poder Executivo para sair do papel”;
- “Pessoas dedicadas que desejam realmente participar. Credibilidade nos conselhos”;
- “A participação de politicagem e falta de ações concretas”;
- “Articulação com demais conselhos”;
- “Fidelizar a participação de parte dos conselheiros”;

- “Conselheiros fora de cargos públicos tem dificuldade de conciliar as atividades próprias do trabalho com as do conselho. E acabam não sendo membros muito presentes, como no meu caso. O que pode desfalcar / atrasar ações e deliberações previstas pelo conselho”;
- “Divulgação do trabalho que realiza e acompanhamento”.

Na última questão, de número 35, foram deixados 5 comentários, sendo um deles uma mensagem de agradecimento, uma justificativa de recente indicação e por este motivo certa dificuldade em avaliar, e as pontuações a seguir:

- “Considero muito importante a participação de toda sociedade nos Conselhos”;
- “Os desafios são imensos, mas existe um imenso horizonte de possibilidades na articulação com outros movimentos e outros conselhos. É preciso expandir e tomar disposição para sair de ações estritamente institucionalizadas e de difícil acesso, e se aproximar dos movimentos populares! É preciso recurso destinado para a organização das ações do COMSEA e apoio do poder público em sua realização”; e
- “As pessoas não possuem tempo para se dedicar nos conselhos, as reuniões são em horário de trabalho dificultando a participação. O poder público também não valoriza as ações do conselho”.

A intersectorialidade da política pública de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, materializada na divisão das responsabilidades do Poder Executivo representada pela CAISAN, e o recente processo de implementação do SISAN, conferem ao COMSEA alguns desafios específicos, todavia, assim como nos demais Conselhos, encontram-se dificuldades relacionadas à adesão e mobilização de pessoas; contrariedades na definição das datas e horários das reuniões; sobrecarga dos participantes devido às altas cargas de trabalho; falta de divulgação, de verba e de apoio na efetivação das deliberações e da participação dos membros, com ênfase aos usuários e trabalhadores.

5.6 Perfil do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres

Dentre as 40 cadeiras de conselheiros que constituem o CMPM, apenas 37 foram preenchidas na gestão atual, 2023/2025, tendo em vista a falta de indicação

de um membro por parte da Defensoria Pública e dois membros por parte do 4º Batalhão da Polícia Militar.

Quanto ao questionário da ATCCC, para conhecimento do perfil e da avaliação deste Conselho, dos 37 membros recentemente empossados, 27 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 73% de respostas, o terceiro menor entre os 9 Conselhos estudados. Dentre os conselheiros que responderam o questionário, 51,9% são titulares.

Nas perguntas relacionadas ao perfil das conselheiras, confirmou-se que 100% das participantes se identificam com a expressão do gênero feminino. Por sua vez, ao serem perguntadas sobre sua identidade de gênero, 88,9% de entende como cisgênero e 11,1% escolheu a resposta “outros”. No item 5, sobre a orientação afetiva-sexual, 88,9% possui atração heterossexual, 7,4% outros e 3,7%, homossexual. No quesito raça/cor, 66,7% se considera branca, 14,8% parda, também 14,8% preta e 3,7% outros. Entre as participantes, apenas 11,1% possui algum tipo de deficiência, ou seja, 3 conselheiras, sendo dois relatos de deficiência motora e um de deficiência física. Quanto a idade média das conselheiras, esta fica calculada em 44 anos, variando entre membras de 28 e 65 anos de idade.

No quesito escolaridade, apenas 14,8% não possui ensino superior, sendo que 44,4% concluiu uma graduação, 33,3% fez ao menos uma especialização, 7,4% possui mestrado, 7,4% parou após a conclusão do ensino médio e 7,4%, após o término do ensino fundamental. Dentre as participantes, 85,2% estudou em escola pública na maior parte do tempo.

Na perspectiva do mundo do trabalho, 11,1% já está aposentada e do total de conselheiras, 40,7% já atuou alguma vez como servidora pública. Especificando os vínculos empregatícios, 40,7% é autônoma, 33,3% é estatutária e 25,9% é celetista. Não foram registradas participantes desempregadas. As profissões mais recorrentes foram, 5 assistentes sociais, 2 psicólogas e 4 advogadas.

Ao serem analisadas as gerações de mulheres, entre as mães das participantes, apenas 14,8% concluiu o ensino superior, sendo que 1, 3,7% concluiu o doutoramento, uma diferença de 29,6%. Entretanto, em comparação com os pais, essa diferença é ainda maior, de 37%, pois apenas 7,4% afirma que seu genitor concluiu o ensino superior, sendo destaque o alto percentual de desconhecimento deste tipo de informação, 22,2%, no caso específico dos pais, enquanto apenas 7,4% desconhece a escolaridade de sua mãe.

As respostas sobre as profissões dos genitores demonstram que, dentre os pais que possuem suas profissões conhecidas, apenas 6 respostas são compatíveis com profissões de nível superior, 6 são aposentados e as únicas atribuídas repetidamente foram: motorista ou caminhoneiro, servidorismo público e ferroviário. Já entre as mães, apenas 3 são aposentadas ou pensionistas, 5 apresentam profissões de nível superior e 11 são trabalhadoras domésticas. As profissões de maior recorrência são diaristas ou “do lar”, costureiras e professoras.

Sobre a participação no CMPM, 63% declara representar a sociedade civil, 22,2% o poder público, 7,4% trabalhadores e igualmente, 7,4% usuários. Dentre as respostas, apenas 11,1% são de membros com cargo na direção executiva e apenas 22% participa de alguma comissão. Em relação à frequência nas atividades e reuniões, 55,6% relata participar sempre, 29,6% declarou participar às vezes, 7,4% afirma normalmente não conseguir e 7,4% respondeu raramente.

Ao serem questionadas se normalmente sentem-se capazes de votar durante os debates do Conselho, 74,1% afirma que sim, 18,5% parcialmente e 7,4%, que não. Sobre conhecer o regimento interno do Conselho da Mulher, 48,1% respondeu que conhece, 29,6% não conhece e 22,2% conhece parcialmente. Na questão 25, quando perguntado se existe espaço para discussão, 88,9% coloca que sim e 11,1%, que existe parcial espaço para debate. Quanto à participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 44,4% relata participar, 29,6% não participa e 25,9% participa parcialmente.

Sobre participar de alguma organização ou movimento social, 44,4% alegou não participar e, entre os 55,6% que participa, foram citadas: o Instituto Elas, Lions Clube, Rede Educa, OAB, RME, Frente Nacional de Mulheres com Deficiência, movimentação relacionada ao autismo, Instituto Helenas, outros Conselhos Municipais, OSC Portas Abertas, PSB Mulheres e ONG, em geral. Apenas 18,5% das conselheiras possuem envolvimento político partidário.

Na questão sobre o acompanhamento das deliberações conferenciais e dos Conselhos de outras esferas, 66,7% respondeu que sim, 29,6% que é feito parcialmente e 3,7% que não. Por sua vez, sobre o acompanhamento das organizações, serviços e projetos relacionados ao direito das mulheres e suas políticas públicas, 74,1% afirma que são acompanhadas, 22,2% alega que é feito de forma parcial e 3,7%, que não há acompanhamento.

Para a questão sobre a realização de reuniões ampliadas, descentralizadas e ações de mobilização, foram obtidas 20 respostas afirmativas, equivalente a 74,1%, 6 que julgam ser realizadas de modo parcial, atingindo 22,2% e 1 resposta negativa, 3,7%. Com os mesmos percentuais de resposta, 74,1% sim, 22,2% parcial e 3,7% não, foi concluído o resultado da questão 33, sobre a acessibilidade das reuniões, considerando sua divulgação, local, horário e acesso.

Quanto às respostas para as principais dificuldades e desafios dos Conselhos, foram deixados na questão 34 os seguintes pareceres, excluindo-se as repetições temáticas:

- “Comunicação entre todos os conselhos e informações mais rápidas do município”;
- “Conseguir reunir todas as conselheiras”;
- “Falta: Comunicação entre a rede. Obstáculo: Criar políticas públicas sem verba. Desafios, são tantos, tantos, tantos”;
- “muitas vezes a falta de orientação sobre o papel do conselho, pois muitos são indicados para completarem a vaga. A dificuldade de fazer articulação com outros conselhos em atividades/ações que precisamos para parceria, deliberação”;
- “Ser mulher já dificulta...pq agora estamos sendo vistas...”;
- “Serem ouvidos”;
- “Data para reunião onde todas possam comparecer”;
- “Horários dentro do horário comercial que impede de participarmos das reuniões”;
- “Muita burocracias”;
- “Era a falta de recursos financeiros”.

Na última questão, de número 35, de natureza dissertativa e não obrigatória, foram compartilhados os seguintes comentários:

- “Estou aberta a novos desafios e ficarei imensamente feliz em agregar algo de alguma forma na vida das pessoas”;
- “de maior participação de mulheres, melhor divulgação para sociedade civil, envolver mais outros conselhos para participarem, principalmente as mulheres. Precisamos desenvolver mais ações como conferencias, provocar audiências públicas. que possamos desenvolver mais grupos de pesquisas, para levantamento de dados, de espaços para debates, para identificação de gênero e raça, maior participação de apoio a outros grupos e movimentos em favor da mulher”;

- “Feliz por defender as Mulheres. Diga Não a Violência...somos Fortes e Independente...somos muito inteligente”;
- “Fazer uma mobilização para unir os conselhos”;
- “Espero que conseguimos caminhar com excelência e ter resolutividade nas propostas”; e
- “Precisamos de mais apoio dis bairros escolas comunidades”.

Pode-se observar que tanto na questão 34 como na questão 35, oportunidades para relatos dissertativos, foram pontuadas dificuldades na participação do questionário, tendo em vista a recente posse das conselheiras. Ressalta-se que ainda assim foram obtidas informações valiosas para a consolidação deste coletivo e que os questionamentos colaboram para a percepção de atribuições e dispositivos do CPM até então desconhecidos por parte das integrantes, tendo a ATCCC orientado e tirado dúvidas, inclusive presencialmente, de forma coletiva, sobre termos e perguntas do questionário, qualificando a dimensão relacional da assessoria técnica.

5.7 Perfil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Dentre as 40 cadeiras de conselheiros que constituem o COMUDE, apenas 35 foram preenchidas na gestão atual, tendo em vista a vacância de dois membros indicados pela SEDECON, um membro do Conselho Regional de Serviço Social e dois membros que constituíam a chapa da sociedade civil.

Quanto ao questionário para detalhamento do perfil dos conselheiros e avaliação deste Conselho, dos 35 membros empossados, 24 responderam às perguntas, atingindo um percentual de 68% de respostas, o segundo menor entre os 9 Conselhos estudados. Dentre os conselheiros que responderam ao questionário, 62,5% são titulares.

O perfil começa a ser traçado a partir da idade, e o COMUDE possui membros de 31 a 66 anos, sendo 43 anos a idade média dos partícipes. Quanto a identidade de gênero, 95,8% se identifica como cisgênero, e uma pessoa, 4,2%, escolheu a opção outros. Sobre a expressão de gênero, 66,7% das pessoas que responderam são do sexo feminino, enquanto 33,3% é do sexo masculino. Já

quanto a orientação afetiva-sexual, 95,8% assinalou a resposta heterossexual e 4,2%, homossexual.

No quesito raça/cor, 87,5% do Conselho é constituído por brancos, 8,3% de pardos e 4,2%, ou seja, uma pessoa, se identificou como preta. Apenas 33,3% das pessoas que responderam possuem algum tipo de deficiência, sendo elas: tetraplegia, deficiência motora, deficiência em membro inferior esquerdo, visual bilateral total, amputação transtibial e paraplegia.

Na questão 9, em relação à escolaridade dos participantes, revela-se que 87,5% possui ensino superior, destes, 41,7% possui especialização completa, 12,5% mestrado e 12,5% doutorado. Apenas 8,3% completou apenas o ensino médio e 4,2% assinalou outros, podendo ter maior ou menor escolaridade que as opções elencadas. 66,7% dos participantes da pesquisa estudaram em escola pública.

A partir da questão 11 são abordados assuntos relativos ao mercado de trabalho, desta forma, demonstra-se que 12,5% dos conselheiros que participaram já estão aposentados, 54,2% atua como estatutário, 29,2% é celetista, 8,3% de autônomos, 4,2% aponta para exclusividade nos estudos e 4,2% declara desemprego. Dentre os 24 conselheiros que responderam o questionário 62,5% já atuou como servidor público alguma vez em sua carreira. As profissões são em sua grande maioria de nível superior, principalmente classificadas na grande área da saúde, como enfermagem, serviço social, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional. Destacam-se também professores e advogados na composição deste Conselho.

Por sua vez, as perguntas 15 a 18 buscam compreender a escolaridade e as profissões da geração dos genitores dos participantes para compreensão do contexto social de origem dos conselheiros, assim como análises comparativas entre gênero e gerações.

Quanto aos pais, apenas 29,2% possui ensino superior, destes 16,7% parou após a graduação, 8,3% concluiu especialização e um pai, 4,2%, concluiu mestrado. Dos 62,5% que não chegaram a cursar uma faculdade, 37,5% concluiu o ensino fundamental e 25% continuou até o ensino médio. 8,3% escolheu a opção outros, podendo ter concluído escolaridade superior ao doutorado ou inferior ao fundamental.

Em relação à escolaridade das mães, dos 58,4% que não chegou a frequentar um curso de graduação, índice menor em comparação ao masculino,

ainda assim, 41,7% destas encerrou os estudos no ensino fundamental e 16,7% no ensino médio. Já dentre os 41,7% que possuem nível superior, registram-se 16,7% de mães que realizaram também alguma especialização, sem registro de mestrado e doutorado. Não houve opção pela resposta desconheço dentre as respostas do COMUDE nestas questões.

Dentre as profissões parentais, as mulheres apresentam menor variabilidade e grande índice de donas de casa, assim como menor número de aposentadas e autônomas, em relação aos homens. A profissão mais recorrente entre as mães é a de professora, entre os pais, autônomos, comerciantes e motoristas.

Sobre a participação no COMUDE, 50% afirma representar a sociedade civil, 41,7% declara representar o poder público e 8,3% representa os trabalhadores. Dos participantes, 16,7% possui cargo na direção executiva deste Conselho e 45,8% participa de alguma comissão.

Ao serem perguntados sobre a frequência em que participam das reuniões e atividades, 54,2% afirmou que sempre participam, 33,3% declarou participar às vezes, 8,3% normalmente não consegue e 4,2% respondeu raramente.

Na pergunta 23, 75% afirmou que se sente capaz de deliberar nas discussões do COMUDE, enquanto 20,8% declarou sentir-se parcialmente capaz e 4,2% respondeu que não. 66,7% dos participantes conhece o regimento interno do Conselho e 12,5% não conhece.

Em relação à participação em organizações ou movimentos sociais, apenas 16,7% afirmou compor alguma pauta, citando o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, uma igreja e a APAE. Apenas 8,3% tem envolvimento político partidário. Quanto à participação em Audiências, Conferências e Semanas Municipais, 45,8% afirma participar, 37,5% frequenta parcialmente tais espaços cívicos e 16,7% não participa.

Na pergunta 30, que questiona sobre o acompanhamento e cumprimento das deliberações conferenciais ou dos Conselhos Estadual e Federal, 75% afirma que o COMUDE o faz, e os demais 25% ficam igualmente divididos entre 12,5% que declara não acompanhar e 12,5%, acompanhar parcialmente.

Por sua vez, a pergunta 31 direciona a reflexão para o acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos das pessoas com deficiência, onde 83,3% opina que o Conselho realiza tal função, 12,5% acredita que o faz parcialmente e 4,2% respondeu que não.

Dentre os conselheiros que responderam ao questionário, 87,5% acredita que o Conselho realiza ações de mobilização, como reuniões descentralizadas ou ampliadas, 12,5% acredita que o faz parcialmente. Já quanto à acessibilidade e divulgação das reuniões, como local, horário e formas de acesso, 70,8% declarou que estão a contento, 25% respondeu parcialmente e 4,2% respondeu que não.

Ao serem perguntados sobre as principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos foram registradas na questão 34, 20 opiniões, pois 4 participantes se abstiveram. As pontuações mais recorrentes versam sobre falta de divulgação e mobilização, falta de efetividade das deliberações por negligência do poder público governamental, baixa participação dos conselheiros e da comunidade, excesso de burocracia e morosidade da máquina pública. Destacam-se a seguir aqueles que pontuaram especificidades coerentes ao tema de pesquisa:

- “Aceitação e poder que o município não oferece. Ainda esta na luta para ser um conselho deliberativo”;

- “Falta participação geral da comunidade, falta tbm divulgar ações e acontecimentos positivos, visto que hoje prevalece apenas o negativo. Desafios buscar uma sociedade mais justa e igualitária a todos”;

- “Participação e envolvimento dos conselheiros. Após o primeiro ano de gestão, há uma queda na participação”;

- “Aumentar o debate de políticas públicas pertinentes ao conselho”;

- “A principal falta é a participação de todos os órgãos, entidades e sociedade civil nas reuniões, que faria com que os caminhos a percorrer fossem menos árduos e também com que as demandas pudessem ser mais discutidas e solucionadas mais rapidamente ou diretamente pelo órgão competente”;

- “A dificuldade do conselho ser ouvido e respeitado pelo poder público. A falta de comunicação e unidade entre os conselhos. O maior desafio é fazer com que as políticas públicas aconteçam, as ações do Poder Público em relação ao conselho é limitada e engessada, tudo é difícil”;

- “Falta de efetivação sobre os debates em reuniões dos temas abordados. Muita burocracia, e parece que nada será feito pelo poder público sobre o que é discutido e votado nas reuniões. Sinto que é apenas reuniões para ter conselho”.

Por fim, a questão 35 concedia oportunidade de registro de qualquer comentário, o que foi realizado por apenas três conselheiros. Um dos relatos seguia

enquanto continuidade de questões pessoais, introduzidas na questão 34, os demais, seguem na íntegra, abaixo:

- “O Comude merece mais visibilidade”;
- “Gostaria que o conselho da pessoa com deficiência tivesse mais visibilidade e efetividade na sociedade e nas ações do poder público como algo sério que precisa de atenção imediata. Pois é cansativo ter que sempre ficar reclamando e denunciando lugares públicos e privados sem acessibilidade e nada é feito. Somos visto como coitados e somos pessoas que tem o direito de ir e vir, assegurado na constituição artigo 5º, XV e LBI (Lei Brasileira de inclusão ,Lei nº13.146/2015.:Tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.) Respeito e atitude é o que falta”.

Como demonstrado, a escuta dos conselheiros do COMUDE é permeada de pedidos de respeito, visibilidade e efetividade das políticas públicas. Como prioridade para o trabalho da ATCCC, destaca-se a mobilização e o estímulo à participação dos membros, principalmente dos representantes do poder público, para que seja concreto o diálogo do Conselho com as secretarias municipais, avançando na pauta anticapacitista e na redução das barreiras políticas, físicas e sociais.

5.8 Perfil do Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Dentre as 52 cadeiras de conselheiros que constituem o COMUPI, apenas 50 foram preenchidas na gestão atual, tendo em vista a falta de indicação de dois membros por parte da USP.

Quanto ao questionário para aferição de perfil e avaliação deste Conselho, dos 50 membros empossados, todos responderam às perguntas, atingindo um percentual de 100% de respostas, estatística também atingida apenas pelo CMJ e CMAS. Dentre os conselheiros que responderam ao questionário, 56% são titulares.

Iniciando a análise do perfil pela idade, o COMUPI possui conselheiros de 32 a 72 anos, sendo a idade média igual a 51 anos. Quanto a identidade de gênero, 90% identifica-se como cisgênero e 10% assinalaram a opção outros, possivelmente por desconhecimento dos termos, tendo em vista que não há conhecimento de

nenhum conselheiro trans ou não binário. Sobre a expressão de gênero, 70% dos conselheiros é do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Na questão 5 sobre a orientação afetivo-sexual, 98% dos conselheiros se declaram heterossexuais e 2% assinalou a opção outros. No quesito raça/cor, 80% do Conselho é branco, 12% pardo, 4% preto e 4% asiático. Nenhum conselheiro do COMUPI relatou qualquer tipo de deficiência.

Apenas 8% não possui ensino superior, sendo 2% com ensino fundamental e 6% com ensino médio completo. Dentre os 92% com ensino superior, 26% pararam na graduação, 36% concluíram especialização, 24% concluíram mestrado e 6% alcançaram o doutorado. No COMUPI, 84% dos conselheiros estudaram a maior parte do tempo em escola pública.

Dentre os conselheiros, apenas 18% estão aposentados. Atualmente ou enquanto trabalhavam, 48% possuía vínculo como estatutário, 34% celetista, 16% de autônomos e 2%, ou seja, um conselheiro, desempregado. 70% dos conselheiros já chegaram a atuar como servidor público em algum momento de suas vidas. As profissões mais comuns entre os representantes do COMUPI são: serviço social, com 9 conselheiros; funcionários públicos de nível médio, 6 conselheiros; e empatadas em terceiro lugar, com 5 conselheiros cada, fisioterapeutas e professores.

Nas perguntas de número 15 até 18, pode-se observar resultantes geracionais, sociais e de gênero, por meio da análise da escolaridade e das profissões dos genitores dos participantes, sendo assim, em comparação entre homens/pais e mulheres/mães, as informações são mais desconhecidas sobre os pais, ainda assim, apenas 70% não possui ensino superior, destes, 44% parou no ensino fundamental e 26% no ensino médio. Já entre as mulheres, 72% não possui ensino superior, pois 52% concluiu apenas o ensino fundamental e 20% se formou no ensino médio. Quanto ao ensino superior, 20% das mães possuem uma graduação e 8% realizaram alguma especialização. Já os pais, 18% possui ensino superior, sendo que apenas 2% concluíram alguma especialização. 8% dos pais e 6% das mães foram enquadrados na categoria outros, podendo ter escolaridade maior ou menor que as possibilidades ofertadas nas opções de resposta.

Sobre as profissões dos genitores dos conselheiros, entre os homens registram-se mais de 18 profissões, entre as mulheres, apenas 11, sendo 50% realizam trabalhos domésticos e o maior índice dentre as que trabalham fora, é de

profissões de nível médio, com destaque às profissões de cuidado como auxiliar de enfermagem e depiladora. Foram apontadas 11 mães aposentadas e 15 pais aposentados.

Iniciando as perguntas sobre a participação no COMUPI, 46% dos conselheiros declararam representar o poder público, 46% declararam representar a sociedade civil e 8% os trabalhadores. Dentre os conselheiros, 12% possui algum cargo na direção executiva e 58% participa de alguma comissão do Conselho.

Ao serem perguntados sobre a periodicidade que comparecem às reuniões, 58% declarou participar sempre, 32% afirmou participar às vezes, 8% participa raramente e 2% normalmente não consegue participar. Quanto ao sentimento de capacidade para deliberar nas discussões, 92% se sente capaz de votar, 2% declarou que não e 6%, parcialmente. Dos 50 conselheiros, 60% conhece o regimento interno, 28% afirmou conhecer parcialmente e 12%, 6 pessoas, não conhecem. Por outro lado, 94% dos conselheiros sente que existe espaço para debate, 4% sente que existe de forma parcial e 2% afirma não existir abertura para discussões.

As respostas da questão 26 mostram que 78% dos conselheiros não participam de nenhuma organização ou movimento social. Dentre os 22% que fazem parte de alguma instituição, citaram: a Pastoral da pessoa idosa, GREB, ATIBA, Conselho Municipal de Saúde, Clube da Viola de Baile, Sorri Bauru, JOMI, Lions Clube, AAFC, GRESP, Conselho de Classe, Projeto Kairós e Amigas do Peito. Apenas 8% dos conselheiros possuem envolvimento político partidário. Quanto à participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 54% declara participar, 24% não participa e 22% relatam envolvimento parcial.

Sobre o acompanhamento das deliberações conferenciais e das esferas estadual e federal, 74% compreende que o COMUPI Bauru o faz de maneira satisfatória, 22% concorda ser feito de maneira parcial e 4% entende que não o faz. Quanto ao acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos das pessoas idosas, 88% afirma que o COMUPI realiza de maneira adequada e 12% registra que o faz de forma parcial. Em relação à mobilização e organização de reuniões descentralizadas e ampliadas, 78% respondeu que o Conselho as tem realizado, 16% acredita ser feito de forma parcial e 6% relatou que não acontecem. No quesito acessibilidade e divulgação dos

horários, locais e acessos, 92% acredita que as reuniões são bem divulgadas, enquanto 8% assinalou a opção parcial.

Ao serem perguntados sobre as principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos, 15 participantes do COMUPI se abstiveram. Dentre as 35 pontuações na questão 34, destacam-se algumas das colocações:

- “Acredito que um desafio seja reunir todos os conselheiros nas reuniões”;
 - “As reuniões e os debates se desdobrarem em ações práticas”;
 - “Falta um espaço apropriado para reuniões e não se tem clareza quanto aos objetivos perseguidos pelo Conselho”;
 - “REPRESENTATIVIDADE, FUGIR DA ATUAÇÃO MERAMENTE BUROCRÁTICA E SAIR NA DEFESA DOS IDOSOS E DE SUAS CAUSAS”;
 - “Comunicação entre Conselho e sociedade em geral”;
 - “mobilização de pessoas, que na maior parte das vezes desconhece a importância da atuação de um conselho; gestão pública, que pode apoiar, pode não fazer diferença, mas, tbm pode atrapalhar completamente os trabalhos e envolvimento dos movimentos”;
 - “A participação tendo em vista os afazeres profissionais é um fator dificultador, mas as reuniões on-line facilita muito a participação”;
 - “Comunicação efetiva com a sociedade, pessoas idosas que não participam de nenhuma organização”;
 - “Falta de representatividade, a dificuldade em atender às diversas necessidades, além de obstáculos relacionados à acessibilidade e à comunicação. A falta de recursos e apoio governamental também pode ser um desafio”.
- Por fim, na última pergunta, espaço aberto para comentários, foram registradas 7 respostas, 4 delas com conteúdos relacionados ao tema, sendo elas:
- “Há que se estruturar o conselho para que não se perda tanto tempo com questões burocráticas do próprio conselho e se tenha mais tempo para ações positivas, próprias desta instituição, como cobrar o poder público a respeito do cumprimento da política nacional da pessoa idosa.”;
 - “O papel primordial do conselho deve ser olhar para aquelas pessoas idosas mais vulneráveis, que não conseguem usufruir de serviços públicos de qualidade”;
 - “HÁ QUE SE PLANEJAR A IMPLANTAÇÃO NO SUS DOS CUIDADOS PALIATIVOS, UMA CONQUISTA QUE SE APROXIMA DA SOFRIDA POPULAÇÃO EM FINAL DE VIDA”; e

- “Precisa ser divulgado entre os conselhos as ações, projetos realizados”.

Nota-se que foram repetidamente citados temas como: falta de participação popular e de usuários de políticas públicas; baixa participação dos próprios conselheiros; dificuldades para colocar os debates em prática; falta de espaço físico adequado ao Conselho; falta de clareza sobre os objetivos do Conselho; realizar mais visitas às instituições; ter maior e melhor representatividade; falta de comunicação; grande demanda; dificuldades relacionadas ao tempo e ao horário das atividades; desafios na aplicação dos recursos e falta de apoio governamental, sendo este um conjunto de colocações similares aos demais Conselhos que, se priorizadas pela equipe da ATCCC, com apoio do poder público, podem ser solucionadas dentro de um planejamento anual, aferidos os resultados através de nova avaliação, no final de 2024.

5.9 Perfil do Conselho Municipal da Juventude

Dentre as 40 cadeiras de conselheiros que constituem o CMJ, todas foram preenchidas na primeira e atual gestão, 2023/2025. Quanto ao questionário para reconhecimento do perfil dos conselheiros e avaliação deste Conselho, os 40 membros empossados responderam às perguntas, atingindo um percentual de 100% de respostas.

A configuração do perfil dos conselheiros inicia-se pela idade, sendo que os partícipes possuem de 17 a 57 anos, atingindo a média de idade aos 33 anos. Dentre os 40 conselheiros, 17 possuem até 29 anos, idade máxima da juventude pelo Estatuto da Juventude, sendo assim, 42,5% dos conselheiros podem ser considerados jovens.

Quanto a identidade de gênero, 87,5% dos conselheiros se declaram cisgênero, 12,5% optou pela resposta outros. Sobre sua expressão de gênero, apenas 40% dos conselheiros é do sexo feminino, portanto 60% do CMJ Bauru é masculino. Em relação à orientação afetiva-sexual, 65% dos conselheiros é heterossexual, 15% é bissexual, 12,5% outros e 7,5% homossexual.

No quesito raça/cor o CMJ é 70% composto por brancos, 15% por pretos, 12,5% por pardos e 2,5% indígena. Não houve registro de nenhum tipo de deficiência.

A maioria dos conselheiros do CMJ Bauru estudaram a maior parte do tempo em escolas públicas, atingindo percentual de 65%. Relacionadas à escolaridade, foram registradas outras informações como: 77,5% dos conselheiros possuem ensino superior, sendo que 25% completou alguma especialização e 5% prosseguiu nos estudos até a conclusão do mestrado. Não houve registro de doutores. Dentre os 22,5% que ainda não possuem ensino superior, 5% estudaram até o ensino fundamental e 17,5% possuem o ensino médio completo.

Não há conselheiros aposentados no CMJ Bauru. Dentre os vínculos empregatícios, 60% é estatutário, 22,5% é autônomo, 7,5% é celetista, 7,5% é estudante, e 2,5% está desempregado. 60% dos conselheiros já atuou como servidor público alguma vez em sua carreira, ou encontram-se ainda em seus cargos. As profissões mais frequentes foram: professores, funcionários públicos em geral, agentes de administração, assistentes sociais, psicólogos, jornalistas e estudantes. Destacam-se os relatos de profissionais da cultura, como artista de rua, artesã, fotógrafo, produtores culturais, instrutor de teatro, assim como, em menor número, da saúde e do esporte.

Quanto às análises geracionais, na comparação da escolaridade de pais e mães, as mulheres apresentaram índices educacionais mais elevados, registrando 27,5% de ensino superior, enquanto os homens registraram 15%. Dentre as mães, 2,5% possui ainda especialização. As respostas em relação aos pais apresentaram 5% a mais de desconhecimento em relação às mães. Sendo este o Conselho com maior índice de desconhecimento de respostas, 15% em relação aos pais e 10% em relação às mães. Por outro lado, quanto aos genitores que não alcançaram o ensino superior, dos 67,5% dos homens, 22,5% concluiu o ensino fundamental e 45% concluiu o ensino médio. Entre os 60% das genitoras que não possuem ensino superior, 22,5% parou no ensino fundamental e 37,5%, no ensino médio.

Quanto à prática profissional, diferentemente de outros Conselhos, às mães aqui possuem maior variabilidade de profissões, ainda que em menor quantidade que os homens, pois os pais registram 23 diferentes respostas enquanto as mães registram 20 possibilidades. Destaca-se também que as mães dos conselheiros do CMJ não expressam tantas trabalhadoras domésticas como os demais Conselhos, registrando 3 donas de casa e 3 trabalhadoras na área da limpeza. Enquanto duas respostas desconhecem a profissão do pai, também duas respostas afirmam a situação de desemprego de mães.

Ao serem perguntados sobre sua participação no Conselho, 52,5% declara representar o poder público, 45% afirma representar a sociedade civil e 2,5% representa os usuários de políticas públicas. 7,5% dos conselheiros possuem cargo na direção executiva, assim como, até o momento, apenas 7,5% compõem alguma comissão. 57,5% declarou participar sempre das reuniões e atividades do CMJ, 25% participa às vezes, 15% normalmente não consegue e 2,5% respondeu que participa raramente.

A questão 23 demonstra que 52,5% se sente capaz de deliberar nas discussões, enquanto 35% se sente parcialmente seguro e 12,5% não se sente capaz de votar. Outro ponto importante é que apenas 52,5% dos conselheiros afirmaram conhecer o Regimento Interno, que acaba de ser coletivamente construído pelo Conselho, 35% conhece parcialmente e 12,5% não se apropriou do conteúdo. Já as respostas para a pergunta 25 apontam que 82,5% dos conselheiros acreditam que existe espaço para debate no CMJ Bauru, 15% declara que existe de forma parcial e 2,5% indica a falta de liberdade ou abertura.

Sobre participação social, 62,5% dos conselheiros não participam de nenhuma organização ou movimento social. Dentre os 37,5% que participam, citam envolvimento com o Instituto Formando Mentes Coletivas, Juventudes partidárias, Coletivo Bem te vi de redução de danos, Liga das escolas de samba e blocos de Bauru - LIESB, Associação AMICOP, Sarau do Viaduto, Núcleo de atividades de liderança do Mapa da Educação, APEOESP, Coletivo Chão de Giz, Coletivo Ação Libertária e Coletivo Rosa Luxemburgo. Apenas 20% dos conselheiros têm envolvimento político partidário.

Ao serem perguntados sobre suas participações em Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, 35% declarou que não participam, 35% o fazem parcialmente e apenas 30% se envolvem de fato.

Quanto ao acompanhamento das deliberações conferenciais e dos respectivos Conselhos Estadual e Federal, 67,5% considera que o CMJ tem realizado, 25% acredita estar sendo feito de forma parcial e 7,5% acredita que não estão sendo acompanhadas. Direcionado ao acompanhamento de organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos dos jovens, 77,5% acredita que o Conselho tem realizado, 17,5% respondeu parcialmente e 5% que não.

Na pergunta 32, "O Conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?", as respostas registraram 55% de opiniões

positivas, 35% parciais e 10% negativas. Já os percentuais quanto à divulgação do local, horário e acesso às reuniões demonstraram 62,5% respostas positivas, 35% parciais e 2,5% negativas.

Na questão 34, ao serem solicitadas as impressões dos conselheiros quanto às principais dificuldades, desafios e entraves dos Conselhos, parte das respostas apontaram para a recente constituição do CMJ, necessitando ainda de estrutura e amadurecimento. Também foram registradas 10 abstenções. Os temas mais citados foram: a falta de espaço físico adequado, devido a estrutura predial insuficiente da Casa dos Conselhos, assim como a baixa qualidade da internet que compromete recursos híbridos. Outro ponto levantado é o necessário engajamento dos conselheiros e mobilização da comunidade em geral. Também foram colocadas questões relativas ao conhecimento com clareza dos objetivos do CMJ, para direcionamento das ações, pontuando também o necessário respeito ao contraditório para discussões entre diferentes visões de mundo. Abaixo seguem as respostas com diferentes construções textuais:

- “Organização dos diálogos e decisões. Compreensível, visto que o conselho acaba de iniciar”;
- “O CMJ vem enfrentando dificuldade com relação a espaço para as reuniões, visto que o atual espaço da Casa dos Conselhos é incapaz de suportar uma reunião com 40 pessoas”;
- “Muitos membros partidários. Poucas ações/discussões concretas”;
- “Manter uma representatividade que consiga atuar com o poder público sem amarras, garantindo ainda a participação social”;
- “Maior dificuldade diria ser o despertar do interesse nos jovens para trazê-los para as reuniões do Conselho”;
- “Até entao nossa maior dificuldade tem sido de acesso físico a Casa dos Conselhos e na modalidade das reuniões. Nossa segunda reunião foi em formato híbrido e a qualidade da internet atrapalhou o andamento das discussões e decisões. Apesar disso, os profissionais da casa dos conselhos são sempre muito solícitos e nos dão todo o apoio necessário, de forma que esses obstáculos ultrapassam a atuação desses profissionais e estão na esfera estrutural, entao ressalto a importância de dar continuidade às discussões sobre a mudança para outros espaços”;
- “Nem sempre há liberdade para manifestar opiniões contrárias à maioria”;

- “Adesão, quórum, flexibilidade de horários descentralizados”;
- “Creio que falte alcance significativo na sociedade, isto é, a população, de um modo geral, desconhece a atuação dos conselhos. Apesar deste quadro estar mudando cada vez mais, ainda está aquém das considerações e necessidades da população, mas há melhoras no debate público de extrema importância e, sem dúvida, os conselhos são instrumentos valiosos”;
- “Entender o que realmente é pertinente ao conselho sem haver desentendimentos entre os conselheiros (como ocorrido no grupo do Whatsapp anteriormente)”;
- “Destino de verba necessário; local adequado para a realização das reuniões; membros pouco/não-participativos durante as ações/reuniões; dificuldades na construção/execução de políticas de qualidade com base no posicionamento ideológico-político da atual prefeitura”;
- “Acolhimento a propostas de pontos de vistas contrários à pauta (acolhimento para "discussão " com o devido respeito)”;
- “Acredito que para os conselhos ser mais efetivo o executivo e legislativo tinha que ouvir e planejar junto com eles, com isso ações mais concretas seriam possíveis”.

Na última questão, de número 35, ao deixar em aberto a possibilidade de registro de quaisquer comentários, foram recebidas 8 respostas:

- “As indagações sobre gênero neste formulário não tem sentido. Qual a relevância dessa informação sobre os conselheiros?”;
- “Pesquisas como essas são fundamentais. Obrigada”;
- “Só tenho agradecer por tá fazendo parte”;
- “Mudar a casa dos conselhos PARA o centro da cidade”;
- “Melhore a estrutura da casa dos conselhos, por favor!”;
- “Que seja uma gestão relevante e respeitosa”;
- “Tete Presente”;
- “Acho que alguma perguntas terão respostas que não são tão próximas da realidade porque o conselho existe a pouco tempo, então ele não obteve um ritmo pra poder votar se algo é feito sempre, nunca ou parcialmente”.

Percebe-se que, ainda que o Conselho possua pouco tempo de exercício desde a posse, como pontuado no último comentário, as demandas levantadas são compatíveis com as pontuações dos demais Conselhos. Por sua vez, os

questionamentos sobre abertura ao debate e respeito ao contraditório, demonstram que este tem sido um espaço de discussão e diversidade, ou seja, as ações transcendem a burocracia, cabe agora estimular o fortalecimento dos vínculos e dos resultados, para as contestações intervirem de fato na realidade. Quanto à relevância dos questionamentos sobre orientação afetiva-sexual, identidade e expressão de gênero, será demonstrada por meio da socialização dos resultados da pesquisa e de diálogo entre os conselheiros dos 9 Conselhos participantes.

6 Análise geral dos questionários de perfil e avaliação

Os questionários, construídos especificamente para cada um dos 9 Conselhos na plataforma Formulários Google, foram encaminhados aos Conselheiros por meio do aplicativo *WhatsApp* no dia 22 de dezembro de 2023, e tiveram o prazo final em 18 de janeiro de 2024. Por sua vez, as respostas foram automaticamente sistematizadas em gráficos e listagens, que seguem anexos, tendo em vista que, ainda que eu tenha participado da elaboração dos questionários, estes são atribuídos à ATCCC, pois foram desenvolvidos coletivamente, também sob orientação do professor Doutor Agnaldo de Sousa Barbosa e observações da banca de qualificação, como explicitado no final do capítulo 3.

Para demonstrar o alcance do questionário, a Tabela 4 a seguir, apresenta o número de vagas em cada um dos 9 Conselhos, assim como suas vagas em vacância, o número de conselheiros aptos a responder e o número de respostas, totalizando com a somatória dos valores para análise dos resultados.

Tabela 4 - Dados gerais dos questionários enviados

Conselho Municipal:	Total de cadeiras	Cadeiras vazias	Conselheiros aptos a responder	Respostas
CMAS	60	04	56	56
CMJ	40	00	40	40
COMAD	36	02	34	20
CADS	24	01	23	21
CMDCA	40	02	38	33
COMUPI	52	02	50	50
CMPM	40	03	37	27
COMUDE	40	05	35	24
COMSEA	54	10	44	34
Total	386	29	357	305

Fonte: autoria própria.

Caso os 9 Conselhos estivessem completos, o total de membros seria igual a 386 pessoas, entretanto 7,5% ou 29 cadeiras encontram-se em vacância por falta de

indicação. Considerando, portanto, que o total de participantes possíveis seria de 357 conselheiros, as 305 respostas obtidas resultam em 85% de adesão ao questionário. Dentre os motivos apresentados pelos conselheiros para a não participação, o principal foi o período de envio dos questionários em época do ano, quando a maioria dos Conselheiros encontrava-se de férias, dificultando o acesso à internet e acompanhamento das mensagens nos grupos de *WhatsApp*.

Outra análise possível é o estabelecimento de ranking entre os Conselhos quanto ao percentual de participação na pesquisa. Destaca-se que CMAS, CMJ e COMUPI completaram 100% de participação, seguidos por CADS com 91%, CMDCA com 87%, COMSEA com 77%, CMPM com 73%, COMUDE com 68% e COMAD com 59%. Neste quesito, a ATCCC constatou que os percentuais de resposta acompanham a participação em outras atividades, como as reuniões interconselhos, eventos da Casa dos Conselhos e inclusive, das próprias reuniões do Conselho, tendo em vista que quanto maior o percentual de respostas, maior a frequência de membros nas plenárias. Ou seja, a adesão não se limitou à pesquisa, mas corrobora para o entendimento do grau de atividade dos conselheiros nos próprios Conselhos. Dentre as pessoas que não responderam ao questionário, também se encontram aqueles que haviam acabado de tomar posse e aqueles que foram indicados, mas nunca compareceram à nenhuma reunião, que serão substituídos ao atingirem o número de faltas previsto nos regimentos internos.

A primeira pergunta do questionário pretendia a análise da participação entre titulares e suplentes, considerando que, como posto na legislação de alguns Conselhos, e no senso comum, a participação do suplente apenas ocorre na ausência do titular. Entretanto, para a maior diversidade de perspectivas e aprimoramento dos debates, o envolvimento de todos os membros é imprescindível, ainda que o voto do titular seja o único contabilizado oficialmente, os contrários e as abstenções devem ser registradas para maior transparência das deliberações, ressaltando que em gestões de caráter colegiado, recomenda-se que cada debate, sempre que possível, seja discutido até que exaurido ou haja consenso.

Este questionamento possibilitou a observação de fenômeno relacionado ao CMAS, único Conselho que obteve mais participação de seus suplentes que de seus titulares, como demonstra a Tabela 5:

Tabela 5 - Pergunta 1: Condição de participação

Conselho Municipal	Titular	Suplente
COMAD	65%	35%
CADS	52,4%	47,6%
CMAS	48,2%	51,8%
CMDCA	54,5%	45,5%
COMSEA	61,8%	38,2%
CMPM	51,9%	48,1%
COMUDE	62,5%	37,5%
COMUPI	56%	44%
CMJ	52,5%	47,5%

Fonte: autoria própria.

A pergunta de número 2 solicitava a idade dos participantes, importante dado para os Conselhos específicos a ciclos etários como o CMJ e o COMUPI, excluindo-se o CMDCA, tendo em vista que neste não há previsão de participação de menores de 18 anos, mas de pessoas e organizações envolvidas no Sistema de Garantia de Direitos à criança e ao adolescente. Quanto ao COMUPI, este de fato possui a maior média de idade entre os 9 Conselhos 51 anos, ainda que apenas 26% de seus membros sejam idosos e que o conselheiro mais velho, 75 anos, seja membro do CMDCA. Já em relação ao CMJ, ainda que se tenha procurado assegurar no mínimo 90% dos membros eleitos da sociedade civil entre 15 e 29 anos, faixa etária considerada jovem, o mesmo não acontece dentre as indicações do poder público, dessa forma, a idade média do Conselho da Juventude é de 33 anos, menor média entre os Conselhos pesquisados, único com membros menores de 18 anos (2 entre os 40 conselheiros), sendo que 42,5% dos conselheiros possuem até 29 anos.

A Tabela 6 apresenta a média de idade e as idades mínimas e máximas de cada um dos 9 Conselhos:

Tabela 6 - Pergunta 2: Idade

Conselho Municipal	Média de idade	Idade mínima	Idade máxima
COMAD	43 anos	25 anos	72 anos
CADS	38 anos	27 anos	58 anos

CMAS	44 anos	27 anos	66 anos
CMDCA	49 anos	29 anos	75 anos
COMSEA	43 anos	25 anos	63 anos
CMPM	44 anos	28 anos	65 anos
COMUDE	43 anos	31 anos	66 anos
COMUPI	51 anos	32 anos	72 anos
CMJ	33 anos	17 anos	57 anos

Fonte: autoria própria.

Quanto ao perfil dos conselheiros, observa-se que a idade média destes, em geral, atinge a idade de 43 anos. Para compreensão da identidade de gênero dos partícipes, a 3ª pergunta apresentava 3 possibilidades de resposta: cisgênero, transgênero e outros. Sendo essa a pergunta que apresentou maior número de dúvidas dos conselheiros durante o preenchimento do questionário e que se pode afirmar, por conhecimento pessoal de cada um dos conselheiros, que parte da escolha da resposta “outros” ocorreu por falta de conhecimento sobre o tema, ressaltando que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a compreensão das questões de identidade de gênero, e também sexual como veremos a seguir, demonstrando a importância do CADS e de capacitação de tais instâncias participativas, como demonstra a Tabela 7:

Tabela 7 - Pergunta 3: Identidade de gênero

Conselho Municipal	Cisgênero	Transgênero	Outros
COMAD	80%	0%	20%
CADS	85,7%	4,8%	9,5%
CMAS	89,3%	0%	10,7%
CMDCA	97%	0%	3%
COMSEA	94,1%	0%	5,9%
CMPM	88,9%	0%	11,1%
COMUDE	95,8%	0%	4,2%
COMUPI	90%	0%	10%
CMJ	87,5%	0%	12,5%

Fonte: autoria própria.

As respostas para pergunta de número 3 demonstraram que o coletivo dos conselheiros é em sua maioria constituído por pessoas cisgêneros, sendo que dentre os 305 respondentes há apenas 1 pessoa transgênero, 0,3%, membro do CADS, não podendo ser analisado o percentual de conselheiros que de fato não se identificam como cisgênero ou transgênero quantificados pela coluna equivalente à alternativa “outros”.

Tendo em vista que tanto para a análise do perfil, como para observação das questões de gênero discutidas no CPM, a pergunta 4 questionava os conselheiros quanto a expressão de gênero, ou seja, se independentemente de cis ou trans, os partícipes se identificam como homens, mulheres ou pessoas não binárias.

Considerando que os termos feminino e masculino são mais conhecidos que cis e transgênero, as respostas apresentadas pela Tabela 8 a seguir, não demonstram interferências como a questão anterior, destacando-se que há entre os conselheiros apenas uma pessoa que não se identifica com as definições binárias entre homem e mulher, partícipe do COMSEA.

Tabela 8 - Pergunta 4 - Expressão de gênero

Conselho Municipal	Feminino	Masculino	Outros
COMAD	70%	30%	0%
CADS	61,9%	38,1%	0%
CMAS	89,3%	10,7%	0%
CMDCA	69,7%	30,3%	0%
COMSEA	85,3%	11,8%	2,9%
CMPM	100%	0%	0%
COMUDE	66,7%	33,3%	0%
COMUPI	70%	30%	0%
CMJ	40%	60%	0%

Fonte: autoria própria.

A partir do exposto, infere-se que o perfil dos conselheiros é majoritariamente feminino, assegurando-se 100% de mulheres no CPM, sendo que, o único Conselho que apresenta um maior percentual de membros homens, 60%, é o CMJ. Analisando a totalidade das respostas, 73% dos participantes se identificam como mulheres e 26,7% como homens.

Já a Tabela 9 apresenta as respostas quanto a orientação afetiva-sexual:

Tabela 9 - Pergunta 5: Orientação afetiva-sexual

Conselho Municipal	Heterossexual	Homossexual	Bissexual	Assexual	Outra
COMAD	90%	0%	10%	0%	0%
CADS	42,9%	33,3%	23,8%	0%	0%
CMAS	98,2%	0%	1,8%	0%	0%
CMDCA	97%	0%	3%	0%	0%
COMSEA	91,5%	0%	5,9%	0%	2,9%
CMPM	88,9%	3,7%	0%	0%	7,4%
COMUDE	95,8%	4,2%	0%	0%	0%
COMUPI	98%	0%	0%	0%	2%
CMJ	65%	7,5%	15%	0%	12,5%

Fonte: autoria própria.

Assim como a questão quanto a identidade de gênero, há dúvidas quanto ao entendimento dos partícipes sobre orientação afetiva-sexual. Ainda assim, pode-se constatar que nenhum conselheiro assinalou a opção “assexual” e que o único Conselho que não apresenta resultados na coluna homossexual e bissexual, é o COMUPI. Exceto o CADS, os demais Conselhos apresentam maioria heterossexual. Analisando a totalidade, dentre os 305 partícipes, 88% é hétero, 5,5% é bissexual, 4% é homossexual e 2,5% “Outros”.

O perfil dos conselheiros quanto ao quesito raça/cor foi delineado pela pergunta 6, seus resultados seguem expressos pela Tabela 10:

Tabela 10 - Pergunta 6: Quesito Raça/cor

Conselho Municipal	Branca	Parda	Preta	Asiática	Indígena	Outros
COMAD	85%	10%	5%	0%	0%	0%
CADS	52,4%	23,8%	23,8%	0%	0%	0%
CMAS	76,8%	19,6%	3,6%	0%	0%	0%
CMDCA	81,8%	15,2%	3%	0%	0%	0%
COMSEA	88,2%	5,9%	0%	2,9%	2,9%	0%
CMPM	66,7%	14,8%	14,8%	0%	0%	3,7%

COMUDE	87,5%	8,3%	4,2%	0%	0%	0%
COMUPI	80%	12%	4%	4%	0%	0%
CMJ	70%	12,5%	15%	0%	2,5%	0%

Fonte: autoria própria.

Como esperado, o retrato dos membros além de hétero, cis e feminino, é majoritariamente predominantemente composto por pessoas de pele branca, especificamente 77%, seguido de 14% de pardos, 7% de negros, 1% de asiáticos (1 do COMSEA e 2 do COMUPI), 0,6% de indígenas (1 do COMSEA e 1 do CMJ) e 0,3%, 1 pessoa, registrada na coluna “Outros”, referente ao CMPM. Todos os Conselhos obtiveram mais que 52,4% de conselheiros que se declaram brancos, nota atingida pelo CADs.

A pergunta 7, quanto às pessoas com deficiência, demonstrou que, os únicos Conselhos que não possuem partícipes com deficiência são o COMSEA, o COMUPI e o CMJ. O próprio COMUDE, possuía em sua gestão apenas 33,3% de pessoas com deficiência, seguido do COMAD com 20%, CMPM com 11%, CADs com 9,5%, CMDCA com 9,1% e CMAS com 7,1%. Ou seja, dentre todos os respondentes, 92% não declarou nenhum tipo de deficiência.

Na pergunta 8, entre os 8% que relataram alguma deficiência, 24 conselheiros, foram especificadas: Deficiência Física, Visual e Auditiva, Autismo, pés tortos congênitos, Deficiência Motora, Deficiência Visual Monocular, Fibromialgia, Cid H 31.0, Tetraplegia, Monoparesia de membro inferior esquerdo, Visual Bilateral Total, Amputação transtibial, Paraplegia, Dificuldade de mobilidade e Deficiência intelectual.

A Tabela 11 sintetiza as respostas referentes à pergunta 9 sobre escolaridade:

Tabela 11 - Pergunta 9: Escolaridade

Conselho	Fundamental	Médio	Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado	Outra
COMAD	0%	10%	35%	45%	5%	5%	0%
CADs	0%	4,8%	33,3%	47,6%	14,3%	0%	0%
CMAS	3,6%	1,8%	17,9%	57,1%	16,1%	3,6%	0%
CMDCA	0%	12,1%	15,2%	45,5%	18,2%	6,1%	3%
COMSEA	2,9%	0%	29,4%	41,2%	11,8%	14,7%	0%
CMPM	7,4%	7,4%	44,4%	33,3%	7,4%	0%	0%

COMUDE	0%	8,3%	20,8%	41,7%	12,5%	12,5%	4,2%
COMUPI	2%	6%	26%	36%	6%	6%	0%
CMJ	5%	17,5%	47,5%	25%	0%	0%	0%

Fonte: autoria própria.

Conclui-se que 41,6% dos conselheiros concluíram especializações, 28,8% concluíram o ensino superior, 14% possui mestrado, 7,2% concluiu o ensino médio, 5,2% possui doutorado, 2,6% concluiu até o ensino fundamental e 0,6% escolheu a opção “Outra”. Os dados demonstram que o recorte estudado possui alto grau de escolaridade se comparado com os percentuais da população em geral, devido a alta concentração de mestres, doutores e especialistas.

Aprofundando a análise sobre a escolaridade dos conselheiros, a pergunta 10 questionava em qual rede escolar o participante havia passado a maior parte do tempo de seus estudos. Em todos os Conselhos o percentual de alunos de escola pública foi superior a 58,8%, menor índice, relacionado ao COMSEA, em contraposição aos 91,1% de estudantes da rede pública, do CMAS. Sendo assim, entre os 305 conselheiros que responderam ao questionário, 77% estudaram majoritariamente em unidades educacionais da rede pública e 23%, na rede privada.

Quanto à situação laboral, a pergunta 11 questiona quais dos conselheiros já estão aposentados, sendo estes apenas 9%. Ao especificar a análise das respostas em cada um dos Conselhos tem-se que o COMUPI lidera com maior número de aposentados, 18% de sua composição, seguido pelo COMUDE com 12,5%, pelo CMDCA com 12,1%, CMPPM com 11,1%, COMSEA com 8,8%, CMAS com 7,1%, COMAD com 5% e por fim, CADS e CMJ, com 0%.

A pergunta 12 apresenta-se de forma dissertativa, solicitando a profissão dos participantes. A profissão mais recorrente foi o Serviço Social, aparecendo como expoente nos 9 Conselhos estudados, seguida da docência e do magistério, da advocacia e da psicologia. Ressaltam-se os profissionais da cultura no CMJ e no CADS, assim como profissões da área da saúde no COMUDE e COMUPI, e da nutrição no COMSEA, atendendo às especificidades das Políticas Públicas em questão.

Em relação ao vínculo empregatício, foco das perguntas 13 e 14, a maioria dos conselheiros é servidor público, pois 52,8% declarou vínculo estatutário, enquanto 24% declarou celetista, 19,6% autônomo, 2% encontra-se desempregado e 1,6%

estuda de forma exclusiva. Os dados obtidos pela pergunta 14 demonstram ainda que a taxa de conselheiros que já atuaram como servidores públicos alguma vez na vida é ainda maior, 61,3%, contra 38,7% que nunca vivenciaram esta condição. Logo, a mobilização para participação nos Conselhos alcança maior permeabilidade entre pessoas já envolvidas no trabalho público. O único Conselho em que a maioria de seus membros não tem histórico de vinculação estatutária foi o CMPM, neste 59,3% das conselheiras responderam nunca ter atuado no serviço público.

A Tabela 12 apresenta os dados referentes à análise dos percentuais de vínculo empregatício de cada um dos 9 Conselhos, nota-se que, atualmente, o único Conselho que não possui maioria estatutária é o COMSEA, de maioria celetista:

Tabela 12 - Pergunta 13: Vínculo empregatício atual

Conselho	Estatutário	Celetista	Autônomo	Estudante	Desempregado
COMAD	60%	20%	20%	0%	0%
CADS	61,9%	14,3%	19%	4,8%	0%
CMAS	62,5%	21,4%	14,3%	1,8%	0%
CMDCA	51,5%	12,1%	30,3%	6,1%	0%
COMSEA	41,2%	47,1%	11,8%	0%	0%
CMPM	33,3%	25,9%	40,7%	0%	0%
COMUDE	54,2%	29,2%	8,3%	4,2%	4,2%
COMUPI	48%	34%	16%	0%	2%
CMJ	60%	7,5%	22,5%	7,5%	2,5%

Fonte: autoria própria.

As perguntas 15 a 18 almejam observar resultantes geracionais, sociais e de gênero, por meio da análise da escolaridade e das profissões dos genitores dos participantes. Comparando-se homens/pais e mulheres/mães, em contexto geral entre os 305 pesquisados, a escolaridade dos pais é mais desconhecida, 7,2% enquanto o desconhecimento em relação às mães é de 4,3%.

As genitoras também registraram maior índice de conclusão do ensino superior, meta alcançada por 72 mães, enquanto apenas 63 pais obtiveram graduação, mestrado ou doutorado.

A Tabela 13 apresenta a escolaridade dos genitores em cada um dos Conselhos:

Tabela 13 - Pergunta 15: Escolaridade paterna

Conselho	Desconheço	Fund.	Méd.	Super.	Espec.	Mest.	Dout.	Outra
COMAD	15%	30%	30%	5%	5%	0%	0%	15%
CADS	4,8%	42,9%	19%	23,8%	4,8%	4,8%	0%	0%
CMAS	1,8%	48,2%	25%	10,7%	8,9%	3,6%	0%	1,8%
CMDCA	6,1%	36,4%	36,4%	12,1%	3%	3%	0%	3%
COMSEA	2,9%	26,5%	29,4%	32,4%	0%	0%	0%	8,8%
CMPM	22,2%	22,2%	48,1%	7,4%	0%	0%	0%	0%
COMUDE	0%	37,5%	25%	16,7%	8,3%	4,2%	0%	8,3%
COMUPI	4%	44%	26%	16%	2%	0%	0%	8%
CMJ	15%	22,5%	45%	15%	0%	0%	0%	2,5%

Fonte: autoria própria.

O detalhamento sobre a escolaridade dos pais, sem considerar as colunas “Desconheço” e “Outra”, afere que, 20,6% possui ensino superior, sendo que apenas 3,6% concluíram alguma especialização e 1,6% mestrado. 67,2% não possui ensino superior, destes, 35,8% parou no ensino fundamental e 31,4% no ensino médio. Já entre as mulheres, 67,6% não possui ensino superior, pois 36,4% concluiu apenas o ensino fundamental e 31,2% se formou no ensino médio. Quanto ao ensino superior, 23,5% das mães possuem ao menos uma graduação, 5,2% realizaram alguma especialização, 1% concluiu mestrado e 0,3%, 1 genitora, concluiu o doutoramento, como apresenta a Tabela 14:

Tabela 14 - Pergunta 17: Escolaridade materna

Conselho	Desconheço	Fund.	Méd.	Super.	Espec.	Mest.	Dout.	Outra
COMAD	10%	40%	25%	15%	0%	0%	0%	10%
CADS	0%	33,3%	42,9%	9,5%	4,8%	0%	0%	9,5%
CMAS	1,8%	41,1%	33,9%	10,7%	3,6%	0%	0%	8,9%
CMDCA	6,1%	36,4%	30,3%	12,1%	3%	9,1%	0%	3%
COMSEA	2,9%	23,5%	29,4%	35,3%	8,8%	0%	0%	0%
CMPM	7,4%	29,6%	48,1%	11,1%	0%	0%	3,7%	0%
COMUDE	0%	41,7%	16,7%	25%	16,7%	0%	0%	0%

COMUPI	2%	52%	20%	12%	8%	0%	0%	6%
CMJ	10%	22,5%	37,5%	25%	2,5%	0%	0%	2,5%

Fonte: autoria própria.

As respostas da categoria “Outra” resultam em 5% entre os pais e 4,6% entre as mães, podendo estes ter escolaridade maior ou menor que as possibilidades ofertadas nas outras colunas.

As perguntas 16 e 18, dissertativas, solicitaram a profissão dos pais e das mães dos participantes. Os comentários sobre tais questões foram anteriormente apresentadas, alocadas no perfil de cada um dos Conselhos no capítulo pregresso. Quanto a conclusões referentes ao todo pesquisado, as profissões dos genitores dos conselheiros apresentaram maior variabilidade; já entre as mulheres, mesmo que tenham atingido maiores índices de conclusão do ensino superior, assim como de pós-graduações, ainda registram-se relevantes índices de trabalho doméstico e profissões do cuidado, como secretárias, faxineiras, cuidadoras, auxiliares de enfermagem, babás e profissionais da área da beleza. Os maiores índices de aposentadoria também estão entre os homens.

A exemplo do CMAS, para alguns Conselhos, a divisão da paridade não se limita ao pertencimento à sociedade civil ou ao poder público, mas se preocupa com a escuta de todos os setores envolvidos na promoção da Política Pública, como trabalhadores, organizações e usuários. Em consonância, buscou-se compreender qual representação cada conselheiro julga desempenhar no Conselho em que participa, podendo assim concluir sobre quais perspectivas socioculturais e militantes compõem as intervenções dos Conselhos estudados. Para isso, a Tabela 15 demonstra as respostas para a pergunta 19:

Tabela 15 - Pergunta 19: Representação no Conselho

Conselho	Poder Público	Sociedade Civil	Usuários	Trabalhadores
COMAD	60%	30%	5%	5%
CADS	42,9%	52,4%	0%	4,7%
CMAS	48,2%	42,8%	3,6%	5,4%
CMDCA	51,5%	48,5%	0%	0%
COMSEA	44,1%	44,1%	3%	8,8%
CMPM	22,2%	63%	7,4%	7,4%

COMUDE	41,7%	50%	0%	8,3%
COMUPI	46%	46%	0%	8%
CMJ	52,5%	45%	2,5%	0%

Fonte: autoria própria.

Analisando-se a totalidade dos 305 partícipes, 46% declara representar o poder público, 46,6% a sociedade civil, 2,2% representam os usuários e 5,2% os trabalhadores. Desta forma, em contexto geral, a sociedade tem peso preponderante ao governo em tais instâncias participativas. Individualmente, nota-se que COMAD, CMDCA e CMJ possuem o poder público como maior percentual, enquanto CADS, CMDCA, COMUDE e COMUPI não possuem representantes de usuários e CMDCA e CMJ não possuem representantes de trabalhadores. Desta forma, deve-se estabelecer como importante meta, em todos os Conselhos, a dedicação necessária para aproximação dos usuários e trabalhadores das Políticas Públicas em pauta, democratizando o planejamento, acompanhamento e avaliação das mesmas sob a perspectiva de seus beneficiários e executores, que vivenciam cotidianamente a implementação de decisões teóricas e burocráticas no território.

A pergunta 20 questionava quantos dos conselheiros participantes do estudo compõem a Diretoria Executiva do Conselho, sendo que, o único Conselho que não teve toda sua diretoria participando da pesquisa foi o CPMF.

Para operacionalização das ações necessárias e da resolução de demandas emergenciais, cada um dos colegiados em questão cria comissões e grupos de trabalho, contribuindo para a celeridade e viabilização dos processos. Pertencer a um grupo de trabalho incumbido de responsabilidades, prazos e avaliadores, integra os membros e coloca as discussões e atribuições dos Conselhos em movimento, a exemplo das comissões que avaliam projetos, candidatos, manifestos. Para revelar qual parcela dos coletivos estudados tem se envolvido no trabalho mais prático, que demanda tempo e disponibilidade além das reuniões ordinárias mensais, a pergunta 21 questiona sobre a participação nestas comissões. As respostas apresentam-se organizados por Conselho na Tabela 16:

Tabela 16 - Pergunta 21: Participação em Comissão

Conselho	Sim	Não
COMAD	40%	60%

CADS	19%	81%
CMAS	51,8%	48,2%
CMDCA	60,6%	39,4%
COMSEA	17,6%	82,4%
CMPM	22,2%	77,8%
COMUDE	45,8%	54,2%
COMUPI	58%	42%
CMJ	7,5%	92,5%

Fonte: autoria própria.

A totalidade das respostas permite concluir que 38% fazem parte de alguma comissão e 62% dos conselheiros compõem apenas o trabalho da plenária de debater e deliberar, assim como colaborar na composição das pautas. Destaca-se que o CMJ ainda não concluiu a composição de suas comissões, organizando se serão abertas 12 grupos, de acordo com o movimento conferencial, ou se serão dispostas agrupadamente. COMSEA, CMPM e CADS até o momento têm criado grupos de trabalho temporários de acordo com demandas emergenciais.

Para que fosse proporcionada uma autoavaliação por parte de cada conselheiro em relação a sua participação, a pergunta 22 dividiu a frequência em quatro categorias, de acordo com a intensidade, como demonstra a Tabela 17:

Tabela 17 - Pergunta 22: Frequência de participação nas reuniões e atividades

Conselho	Sempre	Às vezes	Normalmente não	Raramente
COMAD	60%	30%	10%	0%
CADS	61,9%	9,5%	23,8%	4,8%
CMAS	55,4%	12,5%	25%	7,1%
CMDCA	63,6%	12,1%	9,1%	15,2%
COMSEA	52,9%	26,5%	17,6%	2,9%
CMPM	55,6%	29,6%	7,4%	7,4%
COMUDE	54,2%	33,3%	9%	3,5%
COMUPI	58%	32%	2%	8%
CMJ	57,5%	25%	15%	2,5%

Fonte: autoria própria.

Na perspectiva geral, entre os 9 Conselhos, 57,3% dos participantes declararam que sempre participam, 23% participam às vezes, 13,5% normalmente não conseguem participar e 6,2% raramente se envolvem. Ressaltando ainda aqueles que, tanto não participam, que não responderam ao questionário.

Além da quantidade de reuniões e atividades que participam, interessa a qualidade desta participação, por este motivo a pergunta 23 questiona se os conselheiros normalmente se sentem aptos a votar nas deliberações postas nas reuniões. A Tabela 18 demonstra os resultados para este questionamento:

Tabela 18 - Pergunta 23: Capacidade deliberativa			
Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	75%	10%	15%
CADS	61,9%	14,3%	23,8%
CMAS	51,8%	21,4%	26,8%
CMDCA	69,7%	9,1%	21,2%
COMSEA	47,1%	14,7%	38,2%
CMPM	74,1%	7,4%	18,5%
COMUDE	75%	4,2%	20,8%
COMUPI	92%	2%	6%
CMJ	52,5%	12,5%	35%

Fonte: autoria própria.

Entre os 305 questionários analisados, 66% respondeu que sim, se sentem capazes de opinar sempre que solicitado, entretanto, 11% dos conselheiros declararam não ter essa segurança sempre, enquanto 23% se identificam melhor com a resposta “Parcialmente”. Capacitações relacionadas tanto às Políticas Públicas em pautas nos Conselhos quanto o papel inerente dos conselheiros são fundamentais para a melhoria de tais índices. Ser usuário dos serviços públicos em questão ou pertencer às classificações identitárias do público prioritário de tais direitos sociais e civis, colabora para o sentimento de pertencimento nas deliberações, por exemplo, ao votar sobre uma política em prol da LGBTQIAPN+, pertencer à sigla, executar ou ser usuário do serviço em questão, colabora para a apropriação do discurso.

Quanto ao funcionamento de tais instâncias participativas, além de capacitações, o conhecimento das normatizações de cada Conselho, assim como de suas legislações e diretrizes, instrumentaliza os trabalhos dos Conselhos. A principal ferramenta para balizar o expediente das reuniões ordinárias e extraordinárias é o Regimento Interno de cada Conselhos. Este que deveria ser atualizado no início de cada gestão, para que as regras sejam democráticas e conhecidas por todos que compõem o coletivo.

Sobre o conhecimento do Regimento Interno, a Tabela 19 traz as respostas para a pergunta 24:

Tabela 19 - Pergunta 24: Conhecimento sobre o regimento interno

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	45%	10%	45%
CADS	71,4%	19%	9,5%
CMAS	44,6%	25%	30,4%
CMDCA	48,5%	12,1%	39,4%
COMSEA	35,3%	17,6%	47,1%
CMPM	48,1%	29,6%	22,2%
COMUDE	66,7%	0%	33,3%
COMUPI	60%	12%	28%
CMJ	52,5%	12,5%	35%

Fonte: autoria própria.

As respostas demonstram que 51,5% dos conselheiros afirmam conhecer o Regimento Interno, enquanto 32,5% conhecem parcialmente e 16% não tiveram contato com o mesmo. Destaca-se que a análise gráfica também se relaciona com a condição regimental do Conselho, por exemplo, os 2 Conselhos com menores percentuais de conhecimento, respectivamente COMSEA (35,3%) e CMAS (44,6%), foram questionados já no final de suas gestões e possuem regimentos antigos, não atualizados após a nomeação dos membros. O Regimento Interno do CMAS, por exemplo, data o ano de 1992, enquanto o do COMSEA é de 2017.

Especificamente ao sentimento democrático, na prática do controle social em questão, a pergunta 24 se debruça a compreender qual o entendimento dos conselheiros quanto à abertura dos colegiados ao debate, livre de represálias,

boicotes ou de trabalho meramente cartorário. Os resultados seguem expressos na Tabela 20:

Tabela 20 - Pergunta 25: Abertura ao debate

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	60%	0%	40%
CADS	90,5%	4,8%	4,8%
CMAS	82,1%	0%	17,9%
CMDCA	84,8%	0%	15,2%
COMSEA	91,2%	0%	8,8%
CMPM	88,9%	0%	11,1%
COMUDE	87,5%	12,5%	0%
COMUPI	94%	2%	4%
CMJ	82,5%	2,5%	15%

Fonte: autoria própria.

Quanto à abertura ao debate, entre os 305 respondentes, 85,5% afirmou que o Conselho em que participa é aberto para discussões, 12,5% sente que o espaço é parcialmente aberto e por fim, 2% acredita que não há espaço para debate. Se observados individualmente na Tabela, é possível organizá-los em um ranking de melhores notas. Desta forma o COMUPI fica em 1º lugar com 94%, o COMSEA em 2º lugar com 91,2% e o CADS em 3º lugar com 90,5% dos votos afirmativos.

Na tentativa de compreender se as mobilizações sociais cotidianas têm resultado na diversidade de grupos e indivíduos que compõem os processos eleitorais dos Conselhos, assim como em aferir qual o envolvimento dos membros em organizações e movimentos sociais, a pergunta 26 questiona quanto à participação em tais organismos sociais. A Tabela 21 contempla a apuração dos de tais informações:

Tabela 21 - Pergunta 26: Participação em organização ou movimento social

Conselho	Sim	Não
COMAD	40%	60%
CADS	42,9%	57,1%
CMAS	25%	75%

CMDCA	39,4%	60,6%
COMSEA	20,6%	79,4%
CMPM	55,6%	44,4%
COMUDE	16,7%	83,3%
COMUPI	22%	78%
CMJ	37,5%	62,5%

Fonte: autoria própria.

Em 1º lugar, com 55,6% de conselheiros ativos em movimentos e organizações sociais, foi o CMPM, em 2º o CADS, com 42,9% e em 3º lugar o COMAD, com 40% dos membros. Do total de respostas, 68% declara que não participa de nenhuma organização ou movimento social, enquanto 32% afirma que também compõem outros espaços.

Estes, por sua vez, são descritos de forma dissertativa na questão de número 27, sendo citadas mais de 62 diferentes frentes de atuação, sendo elas: Cria Bauru, Bauru Cidade Criativa, Educa Bauru, Movimento Indígena, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Coletivo Ação Libertária, AMICOP, Mesa Brasil, Movimento A.S. Bauru pela inserção de assistentes sociais na educação e habitação, AEAPS, GREB, ATIBA, Clube da Viola, Sorri Bauru, JOMI, Lions Clube, AAFC, GRESP, Conselhos de Classe, Instituto Formando Mentes Coletivas, Juventude partidária, Coletivo Bem Te Vi de redução de danos, Liga de escolas de samba e blocos de Bauru - LIESB, Sarau do Viaduto, Núcleo de atividades de liderança do Mapa de Educação, APEOESP, Chão de Giz, Rosa Luxemburgo, Luta por Políticas Públicas de Saúde Mental, Fundo de Tratamento Esgoto - FTE DAE, Associação de Moradores, comunidade religiosa, Pastorais, Instituto Elas, RME, Frente Nacional de Mulheres com Deficiência, Luta pelos direitos dos Autistas, Instituto Helenas, outros Conselhos Municipais, Diga não a violência, Portas Abertas, PSB mulheres, PSOL, Coletivo LGBT Socialista, OAB por Elas, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica - ABMCJ-SP, Coalizão Nacional de Mulheres, Mães pela Diversidade, TranSolidárias, Coletivo Vera, SAC, Creches filantrópicas, Fundação Toledo, Fundação João Bidu, Comitê contra o Apartheid na Palestina, Cáritas Diocesana, Assomary, PSB, Associação Wise Madness, Rotary Internacional, Ressaca Futebol Clube e APAE.

Ainda em relação à participação social, a questão 28 pontua sobre as Audiências Públicas, Conferências e Semanas Municipais, obtendo os percentuais demonstrados por meio da Tabela 22:

Tabela 22 - Pergunta 28: Participação em Audiências Públicas, Conferências e Semanas

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	45%	10%	45%
CADS	42,9%	23,8%	33,5%
CMAS	55,4%	21,4%	23,2%
CMDCA	42,4%	24,2%	33,3%
COMSEA	50%	29,4%	20,6%
CMPM	44,4%	29,6%	25,9%
COMUDE	45,8%	16,7%	37,5%
COMUPI	54%	24%	22%
CMJ	30%	35%	35%

Fonte: autoria própria.

Nesta questão, 46,5% dos conselheiros responderam participar, 29% optou pela categoria que descreve envolvimento parcial e 24,5% dos membros declararam não participar. Por sua vez, quanto ao envolvimento político partidário, as respostas para a pergunta 29, foram organizadas na Tabela 23:

Tabela 23 - Pergunta 29: Envolvimento político partidário

Conselho	Sim	Não
COMAD	15%	85%
CADS	28,6%	71,4%
CMAS	10,7%	89,3%
CMDCA	15,2%	84,8%
COMSEA	11,8%	88,2%
CMPM	18,5%	81,5%
COMUDE	8,3%	91,7%
COMUPI	8%	92%
CMJ	20%	80%

Fonte: autoria própria.

Entre os 305 conselheiros que responderam, 86% declarou que não possuem vinculação partidária, ou seja, apenas 14% é filiado a algum partido político, se envolvem de alguma outra forma em suas atividades ou declaram afinidade com suas ideologias políticas.

Como narrado no capítulo 4, atribui-se grande importância aos movimentos conferenciais, encontros e demais sistematizações que viabilizam a interferência local no cenário nacional das Políticas e Serviços Públicos, assim como na defesa dos direitos civis, políticos e sociais, como por meio do federalismo e do equilíbrio entre os poderes.

Para que fosse possível observar o conhecimento dos conselheiros e a articulação dos Conselhos em relação a esta questão, a pergunta 30 solicita o posicionamento dos partícipes sobre o acompanhamento do cumprimento das deliberações conferenciais, ou, no caso de ausência de movimento conferencial próprio, como no caso do COMAD, quanto o acompanhamento das deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal.

Os resultados encontram-se organizados em percentuais, divididos entre os 9 Conselhos na Tabela 24:

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	65%	5%	30%
CADS	57,1%	0%	42,9%
CMAS	80,4%	0%	19,6%
CMDCA	72,7%	6,1%	21,2%
COMSEA	88,2%	2,9%	8,8%
CMPM	66,7%	3,7%	29,6%
COMUDE	75%	12,5%	12,5%
COMUPI	74%	4%	22%
CMJ	67,5%	7,5%	25%

Fonte: autoria própria.

Quanto à relação com as conferências e as instâncias de debates mais amplos, 73,4% dos conselheiros respondeu que sim, as articulações são realizadas a

contento, enquanto 22,3% optou por responder “Parcialmente” e 4,3% respondeu que não.

Especificamente ao desempenho do Conselho no acompanhamento de organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes aos colegiados, a Tabela 25 apresenta os resultados:

Tabela 25 - Pergunta 31: Acompanhamento das organizações, serviços, programas e projetos

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	65%	10%	25%
CADS	85,7%	0%	14,3%
CMAS	82,1%	1,8%	16,1%
CMDCA	78,8%	0%	21,2%
COMSEA	85,3%	0%	14,7%
CMPM	74,1%	3,7%	22,2%
COMUDE	83,3%	4,2%	12,5%
COMUPI	88%	0%	12%
CMJ	77,5%	5%	17,5%

Fonte: autoria própria.

Entre os participantes, 81% respondeu que sim, pois a maioria dos Conselhos de fato executam ações de inscrição, visitas, acompanhamento, fiscalização, retirada de inscrições, articulações, mobilizações, chamamentos e bancos de projetos, por exemplo. Ainda assim, 16,7% acredita que este trabalho tem sido parcialmente realizado e 2,3% acredita que não é feito.

Em sequência, a Tabela 26 externa os posicionamentos por meio das respostas da pergunta 32:

Tabela 26 - Pergunta 32: Ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	30%	15%	55%
CADS	71,4%	4,8%	23,8%
CMAS	58,9%	8,9%	32,1%
CMDCA	63,6%	0%	36,4%

COMSEA	79,4%	8,8%	11,8%
CMPM	74,1%	3,7%	22,2%
COMUDE	87,5%	0%	12,5%
COMUPI	78%	6%	16%
CMJ	55%	10%	35%

Fonte: autoria própria.

Com menos otimismo que nas perguntas anteriores, quanto à realização de ações de mobilização e reuniões ampliadas e descentralizadas para favorecer o acesso e maior divulgação dos Conselhos na sociedade em geral, 67% dos conselheiros responderam que sim, são realizados tais esforços, 26,5% optou por declarar que são feitos de forma parcial e 6,5% afirma que não são realizadas tais diligências. Opinião que pode ser corroborada pelos baixos índices de participação de usuários e trabalhadores.

Ao serem inquiridos quanto à acessibilidade e divulgação das datas, locais e demais informações das reuniões e atividades dos Conselhos, por meio da pergunta 33, os Conselhos pontuaram as respostas exibidas pela Tabela 27:

Tabela 27 - Pergunta 33: Acessibilidade e divulgação

Conselho	Sim	Não	Parcialmente
COMAD	55%	15%	30%
CADS	85,7%	4,8%	9,5%
CMAS	73,2%	3,6%	23,2%
CMDCA	78,8%	6,1%	15,2%
COMSEA	79,4%	2,9%	17,6%
CMPM	74,1%	3,7%	22,2%
COMUDE	70,8%	4,2%	25%
COMUPI	92%	0%	8%
CMJ	62,5%	2,5%	35%

Fonte: autoria própria.

Na somatória das manifestações, obtém-se que 75,7% dos participantes do estudo responderam que sim, aprovam a forma de divulgação e oferta,

principalmente das reuniões, enquanto 20,3% relata que aprovam parcialmente e 4% que não são acessíveis e bem divulgadas.

Encerrando a definição dos perfis dos conselheiros e dos Conselhos, a pergunta 34, disponibilizou parágrafo dissertativo para escuta das principais faltas, obstáculos e desafios dos Conselhos. Por ter caráter obrigatório, alguns dos participantes optaram pela dispensa do direito de expressarem suas opiniões nesta questão, inserindo símbolos ou frases como: “obrigada” ou “nada a declarar”. As respostas que apresentaram conteúdo pertinente ao tema estudado, foram citadas no capítulo 5, internamente ao subitem específico do perfil de cada um dos Conselhos. Ressalta-se que foram identificadas 5 temáticas preponderantes:

1- Relacionais: necessidade de maior participação social, com destaque aos próprios conselheiros; despolitização e desconhecimento da população sobre os Conselhos; respeito ao contraditório para discussões entre diferentes visões de mundo; dificuldades comunicacionais como a utilização de linguagem técnica de difícil compreensão; temor às retaliações; e falta de comunicação entre os Conselhos.

2- Sociais: dificuldades de participar em meio ao trabalho e afazeres pessoais e familiares; falta de acessibilidade; insuficiência do tempo e a impossibilidade de maior carga horária para dar conta das inúmeras demandas; dificuldade para encontrar datas e horários comuns; falta de diversidade na composição dos Conselhos e da participação de usuários das políticas públicas; e baixa mobilização nos territórios e por meios de comunicação diversos e mais acessados para aproximar os Conselhos da população, dos movimentos sociais e das periferias da cidade, para angariar mais adeptos ao controle social.

3- Institucionais: necessidade de recursos e apoio por parte do poder público para efetividade das ações dos Conselhos; desafios dos Conselhos consultivos e a necessidade de alteração para o caráter deliberativo; atualização das leis que possibilitem diversidade e representatividade na composição dos Conselhos; falta de articulação entre as Secretarias Municipais; alcançar maior convergência e transversalidade entre as políticas públicas participantes dos Conselhos; respostas e informações mais rápidas por parte do poder público; falta de efetividade das deliberações; o Conselho ser ouvido e respeitado pelo poder público; e aparente preponderância do poder público nas decisões.

4- Estruturais: baixa qualidade da internet que compromete recursos híbridos; falta de estrutura de governança executiva e legislativa; ausência de fundos próprios para cada um dos Conselhos, assim como provisões orçamentárias; as barreiras impostas pela falta de espaço físico e má localização da Casa dos Conselhos; a importância da oferta de reuniões híbridas que favorecem a descentralização por meio da virtualidade e as vantagens presenciais; e insuficiência de profissionais no corpo técnico de apoio aos Conselhos.

5- Metodológicas: realizar mais visitas às instituições; reuniões e debates que se desdobrem em ações práticas; falta de inovação nas ações de mobilização e articulação social; trabalho burocrático em detrimento à luta por serviços e políticas públicas que respondam efetivamente às questões sociais; escuta da sociedade civil; falta de discussões mais amplas sobre as políticas públicas municipais afetadas; falta de sistematização e organização das rotinas de trabalho; falta de capacitação dos conselheiros; ações com baixo impacto político e social; urgente necessidade de assessoria jurídica e de comunicação; intenso fluxo de demandas emergenciais e longas votações de recursos; atuar em prol da execução dos Planos Municipais e das propostas conferenciais; dificuldades em elevar projetos extremamente necessários ao grau de políticas públicas; intersetorialidade para colocar em prática as ações planejadas com envolvimento de diversos setores; e falta de transparência e clareza.

Por fim, na última questão, de número 35, de modo facultativo, foi aberto espaço para comentários, estes que, assim como na pergunta anterior, também foram relacionados no capítulo 4, no perfil de cada um dos Conselhos estudados. Ainda assim, para que se possa estabelecer um panorama a partir dos principais assuntos abordados, serão retomados os pontos suscitados pelos conselheiros. Como exemplo, no CADS, apenas um entre os 21 participantes comentou que acabava de ter sido indicada ao Conselho, e que estava ainda se inteirando das pautas.

Entre os 20 participantes do COMAD, 3 aproveitaram o espaço para registrar diferentes questões: agradecimento à equipe de assessoria; solicitação de agilidade na posse dos conselheiros, que provavelmente deva-se relacionar com a substituição de membros inativos; e reafirmação quanto a necessidade de verba.

Entre os membros do CMJ, tendo em vista que 100% do colegiado aderiu ao questionário, 8 se posicionaram na pergunta 35: agradecimentos; colocações sobre

a necessária alteração da Casa dos Conselhos para o centro da cidade com melhor estrutura predial; manifestação em homenagem à Tetê Oliveira; votos para uma gestão profícua; questionamento quanto a relevância de ter sido indagado quanto ao gênero dos conselheiros, provavelmente referindo-se às perguntas sobre identidade de gênero e orientação afetiva-sexual; e uma consideração ao curto tempo de atividade do CMJ, que possivelmente inviabilizaria o julgamento quanto a continuidade ou frequência de algumas ações.

Já entre os 50 conselheiros do COMUPI, Conselho que também atingiu a adesão de todos os seus membros, 7 utilizaram este espaço de manifestação. Relacionadas diretamente ao tema da pesquisa, 4 comentários apresentaram importantes questionamentos: quanto a priorização de ações de específicas a cobrança do poder público para o cumprimento da Política Nacional da Pessoa Idosa, em detrimento às burocracias; a necessidade de priorizar trabalhos que possam repercutir nos serviços públicos para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social; a importância da implantação de cuidados paliativos no SUS; e a necessidade de divulgação das ações e projetos realizados entre os Conselhos.

Nos questionários do COMUDE apenas 3 conselheiros, entre os 24 participantes, deixaram comentários. As pontuações se relacionam com a importância do apoio por parte da SEBES; quanto ao merecimento de maior visibilidade ao COMUDE; e a manifestação do desejo de que as intervenções do Conselho se materializem na sociedade por meio de cobranças ao poder público, para que se efetivem direitos como a acessibilidade, respeito e condições de igualdade às pessoas com deficiência.

Entre os 34 formulários respondidos por membros do COMSEA, 5 possuem comentários, sendo eles agradecimentos; pontuação de dificuldade na avaliação de alguns critérios por recente integração ao grupo; consideração quanto a importância da participação de toda sociedade nos Conselhos; as possibilidades de superação dos entraves via articulação com outros movimentos populares e Conselhos; a necessidade de expansão e posicionamento, para romper com ações meramente institucionalizadas e de difícil acesso; necessidade de recursos e apoio do poder público, que aparentemente não valoriza os Conselhos; e uma colocação quanto a falta de tempo dos conselheiros para dedicação aos Conselhos.

Foram 3 os conselheiros do CMDCA que, entre os 33 partícipes, deixaram comentários, quanto à possibilidade de alternativa “não sei responder”; sobre a

interferência da SEBES nas deliberações deste Conselho; e apelo para alteração das reuniões para o período noturno ou matutino aos sábados.

O CMAS registrou 8 respostas entre seus 56 conselheiros, parabenizações aos Conselhos; pontuações quanto a necessidade de ampliação da divulgação das reuniões à toda comunidade; possibilidade de descentralização nos CRAS e alteração do horário fora do expediente; maior dedicação ao trabalho de mobilizar e colaborar para políticas públicas mais efetivas nas respostas aos problemas públicos; sobre os desafios de se participar de um Conselho pela primeira vez, assim como de política pública diferente do escopo de seu trabalho e formação; e questionamento quanto a pertinência de servidores de outras secretarias ocuparem cadeiras no CMAS.

Entre as 27 conselheiras do CPMF que participaram na pesquisa, 6 contribuíram com suas opiniões, levantando assuntos como a felicidade em compor um espaço democrático; necessidade de melhor divulgação nos bairros, escolas e comunidades; maior envolvimento com outros Conselhos; necessidade de desenvolvimento de mais ações como conferências, audiências públicas, pesquisas, debates e interlocuções com outros movimentos sociais; e votos para uma excelente gestão.

Além das contribuições alcançadas diretamente por meio das respostas de cada um dos 305 formulários obtidos, como reflexão e reavaliação das práticas, o desenvolvimento da pesquisa também viabilizou contribuições indiretas e subjetivas, como o estabelecimento de novos canais de comunicação para abertura do diálogo, aproximação entre os Conselhos e a Assessoria, o fortalecimento de vínculos por meio da escuta, o esclarecimento de dúvidas e o acesso às informações até então desconhecidas, fato que incentiva a realização anual de tal experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as diversas tentativas federais, citadas, de sucateamento das Instâncias brasileiras de Participação de Controle Social Democrático em 2019, demonstra-se que o movimento conferencial foi alvo de grande investimento no atual governo federal, pois, dentre os 9 Conselhos estudados, apenas um promoveu sua conferência municipal em 2022, 4 promoveram conferências municipais em 2023, 2 já preparam conferenciais para 2024, restando apenas o Conselho Municipal de Políticas sobre Álcool e outras drogas e o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres, como demonstrado na Tabela 28 abaixo:

Tabela 28 - Movimento Conferencial

Conselho Municipal	Conferência Municipal	Conferência Regional	Conferência Estadual	Conferência Nacional
CMAS	2023	Reunião Preparatória na DRADS	2023	2023
CMJ	2023	2023	2023	2023
COMAD ⁵¹	Fóruns Municipais	Desconhecido	Desconhecido	Desconhecido
CADS	2024	2011	2024	2025
CMDCA	2022	Desconhecido	2023	2024
COMUPI	2024	Desconhecido	2024	2025
CMPM	2015	Desconhecido	2023	2016
COMUDE	2023	Desconhecido	2024	2024
COMSEA	2023	2023	2023	2023

Fonte: autoria própria.

Quanto à análise dos questionários, fica explícito nas respostas que, independentemente de quais dos 9 Conselhos, há concordância em uníssono com os artigos citados na introdução deste trabalho, pontuando que os conselhos devem ser respeitados e mobilizados, e que suas atividades e intervenções, atas, listas de presença, planejamentos, calendários, devem ser melhor divulgados a toda a

⁵¹ Junto à documentação física do COMAD há relatos da abordagem de sua temática nas Conferências de Saúde Mental

população. Muito se refere à necessidade de maior participação e envolvimento por parte dos próprios conselheiros. Entretanto, há quem cabe este trabalho?

Sabemos então, enquanto resultado, quais são as propostas e sugestões dos conselheiros. Mas quem são os trabalhadores ou qual é o caminho para concretizar o que está posto como necessário? Qual a função da Casa dos Conselhos? Quem são os profissionais de assessoria? Como se capacitam? Quais são suas responsabilidades e atribuições? Quais profissionais são necessários para a otimização do controle social democrático?

Cabe ao poder público garantir a efetividade dos Conselhos Municipais, capacitando seus membros para o acompanhamento do ciclo de políticas públicas, com diagnósticos, planejamentos e avaliações eficazes, que de fato exigem conhecimento, vivência territorial e capacidade técnica, alcançadas por meio da diversidade dos coletivos e do fortalecimento desses Conselhos, para o desempenho de suas funções, captação de recursos, inovação das práticas e garantia dos direitos sociais aos cidadãos por meio de serviços públicos de qualidade.

Sendo assim, é reconhecida a necessidade de assessoria para garantia do funcionamento dos Conselhos, ainda que, por muitas vezes garantida por lei, principalmente pelas leis de criação de tais instâncias de controle, permanece em descumprimento. Ou seja, ainda que as legislações apontem para a responsabilidade do poder público em garantir equipe de assessoria técnica e administrativa, esta é sucateada. Por exemplo, atualmente a equipe da SEBES para assessoria de 9 Conselhos, referência no município, é composta apenas por 2 assistentes sociais e 1 administrativo, acumulando-se além do assessoramento, as secretarias executivas, eventos e análises processuais. Entendendo que, constitucionalmente, é dever do poder público garantir o Controle Social, como o governo Municipal cumpre com a sua responsabilidade de garantir tais questões?

Foram relatadas as batalhas travadas em cada uma dessas 9 trincheiras, foram elencados os desafios e entraves de cada um, ou comuns aos Conselhos, foram relacionados os produtos deste estudo, mas ainda assim, restam questionamentos: Onde está normatizada e descrita a responsabilidade do poder público, além da carta Magna e das legislações municipais? Como operacionalizá-la e transpor para o cotidiano das práticas os debates das audiências públicas? Se é tácita a solução,

como caminhar para sua implementação? Por meio da propositura institucional dos Conselhos? De forma articulada por meio dos movimentos sociais?

Para produzir os resultados apresentados a seguir, através deste estudo, deve-se considerar que, para a concretização dos mesmos, foi necessário 1 ano e 2 meses de pesquisa específica e aprofundada, intervenções e mobilizações, pois nenhum avanço é conquistado de forma individual, mas coletivamente, por meio deste programa de mestrado profissional e da dedicação dos conselheiros e dos servidores envolvidos em horários extraordinários ao trabalho, tendo em vista que a atual equipe de assessoria, sozinha, explicitamente, não possui condições de realizá-lo em meio às imensas pilhas de processos e trabalho acumulado.

Outro ponto a ser destacado é a importância desses profissionais para sistematizar as informações, fazendo com que as reuniões produzam frutos, assim como as conferências, para que o planejamento seja cumprido, revisitado ou aprimorado, para que isso seja repassado de uma gestão para as demais, além da importância da articulação entre os diferentes níveis e esferas de Conselhos para que as documentações permaneçam atualizadas. Como relatado, a equipe da SEBES é insuficiente para o trabalho necessário aos 9 Conselhos, entretanto, questiona-se quais são as suas funções, tendo em vista que a Casa dos Conselhos não possui recursos humanos para assessorar os demais Conselhos, e não possui autorização para sequer publicar as deliberações dos mesmos no Diário Oficial? Limita-se à articulação interconselhos? Como poderá sistematizar as informações? E de forma ainda mais grave, como os demais Conselhos, sem assessoria direta, têm caminhado?

Parte das soluções para os entraves levantados, se desdobraram enquanto produto deste estudo, tais como: promover a construção de uma página no site da prefeitura, exclusiva aos Conselhos; refazer instrumentais e tabelas das informações dos Conselhos vinculados à Casa dos Conselhos; corrigir a linha temporal de criação dos Conselhos Municipais; criar grupos por meio do aplicativo *WhatsApp* em telefone particular de todos os Conselhos, colocando em prática pela primeira vez a reunião bimestral Interconselhos, previstas, mas até então não desenvolvidas; promover encontros para que a Comissão Colegiada de fato acontecesse e desempenhasse suas funções, inativas há mais de um ano, caminhando com a busca de novo espaço físico para a Casa dos Conselhos em local central e acessível à população, tendo em vista que se encontra em bairro elitizado afastado,

com poucas linhas de ônibus; constituir pela primeira vez, após 19 anos, eleição para o Conselho Municipal da Juventude de Bauru durante a 4ª Conferência Municipal; articular assembleia eleitoral do Conselho da Juventude na plenária final da Conferência, com promessa de R\$ 200.000,00 em recursos para as Políticas Públicas locais de juventude; favorecer a destinação de recursos previstos na LDO 2025 em ficha específica ao Controle Social, provisionada em R\$55.000,00 anuais; cobrar e colaborar com o Gabinete do Poder Executivo na reativação de 2 dos 4 Conselhos Municipais inativos, vinculados ao Gabinete, sendo o Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos e o Conselho Municipal dos Direitos Humanos que, após anos em vacância, tomaram posse no dia 27 de março de 2024; questionar a vinculação administrativa e o apoio das secretarias municipais, assim como a mobilização para que realizem diálogo prévio à indicação de servidores para as cadeiras governamentais dos Conselhos, alcançando como resultado que novos servidores fossem incumbidos da assessoria técnica em outras secretarias.

O período de acompanhamento dos Conselhos junto às atividades dos grupos de pesquisa, das consultas à orientação acadêmica docente, da ambiência acadêmica, da participação em eventos internacionais e intersetoriais, experiências viabilizadas por este programa transdisciplinar de Planejamento e Análise de Políticas Públicas, também produziu outro tipo de resultado: a construção de uma “caixa de ferramentas” aos Conselhos, repleta de importantes estratégias e instrumentos para a mobilização do direito.

Passou-se a incluir a função mobilizatória e diagnóstica entre os predicados necessários à Assessoria Técnica aos Conselhos, que deve conseguir acessar e reconhecer as instituições sociais, movimentos e organizações que atuam nos territórios e no cotidiano do cidadão, para que, compondo os espaços dos Conselhos, de fato as pautas, deliberações e discussões possam estar vinculadas com o interesse público, incluindo nos processos decisórios os usuários das Políticas Públicas, ou os usuários em potenciais, os quais necessitam, mas desconhecem as formas de acesso aos serviços públicos.

A atual ausência de instrumentais técnicos, capacitações, protocolos e fluxos de trabalho para os assessores dos Conselhos, quando esses existem dentro do organograma das Secretarias Municipais, inviabiliza o referido processo de acompanhamento, o papel diagnóstico e de mobilização, que não deveriam apenas acompanhar o processo eleitoral, tendo em vista que a mobilização frente ou meio

às eleições pode beneficiar uma instituição ou outra, que tenha maior alcance ou proximidade do Conselho. Dessa forma, os profissionais devem investir em tais práticas cotidianamente. Essa articulação deve ser perene e constante, durante o exercício das gestões dos Conselhos, para que, além de contribuir em seu funcionamento, também sejam naturais as inscrições de múltiplos organismos e movimentos sociais nos pleitos eleitorais, diversificando as atuais composições dos Conselhos.

Além de elencar essas novas funções, ainda não priorizadas pela assessoria em questão, a referida “caixa de ferramentas” para os assessores municipais dos Conselhos também deve contar com instrumentos de publicização, o que às vezes parece óbvio, mas não é sistematizado na prática dos Conselhos, como: site amplamente divulgado, como da Prefeitura Municipal, para automática atualização com as pautas, atas, agendas e resoluções, não apenas no Diário Oficial, ou em mídias isoladas e de difícil localização, mas em mídias de amplo acesso da população, pensando que a divulgação deve ser condizente com o público prioritário. Não há como alcançar usuários sem os mobilizar por meio dos canais de comunicação que costumam utilizar. Ou seja, permanecer publicizando informações no Diário Oficial é perpetuar a fidelização sempre do mesmo público.

Sendo assim, sugere-se a participação em programas de rádio, publicação nos jornais locais, articulação com canais do *Youtube*, *Instagram* e *Facebook*, materiais audiovisuais nas escolas, unidades de Saúde e de Assistência Social, e por fim, que o site da Casa dos Conselhos realize atualizações sistemáticas de suas informações.

A comunicação dos Conselhos com a comunidade deve ser humanizada, os conteúdos devem apresentar a imagem e a voz dos conselheiros, disponibilizando informações de forma transparente, acessível, imediata e simplificada, especializando-se em metodologias de educomunicação.

As intervenções dos Conselhos devem ser organizadas, permitindo a composição de seus históricos, registrando suas conquistas, fazendo-os evoluir ao longo de suas trajetórias, ao construir um arcabouço teórico, legislativo e normativo, a partir do acúmulo, da continuidade e dos avanços de suas discussões, para que suas estruturas não sejam constantemente descontinuadas e facilmente desmontadas; para que sirvam como instâncias de formação política, social e

cidadã; para que a cada nova gestão os Conselhos não iniciem do zero, mas avancem no sentido de se reavaliar, replanejar, potencializar e inovar.

Outra questão relevante foi a importância da pesquisa de perfil e avaliação, que de início justificava-se por sua finalidade, mas conquistou relevância também pelo caminho percorrido até sua aplicação e análise de seus resultados, pois o tempo investido em refletir sobre suas perguntas, o processo de divulgação dos formulários e o diálogo sobre as dúvidas suscitadas pelos participantes, provaram o valor desta iniciativa, junto à surpresa provocada pela sistematização de seus resultados.

Nítida e comum foi a vocalização da necessidade de novos processos de escuta e articulação entre os Conselhos, o que é difícil de ser iniciado sem o reconhecimento das pautas e especificidades de cada um. Fica notado que os Conselhos desconheciam a existência um dos outros, dentro da mesma vinculação administrativa, por exemplo, então é necessário que se reconheçam, visto que, se um conselheiro desconhece outro Conselho, no desempenho de suas funções independentemente da pauta específica, é muito menos que qualquer outro cidadão, ainda não envolvido no controle democrático, os conheçam.

A mesma reflexão se aplica às críticas recebidas quanto ao formulário e atuação da própria Assessoria, a falta de compreensão quanto a importância de se aferir o grau de diversidade dos Conselhos e ampliar o suporte do Estado ao Controle Social, prova a necessidade de diálogo e capacitação de seus membros e assessores.

A escuta dos conselheiros é de extrema importância não só para o levantamento das dificuldades, mas também para otimizar suas potencialidades e planejar a superação dos entraves, desvelar a influência da questão social no cotidiano do Controle Democrático e construir ferramentas coletivas para o reconhecimento e a visibilidade da estrutura de Controle Social necessária no município.

Outra ferramenta é o acompanhamento das Audiências Públicas, Reuniões Públicas, Plebiscitos, Assembleias, Fóruns, Conferências e Planos Municipais, cada Conselho precisa distribuir tarefas práticas entre seus membros, a exemplo de comissões e pequenos grupos de trabalho, pois a responsabilização produz pertencimento e funcionalidade, o foco colabora para o alcance das metas, e as missões individuais que compõem o trabalho coletivo, permitem construções democráticas e avanços significativos, que motivam a frequência e a participação.

A reunião Interconselhos e a mobilização para revitalização de um espaço físico, além do virtual, para articulação, convívio e construção coletiva intra e extra Conselhos, também tem fortalecido tais instâncias participativas, criando laços por meio da defesa de pautas comuns.

Se construirmos mentalmente um personagem a partir do perfil traçado pelo questionário, podemos imaginar uma mulher, branca, cis, hétero, de 43 anos, provavelmente assistente social. Além de apontar para a necessidade de maior diversidade na composição dos Conselhos, chama atenção a sobrecarga do estereótipo feminino e a cristalização de perfil de conselheiro, normalmente atrelado a experiência no serviço público e a participação em organizações da sociedade civil que possuem ou almejam termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação junto ao poder público. Sendo essa uma observação e não necessariamente uma crítica. É preciso estar atento para que haja priorização do interesse público.

Outro aspecto é que, por vício ou necessidade, além da repetida participação das mesmas pessoas, observa-se também o emprego de recursos particulares e privados para atuação nos Conselhos, como os grupos de *WhatsApp*, sustentados por recursos particulares dos conselheiros, assim como o acesso à internet e os aparelhos telefônicos. Ainda que seja notório que, todos os Conselhos possuem em suas Leis de instituição menção expressa a proibição da remuneração dos trabalhos de seus membros, esses seguem também arcando com as despesas deste trabalho. Outra matéria de necessária consulta jurídica é: no desempenho da representação de órgãos públicos, os servidores indicados devem contabilizar as horas dedicadas aos Conselhos para recebimento de seus provimentos ou enquadram-se nos artigos normativos que impõem à atuação nos Conselhos, meramente enquanto relevante serviço público, impassível de emolumento? Tendo em vista as atuais dificuldades para preenchimento de tais cadeiras, tal medida favorece o Controle Social Democrático?

Ainda que se pareça antigo, sabido ou comum, muitos Conselhos ainda não existem nos demais municípios, como no caso dos dados obtidos tanto pelo CADS como pelo CMJ, COMSEA, COMAD e COMUDE, coletivos referência no Estado de São Paulo, e que, uma vez fortalecidos e organizados, não existindo apenas de forma protocolar, podem captar recursos e inscrever o município em Sistemas como o SISAN e o SINAJUVE, aumentando as possibilidades locais de serviços públicos.

Outra tecnologia social passível de aplicação é a superação da perspectiva de atuação dos suplentes apenas na ausência dos titulares. Desta forma, comumente, os suplentes, que não costumam participar ativamente, não costumam ter segurança para deliberar e as atividades são esvaziadas por 50% dos membros. Há alternativa possível por meio de pacto por gestão colegiada, onde as decisões buscam sempre que possível o consenso e quanto não é possível, o registro das opiniões divergentes, e a contabilização de votos apenas dos titulares, mas a participação geral em todas as atividades. Fato que corrobora este entendimento é a cultura de indicação de membros suplentes apenas para que não haja vacância de cadeiras, ainda que cientes da impossibilidade de atuação dos indicados por outros compromissos ou falta de interesse.

Ainda que se tenha muito a desenvolver para alcançar, por exemplo, os requisitos que classificam os Conselhos Municipais de Assistência Social com nota 5, nas três dimensões do IDConselho: estrutura administrativa, dinâmica de funcionamento e composição do Conselho, as instâncias participativas ainda assim representam grande avanço na luta pela consolidação da democracia brasileira/bauruense e possibilidades de construção coletiva de uma nova ordem democrática, que inspiram a continuidade de pesquisas e registros como este.

Como afirma Thomas Dye sobre as relações entre processo e conteúdo, ainda que o conteúdo seja unânime, o processo para torná-lo palpável, tangível, ainda não foi regulamentado e garantido nos municípios, nos territórios onde a vida acontece.

Dentre as principais observações que podemos ressaltar por meio desta pesquisa é que: um período pós-Bolsonaro não significa o fim do Bolsonarismo. Em nível municipal, o conservadorismo e os posicionamentos da extrema direita, continuam a propor, por meio do Poder Executivo e Legislativo local, o aparelhamento das instâncias participativas, por meio da subordinação às secretarias municipais, às quais se vinculam os Conselhos administrativamente, sem a devida assessoria.

Comumente, as pautas de luta por direitos e políticas públicas adequadas são esvaziadas por assuntos genéricos, religiosos ou cartorários, ignorando questões de gênero, o racismo estrutural e a descriminalização das drogas. Descortina-se a negligência em relação ao controle social, o engessamento e a burocratização da participação social, e, quando não é possível mantê-las inativas, perpetuam-se

instituições pró-forma, sucateando o exercício da cidadania e da democracia direta e participativa.

Cabe ressaltar que um dos grandes entraves também foi percebido pelo desconhecimento da função dos conselheiros representantes do poder público. As contribuições normalmente se baseiam na presença nas reuniões, não havendo troca de experiências, construções intersetoriais, ou até mesmo a mediação do diálogo entre o Conselho e a Secretaria Municipal, essas que costumam indicar suas representações para composição dos Conselhos muitas vezes à revelia dos próprios indicados, de seu interesse ou disponibilidade, que não necessariamente possuem conhecimento e ferramentas para realizar suas funções junto ao controle social democrático, sendo constantemente substituídos por diversos fatores.

São urgentes e necessários investimentos nas Casas dos Conselhos, nas Conferências, em Fóruns Permanentes e Observatórios, em Transparência, na federalização e nas relações entre as três esferas e os três poderes, no Orçamento Participativo, em educomunicação, em ações interconselhos, em tecnologias sociais de mobilização, no Plano Diretor, em Comissões de Legislação Participativa, na Escola do Parlamento e de Gestão Pública para oferta de capacitações relacionadas ao Controle e a Participação Social, nos diálogos com Movimento Sociais, na capacitação dos assessores técnicos, incluindo processos formativos, pós-graduações e pesquisas científicas como essa e tantas outras ferramentas possíveis.

Cabe ressaltar que a transformação para uma democracia de fato participativa, popular, territorial e direta no Brasil, serve não apenas como modelo aos estados e municípios, mas ao mundo. Além do SUS, do SUAS, SINAJUVE e SISAN, que consigamos aprimorar também o Sistema de Participação Social, como uma referência mundial.

REFERÊNCIAS

- Agência Câmara de Notícias. Extinto pelo governo, Consea é essencial para combate à fome, diz Nações Unidas, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/556204-extinto-pelo-governo-consea-e-essencial-para-combate-a-fome-diz-nacoes-unidas/>. Acesso em: 31 mar. 2023.
- ALMEIDA, C.; RIBEIRO, CARLOS; SILVA. Efetividade e Institucionalização dos Conselhos de Assistência Social: Padrões e Variações da Participação nos Municípios Brasileiros (2012-2018). Opinião Pública: Publicação do CESOP 28.2 (2022): 386-424. Web.
- ARMSTRONG, K.; RODRIGUES, R. I. A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil. IPEA. Rio de Janeiro, 2019.
- ASSIS, D. Banheiro ‘multigênero’ de fast food no interior de SP repercute na web. G1, Bauru e Marília, 12 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2021/11/12/criticas-de-vereadores-a-banheiro-multigenero-de-fast-food-repercutem-em-rede-social-vai-que-vira-moda.ghtml>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- AUDIÊNCIA Pública | Diagnóstico e desafios do controle social frente ao papel dos Cons. Municipais. [S.l.:s.n.], 2023. 1 vídeo (196 min). Publicado pelo canal TVCAMARA BAURU. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vqbP_TH556Y&ab_channel=TVCAMARABAURU. Acesso em: 22 jan. 2023.
- AVELINO, D. et al. Colegiados nacionais de políticas públicas em contexto de mudanças: equipes de apoio e estratégias de sobrevivência. Rio de Janeiro: Ipea, 2017b. Texto para Discussão, n. 2340.
- AVELINO, D. et al. Representação da sociedade civil nos conselhos e comissões nacionais: relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Ipea, 2017a.
- AVRITZER, L.; SILVA, E. M.; CARVALHO, P. D.; ZANANDREZ, P. Participação em tempos de desdemocratização: notas para um modelo de análise. In: Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências / organizado por Luciana Tatagiba... [et al.]. - Porto Alegre, RS: Zouk, 2022, p 109 - 123.
- BAURU. Chamamento 01/2022, de 31 de dezembro de 2022. Diário Oficial do Município: seção 3, Bauru, SP, ano XXVII, ed 3.642, p. 54-55.
- BAURU. Lei nº 5.043, de 27 de outubro de 2003. Bauru, SP. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/leis/LEI5043.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAURU. Lei nº 6.073, de 18 de maio de 2011. Bauru, SP. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/leis/lei6073.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAURU. Lei nº 6.482, de 17 de dezembro de 2013. Bauru, SP. Disponível em: https://www2.bauru.sp.gov.br/arquivos/sist_juridico/documentos/leis/lei6482.pdf. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAURU. Processo nº 254 iniciado em 25 de outubro de 2021. Disponível em: https://sapl.bauru.sp.leg.br/pysc/download_materia_pysc?cod_materia=MTc4Mzgw&exto_original=1. Acesso em: 12 ago. 2023.

BAURU. Notificação de Cancelamento de Edital de Chamamento Público nº 01/2022 – processo nº 60.546/2.021, de 18 de julho de 2023a. Diário Oficial do Município: seção 3, Bauru, SP, ano XXVIII, ed 3.722.

BAURU. Torna público o resultado do Edital de Chamamento Público nº 01/2023, referente à composição do Conselho Municipal de Usuários dos Serviços Públicos - COMUSP, de 28 de setembro de 2023b. Diário Oficial do Município: seção 3, Bauru, SP, ano XXVIII, ed 3.751.

BARRETO, K. R. M.; FERES, E. M. Controle Social e Gestão Dos Recursos Públicos da Assistência Social Durante a Pandemia. Mundo Livre 7.1 (2021): Mundo Livre, 2021, Vol.7 (1). Web.

BENEVIDES, B. G. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

BEZERRA, C. de P.; ALMEIDA, D. R. de; LAVALLE, A. G.; DOWBOR, M. W. Desinstitucionalização e resiliência dos conselhos no governo Bolsonaro. 2022a. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4218/version/4466>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Blog da Redação. Fim dos conselhos populares: semana de descomemoração, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/blog/fim-dos-conselhos-populares-semana-de-descomemoracao/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BOTELHO, A. S.; COSTA, M. H. A Qualidade da Participação em Conselhos Gestores de Políticas Públicas: A Experiência de um Conselho de Assistência Social. Emancipação 18.2 (2018): 356-66. Web.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Decreto nº 11.406, de 31 de janeiro de 2023. Institui o Conselho de Participação Social da Presidência da República. [S. l.], 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11406.htm. Acesso em: 2 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acesso em: 24 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Metodologia de cálculo do Indicador de Desenvolvimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social – IDConselho (NT 2017). Brasília, DF: MDS, Diretoria de Gestão do SUAS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRAVO, M. I. S.; CORREIA, M. V. C. Desafios do controle social na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, v. 109, p. 126-150, 2012.

BRAVO, M. I. S. Potencialização das Representações do Conjunto CFESS/ CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos. In: CFESS (organizador). *O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito*. Brasília, 2011.

BURAWOY, M. Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. Trad. Marcelo Cizaurre Guirau, Fernando Rogério Jardim. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

CARLOS, E.; SILVA, R.; ALMEIDA, C. Participação e Política Pública: Efetividade dos Conselhos de Assistência Social na Gestão da Política. *Revista De Sociologia E Política* 26.67 (2018): 67-90. Web. 2018.

CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A.; CAMPOS, A. G.; MATIJASCIC, M. A CF/88 e as políticas sociais brasileiras. In: *A Constituição brasileira de 1988 revisitada: recuperação histórica e desafios atuais das políticas públicas nas áreas econômica e social*. José Celso Cardoso Jr. (Org.) Volume 1. Brasília: Ipea, 2009.

CASTRO, M. M. de. *et al.* Determinação social da saúde e pandemia de Coronavírus no Brasil. In: DURIGUETTO, Maria Lúcia; IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social: questão social, território e política social*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

CERVI, E. U.; BORBA, F. Quem se abstém no Brasil? Competição local e efeito da Covid-19 na participação do eleitor no primeiro turno da eleição municipal de 2020. *Revista Sociedade e Estado – Volume 37, Número 2, Maio/Agosto, 2022*.

CMAS Bauru. Conselho Municipal de Assistência Social de Bauru. Resolução 23/2012 - Define os parâmetros municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município de Bauru/SP, e dá outras providências. P. 1-14, 2012.

CNAS. INFORME CNAS n.01/2021: 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2021. Disponível em: https://cbf8ff3e-418a-41f5-b3eb-f4b2f2f44394.filesusr.com/ugd/7f9ee6_892d6618d4934de89e4e762fac793404.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

CNAS. INFORME CNAS Nº 02: 11ª Conferência Nacional de Assistência Social. Orientações temáticas e organizativas para as Conferências Municipais de Assistência Social de 2017. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cnas/Informe_cnas_n_02.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

CNDAS. Movimento unificado em defesa da Assistência Social como política pública, direito do cidadão e dever do Estado. INFORME 04/2019. Assunto: Apontamentos sobre as ameaças ao SUAS: análise da conjuntura atual, 2019. Disponível em: https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1537123_informe4_cndas_conjuntura_final_2.pdf. Acesso em: 21 jan. 2022.

COMAD. Ofício nº005/2023 - Ao Ministério Público do Estado de São Paulo. Promotoria de Justiça de Bauru. Assunto: Resposta ao Ofício nº10/2023 - 2ª PJ Aux. Bauru, 04 de julho de 2023.

DAU, A. G.; PALASSI, M. P.; SILVA, M. Z. Consciência Política e Participação dos Representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória - ES. Cadernos EBAPE.BR 17.1 (2019): 199-211. Web. 2019.

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de política pública. In: HEIDEMANN, Francisco G. & SALM, José Francisco (Orgs.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Editora da UnB, 2009, p. 99-132.

FÁVERI, M. d. O Ano Internacional da Mulher e o feminismo de Heloneida Studart. In: Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente. Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Florianópolis: Editora da UDESC, 2014, p. 1-11.

FONSECA, C.; SCALCO, L. M.; CASTRO, H. C. Etnografia de uma Política Pública: Controle Social pela Mobilização Popular. Horizontes Antropológicos 24.50 (2018): 271-303. Web. 2018.

FRANCESCHINELLI, M., MAUÉS, B. e LEIRNER, A. Transconselhos: retomar luta por democracia participativa, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/transconselhos-retomar-luta-por-democracia-participativa/>. Acesso em: 31 mar. 2023.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: DURIGUETTO, Maria Lúcia; IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social: questão social, território e política social. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2021.

ITABERÁ, N. N. 405 Suéllen erra e para sindicato assedia servidores na política de redução de danos. Disponível em: <https://contraponto.digital/n-405-suellen-erra-e-para-sindicato-assedia-servidores-na-politica-de-reducao-de-danos-novo-calculo-aponta-r-180-milhoes-a-ajustar-na-previdencia-metade-do-prejuizo-mensal-de-r-6-milhoes-esta-na-despe/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. Sociologia da ação pública. [Traduzido por] George Sarmiento, Edufal, AL, 2012.

LORENZONI, O. D. Exposição de Motivos (Decreto 9.759/2019), 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Exm/Exm-Dec-9759-19.pdf. Acesso em: 31 mar. 2023.

LÜCHMANN, L. H. H. Interfaces das Interfaces Socioestatais: Ouvidorias, Conselhos Gestores e Facebooks Governamentais. Revista De Sociologia E Política 28.74 (2020): Revista De Sociologia E Política, 2020, Vol.28 (74). Web. 2020.

MARTELLI, C. G.; TONELLA, C.; COELHO, R. Estrutura Institucional e Arquitetura Participativa em Setores de Políticas Públicas. Política & Sociedade (Florianópolis, Santa Catarina, Brazil) 20.48 (2021): 257-99. Web. 2021.

MARTINS, T. R. B.; JACINTO, A. G. A (des)coordenação Federativa do Suas: Tensões, Rupturas e Desafios. Textos & Contextos (Porto Alegre) 20.1 (2021): ID39383. Web. 2021.

MEC. Ministério da Educação. GOV.BR. CNE - Histórico. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/14306-cne-historico#:~:text=O%20atual%20Conselho%20Nacional%20de,assessoramento%20ao%20Ministro%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01 abr 2023.

"MCDONALD'S é comunista", afirma mulher sobre banheiro unissex. [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Metrôpoles. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sLtUeb8QN2E>. Acesso em: 27 jan. 2023.

MENCHISE, R. M.; FERREIRA, D. M.; ÁLVAREZ, A. L. F.. Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 16, n. 1, p. 1–21, jan. 2023.

Minha Cor é o Brasil. Facebook. 12 jul 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/109302914861100/posts/pfbid02q2CKeTghP8RNeNuXUmZLQt7Y2nsWcHPnKYLvZgLP6UsW3cUsqi8woSM9zGGAfXigl/?app=fbl>. Acesso em: 27 abr 2024.

MORAES, T. JC. Jornal da Cidade, de 14 de fevereiro de 2023a, Prefeitura diz que Comad não pode divulgar cartilha para o Carnaval - Segundo o Executivo, pôster com cuidados ao consumir álcool e outras drogas só poderia ser distribuído com aval da Sebes. Disponível em:

<https://sampi.net.br/bauru/noticias/2740377/bauru-e-regiao/2023/02/prefeitura-diz-qu-e-comad-nao-pode-divulgar-cartilha-para-o-carnaval>. Acesso em: 12 ago. 2023.

MORAES, T. JC. Jornal da Cidade, de 15 de fevereiro de 2023b, Comad suspende a elaboração de fôlder para o Carnaval 2023 - Conselho considerou os desdobramentos com a exposição do material sem devida autorização. Disponível em:

<https://sampi.net.br/bauru/noticias/2740657/bauru-e-regiao/2023/02/comad-suspende-a-elaboracao-de-folder-para-o-carnaval-2023>. Acesso: 27 abr. 2024.

MOREIRA, M. C. Por Marinete Cordeiro. In: CFESS (organizador). O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. Brasília, 2011.

NOZAKI, W. (org.) et al. GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022.

Relatório Final. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em:

<https://gabinetedatransicao.com.br/noticias/relatorio-final-do-gabinete-de-transicao-governamental/>. Acesso em: 07 ago. 2023.

OECD (2022), Education at a Glance 2022: OECD Indicators, OECD Publishing, Paris, DOI: <https://doi.org/10.1787/3197152b-en>. Disponível em:

<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/a5ee2d75-en/index.html?itemId=/content/component/a5ee2d75-en>. Acesso em: 08 jul. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 31 jul. 2023.

Poder360. Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra, 2021. Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

RAICHELIS, Raquel. O Controle Social Democrático na Gestão e Orçamento Público 20 Anos Depois. In: CFESS (organizador). O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direito. Brasília, 2011.

Rede Democracia e Participação. Manifesto-ação: Participação social e Democracia caminham juntas: O Brasil precisa de Conselhos, 2021. Disponível em:

<https://www.democraciaeparticipacao.com.br/index.php/mais/noticias/314-manifesto-acao-participacao-social-e-democracia-caminham-juntas-o-brasil-precisa-de-conselhos>. Acesso em: 31 mar. 2023.

Rede Democracia e Participação. Três propostas por mais e melhor participação social no novo governo Lula, 2022. Disponível em:

<https://www.democraciaeparticipacao.com.br/index.php/destaque/315-tres-propostas>

-por-mais-e-melhor-participacao-social-no-novo-governo-lula. Acesso em: 01 abr. 2023.

REUNIÃO Pública - Assuntos relacionados ao COMAD e as políticas públicas sobre drogas - 16/02/2023 [S.l.:s.n.], 2023. 1 vídeo (126 min). Publicado pelo canal TVCAMARA BAURU. Disponível em <https://legisvideos.bauru.sp.leg.br/video/1121>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ROCHA, E. A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios, 131-148. In 20 Anos da Constituição Cidadã: Avaliação e Desafio da Seguridade Social. Org VAZ, F. T., ANFIP, 2008. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/outras_pesquisas/a%20constituio%20cidad%20e%20a%20institucionalizao%20dos%20espaos%20de%20participao%20social.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

ROSIM, S. S. Postado no Instagram em 9 de fevereiro de 2023, no perfil oficial da prefeita Suellen Rosim. @suellenrosim. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/CodnVi_MTfo/?igshid=NjlwNzlyMDk2Mg==. Acesso em: 07 ago. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, P. R. Entre Ideias e Interações: A Participação dos Usuários na Política de Assistência Social. Revista Debates (Porto Alegre) 15.1 (2021): 120-42. Web. 2021.

SANTOS, Y. G. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Cadernos Pagu. Número 27. Campinas: julho-dezembro de 2006. p 401-426.

SECCHI, L. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SERAFIM, M. P.; DIAS, R. de B. 2012. Análise de Política: uma revisão da literatura. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 3, n. 1, jan/jun-2012.

SCHWARTZ, C. M.; BATISTA, P. V. O Fazer Científico Frente à Perspectiva da não Neutralidade. Revista Teias, ProPEd/UERJ. v23, n. 68. jan./mar. 2022.

Seminário “A reconstrução da participação social no Brasil”. Relatório Final, 2022. Disponível em: <https://resocie.org/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Final-Seminario-Reconstrucao-da-Participacao.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2023.

SILVA, F. B. da; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: Questão social e políticas sociais no Brasil

contemporâneo / Luciana Jaccoud, organizadora; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. Brasília: IPEA, 2005.

TATAGIBA, L.; ALMEIDA, D. R.; LAVALLE, A. G.; SILVA, M. K.; ABERS, R. Participação, Ativismos e Democracia - Uma trajetória contenciosa. In: Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências / organizado por Luciana Tatagiba... [et al.]. - Porto Alegre, RS: Zouk, 2022, p 11 - 34.

Vamos juntos pelo Brasil. Carta para o Brasil do Amanhã, out. 2022b. Disponível em:<https://pt.org.br/lula-divulga-carta-para-o-brasil-do-amanha-veja-a-integra-do-documento/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

Vamos juntos pelo Brasil. Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil - Lula Alckmin 2023-2026, jun. 2022a. Disponível em:<https://pt.org.br/baixe-aqui-as-diretrizes-do-programa-de-governo-de-lula-e-alckmin/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

4ª CONFERÊNCIA Estadual de Juventude de São Paulo. [S.l.:s.n.], 2023. 1 vídeo (2h38min13s). Publicado pelo canal Secretaria de Justiça e Cidadania - SP. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QOujhe1wSLU&ab_channel=SecretariadaJusti%C3%A7aeCidadania-SP. Acesso em: 23 mar. 2024.

VEREADORES de Bauru criticam banheiro 'multigênero' de fast food. [S.l.:s.n.], 2021. 1 vídeo (1 min). Publicado pelo canal Mais Tupã. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=umzb71Lt7M8>. Acesso em: 27 jan. 2024.

COMAD - Perfil e avaliação

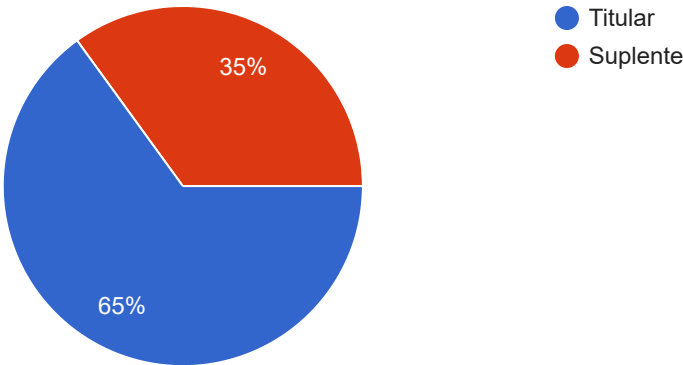
20 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

 Copiar

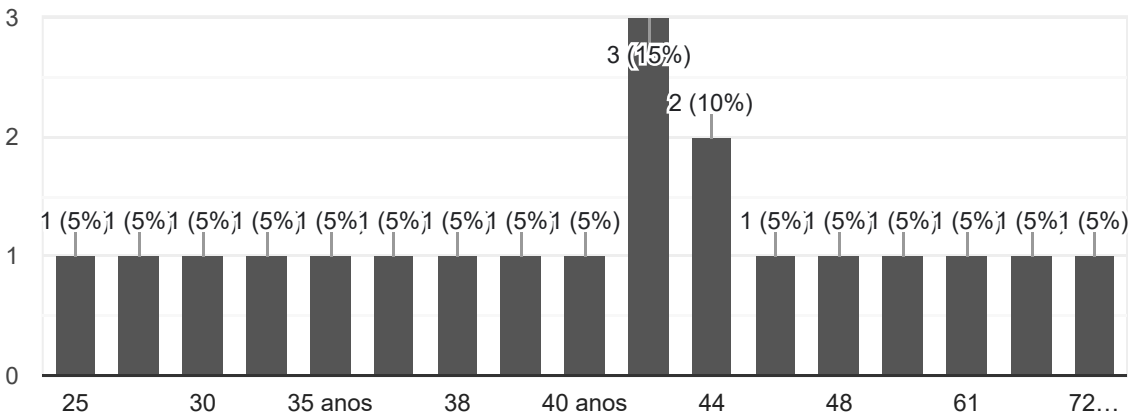
20 respostas



2 - Idade:

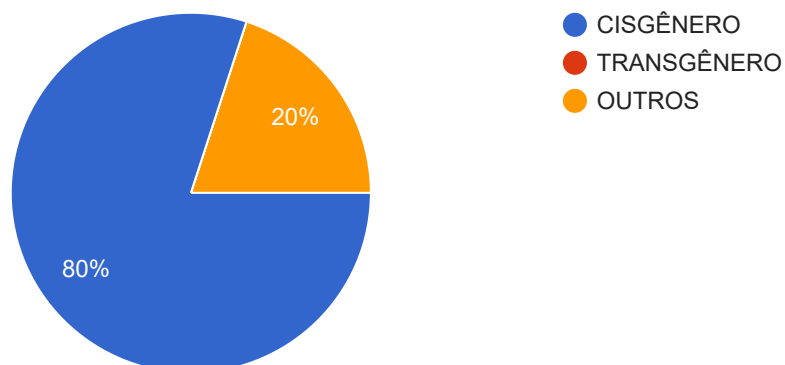
 Copiar

20 respostas



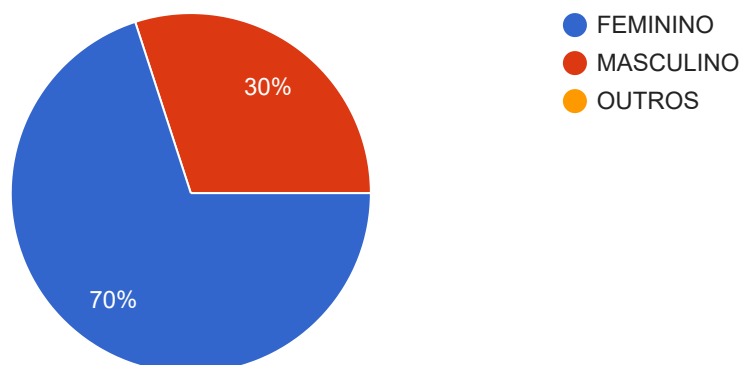
3 - Identidade de gênero:

20 respostas



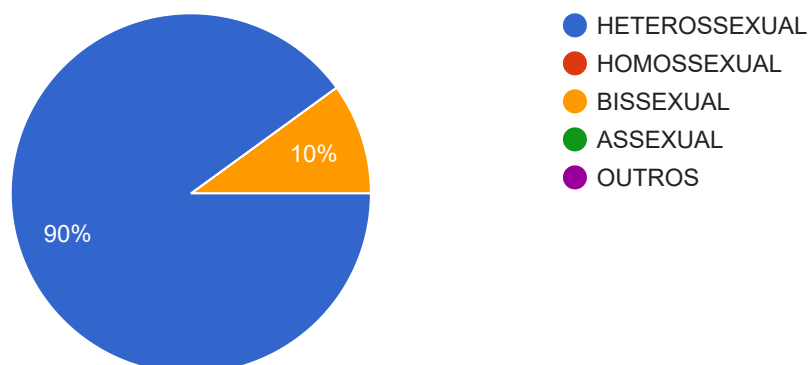
4 - Expressão de gênero:

20 respostas



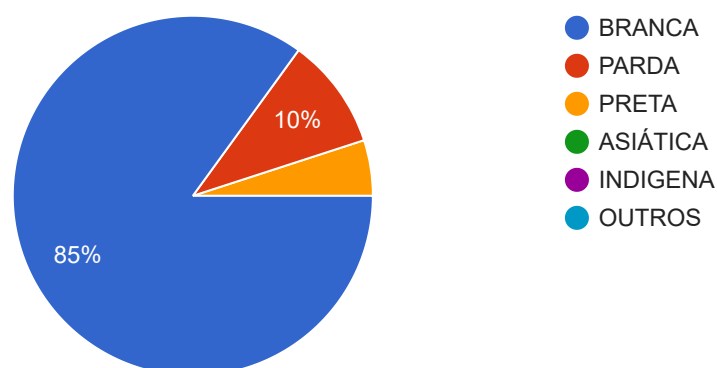
5 - Orientação afetivo-sexual:

20 respostas

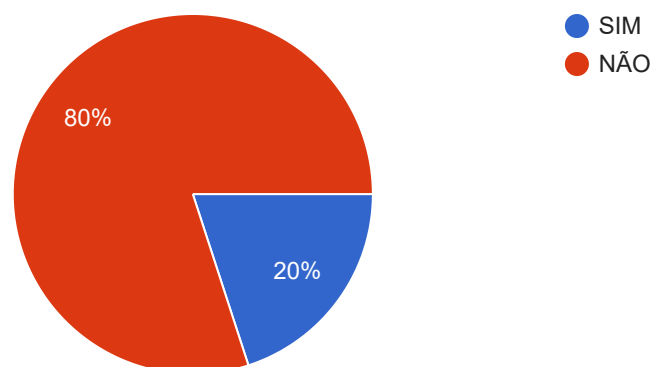


6 - Raça/cor: Copiar

20 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

20 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

4 respostas

DEFICIÊNCIA VISUAL MONOCULAR

fibromialgia

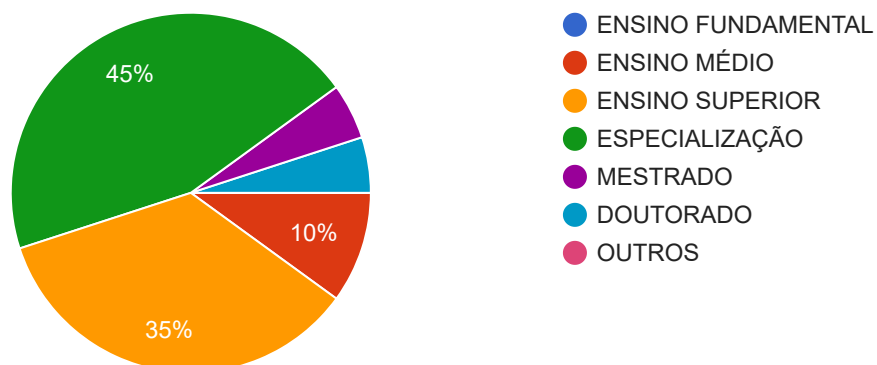
Cid H 31.0

Física

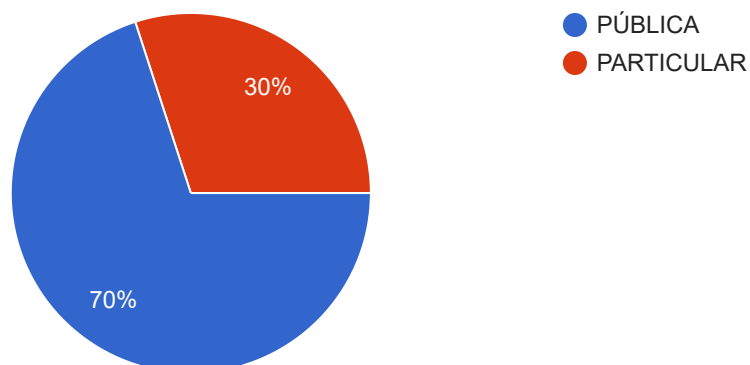


9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

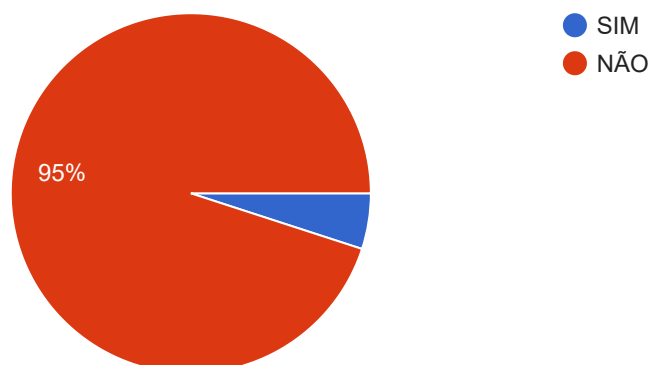
20 respostas

**10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:** Copiar

20 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

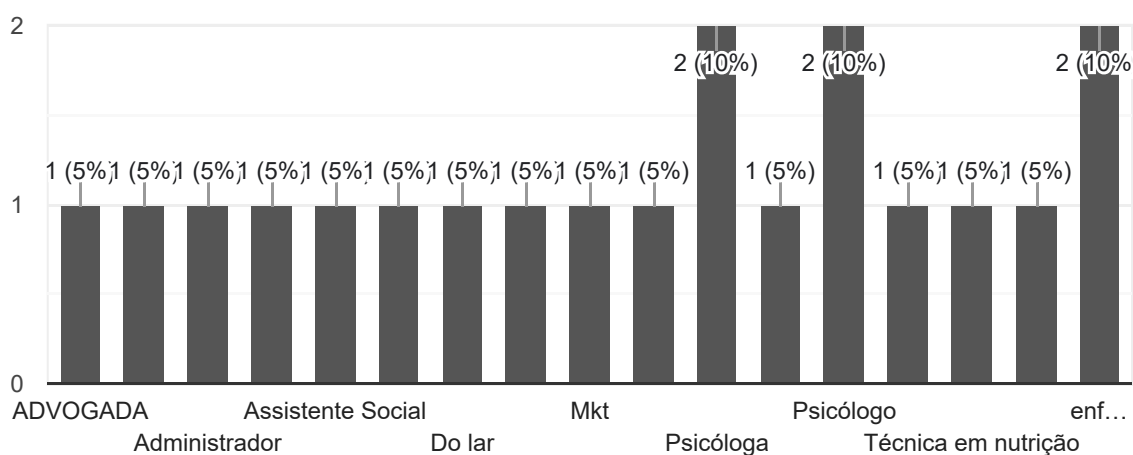
20 respostas



12 - Qual sua profissão?

[Copiar](#)

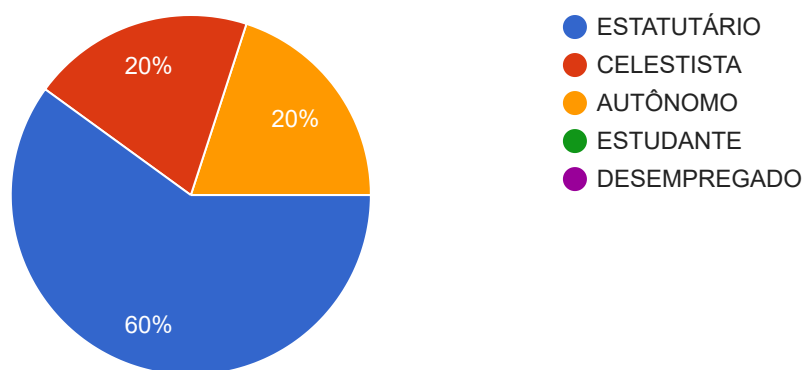
20 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

[Copiar](#)

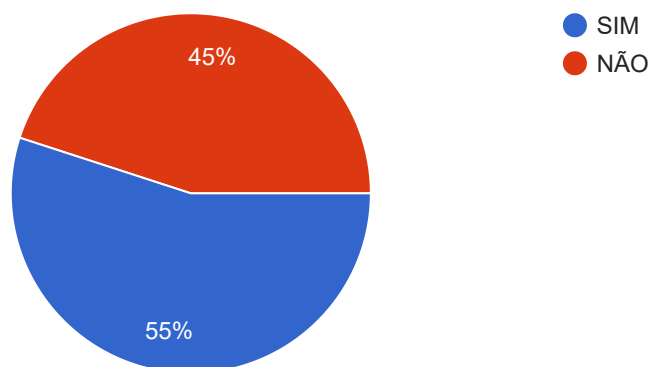
20 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

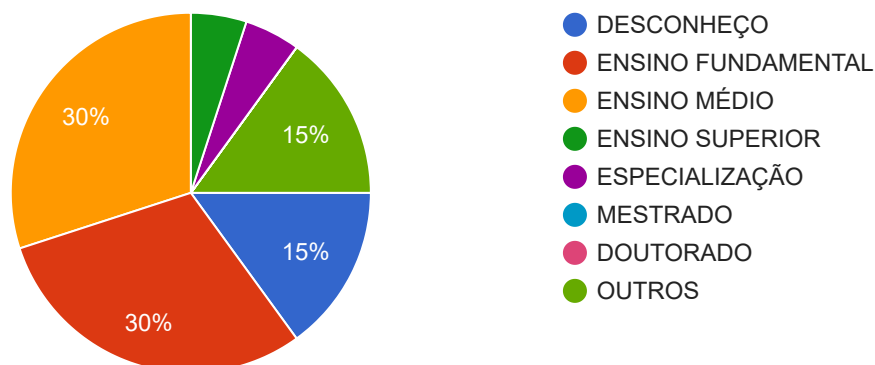
[Copiar](#)

20 respostas

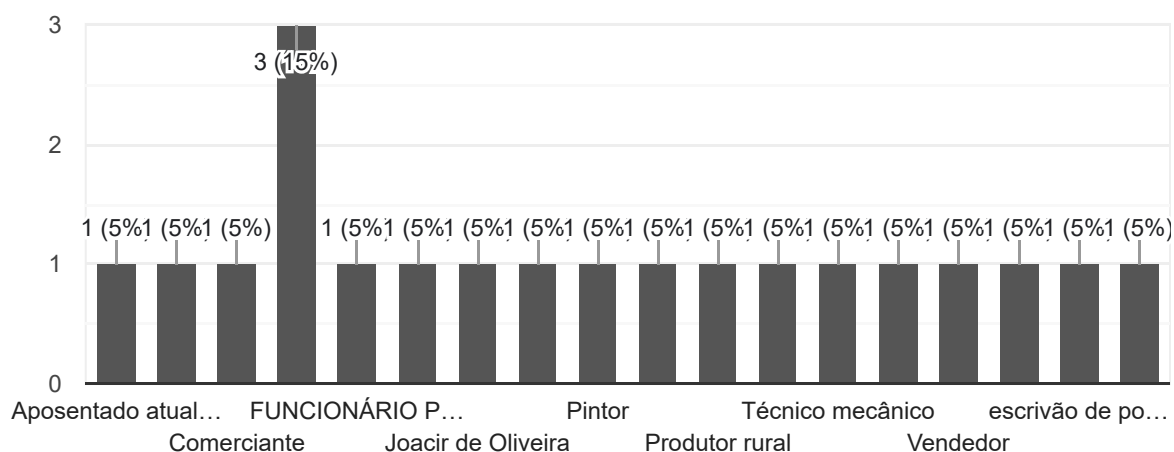


15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão): Copiar

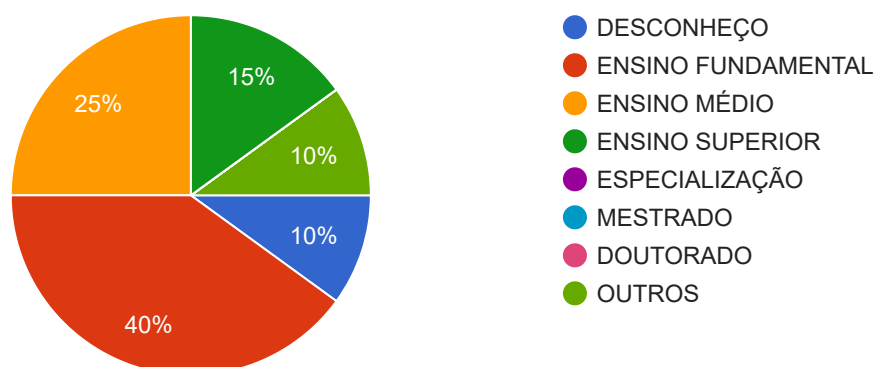
20 respostas

**16 - Profissão de seu pai:** Copiar

20 respostas

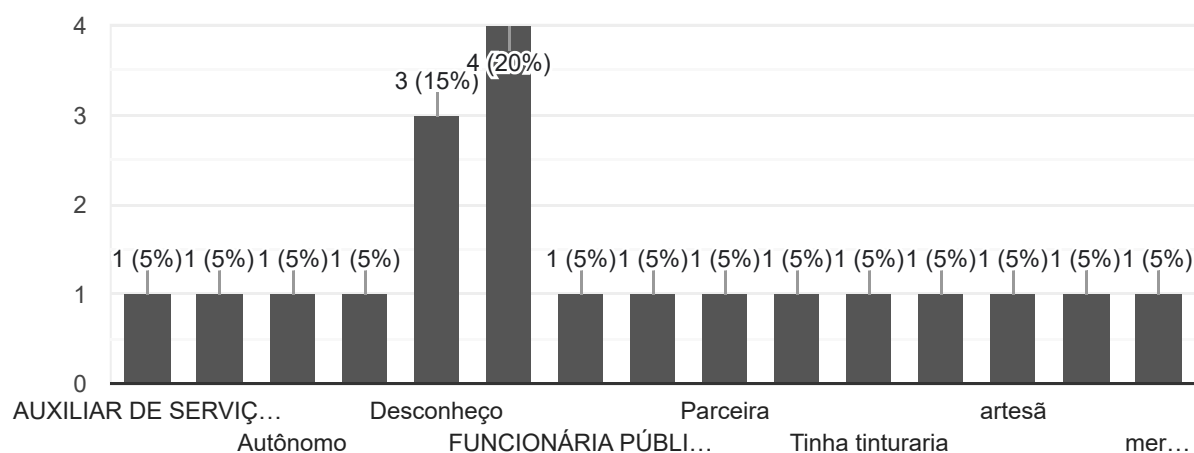
**17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):** Copiar

20 respostas

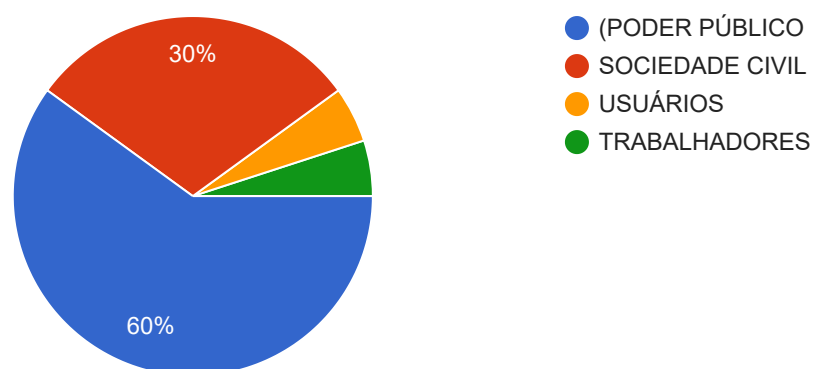


18 - Profissão da sua mãe:
 Copiar

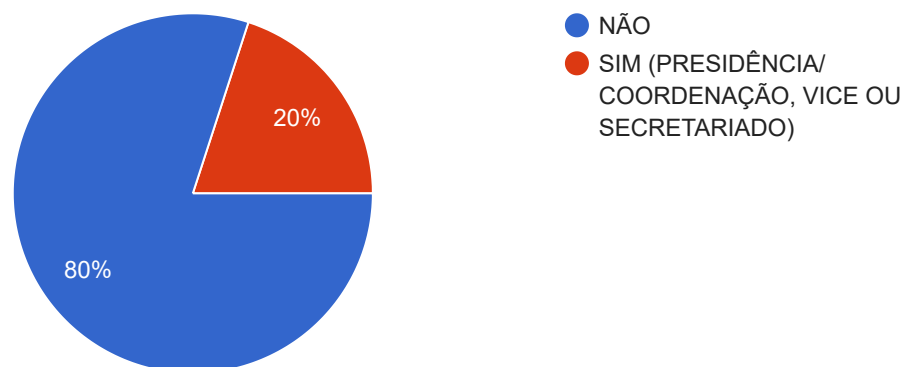
20 respostas

**19 - Neste conselho municipal você representa:**
 Copiar

20 respostas

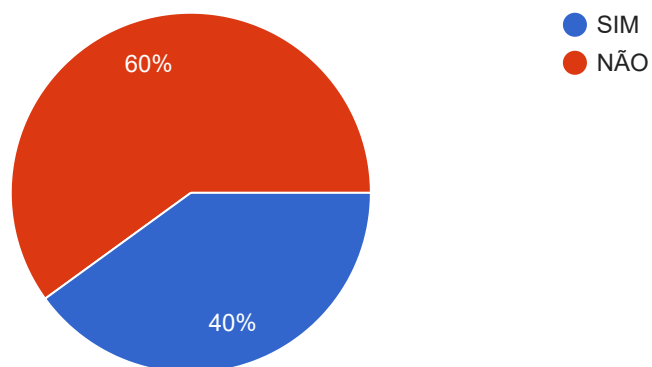
**20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?**
 Copiar

20 respostas

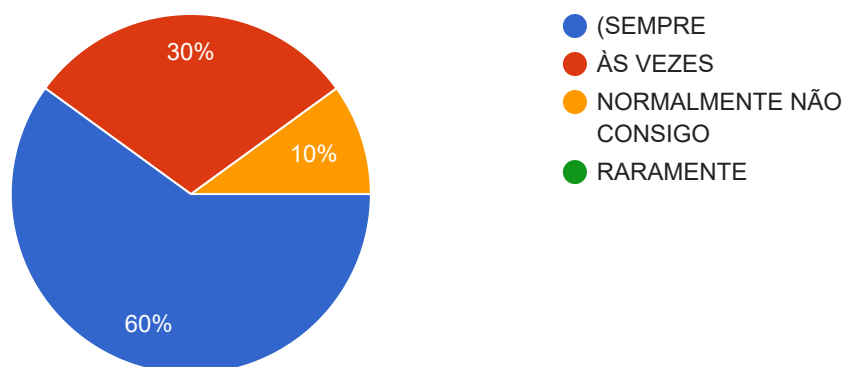


21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho? Copiar

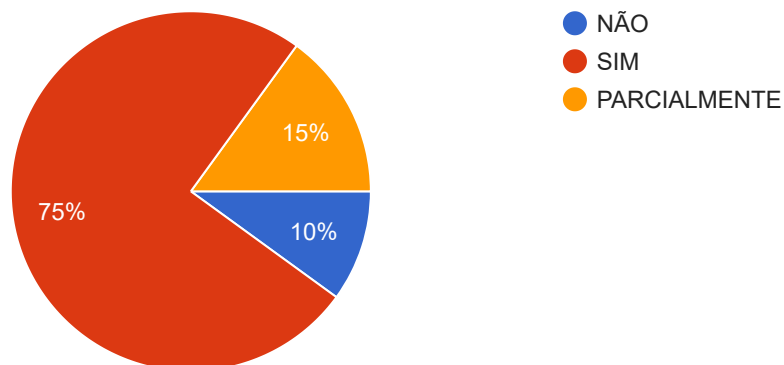
20 respostas

**22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?** Copiar

20 respostas

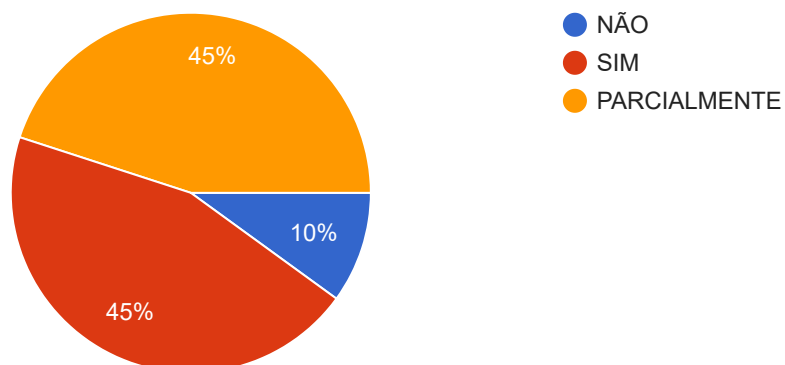
**23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?** Copiar

20 respostas

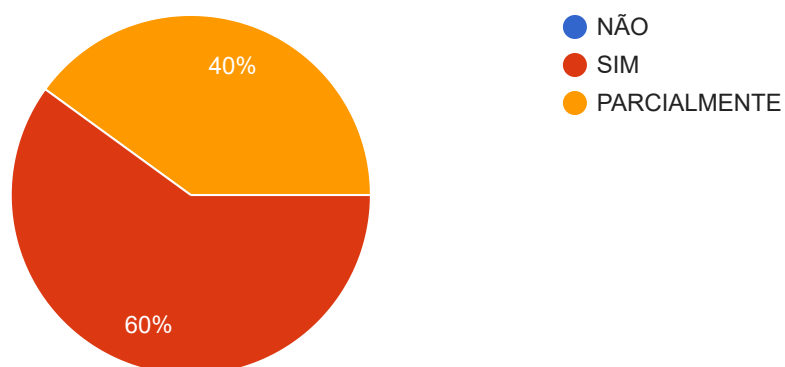


24 - Conhece o regimento interno? Copiar

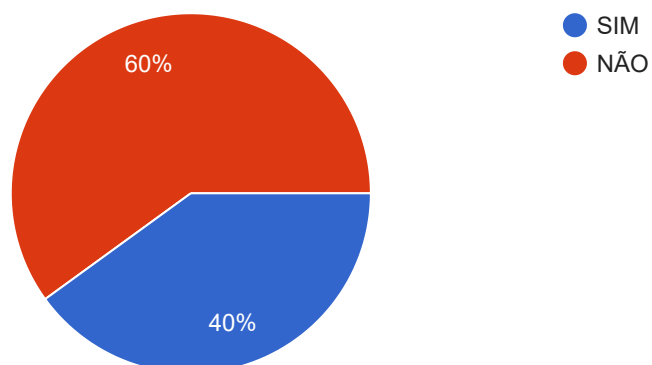
20 respostas

**25 - Você sente que existe espaço para debate?** Copiar

20 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

20 respostas



27 - Se sim, quais?

7 respostas

Organização de Moradores, e comunidade Religiosa

Saúde mental

FTE- FUNDO DE TRATAMENTO ESGOTO DAE

Pastoral da criança

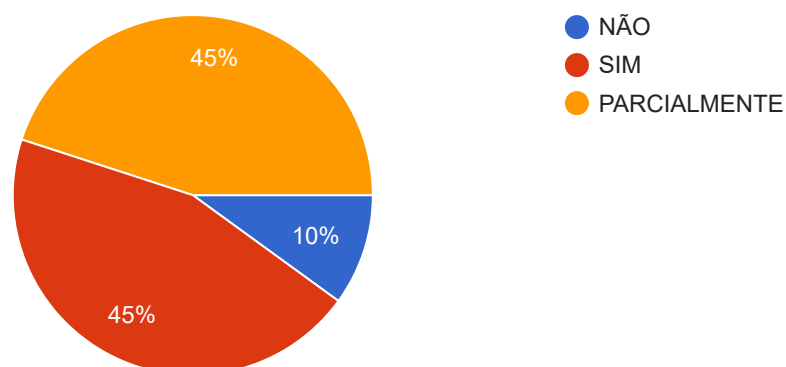
Coletivo Bem te vi de redução de danos

Prefiro não citar por motivos próprios.

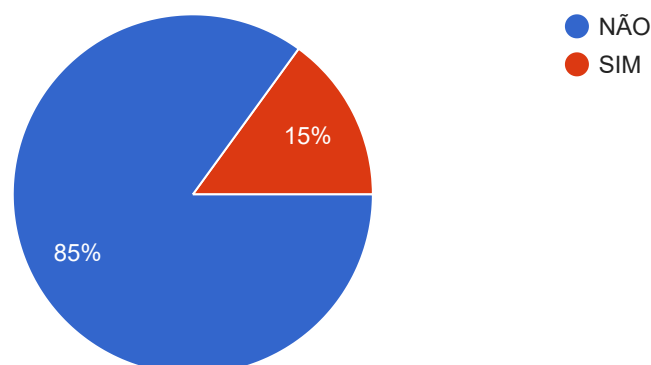
Ong.

28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais? Copiar

20 respostas

**29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?** Copiar

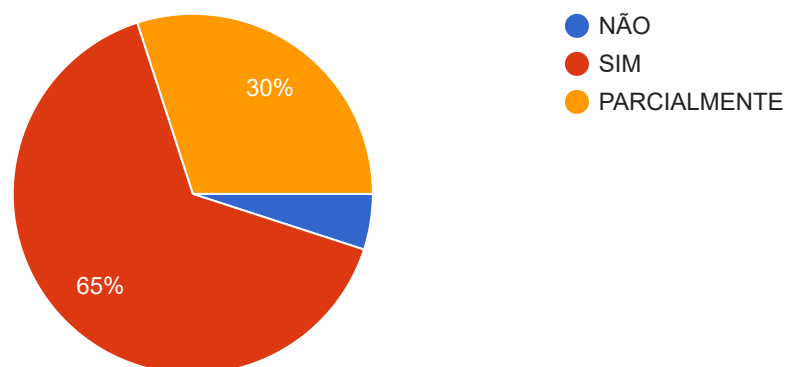
20 respostas





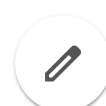
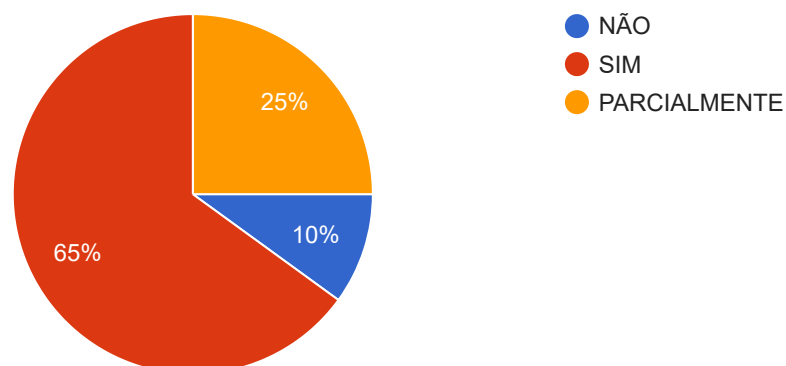
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

20 respostas



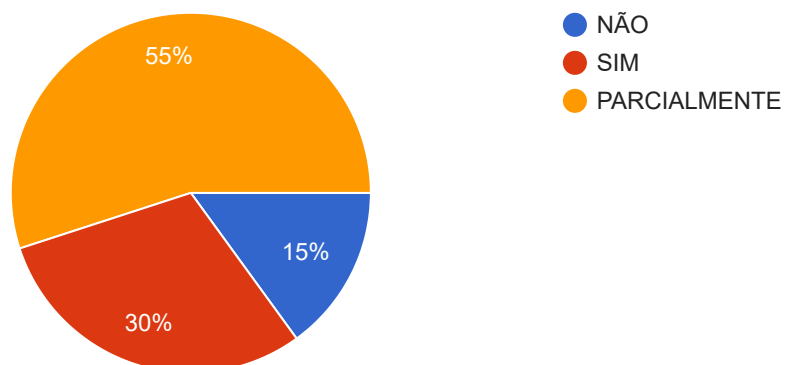
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

20 respostas



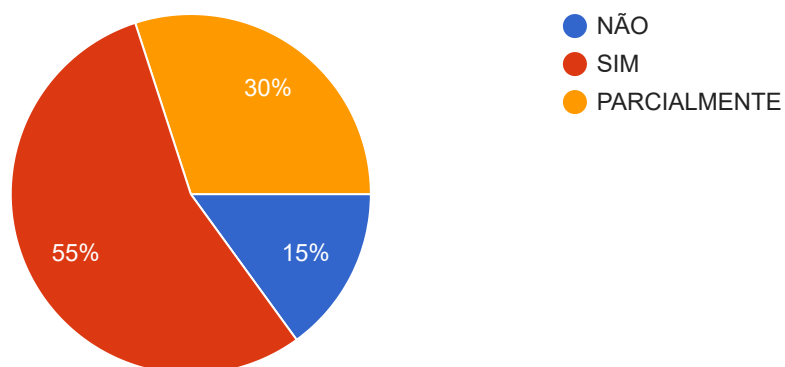
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

20 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

20 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

20 respostas

Dos conselhos ou conselheiros? Se for referente a dificuldade como conselheiro, é tangível dizer que o tempo é escasso, mas tudo tem fluído e em 2024 fluíra muito melhor.

Organização

FALTA DE ESPAÇO FÍSICO ADEQUADO E A BAIXA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.

não sei, acabei de tomar posse e não ainda não teve nenhuma reunião

Acesso de todos as orientações, execução de propostas e maior flexibilidade nos horários das reuniões

Não tenho propriedade nesse momento para opinar

Tem que ter reunião híbrido

Verba

Falta de desconhecimento da população sobre os conselhos

Comunicação e envolvimento dos conselheiros

Participação efetiva dos conselheiros

Não se aplica

Varias

NÃO POSSO OPINAR

A frequência de conselheiros

Acredito que a falta de mobilização dos conselheiros, o que leva a dificuldade em deliberar devido a falta de quórum mínimo, além de dificultar discussões e construções coletivas, haja vista que apenas os mesmos conselheiros comparecem com frequência. Assim, o conselho acaba ficando centralizado em poucos membros, e os ausentes acabam nem justificando o que tem impedido sua presença

Pouca participação de conselheiros. Pouco conhecimento sobre o assunto da sociedade em geral.



Um dos maiores desafios que vejo é de se alcançar o engajamento de todas/os os/as conselheiras/os. Creio que os motivos sejam inúmeros para a falta desse engajamento, mas, pensando especificamente na limitação pessoal de cada uma/um (por exemplo por esgotamento físico e mental, ou qualquer motivo que cause dificuldade de acompanhar a dinâmica do grupo), se apenas generalizarmos como "comodismo" e fizermos comparações entre participantes, não alcançaremos o trabalho em equipe. Também avalio que a qualidade das reuniões, críticas e produtivas, não precisam ser hostis, e que a proximidade e o afeto entre todos/as podem resultar em melhores resultados.

Ajuda dos órgãos públicos

Falta de verba

35 - Se desejar, deixe um comentário:

5 respostas

No momento não

Não

Verba

Gostaria de mais agilidade sobre a posse dos conselheiros

Gostaria de agradecer e parabenizar a atuação dos assessores e profissionais da Casa dos Conselhos, pois mesmo com todas as dificuldades de acesso ao local, continuam presentes e solícitos as necessidades dos conselheiros. Um bom 2024 pra todos vocês!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



CADS - Perfil e avaliação

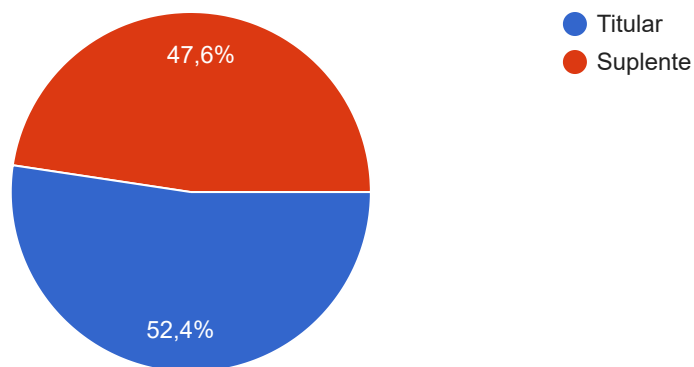
21 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

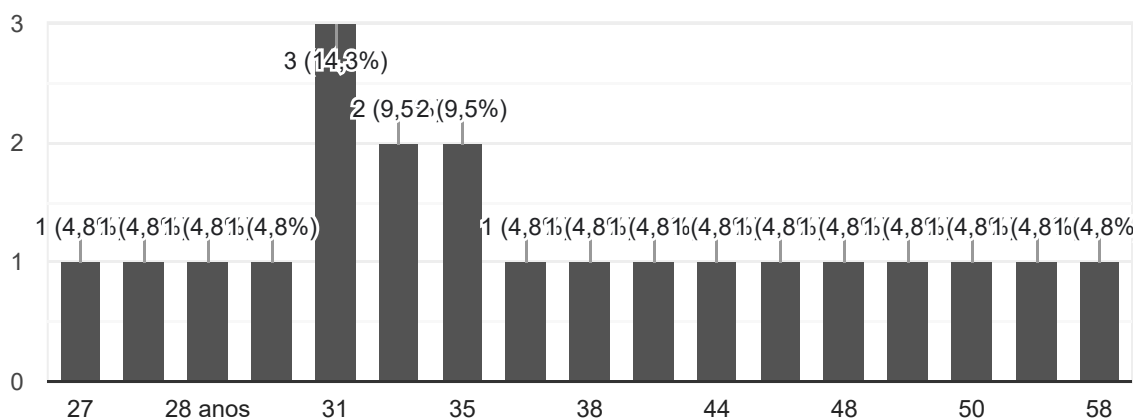
21 respostas



2 - Idade:

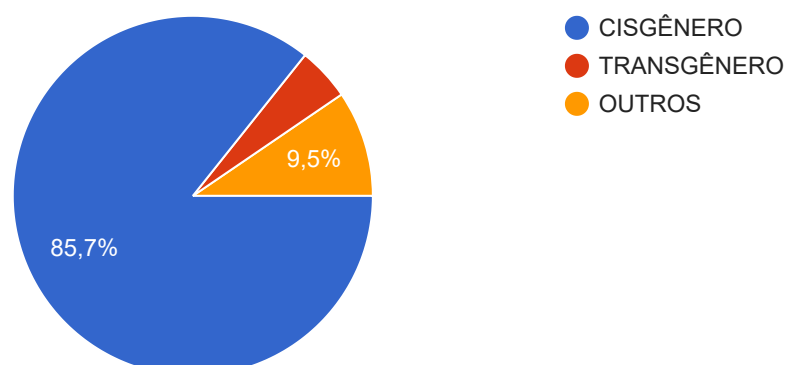
[Copiar](#)

21 respostas



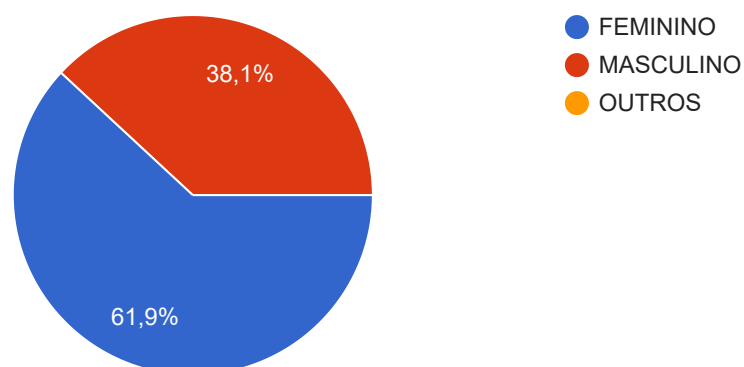
3 - Identidade de gênero:

21 respostas



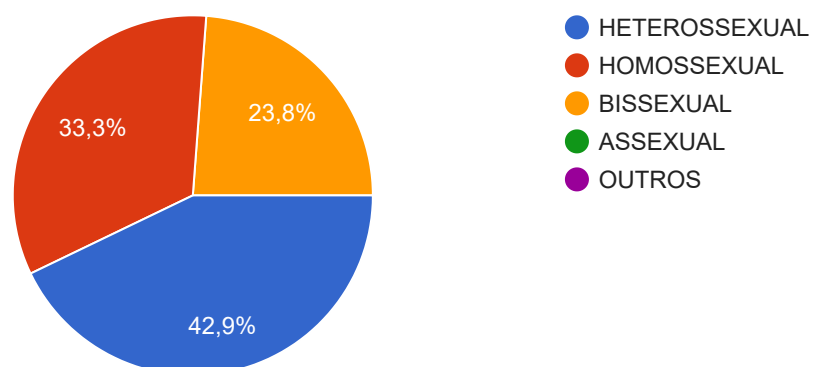
4 - Expressão de gênero:

21 respostas



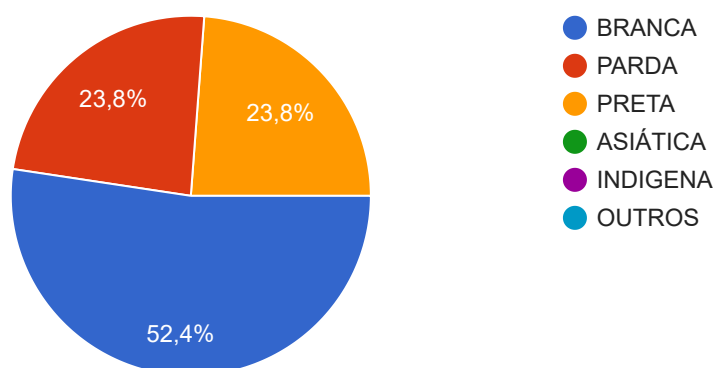
5 - Orientação afetivo-sexual:

21 respostas

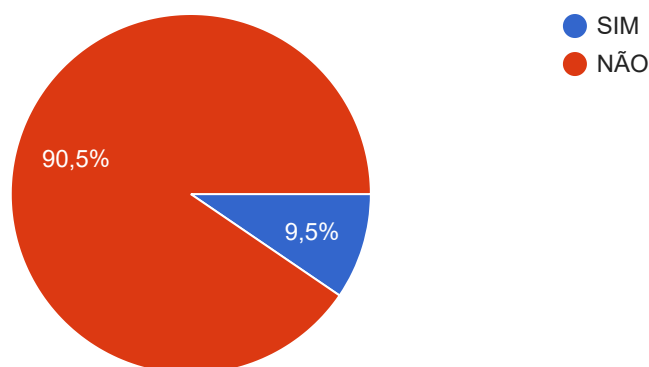


6 - Raça/cor: Copiar

21 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

21 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

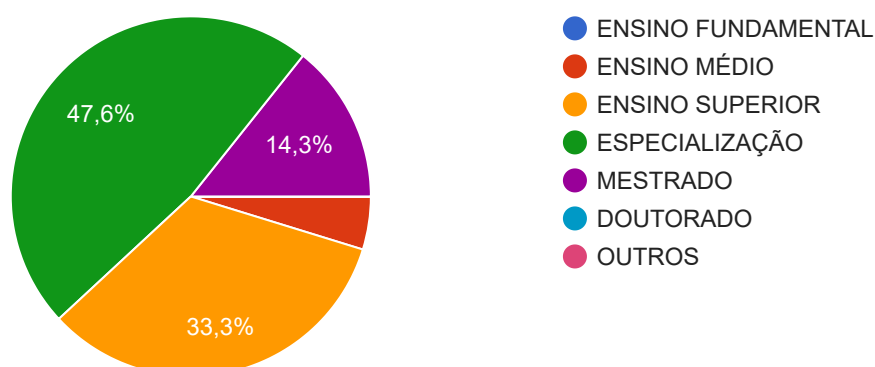
2 respostas

Deficiência Física

Visual e auditiva

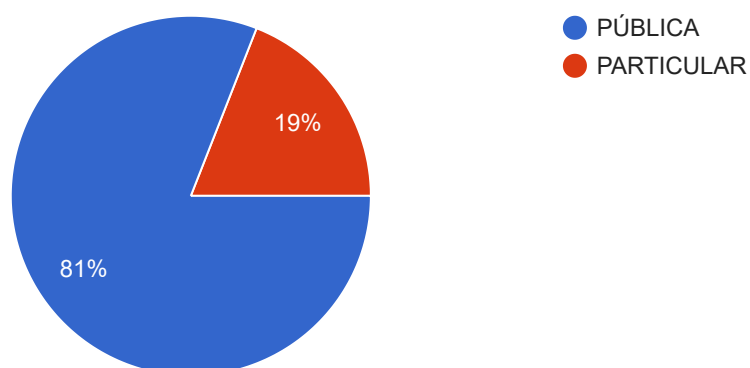
9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

21 respostas

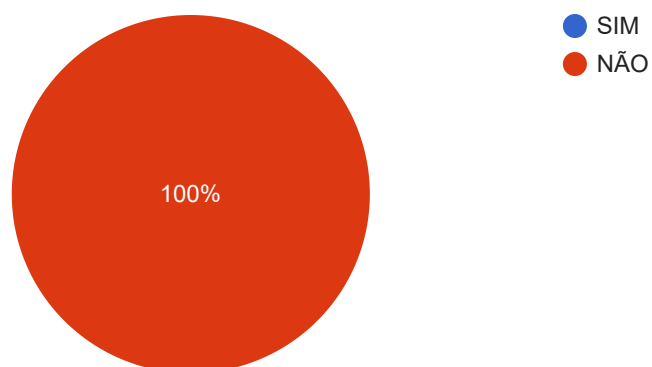


10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola: Copiar

21 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

21 respostas



12 - Qual sua profissão?

21 respostas

Psicóloga

Advogada

Psicólogo

Professor

Assistente social

ESTUDANTE

Cantor, produtor e auxiliar administrativo

Psicólogo

Advogada

Psicóloga

Professora

Designer de laces

Servidor público

Professora

Delegada de polícia

Auxiliar de biblioteca

Enfermeira

Assistente Social

Delegada de Polícia

Fotógrafo Filmmaker

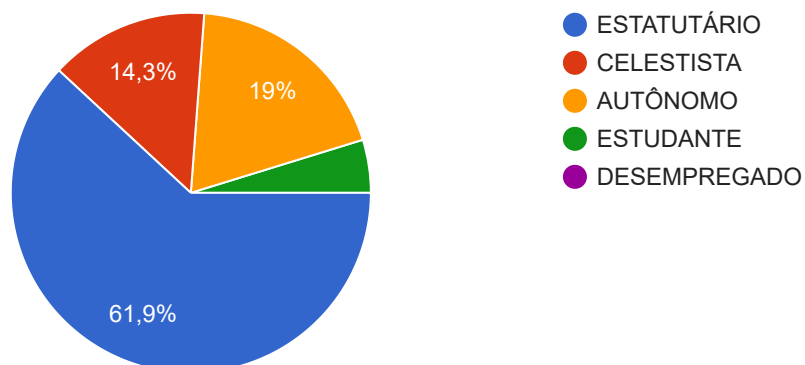
Pedagogo



13 - Qual seu vínculo empregatício?

 Copiar

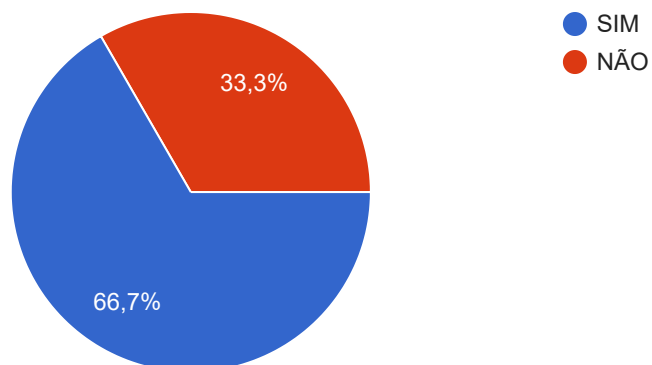
21 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

 Copiar

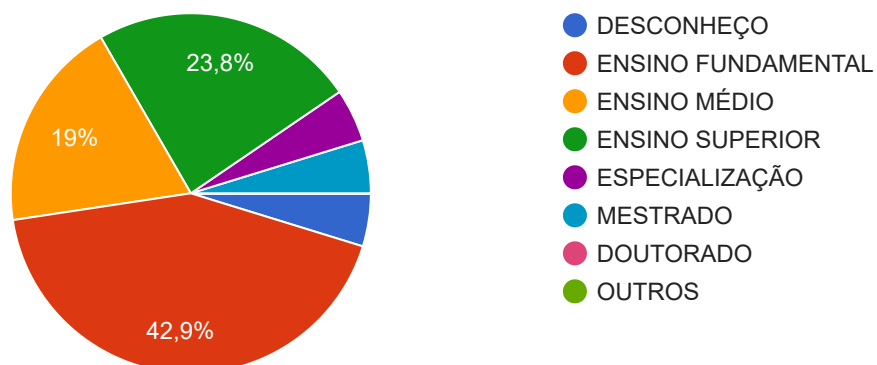
21 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

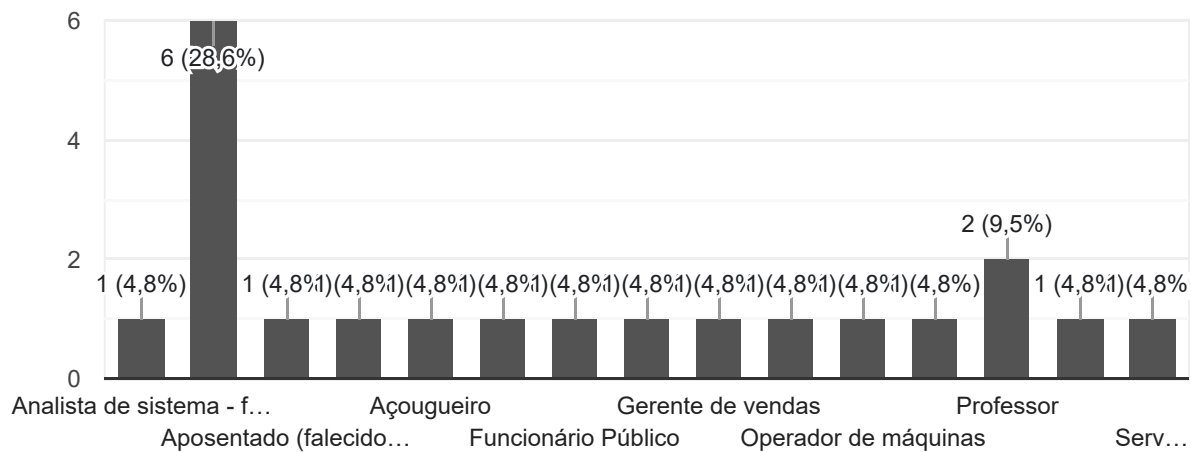
 Copiar

21 respostas

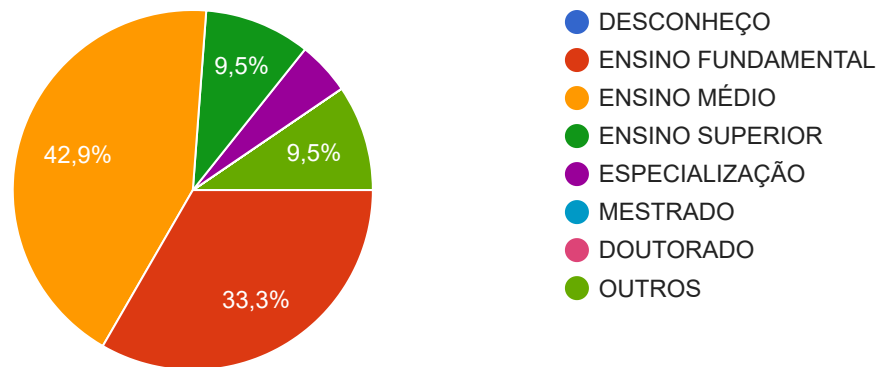


16 - Profissão de seu pai: Copiar

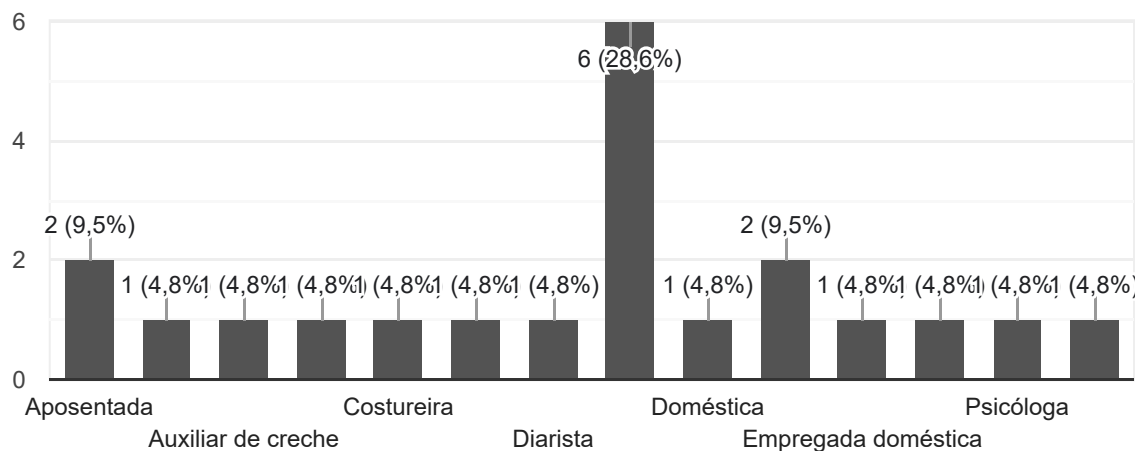
21 respostas

**17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):** Copiar

21 respostas

**18 - Profissão da sua mãe:** Copiar

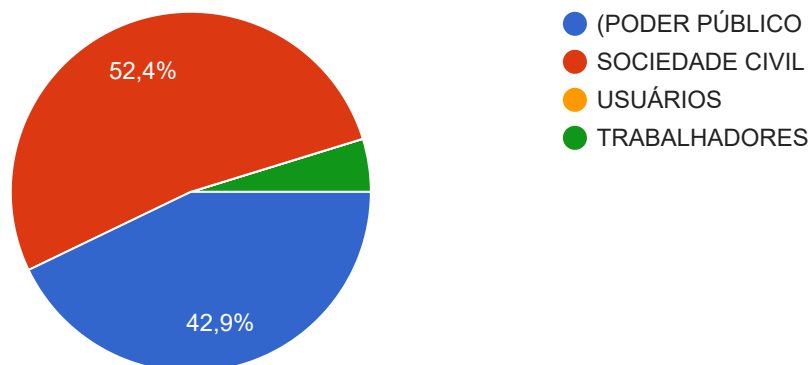
21 respostas





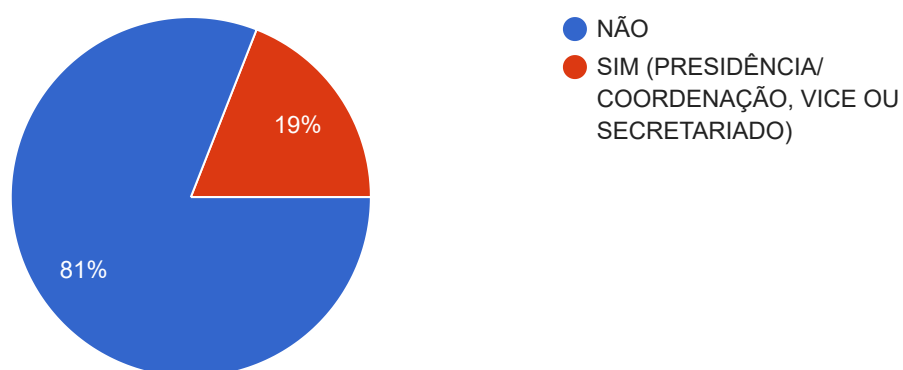
19 - Neste conselho municipal você representa:

21 respostas



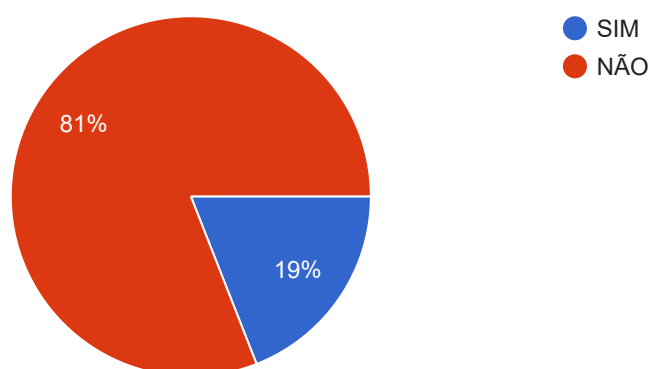
20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?

21 respostas



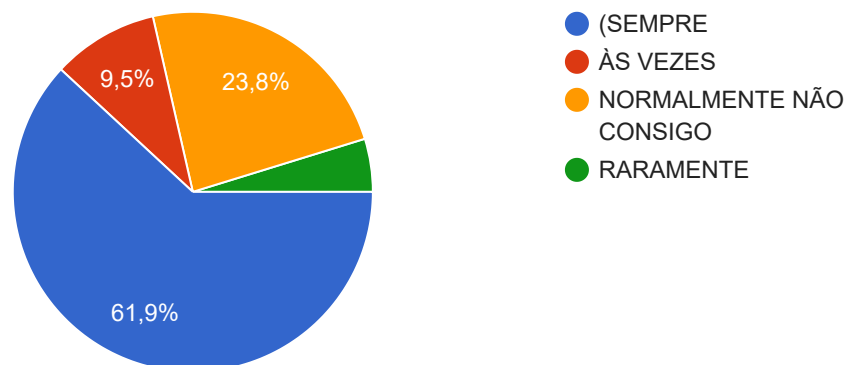
21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho?

21 respostas



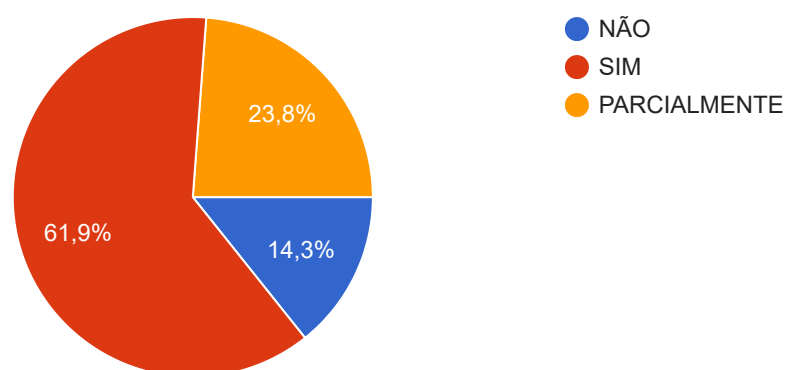
22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?

21 respostas



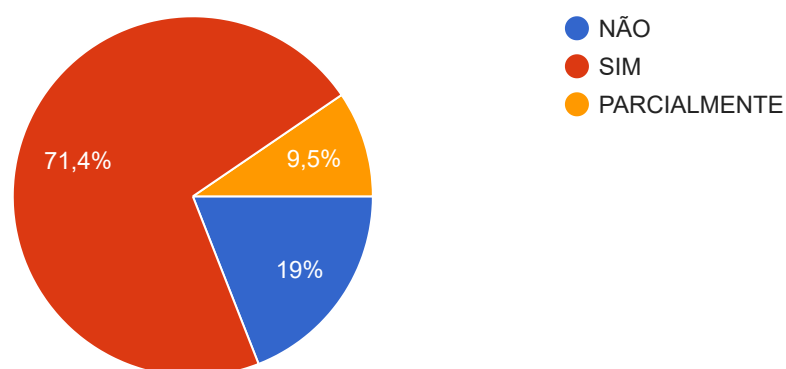
23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?

21 respostas



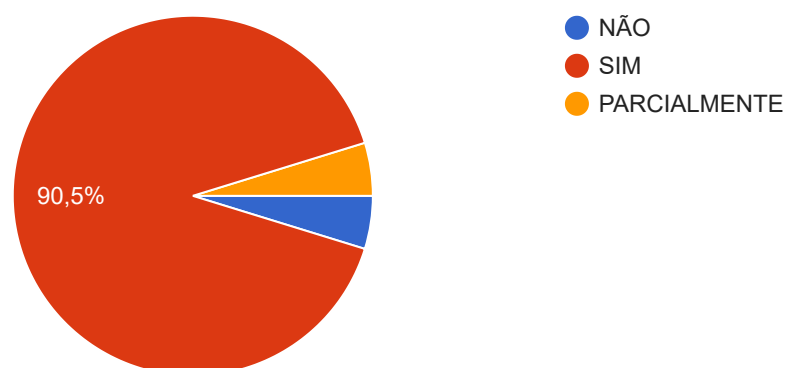
24 - Conhece o regimento interno?

21 respostas

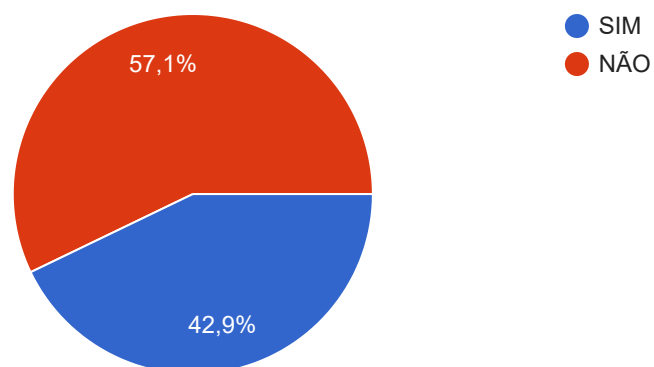


25 - Você sente que existe espaço para debate? Copiar

21 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

21 respostas



27 - Se sim, quais?

8 respostas

Sou Coordenadora Gestira do CTA/Ambulatório de Pessoas Transexuais e Yrabestis de Bauru

Psol e coletivo Formando Mentes Coletivas

Igbt Socialista

OAB por Elas, Associação de Mulheres de Carreira Jurídica ABMCJ-SP, Coalizão Nacional de Mulheres

Coordenadora regional do mães pela diversidade e TranSolidárias

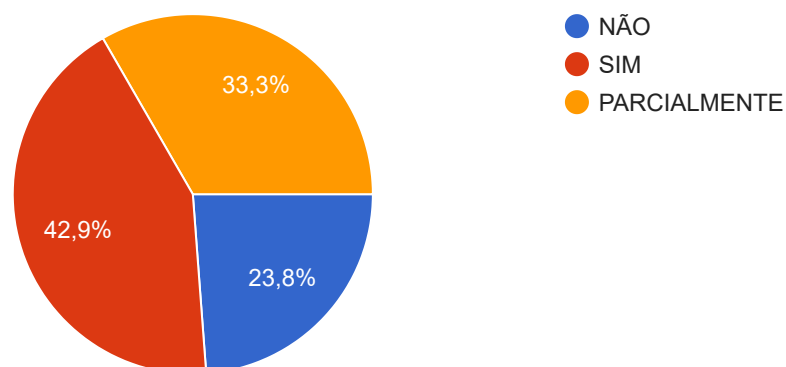
Coletivo Vera

Conselho municipal de políticas para mulheres

No CADS represento a SAC, também faço parte do Instituto Formando Mentes Coletivas

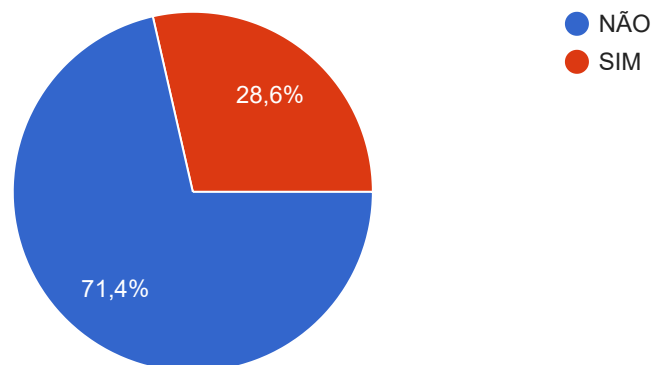
28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais? Copiar

21 respostas



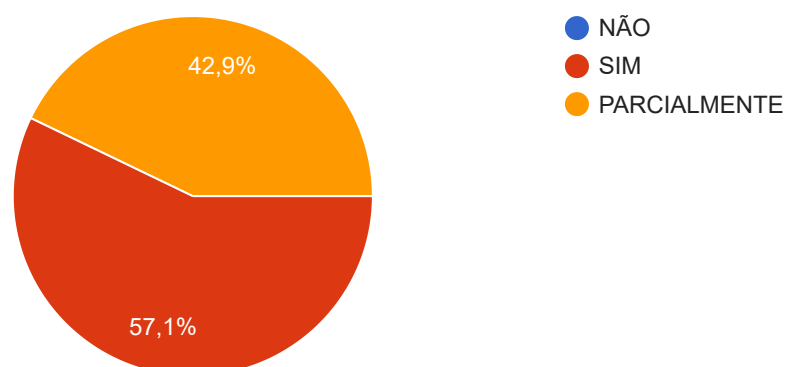
29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

21 respostas



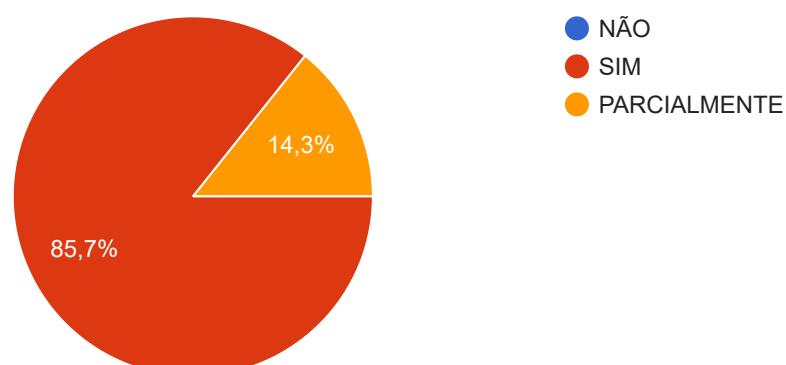
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

21 respostas



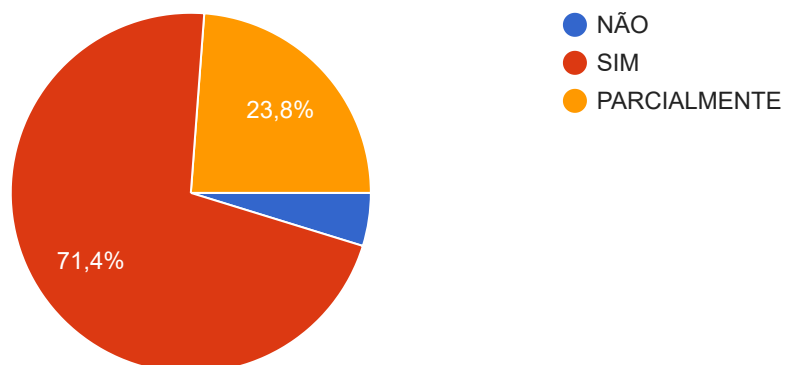
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

21 respostas



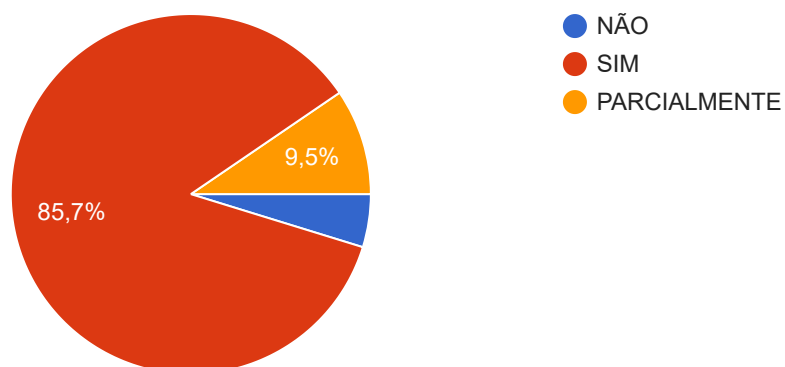
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

21 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

21 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

21 respostas

Fundo próprio

Recursos financeiros para a promoção de ações sociais voltadas a divulgação de informações ao público LBBTQIAPN+

.

Neste momento não sei responder.

Diálogo e incentivo à participação da população

O maior desafio é lidar com o Poder Público, o conselho é limitado, podemos pedir , mas por exemplo a casa de acolhimento, sinto que não somos ouvidos.

Deixar de ser consultivo e para ser deliberativo.

Local mais acessível para a realização das reuniões presenciais

Apoio institucional quanto à realização dos eventos do conselho, com os custos

.

Não sei

Dias e horários

Nada a declarar

...

Interesse político

Fazer com que haja uma maior participação.

Devido a minha correria nos últimos tempos com a saúde do meu marido e do meu filho, não estou conseguindo acompanhar o conselho e não consigo opinar.

Ainda não me envolvi com o conselho só fui indicada

..



Ainda tenho dificuldade de entender algumas dinâmicas, algumas decisões saem sem necessariamente passar pelo grupo. Mas no geral a gestão é boa.

Percebo falta de abertura do Poder Executivo ao diálogo com os conselhos; Outro ponto (não é uma crítica, mas uma sugestão) seria buscar maior capacitação para os conselheiros

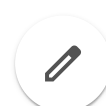
35 - Se desejar, deixe um comentário:

1 resposta

Fui indicada para o conselho e estou .começando a me inteterar

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



CMAS - Perfil e avaliação

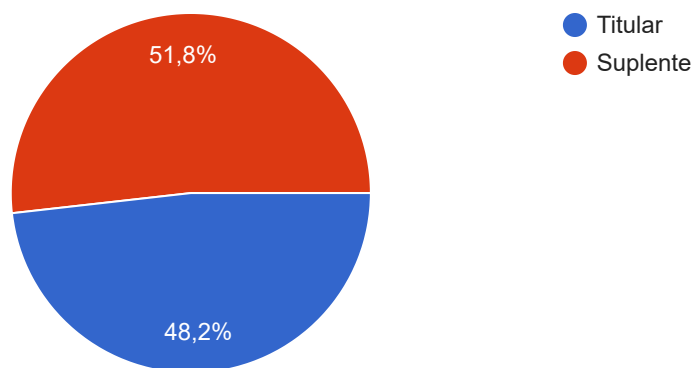
56 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

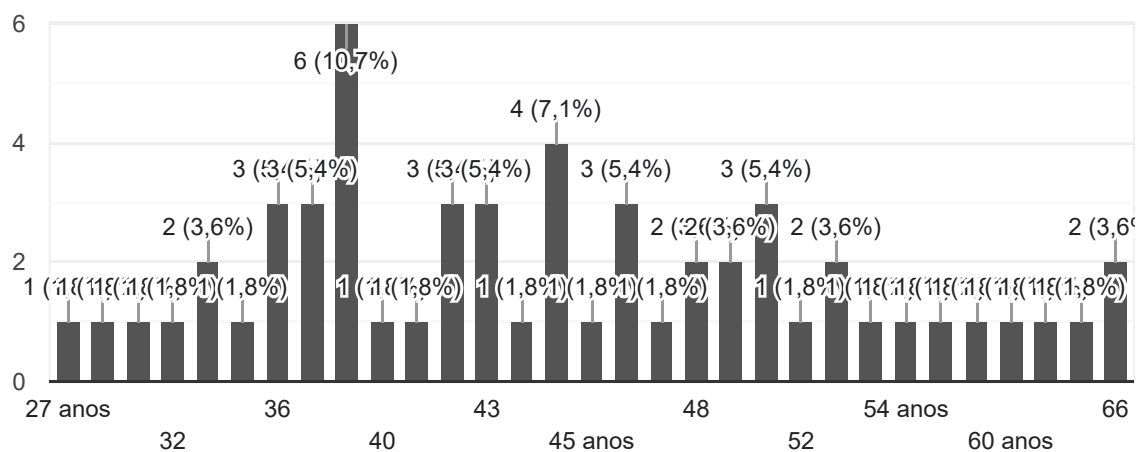
56 respostas



2 - Idade:

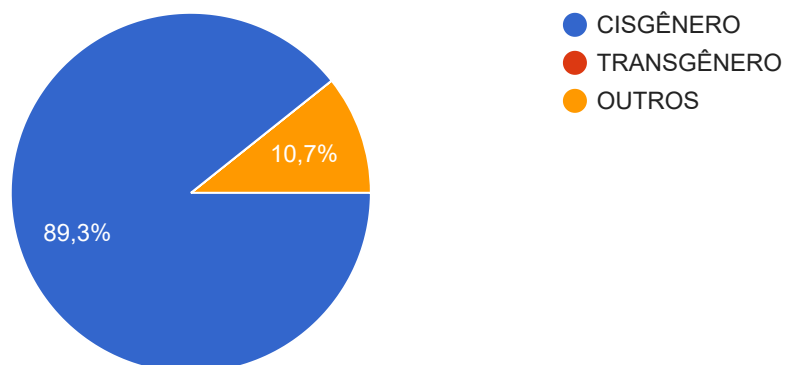
[Copiar](#)

56 respostas



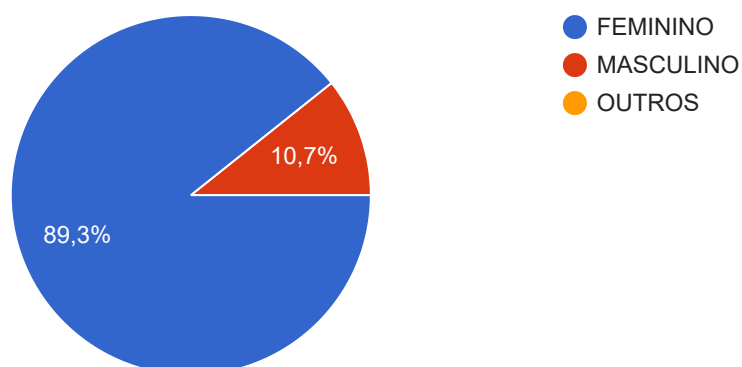
3 - Identidade de gênero:

56 respostas



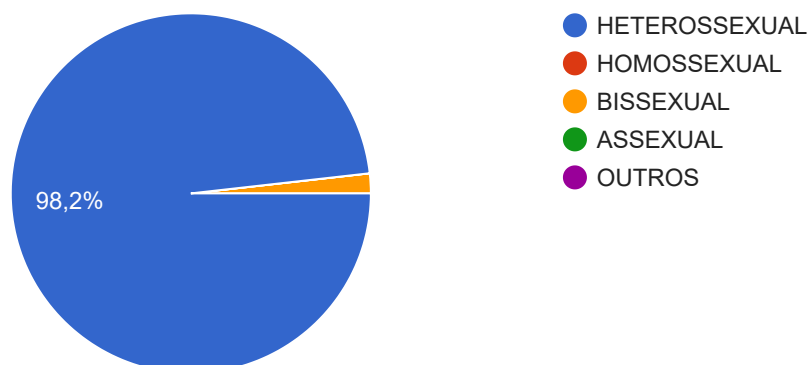
4 - Expressão de gênero:

56 respostas



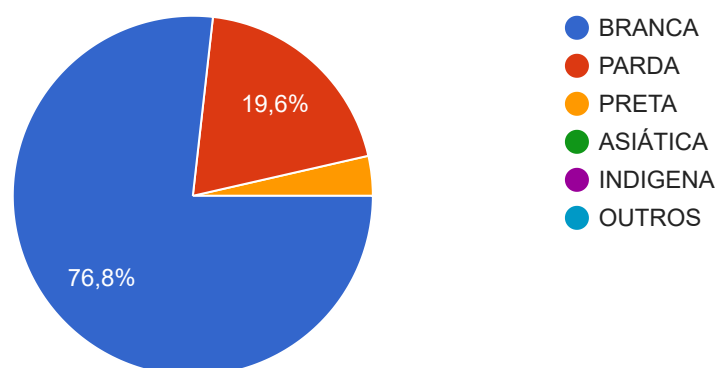
5 - Orientação afetivo-sexual:

56 respostas

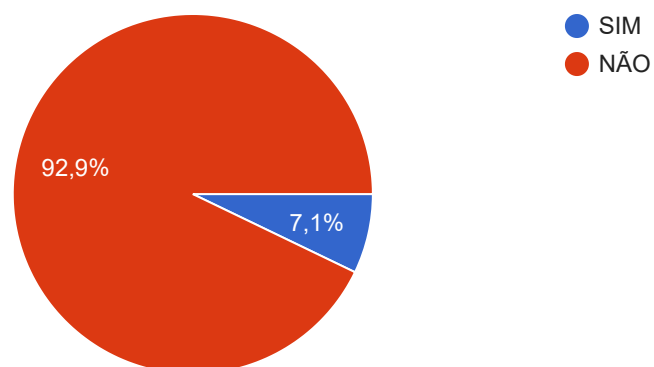


6 - Raça/cor: Copiar

56 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

56 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

4 respostas

Autismo

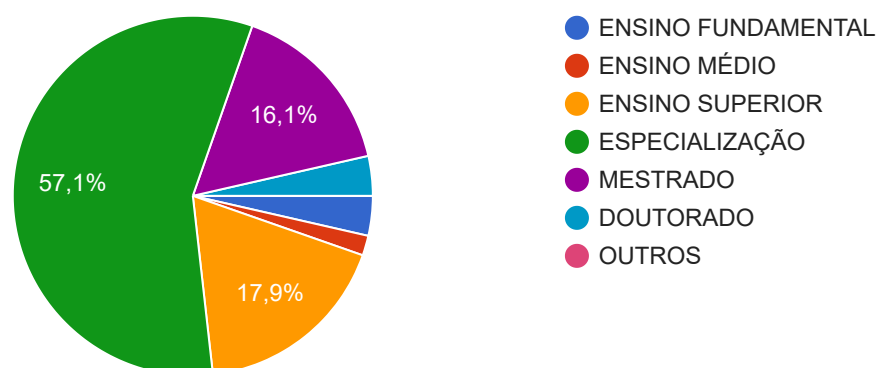
Motora

Física

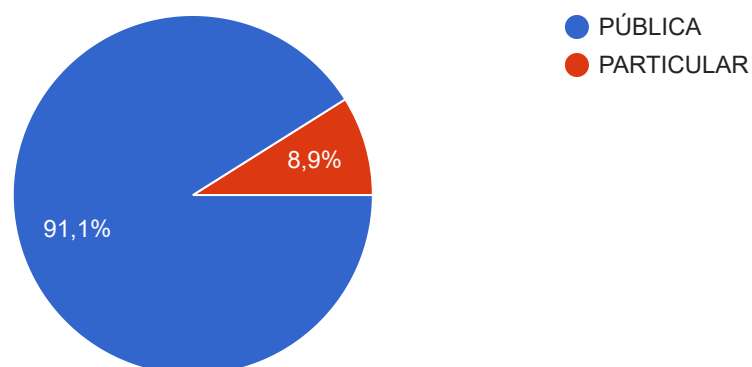


9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

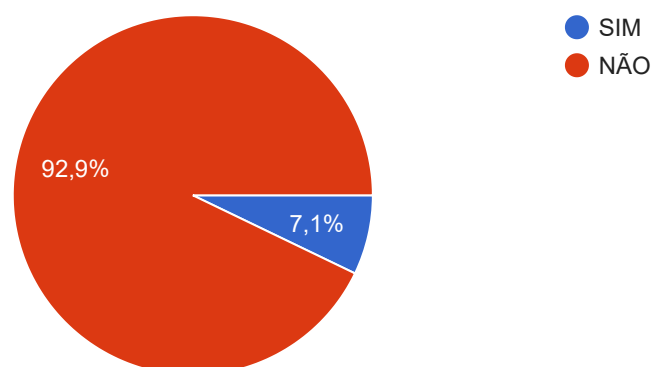
56 respostas

**10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:** Copiar

56 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

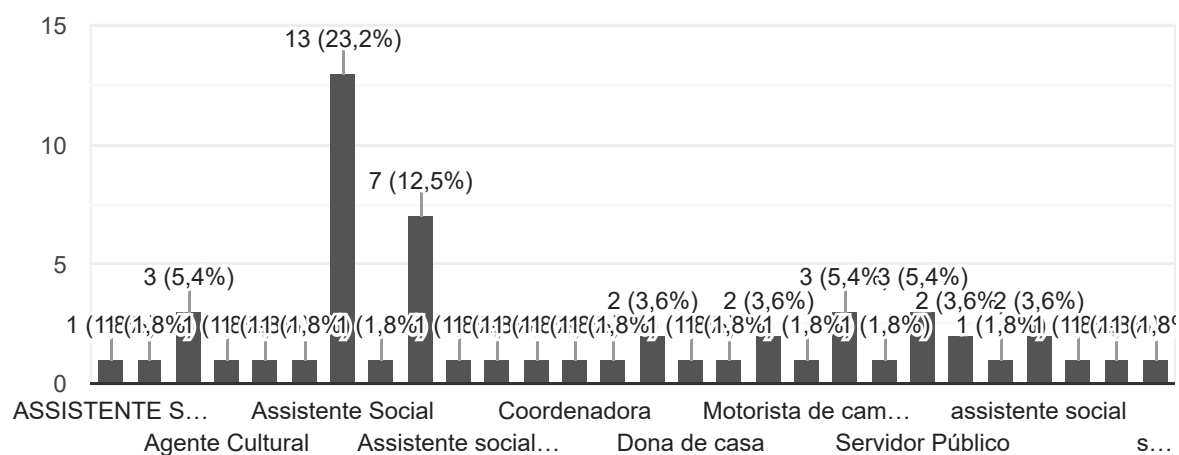
56 respostas



12 - Qual sua profissão?

 Copiar

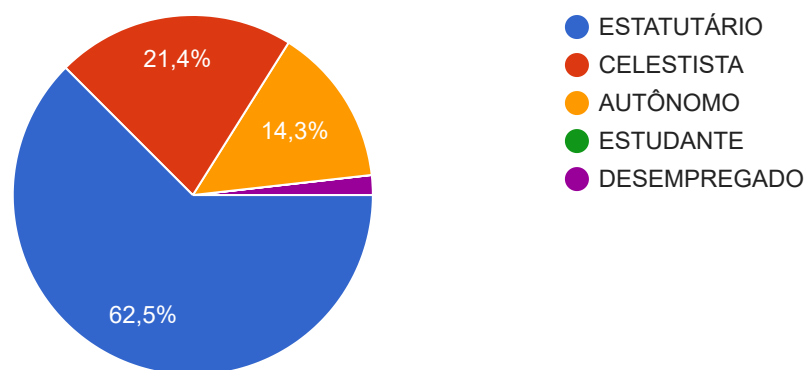
56 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

 Copiar

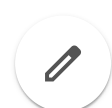
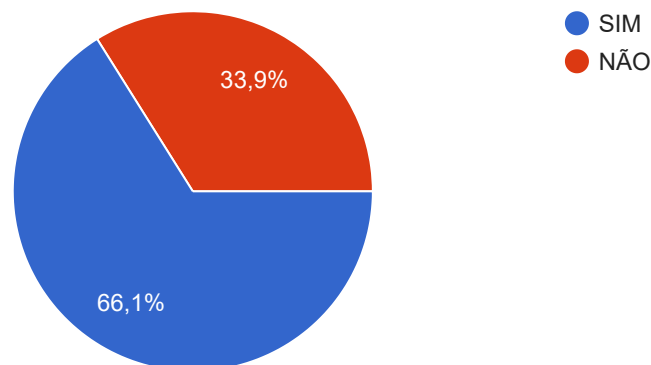
56 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

 Copiar

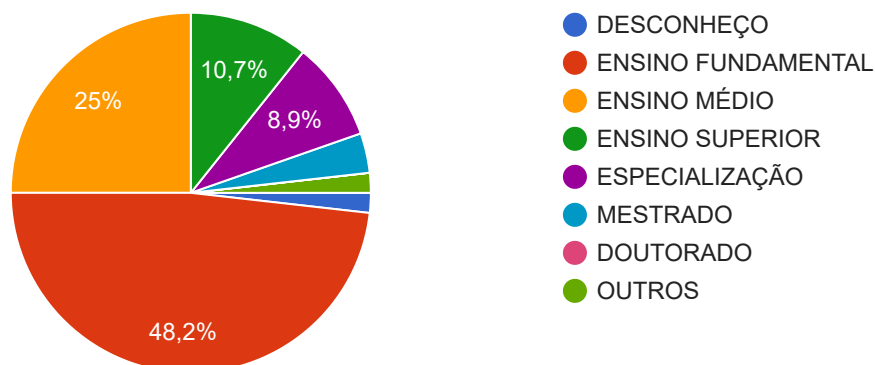
56 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

[Copiar](#)

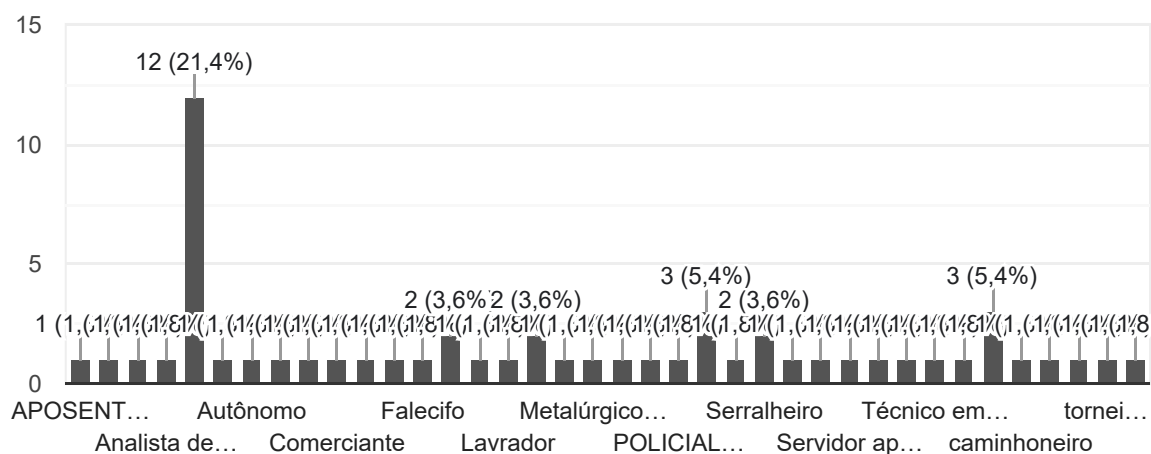
56 respostas



16 - Profissão de seu pai:

[Copiar](#)

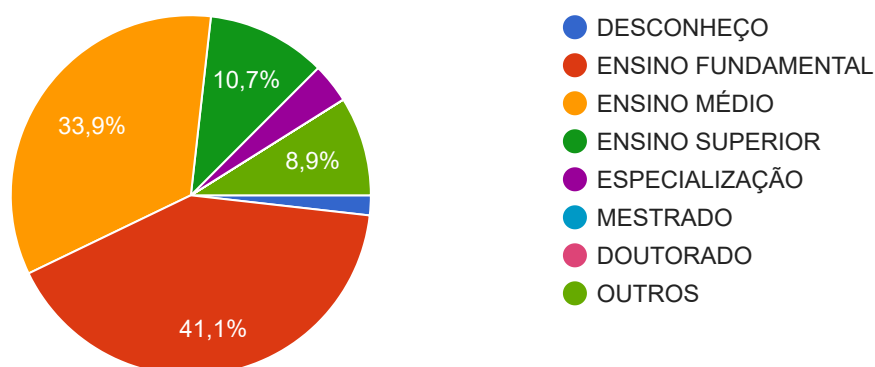
56 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

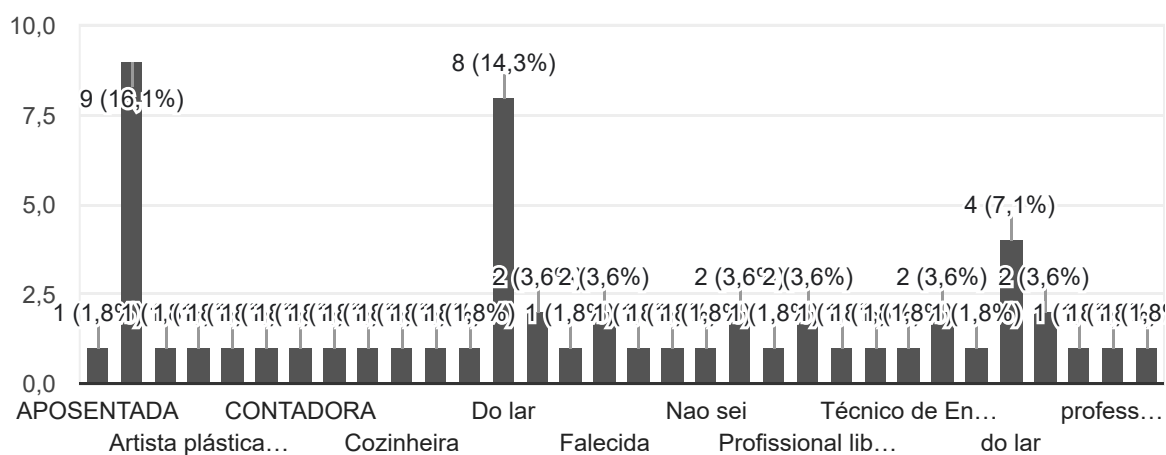
[Copiar](#)

56 respostas

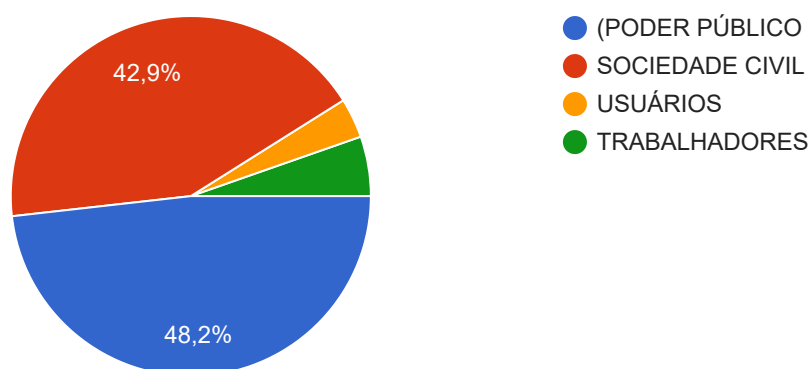


18 - Profissão da sua mãe: Copiar

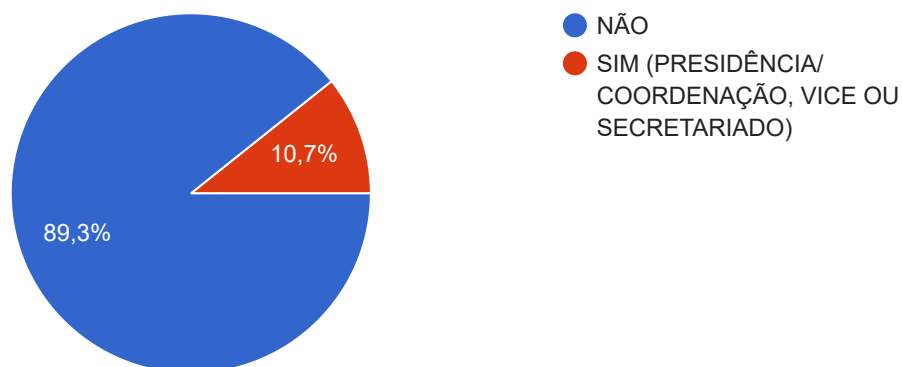
56 respostas

**19 - Neste conselho municipal você representa:** Copiar

56 respostas

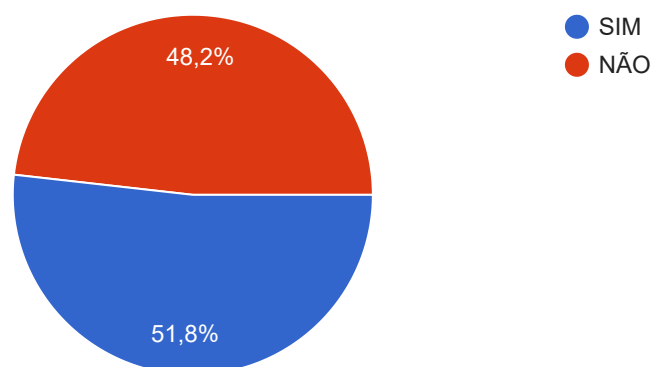
**20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?** Copiar

56 respostas

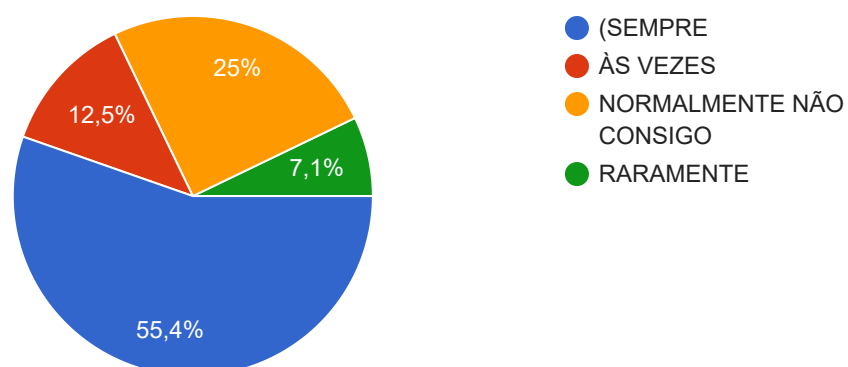


21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho? Copiar

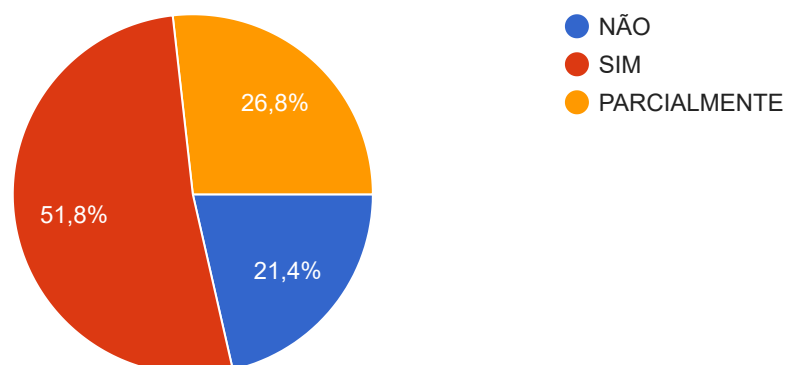
56 respostas

**22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?** Copiar

56 respostas

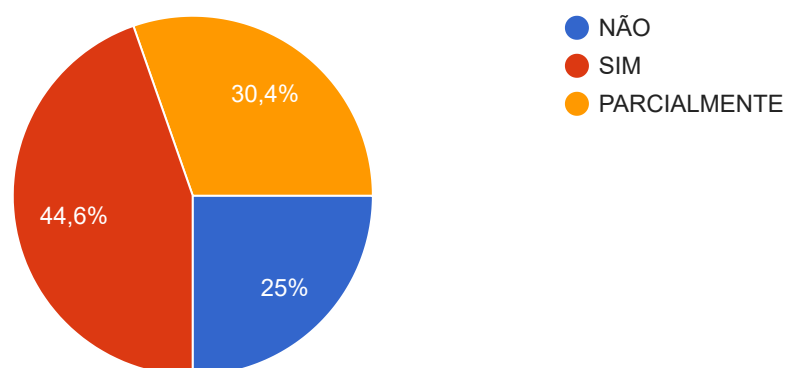
**23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?** Copiar

56 respostas

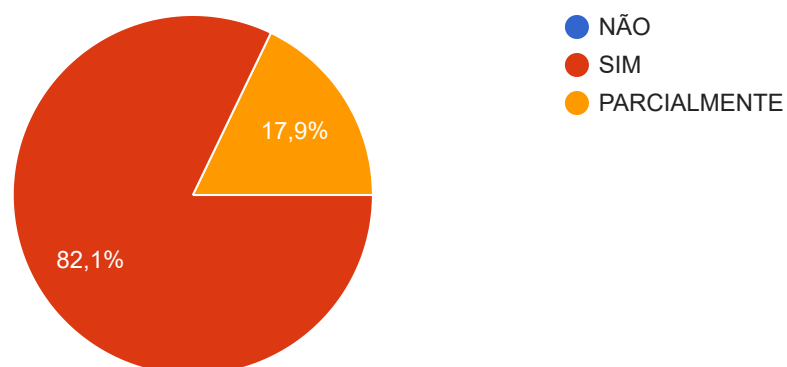


24 - Conhece o regimento interno? Copiar

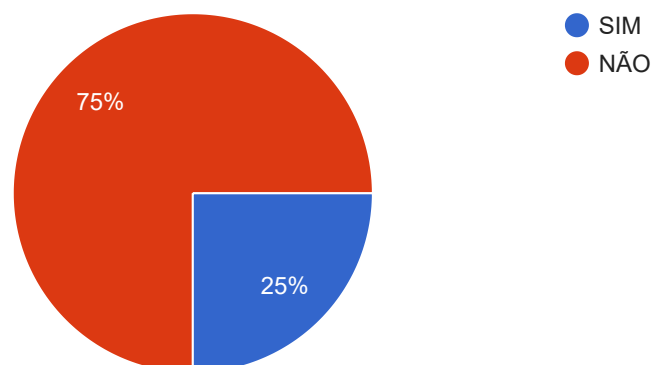
56 respostas

**25 - Você sente que existe espaço para debate?** Copiar

56 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

56 respostas



27 - Se sim, quais?

12 respostas

outros conselhos municipais

Movimento AS Bauru, pela inserção de assistentes sociais na educação e Habitação

Frente Nacional de Mulheres com deficiência

Pela causa autista

Cress

Movimento Popular

Diretoria de uma creche filantrópica

Conselho Municipal de Política Cultural

Autismo

Fundacao Toledo e Fundação João Bidu

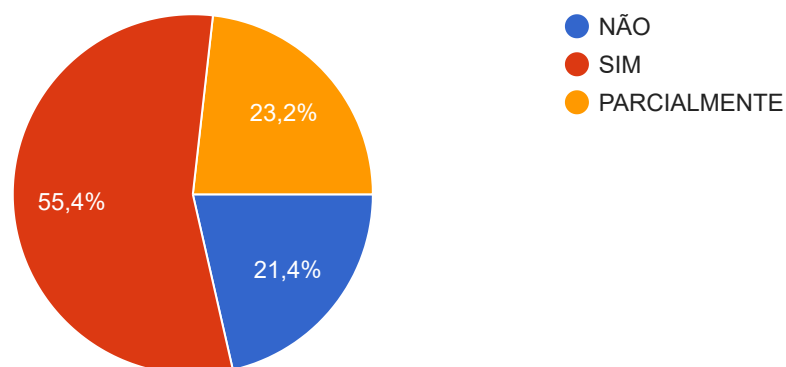
Formando Mentes Coletivas

Comitê contra o Apartheid na Palestina

28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais?

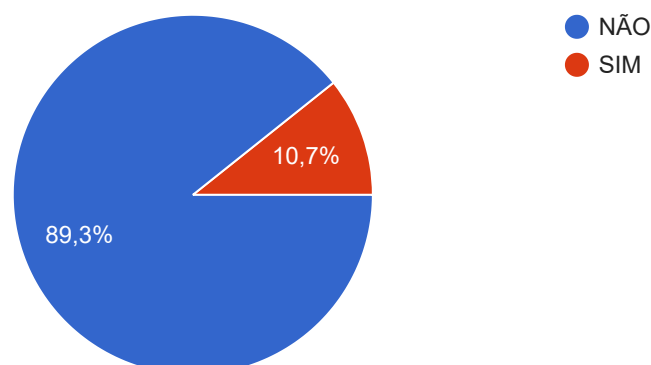
 Copiar

56 respostas

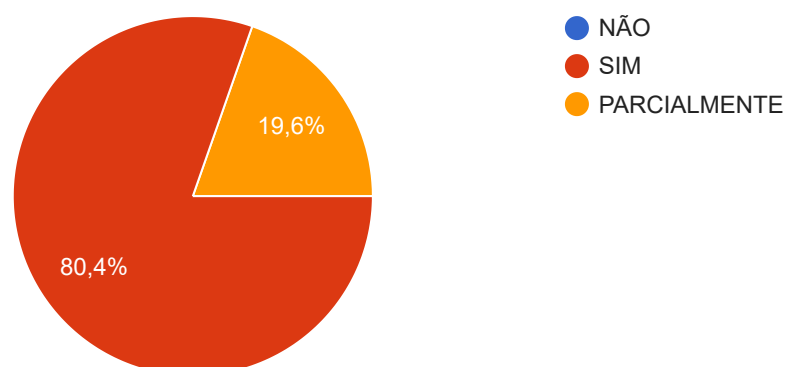


29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

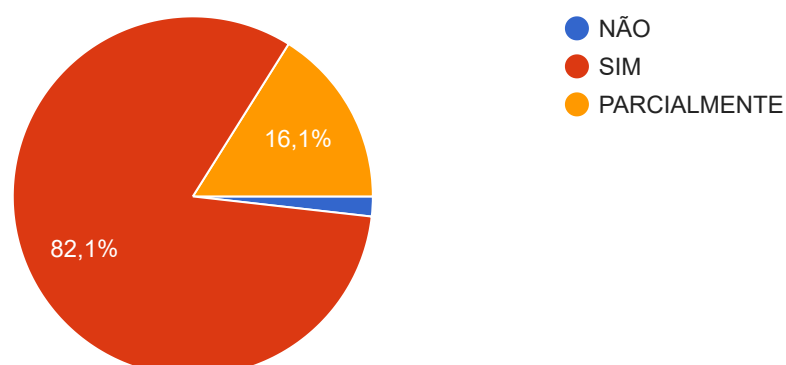
56 respostas

**30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?**

56 respostas

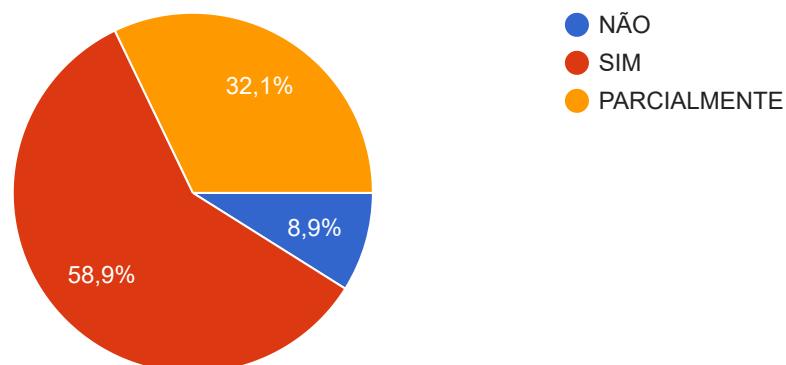
**31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?**

56 respostas



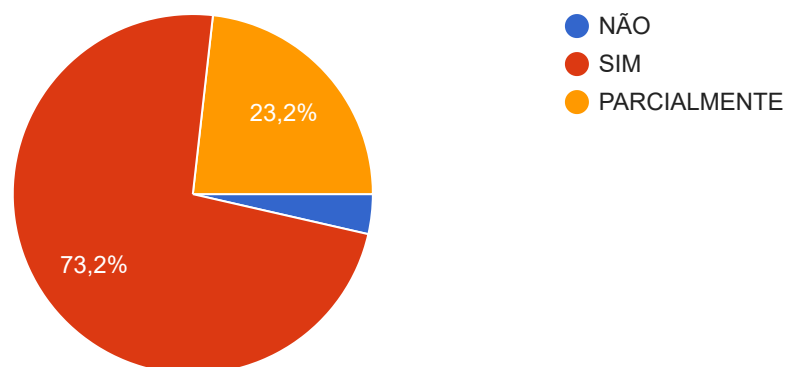
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

56 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

56 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

56 respostas

sem resposta

maior apoio poder publico e envolvimento da sociedade civil organizada

Pontuo a participação efetiva dos membros como sendo um desafio, e neste ponto me baseio em minha própria participação, pois falhei muito em participar e me inteirar melhor das questões e demandas deste conselho e tbm pela falta de tempo e atribuições diárias do cargo que ocupo.

Não identifico.

Desconheço

Nenhum

a maior dificuldade em votação de situação que envolva principalmente aprovação para valores, pois na maioria das vezes já se vem pronto, não se passa com antecedência para conhecimento de todos do conselho, não dando tempo hábil para análise e demais dúvidas que temos. entendo que a votação é muito importante, porém não se tem a clareza e transparência do ato.

Ser acessível as pessoas que utilizam a política pública de Assistência social, um desafio é promover a participação do usuário, talvez reuniões descentralizadas poderiam ampliar a participação dos usuários.

MAIS PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

Adesão da sociedade civil nas deliberações e ausência de tempo (prazo) para as votações

Dificuldades na liberação de recursos.

Comunicação entre os conselhos

Não aplicável

Mobilização e divulgação; participação efetiva principalmente da sociedade civil; ausência de capacitação para os Conselheiros. Todos os Conselhos Municipais instituídos necessitam de estímulo para que se efetive o Controle Social, com discussões amplas e igualitárias da Política Municipal afeta.

Os conselheiros conhecerem sobre a Política Publica de Assistência Social



Falta da participação da população (usuários)

A adesão dos usuários da sociedade civil na participação

Precisa de mais divulgação da funções e das ações do conselhos

Falta divulgação tanto das datas das reuniões quanto das atribuições e acompanhamentos que o Conselho realiza

Não identifiquei obstáculos nem faltas, desafios sempre tem, principalmente em alcançar todas as minorias.

Horários

Fortalecimento dos envolvidos

Proporcional igualdade em todas as esferas municipais para a população

Comunicação com os conselhos

Os conselhos necessitam de maior investimento técnico e financeiro do poder público para execução de suas atividades.

Linguagem técnica e de difícil entendimento para os usuários, e reuniões centralizadas (que não ocorrem nos territórios) o que dificultam a participação dos usuários.

Não sei

Precisamos de renovação/ inovação do CMAS, precisamos ampliar as discussões sem que haja 'retaliações'.

Participação dos usuarios e sociedade civil, financiamento insuficiente e falta de autonomia para utilização dos recursos.

Participação dos usuários

Que não sejam obrigatórias as presenças de pessoas do poder público (Secretarias) que não sejam engajadas ou minimamente orientadas para as demandas do setor.

acredito que é fazer as pessoas participarem mais efetivamente, não que não se interessam o problema é que arrumam desculpas para não participarem

Ainda não temos alcance com a população e impacto político

Apoio governamental para efetivar as deliberações

Horario das reunioes



Não sei opinar sobre esse tema

Desafio de manter a frequência dos participantes

Sanar as demandas municipais atendendo o maior número de pessoas possível

Falta de participação da sociedade (usuários)

Não posso opinar

Participação dos usuários para efetivo controle social

Horário das reuniões

Pouco tempo para discussão nas reuniões.

x

Como não atuo diretamente no Conselho, não vou opinar

Desconheço

Tornar as reuniões mais voltadas as discussões sobre política públicas e não somente informativas.

Pouca Adesao/Frequência das reuniões. Ampliar as discussões dos projetos a serem aprovados.

n

As demandas

Como a demanda de trabalho é extensa muitas vezes as pautas não são aprofundadas pela falta de tempo e isso me deixou um pouco perdida nas primeiras reuniões. Estou compreendendo o funcionamento e todas as normativas que envolvem o conselho e tem sido de grande aprendizado.

O principal obstáculos para a participação é a carga horária exaustiva que não permite a participação plena reuniões

maior divulgação das reuniões, mais acesso da população, tornar o conselho um espaço com linguagem e ações mais próximas da realidade de vida da população usuária do política de a.s.

Não sei dizer

No momento não consigo responder, estou um pouco afastada das atividades.



35 - Se desejar, deixe um comentário:

8 respostas

Gostaria de parabenizar este conselho pela dedicação, organização e empenho em tratar tantas questões importantes e pertinentes à nossa sociedade, de forma clara e democrática. Muito obrigada! Um grande abraço!

ampliação da divulgação das reuniões, ampliação dos convites para a comunidade, sociedade civil, realização das reuniões fora da casa dos conselhos, ex. em uma unidade da sociedade social, realização das reuniões pelo menos uma após as 17hs ou 18hs para que possamos ter uma maior participação.

Compreendo como essencial a participação social pra melhoramos e até elaborarmos políticas públicas, mais efetivas em respostas aos problemas públicos.

A Assessoria técnica do CMAS deverá rever seu posicionamento nas reuniões do CMAS, tendo em vista seu papel enquanto servidor público!

Está sendo grande desafio participar do Conselho,, tendo em vista nunca ter participado anteriormente.

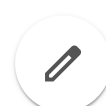
Uma alternativa de descentralização, talvez seria a possibilidade dos Cras realizarem as salas virtuais de reuniões, por meio do link disponibilizado, para acompanhamento e participação dos usuários em tds os Cras. Tb o acompanhamento dos técnicos com explicações e orientações aos usuários durante as reuniões.

Vejo que o Conselho da SEBES é bem estruturado e possui gente atuante, engajada e que conhece as demandas do setor. Mas ao fazer parte do Conselho sem nenhuma afinidade com as pautas, por desconhecimento e falta de inclinação para as demandas apresentadas, acredito que seja necessária uma reforma em relação à nomeação de conselheiros e suplentes do poder público.

na minha opiniao nos de outra secretaria nao deveríamos participar, não sao assuntos que competem a nos

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



CMDCA - Perfil e avaliação

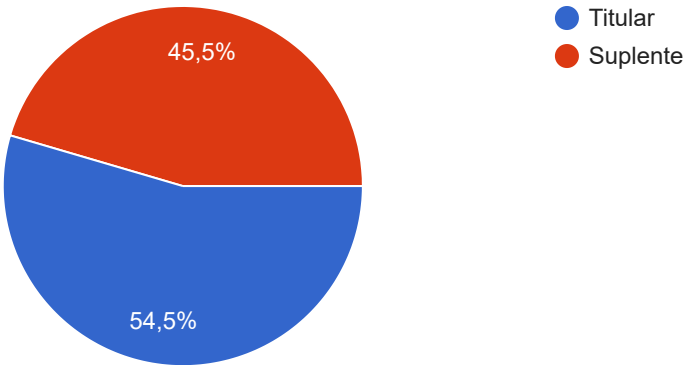
33 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

 Copiar

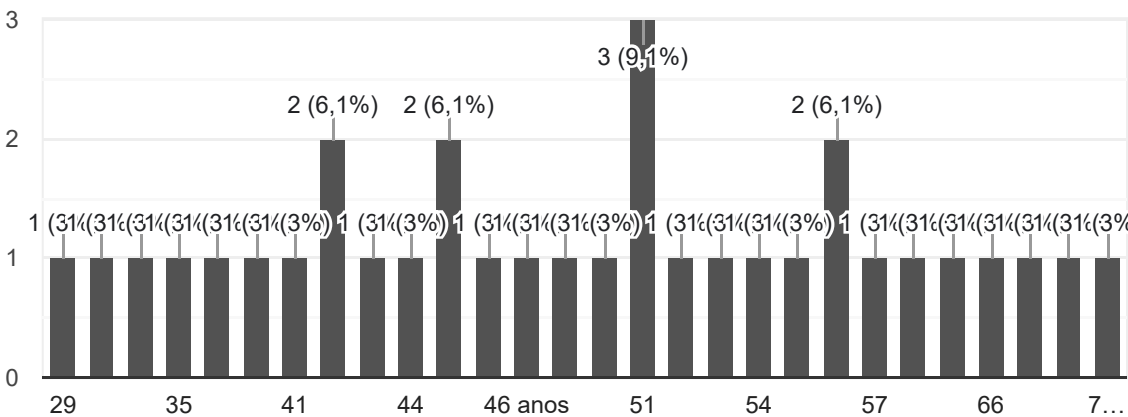
33 respostas



2 - Idade:

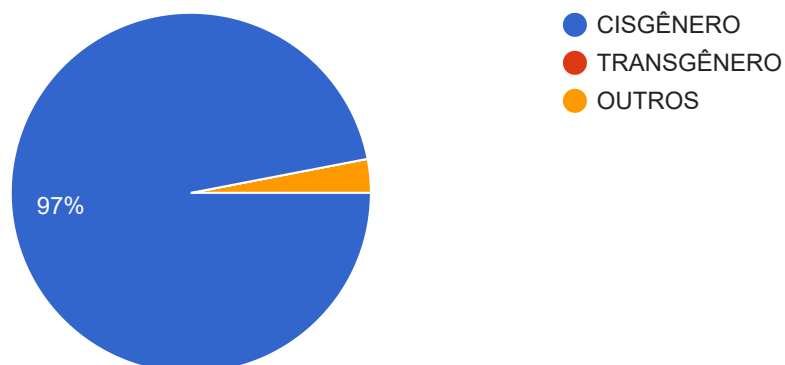
 Copiar

33 respostas



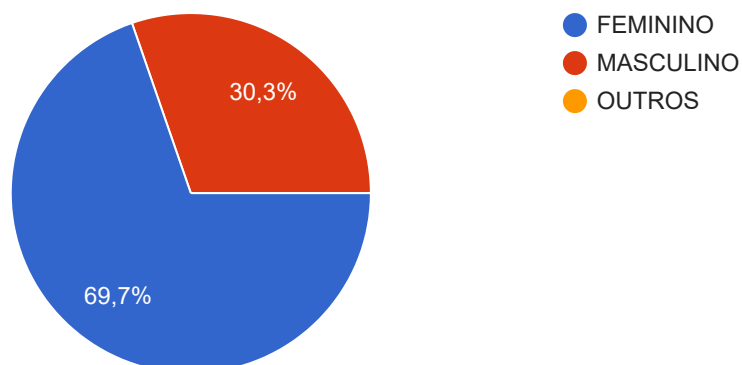
3 - Identidade de gênero:

33 respostas



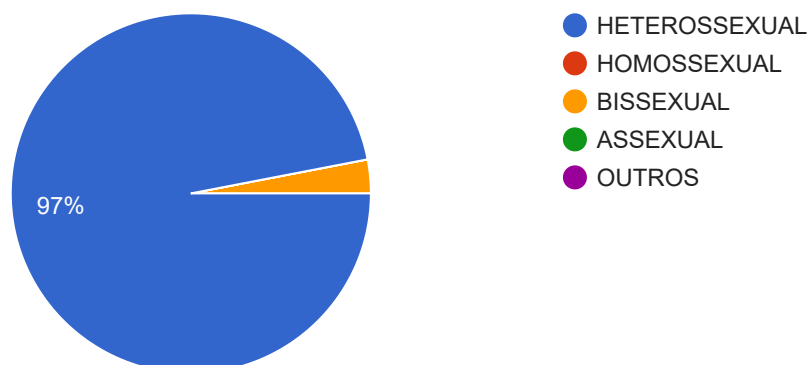
4 - Expressão de gênero:

33 respostas



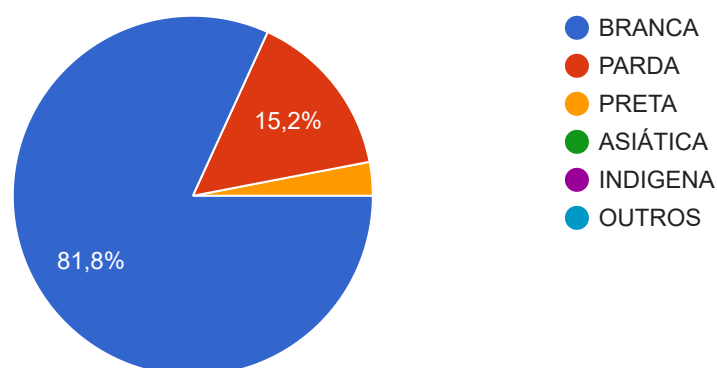
5 - Orientação afetivo-sexual:

33 respostas

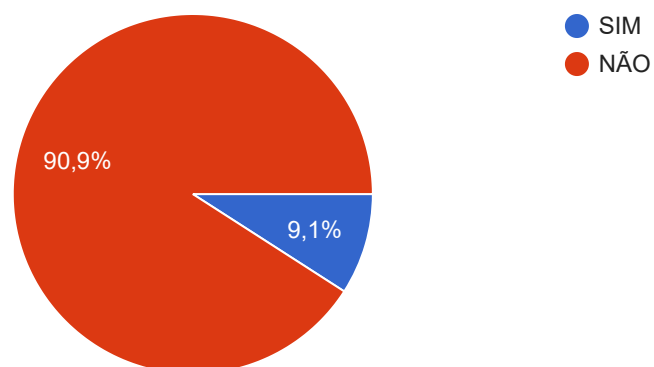


6 - Raça/cor: Copiar

33 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

33 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

3 respostas

Dificuldade de mobilidade

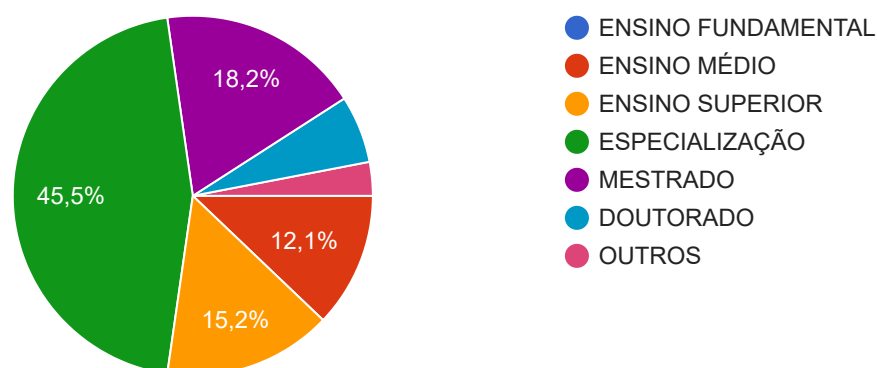
Física

Deficiência intelectual

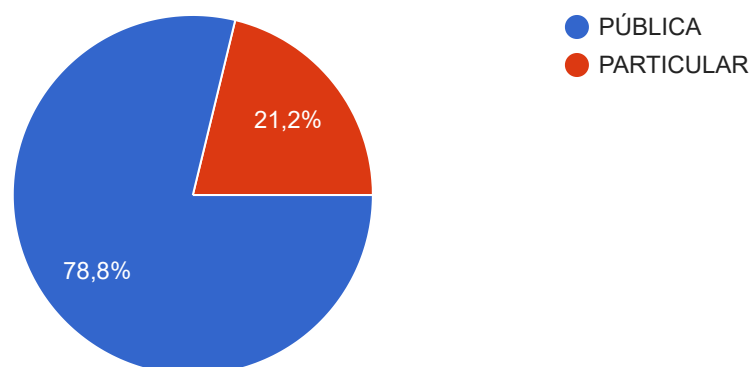


9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

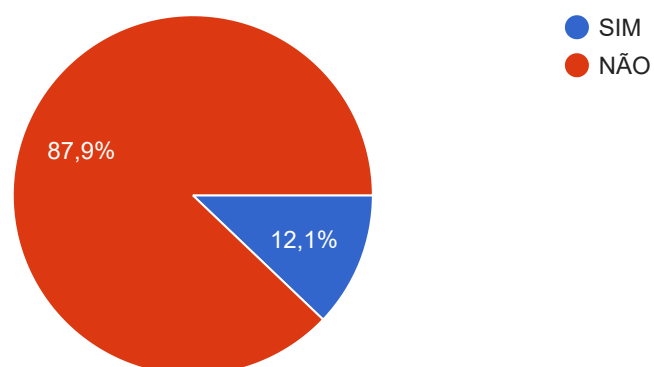
33 respostas

**10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:** Copiar

33 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

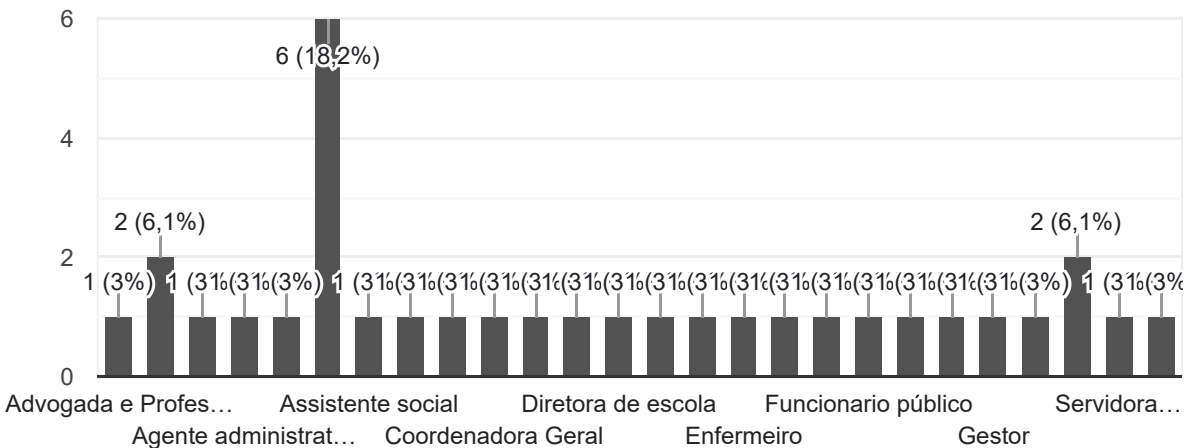
33 respostas



12 - Qual sua profissão?

[Copiar](#)

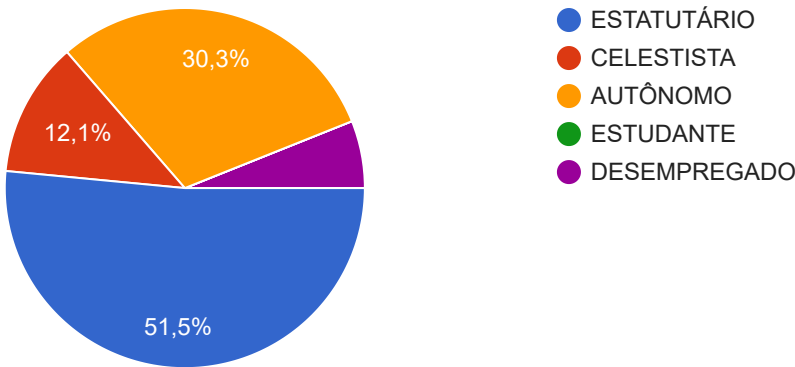
33 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

[Copiar](#)

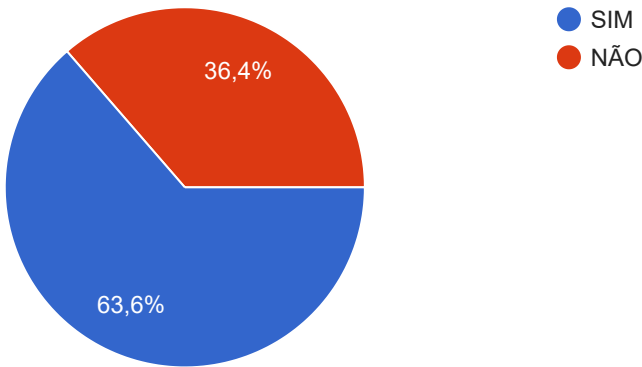
33 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

[Copiar](#)

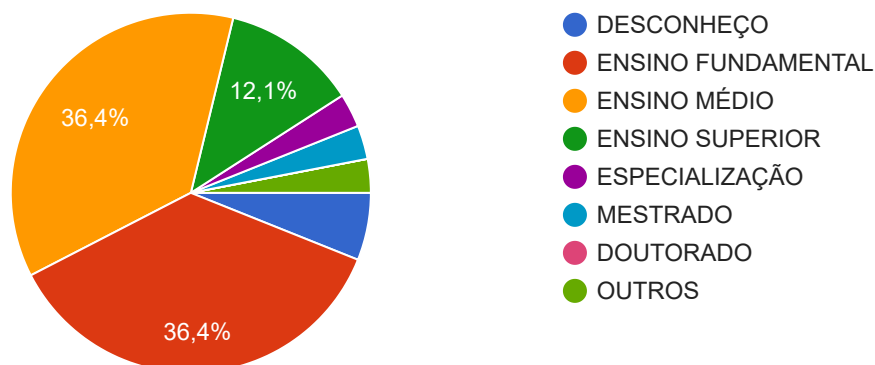
33 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

[Copiar](#)

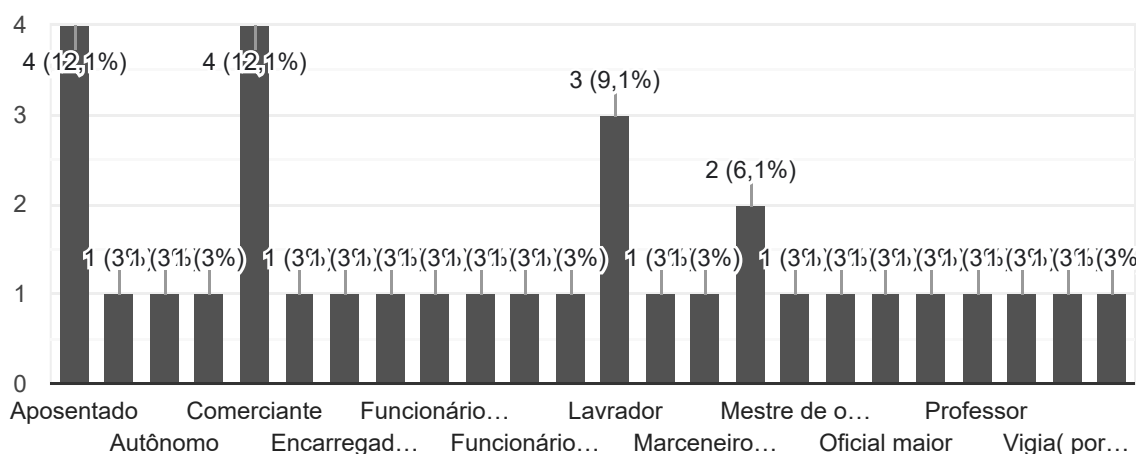
33 respostas



16 - Profissão de seu pai:

[Copiar](#)

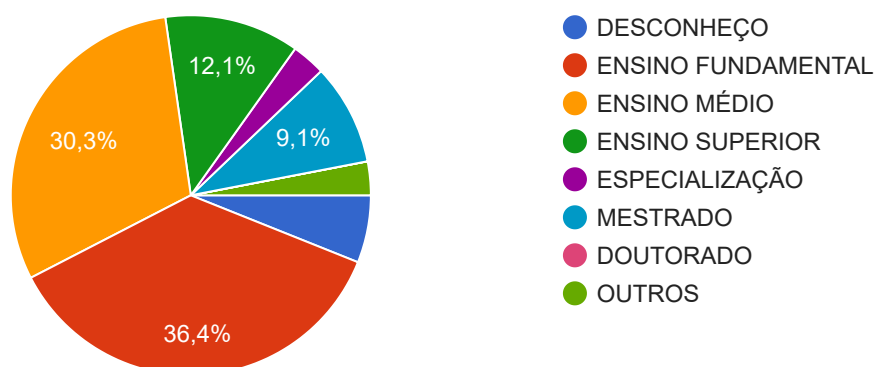
33 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

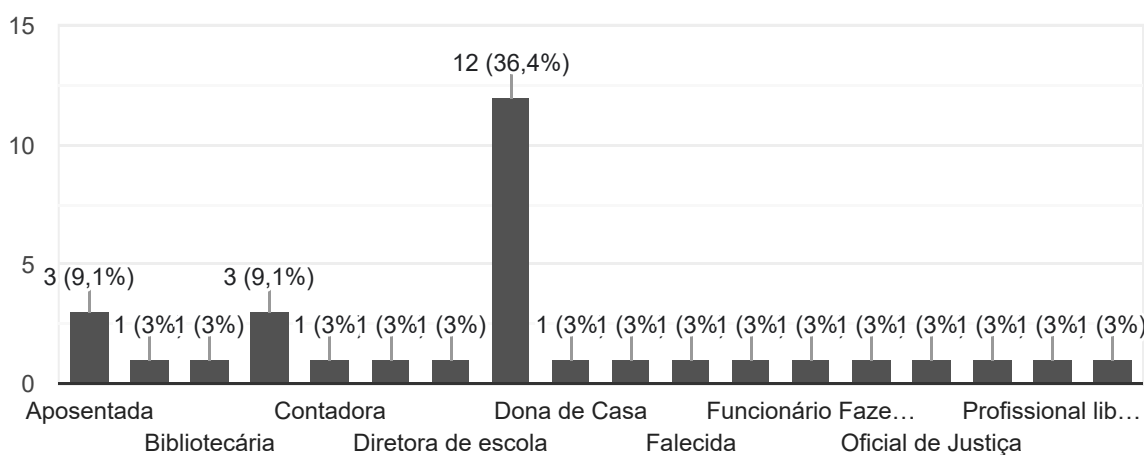
[Copiar](#)

33 respostas

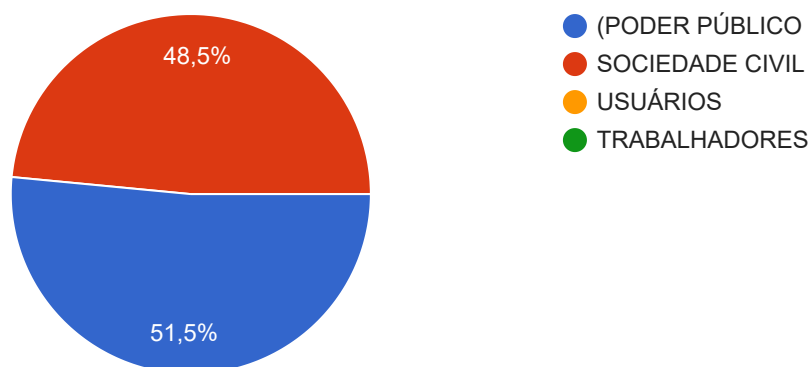


18 - Profissão da sua mãe: Copiar

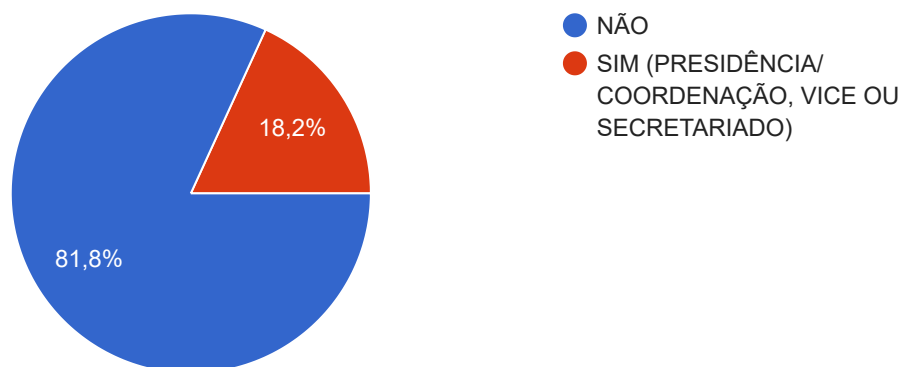
33 respostas

**19 - Neste conselho municipal você representa:** Copiar

33 respostas

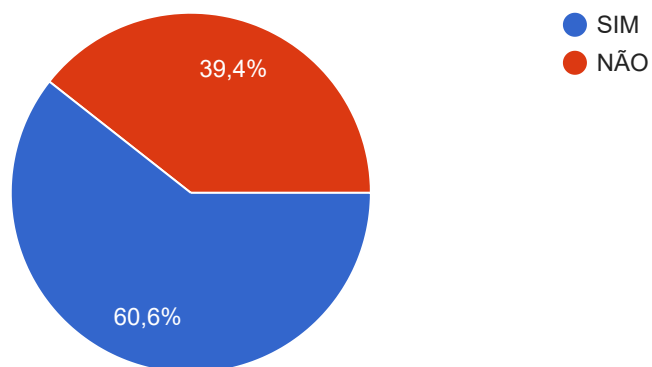
**20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?** Copiar

33 respostas

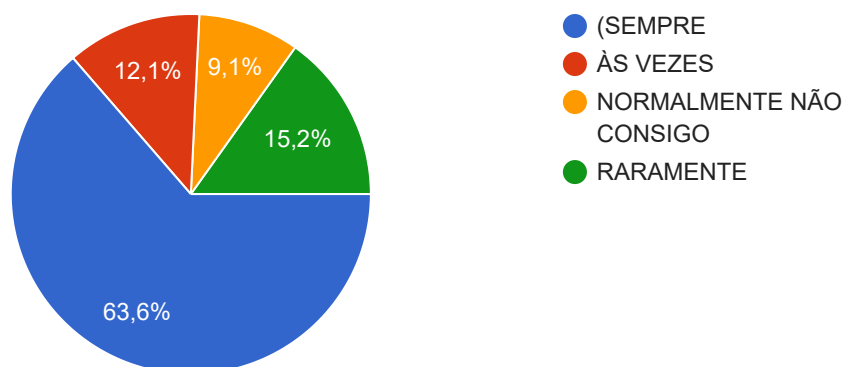


21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho? Copiar

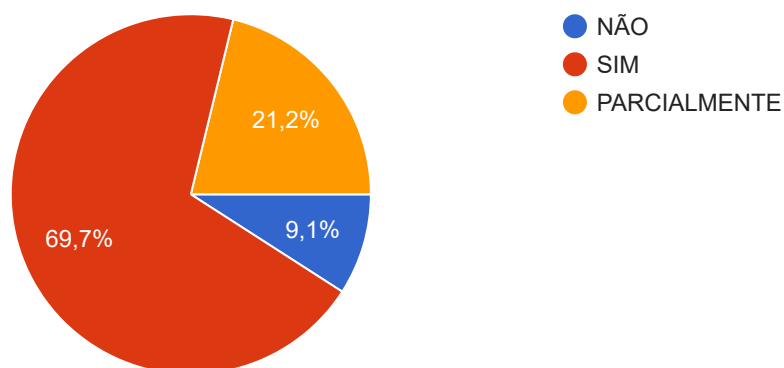
33 respostas

**22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?** Copiar

33 respostas

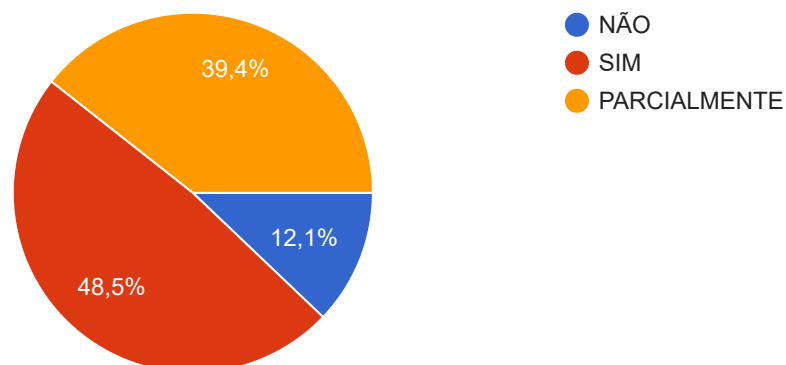
**23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?** Copiar

33 respostas

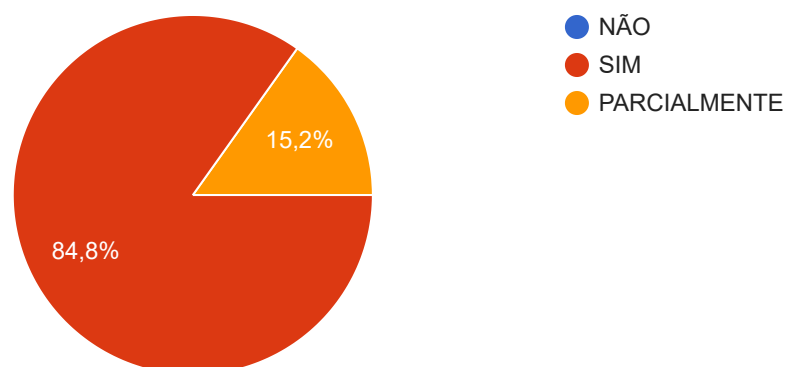


24 - Conhece o regimento interno? Copiar

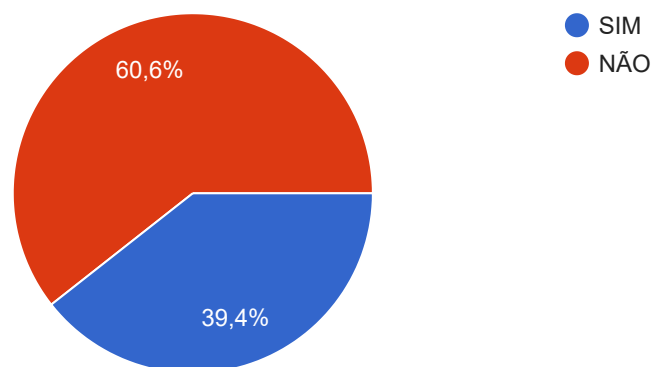
33 respostas

**25 - Você sente que existe espaço para debate?** Copiar

33 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

33 respostas



27 - Se sim, quais?

13 respostas

caritas diocesana, creche são paulo, aeaps

Assomary e PSB

Comitê contra o Apartheid na Palestina

Movimento Popular

Assomary

Instituto

Associação Wise Madness

Rotary Internacional

Lions Clube

Sou voluntária numa causa usando meu próprio recurso

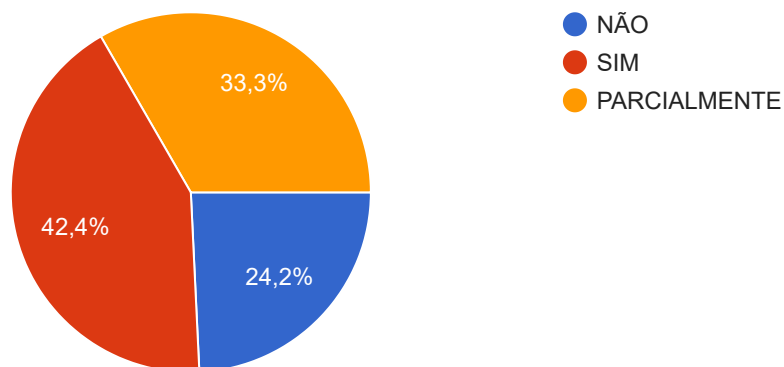
Associação de moradores

Creche particular filantrópica

Projeto social Ressaca futebol clube

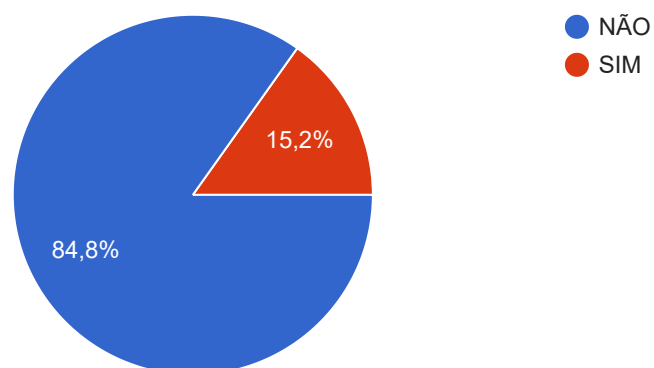
28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais? Copiar

33 respostas



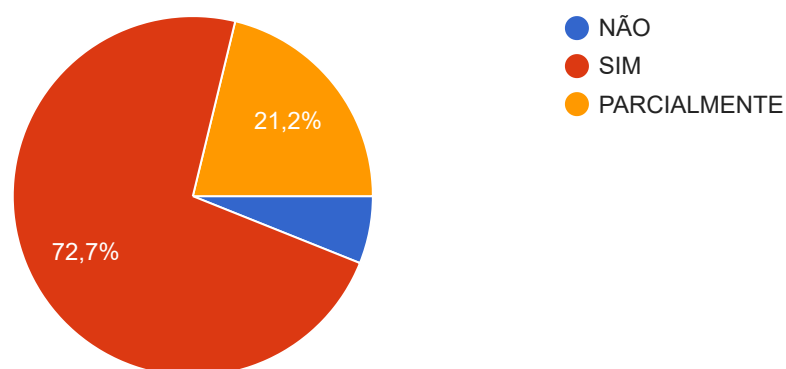
29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

33 respostas



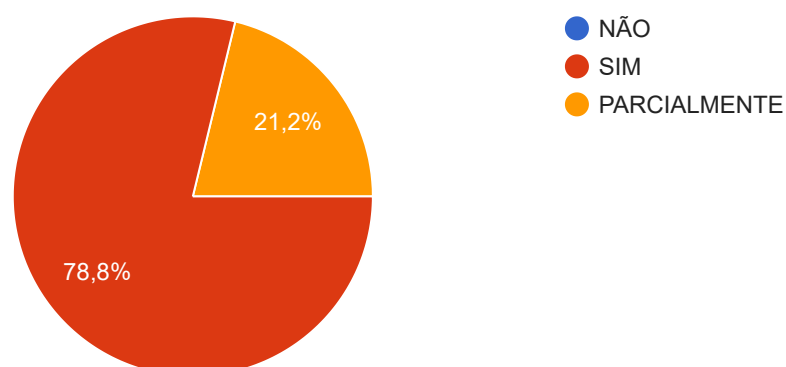
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

33 respostas



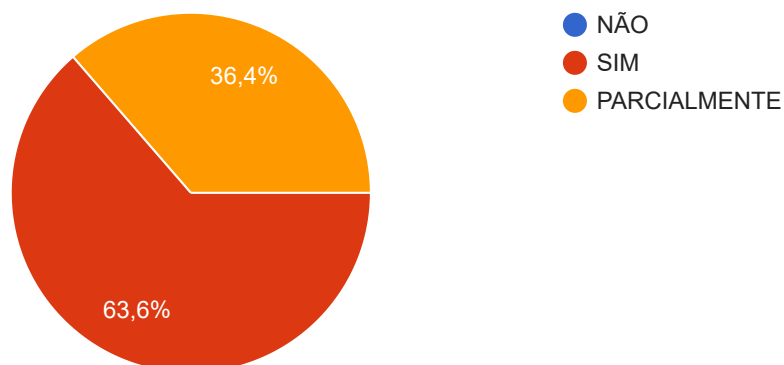
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

33 respostas



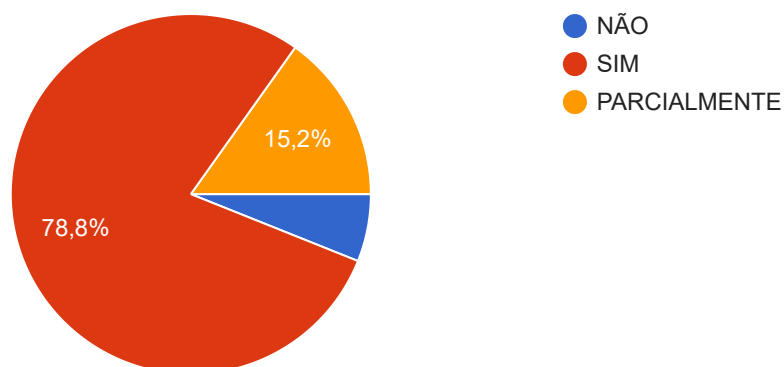
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

33 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

33 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

33 respostas

X

falta de maior atuação do poder publico e envolvimento da sociedade civil

Horários

Algumas discussões parecem ser apressadas e difíceis de acompanhar. Parece-me consequência do volume de demandas e não de problemas da executiva que aparenta dedicação com relação à transparência.

Maior convergência entre as políticas públicas participantes dos conselhos.

Falta tempo dos conselheiros

Horários

Muito bem gerido.

Falta de apoio do poder publico.

Local da casa dos conselhos e horários, visto que não é centralizada e nem acessível! Quanto aos horários, não é viável para a classe trabalhadora!

Participação dos conselheiros

Em prol da comunidade, projetos e verbas do recurso público.

Nada a comentar

Apoio jurídico e orientação adequada para algumas comissões

Participação de todos os conselheiros

Acredito que o conselhe precisaria de uma assessoria tanto na área jurídica como na área de marketing.

Implantação de política pública devido orçamento, uma vez que o recurso do CMDCA não é para serviço continuado

Preponderância do Poder Público nas decisões.



Nenhuma observação

Nada a declarar

A burocracia no trabalho com a administração pública

Como suplente, não ando acompanhando o suficiente para opinar.

Precisamos ampliar diálogo, entendo como dificuldade a burocracia

Um local mais adequado para reuniões

Participação dos usuários, autonomia na utilização dos recursos, equipe de trabalho insuficiente

Por ora, considero que não há correções necessárias.

Atender o maior numero possível de munícipes

Por ser de semana e principalmente por ser de manhã

No momento não consigo opinar

Falta de participação da sociedade civil (usuários)

Conselho extremamente comprometido. Desafios quanto a adesão na participação dos conselheiros nas reuniões

Não sei

35 - Se desejar, deixe um comentário:

3 respostas

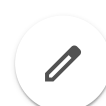
Acredito que há uma grande influência da Secretária do Bem Estar Social nesse conselho, acredito que isso prejudique um pouco em certas decisões.

Sugiro inserir opção de resposta Sim / Não / Parcialmente / "Não sei responder."

Gostaria que as reuniões fosse a noite ou sábado de manhã

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



COMSEA - Perfil e avaliação

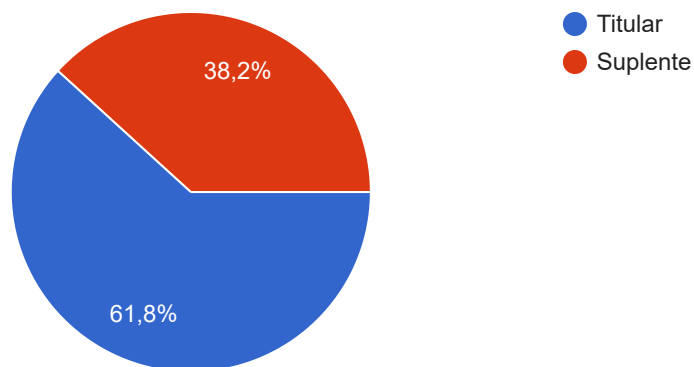
34 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

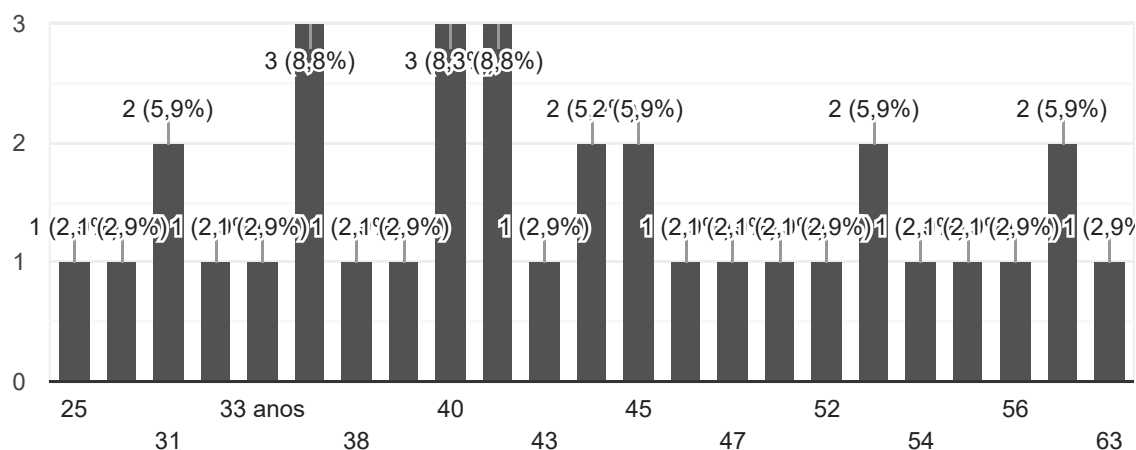
34 respostas



2 - Idade:

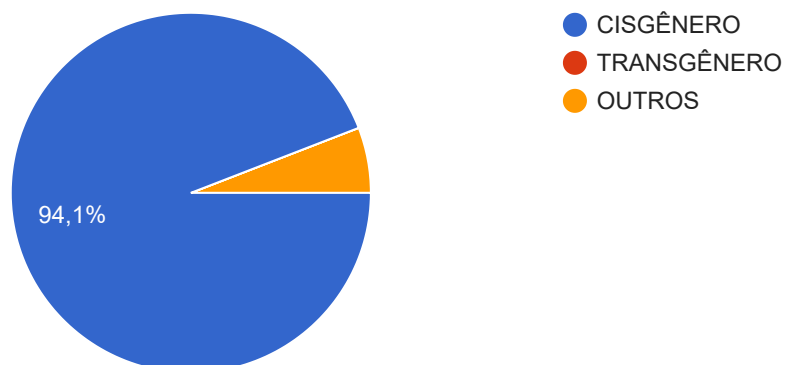
[Copiar](#)

34 respostas



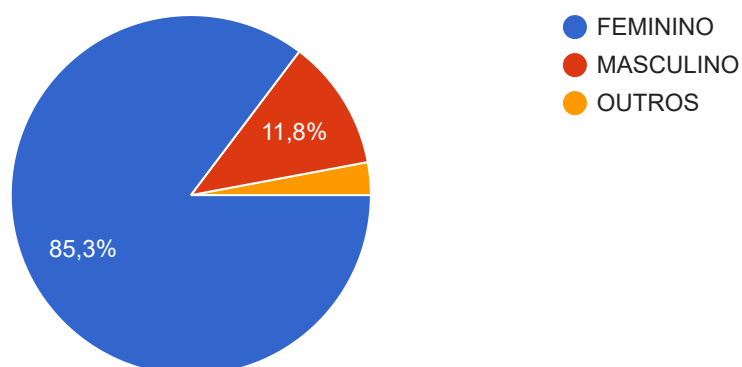
3 - Identidade de gênero:

34 respostas



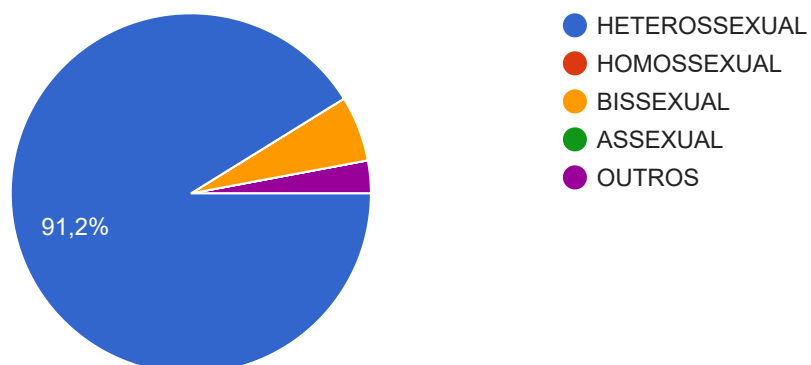
4 - Expressão de gênero:

34 respostas



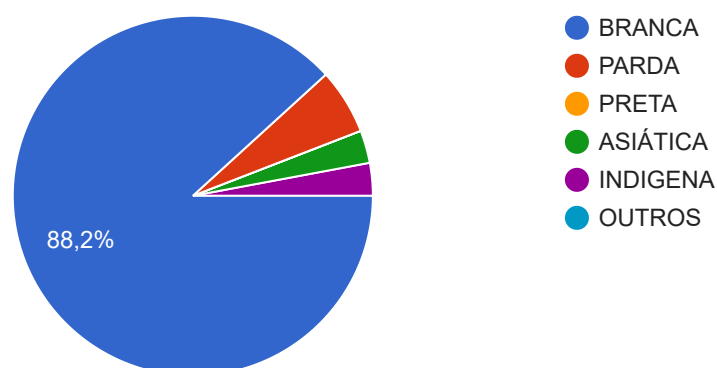
5 - Orientação afetivo-sexual:

34 respostas

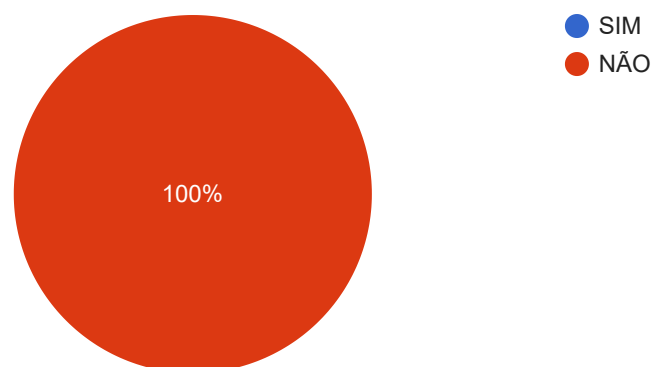


6 - Raça/cor: Copiar

34 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

34 respostas

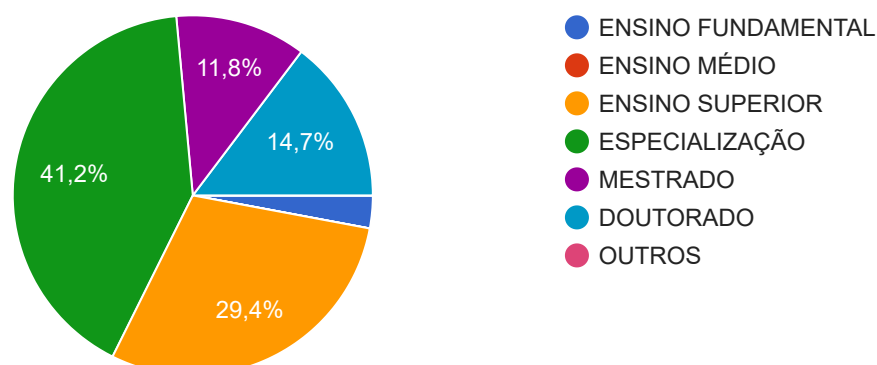
**8 - Se sim, qual deficiência?**

1 resposta

Não sou deficiência

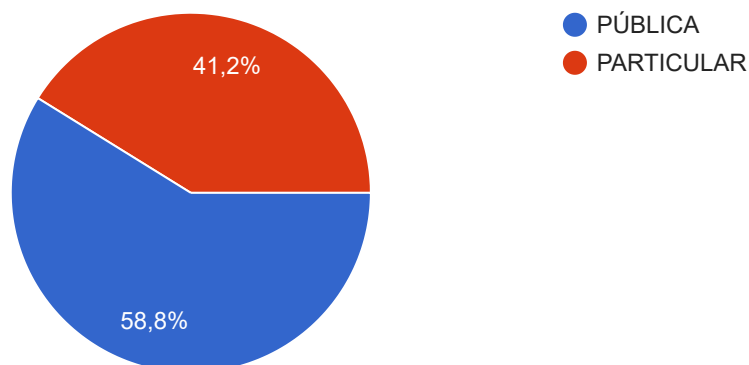
9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

34 respostas

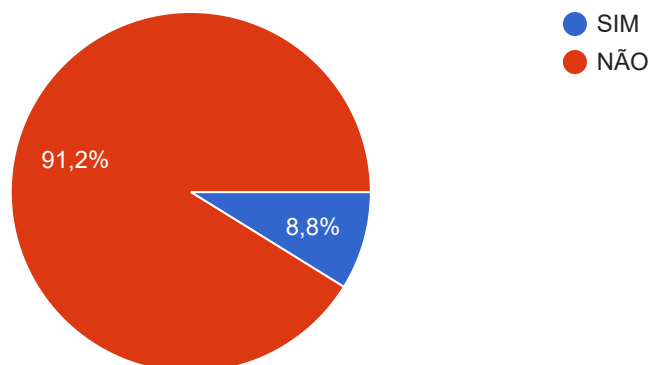


10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola: Copiar

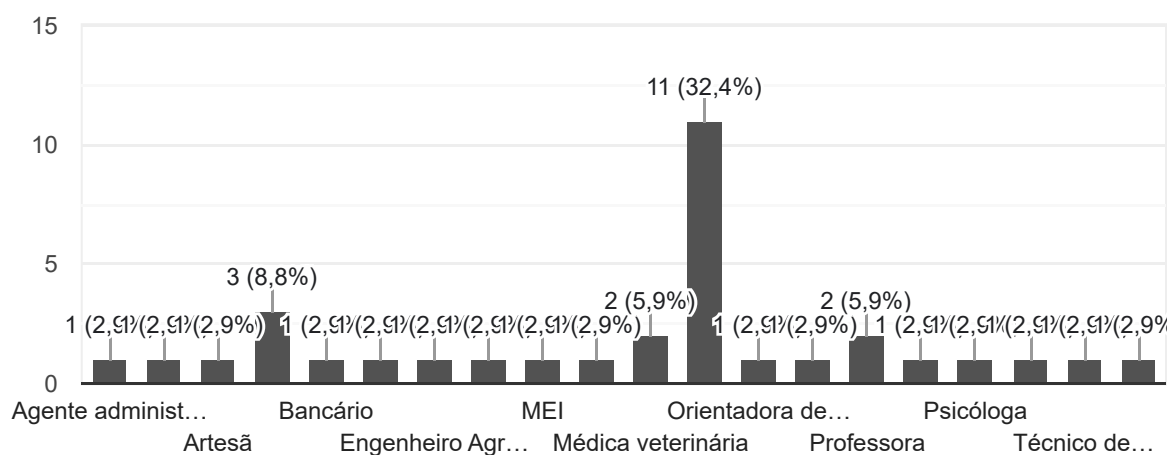
34 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

34 respostas

**12 - Qual sua profissão?** Copiar

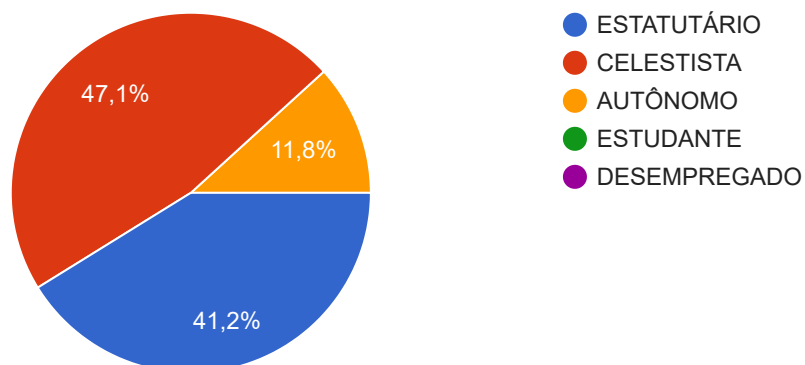
34 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

 Copiar

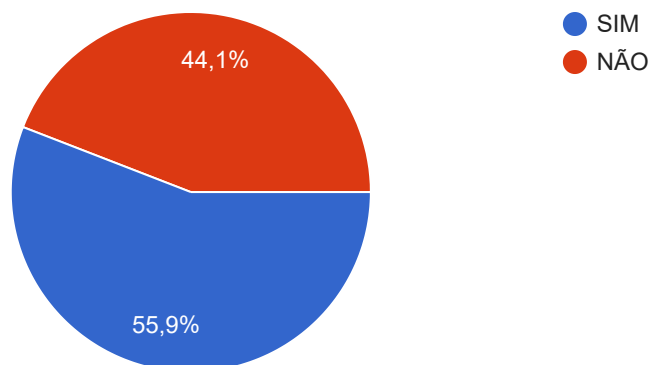
34 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

 Copiar

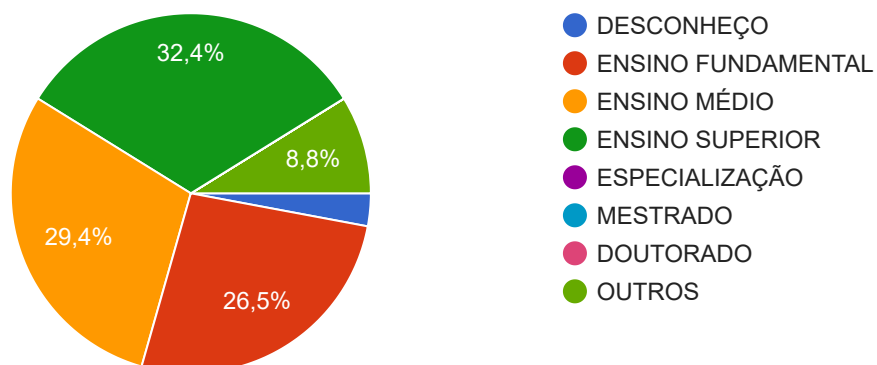
34 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

 Copiar

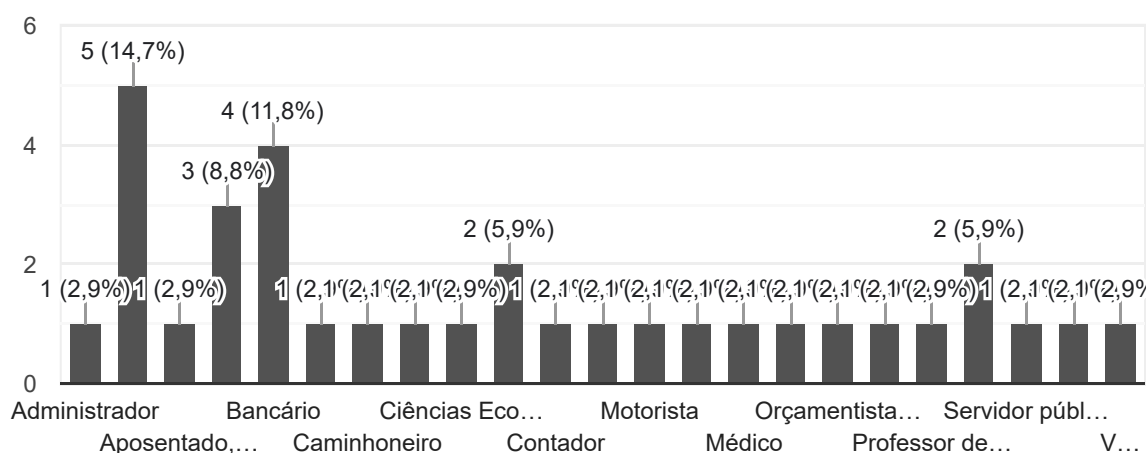
34 respostas



16 - Profissão de seu pai:

[Copiar](#)

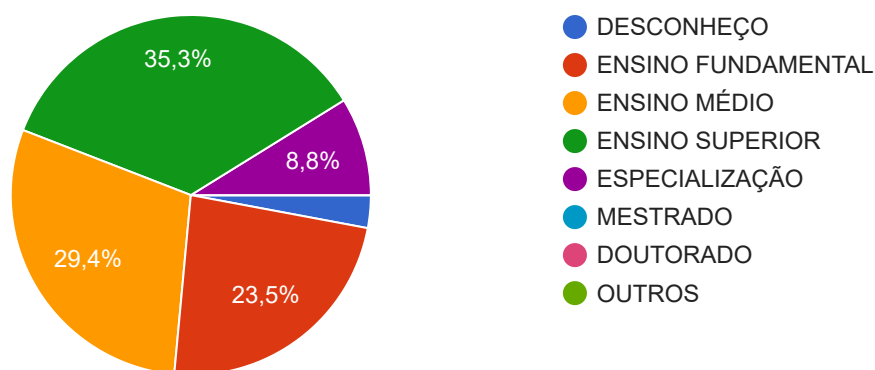
34 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

[Copiar](#)

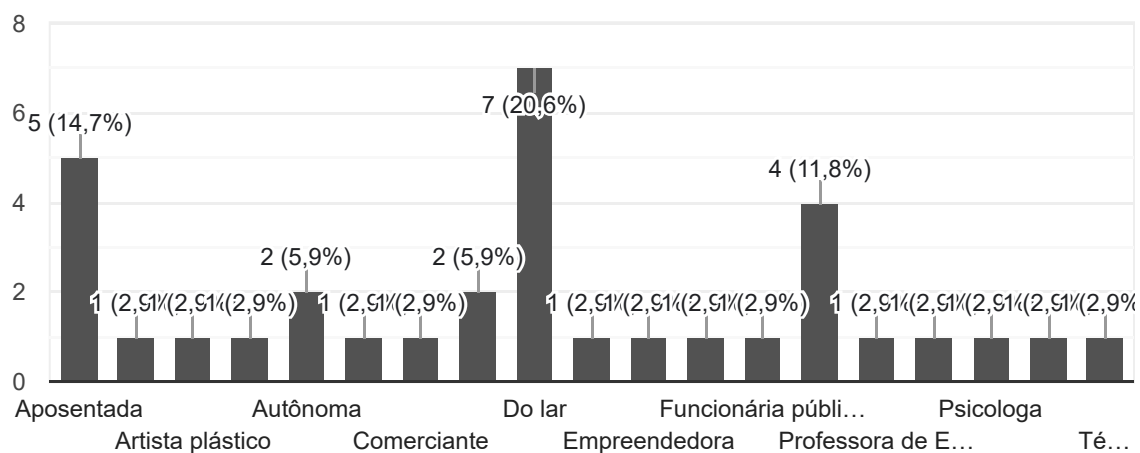
34 respostas



18 - Profissão da sua mãe:

[Copiar](#)

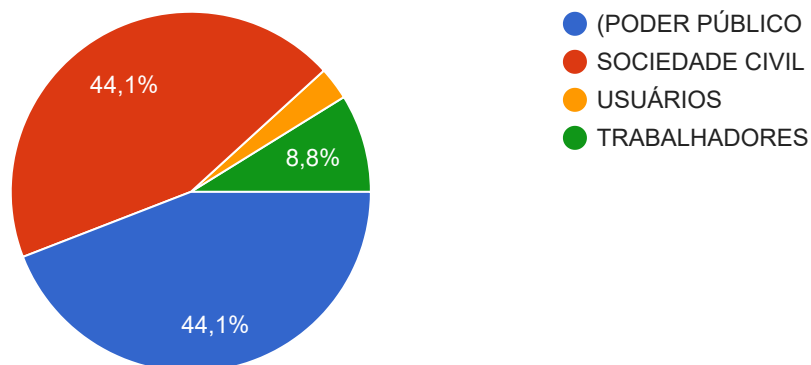
34 respostas





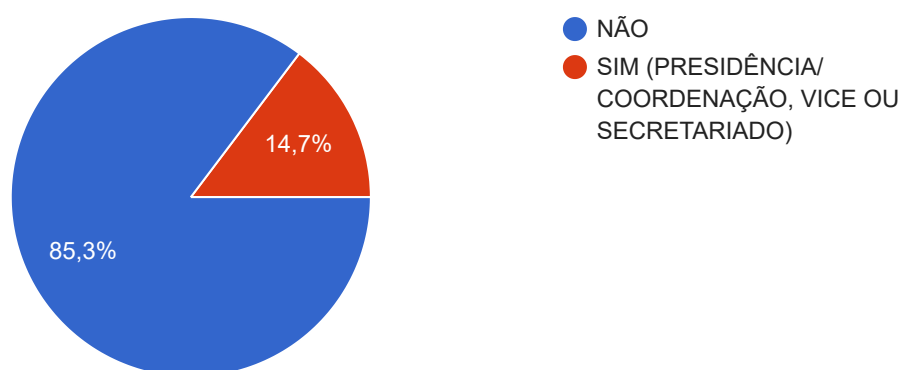
19 - Neste conselho municipal você representa:

34 respostas



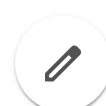
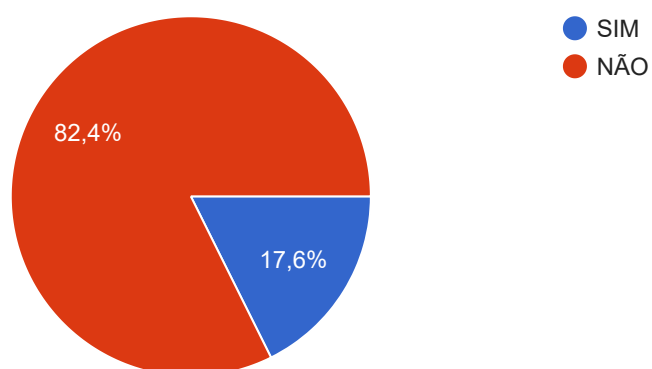
20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?

34 respostas



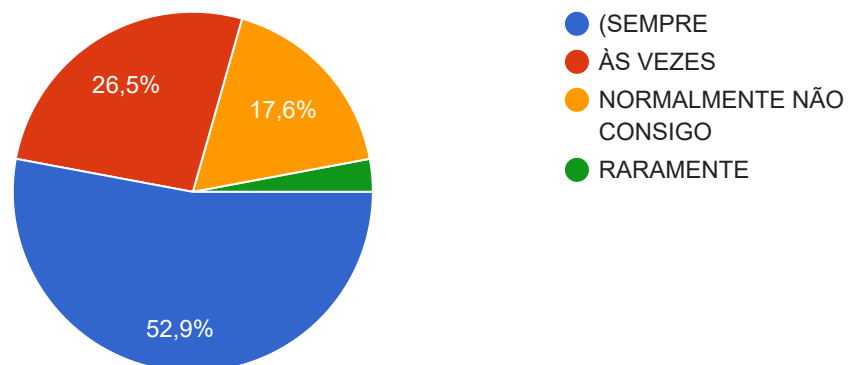
21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho?

34 respostas



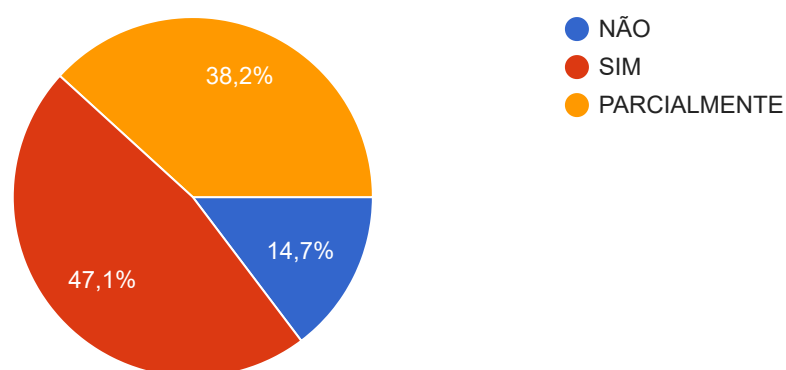
22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?

34 respostas



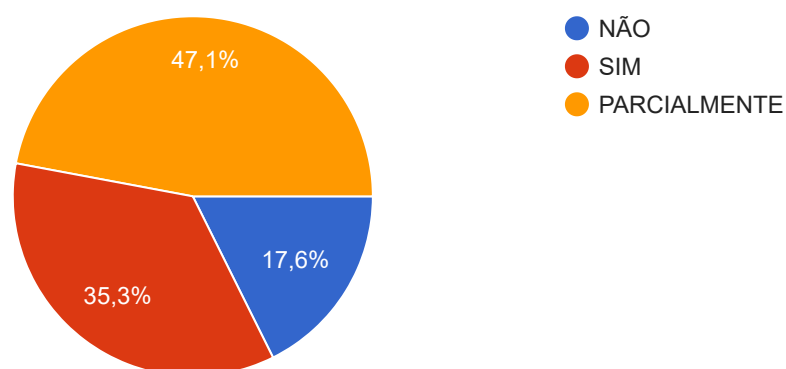
23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?

34 respostas



24 - Conhece o regimento interno?

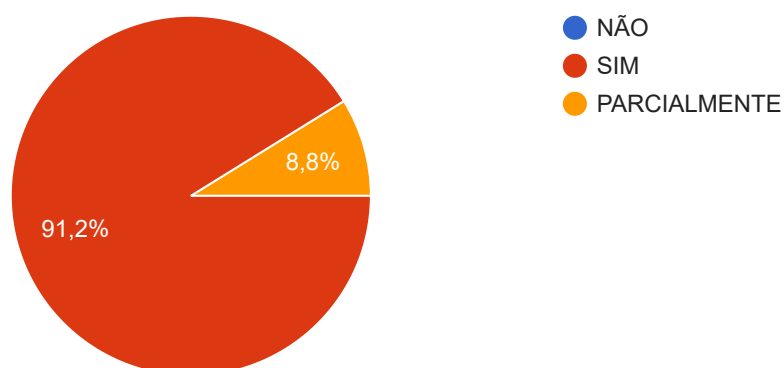
34 respostas



25 - Você sente que existe espaço para debate?

 Copiar

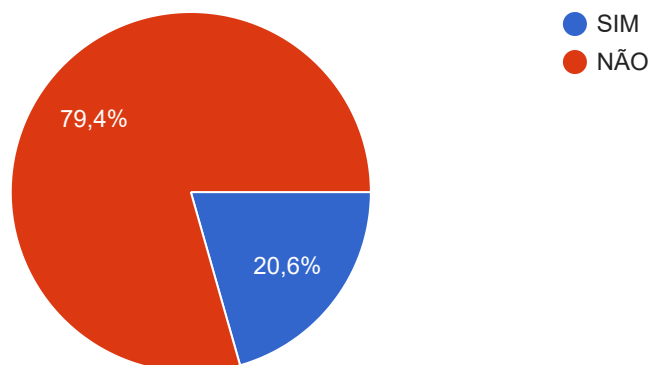
34 respostas



26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?

 Copiar

34 respostas



27 - Se sim, quais?

7 respostas

Cria Bauru, Bauru Cidade Criativa e Educa Bauru

Sou apoiadora do Movimento Indígena e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e faço parte do Coletivo Ação Libertária

Coletivo

Associação da amicop

Mesa Brasil

Movimento AS Bauru pela inserção de assistentes sociais na educação e habitação

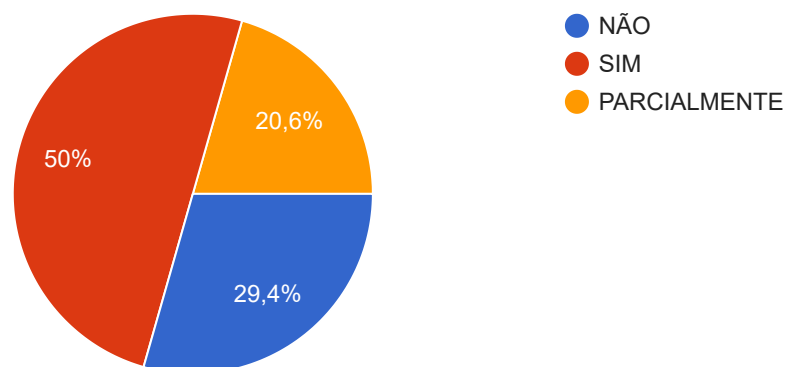
Aeaps



28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais?

 Copiar

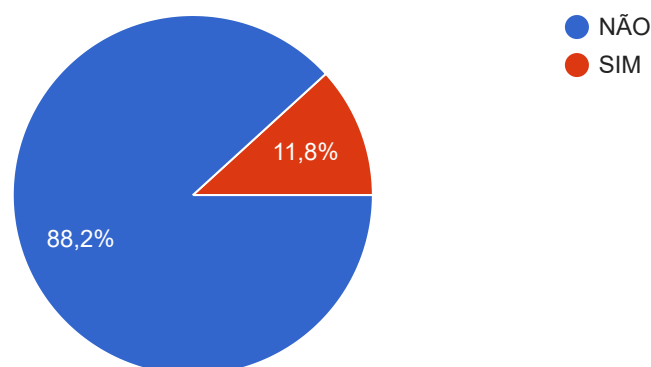
34 respostas



29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

 Copiar

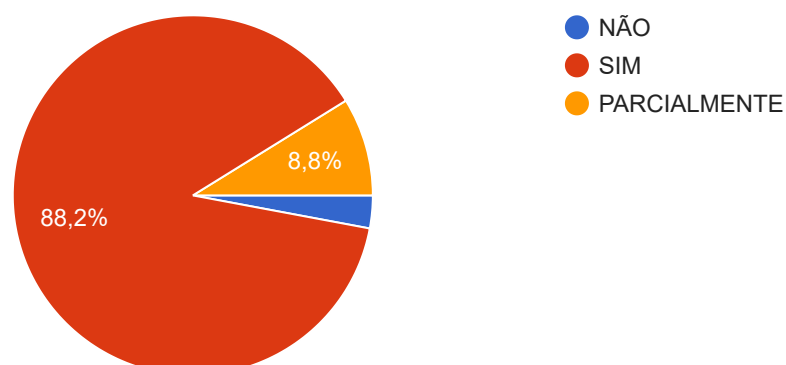
34 respostas



30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

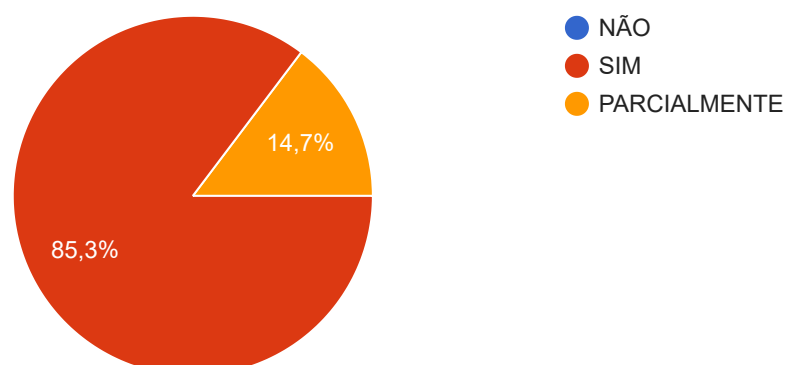
 Copiar

34 respostas



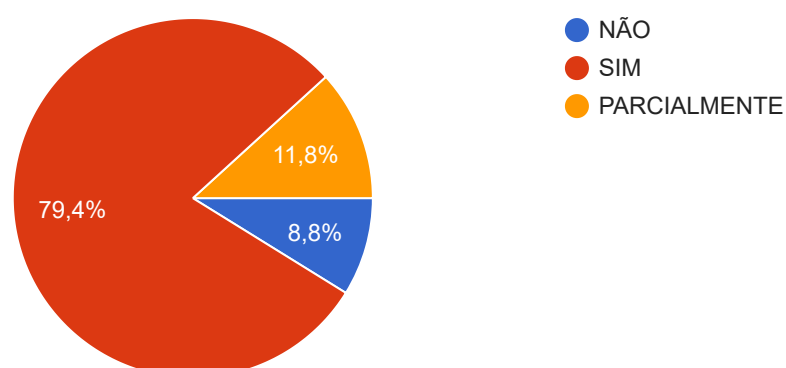
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

34 respostas



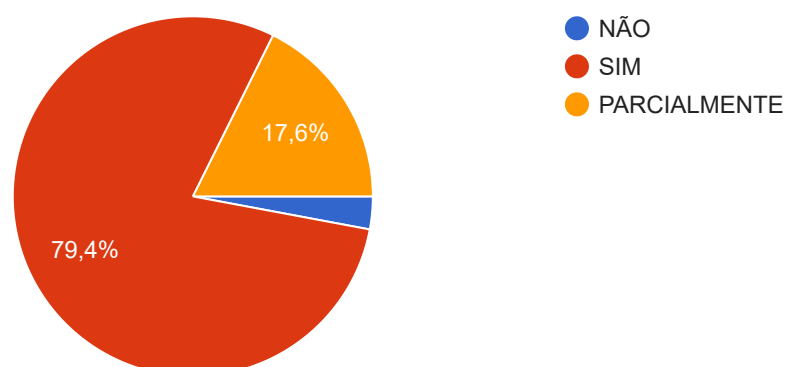
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

34 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

34 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

34 respostas

Adesão da população civil

Transversalidade com outras políticas públicas essenciais ao desenvolvimento de ações que garantam a segurança alimentar

Pouco envolvimento da sociedade civil

Conseguir implementar suas ações

Falta de vontade no quesito participação social e cooperação.

Desafio de conseguir colocar em prática as ações planejadas com envolvimento de diversos setores.

Se aproximar da população de Bauru, das periferias da cidade, dos movimentos sociais, dos agricultores e agricultoras, da juventude e dos estudantes, do movimento negro, dos outros conselhos de SANS e dos outros conselhos municipais de Bauru

Nada a declarar

Executar o Plano Municipal de Segurança Alimentar, porque dependemos do poder Executivo para sair do papel.

Falta de tempo

Pessoas dedicadas que desejam realmente participar. Credibilidade nos conselhos.

Apoio para executar suas atividades

A não participação de todos os eleitos é um problema.

Participação da Sociedade Civil

A participação de politicagem e falta de ações concretas

Não sei

Conciliar o trabalho e dispensar o tempo necessário para acompanhar, participar e ser produtivo nas ações do conselho. Pouca participação dos usuários.

Acesso a verba.



Adesão e mobilização de número expressivo de pessoas

Maior participação da sociedade civil

Reunião

Sem comentários

Horários de reuniões e ações devido a alta carga de trabalho

Participação do membros

Não sei dizer

Verba

Este iniciando a minha participação nesse conselho, então ainda não consigo identificar essas questões.

Participação

Nada a declarar

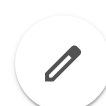
Articulação com demais conselhos

Fidelizar a participação de parte dos conselheiros

Conselheiros fora de cargos públicos tem dificuldade de conciliar as atividades próprias do trabalho com as do conselho. E acabam não sendo membros muito presentes, como no meu caso. O que pode desfalcado / atrasar ações e deliberações previstas pelo conselho.

Tudo ótimo

Divulgação do trabalho que realiza e acompanhamento



35 - Se desejar, deixe um comentário:

5 respostas

Considero muito importante a participação de toda sociedade nos Conselhos

Os desafios são imensos, mas existe um imenso horizonte de possibilidades na articulação com outros movimentos e outros conselhos. É preciso expandir e tomar disposição para sair de ações estritamente institucionalizadas e de difícil acesso, e se aproximar dos movimentos populares! É preciso recurso destinado para a organização das ações do COMSEA e apoio do poder público em sua realização.

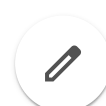
As pessoas não possuem tempo para se dedicar nos conselhos, as reuniões são em horário de trabalho dificultando a participação. O poder público também não valoriza as ações do conselho.

Gratidão por tudo

Acabei de ser indicada não consigo avaliar algumas questões

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários



CMPM - Perfil e avaliação

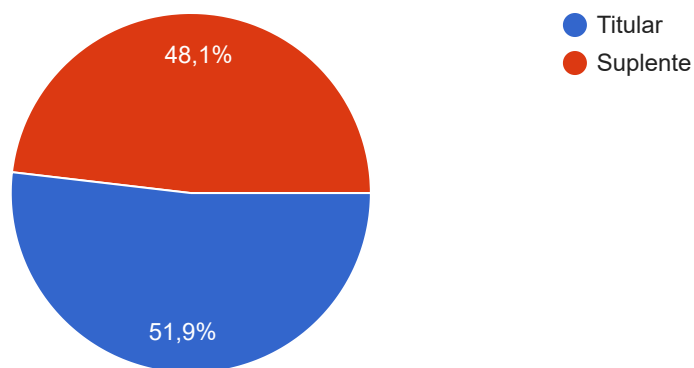
27 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

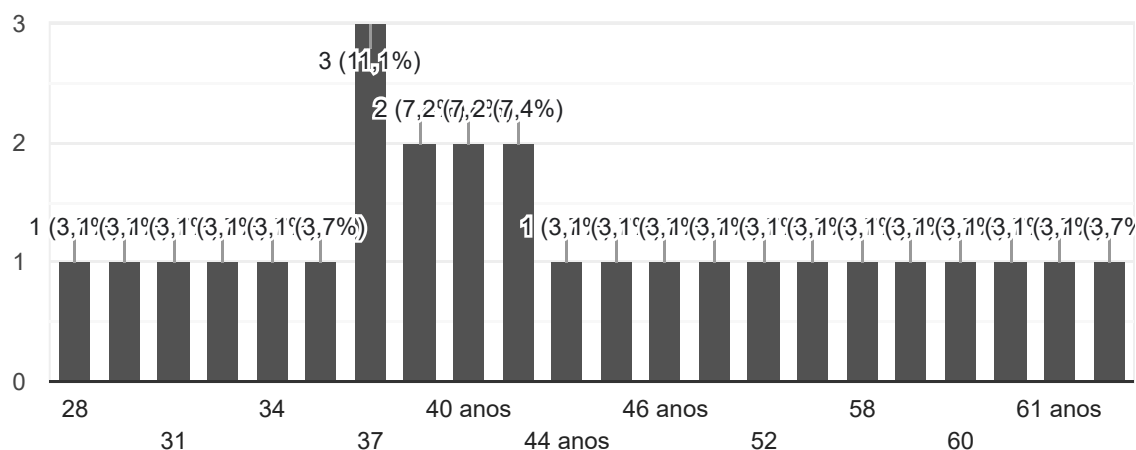
27 respostas



2 - Idade:

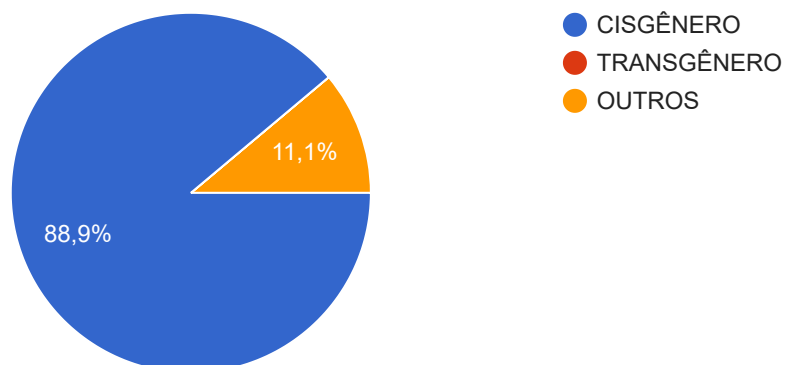
[Copiar](#)

27 respostas



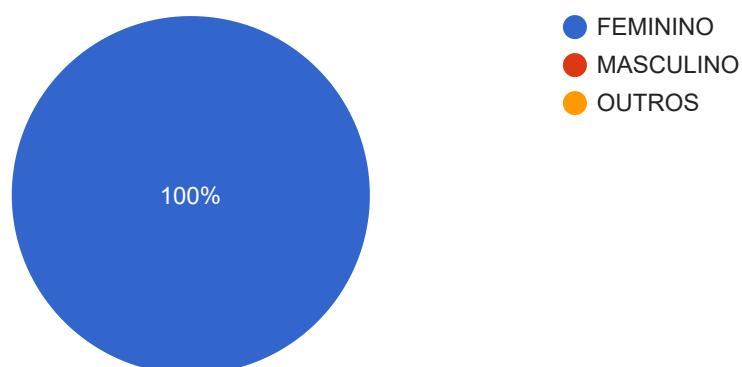
3 - Identidade de gênero:

27 respostas



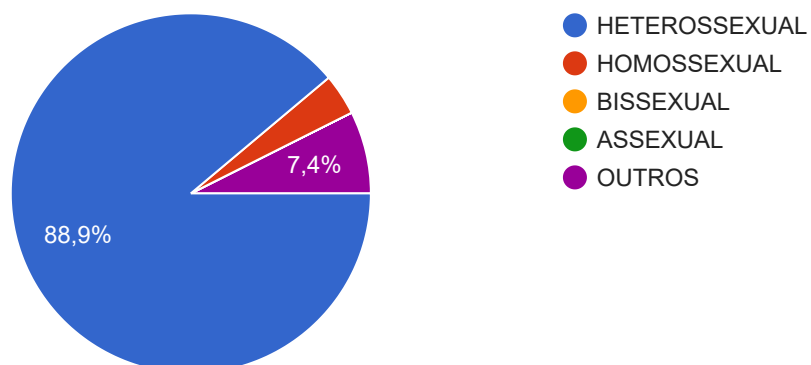
4 - Expressão de gênero:

27 respostas



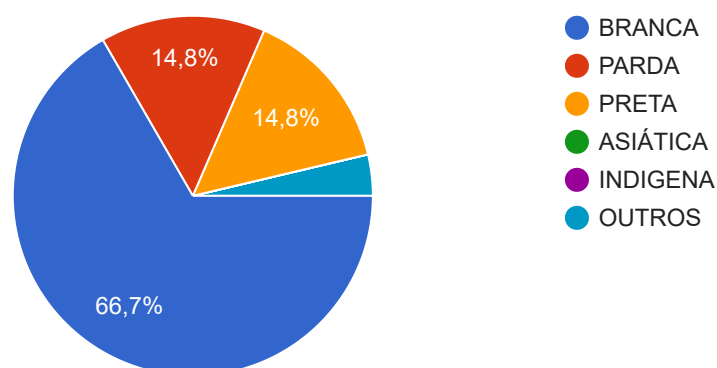
5 - Orientação afetivo-sexual:

27 respostas

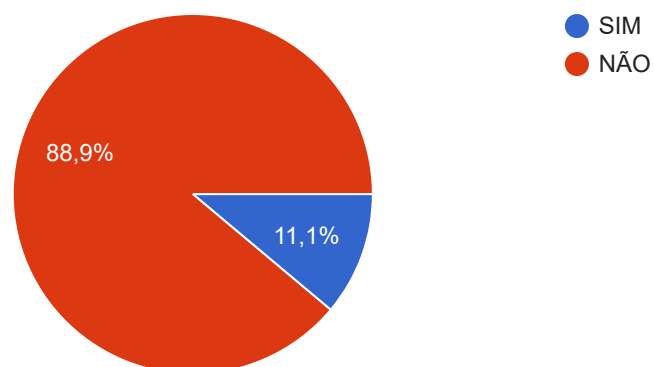


6 - Raça/cor: Copiar

27 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

27 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

3 respostas

pés torto congênito

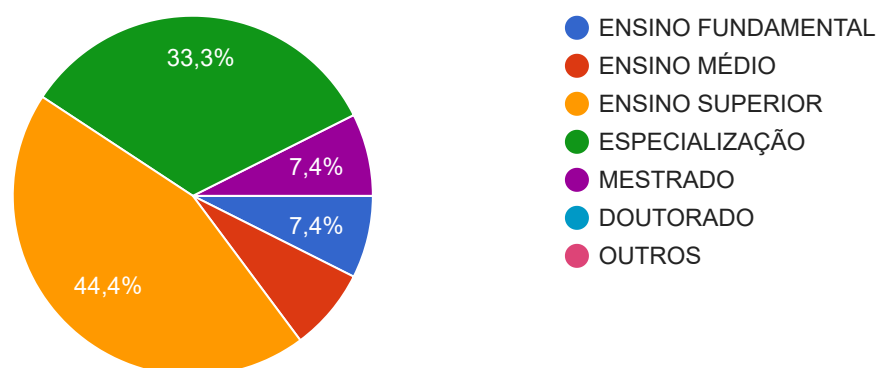
Motora

Motora

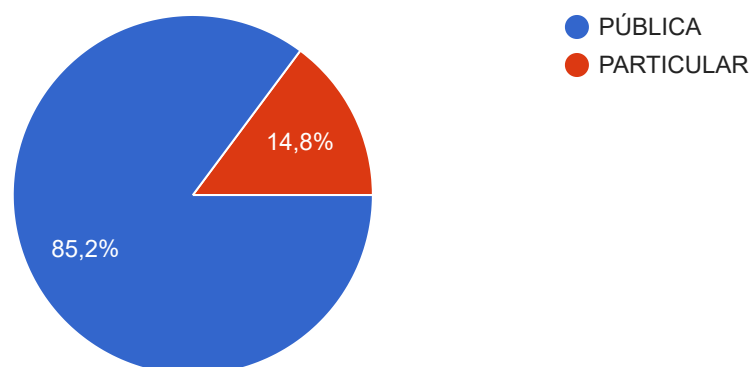


9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

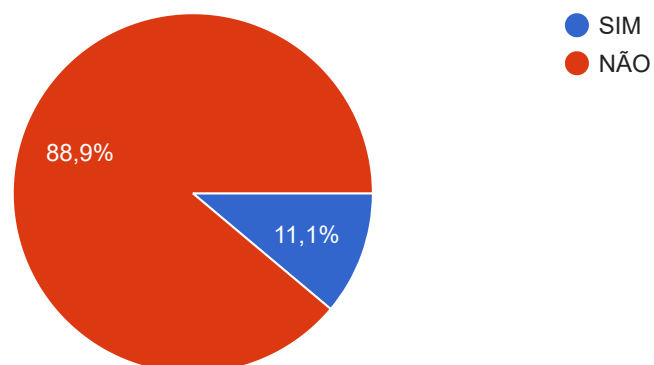
27 respostas

**10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:** Copiar

27 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

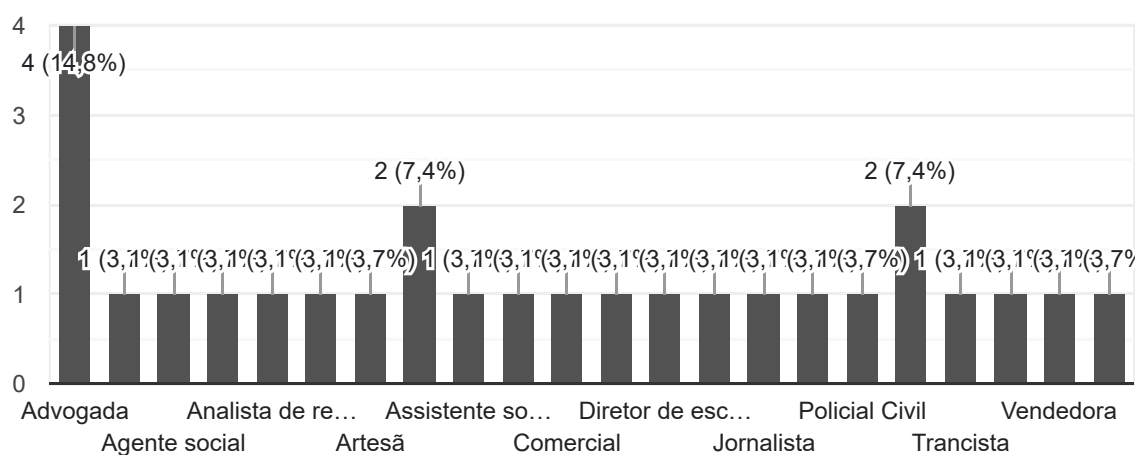
27 respostas



12 - Qual sua profissão?

[Copiar](#)

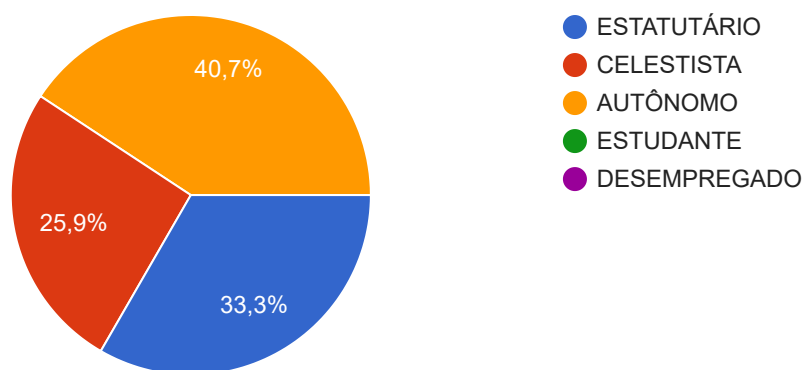
27 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

[Copiar](#)

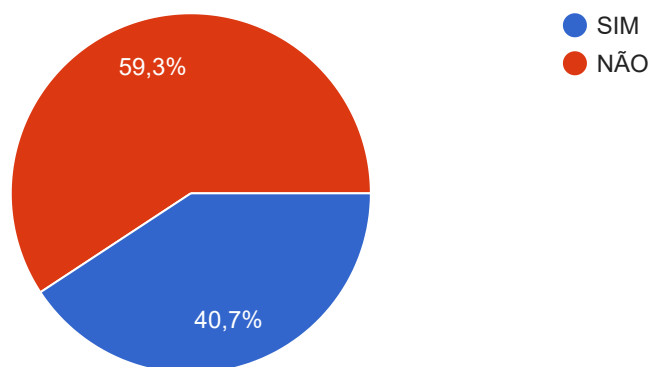
27 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

[Copiar](#)

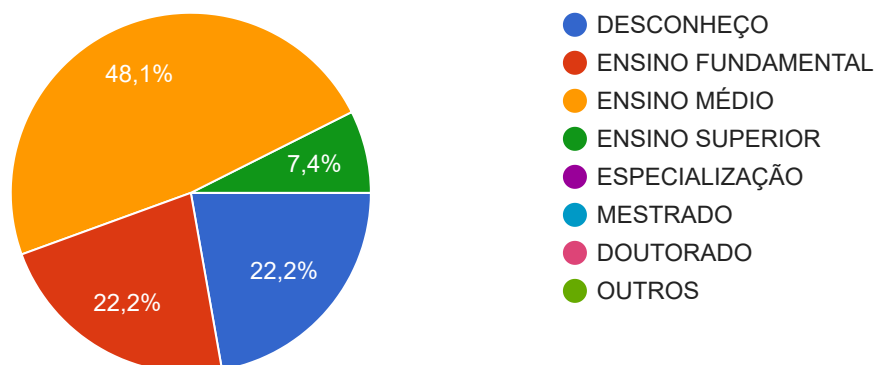
27 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

[Copiar](#)

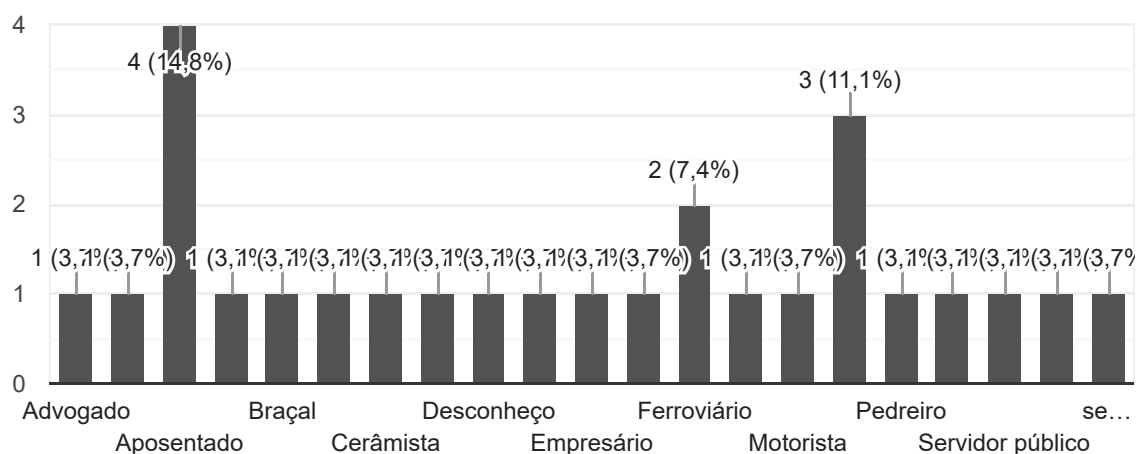
27 respostas



16 - Profissão de seu pai:

[Copiar](#)

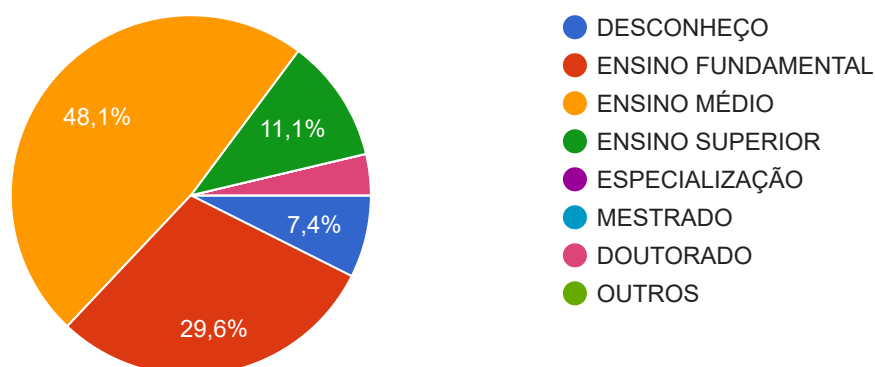
27 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

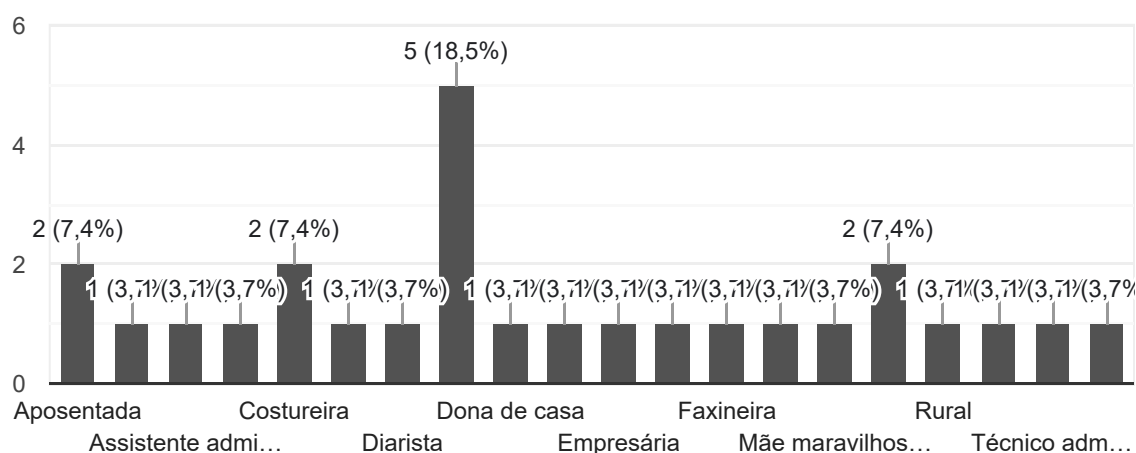
[Copiar](#)

27 respostas

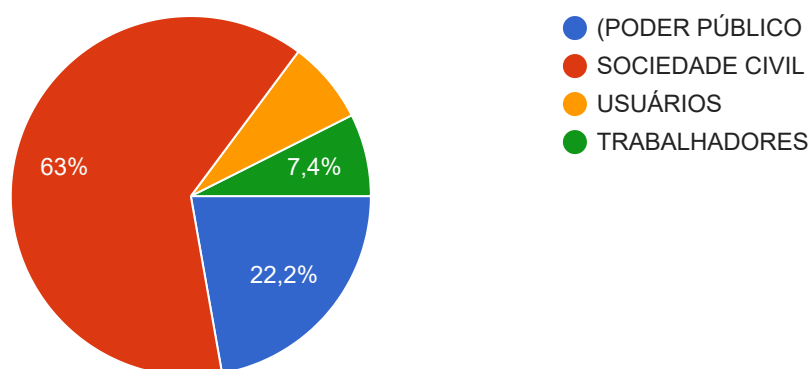


18 - Profissão da sua mãe: Copiar

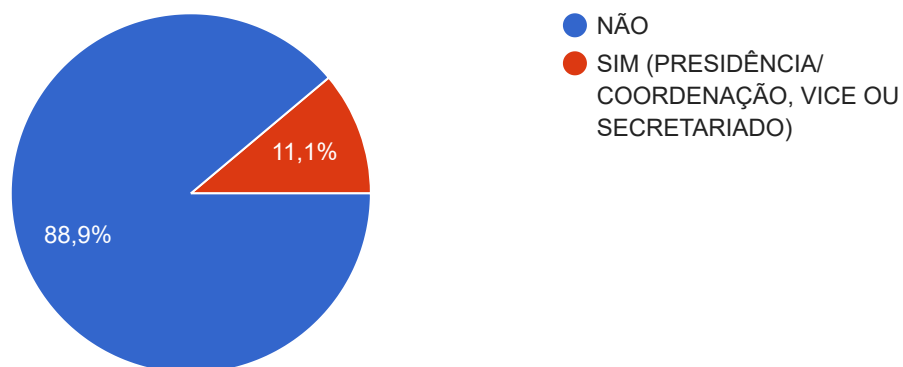
27 respostas

**19 - Neste conselho municipal você representa:** Copiar

27 respostas

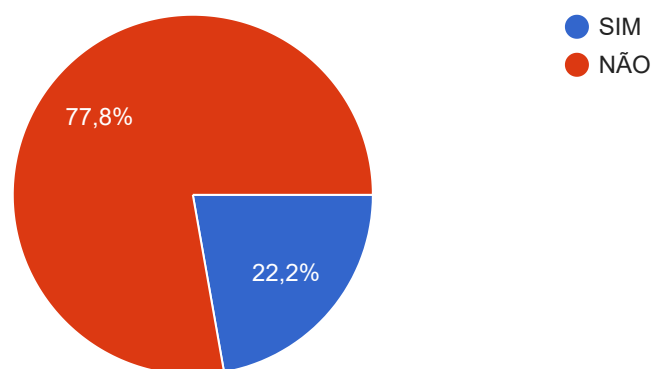
**20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?** Copiar

27 respostas

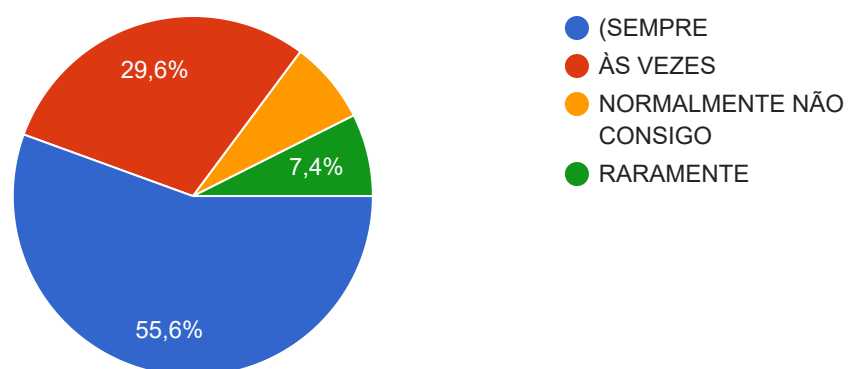


21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho? Copiar

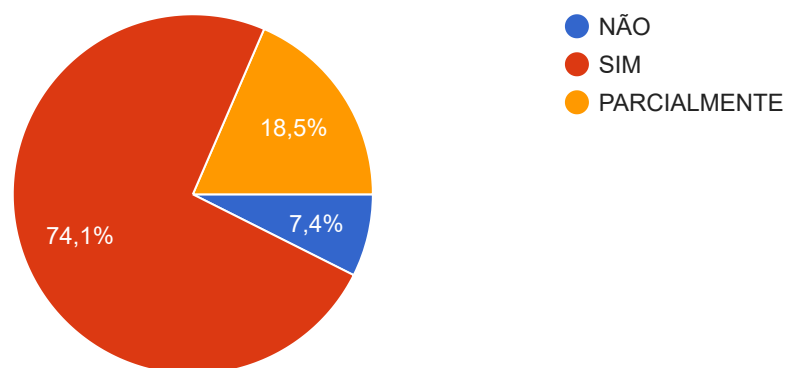
27 respostas

**22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?** Copiar

27 respostas

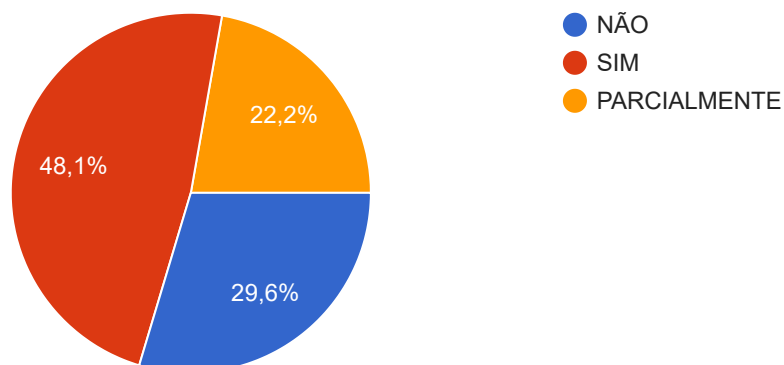
**23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?** Copiar

27 respostas

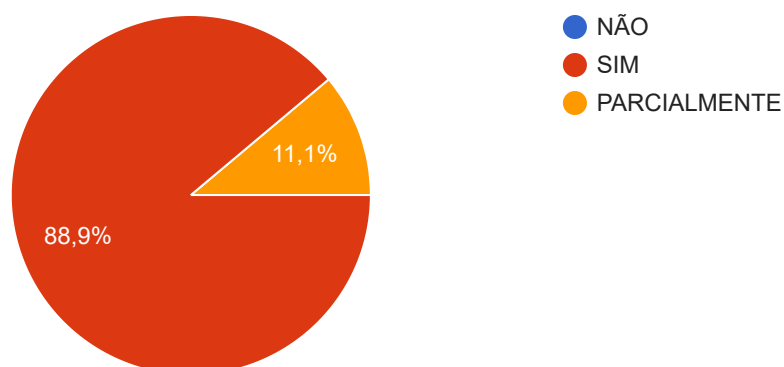


24 - Conhece o regimento interno? Copiar

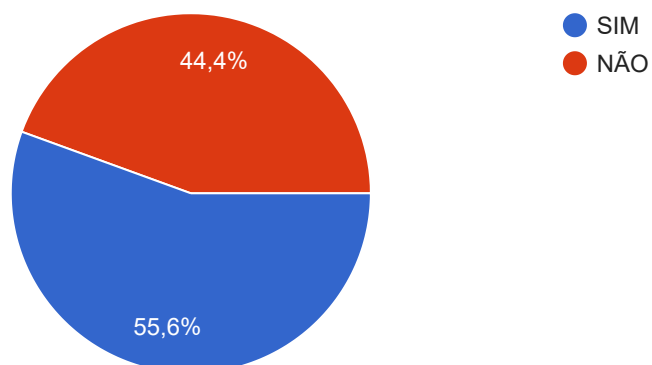
27 respostas

**25 - Você sente que existe espaço para debate?** Copiar

27 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

27 respostas



27 - Se sim, quais?

14 respostas

Instituto Elas

Lions Clube e Rede Educa

OAB

RME

Frete Nacional de Mulheres com Deficiência

Lions Clube Bauru Autismo

Instituto Helenas

outros conselhos municipais

Oab

Diga não a violência...

Frente Nacional da Mulher com Deficiência

OSC Portas Abertas

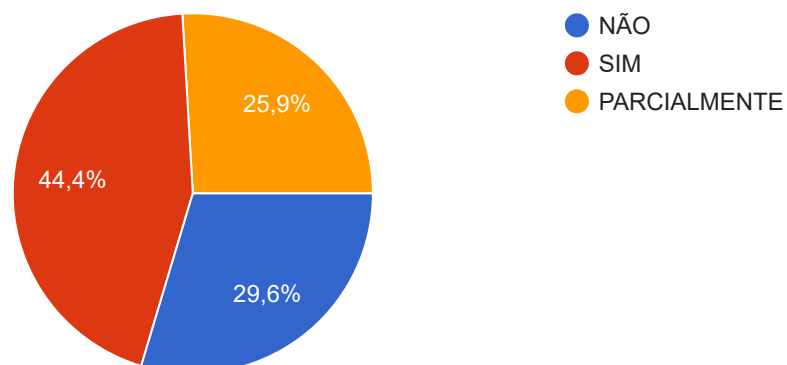
PSB mulheres

Ong

28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais?

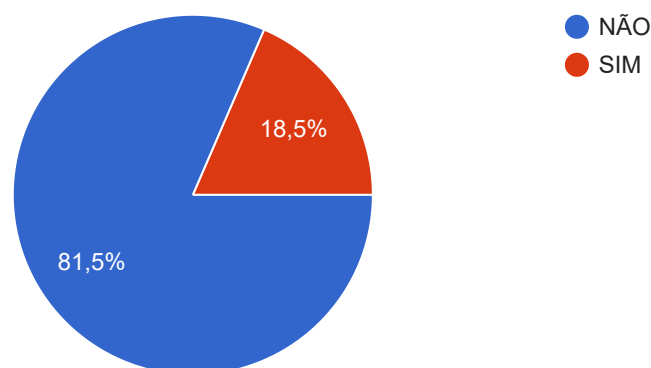
 Copiar

27 respostas



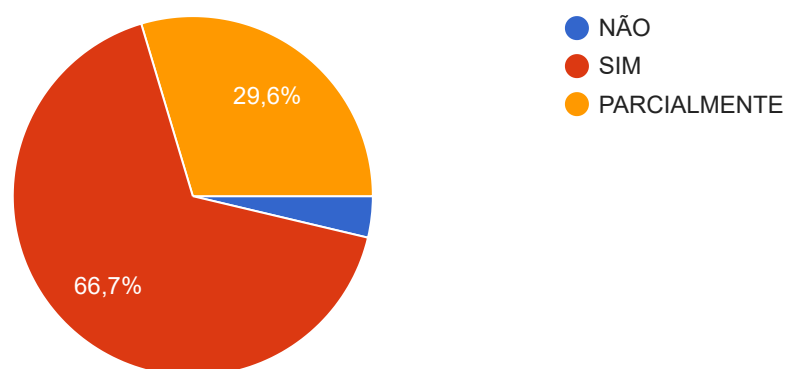
29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

27 respostas



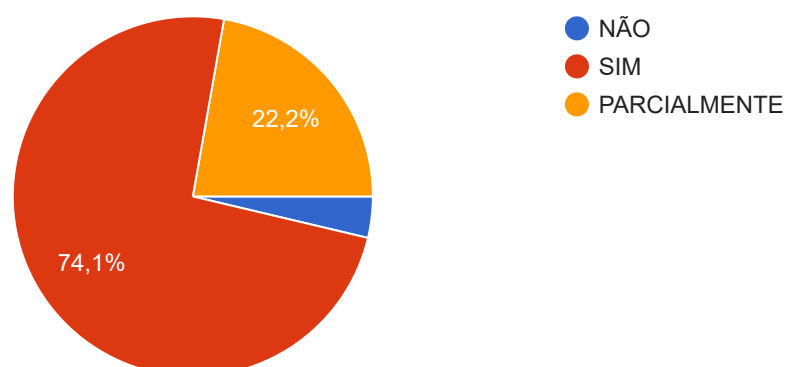
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

27 respostas



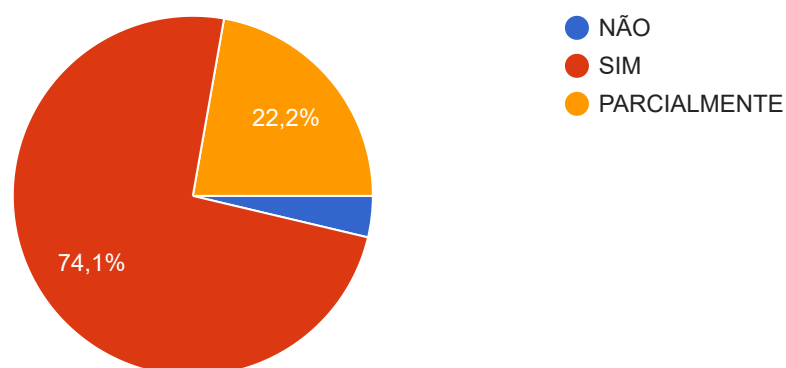
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

27 respostas



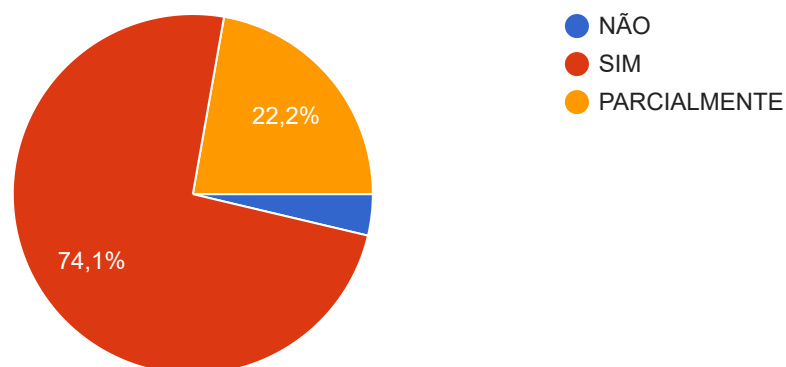
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

27 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

27 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

27 respostas

Desconheço

Este será meu primeiro ano , ainda não tenho minha opinião formada

Comunicação entre todos os conselhos e informações mais rápidas do município

Comunicação entre a rede,desafio maior criar políticas publicas sem verbas.

no momento não vejo entraves ao desenvolvimento das atividades do conselho.

Conseguir reunir todas as conselheiras

Falta: Comunicação entre a rede. Obstáculo: Criar políticas publicas sem verba. Desafios, são tantos, tantos, tantos.

A falta de comunicação entre os conselhos

Acho que um desafio será reunir todas as conselheiras nas reuniões

Ainda não sei

Não tenho experiência para responder.

muitas vezes a falta de orientação sobre o papel do conselho, pois muitos são indicados para completarem a vaga. A dificuldade de fazer articulação com outros conselhos em atividades/ações que precisamos para parceria, deliberação.

Articulação entre os conselhos

Não posso avaliar neste momento

Participação Ativa

nada consta

Ser mulher já dificulta...pq agora estamos sendo vistas...

A comunicação e união entre os conselhos



Serem ouvidos

Data para reunião onde todas possam comparecer

Participação da totalidade de seus membros

Horários dentro do horário comercial que impede de participarmos das reuniões

Muita burocracias

.

Horário

Era a falta de recursos financeiros

35 - Se desejar, deixe um comentário:

8 respostas

Sou nova integrante do conselho.

Estou aberta a novos desafios e ficarei imensamente feliz em agregar algo de alguma forma na vida das pessoas .

Nova no conselho

Acabei de entrar no Conselho. Muitas questões não tenho experiência para responder ainda. As que são de resposta obrigatória, principalmente, respondi para liberar envio. Grata e à disposição.

de maior participação de mulheres, melhor divulgação para sociedade civil, envolver mais outros conselhos para participarem, principalmente as mulheres. Precisamos desenvolver mais ações como conferencias, provocar audiencias públicas. que possamos desenvolver mais grupos de pesquisas, para levantamento de dados, de espaços para debates, para identificação de genero e raça, maior participação de apoio a outros grupos e movimentos em favor da mulher.

Feliz por defender as Mulheres. Diga Não a Violência...somos Fortes e Independente...somos muito inteligente.

Fazer uma mobilização para unir os conselhos.

Espero que conseguimos caminhar com excelência e ter resolutividade nas propostas.

Precisamos de mais apoio dis bairros escolas comunidades



COMUDE - Perfil e avaliação

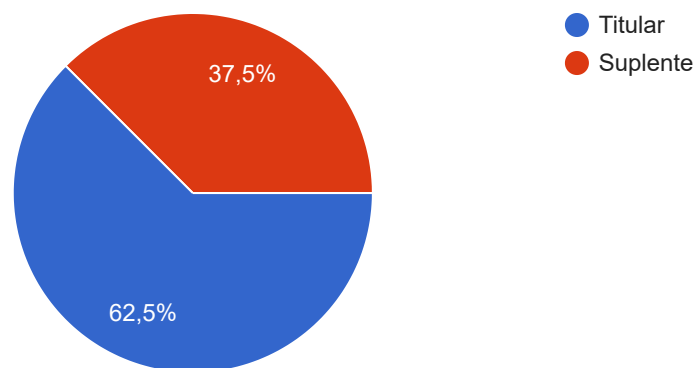
24 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

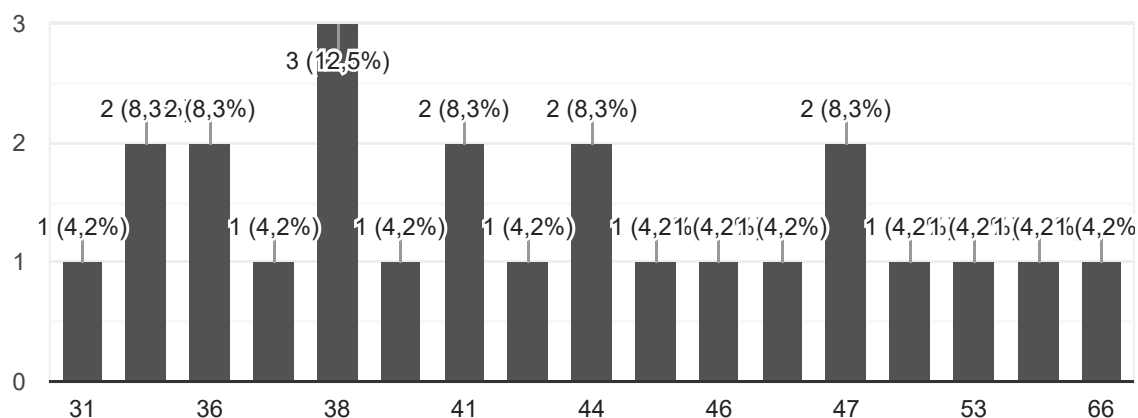
24 respostas



2 - Idade:

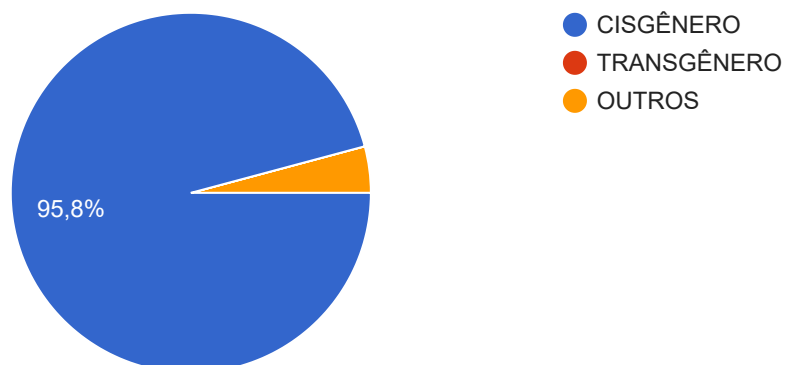
[Copiar](#)

24 respostas



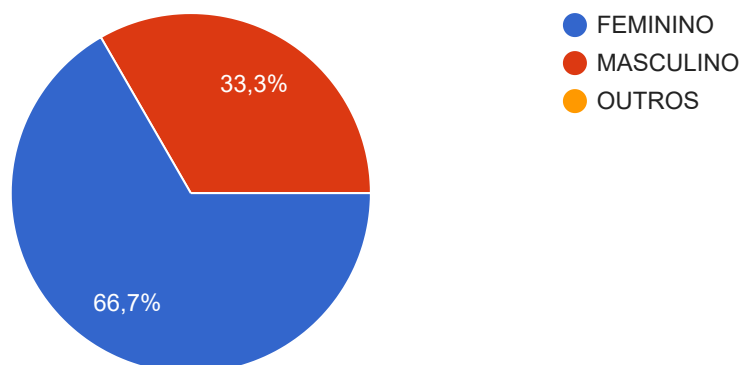
3 - Identidade de gênero:

24 respostas



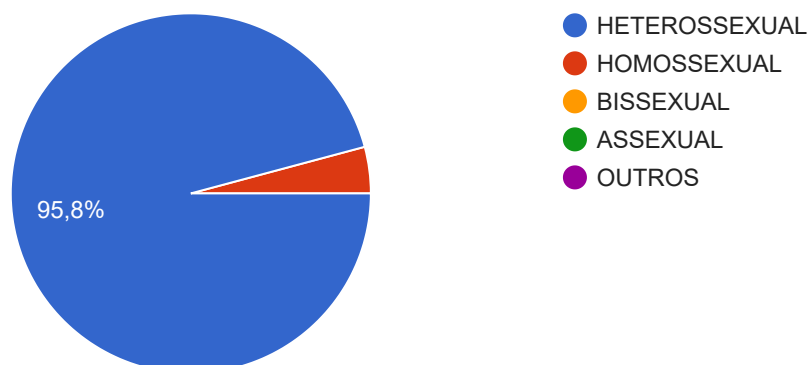
4 - Expressão de gênero:

24 respostas



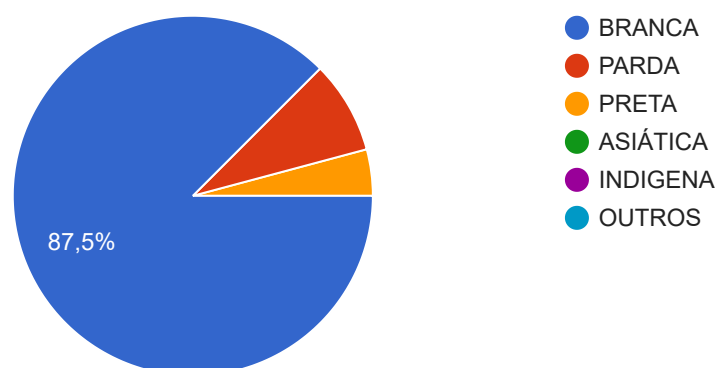
5 - Orientação afetivo-sexual:

24 respostas

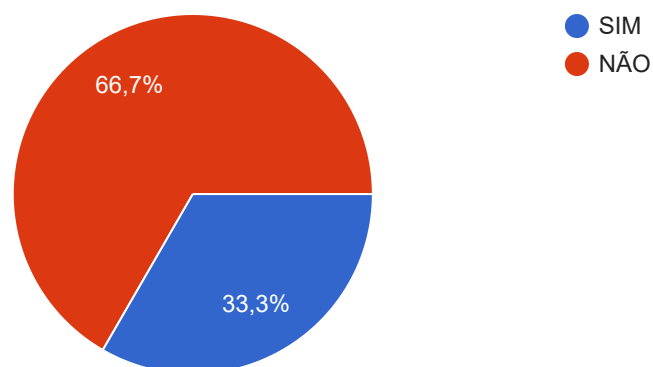


6 - Raça/cor:
 Copiar

24 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?**
 Copiar

24 respostas

**8 - Se sim, qual deficiência?**

8 respostas

Motora

Física tetraplegia

Deficiência Física

Monoparesia membro inferior esquerdo

Tetraplégico

Visual Bilateral Total

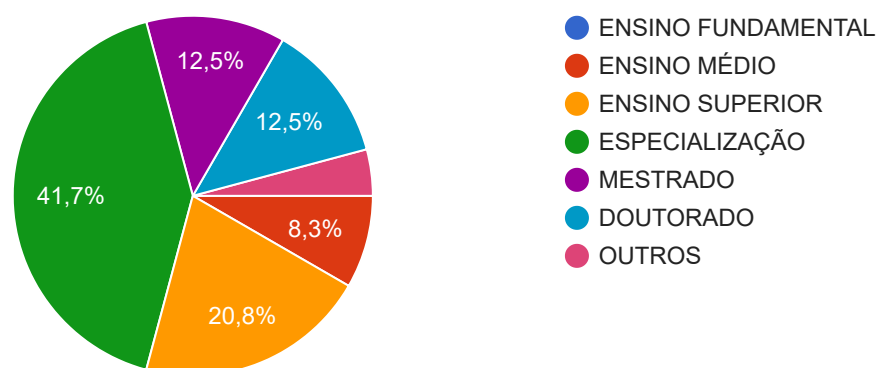
Amputado transtibial

Paraplégica

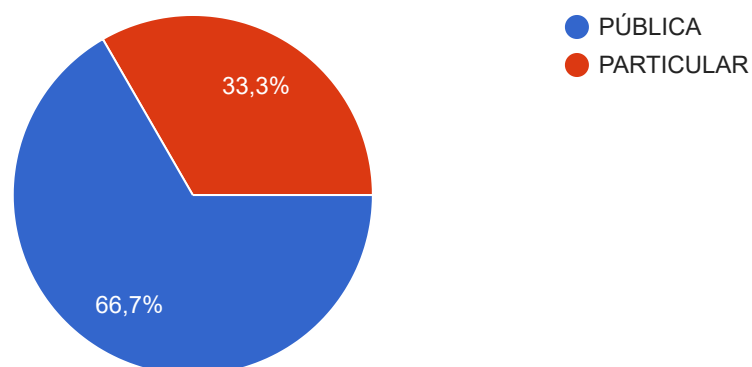


9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

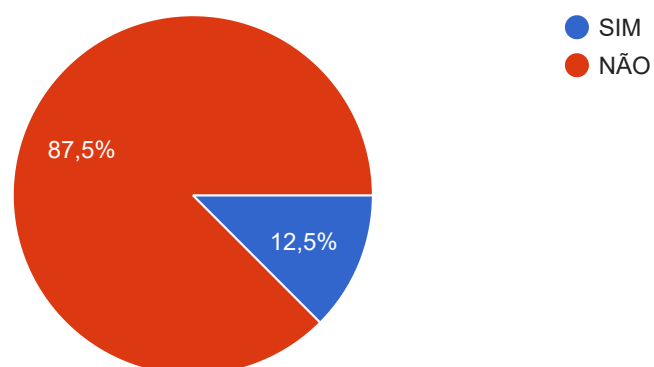
24 respostas

**10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:** Copiar

24 respostas

**11 - Aposentado:** Copiar

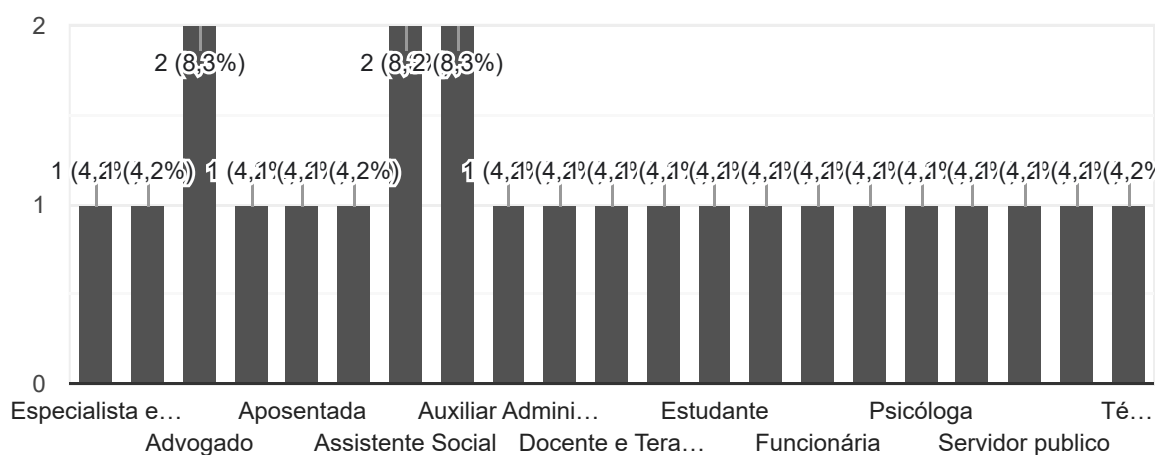
24 respostas



12 - Qual sua profissão?

[Copiar](#)

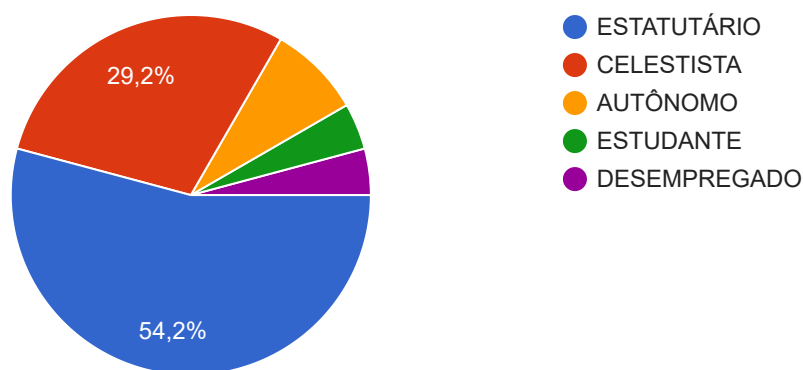
24 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

[Copiar](#)

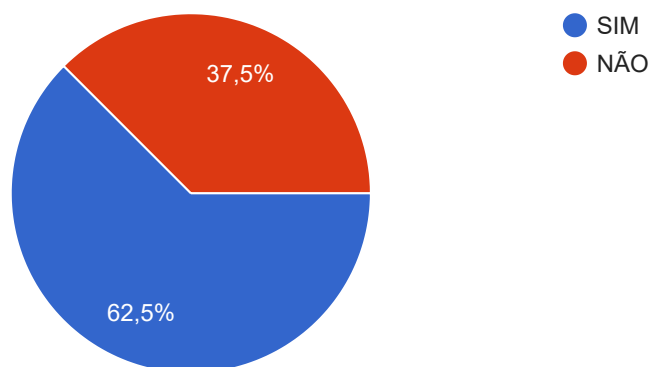
24 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

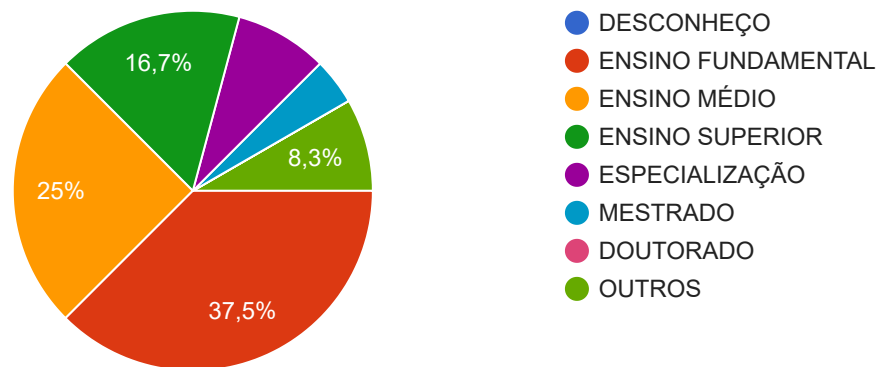
[Copiar](#)

24 respostas

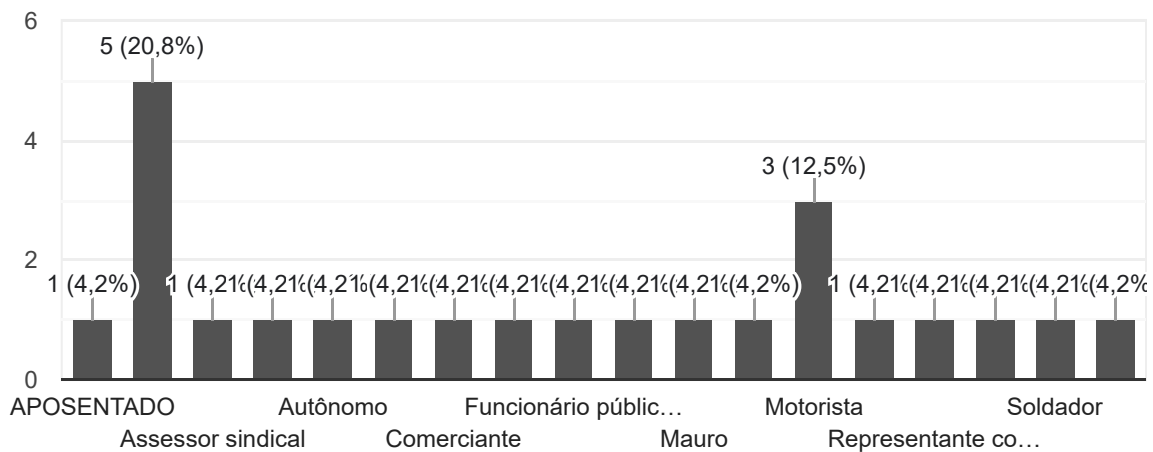


15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão): Copiar

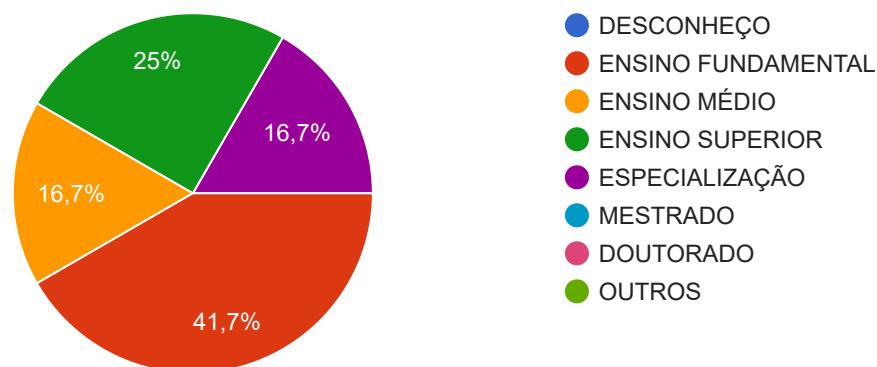
24 respostas

**16 - Profissão de seu pai:** Copiar

24 respostas

**17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):** Copiar

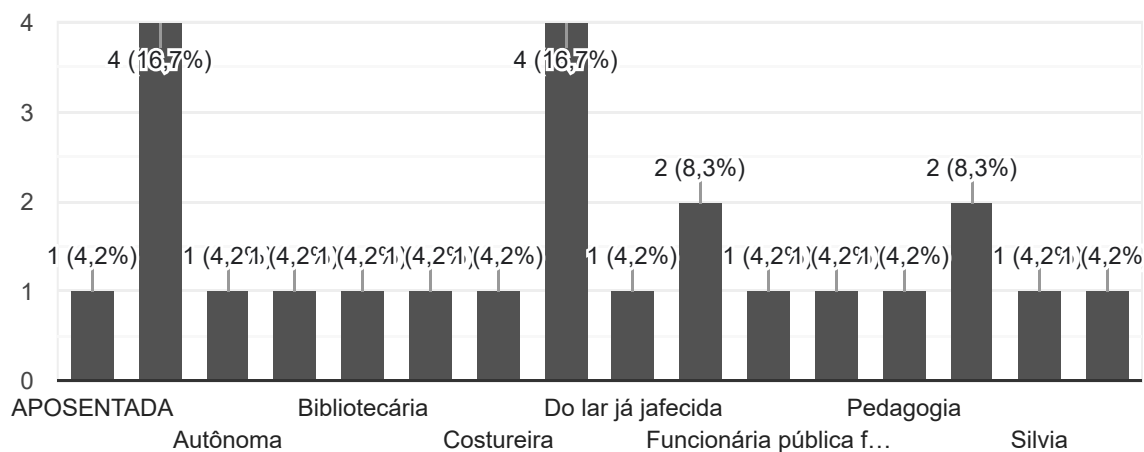
24 respostas



18 - Profissão da sua mãe:

[Copiar](#)

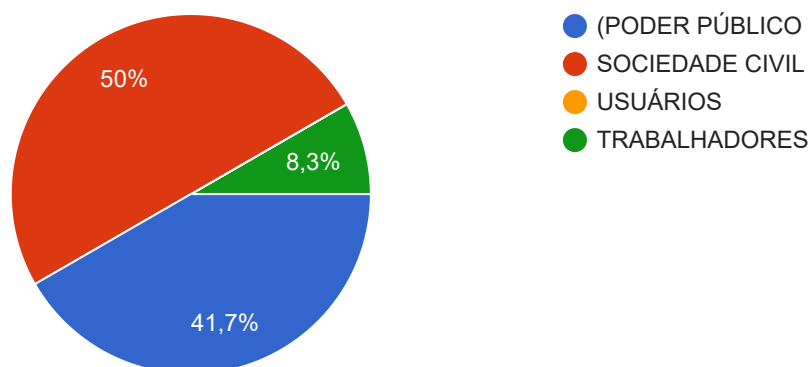
24 respostas



19 - Neste conselho municipal você representa:

[Copiar](#)

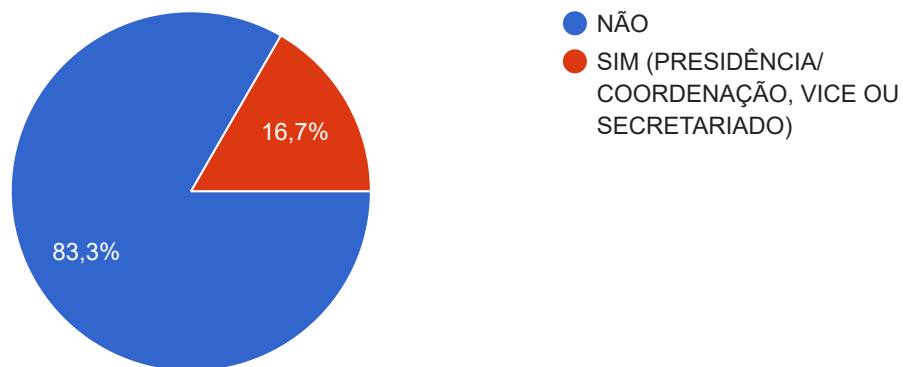
24 respostas



20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?

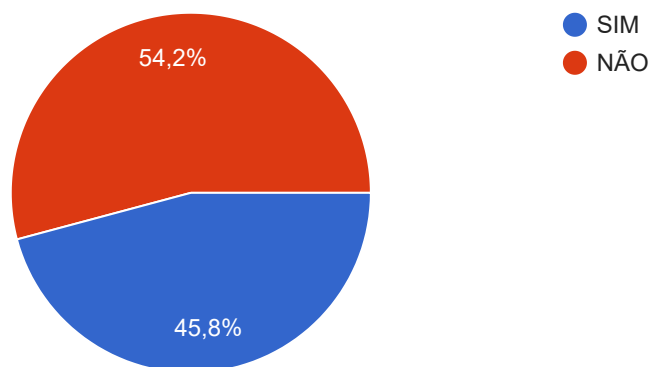
[Copiar](#)

24 respostas

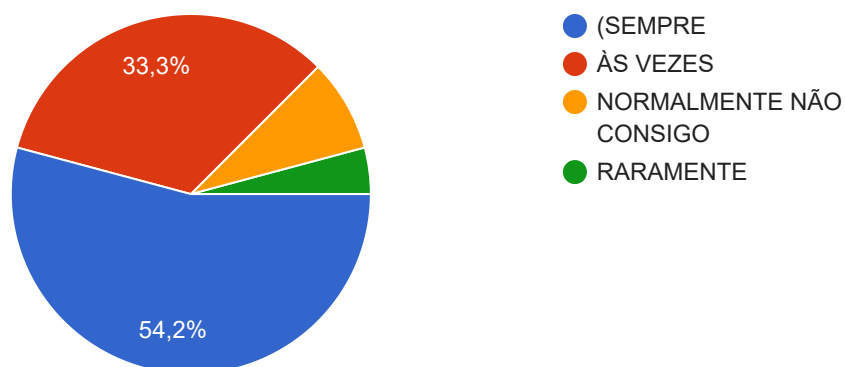


21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho? Copiar

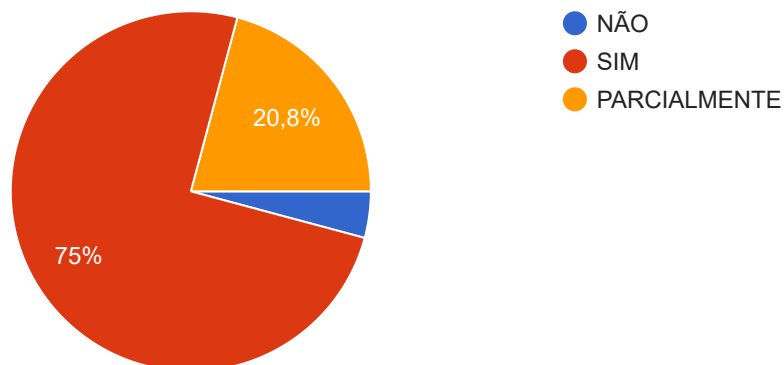
24 respostas

**22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?** Copiar

24 respostas

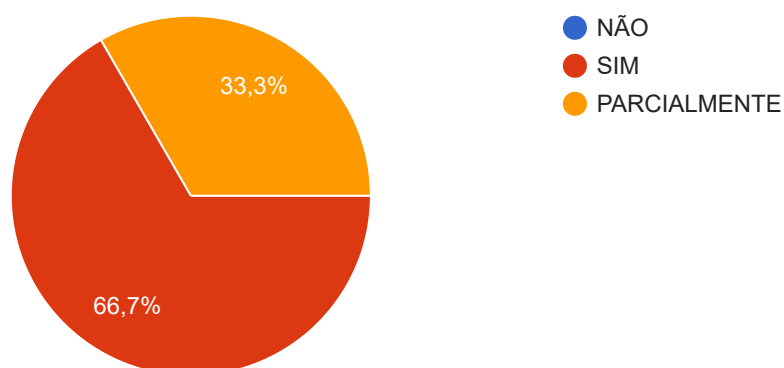
**23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?** Copiar

24 respostas

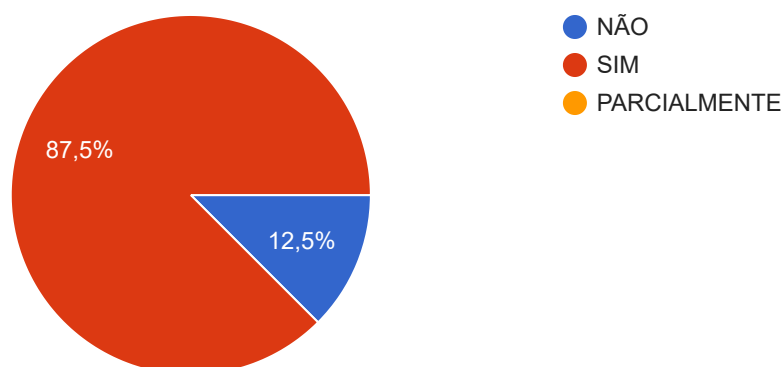


24 - Conhece o regimento interno? Copiar

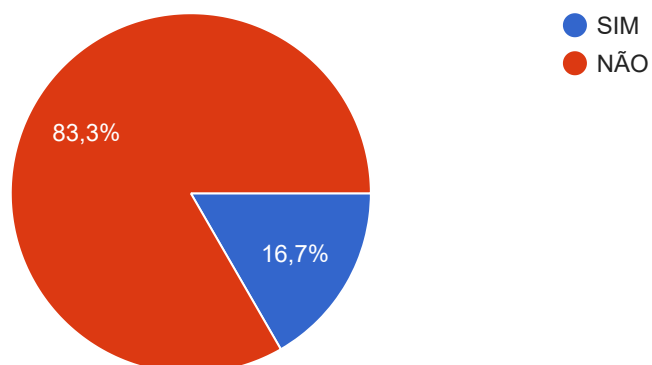
24 respostas

**25 - Você sente que existe espaço para debate?** Copiar

24 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

24 respostas



27 - Se sim, quais?

3 respostas

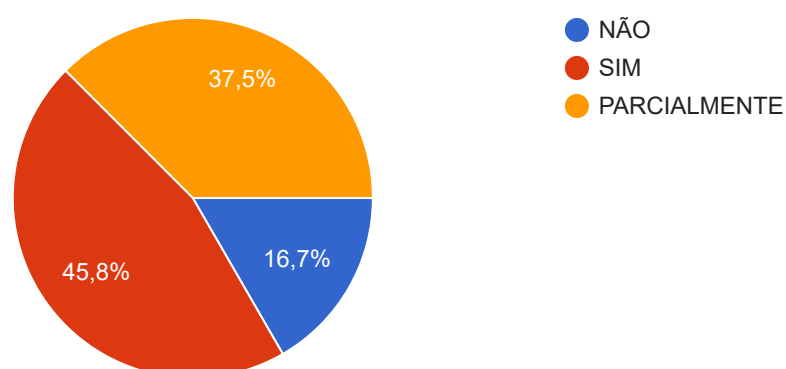
Cress

Igreja

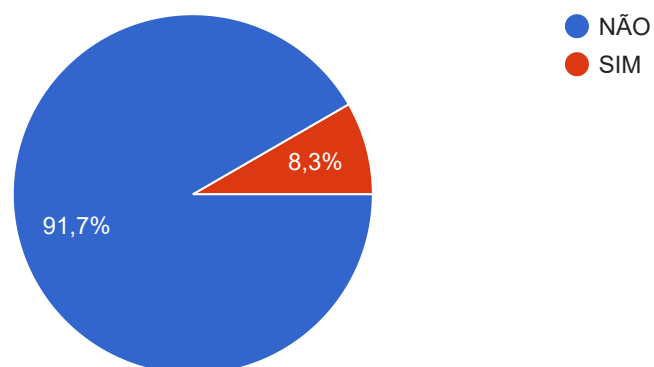
Apae e Comude

28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais? Copiar

24 respostas

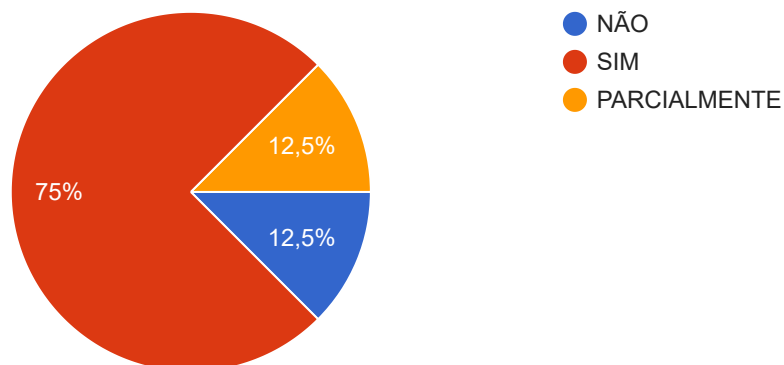
**29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?** Copiar

24 respostas



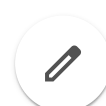
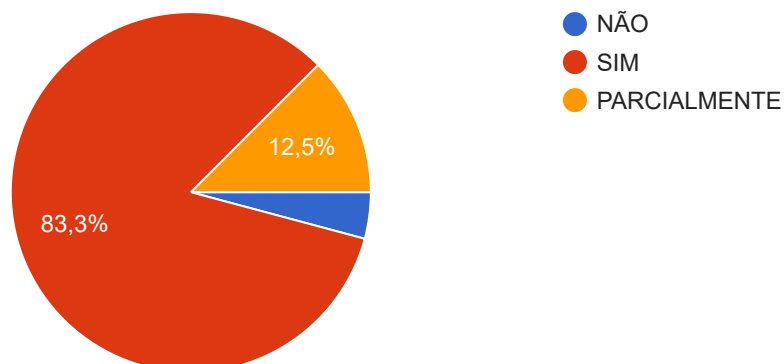
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

24 respostas



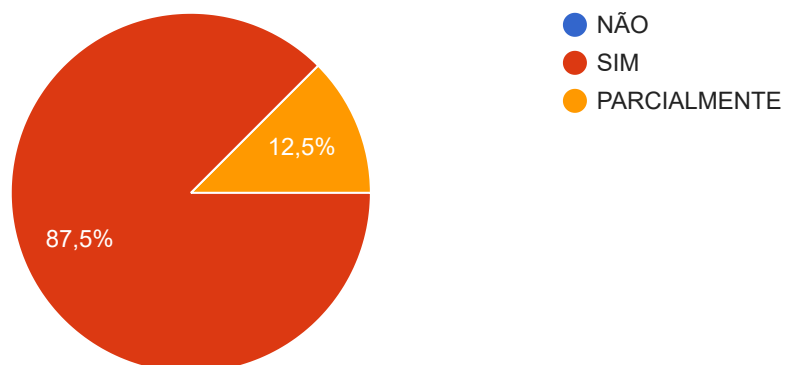
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

24 respostas



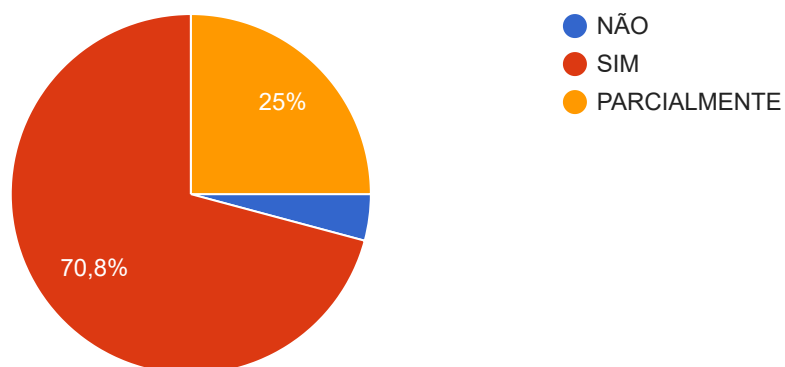
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

24 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

24 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

24 respostas

Mais apoio da SEBES

Aceitação e poder que o município não oferece. Ainda esta na luta para ser um conselho deliberativo.

Maior participação dos conselheiros

Ausência de Autofinanciamento

.

Falta participação geral da comunidade, falta tbm divulgar ações e acontecimentos positivos, visto que hoje prevalece apenas o negativo.

Desafios buscar uma sociedade mais justa e igualitária a todos.

Participação e envolvimento dos conselheiros. Após o primeiro ano de gestão, há uma queda na participação.

Aumentar o debate de políticas públicas pertinentes ao conselho

Mais divulgação e ações para mobilizar a participação

A pessoa que está como coordenadora é uma pessoa que só pensa em si mesmo. Tudo o que ela faz é para benefício próprio e político. Se vc desagrada ela em alguma decisão é boicotado. Participei ativamente por quase quatro anos, e na última semana da PCD ela me boicotou em tudo pq tivemos uma discussão. Não me convidou pra nada e tudo o que ela faz não é debatido na executiva. Só ficamos sabendo depois quando ela comunica na reunião. E depois fica reclamando que ninguém participa. Fala mal de todos os membros e se vc tem opiniões diferentes aí que ela boicota a pessoa mesmo. Já vi acontecer várias vezes durante a gestão dela, com várias pessoas. É uma senhora Mal Educada, que precisa aprender muito ainda sobre lidar com pessoas.

organização

Desburocratizar a máquina pública para maiores benfeitorias

Como não sou assídua não posso pontuar

impasses sociais e políticos

A morosidade de todo sistema



Vejo que este é um coletivo forte.

Maior divulgação

Muitas

A principal falta é a participação de todos os órgãos, entidades e sociedade civil nas reuniões, que faria com que os caminhos a percorrer fossem menos árduos e também com que as demandas pudessem ser mais discutidas e solucionadas mais rapidamente ou diretamente pelo órgão competente

A dificuldade do conselho ser ouvido e respeitado pelo poder público. A falta de comunicação e unidade entre os conselhos. O maior desafio é fazer com que as políticas públicas aconteçam, as ações do Poder Público em relação ao conselho é limitada e engessada, tudo é difícil

Divulgação

Financiamento, mais apoio institucionais.

Falta de efetivação sobre os debates em reuniões dos temas abordados. Muita burocracia, e parece que nada será feito pelo poder público sobre o que é discutido e votado nas reuniões. Sinto que é apenas reuniões para ter conselho.

Nenhum

35 - Se desejar, deixe um comentário:

3 respostas

Eu comuniquei a Sebes sobre o que estava acontecendo e nenhuma providência foi tomada. Só me restou me afastar e não participar mais das reuniões. O conselho tem comissão de ética do qual eu faço parte mas quando questionei no grupo a coordenadora disse que eu deveria mandar um email expondo tudo para ela avaliar se acionaria o comitê de ética ou não. É uma ditadura? Pois bem, os conselheiros da executiva também estavam a par da situação e nada foi feito. A coordenadora tem pretensões políticas e usou o conselho esse tempo todo para se promover, mesmo o conselho sendo apolítico. A Sebes falhou com relação à isso.

O Comude merece mais visibilidade

Gostaria que o conselho da pessoa com deficiência tivesse mais visibilidade e efetividade na sociedade e nas ações do poder público como algo sério que precisa de atenção imediata. Pois é cansativo ter que sempre ficar reclamando e denunciando lugares públicos e privados sem acessibilidade e nada é feito. Somos visto como coitados e somos pessoas que tem o direito de ir e vir, assegurado na constituição artigo 5º, XV e LBI (Lei Brasileira de inclusão ,Lei nº13.146/2015.:Tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.) Respeito e atitude é o que falta.



COMUPI - Perfil e avaliação

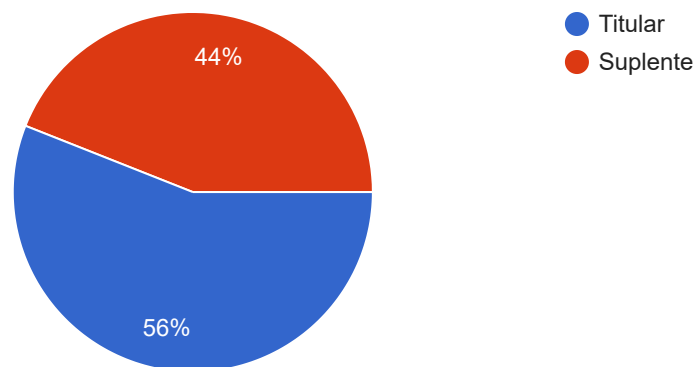
50 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

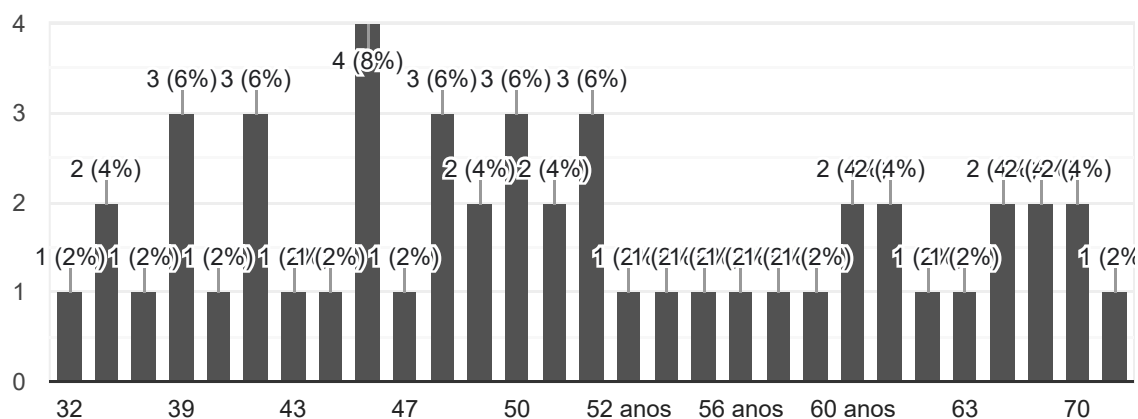
50 respostas



2 - Idade:

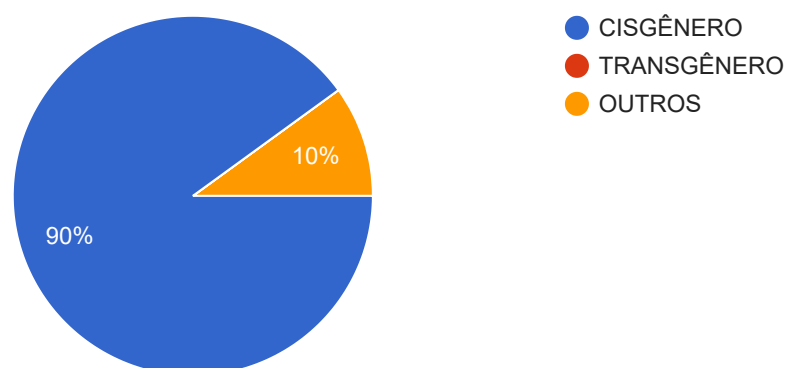
[Copiar](#)

50 respostas



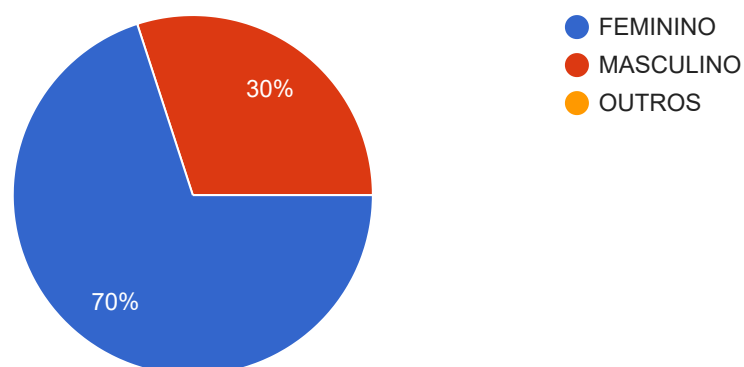
3 - Identidade de gênero:

50 respostas



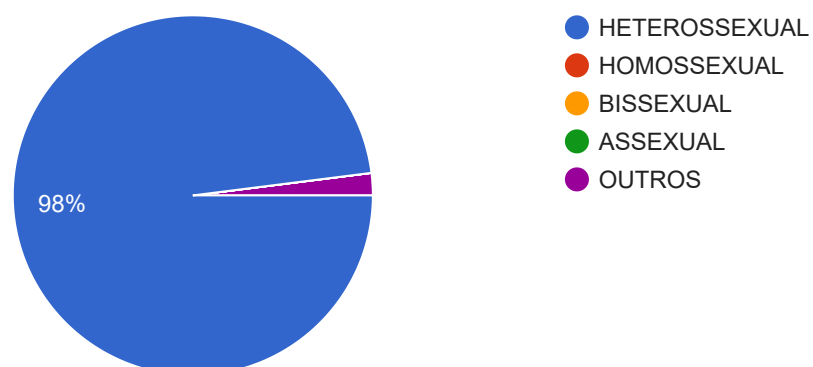
4 - Expressão de gênero:

50 respostas



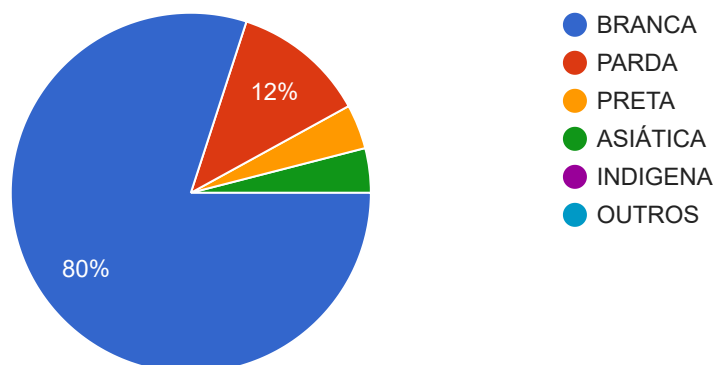
5 - Orientação afetivo-sexual:

50 respostas

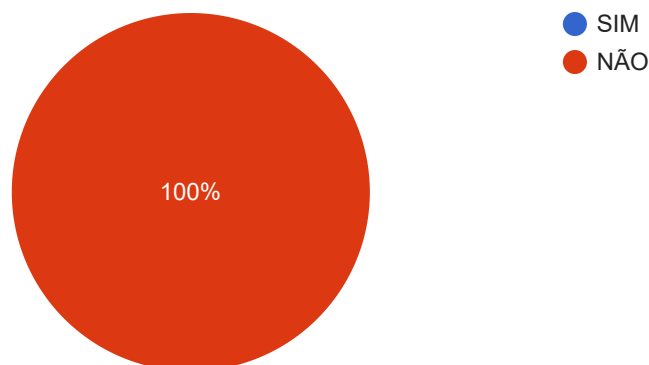


6 - Raça/cor: Copiar

50 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

50 respostas

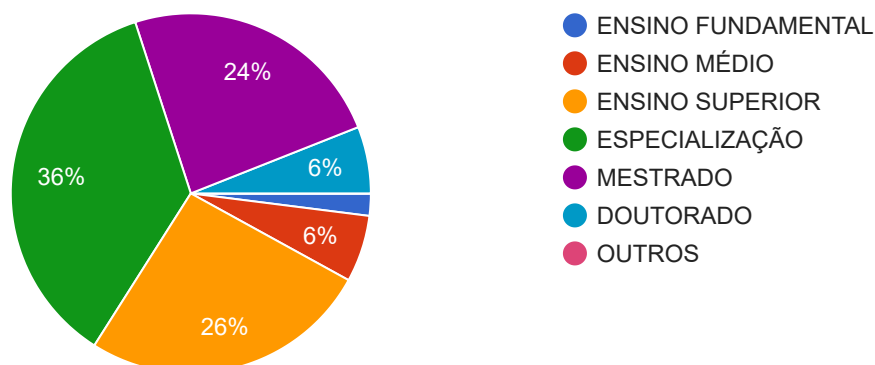
**8 - Se sim, qual deficiência?**

1 resposta

Nenhuma

9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

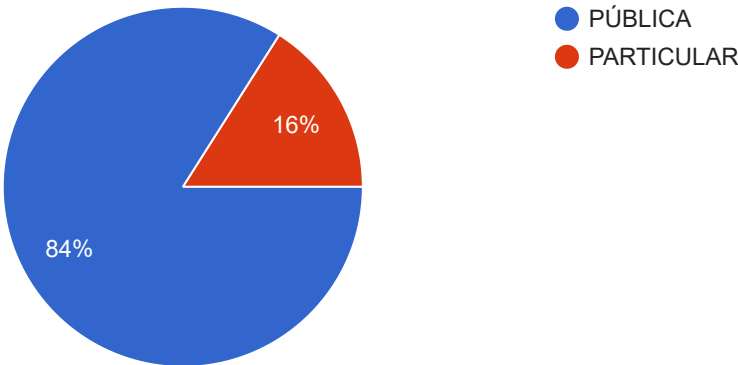
50 respostas



10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:

 Copiar

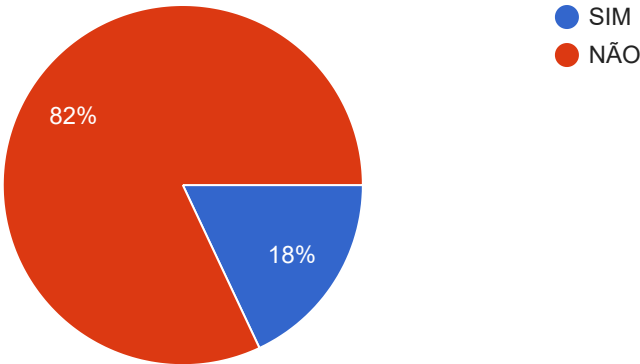
50 respostas



11 - Aposentado:

 Copiar

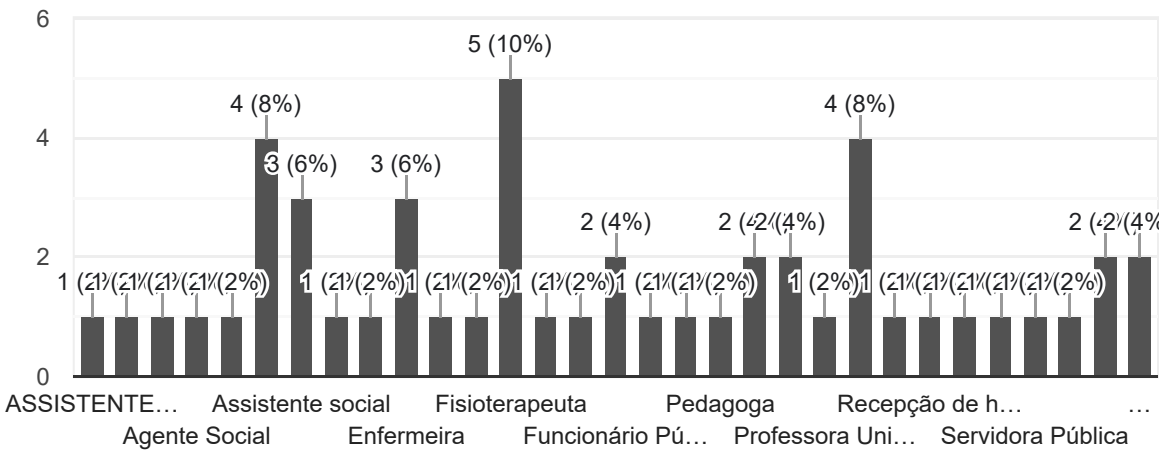
50 respostas



12 - Qual sua profissão?

 Copiar

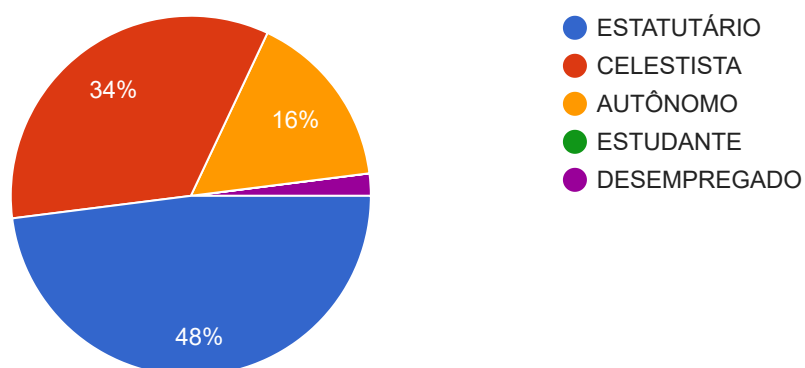
50 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

 Copiar

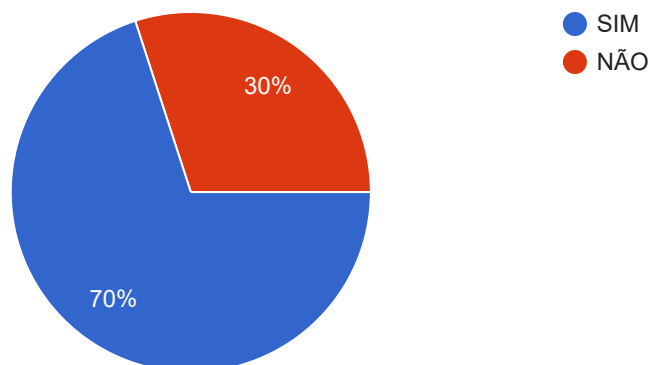
50 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

 Copiar

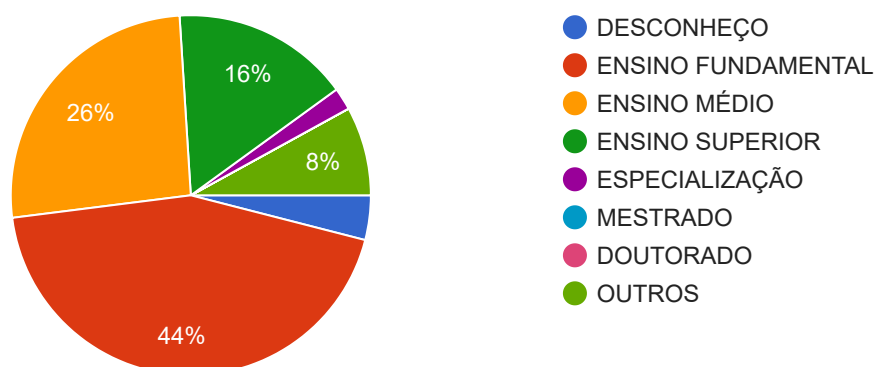
50 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

 Copiar

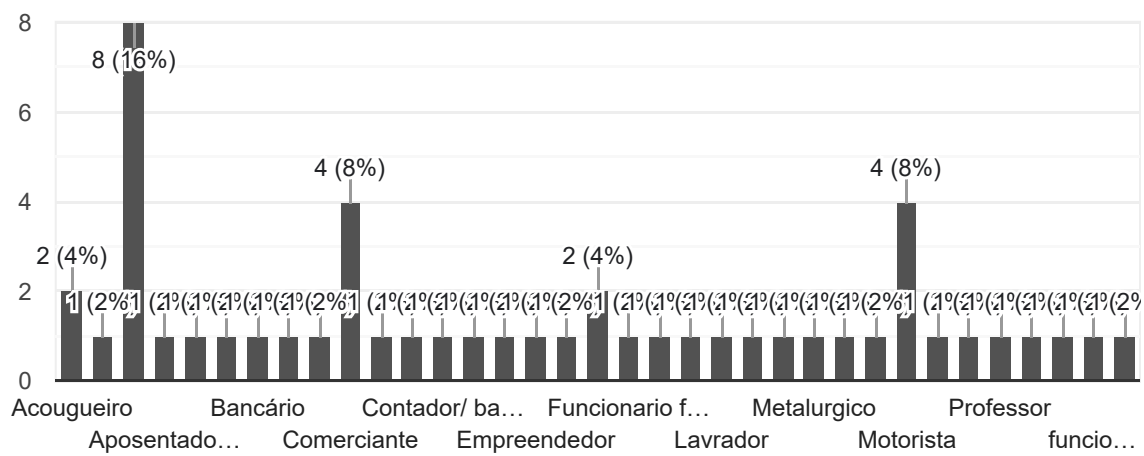
50 respostas



16 - Profissão de seu pai:

 Copiar

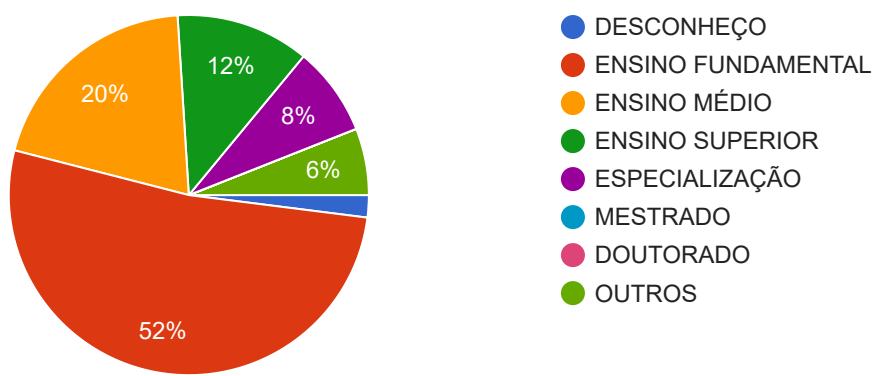
50 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

 Copiar

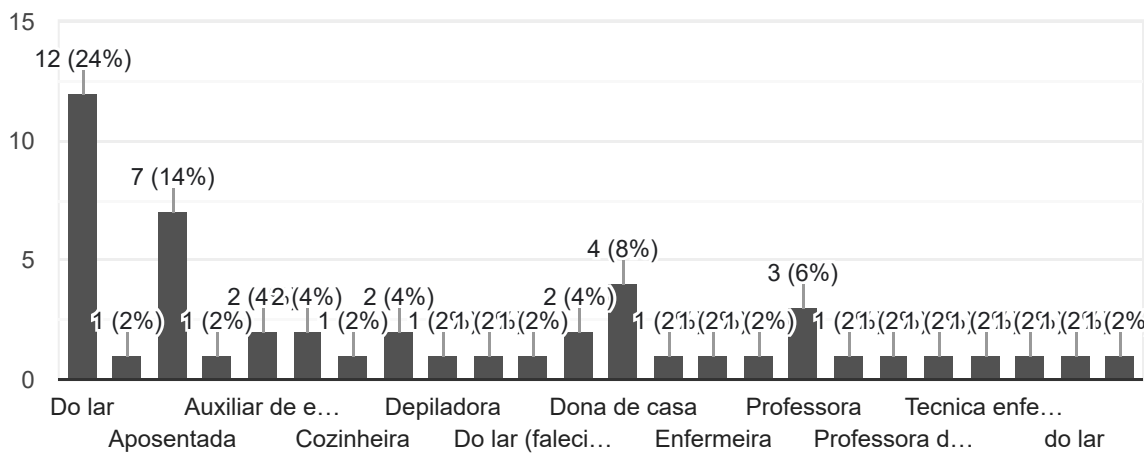
50 respostas



18 - Profissão da sua mãe:

 Copiar

50 respostas

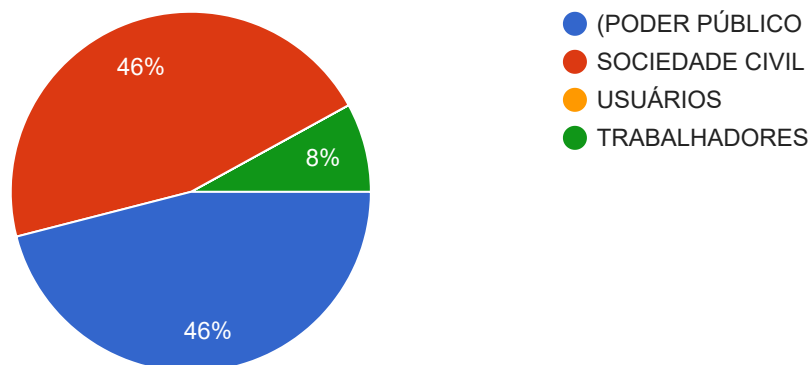




Copiar

19 - Neste conselho municipal você representa:

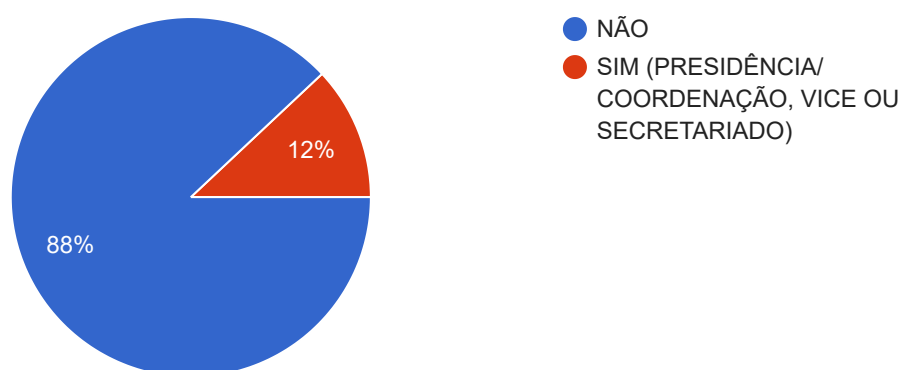
50 respostas



Copiar

20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?

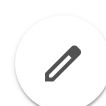
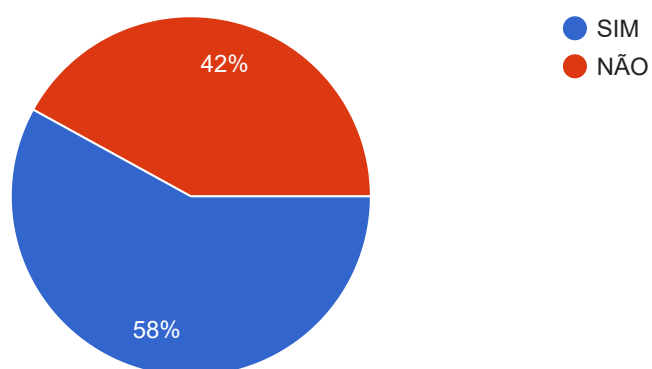
50 respostas



Copiar

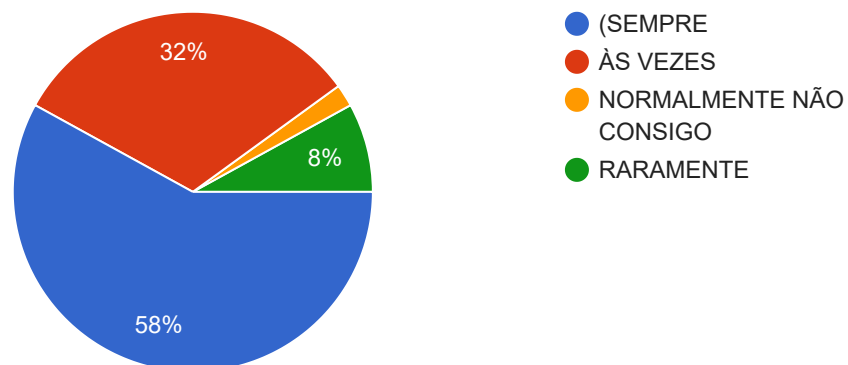
21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho?

50 respostas



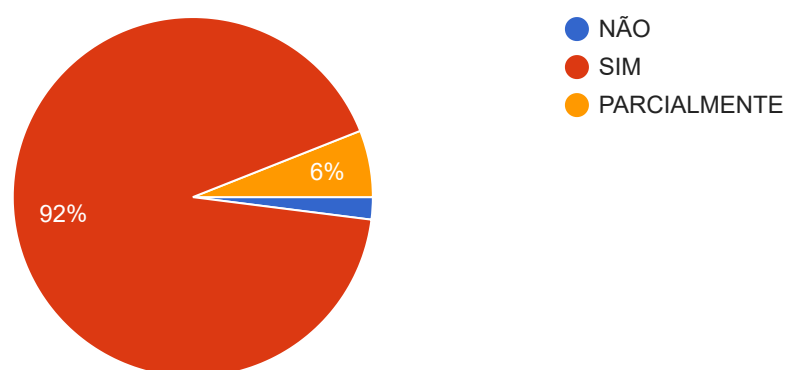
22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?

50 respostas



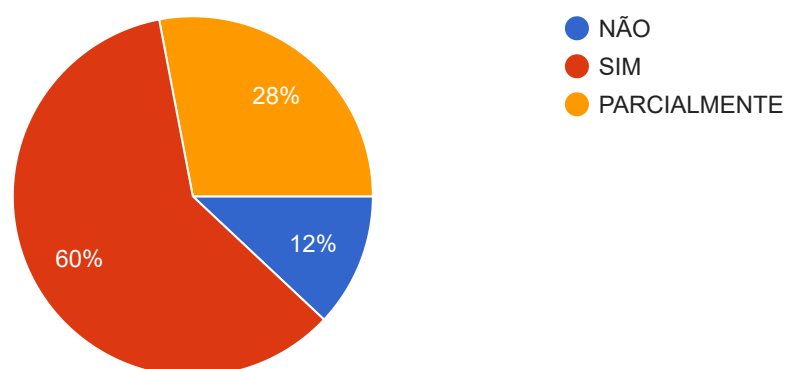
23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?

50 respostas



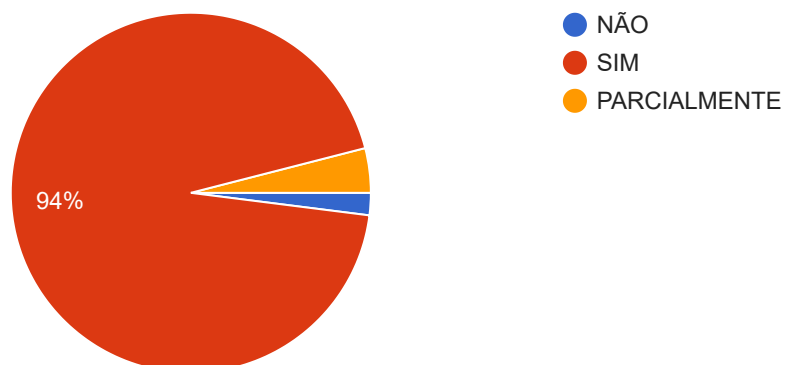
24 - Conhece o regimento interno?

50 respostas

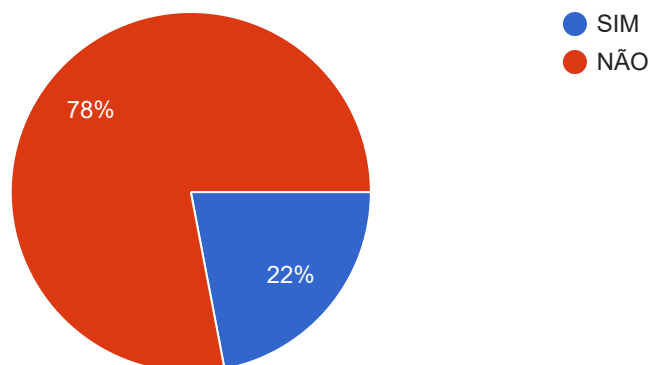


25 - Você sente que existe espaço para debate? Copiar

50 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

50 respostas



27 - Se sim, quais?

11 respostas

Pastoral da pessoa idosa

GREB, ATIBA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Clube da viola de baile

Sorri Bauru

Jomi

Lions Clube

Atiba ,AAFC, GRESP

Conselho de classe

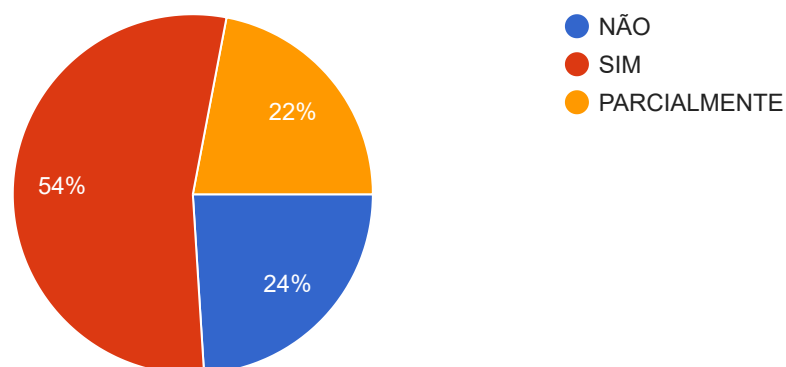
Projeto da Igreja - Projeto Kairos

Amigas do peito

28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais?

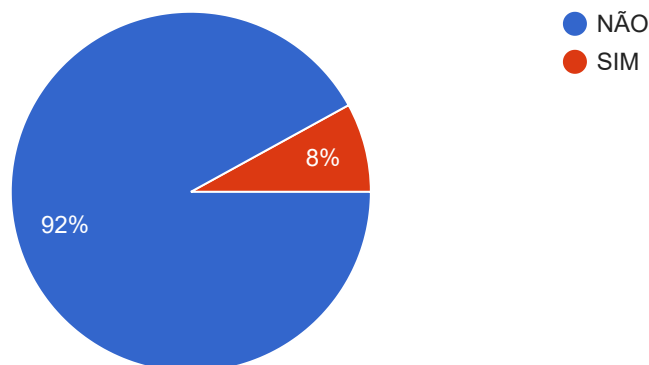
 Copiar

50 respostas

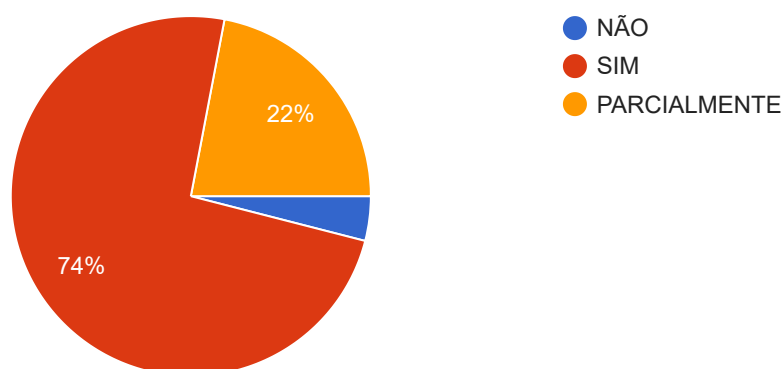


29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

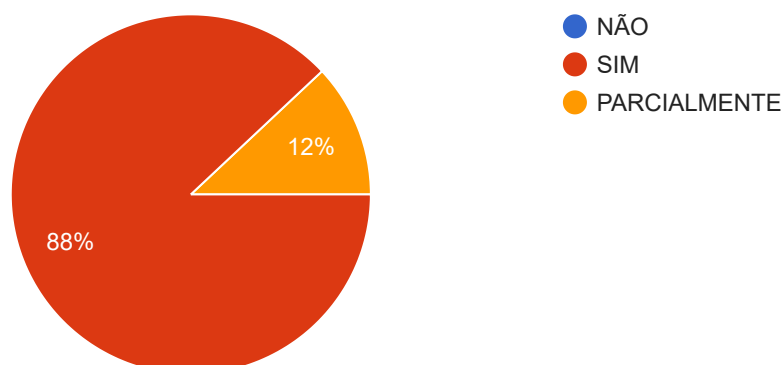
50 respostas

**30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?**

50 respostas

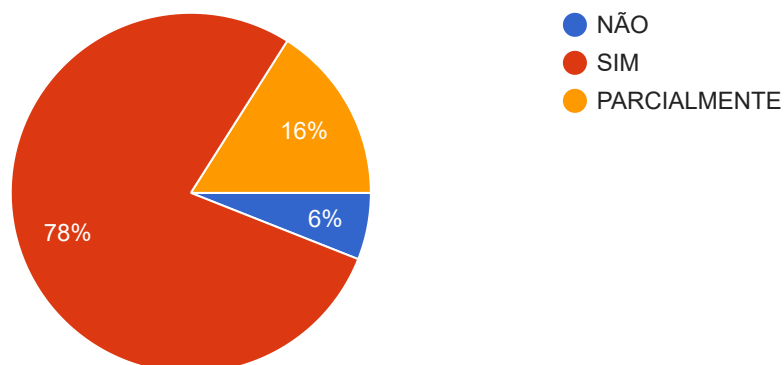
**31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?**

50 respostas



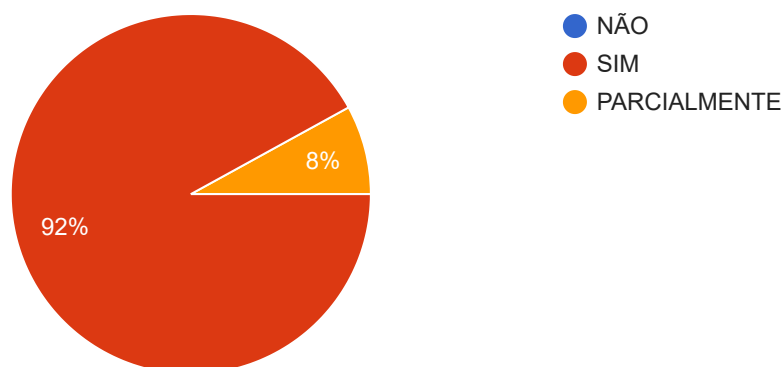
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

50 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

50 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

50 respostas

Participação popular

Desconheço

-

Comprometimento

Não vejo falhas, é bem atuante

Acredito que um desafio seja reunir todos os conselheiros nas reuniões.

As reuniões e os debates se desdobram em ações práticas.

Na minha opinião,o conselho municipal está sempre interagindo com as ocorrências que possam acontecer

Falta um espaço apropriado para reuniões e não se tem clareza quanto aos objetivos perseguidos pelo Conselho.

Desafios gestão nova mas a presidente é ativa e aberta para críticas e sugestões

Mais visitas as instituições

REPRESENTATIVIDADE, FUGIR DA ATUAÇÃO MERAMENTE BUROCRÁTICA E SAIR NA DEFESA DOS IDOSOS E DE SUAS CAUSAS

Política

participação da população e cumprimento efetivo do papel do conselho

As vezes a comunicação.

Atendimento de grande demanda de estabelecimentos na cidade

Pouca participação

não tenho opinião

Necessidade de aumentar espaço físico do COMUPI



Está indo bem

Participação

Comunicação entre Conselho e sociedade em geral

Até o momento não encontrei

As discussões de políticas públicas e sua implantação.

Presença nas reuniões

O envolvimento e participação de todos os conselheiros, bem como da sociedade civil.

Participação ativa de todos os conselheiros

Ser mais direto aos seis objetivos

O tempo

mobilização de pessoas, que na maior parte das vezes desconhece a importância da atuação de um conselho; gestão pública, que pode apoiar, pode não fazer diferença, mas, também pode atrapalhar completamente os trabalhos e envolvimento dos movimentos;

Envolvimento de todos os conselheiros, agilizar a utilização de recursos para as demandas do Conselho

Visitas às instituições

Conseguir um grande número de presentes em reuniões

No momento não consigo opinar

..

Não sinto falta

Dará-se entrosamento

Não tem

Não

A participação tendo em vista os afazeres profissionais é um fator dificultador, mas as reuniões on-line facilitam muito a participação.

Falta de participação da sociedade (usuários)



..

Comunicação efetiva com a sociedade, pessoas idosas que não participam de nenhuma organização.

os conselheiros de deveria se reunir assim e blocos menores para para realizar acima do ver pra te para ter mais mais assim e proveito do que está falando do quê todo

Horário das reuniões

Falta de representatividade, a dificuldade em atender às diversas necessidades, além de obstáculos relacionados à acessibilidade e à comunicação. A falta de recursos e apoio governamental também pode ser um desafio.

Não há

Sem resposta

35 - Se desejar, deixe um comentário:

7 respostas

Há que se estruturar o conselho para que não se perda tanto tempo com questões burocráticas do próprio conselho e se tenha mais tempo para ações positivas, próprias desta instituição, como cobrar o poder público a respeito do cumprimento da política nacional da pessoa idosa.

O papel primordial do conselho deve ser olhar para aquelas pessoas idosas mais vulneráveis, que não conseguem usufruir de serviços públicos de qualidade.

HÁ QUE SE PLANEJAR A IMPLANTAÇÃO NO SUS DOS CUIDADOS PALIATIVOS, UMA CONQUISTA QUE SE APROXIMA DA SOFRIDA POPULAÇÃO EM FINAL DE VIDA.

Precisa ser divulgado entre os conselhos as ações, projetos realizados.

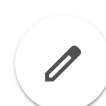
nada a declarar

.

Me sinto acolhida pela presidência!

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)



CMJ - Perfil e avaliação

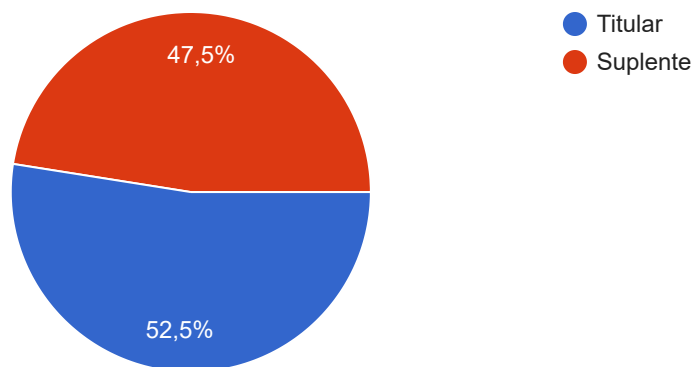
40 respostas

[Publicar análise](#)

1 - Participação na condição de:

[Copiar](#)

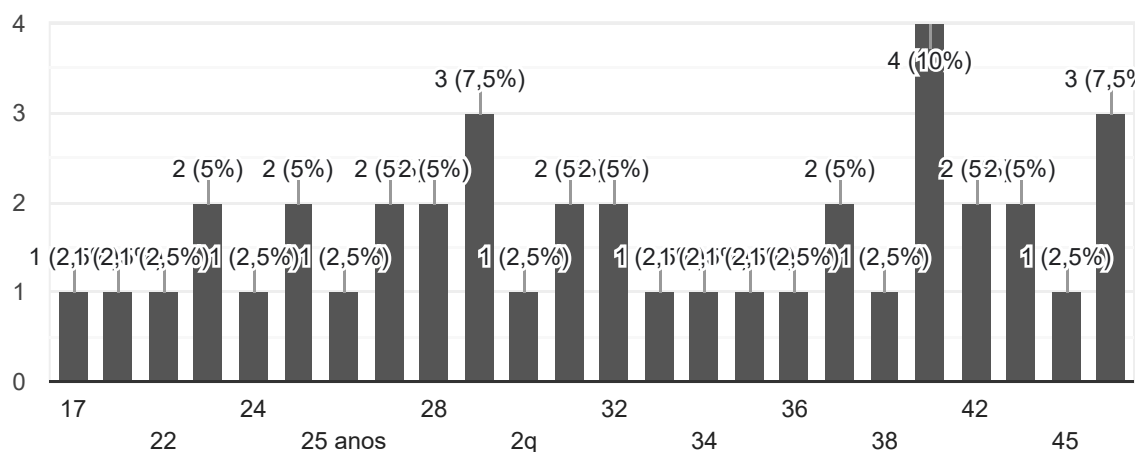
40 respostas



2 - Idade:

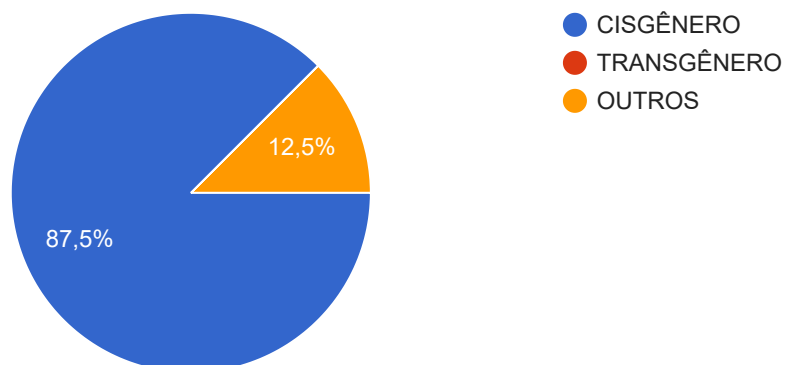
[Copiar](#)

40 respostas



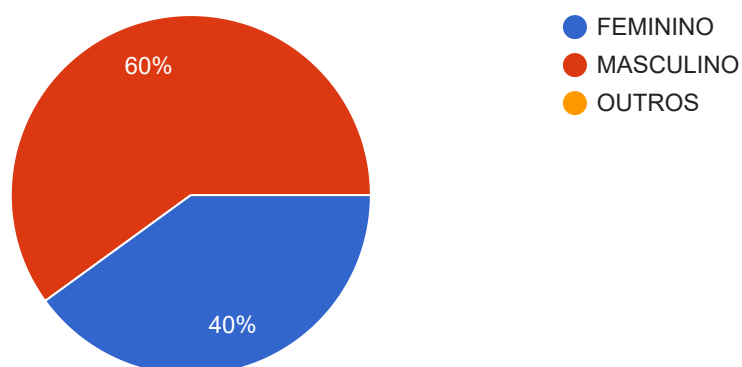
3 - Identidade de gênero:

40 respostas



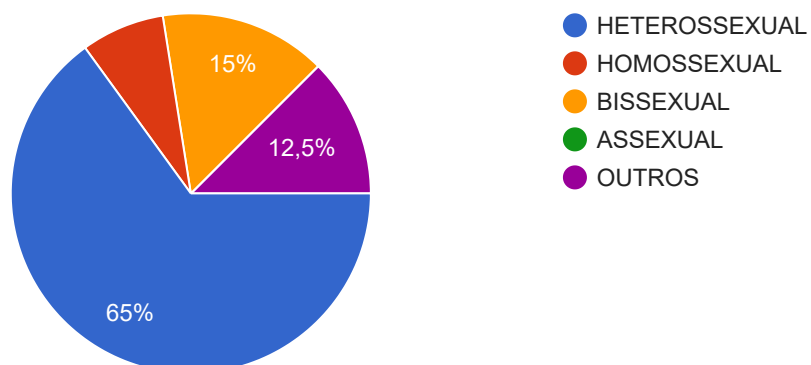
4 - Expressão de gênero:

40 respostas



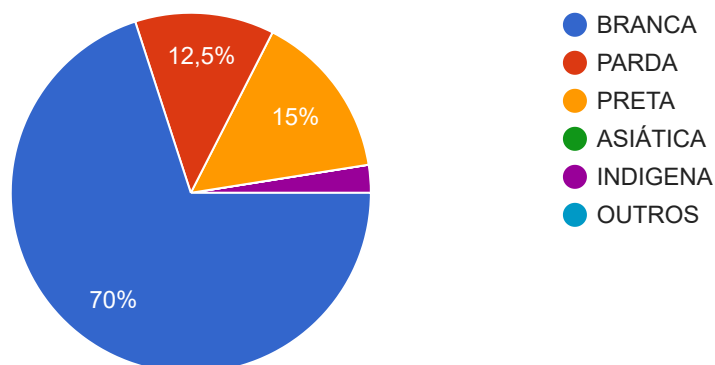
5 - Orientação afetivo-sexual:

40 respostas

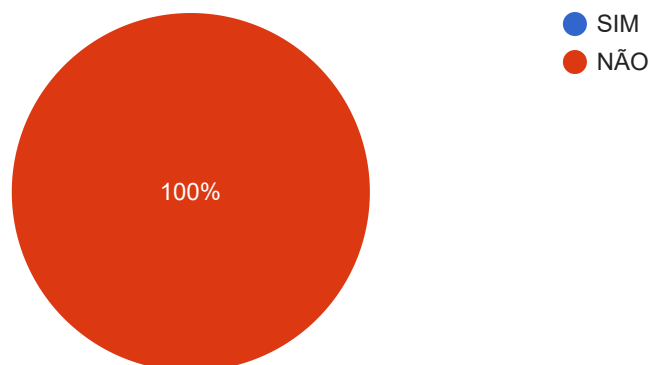


6 - Raça/cor: Copiar

40 respostas

**7 - Pessoa com deficiência?** Copiar

40 respostas

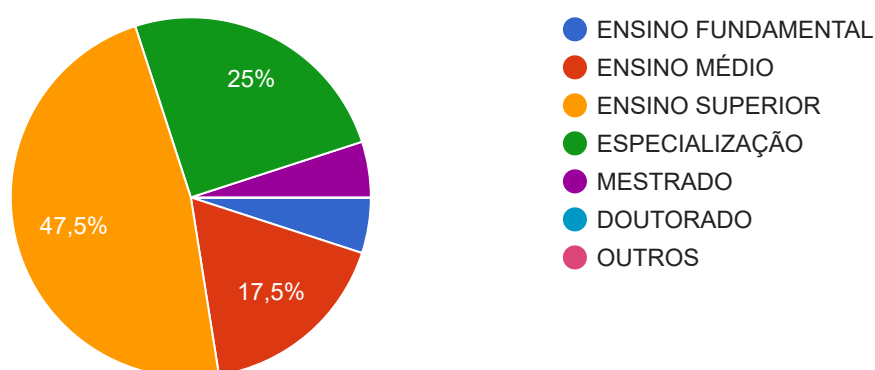
**8 - Se sim, qual deficiência?**

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

9 - Escolaridade do participante (considerando sua conclusão): Copiar

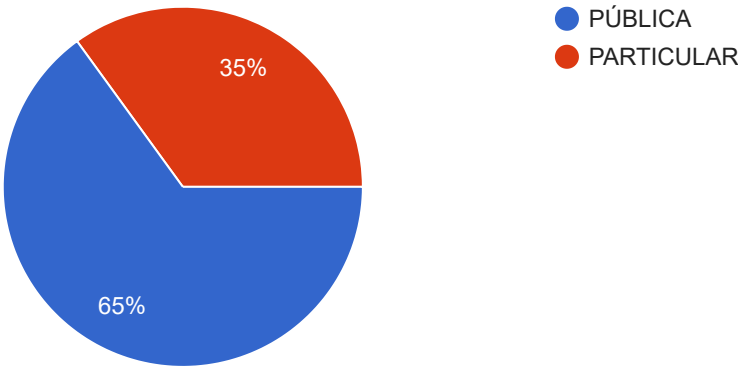
40 respostas



10 - Na maior parte do tempo, foi estudante de escola:

 Copiar

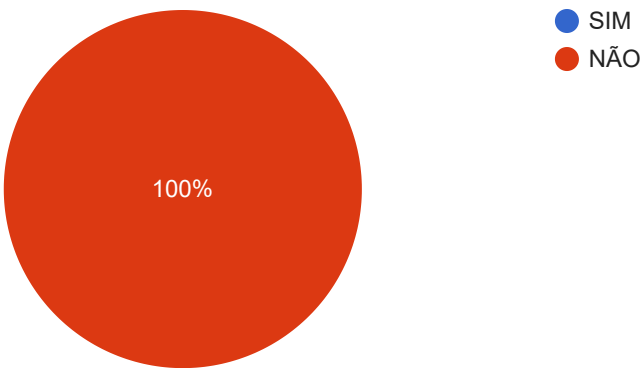
40 respostas



11 - Aposentado:

 Copiar

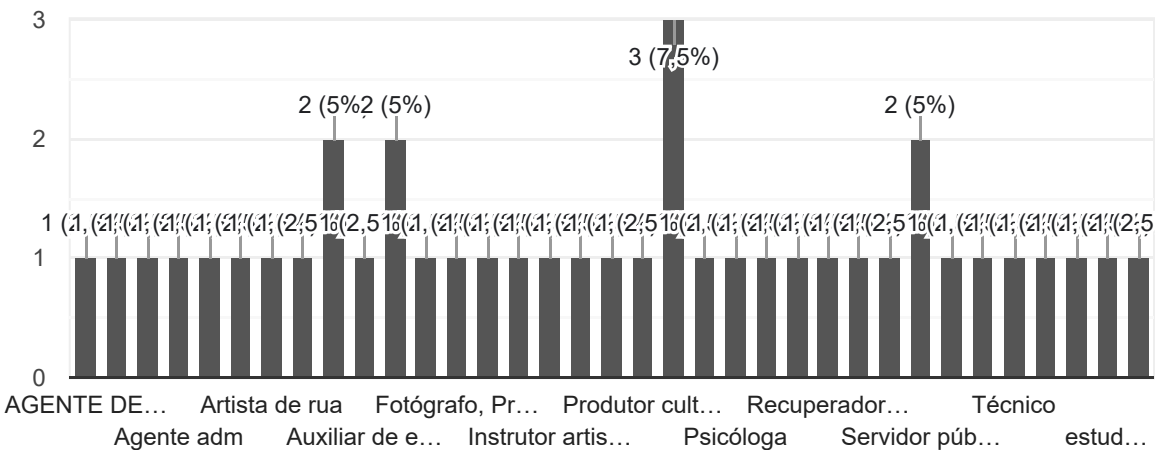
40 respostas



12 - Qual sua profissão?

 Copiar

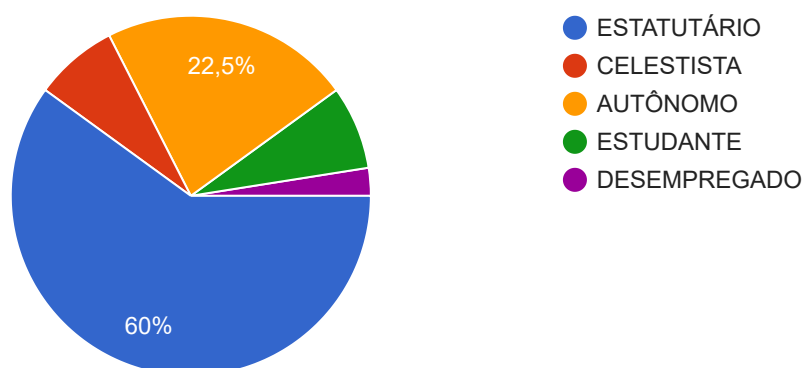
40 respostas



13 - Qual seu vínculo empregatício?

 Copiar

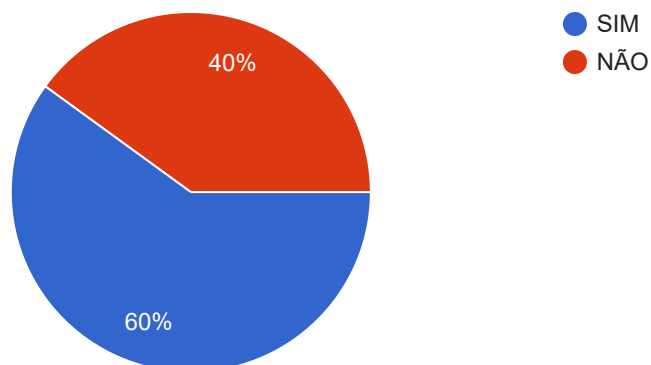
40 respostas



14 - Já atuou como servidor público?

 Copiar

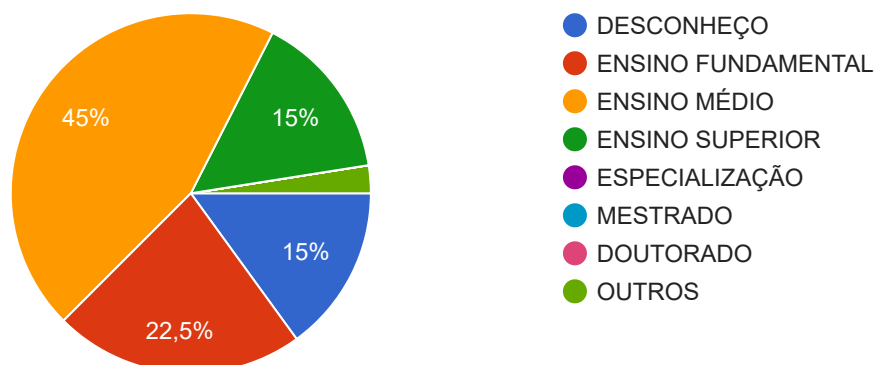
40 respostas



15 - Escolaridade de seu pai (considerando sua conclusão):

 Copiar

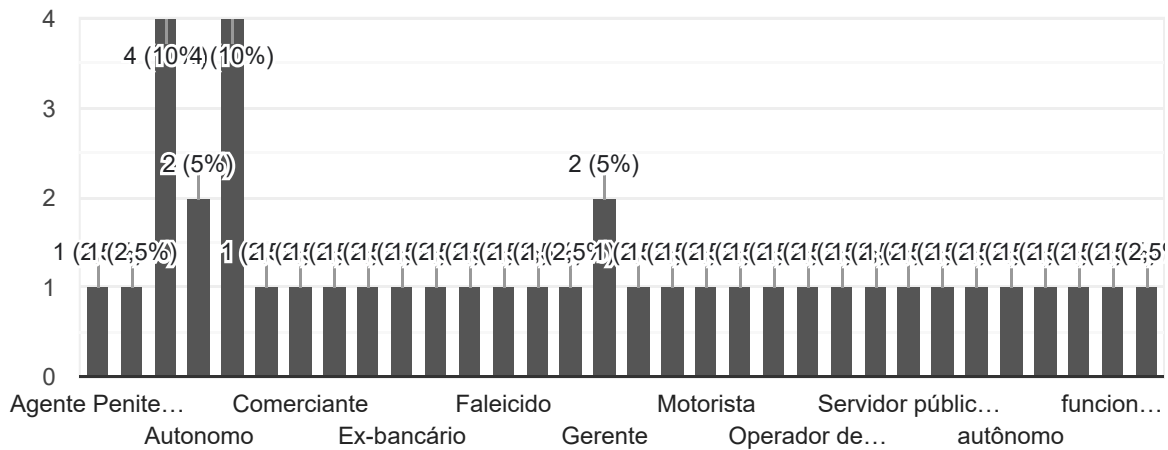
40 respostas



16 - Profissão de seu pai:

[Copiar](#)

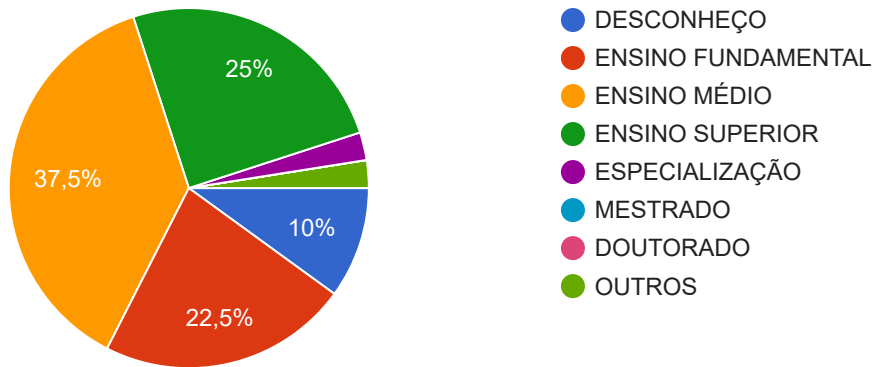
40 respostas



17 - Escolaridade da sua mãe (considerando sua conclusão):

[Copiar](#)

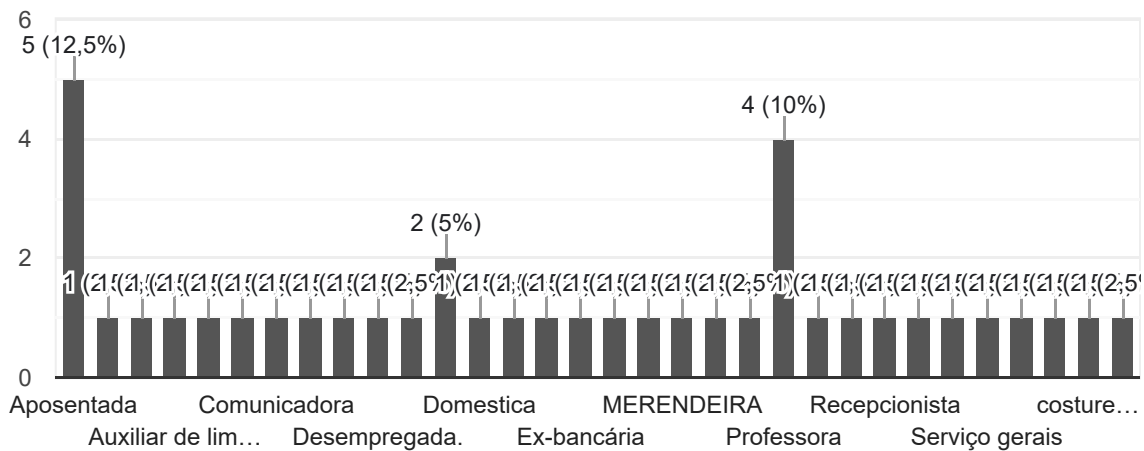
40 respostas



18 - Profissão da sua mãe:

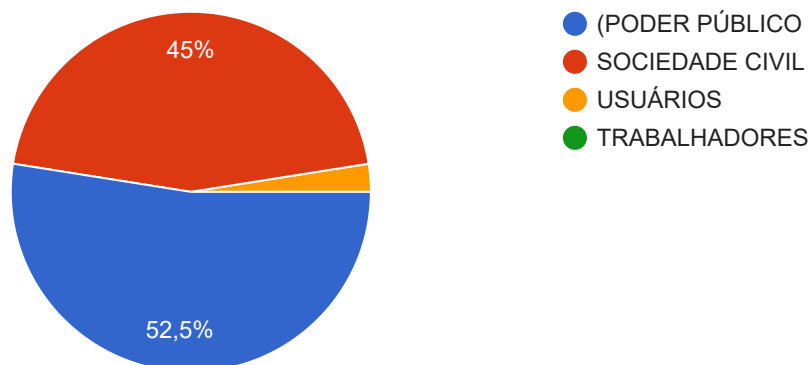
[Copiar](#)

40 respostas



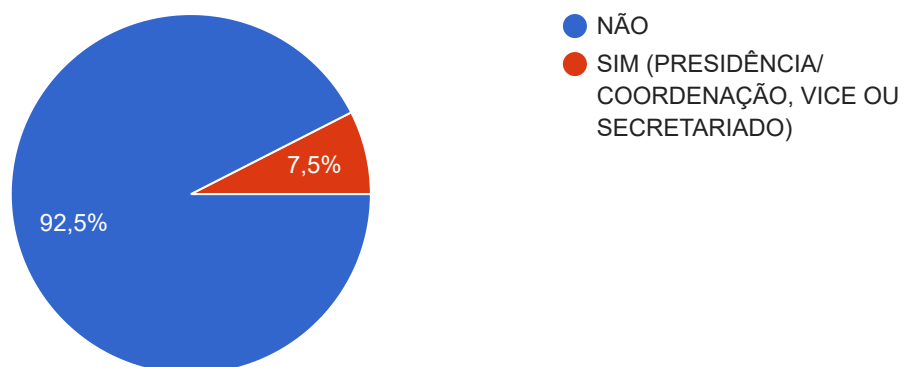
19 - Neste conselho municipal você representa:

40 respostas



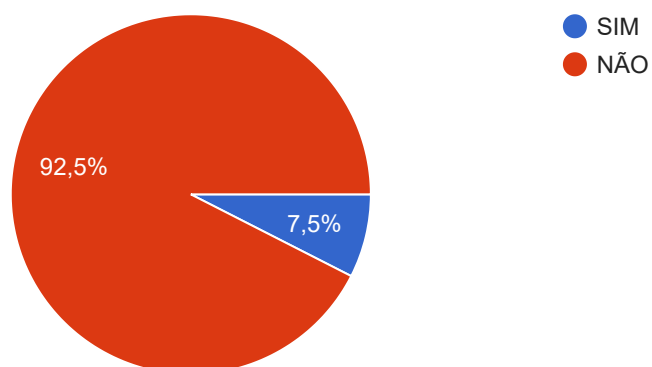
20 - Você possui algum cargo na direção executiva deste Conselho?

40 respostas



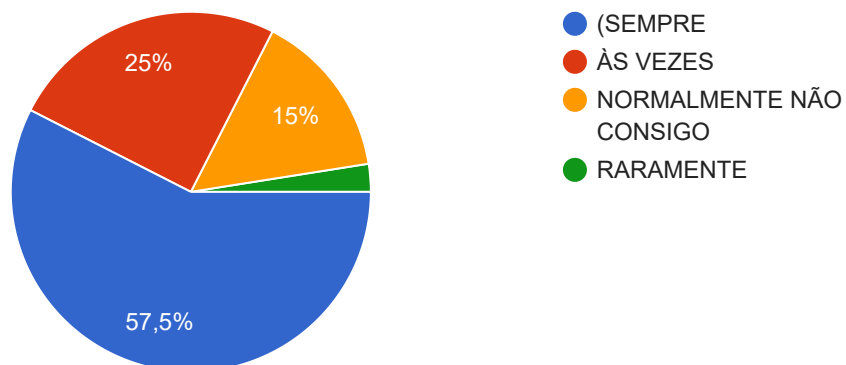
21 - Você participa de alguma Comissão deste Conselho?

40 respostas



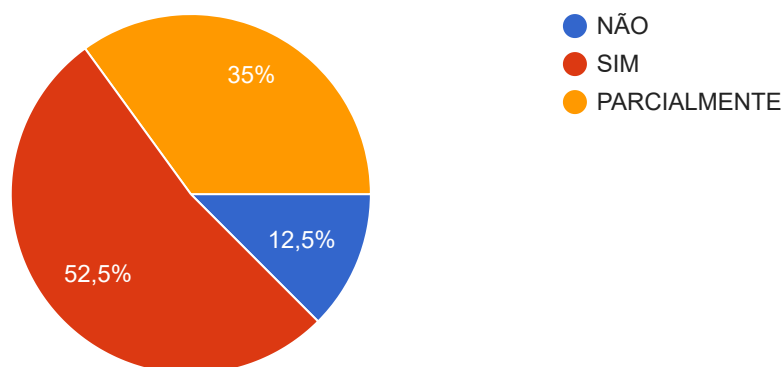
22 - Com qual frequência você participa das reuniões e atividades?

40 respostas



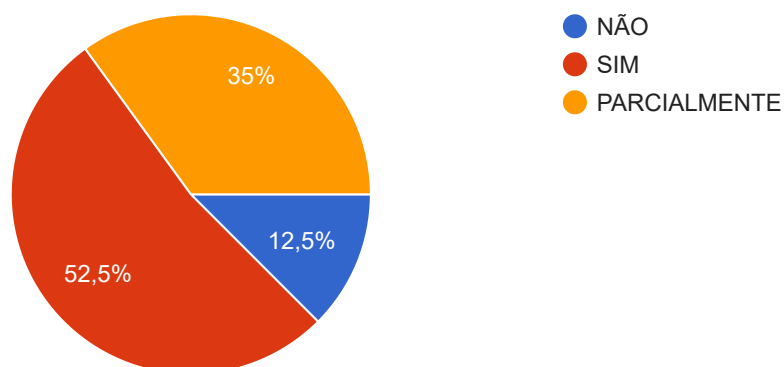
23 - Normalmente se sente capaz para deliberar (VOTAR) nas discussões?

40 respostas



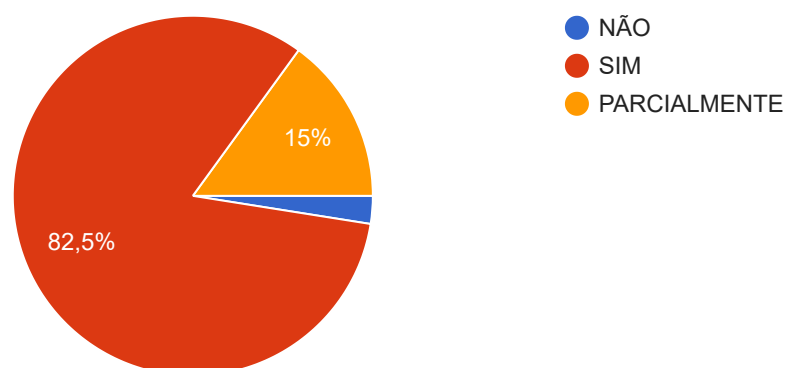
24 - Conhece o regimento interno?

40 respostas

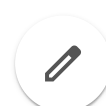
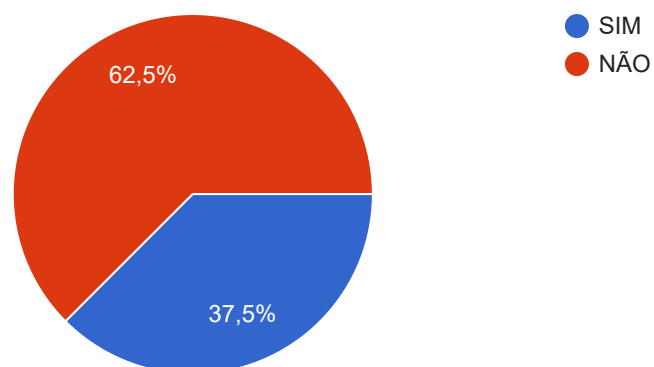


25 - Você sente que existe espaço para debate? Copiar

40 respostas

**26 - Você participa de alguma organização ou movimento social?** Copiar

40 respostas



27 - Se sim, quais?

13 respostas

Instituto Formando Mentres Coletivas

Juventude partidária

Coletivo Bem te vi de redução de danos

Liga de escolas de samba e blocos de Bauru (LIESB)

Associação da amicop

FMC (Formando Mentres Coletivas)

SARAU DO VIADUTO

Núcleo de atividades de liderança do Mapa Educação.

APEOESP(CHÃO DE GIZ) e CAL

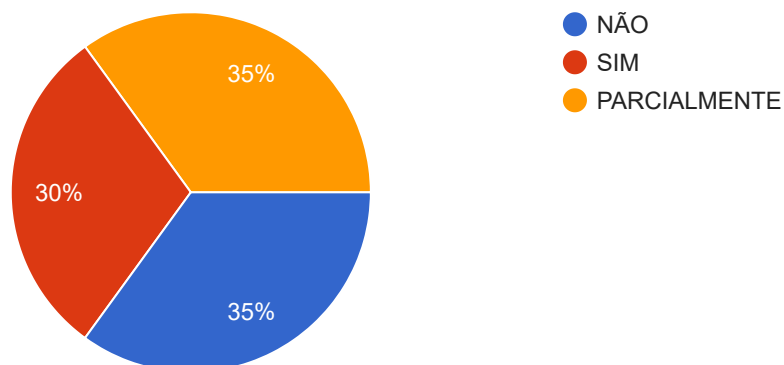
Bem te vi

Rosa de luxémbuego

IFMC

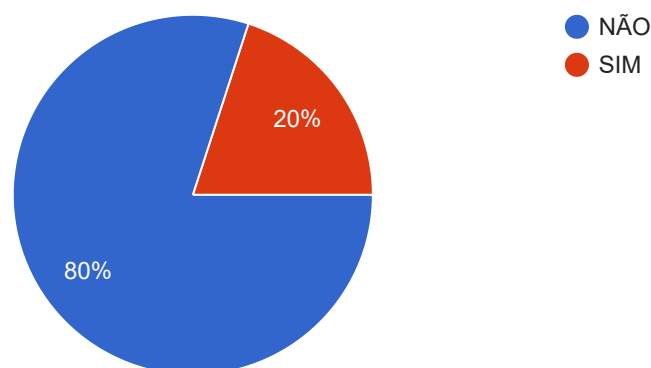
28 - Participa de Audiências Públicas, Conferências, Semanas Municipais? Copiar

40 respostas



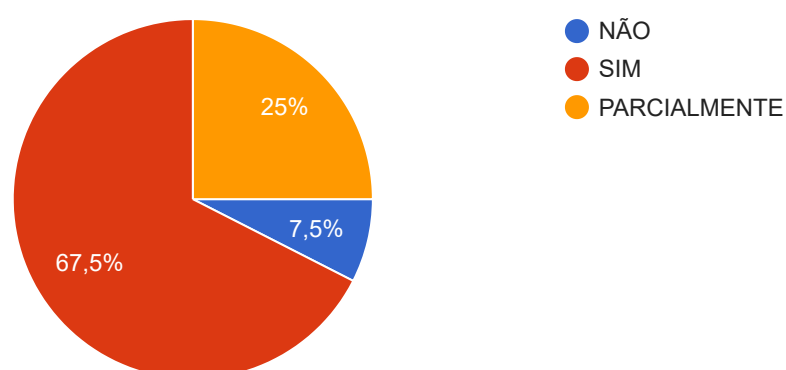
29 - Possui algum tipo de envolvimento político partidário?

40 respostas



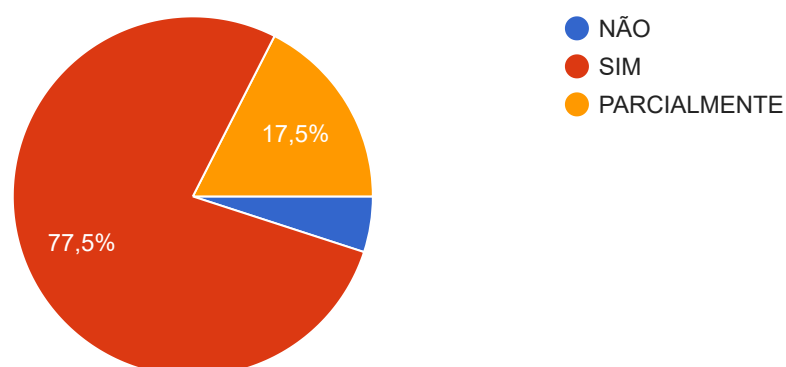
30 - O conselho acompanha o cumprimento das deliberações de suas conferências, OU, na ausência de movimento conferencial, acompanha as deliberações dos respectivos conselhos das esferas estadual e federal?

40 respostas



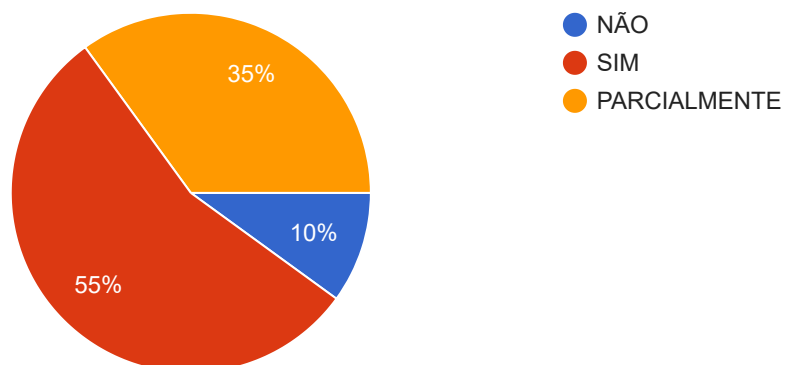
31 - O conselho acompanha organizações, serviços, programas e projetos relacionados aos direitos e às políticas públicas pertinentes?

40 respostas



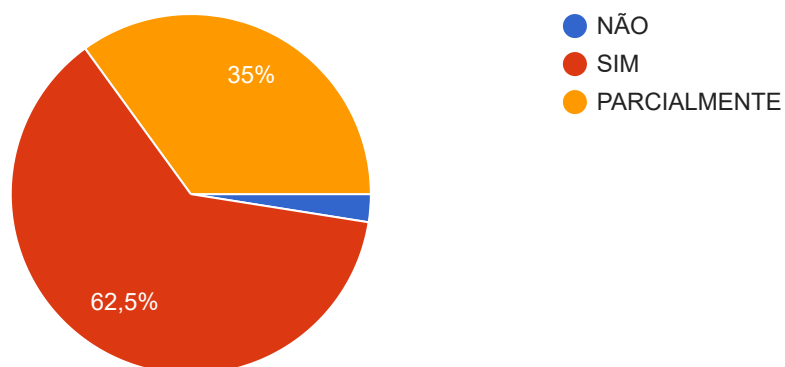
32 - O conselho realiza ações de mobilização, reuniões descentralizadas e/ou ampliadas?

40 respostas



33 - As reuniões são acessíveis e bem divulgadas? (local, horário, acesso)

40 respostas



34 - Quais são as principais faltas, obstáculos e desafios dos conselhos?

40 respostas

Organização dos diálogos e decisões. Compreensível, visto que o conselho acaba de iniciar

No momento o amadurecimento do Conselho.

.

Objetivo claro

Direcionamento das ações.

Fazer cumprir seus objetivos.

não sei

Não desejar o impossível

O CMJ vem enfrentando dificuldade com relação a espaço para as reuniões, visto que o atual espaço da Casa dos Conselhos é incapaz de suportar uma reunião com 40 pessoas.

Muitos membros partidários. Poucas ações/discussões concretas.

Manter uma representatividade que consiga atuar com o poder público sem amarras, garantindo ainda a participação social.

Até o momento, nenhuma

Acredito que em casos de reuniões híbridas, a falta de internet de qualidade influencia para quem está recebendo e quem está transmitindo.

Maior dificuldade diria ser o despertar do interesse nos jovens para trazê-los para as reuniões do Conselho

-

Espaço e acesso

O principal obstáculo é o fato de ser a primeira gestão do conselho.

Até entao nossa maior dificuldade tem sido de acesso físico a Casa dos Conselhos e na modalidade das reuniões. Nossa segunda reunião foi em formato híbrido e a qualidade da internet atrapalhou o andamento das discussões e decisões. Apesar disso, os profissionais da casa dos conselhos são sempre muito solícitos e nos dão todo o apoio necessário, de forma



que esses obstáculos ultrapassam a atuação desses profissionais e estão na esfera estrutural, então ressalto a importância de dar continuidade as discussões sobre a mudança para outros espaços

Nem sempre há liberdade para manifestar opiniões contrárias à maioria

Adesão, quórum, flexibilidade de horários descentralizados.

No momento, ainda não vejo

Creio que falte alcance significativo na sociedade, isto é, a população, de um modo geral, desconhece a atuação dos conselhos. Apesar deste quadro estar mudando cada vez mais, ainda está aquém das considerações e necessidades da população, mas há melhoras no debate público de extrema importância e, sem dúvida, os conselhos são instrumentos valiosos.

Participação

Entender o que realmente é pertinente ao conselho sem haver desentendimentos entre os conselheiros (como ocorrido no grupo do Whatsapp anteriormente)

Por enquanto não vi obstáculos

Localização da casa dos conselhos, equipamento para reunião online precário e falta de engajamento dos participantes

O principal obstáculo é a falta de estrutura na casa dos conselhos

ENGAJAMENTO

Destino de verba necessário; local adequado para a realização das reuniões; membros pouco/não-participativos durante as ações/reuniões; dificuldades na construção/execução de políticas de qualidade com base no posicionamento ideológico-político da atual prefeitura.

Sera a minha. Primeira participação

Acolhimento a propostas de pontos de vistas contrários à pauta (acolhimento para "discussão" com o devido respeito)

Acredito que para os conselhos ser mais efetivo o executivo e legislativo tinha que ouvir e planejar junto com eles, com isso ações mais concretas seriam possíveis.

Está indo tudo bem.

Não

Acho muito difícil responder essa pergunta sendo que o conselho tem 2 meses de existência, não enfrentamos ainda os obstáculos a serem enfrentados.



Atender o maior número de pessoas possível

Inovação

Conselho muito recente. Precisa de mobilização e participação dos conselheiros, bem como divulgação e ampliação dos trabalhos.

Desconheço

No momento não estava ciente

35 - Se desejar, deixe um comentário:

8 respostas

As indagações sobre gênero neste formulário não tem sentido. Qual a relevância dessa informação sobre os conselheiros?

Pesquisas como essas são fundamentais. Obrigada.

Só tenho agradecer por tá fazendo parte .

Mudar a casa dos conselhos para o centro da cidade

Melhore a estrutura da casa dos conselhos, por favor!

Que seja uma gestão relevante e respeitosa

Tete Presente

Acho que algumas perguntas terão respostas que não são tão próximas da realidade porque o conselho existe a pouco tempo, então ele não obteve um ritmo para poder votar se algo é feito sempre, nunca ou parcialmente.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Google Formulários

